UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTOS DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
HISTÓRIA POLÍTICA

José Victor de Lara

SOB AS LENTES DO IMPÉRIO: PERCEPÇÕES DO SERVIÇO DIPLOMÁTICO DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O BRASIL (1960-1964)

TESE DE DOUTORADO

Maringá
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTOS DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
HISTÓRIA POLÍTICA

José Victor de Lara

SOB AS LENTES DO IMPÉRIO: PERCEPÇÕES DO SERVIÇO DIPLOMÁTICO DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O BRASIL (1960-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

Lara, José Victor de

L318s Sob as lentes do império: percepções do serviço diplomático dos Estados Unidos sobre o Brasil (1960-1964) / José Victor de Lara. -- Maringá, PR, 2024.

336 f. : figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei José Munhoz.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Relações Brasil - Estados Unidos. 2. Brasil - Golpe civil - militar de 1964. 3. Aliança para o Progresso. 4. Imperialismo. 5. Teorias da modernização. I. Munhoz, Sidnei José, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.063

Síntique Raquel Eleutério - CRB 9/1641

LARA, José Victor de. **Sob as Lentes do Império: Percepções do Serviço Diplomático dos Estados Unidos sobre o Brasil (1960-1964)**. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

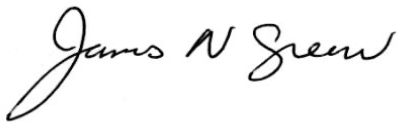
Aprovado em: 09/08/2024

Banca Examinadora

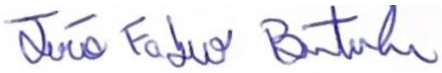
Prof. Dr. Virgílio C. Arraes (UnB)

Prof. Dr. Felipe Pereira Loureiro (USP)

Prof. Dr. James N. Green (Brown University)



Prof. Dr. João Fábio Bertonha (UEM)



Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz (Orientador da Tese – UEM)

gov.br Documento assinado digitalmente
SIDNEI JOSE MUNHOZ
Data: 21/08/2024 10:35:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dedicatória

Dedico esta tese à memória de meus falecidos avôs, Clóvis da Cruz Rosa e Dorvalina Antônia de Lara, pelo amor que deixaram e que continua a reverberar em nós.

Agradecimentos

Por vezes esquecemos que teses, artigos e livros são escritos em meio à vida cotidiana, entre alegrias e consternações diárias. No momento em que lemos uma ideia, um parágrafo bem escrito, daqueles que causam uma pausa reflexiva e desviam o olhar para dentro de si, muitas vezes não temos ideia do que aquilo representa para o autor. Àquelas palavras podem ter outros significados, uma vida e suas memórias. Quando releio minha tese, penso muito nos dias de máscara no rosto, no isolamento, nas angústias da pandemia e no medo da morte. Lembro das minhas incertezas sobre o futuro, das preocupações financeiras e com o destino político do Brasil. Tentei várias vezes imaginar como estaria o mundo quando eu colocasse o último ponto final no texto. E aqui está ele.

Esta tese me recorda o som da cafeteira passando mais um café no meio da tarde; as caminhadas pensativas pela universidade até o laboratório, remoendo os problemas da pesquisa; os almoços no restaurante universitário e as longas noites de trabalho no escritório testemunhadas pelos meus gatos. Me lembro da espera apreensiva pela vacina e a ansiedade para rever a família e os amigos. Rememora a primeira vez em que entrei em uma sala de aula como professor universitário, via Google Meet, de um jeito que nunca imaginei. Fui conhecer os rostos de meus alunos e alunas quando eles já estavam no terceiro ano do curso, depois de dois anos ministrando aulas para ícones em uma tela. Me lembro dos dias exaustivos pela jornada tripla de estudo, escrita da tese, preparação de aulas e viagens quase diárias entre duas cidades. Recordo da euforia com a derrota de Jair Bolsonaro e a felicidade com o novo horizonte que se abriu, como o sol que se revela após um dia de tempestade. Me lembro do avião aterrissando em Providence e, quase num piscar de olhos, decolando de volta ao Brasil. Rememoro o meu primeiro prato de arroz, feijão, bife e farofa depois de seis meses no exterior. Lembro das cervejas e vinhos tomados com todos aqueles e aquelas que aqui menciono e peço desculpas aos que posso ter esquecido. Há muita vida nesta tese, quatro anos do mais intenso viver.

Agradeço primeiro ao meus pais, Silvana e José Antônio, pelo amor imensurável que recebi durante toda a minha existência. Tanto amor que basta fechar os olhos para sentir-me abraçado. Agradeço a minha irmã, Caroline, meu orgulho, meu exemplo de força e resiliência, quando juntos vencemos o abismo. E a Igor, meu cunhado, pela esperança que nos trouxe.

Agradeço a Sidnei J. Munhoz, que há muito tempo deixou de ser apenas orientador para ser um amigo. Desde a iniciação científica, passando pelo mestrado e agora o

doutorado, obrigado por me acompanhar em todas essas etapas ao longo de quase dez anos de parceria. Agradeço também ao professor James N. Green por aceitar meu projeto de doutorado sanduíche na Brown University, pela generosidade com que me acolheu nos Estados Unidos e por ter lido partes deste trabalho e feito sugestões. Os seis meses no exterior transformaram-se em uma experiência fundamental para o amadurecimento da minha pesquisa e para meu próprio desenvolvimento como pesquisador. Agradeço a Felipe Loureiro e Virgílio Arraes por aceitarem participar da banca de defesa. Um agradecimento especial ao querido professor João Fábio Bertonha, meu colega de laboratório, pela companhia na escrita, e por aceitar fazer parte desta banca.

Agradeço aos meus amigos, a família que a vida me deu: Bruno, Aline, Aghatta, Lorenna, Praxeds, Nicolas, Ranielli e Francisco, por todo o apoio nesses anos. Aos meus amigos de décadas, das peripécias da infância e da adolescência em uma história que se acumula: Adilson, Pepe, Paulo, Fefo e Leo. Meus mais sinceros agradecimentos a Rayssa e Isabel, que viveram comigo o inverno de Providence; obrigado por compartilharem as saudades do Brasil. Gostaria de expressar minha gratidão a Caitlyn Shanley e Jared Edwards por me acolherem como o morador do quarto do meio durante o semestre em Providence; obrigado por tornarem essa experiência tão enriquecedora e significativa.

Agradeço aos meus colegas de colegiado, bem como aos meus alunos e alunas da Universidade Estadual do Paraná – Paranavaí, que me proporcionaram a experiência da docência por três anos. Um agradecimento especial aos meus amigos de trabalho Pedro Carvalho Oliveira, Natália Abreu Damasceno e David Netto pela profícua troca de ideias e sobre as incertezas da profissão. Esta tese tem muito daqueles que considero os mais brilhantes amigos, Felipe Alexandre e Guilherme Tadeu; obrigado pelas conversas diárias que me enchem de questionamentos, pelos livros e filmes indicados, pelos infinitos debates sobre todos os assuntos do mundo.

Por fim, a ela, motivo de tudo. Vanessa Mayumi, minha companheira de vida, que compartilhou comigo tudo aquilo que descrevi aqui. Esteve ao meu lado em cada segundo, apoiando, me motivando. Obrigado pelos dias em que assumiu mais responsabilidades para me deixar livre para escrever. Obrigado por preencher meus dias com amor. Me desculpe pelas ausências e pelos dias que em que não consegui demonstrar o quanto eu te amo. E não posso esquecer de meus gatos, Cirilla e Chokorēto, companheiros ávidos durante todos esses anos, tirando sonecas na escrivaninha e sorrisos do meu rosto.

Agradeço também à CAPES pela conceção das bolsas que possibilitaram me dedicar à pesquisa e ao doutorado-sanduíche.

Resumo

Esta tese analisa como as percepções do serviço diplomático dos Estados Unidos sobre o Brasil influenciaram o processo decisório que levou ao apoio internacional ao Golpe Civil-Militar de 1964. O estudo investiga a formação dessas percepções no período entre 1960 e 1964, destacando a importância da crença no desenvolvimento liberal, do nacionalismo e da ideologia da modernização na construção das visões sobre o cenário político brasileiro. Ao examinar a interação entre diplomatas estadunidenses e as elites liberal-conservadoras no Brasil, a pesquisa explora as redes de informação estabelecidas entre embaixadores, secretários, adidos e cônsules com empresários, políticos e militares brasileiros. O objetivo central é compreender o papel dessas percepções na orientação das ações intervencionistas dos Estados Unidos, especialmente no apoio às forças golpistas que desestabilizaram o governo de João Goulart.

Palavras-chave: Relações Brasil-EUA; Golpe Civil-Militar de 1964; Teorias da Modernização; Aliança para o Progresso; Imperialismo.

Abstract

This thesis examines how perceptions held by the United States diplomatic corps regarding Brazil shaped the decision-making process that ultimately led to international support for the 1964 Civil-Military Coup. The study focuses on the development of these perceptions from 1960 to 1964, emphasizing the role of liberal development ideologies, nationalism, and modernization theory in framing U.S. views of Brazil's political dynamics. By analyzing the relationships between American diplomats and Brazil's liberal-conservative elites, this research investigates the information networks that linked ambassadors, secretaries, attachés, and consuls to Brazilian business leaders, politicians, and military figures. The primary aim is to understand how these perceptions informed U.S. interventionist strategies, particularly in backing the coup forces that destabilized the government of João Goulart.

Keywords: Brazil-US Relations; 1964 Civil-Military Coup; Modernization Theories; Alliance for Progress; Imperialism.

Lista do Serviço Diplomático dos Estados Unidos no Brasil entre 1960 e 1964

Embaixada no Rio de Janeiro

- John M. Cabot – Embaixador
- Lincoln Gordon – Embaixador
- Niles W. Bond – Chefe de Missão (*Deputy Chief of Mission*)
- Gordon Mein – Chefe de Missão (*Deputy Chief of Mission*)
- Philipe Raine – Conselheiro da Embaixada para Assuntos Políticos
- Robert Eakens – Conselheiro da Embaixada para Assuntos Econômicos
- Douglas S. Egam – Adido Comercial
- Vernon Waters – Adido Militar
- Harry A. Quinn – Adido Político
- William A. Fowler – Conselheiro da Embaixada para Assuntos Econômicos
- Howard R. Cottam – Oficial de Assuntos Econômicos
- LeRoy E. Colby – Adido Econômico
- R. G. Walker – Adido Financeiro
- Edward J. Bash – Adido Comercial
- Thomas M. Tonkin – Terceiro Secretário
- John Hugh Crimmins – Adido para Assuntos de Transporte e Comunicação
- Herbert K. May – Adido para Assuntos de Tesouro
- George R. Phelan Jr. – Segundo Secretário da Embaixada
- Donald R. Dyer – Adido Geógrafo[1]
- John T. Fishburn – Adido para Assuntos Trabalhistas
- Robert H. Shields – Segundo Secretário
- Harry Weiner – Segundo secretário
- Frank Micelotta – Terceiro Secretário da Embaixada
- Robert W. Dean – Primeiro Secretário da Embaixada
- John Krizay – Segundo Secretário da Embaixada
- Raph V. Korp – Adido Financeiro
- Ronald M. Schneider – political officer
- John Keppel – Conselheiro de Assuntos Políticos da Embaixada

[1]Contratado a partir de 1962 com o objetivo junto com Leonardo Saccio da USAID de fazer a topografia de regiões do Nordeste. Rolo 6-163-164

- Charles C. Carson – Segundo Secretário
- Frank H. Oram – Conselheiro da Embaixada para Assuntos Públicos

Em janeiro 1962 toda a cúpula de observadores políticos da Embaixada foi transferida para o Escritório de Brasília[2].

Escritório em Brasília

- Philipe Raine – Conselheiro da Embaixada para Assuntos Políticos
- Harry A. Quinn – Adido Político
- Harry Weiner - Segundo secretário
- Thomas Barret – Primeiro Secretário
- C. Dirck Keyser – Segundo Secretário
- Howard E. Shetterly – Adido para Assuntos Públicos
- John A. Brettell – Adido Cultural
- Robert Bentley – Terceiro Secretário

Consulado de São Paulo

- William P. Cochran Jr. – Cônsul-Geral
- Ralph J. Burton – Cônsul
- Scott C. Lyon – Cônsul
- Daniel M. Braddock – Cônsul-Geral
- Datus C. Proper – Secretário Executivo
- John W. Hennessy – Conselheiro Político
- Robert Reynolds – Vice-Cônsul

Consulado de Santos (respondia oficialmente ao consulado de São Paulo)

- Virgil Randolph III – Cônsul-Geral
- Leland A. Pyle – Vice-Cônsul

Consulado de Belo Horizonte

- Edmund A. da Silveira – Cônsul
- Richard Reynald Martin – Vice-Cônsul

[2] REVISTA MUNDO ILUSTRADO. **Teletipo**. Rio de Janeiro, N° 214, 27 de janeiro de 1962, p. 6.

- Herbert S. Okun – Cônsul
- Lawrence Laser – Vice-Cônsul

Consulado de Curitiba (também responsável pelo Estado de Santa Catarina)

- Edward Rowell – Cônsul
- George M. Scanlan – Vice-cônsul
- Hugh D. Kessler – Cônsul
- Arthur W. Feldman – Cônsul

Consulado de Porto Alegre

- Percy Warner – Cônsul-Geral
- Hyman Bloom – Cônsul
- Frederick D. Sharp III – Vice-Consul
- J. B. Fawcett – Vice-Cônsul
- George T. Colman – Vice-Cônsul
- W. Douglas McLain, Jr. – Vice-Cônsul
- Thomas J. Duffield – Cônsul-Geral

Consulado de Salvador

- John M. Flanagan – Consu_Geral
- Paul B. McCarty – Vice-cônsul
- Wade H. B. Matthews – vice-cônsul
- C. Dirck Keyser – Consul
- Robert W. Mashek – vice-consul
- Harold M. Midkiff – Consul

Consulado de Recife

- Edward T. Walters – Vice-cônsul
- Maurice Gremillion – Vice-cônsul
- Albert T. Rabida – Consul-Geral
- Eugene Delgado Arias – Consul-Geral
- Lowell C. Kilday – Vice-cônsul
- Ernest S. Guaderrama – Cônsul

Consulado de Belém

- Henry E. Dumas – Cônsul
- A. José DeSeaora – Cônsul-Geral
- Hyman Bloom – Cônsul
- Edward J. Holway Jr. – Cônsul

Lista de Abreviações

AFSA – *American Foreign Service Association*

ARA - *Bureau of Inter-American Affairs*

BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento

CENIS - *Center for Internacional Studie*s

CIA – *Central Intelligence Agency*

CNTI –

ERP – *European Recovery Program*

EUA – Estados Unidos da América

Exibank – Export-Import Bank of the United States

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRUS – Foreign Relations of the United States

FSJ – *Foreign Service Journal*

Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

INR - *Bureau of Intelligence and Research*

Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JFK – John Fitzgerald Kennedy

JK – Juscelino Kubitscheck

LBJ – Lyndon Baines Johnson

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-Americana

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrático Cristão

PEI – Política Externa Independente

PL – Partido Libertador

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SAC – *Strategic Air Comand*

Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TASS – Agência de Notícias Estatal Russa

TIAR – Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca

UDN - União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USIS - *United States Information Service*

USOM - *United States Operations Mission*

Sumário

Introdução: tempo presente, tempo pretérito..... 19

Hipóteses e Colocação do Problema..... 32

Por uma História Social das Relações Internacionais 37

CAPÍTULO I: A Formação das Percepções: O Mito do Desenvolvimento, o Nacionalismo e a Teoria da Modernização..... 51

1.1 O Mito do Desenvolvimento: nada mais nada menos que reconstruir o mundo 59

1.2 Nacionalismo: a matéria-prima da política no Terceiro Mundo..... 73

1.3 Transformando um Mito do Desenvolvimento em Ciência Histórica..... 85

CAPÍTULO II. Percepções em Movimento: O Nacionalismo e os Candidatos Brasileiros nas Eleições Presidenciais de 1960..... *100*

2.1 O ultranacionalismo: uma categoria de análise..... 107

2.2 Marechal Lott e a Espada de Ouro do "Ultranacionalismo"..... 127

2.3 Jânio Quadros, o líder da Terceira-Força..... 136

CAPÍTULO III. O Desenho do Caos: A Crise da Renúncia e a Campanha da Legalidade
.....150

3.1 A Renúncia Inesperada: Abraçando as Interpretações Lacerdistas..... 157

3.2 O Brasil à Beira da Guerra Civil e a Solução pelo Parlamentarismo 181

CAPÍTULO IV. "Na Prática a Teoria é Diferente": Reajustando a Aliança para o Progresso.....205

4.1 No Fio da Navalha: O Conturbado Início do Governo João Goulart..... 210

4.2 As Crises do Parlamentarismo e as Eleições de 1962..... 239

CAPÍTULO V. Do Plebiscito ao Golpe: os Estados Unidos e a Crise do Governo Goulart
.....267

5.1 O Referendo de Janeiro de 1963 e o Retorno ao Presidencialismo..... 273

5.2 Na Sombra do Golpismo: Da Doutrina Martin a Doutrina Mann..... 284

5.3 A Convergência de Interesses: Contribuição das Elites Brasileiras e a Vitória das Teses Golpistas 308

Referências Bibliográficas.....327

Prólogo: nota técnica

As notas de rodapé contêm as citações da documentação utilizada e da bibliográfica consultada durante a escrita da tese. Sempre que possível, adicionamos no título em negrito do documento citado com o link direto para acesso online à fonte. Todas as traduções no texto, quando não especificadas como retiradas de alguma outra obra, foram feitas pelo autor, dispensando a repetição constante do termo "tradução livre do autor". Na seção fontes e nas referenciais bibliográficas, o leitor encontrará os links de acesso aos sites do *Opening the Archives Project*, onde está grande parte das fontes primárias deste trabalho.

Introdução: tempo presente, tempo pretérito.

Os Estados Unidos da América (EUA) continuam a exercer um peso gigantesco no imaginário brasileiro. Nesta metade da segunda década do século XXI, muitos debates ainda permeiam o cenário internacional sobre um possível declínio do poder estadunidense e as suas reações no sentido de manter sua posição histórica de maior potência global. Não se trata de uma contenda inédita, a ideia de um declínio do poder dos EUA tem sido discutida há mais de cinco décadas[3]. Todavia, não é possível negar que o poder econômico e militar, incontestável no "Século Americano[4]", diluiu-se em meio à emergência de novos e complexos conflitos no tempo presente. Trinta anos antes do presidente democrata Joe Biden assumir a presidência, os EUA aparentavam haver entrado em uma nova era de incontestável hegemonia. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) havia se retirado da Europa Oriental e, poucos anos depois, o socialismo soviético colapsou, colocando fim à Guerra Fria. Sob a égide do neoliberalismo, a ideia de um mundo unipolar encontrou caminhos livres entre as elites globais. Nesta linha de pensamento, o século XX aparentava ter consolidado um projeto de poder global concebido e construído nos anos finais da Segunda Guerra Mundial: a ideia de construir o mundo à imagem e semelhança dos EUA, calcada no triunfo do capitalismo liberal.

O novo arranjo, aparentemente sólido, dissolveu-se muito rapidamente. Nos últimos vinte anos, outras potências emergiram no cenário mundial. Nações com ambições de domínio geopolítico e militar que rivalizam em dinamismo econômico,

[3] Diversos linhas de pensamento discutem a ideia de declínio da sociedade estadunidense. Dos escritos de Gore Vidal, até intelectuais como William A. Williams, argumentam que a busca por uma hegemonia global acabava por custar e implicar no enfraquecimento dos EUA a longo prazo. Paul Kennedy defendia que o poder militar e econômico dos EUA estava em declínio e que como todos os impérios ao longo da história não era possível manter-se na liderança por muito tempo, mas a crise era administrável. Para Immanuel Wallerstein os EUA estão em declínio desde a Guerra do Vietnã e as repostas aos ataques de 11 de setembro aceleraram esse declínio. Ver VIDAL, Gore. **The Decline and Fall of American Empire**. Berkley: Odinian Press, 1992. WILLIAMS, William A. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: Delta Book, 1962. KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989. WALLERSTEIN, Immanuel. **The Decline of American Power: the U.S. in a Chaotic World**. New York: The New Press, 2003.

[4] Termo cunhado pelo publicitário Henry R. Luce em um artigo publicado na revista *Life* em fevereiro de 1941. Luce argumentava contra uma política externa isolacionista, pois, segundo ele, as ameaças do século XX não permitiam aos estadunidenses o autoengano de não serem afetados pelas decisões em outros lugares. Advogou a favor de uma política de intervenção no cenário internacional pelos Estados Unidos para se oporem ao que ele denominou de grandes paradoxos do século XX. A pobreza e a fome poderiam ser combatidos com o progresso material e industrial, as tiranias e as ditaduras com os valores democráticos. Aquele era o Século Americano. LUCE, Henry R. The American Century. *In:* HOGAN, Michel J (org.). **The Ambiguous Legacy: U.S. Foreign Relations in "American Century".** New York: Cambridge University Press, 1999. p. 11-29.

industrial e tecnológico com os Estados Unidos. Sucessivas derrotas sustentam essas constatações. Depois de vinte anos de uma custosa "guerra ao terror" no Oriente Médio, os últimos soldados estadunidenses deixaram a região em completo caos e instabilidade. As acusações de armas químicas e de destruição em massa no Iraque se mostraram falsas trazendo um legado desastroso para o conflito. No Afeganistão, em agosto de 2021, observamos atónitos à retomada do poder pelo Talibã apenas poucos dias após a retirada caótica das tropas estadunidenses. As imagens de helicópteros decolando às pressas do telhado da embaixada em Cabul trouxeram de volta os fantasmas da derrota sofrida no Vietnã no século anterior[5].

Problemas internos causados pela grave crise econômica de 2008 acarretaram uma prolongada hemorragia financeira nas classes médias, uma profunda desindustrialização e o crescimento vertiginoso da desigualdade social, principalmente no interior dos EUA[6]. O resultado, para o assombro dos economistas, foi a estagnação no padrão de vida e de consumo a partir da concentração de renda, mesmo que a desigualdade tenha diminuído se comparada aos padrões dos anos de 1950 e 1960, nos conhecidos "anos dourados". Nesse contexto de crise, a extrema-direita se reorganizou de maneira global. Os estadunidenses encabeçaram um discurso do retorno impossível a um passado glorioso, traço comum nesse novo engajamento que apela para as memórias distorcidas, resumidas no caso do lema *Make America Great Again*.

Nas eleições de 2020, o símbolo autoconstruído da democracia assistiu a sua imagem ruir diante da invasão ao Capitólio em janeiro de 2021 e na contestação do seu sistema eleitoral por uma parcela considerável da população. Apesar das tentativas de obstruir as eleições não terem funcionado, pudemos observar a fragilização da democracia que sempre se orgulhou de sua estabilidade. Além disso, a maior crise sanitária do século, gerada pela Pandemia de Covid-19, expôs as extenuações e as limitações da capacidade do poder público estadunidense de administrar a situação. O colapso escancarou debilidades históricas do sistema de saúde nos EUA e, em decorrência, o país mais rico do mundo atingiu o número assombroso de mais de um milhão de mortes pelo vírus[7].

Nos segundos que correm neste minuto, a invasão russa à Ucrânia e a ocupação de Gaza por Israel, impõem um novo e importante marco para o poder estadunidense e os

[5] COX, Michael. **The Agonies of Empire: American Power from Clinton to Biden**. Bristol: Bristol University Press, 2020.
[6] PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI. Uma Breve História da Igualdade**. Intrínseca, 2022.
[7] COX, Michael. 2020, Op. Cit.

antiquados mecanismos de manutenção da paz criados ainda nos tempos da Guerra Fria. Os velhos arranjos empoeirados se mostram incapazes de garantir uma solução pacífica para os conflitos. Pelo contrário, a persistência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e seu projeto de expansão em direção às fronteiras russas, levou a escalada do conflito e a consolidação da autocracia de Vladmir Putin, que se utilizou das provocações ocidentais para consolidar seu projeto de poder com a invasão à Ucrânia. Estamos diante de um novo momento em que conflitos locais parecem estar prestes a se tornaram globais. E não é possível negar a existência de uma atmosfera internacional que se radicaliza paulatinamente. O mundo parece despontar em uma nova disputa entre blocos de poder e zonas de influência, principalmente concentradas na questão de Taiwan e China, no Leste Europeu com a Ucrânia e Rússia, e no Oriente Médio com Israel e Irã.

Diante desse enquadramento global que se desenha, mesmo à sombra de inúmeros desafios complexos e das constatações de certas agonias de um império em crise, no imaginário de parte dos brasileiros os Estados Unidos se mantêm como símbolo de prosperidade e de poder. Na ordenação de um novo conflito de dimensões globais, as elites liberais e conservadoras no Brasil, particularmente à direita do espectro político, continuam a enxergar os EUA como representante da própria herança e dos valores do Ocidente. Em outras palavras, para parte de nossa classe dominante o desenvolvimento civilizatório capitalista permanece calcado no modelo político e econômico proveniente de receituários tipicamente estadunidenses.

Partindo de uma perspectiva de traços fantasiosos, setores da direita e da extrema-direita no Brasil continuam a fitar os olhos em nosso vizinho do norte como exemplo de uma sociedade economicamente próspera, cercada por valores patrióticos; uma terra de oportunidades ilimitadas para aqueles que trabalham, onde as instituições são eficientes, os serviços públicos e privados funcionam em harmonia e a lei impera com firmeza e sem parcialidades. Nessa terra imaginada, a confiança e a honestidade regem a orquestra do livre mercado. Lá, seria possível viver a felicidade plena alimentada pelo alto padrão de consumo, onde os avanços tecnológicos estão acessíveis a todas as camadas sociais. A marca desta sociedade seria a existência de uma atmosfera de moralidade, honestidade, trabalho diligente, autocontrole e temência a Deus, valores morais supostamente superiores que se distanciam do caos cotidiano e da insegurança em que a sociedade brasileira está mergulhada. Trata-se de uma visão ideologicamente construída, mas com uma poderosa capacidade mobilizadora no debate político no Brasil.

Não é preciso ir muito longe para encontrar esses discursos, eles são perceptíveis no púlpito da Câmara dos Deputados – principalmente entre a bancada bolsonarista – nas redes sociais, a partir da defesa ferrenha por parte da direita no Brasil dos interesses dos EUA em nível global. É importante destacar que não se trata de um discurso construído a curto prazo. A sociedade brasileira foi paulatinamente bombardeada pela artilharia cultural dos EUA ao longo dos últimos cem anos. O sentimento que observamos hoje é resultado de uma devotada e custosa operação, alicerçada em quantias vultosas de dólares e energia intelectual para construir e legitimar um império informal na América Latina. Como resultado, criou-se entre nós este poderoso imaginário que parece descender dos pioneiros da Nova Inglaterra. Um discurso que se relaciona com os mitos da construção de uma civilização singular no Novo Mundo. Narrativas que às vezes engolimos quase sem sentir os efeitos da digestão, aceitando em partes e legitimando em outras o Destino Manifesto dos estadunidenses de construir, guiar e policiar o mundo.

Esse discurso se espraia das elites para os cidadãos comuns, o brasileiro e a brasileira das camadas populares e da classe média nas pequenas e grandes cidades, onde a admiração se espargi em todos aqueles e aquelas que só conhecem os Estados Unidos pelas telas da TV, dos monitores e dos celulares. De todos que são encorajados a encarar a vida de imigrante ilegal, alentados pelos debates em redes sociais ou pelo discurso inflamado dos inúmeros *influencers* de direita que comparam os modos de vida da entre os dois países. Muitos apostam nos riscos da travessia pelas fronteiras do México, reforçando e idealizando o *"American Dream*[8]*".* Com efeito, esse discurso retorna em um alimento do próprio combustível conservador nos EUA, nutrindo os debates sobre imigração e fronteira, servindo aos impasses entre Republicanos e Democratas.

Todos esses elementos, historicamente produzidos, ganharam uma nova força no Brasil dos últimos anos. Esse ideário foi explorado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal) criando uma onda renovada de americanização e

[8] "Sonho americano". O termo com o sentido aproximado do que hoje nos é comum, apareceu pela primeira vez na obra *The Epic of America*, escrita pelo historiador James Truslow Adams, em 1931. Adams fez uma leitura da História dos Estados Unidos nas linhas de uma grande épico. O termo *"American Dream"* significa: *a better, richer, and happier life for all our citizens of every rank which is the greatest contributions we have as yet made to the thought and welfare of the world*. Para Adams, tratava-se de um sonho que nasceu no coração dos homens, a partir de uma motivação inquestionável pelo poder econômico que contaminou a mente dos que imigraram para os EUA. Ali, foi possível encontrar uma terra de oportunidades e de liberdade que possibilitava o crescimento e o progresso material. O sentido de sonho americano presente na obra é de uma união coletiva em prol de uma vida rica e plena, capaz de unir os estadunidenses a um senso espiritual, moral e intelectual mais elevado que qualquer outro lugar do mundo no sentido de construir a Grande Sociedade. ADAMS, James Truslow. **The Epic of America**. Boston: Little Brown, 1931. p. 13.

manipulando politicamente, de maneira muito hábil, esse sentimento de admiração pelos EUA e de ênfase nos valores da direita daqui e de lá. O típico bolsonarista, caracterização um tanto burlesca, porém, real do homem branco que sonha com a facilidade de obter um fuzil ou uma pistola automática para defender a sua família e a sua propriedade contra os bandidos e os invasores. O sujeito que, com a perda da autoridade patriarcal diante de uma sociedade em acelerada mudança, vocifera também o impossível retorno ao passado. Tempos que no Brasil se manifestam nas disputas de memória na Ditadura Militar. Esse mesmo sujeito deu uma sobrevida ao sentimento de admiração aos Estados Unidos que hoje alimenta o discurso político da extrema-direita brasileira, apesar da evidente crise de hegemonia do poder estadunidense no mundo.

O que podemos concluir é que apesar das contradições relevadas pelos Estados Unidos em seus tradicionais sistemas financeiro, eleitoral e militar no século XXI, em um tácito colapso do tradicionalismo capitalista e da ideologia liberal, nada parece ser capaz de tirar o brilho do verniz do americanismo entre parte das elites brasileiras, tanto os agentes do rentismo quanto também os grandes nomes do agronegócio. A admiração também se encontra presente nas classes médias e mesmo em partes das classes trabalhadoras urbanas e precarizadas. O que pretendemos demonstrar a partir de um estudo específico é que esta admiração não é um sentimento natural, mas foi construída historicamente. Este anseio parece aumentar na medida que nós também enfrentamos as nossas próprias crises e os nossos próprios dilemas. Vendo nos Estados Unidos o que poderíamos ter sido, mas não somos, supostamente por incapacidade ou incompetência, por preguiça ou por degeneração política. Muitas vezes acabamos ouvindo da boca de brasileiros palavras semelhantes as ditas por colonialistas em meados do século XIX sobre a degeneração natural dos que vivem no calor dos trópicos. E, como disse anteriormente, não é preciso ir muito longe para encontrar esses discursos, eles estão presentes dos salões da república até as conversas de botequim.

Ao mesmo tempo que esse sentimento corre livre pela sociedade brasileira, ele parece pouco compreendido. Muitas vezes as respostas a defesa dos interesses estadunidenses pela extrema-direita são simplistas e encontram-se decoradas na ponta da língua: os EUA ainda cumprem o seu papel histórico na defesa das liberdades tradicionais do Ocidente contra um avanço de um novo tipo de comunismo, globalmente subversivo e incutido em pautas identitárias, ou no uso do termo que se tornou moda no vocabulário político, o marxismo cultural. Ainda, sobre esse tipo de raciocínio, todo o pensamento da esquerda é mostrado como condenável – o que, segundo eles, age agora de maneira

velada, pois são culturalmente dominantes com todos os espaços de disseminação do pensamento, como instituições de ensino, imprensa e meios artísticos.

Para a grande parte da esquerda, no debate político cotidiano, as respostas quase sempre também são simplistas. Os motivos dessa admiração seriam as consequências óbvias de uma política imperialista ao longo de duzentos anos de relações desiguais entre Brasil e EUA. A partir de uma forte rede de interesses, a elite brasileira estaria naturalmente impregnada pelo entreguismo. Sob esse argumento, o Brasil seria dotado de uma classe dominante completamente dominada por interesses internacionais. Quase tudo se explica pela chave do imperialismo, mais especificamente do interesse econômico imediato, que se converte quase em uma "lei histórica". Assim, constatações apriorísticas sobre o poder imperial são transformadas em explicações que mais ofuscam do que iluminam. Sob essas chaves, torna-se fácil e inteligível interpretar qualquer fenômeno e conjuntura usando as lentes do imperialismo estadunidense. Essa leitura faz dos EUA um poder quase onipresente e onisciente em todas as regiões do mundo.

A própria disciplina de História no Brasil ainda é fortemente influenciada pela historiografia europeia, os currículos acabam deixando pouco espaço paras as disciplinas de História das Américas, principalmente para História dos Estados Unidos. Nos últimos anos, os cursos avançaram na busca de um equilíbrio, mas esses estudos ainda são incipientes perto da necessidade de compreensão ampla das influências e das pressões exercidas pelas múltiplas vias de poder político estadunidense no cenário nacional. Apesar da crescente influência de intelectuais brasileiros nos EUA, essa postura ainda se reserva a campos específicos da História Comparada, como, por exemplo, as reformulações profundas nas teorias sobre a escravidão.

Algumas respostas mais complexas sobre a relação Brasil-Estados Unidos correm nos círculos intelectuais do país e, às vezes, escapam os muros das universidades e alcançam um público mais amplo através da imprensa. A prática imediata da política externa exige dos analistas internacionais e do nosso corpo diplomático algumas respostas mais pragmáticas, direcionadas à ação política cotidiana. Nas Ciências Humanas ainda se enseja uma tentativa de criar uma compreensão mais profunda sobre as nossas relações com o "Grande Irmão". Por mais que muito tenha sido feito, muitos estudos ainda se baseiam quase unicamente em dimensões esquemáticas e visões dualistas em estudos sobre as relações bilaterais.

Contraditoriamente, em um só ato mental, essa admiração de uma parte da sociedade é permeada pelo estranhamento de outra. As relações de admiração também se

ramificam para o sentido conflitivo, manifestado em uma carga histórica de ressentimentos e dissentimentos e, em alguns momentos, acabam traduzidos em ódio. Como afirmou o historiador Frank McCann, em dois séculos de relações, desde que José Silvestre Rabello apresentou suas credenciais ao presidente James Monroe em maio de 1824, como primeiro representante do Império independente, Brasil e Estados Unidos nunca se enfrentaram em um conflito armado – apesar de não ter faltado planos para intervenções militares por parte de Washington em diferentes momentos. De maneira geral, os países foram aliados, porém, um fio de tensão percorre todo o tecido de suas relações. McCann sublinhou que as diferentes psicologias nacionais sempre produziram expectativas exacerbadas na diplomacia de ambos os lados. É comum que diplomatas brasileiros e estadunidenses discursem no sentido de evidenciar e destacar uma amizade e aproximação histórica de longo prazo. Todavia, ao analisar as relações historicamente, é perceptível que o resultado foi quase sempre um estranhamento recíproco. Como diria Lucian Febvre, por de trás das delicadezas protocolares e das saudações graduadas do *homo diplomaticus*, há uma detestável barbárie que as cortesias caricatas mal disfarçam[9]. Em diversos momentos históricos é possível observar o fenômeno descrito por McCann. De um lado, a desilusão entre os brasileiros com a tão almejada "relação especial" com os EUA. Do lado estadunidense impera a hipocrisia, a arrogância, o etnocentrismo e a impaciência dos governos com seus interesses geopolíticos, o que acaba por ferir a soberania brasileira em diferentes momentos[10].

Os acadêmicos estão empenhados em produzir as críticas mais profundas sobre a política externa estadunidense e os seus modos de agir e identificaram ao longo das últimas décadas uma singularidade da sociedade estadunidense: sua capacidade infindável de produzir mitos poderosos sobre sua a própria História dos Estados Unidos[11]. Mitos sobre as origens da nação e a ideia de liberdade individual; uma narrativa histórica que muitas vezes assume um tom épico sobre a ascensão de seu poderio. Essas questões dificultam e, ao mesmo tempo, enriquecem o estudo acurado da própria História dos Estados Unidos[12]. Obviamente que todo Estado-Nação produz mitologias sobre si, mas o

[9] FEBVRE, Lucien. Contra a História Diplomática em si: história ou política?. *In*: FEVVRE. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença,1989, p. 67-74.
[10] McCANN, Frank. **Brazil and United States during the World War II an its Aftermath: negotiating alliance and balancing giants**. New York: Palgrave Macmillan, 2018.
[11] Um dos estudos mais interessantes sobre o tema é RAPHAEL, Ray. **Mitos sobre a Fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da independência norte-americana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
[12] Raoul Girardet, um dos proeminentes estudiosos dos mitos e das mitologias políticas, aponta para como o mito político possuí um caráter de fabulação, uma deformação ou interpretação objetivamente recusável

caso dos estadunidenses é particularmente distinto pela dimensão global que essas representações alcançam, justamente pela capacidade de projeção de poder militar, econômico e cultural. Portanto, um mito construído sob bases materiais muito sólidas. Isto torna particularmente difícil para estrangeiros, intelectuais latino-americanos, assimilar ou decantar essas mitologias dos próprios fatos históricos. Os mitos não se separam da realidade por simples levigação. Envolvem a busca e a construção dos sonhos dos próprios estadunidenses, e os discursos políticos sempre tentam mover o passado em um determinado sentido, capaz de alterar o presente, mesmo que nem sempre isso funcione. Ao invés de separar o mito político dos fatos, talvez o melhor seja compreendê-los como parte das contradições que justificam e operam em conjunto com a imensa base material do poder estadunidense. Observar essa visão de mundo que se constrói num materialismo idealista que são parte de um só corpo. Discurso e prática, linguagem e ação, simbologia e poder, sujeitos e estruturas que foram capazes de garantir ao longo do século XX e de continuar garantindo no século XXI uma hegemonia incontestável, mesmo que ameaçada.

É interessante notar que a sociedade estadunidense não cria mitos apenas sobre si, mas é poderosamente capaz de criar visões e cosmovisões amplificadas sobre outros locais do mundo, basicamente empacotá-los e enviá-los para onde quiserem. Seja pelas telas do cinema, dos diferentes produtos da indústria cultural, ou na mochila de *mariners*, nas pastas de seus diplomatas, na mentalidade filantrópica de bilionários ou na boa vontade de voluntários em ações humanitárias. Quando essas visões chegam aos países em questão, certos setores sociais assumem e absorvem essas perspectivas exportadas e comparam-nas com o atrativo mundo apresentado. Admiração é alimentada dando força a subserviência de certos setores que passam a defender os interesses estadunidenses em seu próprio país. Por fim, a legitimação do poder imperial estadunidense pelo mundo foi edificada, em grande medida, pela capacidade de elaborar "receitas" de desenvolvimento.

Obviamente que não se trata de um processo passivo, nada é simplesmente absorvido. Ao contrário, o processo produz reações e respostas das mais complexas. A estranheza com que observamos as ações dos EUA e a sua maneira de lidar conosco é o que aguça a tentativa de compreendê-las e, de certa forma, é o sentimento que move esta tese. O que leva um governo estrangeiro a observar características de nosso país como

do real. A construção de uma narrativa mitológica exerce uma função explicativa do passado, fornecendo chaves para a compreensão do presente. Para Girardet, os mitos políticos constroem uma criptografia que parecer dar ordem ao caos dos acontecimentos e dos fatos históricos. GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologia Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

problemas plenamente seus e propor soluções para os nossos dilemas sob métricas concretamente suas? Seguindo esses pontos, o debate sobre as relações Brasil-EUA quase sempre foi atrelado a explicações conceituais binárias que enfatizam essas ações ao mesmo tempo que destacam suas reações. Imperialismo versus a luta por libertação nacional, facções nacionalistas versus facções entreguistas. Conceitualizações que pensam nos ritmos de alinhamento automático ou autonomia, engajamento ou contenção, convergências e divergências, palavras que se tornaram comuns no vocabulário dos estudos sobre as relações bilaterais entre os dois países. Não pretendo aqui refutá-las ou incorporá-las sem a devida crítica, afinal é possível observar essas ideias a partir de noções de dualidade, principalmente quando se pretende elaborar algum tipo de síntese. A melhor saída, contudo, é complexificá-las.

Cristina Pecequilo, ao procurar repensar alguns desses termos, demonstrou os perigos que essas visões podem acarretar, produzindo problemas na elaboração de nossa política externa. A dificuldade em refutar essas generalizações se encontra no próprio movimento histórico entre os dois países que expressam um movimento pendular de longa duração. Por exemplo, mesmo diante da crítica ao modelo, Pecequilo acaba propondo outro esquema explicativo, uma noção de engajamento e contenção como uma maneira plausível de perceber os dois países que disputam o hemisfério, cujos interesses inevitavelmente se colidem em muitas ocasiões[13]. Fica claro, contudo, que a visão entre a ameaça e o amigo prevaleceu em diversos momentos. Tentemos buscar, mesmo que brevemente, as raízes desse debate.

A frase que abre o livro do diplomata Manuel Oliveira Lima em 1899 é carregada de continuidades: "no Brazil falla-se ou muito bem ou, muito mal dos Estados Unidos[14]". Oliveira Lima reforçou com grande energia sua admiração pela cultura estadunidense em detrimento da sua própria. Afirmou que os EUA estavam se a edificar sob as estruturas da democracia e da *sciencia*. Valores que não se encontravam no Brasil. Por aqui, dominava o despeito de todas as superioridades da virtude e encarnava-se o "jacobinismo". Uma sociedade de iletrados e analfabetos, possuidores de uma inteligência mecânica até mesmo entre os mais educados. Oliveira Lima concordava com o novelista francês Paul Bourget, de que os EUA eram uma lição para a própria Europa,

[13] PECEQUILO, Cristina S. Do Alinhamento e Autonomia ao Engajamento e Contenção: o repensar das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos. **Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, *21*(32), 2014, p. 92–114.
[14] LIMA, Manuel de Oliveira. **Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociaes**. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899, p. 1.

contaminada pelo espectro do militarismo e do proletariado. As cisões políticas internas na sociedade estadunidense não significavam ódio, "a divergencia não implica fatalmente a destruição da opinião e, o que é peor, dos opinantes contrarios[15]".

Oliveira Lima escreveu em um momento de invenção das tradições nacionais da jovem República dos Estados Unidos do Brasil. Seu livro parece completamente inspirado em *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville. Em alguns momentos parece parafrasear o pensador francês. O diplomata repugnava o panteão republicano de heróis nacionais brasileiros e admirava o culto dos estadunidenses a figura de George Washington. Segundo Oliveira Lima, Washington representaria uma feição coletiva que abraçava todas as dissensões políticas e neutralizava em torno de si todas as divergências. O culto a Washington representava uma espécie de religião nacional nos EUA. Nem mesmo Napoleão Bonaparte, na França, possuía tamanho prestígio, mesmo com todo o simbolismo de sua trajetória pessoal, ele não ficava livre de detratores. Para o diplomata brasileiro, se Washington tivesse nascido no Brasil, com certeza não seria tratado assim, pois o presidente era "gentilhomem cortez, amavel, era methodico, um arranjado, um poupado, qualidades que a prodigalidade e o desleixo nacionaes não perdoam entre nós, taxando-as de ridículas[16]".

As frases de Oliveira Lima e de outros que assumiram o poder em novembro de 1889 ecoaram pelo tempo. É possível observar como essa admiração pelos EUA se reproduz na constante comparação, geralmente resultando no detrimento da própria cultura brasileira. Luiz Alberto Moniz Bandeira sublinhou como o Brasil Republicano nasceu sob o signo da americanização. Os Estados Unidos representavam uma ruptura com a herança colonial, constituindo-se aqui como um símbolo da industrialização e do progresso da democracia contra o regime monárquico, pauta central para as facções republicanas. O papel central do Governo Provisório foi alinhar os ponteiros do Brasil com os Estados Unidos, norteando nosso referencial para o desenvolvimento[17].

Esse projeto foi também motivador de estranhamentos. A resistência as primeiras tentativas de americanização do Brasil emanaram, paradoxalmente, dos círculos monarquistas. A obra marcante da crítica à tentativa de copiar as instituições estadunidenses no Brasil adveio de Eduardo Prado exposta no livro *A Ilusão Americana*. A obra, escrita em 1894, foi confiscada pelo governo brasileiro e Prado progrediu em

[15] LIMA, Manuel de Oliveira, 1899, Op. Cit., p. 5.
[16] LIMA, Manuel de Oliveira, 1899, Op. Cit., p. 8.
[17] MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

fuga até a Bahia, de onde tomou um navio para a França. O livro só foi reimpresso novamente no ano seguinte, em Paris. Oliveira Lima partia das proximidades entre nós e os estadunidenses, destacando a chaga da escravidão, o tamanho territorial, as riquezas e a grandes similaridades da herança das estruturas coloniais, enaltecendo a cultura e a sociedade estadunidense para destacar o que ele via como debilidades do povo brasileiro. Prado caminhou em direção contrária. Enfatizou como estamos separados não só pela distância geográfica, mas pela raça, pela religião, pela índole, pela língua e pela história do povo. O fato de pertencermos ao mesmo continente seria apenas um "accidente geográfico" a que muitos atribuem uma exagerada importância. Para ele, a ideia de nações irmãs era uma ilusão. Segundo Prado, na Europa, onde os países eram vizinhos e compartilhavam de uma mesma história, os sistemas políticos eram diversos e as nações em muitos momentos foram inimigas. Nada justificava a tentativa de associar o Brasil aos Estados Unidos[18].

Prado argumentou com fervor contra a total inexistência de uma fraternidade entre os países no continente americano. Nem entre os países de colonização espanhola essa fraternidade existia, muito menos com os Estados Unidos, com suas heranças anglo-saxãs.

> Vejamos na historia: Que auxilio prestou o governo americano á independencia das colonias ibericas da America – Qual tem sido a attitude dos Estados Unidos quando estes paizes têm sido atacados pelos governos europeus – Como os tem tratado o governo de Washington – Qual tem sido o papel dos Estados nas luctas internacionaes e civis da America latina – Qual a sua influencia politica, moral e economica sobre estes paizes[19].

Ao resgatar esses discursos do passado, desejo simplesmente argumentar que esse sentimento abissal que descrevemos no início é demasiado antigo. Ele pertencente à aurora da República, em um momento em que emergiam tentativas de soldar as nossas fissuras nacionais com o estanho de instituições estadunidenses. É possível encontrar esses pensamentos em praticamente qualquer momento da história das relações entre as duas Repúblicas, quando as vozes de Oliveira Lima e de Eduardo Prado continuam a ecoar nas diferentes quadras da história.

Essa relação antecedeu as próprias comparações do discurso entre o americanismo e o atraso ibérico provenientes dos estudos dos textos de Alexis de Tocqueville[20]. Por aqui, o tema ganhou intensidade a partir da Política de Boa Vizinhança no período

[18] PRADO, Eduardo. **A Ilusão Americana**. Paris: Armand Colin, 1895.
[19] PRADO, Eduardo. Op. Cit., p. 16-17.
[20] Ver VIANNA, Luiz Werneck. **Lições da América: o problema do americanismo em Tocqueville**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. 1993, n. 30, p. 159-193.

imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial. Como demonstrou Tota, em meados de 1930 passou a imperar a ideia de uma Europa representativa do passado, do Velho Mundo. Os Estados Unidos passaram a encarnar o verdadeiro significado da modernidade. O paradigma intelectual francês, tão presente no período imperial, foi paulatinamente substituído pela "fábrica de ideologias" da política externa estadunidense. Este processo transplantou ideias produzidas nos EUA para a América Latina. O americanismo acabou marcado nas elites brasileiras pelo compassado ligeiro do swing e do jazz das Big Bands, sendo comparadas ao samba e ao gingado brasileiro, o admirável ritmo acelerado dos grandes conglomerados urbanos, medidos pelos tamanhos dos automóveis, dos canos do revólver e do comprimento dos cigarros. Todavia, em termos políticos isso representou a construção de um novo vocabulário: "ciência, tecnologia, abundância, racionalidade, eficiência, gerenciamento e padrão de vida americano"[21].

A sociedade brasileira, contudo, não passou pela americanização sem estranhamentos. Após 1945, é possível observar com clareza o embate entre a ação imperialista estadunidense e a reação nacionalista brasileira, característica marcante da Guerra Fria no Brasil. De um lado, o nacional-desenvolvimentismo, seguiu diretrizes experimentadas no Estado Novo de Getúlio Vargas, continuou a fortalecer ideais de uma política rumo ao desenvolvimento industrial e de planejamento com forte participação do Estado em setores estratégicos, alinhada a uma política externa mais independente e multilateral. De outro, soluções liberal-conservadoras, alinhadas aos anseios das elites tradicionais, asseveravam com muita radicalidade a vocação agrária do Brasil e a preferência por relações bilaterais com os EUA[22]. O chamado "debate pioneiro" que opôs Roberto Simonsen e Eugênio Gudin sobre os rumos do desenvolvimento econômico no Brasil.

Estas características ainda formam os traços gerais e marcantes de muitos debates sobre os rumos da modernização no Brasil. Dadas as devidas proporções, a ala industrial e nacionalista, que enxergou na política externa uma forma de romper com a bipolaridade, seguindo a tendência de muitos países do chamado Terceiro Mundo, buscando alcançar mercados para além das disputas da Guerra Fria. A via liberal-conservadora ou, para usar um termo do período, "entreguista", viu na aliança privilegiada com os EUA e na liberalização dos mercados a única forma de alcançar o desenvolvimento desejado e a

[21] TOTA, Antonio Pedro. **Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 21.
[22] Ver em MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise L; TEIXEIRA, Aloísio**. Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945**. Brasília. IPEA, 2010.

proteção contra o comunismo, apostando na expansão agrícola e na obtenção de acordos exclusivos com os estadunidenses e com as potências europeias. Tratou-se de uma disputa em todas as esferas da realidade, na tentativa de definir o que era plenamente brasileiro em contraponto à influência estrangeira, nutrindo o nacionalismo[23].

Em dois séculos de relações, em uma americanização intermitente acabamos influenciados até a medula pelas ideias estadunidenses. Como afirma Marcelo Ridenti, a influência cultural, política e econômica dos EUA foi e é muito mais expressiva no Brasil do que a de qualquer outro país estrangeiro[24]. Seja na conhecida forma dos esforços de propaganda empreendidos durante a Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria, tema muito estudado nas universidades[25], seja na artilharia da indústria e da diplomacia cultural. Em nossas reflexões, defendemos que na última década, vivenciamos uma nova onda da americanização, ventilada por um contexto interno pela crítica da extrema-direita às abordagens multilaterais em termos de política externa dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2002 e 2016, e que continuam no governo Lula III. Naquele momento, vivenciamos adaptação de paradigmas dos anos de 1960, em uma nova política externa independente, resultando na crescente presença chinesa em nossa balança comercial, na integração crescente com os países latino-americanos e a formação dos BRICS.

Com a vitória da citada ala liberal-conservadora a partir do Golpe Parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016, o governo de Jair Bolsonaro, a partir de 2018, reavivou essas concepções de enaltecimento dos EUA, misturando a admiração histórica à subserviência das elites nacionais[26]. Essa nova onda de americanização que, como argumentei anteriormente, alcançou as camadas populares a partir do fenômeno do bolsonarismo. Ou podemos definir como uma nova fase da admiração, na qual parte da sociedade brasileira voltou a se afeiçoar e enxergar os Estados Unidos como referência e norteador do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Entre 2018 e 2020, as aproximações da diplomacia presidencial de Donald Trump e de Jair Bolsonaro

[23] MANZUR, Tânia Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Revista Lua Nova**. Set., n° 93, 2014, p. 169–99.
[24] RIDENTI, Marcelo. **O Segredo das Senhoras Americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
[25] Alguns estudos fundamentais sobre o tema MOURA, Gerson. **Tio Sam Chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1991. TOTA, Antonio Pedro. **Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. VALIM, Alexandre Busko. **O Triunfo da Persuasão: Brasil, Estados Unidos e o Cinema da Política de Boa-Vizinhança durante a II Guerra Mundial**. São Paulo: Alameda, 2017.
[26] Um exemplo claro desse reavivamento do americanismo no Brasil foi o **discurso de posse** de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores do governo Jair Bolsonaro.

representaram o ápice desse novo período. É mergulhado nessa temporalidade que analisamos as fontes primárias da presente tese. Assim, este ensaio inicial constitui em uma tentativa de demonstrar que o presente estudo analisa questões inquietantes do passado, mas está alicerçada em perturbações do presente, principalmente sobre os usos da política internacional no debate político cotidiano. Diante de um mundo conflituoso, a política externa tem sido utilizada como ferramenta eficaz para engajar e mobilizar politicamente eleitores.

Hipóteses e Colocação do Problema

Esta tese possuí duas investigações fundamentais:

1) Compreender como se formou as percepções do serviço diplomático dos Estados Unidos sobre o Brasil entre 1960 e 1964. Isso será feito a partir de um estudo da ideologia da modernização e como ela operou diante da realidade brasileira. De forma específica, nesta pesquisa afirmamos que as maneiras pelas quais o cenário político, os sujeitos históricos e as imagens predominantes sobre o Brasil, interferiram na mentalidade dos diplomatas e em suas tomadas de decisão. Defende-se que conhecer e analisar essas percepções tornará possível compreender com mais precisão a linha que pensamento que orientou a ação intervencionista do governo dos Estados Unidos na campanha de desestabilização do presidente João Goulart e no Golpe Civil-Militar de 1964.

2) Analisar o papel das elites nacionais brasileiras na formação dessa percepção. É evidente que o serviço diplomático dos Estados Unidos no Brasil criou relações profundas com a elite liberal-conservadora, criando uma rede de informações entre embaixadores, secretários, adidos e cônsules com empresários, políticos, industrialistas e militares brasileiros. Nesse aspecto, observa-se que parte fundamental desta percepção advém justamente do elo entre o serviço diplomático e as elites nacionais.

Todas as outras indagações partem destas. Em um sentido amplo, pretende-se observar o vínculo entre ideologia e sua influência na formação das percepções individuais na política internacional e o como essas visões operaram em diferentes contextos, influenciando os agentes políticos em suas decisões. Argumentamos que, por muito tempo, a historiografia que se debruçou sobre a participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-Militar e na Ditadura partiu de explicações calcificadas na perspectiva de denunciar as ações do imperialismo estadunidense no Brasil. Carlos Fico e Marcelo Ridenti apontaram para como esse tipo de abordagem pode levar ao reducionismo e deve

ser evitada, pois enquadra o tema em equações simplificadoras, como se tudo se explicasse por ações encobertas de grandes potências e o trabalho de pesquisa seria apenas descortinar os canais de financiamento aos golpistas e os nomes por trás das conspirações políticas[27].

Essas generalizações de análise produziram revelações importantes, mas também calcificaram certos modelos que podem travar o debate. Um dos exemplos é se debruçar sobre a documentação buscando fatos inéditos em documentos ainda classificados, dispensando uma análise dos consulados e dos acontecimentos fora dos grandes eixos políticos e econômicos, considerados de menor importância. Descobrir eventos desconhecidos – como foi o caso da historiadora Phyllis Parker com a Operação *Brother Sam* – é, obviamente, fundamental. No entanto, seguimos uma recomendação de Carlos Fico, que afirma que a massa documental rotineira, quando bem trabalhada, revela dados muito fundamentais aos historiadores[28]. Por esse motivo, seguimos a estratégia metodológica de analisar toda a documentação disponível entre janeiro de 1960 a abril de 1964, sem necessariamente selecionar um tema em específico. O recorte foi imposto justamente pelo arquivo – os 21 rolos de microfilmes do *Record Group* 59 que estão divididos entre 1960-1963 compõe a maioria da documentação trabalhada. Os documentos referentes a meados de 1963 e abril de 1964 foram consultados pela lógica de analisar os meses finais do governo João Goulart até o Golpe Civil-Militar de 1964.

Esta metodologia advém das necessidades de se construir uma reflexão mais complexa e que proporcione uma ampla compreensão de como a mentalidade do serviço diplomático estadunidense operou durante a tomada de decisões e, com isso, analisar a condução da política externa em um contexto determinado. Além disso, argumentamos que as percepções desses agentes foram profundamente moldadas pelas elites brasileiras que apoiaram o Golpe de 1964, responsáveis por consolidar a imagem de um Brasil caótico, economicamente desastroso e em rápida marcha rumo ao comunismo. Essa imagem, ainda aventada por militares e pela extrema-direita brasileira, foi absorvida e construída em conjunto com o serviço diplomático estadunidense.

Diante do tema exposto, o primeiro capítulo parte justamente dessas constatações, enquadrando nosso estudo em um amplo e contínuo esforço historiográfico para

[27] RIDENTI, Marcelo. **O Segredo das Senhoras Americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural**. São Paulo: Editora Unesp, 2022. FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008.
[28] FICO, Carlos. 2008. Op. Cit, p. 10.

investigar de maneira pormenorizada o tema. Ao analisar a formação dos quadros que integraram os *policymakers* do governo de John F. Kennedy, constata-se que esse governo atraiu para o seu entorno os chamados "melhores e mais brilhantes[29]". Assessores e intelectuais recrutados nas mais prestigiadas universidades dos Estados Unidos e que formaram um *staff* altamente qualificado, conhecido na literatura como *New Frontier*[30]. A figura de Lincoln Gordon é representativa neste quadro. Antes de assumir a embaixada no Brasil e se tornar um símbolo do intervencionismo estadunidense na América Latina, Gordon era um professor de História Econômica na Universidade de Harvard. A questão central dessa análise é como Gordon percebia o Brasil e de que forma sua visão influenciou o apoio dos EUA aos golpistas. A resposta imediata para essa pergunta costuma ser explicações simplistas baseadas na concepção de imperialismo, retratando-o como um sujeito movido exclusivamente pelo interesse econômico e pela dominação política, focado unicamente na defesa do capital estadunidense. Embora esse seja um fator de considerável peso, ele não desvenda o enigma por completo. É importante destacar que o embaixador Gordon não atuou isoladamente; ele contou com o apoio de um vasto corpo diplomático formado por adidos, cônsules, técnicos e secretários dos mais variados setores.

No primeiro capítulo, demonstramos como o ideário em voga a partir de 1960 no Departamento de Estado advém de bases intelectuais construídas na segunda metade da década de 1950, no interior de um arcabouço teórico conhecido como Teoria da Modernização, movido pelo desejo de transformar o chamado Terceiro Mundo[31]. Essa

[29] O termo foi cunhado pelo jornalista David Halberstan em seu livro de 1972 sobre o papel dos acadêmicos e intelectuais no desenho da política externa de John F. Kennedy ver HALBERSTAN, David. **The Best and Brightest**. New York: Modern Library, 2001.

[30] Para uma boa análise da formação do discurso da Nova Fronteira, ver AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

[31] O termo "Terceiro Mundo" surgiu no período pós-Segunda Guerra como uma forma de designar os países da Ásia, África e América Latina. A diferenciação fazia referência aos países do "Primeiro Mundo" – as nações capitalistas – e do "Segundo Mundo" – os países socialistas ou comunistas. Originalmente, o termo significou as nações que não estavam formalmente alinhadas com nenhuma das duas grandes potências da Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética, e que frequentemente enfrentavam desafios socioeconômicos significativos. A origem do termo é atribuída ao demógrafo francês Alfred Sauvy, que o utilizou em 1952. No entanto, como destacado por Arturo Escobar, a construção da ideia de categorizar regiões do mundo com base em seu "nível de desenvolvimento" precede essa data e está profundamente enraizada em uma visão evolutiva e etapista do progresso social e econômico. Após a Conferência de Bandung em 1955, onde líderes de países afro-asiáticos se reuniram para discutir formas de cooperação e resistência ao colonialismo, o termo "Terceiro Mundo" ganhou maior destaque e passou a ser usado globalmente para expressar uma identidade comum entre nações recém-independentes e em desenvolvimento que buscavam uma terceira via de desenvolvimento, distinta das influências diretas do bloco capitalista e do bloco comunista. Apesar do uso inicial do termo como uma marca de solidariedade e autonomia, ele também adquiriu conotações pejorativas, sendo utilizado para descrever essas nações como subdesenvolvidas ou atrasadas. Esta conotação negativa reflete a carga hierárquica e universalizante presente na categorização de desenvolvimento da época, que muitas vezes subestimava a complexidade e

ideologia surgiu a partir das demandas do governo dos Estados Unidos por respostas e ações políticas que dessem conta de controlar e exercer a sua hegemonia em um mundo cada vez mais complexo, caótico e de difícil compreensão, principalmente na África, Ásia e América Latina no pós-guerra. Demonstramos como as Teorias da Modernização são provenientes de uma releitura da própria História dos EUA. Os teóricos engajados no compromisso de modernizar o mundo endossaram os mitos fundadores e todo discurso mobilizador anticomunista, típico da Guerra Fria. O resultado foi um sólido projeto de modernização de concepções liberais que objetivava se contrapor ao projeto revolucionário soviético. A teoria forneceu uma ordem explicativa a um mundo em acelerada transformação, amenizando as ansiedades dos decisores e tornando o mundo mais compreensível. Esses teóricos forneceram conceitos, enquadramentos e todo um vocabulário político renovado, além de um conjunto de propostas aparentemente científicas e técnicas, embasadas na própria trajetória histórica dos países capitalistas. A Teoria da Modernização foi, sobretudo, um plano de ação factível e executável, capaz de se adaptar-se aos diferentes contextos globais.

O crescente interesse de intelectuais e *policymakers* pela América Latina deu origem a iniciativas detalhadas que buscaram teorizar e articular de maneira clara, sob uma perspectiva específica, a realidade de diversos grupos, como o camponês e a camponesa nordestinos, os colonos dos pampas gaúchos, os estivadores da cidade portuária de Santos, os operários paulistas e as elites cariocas. Esses personagens tornaram-se centrais no esforço de compreensão do serviço diplomático dos EUA no Brasil. Restringir a ação imperialista apenas à dominação econômica obscurece o vasto empenho do governo dos EUA e das múltiplas iniciativas políticas que se dedicaram a entender o Brasil em sua complexidade, embasando-se nas teorias que sustentaram os programas de ajuda externa. As percepções formadas a partir dessas iniciativas nortearam as decisões de intervenção em assuntos internos e transformaram os programas de modernização em verdadeiras ferramentas de desestabilização da democracia. A Aliança para o Progresso simbolizou não apenas o espírito de combate ao comunismo, mas também encarnou a própria ideia de "fardo do homem branco", a *mission civisatrice*[32] dos EUA no Brasil.

---

a diversidade das experiências desses países. ESCOBAR, Arturo. **Encoutering Development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

[32] *Mission Civisatrice* foi uma teoria imaginada na França durante a expansão colonial dos séculos XV e XIX, justificando que a civilização europeia seria superior e por isso tinha a missão de civilizar os povos selvagens e bárbaros ao redor do mundo. A ideia ganhou popularidade no poema de Rudyard Kipling, *The White Man's Burden*.

Ao longo deste trabalho, tornou-se evidente a importância de compreender o papel central das elites nacionais na construção da imagem do Brasil perante os tomadores de decisão nos Estados Unidos. Os diplomatas responsáveis pelos relatórios que orientavam grandes decisões dialogavam diretamente com políticos alinhados aos interesses estadunidenses. Eram os jornais de maior circulação, classificados por ideologias bem definidas, que os diplomatas consultavam para medir o impacto de suas ações. Em reuniões com intelectuais, políticos ou figuras de grande relevância, os problemas e estratégias eram debatidos e analisados. Além disso, nos consulados das capitais estaduais, o serviço diplomático mantinha uma profunda integração com os anseios das elites locais, participando de bailes, clubes e jantares, inaugurando escolas, ministrando cursos e palestras, além de realizar ações de caridade e filantropia. As percepções que esses diplomatas formavam tinham uma circularidade constante com as elites brasileiras, que contribuíam significativamente para a construção da visão que os estadunidenses tinham sobre o país. É nesse contexto que os diplomatas buscavam informações e fontes. Pretendemos, por fim, demonstrar que o ideário sobre o Brasil não foi produzido apenas a partir das concepções estadunidenses, mas contou com uma contribuição substancial das elites nacionais, que utilizavam as vias de poder internacional para promover seus projetos políticos regionais.

O repositório documental sob o qual esta tese se alicerça provém da iniciativa *Opening the Archives*, um esforço iniciado e coordenado pelos professores James N. Green, na Brown University, e Sidnei J. Munhoz, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). O objetivo do *Opening the Archives* é digitalizar e indexar documento diplomáticos do governo dos Estados Unidos relacionados ao Brasil de 1908 até 1980, e disponibilizá-los em plataformas de acesso livre de fontes primárias para pesquisadores e ao público interessado. Nos últimos anos, o professor Green liderou continuamente grupos de estudantes da Brown University para escanear documentos no *National Archives and Record Administration* (NARA), em Maryland, e em bibliotecas presidenciais como a John F. Kennedy, Lyndon B. Johnson, Richard Nixon, Gerald Ford, Jimmy Carter e Ronald Reagan. Na UEM, por intermédio de um esforço de captação de recursos adquirimos toda a coleção de microfilmes referentes ao *Record Group 59 (General Records of the Department of State)* de 1908 até 1963.

Atualmente, há dois websites em operação, um de domínio da Brown, que contém os documentos de 1963 até 1980; e outro de domínio da UEM que contém os documentos de 1908 até 1963. A UEM, por intermédio da Central de Documentação (CDO-UEM),

obteve um vasto acervo de microfilmes provenientes do NARA, parte deles em parceria com o Arquivo Nacional. A partir disso, por intermédio do processamento de imagem e organização de informações, foi construído um banco de dados que conforma parte do projeto. Estive diretamente envolvido nesses trabalhos desde 2016, primeiro como indexador de documentos no site da Brown, depois na construção, indexação e trabalhos técnicos no repositório da UEM.

Por uma História Social das Relações Internacionais

Na vasta literatura da História das Relações Internacionais, esta tese tem uma pretensão concisa: ser um estudo sobre as percepções resultantes das relações entre o Estados Unidos e Brasil nos anos de 1960 a 1964. Diante disso, é prudente definir alguns aspetos metodológicos e conceituais. Essencialmente, a reflexão historiográfica consiste em rememorar o passado e realizar uma transcrição renovada de conceitos, levando em conta as condições de um determinado tempo histórico, seus problemas e desafios. Ou seja, na experiência do saber de séculos depositados em uma tradição de pensamento que o historiador Edward P. Thompson denominou de "lógica histórica[33]". Nesse sentido, nosso posicionamento diante dos conceitos evocados precisa ser delimitado e definido mesmo que brevemente. Uma compreensão mais profunda sobre os objetivos e as formas de pensar do serviço diplomático – por meio de ferramentas conceituais diversas – permite o conhecimento mais acurado e representativo das nuances, das contradições e das relações entre embaixada, consulados nas capitais estaduais, Departamento de Estado e a Casa Branca que nem sempre eram harmoniosas.

A primeira questão que apresentamos como crítica é a clássica forma de observar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos sob a ótica do imperialismo. Como afirmou Mary Anne Junqueira, essa abordagem dominou a historiografia dos anos de 1960 e 1970, provendo uma visão dos Estado Unidos como detentores das "cartas do jogo político". Nesse sentido, suas ações comandariam e dirigiriam os interesses econômicos e políticos de outros países, fortalecendo a sua hegemonia e a sua posição como potência global. Esses estudos, contudo, não costumavam partir de robustas pesquisas com base em amplas fontes documentais, mas possuíam um tom denunciativo e se baseavam em esquemas teóricos complexos, geralmente correspondentes ao marxismo[34].

[33] THOMPSON, Edward P. **Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
[34] JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao Sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)**. São Paulo: EDUSF, 2000.

Uma das obras que mais representam estas concepções é *Imperialismo na América Latina* de Octávio Ianni. A partir de um arcabouço teórico robusto, mas sem um lastro empírico, Ianni sublinhou como o domínio imperial dos EUA exerceu sua hegemonia sob todas as esferas da realidade na América Latina. Para Ianni, os EUA atuaram principalmente por duas vias, a da diplomacia do dólar e o do *big stick*. Mesmo que em alguns momentos certos governos adotassem políticas conjunturais com variadas denominações como: panamericanismo, não intervencionismo, Política de Boa Vizinhança, Aliança para o Progresso, associação madura ou qualquer outra nomenclatura usada para determinar reformulações circunstanciais, Ianni argumenta que trata-se apenas de expressões ideológicas com as quais os diferentes governos dos EUA procuraram sempre despolitizar as relações internacionais, sempre lastrados por uma visão imperialista. A ideia de um domínio incontestável, levou Ianni a formular a noção de que os EUA dominassem uma *diplomacia total*, onde o poder extrapolaria os meros interesses políticos, econômicos e militares, para inclusive atender a uma estrutura sociocultural etnocêntrica e racista[35].

Seria uma falsa colocação dizer que a obra desses autores não reconhece em nenhum momento uma margem de manobra dos países latino-americanos. Ianni é exemplar em suas explicações sobre a relações entre as elites latino-americanas e os interesses estadunidenses na constituição de uma classe subalterna e no engendramento de uma noção de segurança mútua, leitura com a qual estamos de acordo. Nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, os laços de dependência da América Latina se tramaram seguindo as exigências da Guerra Fria e do próprio processo de expansão da influência global dos EUA no mundo. Porém, discordamos do autor quando ele afirma que programas como o Ponto IV ou a Aliança para o Progresso seriam apenas combinações dinâmicas "das diplomacias do *dollar* e do *big stick*, em versões modernizadas"[36]. Com certeza essa leitura é plenamente possível a partir de uma série de generalizações que acabam formando um bloco que desconsidera mudanças, mas argumentamos que em todos esses momentos as reformulações circunstanciais foram feitas com base em aspectos mais profundos do que o simples seguimento de uma política de longa duração que pouco se altera.

Para seguir nos argumentos, proponho uma análise do conceito de imperialismo e nas formas como ele será abordado ao longo da tese, inclusive justificando seu uso do

[35] IANNI, Otávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1974, p. 10.
[36] IANNI, 1974, Op. Cit. p. 22

termo “Império” no título do trabalho. O presente conceito costuma ser utilizado para definir um conjunto de práticas que permitem a subordinação, formal ou informal, de povos e Estados a outros. Todavia, apesar de uma definição ampla, passível de ser utilizada em diversos contextos, o conceito de Imperialismo é mais identificável como o tipo de exploração colonial estabelecido pelas potências europeias em suas colônias durante os séculos XIX e XX[37]. No século XX, ao tratar dos EUA como potência imperialista, acaba-se adotando uma perspectiva de força onipotente e onipresente em sua ação global. Ao tomar este conceito sem a devida reflexão, muitas nuances são ofuscadas e os resultados mais imediatos desse percurso são estudos mecanicistas que podem ter alguma relevância, mas empobrecem a análise e são frágeis empiricamente. As pressões exercidas pela Grande Potência são indiscutíveis, ainda mais após 1945, mas os países latino-americanos não são apenas frágeis, pobres e manipuláveis, condenados a se submeter a uma força determinística em um jogo de cartas marcadas em um sistema mundial comandado pelos EUA. Nessa relação, embora haja uma desproporcionalidade colossal de poder, sempre existe a possibilidade de resistências e, principalmente, de influências mútuas que modificam as percepções e podem alterar a política externa em determinados momentos. Independente da perspectiva que se adote, seja na ótica da Teoria da Dependência, dos Estudos Subalternos ou na inflexão Decolonial é necessário compreender que nem o Brasil nem os Estados Unidos se explicam apenas por fatores de dominação e subserviência e nem se resumem historicamente sob esses aspectos. São nações complexas em termos históricos e precisam ser compreendidas na singularidade de seus contextos e conjunturas.

Pensar em um conjunto de interações contraditórias é fundamental quando se insere um número maior de fatores de análise. Portanto, nosso objetivo não é eliminar o uso do conceito imperialismo, até porque como o próprio título desta tese demonstra, acreditamos na ação imperial dos EUA na América Latina. O objetivo é apresentá-lo em uma forma mais complexa.

Em grande medida, a primeira ideia de imperialismo surge relacionada às condições específicas no tempo e no espaço, tendo como referência as antigas potências coloniais (especificamente Império Britânico e a França Napoleônica), destacados na historiografia a partir dos estados imperiais que Eric Hobsbawm descreve em *A Era dos Impérios*. Como afirmou o historiador britânico, a palavra se popularizou pelo

[37] BERTONHA, João Fábio. **Imperialismo**. São Paulo: Contexto, 2023, p. 10-11.

vocabulário político e jornalístico a partir de 1890 usado para denotar os poderosos movimentos políticos do Ocidente no século XIX[38].

A leitura apresentada por Vladimir Lênin tornou-se central na definição de imperialismo para os marxistas após 1917 e foi adotada com vigor pelos movimentos revolucionários e de esquerda no Terceiro Mundo ao longo do século. O modelo padrão de interpretação de um mundo dividido entre grandes potências capitalistas, de certo modo, se esticou para explicar a ação imperialista das potências no período da Guerra Fria, quando Estados Unidos e União Soviética fizeram surgir a ideia de nações líderes que se enfrentavam por meio de "satélites" em zonas de influência, evitando o combate direito[39].

Ao longo do século XX, o imperialismo como conceito ensejou um debate entre um conjunto sublime de intelectuais. Em grande medida, os estudos que citamos fazem uso da explicação de imperialismo mecânico advindo de interpretações mais ou menos leninistas, mas elas não foram as únicas. De Karl Kautsky a Rosa Luxemburgo ou John A. Hobson e Joseph Schumpeter passando por Raymond Aron, Hannah Arendt e Paul Kennedy. Dos mais recentes, William Appleman Williams, Gabriel Kolko, Walter LaFeber e Noam Chomsky[40], o debate é verdadeiramente frutífero em oferecer definições e altercações sobre o alcance do conceito de imperialismo e principalmente sobre seus aspectos econômicos e políticos.

Foi Edward W. Said chamou a atenção para um ponto que consideramos fundamental, o pouquíssimo esforço dedicado ao papel privilegiado da cultura na experiência imperial moderna. Said sublinhou como a integração de nosso mundo é fruto do anseio dos impérios modernos que criaram um conjunto de padrões reconhecidos globalmente. O intelectual palestino estava particularmente preocupado em entender o

[38] HOSBAWM, Eric. **Era dos Impérios**. São Paulo: Paz & Terra, 2013.
[39] MUNHOZ, Sidnei. **Guerra Fria: História e Historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.
[40] KAUTSKY, Karl. O imperialismo. *In*: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, Heréticos e Malditos**. Rio de Janeiro: Record, 2002. LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. HOBSON, John A. **Imperialism: a study**. Nova York: James Pott & Company, 1902. SCHUMPETER, Joseph. **Imperialismo e Classes Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961. ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora da UnB, Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, 2002. ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: Delta, 1962. KOLKO, Gabriel. **Main Currents in Modern American History**. New York: Harper & Row, 1976. KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda as Grande Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989. LaFEBER, Walter. **An Interpretation of American Expansion, 1860-1898**. Ithaca: Cornell University Press, 1963. CHOMSKY, Noam**. O Império Americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

que permaneceu e o que desapareceu no passado dos antigos impérios e como isso se reproduz em choques de leitura histórica sobre o passado no mundo moderno. Eis um ponto fundamental ao nosso trabalho. O aparato imperial de dominação política e econômica não exigi apenas uma base material (uma presença física de uma grande quantidade de funcionários a serviço de uma nação no estrangeiro ou um poderia militar de presença constante), mas tão importante quanto é a produção de uma cultura, de uma mentalidade e de uma ideologia capaz de sustentar os interesses imperiais. São nas ilusões de segurança, nas falsas expectativas, no clima que produz romances, teorias raciais ou apelo pelo exótico; são nas especulações geográficas e nos receituários de modernização que o poder econômico se expande e se legitima. O poderio imperial não pode ser projetado sem justificações minimamente plausíveis, que se tornam mais complexas na medida em que a democracia torna a opinião pública um fator considerável a partir do século XX. A forma como os Estados Unidos legitimaram suas ações internacionais – tanto nos países onde procurou exercer seu poder quanto em sua própria sociedade, acabou por produzir diferentes tipos de discurso ideológico e, com ele, contradições inerentes. Por um exemplo, para Said, o nacionalismo observado como um fenômeno histórico nos países do Terceiro Mundo se formou a partir de uma cultura de resistência à presença do imperialismo no pós-Segunda Guerra[41].

Isso representa um ponto central na obra *Cultura e Imperialismo*, a manutenção de uma visão de "nós" e "eles", tornando-se marca registrada das culturas imperialistas a partir de um pensamento que remonta às concepções da Grécia Antiga e de construção de uma cultura em oposição aos "bárbaros", aqueles que vivem nos limites da civilização. Como salientou Said, somos herdeiros de um estilo segundo o qual o indivíduo é definido por sua nação e a sua busca por um sentido de identidade se produz na definição do outro[42]. Said estudou esses padrões de poder cultural e os interesses que conduziram os assuntos da metrópole com suas colônias, se estendendo para os chamados impérios informais modernos. Nesse caso, há o que Said chama de zelo destrutivo quando as coisas ficam ríspidas ou quando os nativos se revoltam e repudiam um dirigente subserviente e impopular ou a presença estrangeira em suas terras, o poder representativo do império é habilmente capaz de evocar a ideia de excepcionalidade, negando os padrões do colonialismo clássico, e se reorientando em um novo, distante do simples anseio de

[41] SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 20-21.
[42] SAID, 2011, Op. Cit, p. 22.

dominação. Muito semelhante ao que caracterizou a política externa estadunidense no início dos anos de 1960 com seu apelo a modernização.

Nesse ponto, cabem algumas considerações sobre nossa abordagem dos EUA como um império. Said sublinha como a visão estadunidense de seu passado não denota uma ideia de império no modelo clássico. Há uma leitura mais próxima de um justiceiro, reparando os males do mundo, perseguindo a tirania, defendendo a liberdade a qualquer custo[43]. A ideia de um "Império Americano" surgiu a partir de 1945 e continua a ser um conceito utilizado para descrever a capacidade de projeção de poder dos EUA em múltiplas vias pelo mundo. Há, contudo, problemas epistemológicos profundos se adotarmos o termo "império" como puro e simples adjetivo para se referir às redes de coerção, poder econômico, político e militar em uma vasta região.

Além do anacronismo, o termo pode falsificar a proeminência de poder como sendo muito maior do que a sua real capacidade. Por esse motivo, alguns autores têm adotado o conceito de "império informal" para distinguir a conduta imperialista dos Estados Unidos, a partir de 1890 e, sobretudo, após 1945, daquelas praticadas pelos impérios clássicos da antiguidade ou do século XIX. O sociólogo Michael Mann é um desses estudiosos que analisou como o intervencionismo estadunidense e suas práticas imperialistas foram construídas a partir de um discurso de defesa das liberdades e não do desejo de construção de um império aos moldes das civilizações ocidentais no século XIX. Um discurso irreal, ligado a mitos de origem e a ideia do Destino Manifesto, partindo uma visão progressiva do capitalismo, mas nem por isso menos mobilizadora e poderosa para legitimar as suas ações em outros locais do mundo. Mann argumentou que essa noção de um avanço histórico dos EUA em direção à construção de um império informal ocorreu em três grandes ondas: a primeira após 1890, a segunda com o fim da Segunda Guerra Mundial e uma terceira, que falhou logo no início do século XXI[44].

Para Mann, o império informal estadunidense se difere das antigas formas de impérios coloniais por não incorporar diretamente territórios. No caso dos EUA, os setores dominados por seu poder mantêm a soberania, mas são constantemente intimidados por pressões políticas, econômicas e militares. Após 1945, esse domínio foi edificado a partir de dois pilares: a criação de uma ordem econômica internacional com o Acordo de Bretton Woods; e de uma estabilidade geopolítica garantida pelo poder

[43] SAID, 2011, Op. Cit, p. 28.
[44] MANN, Michael. **The Sources of Social Power, Volume 3: Global Empires and Revolution, 1890-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 18-19.

militar estadunidense e dos seus aliados da OTAN. As características desse império informal podem ser vistas em vários momentos ao longo de todo o século XX, principalmente quando os EUA empreenderam guerras, não para conquista territorial, mas para defender ou instaurar regimes positivos aos seus interesses e depois se retirar, mantendo nesses locais regimes aliados ou bases militares permanentes. Ao contrário dos britânicos que efetivamente se tornaram colonos nas adjacências de seu império, os estadunidenses não abandonam seu território para viver em países sob sua influência. Apesar do ímpeto expansionista característico e da capacidade de projeção de poder militar e econômico, sua dominação ocorreu de forma menos extensiva e mais intervencionista, geralmente utilizando as elites políticas locais a partir da harmonia de interesses econômicos e de ações de diplomacia cultural[45].

As ideias apresentadas em *Cultura e Imperialismo* oferecem um olhar privilegiado de análise para o período de nosso estudo. Said, em seu brilhantismo, foi capaz de vincular diversas esferas da realidade e demonstrar o envolvimento da cultura com os impérios em expansão. Uma história que não se restringiu a soldados e canhões, mas abrange ideias, formas, imagens e representações fundamentais para a legitimação dos impérios modernos. De alguma maneira, buscando no método que Said utilizou na literatura imperial, os documentos de nosso estudo foram lidos da mesma forma a buscar essas relações de autoridade que legitimaram a política externa dos Estados Unidos no imaginário dos seus agentes e nas elites brasileiras naquela quadra da História.

Destarte, a leitura dos documentos produzidos pelos agentes diplomáticos e as suas ações e pensamentos foram analisadas a partir da relação entre e texto e o contexto, buscando identificar esses padrões de um pensamento imperial estadunidense, principalmente vinculado a uma leitura específica do excepcionalismo atrelado às teorias da modernização. A análise da realidade, o cálculo político, as propostas de mudança de estruturas sociais, a "revolução às margens do capitalismo[46]" que o governo estadunidense se engajou em levar adiante na América Latina, operou sob um conjunto de ideias, de representações e leituras de si e de sua própria trajetória nacional, construindo poderosos mecanismos ideológicos sistematizados no programa de ajuda externa denominado Aliança para o Progresso.

[45] MANN, 2012, Op. Cit, p. 20-21.
[46] LARA, José Victor. **Revolução às Margens do Capitalismo: a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-**1964. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, 2019.

Uma das propostas deste trabalho foi possível essas análises de História Social para serem compreendidos também em termos das Relações Internacionais. Pelo menos desde as reformulações promovidas pelas inovações no campo da História Política, as Relações Internacionais têm ocupado um lugar de destaque no estudo da circulação de ideias e na construção do poder[47]. Os estudos históricos mais recentes têm dado o devido peso ao processo decisório dos agentes na política externa, não como genialidade ou tolice de um mandatário, mas como uma trama internacional que envolve diferentes dimensões de interação e o peso de aspectos internos produzidos socialmente. No interminável debate no bojo das Ciências Humanas sobre como as pressões estruturais influem no poder de decisão do indivíduo e na sua capacidade de romper com as amarras estruturantes, a História das Relações Internacionais se reformulou destacando a importância dos movimentos sociais e iluminando como a política externa e interna são dimensões de um mesmo fenômeno que se separam apenas na análise, mas não no real, e acabam por envolver atores diferenciados e por vezes não vinculados ao poder do Estado.

A História tem um papel fundamental na solução dessas questões complexas ao pensar as dinâmicas internacionais. Em 1981, o historiador francês Jean-Baptiste Duroselle escreveu *Todo Império Perecerá*, um verdadeiro ataque contra as chamadas Teorias das Relações Internacionais e os seus modos de captar os processos por intermédio de "leis" científicas, regras dos "jogos diplomáticos", ideias de um "sistema" mundial que operava sob mecanismos mais ou menos rígidos. Segundo Duroselle, tudo isso não passava de pura imaginação, modelos artificiais. Há apenas um objeto que interessa nos estudos das relações internacionais, aquele congelado pela implacável frieza do tempo: os acontecimentos. A fecundidade da obra do historiador francês está na reinvindicação de colocar os movimentos internacionais mais próximos da História, abandonando essa falsa ideia de controle que se tem sobre as abstrações sem alicerces no real. Duroselle denomina essas análises de castelos de cartas ou, citando Jacques Feymond, "armadilha para conceitualizador"[48].

O historiador francês elaborou os fundamentos de uma teoria baseada na análise histórica dos eventos. Para ele, trata-se de uma falsa questão decidir se optamos pelo Estado ou se focamos nos indivíduos como principais atores para a compreensão dos problemas. O foco estaria no poder e nas suas relações com os sujeitos. O historiador

[47] Para uma síntese do debate ver MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. *In:* REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 365-400.
[48] DUROSELLE, Jean B. **Todo Império Perecerá**. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Edunb, 2000.

francês, evocando toda a herança intelectual que tomou de seu mestre, Pierre Renouvin, demarcou que a História das Relações Internacionais estuda as *finalidades* – as vias por onde o poder percorrem para alcançar determinados objetivos – e as *causalidades* – todas as ações da coletividade humana e as suas dimensões que exercem as chamadas "forças profundas", contra ou a favor dos acontecimentos.

A força conceitual de Duroselle e de Renouvin já havia sido demonstrada em um monumental trabalho de 1968, *Introdução à História das Relações Internacionais*, onde ambos trouxeram o conceito de forças profundas. De fato, o termo soa o tudo e o nada ao mesmo tempo. Então, como podemos definir as forças profundas? O conceito é amplo e envolve a influência de fatores demográficos, econômicos, geográficos, políticos, os chamados interesses nacionais e até mesmo os próprios padrões psicológicos daqueles que efetivamente decidem a política externa. A busca por essa dimensão com ares de totalidade pode soar ingênua e não definidora de um conceito, mas quando se coloca as relações internacionais como um fator de múltiplas vias, em um universo político complexo, a ideia ganha um sentido e passa a ser mais concentrada na medida que a reflexão avança e se alinha com à análise empírica.

> O historiador, quando procura os elementos de explicação, deve, pois, examinar, em cada caso, a título de hipóteses de trabalho, o jogo de cada uma das influências. Ele é levado, ora a constatar a influência dominante das forças econômicas ou demográficas (é o caso que frequentemente ocorre, no estudo das mudanças de longa duração), ora a enfatizar as forças sentimentais ou espirituais, cuja ação é sensível, sobretudo nas crises internacionais em que intervém paixões, ora a concluir o papel determinante das iniciativas individuais. Reservar, de antemão, a uma de tais explicações, uma parte preponderante, e estabelecer, em princípio, que uma dessas forças teve, permanentemente, papel determinante – seria falsear o sentido da pesquisa histórica[49].

No apagar das luzes do século XX, as Ciências Humanas pareciam caminhar para a perda de toda certeza de normas fundamentadoras que produziram discursos científicos unitários sobre a relação dos indivíduos com a sociedade, desde a fundação da Nova História e de seu encontro com as Ciências Sociais. A obra de Renouvin e Duroselle, na tentativa de esboçar um conceito totalizante, pode soar, hoje, um tanto antiquada. Ao observarmos a perda do sentido das teorias gerais de interpretação dos fenômenos sociais (progresso, o homem e a civilização), é possível constatar o desencantamento com as teorias do tudo, na maioria das vezes escrita pelos mandarins do nada. Porém, a partir

[49] DUROSELLE, Jean B.; RENOUVIN, Pierre. **Introdução à História das Relações Internacionais.** São Paulo: Difusora Europeia do Livro, 1967, p. 480.

disso, novos objetos e problemas surgiram num ecletismo de métodos que não é, propriamente, um abandono das teorias.

Ocorreu ao final do século XX, no bojo dos próprios debates da História Política impulsionada pelos debates de Renouvin e Duroselle, uma tentativa de superar as perspectivas de uma História Diplomática vinculada apenas à visão das chancelarias e da mera história institucional. As respostas acabaram vindo a partir do estudo de múltiplas causas em contextos específicos, fazendo uso de robustas pesquisas empíricas[50]. De qualquer modo, é possível detectar a partir de final de 1990, a tentativa de construção de uma relação mais íntima entre a História Social e a História das Relações Internacionais, buscando, sobretudo, analisar contextos de pensamento a partir de fontes empíricas na relação construída nas fronteiras entre dois povos. Apesar de ainda não receber essa denominação, esta uma tendência é observável desde estudos produzidos na década de 1930 e 1940, como com Charles Beard em *The Ideia of National Interest*, de 1934 ou os estudos de Thomas Bailey, *A Diplomatic History of the American People*, em 1940 e *The Man in the Street*, em 1948.

Mais recentemente, o Brasil tem se destacado na mesma iniciativa, principalmente a partir dos estudos da historiadora Keila Grinberg que observou na emancipação e nas guerras do Rio da Prata entre 1840 e 1860 e nos embates da escravidão, a possibilidade de se pensar aspectos de uma História Social das Relações Internacionais. A autora propõe pensar como a ação indiscutivelmente importante de alguns personagens centrais só tem sentido se refletir também as ações de homens e mulheres comuns que habitavam as fronteiras e que se relacionavam em uma circularidade de ideias. A autora argumenta a necessidade de se romper com os estudos baseados em discursos oficiais e produzir um diálogo entre a História Social e a História Política na construção de uma perspectiva capaz de influir sobre a História das Relações Internacionais[51].

No caso dos estudos específicos de Grinberg, ela afirma que essa perspectiva é possível a partir da importância do fenômeno de intenso trânsito de indivíduos pelas fronteiras, das fugas de escravizados, da violência e do aglutinamento dos exércitos e das milícias, e, principalmente, da vulnerabilidade a que os sujeitos estavam expostos. A autora cita outros que estariam a trilhar o mesmo caminho de análise, como é o caso de Beatriz Mamigonian em seu livro *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no*

[50] SARAIVA, José F. Sombra (org). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 27-28.
[51] ACRUCHE, Hevelly. Entrevista com Keila Grinberg. **Revista Cantareira**, n°21, 2019.

Brasil. Os historiadores que se debruçam sobre o período escravista estão muito engajados no esforço de compreender a ação consular dos britânicos, produzindo estudos sobre a relação de indivíduos que protagonizaram processos históricos no Brasil oitocentista. Mamigonian, por exemplo, analisou o ambiente de atuação de estadistas, embaixadores e agentes consulares que operam em aliança com africanos livres e ilegalmente escravizados, com abolicionistas periodistas e agentes públicos pela emancipação desses africanos, em uma confluência de várias histórias[52].

Seguindo essas discussões e as metodologias apresentadas, é possível abordar as Relações Internacionais sob o prisma da História Social no contexto deste trabalho? Efetivamente isso possível a partir da compreensão de como os sujeitos que compuseram o serviço diplomático formaram suas percepções sobre o Brasil a partir de um conjunto de experiências e de ideias que foram absorvidas pelo meio social de onde vieram. No caso deste estudo, essa análise foi feita a partir do estudo de indícios deixados por eles na elaboração dos relatórios, memorandos e telegramas durante seu período de atuação no Brasil.

A pergunta seguinte a ser respondida é: do que se trata então este conceito de percepção tão central? A ideia de estudar a percepção ou o ideário do serviço diplomático no Brasil, foi balizada nos estudos do cientista político estadunidense Robert Jervis, principalmente as ideias reunidas no livro *Perception and Misperception in International Politics*, de 1976, revisado em 2017. Ao refletir sobre como os *policymakers* produzem percepções equivocas ou erros de percepção em sua tomada de decisão, ou ainda, como as crenças sobre a política e suas imagens representativas são formuladas e elaboradas, Jervis fez constatações interessantes sobre a relação entre percepção, psicologia cognitiva e como isso interfere na formulação da política externa.

Quando falamos de política internacional, estamos geralmente nos referindo a sujeitos históricos que dedicam grande parte de seu tempo e energia intelectual à reflexão sobre problemas políticos. Assim, nos estudos sobre política internacional, torna-se praticamente inevitável reconstruir os objetivos, cálculos e percepções dos tomadores de decisão ao analisarmos um determinado fato histórico. No entanto, a questão levantada por Jervis é que essa lógica de vincular decisões aos eventos nem sempre segue um caminho linear, em que se possa definir com clareza as suas causas e seus efeitos[53].

---

[52] MOMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

[53] JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

A ideia de analisar uma teoria política em operação a partir de uma política externa – como é o caso da relação entre as teorias da modernização e o pensamento diplomático em vigência nos EUA na primeira metade da década de 1960 – fornece um cenário interessante para fazer uso dos motes metodológicas propostos pelo cientista político Robert Jervis. O autor afirma que as decisões políticas são tomadas a partir de critérios nem sempre racionais, mas quase sempre muito sofisticados e motivados a compreender o ambiente internacional, mesmo que discordemos profundamente das análises dos agentes políticos. Jervis argumenta que a forma como a percepção é produzida reflete diretamente na tomada de decisões e essa percepção é formada a partir de uma leitura histórica dos agentes políticos. Por fim, a busca por um pensamento racional dos agentes não é um fator completamente determinante na política externa. A simples constatação de que decisões são baseadas em um conjunto de interesses (econômicos por exemplo) não pode explicar totalmente as intervenções dos Estados Unidos em países como o Vietnã ou a Guatemala sem levar em consideração uma série de outros fatores. Ou seja, nem sempre as respostas se encontram nas vias do interesse econômico imediato, mas a ideia de percepções equivocadas pode ser um caminho para compreender o pensamento imperialista em operação no Brasil[54].

Durante todo a pesquisa nos deparamos com situações em que havia a clara interpretação da vida política brasileira como completamente caótica, com situações ameaçadoras aos interesses dos EUA na América Latina, levando os *policymakers* que atuavam no Brasil e em Washington a enxergarem as circunstâncias como um beco sem saída. A mais clara dessas conjunturas era a visão cabal sobre a possibilidade de o Brasil tornar-se uma "nova China", um verdadeiro representante do mundo socialista na América Latina. Para explicar a viabilidade desta suposta ameaça, o serviço diplomático dos EUA no Brasil elaborou sofisticadas reflexões baseadas em explicações sociais e econômicas, em perspectivas que partiam das Teorias da Modernização e da tradicional visão da política externa estadunidense. Com base em entendimentos habituais sobre o anticomunismo na Guerra Fria, uma imagem caótica do Brasil e na suposta fraqueza e incompetência do presidente João Goulart, o embaixador Lincoln Gordon e dos cônsules enxergaram o governo brasileiro sendo, paulatinamente, cercado por figuras radicais da esquerda. Eles desconsideraram qualquer solução pacífica para os conflitos e desacreditaram em qualquer solução dentro das vias democráticas, absorvendo das elites

[54] JERVIS, 2017, Op. Cit, p. 40.

nacionais as interpretações golpistas. Sob esse ponto de vista, há uma ampla gama de filtros que alteram e distorcem informações, mesmo sabendo e evidenciando em vários momentos que Jango não era um comunista e que os comunistas não eram tão poderosos no cenário político, a percepção do serviço diplomático escalou continuamente para a ideia de uma situação que só poderia ser resolvida com o apoio do governo dos EUA ao golpe.

Em outro nível, Jervis também demonstra como os tomadores de decisões são encapsulados pelos contextos e acabam absorvendo muito do ambiente onde estão inseridos. Pensando nos termos de Jervis, a Aliança para Progresso forneceu um discurso modernizador capitalista que pretendia reformar toda as relações dos EUA com a América Latina sob novas bases. Em termos gerais, as diretivas desenhadas na Carta de Punta del Leste, que deu corpo ao projeto, eram até mesmo parecidas com as propostas da Reforma de Base apresentadas por João Goulart. Por fim, a Aliança agiu de maneira igual ou até mais intervencionista do que as políticas anteriores, justamente criticadas durante sua elaboração. Muitos atribuem ao assassinato de Kennedy um ponto de inflexão, quando Lyndon Johnson, menos sensível às questões latino-americanas e cada vez mais envolvido no atoleiro da Guerra do Vietnã, delegou o programa a agentes menos competentes do que aqueles do governo Kennedy. Contudo, o que se observa é que a mudança proposta não alterou a mentalidade e a percepção dos agentes em campo. Em pouco tempo, a Aliança para o Progresso transformou-se em nada mais do que uma ferramenta de intervenção política a favor dos interesses dos Estados Unidos.

Se por um lado Jervis tem uma preocupação especial com a percepção, ele não me parece escapar da crítica efetuada por Michel Hunt e, desse modo, de alguma maneira negar o papel dos valores culturais. Para Hunt, os historiadores têm se preocupado em estudos estreitamente desenhados com foco na atenção de mudanças estratégicas, necessidades do sistema econômico, interesses das elites com a política externa e interna, sem considerar o papel central da ideologia. Sua crítica aos analistas da política internacional nos tempos da Guerra Fria é que a maioria reconhece que os líderes estadunidenses foram apanhados na teia da ideologia e, em consequência, adotaram políticas equivocadas, com base em percepções errôneas sobre seus inimigos e aliados. Eles não consideram sistematicamente, todavia, as dimensões dessa ideologia, as raízes que a sustentam e podem torná-la resistente a mudanças. Além disso, Hunt ressalta como a ideologia permeia as percepções e, portanto, define ações no campo da política externa. Para Hunt, as dificuldades que os críticos tiveram em obter uma abordagem conceitual

desse conjunto de questões sugerem que eles próprios estão presos em um emaranhado ideológico[55]. Foi dessa forma que a leitura documental foi orientada.

[55] HUNT, Michael. **Ideology and the U.S. Foreign Policy**. New Heaven and London: Yale University Press, 2009.

CAPÍTULO I: A Formação das Percepções: O Mito do Desenvolvimento, o Nacionalismo e a Teoria da Modernização

Foreign aid is no different from diplomatic or military policy or propaganda. They are all weapons in the political armory of the nation.

MORGENTHAU, Hans. A Political Theory of Foreign Aid. **The American Political Review**, 1962, p. 309.

O presente capítulo tem por objetivo analisar três fenômenos. 1) A compreensão sobre o desenvolvimento e a modernização das sociedades a partir de uma leitura particular da própria História dos Estados Unidos, fortemente vinculada ao discurso do excepcionalismo e ao triunfalismo. Esta visão legitimou a "exportação" do modelo do capitalismo liberal estadunidense para o mundo, mesmo que de maneira forçada e esteve presente na mentalidade de todo o serviço diplomático estadunidense do período, apesar de ser manifestada de diferentes maneiras. Os valores da sociedade estadunidense eram enxergados como valores universais compartilhados com todos os povos do mundo. Argumentamos que essa compressão é parte essencial da identidade nacional dos EUA e de uma leitura de traços mitológicos sobre o desenvolvimento do capitalismo naquele país. Quando os diplomatas, militares ou intelectuais estadunidenses foram enviados para analisar e pensar soluções para os problemas do Brasil, suas percepções estavam completamente dominadas por um receituário baseado no *Myth of America*. Este ambiente intelectual enxergava na tradição liberal e na história do capitalismo estadunidense a chave para a modernização do Terceiro Mundo, estando presente também na cultura e no meio social do corpo diplomático que atuou no Brasil. Em outras palavras, quando eles diziam o que tínhamos que fazer, o faziam acreditando em uma receita historicamente determinada, baseada no que chamamos de *mito do desenvolvimento*.

2) Diversos autores apontaram para como a interpretação dos EUA sobre o nacionalismo emergente no Terceiro Mundo foi errônea. Ao correlacionar e compreender os movimentos de cunho nacionalista a partir de um léxico dualista, vendo nas lutas de libertação nacional um espaço possivelmente perigoso e dominado por comunistas, é possível observar nos documentos um esforço monumental para interpretar lideranças e movimentos nacionalistas no Brasil na década de 1960. Grande parte dessas figuras acabavam sendo rapidamente classificadas em termos como demagógico, oportunista e facilmente influenciado por comunistas. Nosso estudo demonstra como a percepção criada pelo mito do desenvolvimento e o ímpeto modernizador de caráter universal que dele, em tese, deriva, foram os responsáveis pelo engendramento dessa miopia. O *myth*

of America aliado ao anticomunismo típico da Guerra Fria, levou os *policymakers* a não enxergarem que o aumento de suas ações intervencionistas provocava a radicalização política e o endossava os movimentos nacionalistas. A nosso ver, o nacionalismo é a chave central, a força-motriz para compreender as relações Brasil-Estados Unidos entre 1960 e 1964. A partir dele, é possível explicar o temor exacerbado com a Política Externa Independente de Jânio Quadros e de João Goulart. Para compreender essa questão advogamos a necessidade de pensar o contexto do surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados, a partir de 1955 e a postura do Brasil diante dessa mudança no cenário mundial, compreendendo o escopo da política externa brasileira naquele momento.

3) A convergência de fatores como a crença modernizadora, o mito do desenvolvimento econômico, a percepção equivocada em relação ao nacionalismo e o temor anticomunista culminou na formulação do pensamento que deu vida ao programa de ajuda econômica Aliança para o Progresso. Todavia, esse programa foi completamente orientado a partir da Teoria da Modernização, transformando o mito do desenvolvimento em uma linguagem científica e conceitual no interior das Ciências Sociais estadunidenses. O grande responsável por tal empreendimento foi o intelectual Walt Whitman Rostow, elaborando a partir de sua visão sobre as etapas do desenvolvimento econômico uma proposta pragmática de política externa que deu origem à Aliança para o Progresso. No contexto analisado, identificamos que os debates sobre o programa de ajuda externa levaram conflitos entre o alto escalão do governo Kennedy e os diplomatas de carreira que atuavam no Brasil.

Perlustrar os caminhos desses três movimentos é o objetivo deste capítulo. Ao avançar para a análise documental nos capítulos subsequentes, será possível observar essa ideologia em ação na política cotidiana da embaixada e dos consulados. O mecanismo colocou o ímpeto pela modernização, operacionalizado pelo mito do desenvolvimento, em primeiro plano, desconsiderando as características singulares do processo histórico brasileiro ao adotar uma perspectiva de universalidade dos valores ocidentais de modernização. O *Myth of America*, ao interpretar o nacionalismo por meio do léxico comunista, gerou ainda uma categoria denominada "ultranacionalista", na tentativa de associar essa força política diretamente ao comunismo. Por fim, isso elucidará como o receituário das teorias da modernização serviu também como projeto político para as elites brasileiras em seus projetos de poder local.

Se partimos da premissa de Michel Latham de que a modernização operou como uma poderosa ideologia no interior da política externa dos EUA nos anos de 1960[56], a pergunta seguinte a ser respondida é: como essa ideologia efetivamente operou no Brasil? A ideia de estudar o ideário da modernização a partir das percepções que ele produziu tem por objetivo compreender o processo de tomada de decisões do serviço diplomático dos Estados Unidos no Brasil, sofisticando a leitura e a análise documental. Ao refletir sobre o conteúdo das percepções dos *policymakers*, compreendemos com mais complexidade as ações que, com o poder da objetividade histórica, ponderamos como equivocadas ou como erros de cálculo.

Poucos exemplos são mais adequados para captar essa ideologia do que o espírito do triunfalismo e o discurso do excepcionalismo da sociedade estadunidense no pós-Guerra e o anseio insaciável pela modernização do Terceiro Mundo que dela emana[57]. No arranjo que se consolidou após 1945 destaca-se a força retórica do apelo e do ímpeto para a reconstrução do mundo sob novas bases. Como afirmou Arturo Escobar, esse temperamento pode nos soar arrogante, etnocêntrico ou, na melhor das hipóteses, uma ingenuidade, mas essa foi a compreensão motivadora fundamental dos círculos de poder dos EUA entre 1954 e 1968: modernizar drasticamente dois terços do mundo em direção à prosperidade material e ao progresso econômico a partir do capitalismo liberal[58].

Essa não foi uma interpretação exclusiva das elites estadunidenses. Os soviéticos e as antigas potências coloniais europeias, engendraram discursos com forte conteúdo modernizador direcionados ao Terceiro Mundo. Essas concepções sobre o *moderno* foram gestadas no pensamento político do Ocidente durante os séculos XVIII e XIX. Entre todas as suas versões havia uma característica notadamente comum em estreito diálogo com o pensamento científico da época: a modernidade como uma etapa do evolucionismo social. Esses traços sobre o desenvolvimento das sociedades mantiveram-se firmes durante a Guerra Fria, principalmente no Ocidente, onde teóricos foram proeminentes em interpretar sociedades a partir de noções de evolução econômica,

[56] Essa perspectiva está presente em dois trabalhos seminais de Michael Latham. O primeiro, LATHAM, Michael. **Modernization as Ideology: american social science and "nation-building" in the Kennedy Era**. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2000; o segundo, LATHAM, Michael. **Right Kind of Revolution: modernization, development and U.S. Foreign Policy from Cold War to the present**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2011.

[57] O uso do termo "Terceiro Mundo", hoje visto como ultrapassado, simplesmente reflete o seu significado político durante as décadas de 1950 e 1960, se referir à Ásia, Oriente Médio, África e América Latina especialmente os países não-alinhados com nenhum dos blocos da Guerra Fria. Por vezes utilizamos o termo como sinônimo de Sul Global, conscientes de que não se trata apenas de uma evolução de significado.

[58] ESCOBAR, Arturo. **Encoutering Development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

cultural e social direcionadas ao "progresso". Nas universidades do EUA, durante quase todo o século XX, essas visões foram fortemente influenciadas pela sociologia de Talcott Parsons. O sociólogo utilizou um arcabouço teórico weberiano para argumentar como a racionalização e a burocratização implicavam em uma diferenciação estrutural era pré-requisito para o funcionamento das grandes economias industriais. Parsons, basicamente afirmou que a modernização se tratava de um aprofundamento dos processos de racionalização. Da influência de Parsons e outros sociólogos estadunidenses, formou-se nos anos de 1950 a Teoria da Modernização, um conjunto de pensamentos que incluí as ideias de outros cientistas políticos como Gabriel Almond e Lucien Pye ou economistas como Walt W. Rostow – o exemplo mais proeminente do período. O que os unia era uma certeza da modernidade como "síndrome", motivando a elaboração de sofisticadas teorias de interpretações sobre diferentes áreas do conhecimento, sempre opondo as chamadas sociedades tradicionais àquelas racionalmente modernas[59].

Essa visão de modelos sociais evolucionários foi parte integrante do racionalismo europeu e o seu conteúdo é elemento fundamental da própria concepção de modernidade no Ocidente. Esse tipo de construção pode ser encontrado nos escritos de Charles Darwin, mas também em Marx e Engels. Para Immanuel Wallerstein, ao comparar as teses do marxismo com as propostas de liberais modernizadores dos anos de 1960 "as análises são as mesmas [...] exceto pelos nomes das fases que foram mudados e os países modelo passam da Grã-Bretanha para a URSS". No fim, as teorias da modernização seriam quase uma cópia mecânica do pensamento marxista para uma interpretação liberal, deterministicamente capitalista[60].

Para Odd Arne Westad, não é possível entender as decisões de Washington e de Moscou no contexto do que chamamos de Guerra Fria sem explorar as noções de intervencionismo e as transformações políticas no Sul Global que precipitaram o envolvimento das superpotências na África, Ásia e América Latina. EUA e União Soviética lutaram, sobretudo, para provar a aplicabilidade universal de seus sistemas políticos e econômicos. No campo do debate intelectual, essas ideias tiveram um impacto profundo no Terceiro Mundo. No enfrentamento entre as elites políticas e as classes populares, frequentemente, os discursos eram moldados em estratégias de luta política

[59] GILMAN, N. **Mandarins of the Future: modernization theory in Cold War America**. Baltimore: John Hopkins Univeristy Press, 2008.
[60] WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy (Studies in Modern Capitalism)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p.52. "the analysis is the same as that represented by Rostow except that the names of the stages are changed and the model country has shifted from Great Britain to the USSR".

partindo das propostas orientadas por modelos de modernização oferecidos pelas superpotências, fosse o capitalismo ou comunismo e as infinitas variações possíveis dentro deles. O Terceiro Mundo respondeu aos modelos de modernização oferecidos, construindo uma mescla de interesses globais e locais, bem como elaborando as suas próprias concepções de modernidade[61].

Essas intervenções têm sido amplamente estudadas em diferentes áreas das Ciências Humanas, preocupadas em ver como as superpotências elaboraram visões específicas de uma missão civilizatória a ser construída no Terceiro Mundo e, principalmente, como essa ideologia operou de maneira geral. Ao partimos dessa literatura, já muito bem consolidada, cabe indagar qual era o lugar do Brasil nessa percepção engendrada no interior da Casa Branca e do Departamento de Estado. Fosse o projeto revolucionário do internacionalismo soviético ou o projeto modernizador capitalista[62], ambos continham a poderosa conotação do modernismo europeu que pautou o desenvolvimento ocidental: urbanização e industrialização. Questões que também haviam se tornado nas décadas de 1930 e 1940 o eixo do debate sobre o desenvolvimento brasileiro durante o Estado Novo.

Como Arturo Escobar sublinhou, o sonho da modernização no Terceiro Mundo se tornou, paulatinamente, um pesadelo. Ao invés do reino de prosperidade, industrialização e urbanização prometidos – ações que, em tese, seriam capazes de romper com os ciclos históricos de pobreza – o que ocorreu foi um aprofundamento severo da radicalização, do autoritarismo, da violência política, da dependência econômica, da desigualdade e do empobrecimento, em muitos casos chegando à guerra civil. Os debates ideológicos sobre os rumos do desenvolvimento levaram vários países a vivenciarem processos de radicalização interna a partir do aumento dos níveis de intervenção estrangeira. A Guerra Fria na América Latina teve como sua faceta mais radical as ditaduras militares de caráter anticomunista amplamente apoiadas pelo governo dos EUA e que emergiram por todo o continente a partir da segunda metade do século XX. Na Ásia, o resultado foi radical e sangrento, assumindo muitas vezes a forma da guerra civil, como se pode observar na Guerra da Coréia e na Indochina. Em nome da defesa contra o comunismo e sob o pretexto da construção do desenvolvimento e da modernidade, milhares de pessoas, com diferentes

[61] WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
[62] WESTAD, Odd Arne. Op. cit., 2007.

perspectivas à esquerda, foram perseguidas, mortas e torturadas em diferentes locais do mundo.

No caso da América Latina, Greg Grandin sublinhou que nas quatro décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial sindicalistas, camponeses, ativistas, reformistas, teólogos da libertação e educadores foram caçados com ferocidade por todo o subcontinente. Forças de segurança organizadas em regimes ditatoriais e com amplo apoio financeiro, técnico, político e moral dos Estados Unidos, torturaram centenas de milhares de pessoas, muitas das quais desapareceram sem deixar rastros. Além disso, outras tantas se deslocaram para o exílio, somando mais de um milhão de indivíduos apenas se contabilizarmos a América Central[63]. No Brasil, instalou-se uma Ditadura Militar onde, por mais de duas décadas, imperaram as intervenções e o terror contra sindicatos e associações de trabalhadores, o expurgo no Congresso e nos escalões mais baixos das forças armadas, inquéritos militares em universidades, invasão em igrejas, dissolução de organizações estudantis, censura, suspensão de *habeus corpus* e a construção de um aparato policial de prisão, tortura e perseguição política.

Os resultados dessas intervenções modernizadoras foram uma panóplia de autoritarismos. Todavia, qual a ligação entre o desejo pela modernização dos países do Terceiro Mundo e o aumento do autoritarismo e da radicalização política? Em termos do debate político, para o espectro ideológico da direita, o exemplo da intervenção estadunidense na América Latina foi um sucesso. Os EUA conseguiram derrotar governos opositores na América Central, além de instaurar regimes anticomunistas no Chile, Brasil e Argentina. Na política hemisférica, Washington conseguiu isolar Cuba com sua política de embargo. Para Grandin, a Guerra Fria na América Latina se acelerou a partir da desastrosa derrubada de Jacob Arbenz na Guatemala em 1954, e se aprofundou ainda mais em 1959 com a vitória Fidel Castro em Cuba. De qualquer modo, os arranjos de uma política hemisférica costurados logo após a Segunda Guerra – como a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a assinatura do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (Tiar) – foram eficazes na manutenção de um sistema de defesa continental contra a influência soviética, mesmo que para isso tenham solapado a experiência democrática vivenciada pela América Latina no pós-Guerra[64].

[63] GRANDIN, Greg. **The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War**. Chicago and London: University of Chicago Press, 2011.
[64] SMYTH, Peter H. **Tales of the Eagle: Latin America, the United States, and the World**. New York: Oxford University Press, 2013, p. 130.

De fato, esse é um ponto importante. Grandin sublinha que, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma onda democratização pela América Latina. Em 1946, apenas cinco países latino-americanos não poderiam ser classificados como democracias – Paraguai, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Colômbia, mas, como apontou antes dele, Peter H. Smith, após 1954, somente Brasil, Uruguai, Costa Rica e Chile, poderiam ser considerados países com regimes democráticos. Ele acentua que isso com caracteres de classificação bastante elásticos. Além disso, um processo compartilhado de industrialização e urbanização proporcionou um crescimento substancial da população nesses países, e o surgimento de classes médias urbanas e de operários organizados em sindicatos, em conjunto com estudantes, artistas e intelectuais. No Brasil, a historiografia referente ao tema deu grande destaque ao surgimento desses novos atores que mudaram substancialmente a forma de se fazer política[65].

É notório que o sentimento que moveu o desejo dos Estados Unidos pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo partiu de um *ethos* imperialista[66], contudo, não é possível afirmar que o objetivo era promover a guerra e a violência política. É preciso, antes de tudo, contextualizar a formação dessas percepções ideológicas que levaram à construção de um certo consenso, relativamente duradouro no interior do Departamento de Estado e da Casa Branca. É necessário compreender com profundidade o vocabulário político ou, para usar uma expressão de Nils Gilman, a "narrativa metahistórica"[67] que imperou no ambiente intelectual da política externa dos EUA nos anos de 1950 e que chegou ao poder, efetivamente, durante o governo democrata de John F. Kennedy.

No presente capítulo, vamos seguir os passos na trilha pavimentada por Walt Whitman Rostow – o mais proeminente dos teóricos da modernização – para compreender como o debate sobre o desenvolvimento econômico alcançou o status de certeza no imaginário social e político do período, dominando o debate nos círculos acadêmicos e políticos dos EUA e, aos poucos, transbordaram para os países do Terceiro Mundo, chegando ao Brasil. A Teoria da Modernização fornece um exemplo fenomenal como estudo-de-caso para compreender os caminhos da elaboração de uma política externa e como as casualidades históricas colidem com as diretrizes formuladas no

[65] GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. GOMES, Ângela de Castro. Questão Social e a Historiografia no Brasil pós-1980. **Estudos Históricos**, n° 34, p. 157-186, 2004.
[66] WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
[67] GILMAN, Nils. Modernization Theory Never Dies. **History of Political Economy.** 50.S1, 2018: 133–151.

interior das universidades estadunidenses. Um privilegiado fenômeno da relação entre conhecimento e poder, teoria e prática política.

Arturo Escobar argumentou que, no período em questão, houve uma significativa "colonização da realidade" em nome do desenvolvimento, impulsionada pelas teorias econômicas e sociais. Certas representações narrativas tornaram-se dominantes e moldaram permanentemente a forma como a realidade é concebida. Enquanto o marxismo-leninismo dominou o imaginário revolucionário na União Soviética e se espalhou para movimentos de esquerda e partidos comunistas ao redor do mundo, a Teoria da Modernização atuou como ideologia no interior dos países capitalistas. Essas teorias forneceram um receituário e um vocabulário que orientaram as ações dos EUA em nível global, influenciando as elites nacionais de diversos países. Escobar endossa aspectos que discutimos brevemente na introdução, de como o discurso do desenvolvimento foi uma reinterpretação de princípios dos antigos imperialismos coloniais europeus, munidos, naquele contexto, por um manto liberal modernizante[68].

Essa máquina ideológica era dotada de engrenagens complexas. Ela tomou forma quando a ajuda externa passou a ser uma ação sistemática do governo dos Estados Unidos, entre 1945 e 1955, e continuou a se expandir e a se refinar em novas formas de conhecimento científico, teorias econômicas e sociais, bem como em estratégias de política externa. Defendemos a ideia de que esse mecanismo experimentou seu ápice e declínio na década de 1960. Entretanto, o pensamento modernizador mesmo em crise continuou a se multiplicar de outras formas[69].

Para um estudo da participação dos EUA no golpe Civil-Militar de 1964, é preciso compreender a percepção dos diplomatas que atuaram no Brasil durante a década de 1960, exercício crucial para interpretação dos documentos, e isso só é possível a partir de um rigoroso estudo sobre a Teoria da Modernização e do seu contexto de formação, pois foi esta a ideologia em operação em Washington e que forneceu as lentes para interpretação dos fatos não só no Brasil, mas em diferentes locais do mundo. É necessário desdobrar esses elementos que constituíram um ambiente de certo consenso, onde todos os operadores da política externa dos EUA respiravam um oxigênio comum: o desejo pela modernização, mesmo que nem sempre concordassem sobre as maneiras e os métodos para alcançá-la. Sem a compreensão desse ambiente, a leitura documental torna-se

[68] ESCOBAR, Arturo. **Encoutering Development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
[69] Ver GILMAN, Nils. Modernization Theory Never Dies. **History of Political Economy.** 50.S1, 2018: 133–151.

complemente determinada pelo "resultado final" do processo histórico. No caso em questão, o apoio dos Estados Unidos ao golpe civil-militar de 1964 e o suporte aos governos militares. Reafirmamos que os interesses estavam interligados por um conjunto de instâncias financeiras, mas é preciso compreendê-los para além da chave do imperialismo econômico.

1.1 O Mito do Desenvolvimento: nada mais nada menos que reconstruir o mundo

> [...] o mito fracassa em dar ao homem mais poder material sobre o meio. Apesar de tudo, dá ao homem a ilusão, extremamente importante, de que ele pode entender o universo e de que ele *entende*, de fato, o universo.
> LÉVI-STRAUSS, Claudé. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1970.

O que chamamos de mito da modernização nada mais é do que um tipo de leitura do passado que faz parte da identidade nacional estadunidense. Esse traço identitário foi construído culturalmente e, a partir da Segunda Guerra Mundial, esteve em constante reafirmação no Terceiro Mundo. Esses elementos ainda estão enraizados de maneira profunda na sociedade estadunidense e continuam a balizar a legitimar a sua política externa pelo mundo, trata-se de um conjunto de crenças e mitos que formam uma poderosa percepção de que uma nação branca, moderna e calcada na crença de que é conduzido pela Providência Divina construiu um caminho próprio para o progresso. Assim, seria possível definir o restante do mundo como um local de atraso e de constante necessidade de tutela[70]. O fenômeno da produção de mitos é extensamente estudado nos EUA, mas foi Walter Hixson quem melhor elaborou uma análise interligada entre os aspectos da identidade nacional e de sua construção cultural como influência determinante para a política externa daquele país. Portanto, a ação estadunidense em nível internacional faz uso constante do passado a partir de um vasto conjunto de representações que servem para criar, reafirmar e manter a sua cultura hegemônica no mundo[71].

Para Hixson, a sociedade estadunidense está em constante engajamento pela manutenção da crença no *Myth of America* renovando os seus ideais em constantes rituais cívicos enraizados socialmente, seja a partir da reencenações de momentos históricos até

[70] HIXSON, Walter L. **The Myth of America Diplomacy: national identity and U.S foreign policy**. Yale University Press, 2008.
[71] HIXSON, 2008, Op. Cit.

a rememoração de feriados nacionais que reafirmam e reinventam tradições. Essa constante ratificação da identidade nacional estadunidense e do seu discurso patriótico são elementos eficazes para blindar internamente as críticas e marginalizar concepções consideradas subversivas ao modo de vida americano, além de, obviamente, ser uma poderosa força de motivação política. Um aparato ideológico que continua a sustentar uma relação intrínseca entre cultura e política externa[72].

Denominar esse fenômeno de mito se justifica pela correlação de uma leitura histórica altamente instrumental do passado e vista como aplicável ao presente. O mito se define como possuidor de um conteúdo cultural com forte apelo moral, manifestando uma ideia de destino. Assim, por intermédio do uso do passado e da criação de mitos que são escritos e reescritos[73], a elite estadunidense legitima ações presentes e preconiza o futuro. Os usos do passado são comuns para fundamentar e inventar tradições no interior de uma identidade nacional[74]. Obviamente, apesar de muitas leituras reforçarem a ideia de um excepcionalismo, não é apenas a sociedade estadunidense que cria e sustenta mitos sobre si. Todas as sociedades a fazem em diferentes níveis, principalmente para empoderar e legitimar ações de certos grupos sociais. Porém, como sublinhamos na introdução, acreditamos que a singularidade dos EUA reside no fato de ser uma nação altamente eficiente em exportar esses mitos modernizadores para outros locais do mundo.

A abordagem sobre o conceito de mito que Hixson opera em seu trabalho provém dos estudos do acadêmico canadense Sacvan Bercovitch, que identificou nas raízes dos puritanos da Nova Inglaterra a forja de uma comunidade mítica, idealizada e orientada por uma forte religiosidade. Nessa perspectiva, o mito de fundação dos EUA foi construído a partir de um sentido proveniente de textos sagrados do século XVII e que deram forma a uma sociedade liberal moderna, com os mesmas estruturas e defeitos de outras sociedades liberais europeias, porém, foi bem sucedida em incutir retoricamente a visão de terra prometida e persuadiu uma sociedade diversificada etnicamente – composta por imigrantes de diferentes regiões do planeta– a acreditar que ali se construiria um novo mundo, em uma tentativa de ruptura com outros modelos sociais existentes. Mais especificamente, uma sociedade excepcional. O verdadeiro legado da colonização

[72] HUNT, Michael. **Ideology and the U.S. Foreign Policy**. New Heaven and London: Yale University Press, 2009.
[73] RAPHAEL, Ray. **Mitos sobre a Fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da independência norte-americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
[74] HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

puritana para Bercovitch foi a criação de uma cultura imaginativa de longa duração, alicerçada sobre uma retórica mítica e repleta de símbolos que emanam de leituras históricas, bem como da experiência estadunidense da constante expansão da fronteira para o Oeste[75].

Seria justamente esse senso retórico poderoso que, ao longo do século XX, guiou a visão de liderança dos EUA como farol do mundo e conduziu o ímpeto modernizador. A retórica da expansão assumiu na Guerra Fria a missão de fazer o mundo "seguro para a democracia" e para o desenvolvimento do capitalismo. É justamente durante o período do governo de John F. Kennedy que Bercovitch identifica o ápice desse modelo. Nesse momento, o destino manifesto transborda das fronteiras dos Estados Unidos e ganha um sentido global. Bercovitch aponta que, em relação aos puritanos, essa retórica imaginativa de longa duração possuiu um forte sentido expansionista que mesclava secularidade e religiosidade em um mesmo discurso[76]. Hixson transfere esses elementos para pensar a elaboração da política externa dos EUA no século XX[77]. Todavia, há algumas mudanças fundamentais de serem compreendidas nesse processo, principalmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

O ponto de inflexão e de grande importância para uma mudança na percepção sobre o Terceiro Mundo é o "descobrimento" da pobreza em massa na Ásia, África e América Latina ao final da Segunda Guerra Mundial. Durante o século XIX e até o início do XX, a pobreza era vista como um fenômeno "natural" de algumas regiões da Europa e de alguns povos do mundo. A visão sobre a pobreza como um problema estrutural a ser superado é recente em termos históricos. Foi a partir de meados do século XIX que motins populares, saques e enfrentamentos levou os intelectuais a um olhar para à pobreza na Europa e a necessidade de implementação de reformas[78]. A preocupação dos países do centro do capitalismo com o tema da pobreza no Terceiro Mundo apareceu quando passou a existir a possibilidade da exploração desses fenômenos no jogo político internacional.

---

[75] Algumas dessas ideias já foram exploradas em nossos estudos anteriores sobre o componente mítico. Mais interessante seria ver os trabalhos de Cecília Azevedo no Brasil, ou em inglês a interpretação histórica de Frederick Jackson Turner. AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007. TURNER, Frederick Jackson. **The Significance of the Frontier in American History**. Madison: State Historical Society of Wisconsin, 1894. BERCOVITCH, Sacvan. **The Puritan Origins of the American Self.** New Haven and London: Yale University Press, 2011.

[76] BERCOVITCH, Sacvan. **The Puritan Origins of the American Self.** New Haven and London: Yale University Press, 2011.

[77] HIXSON, Walter L. **The Myth of America Diplomacy: national identity and U.S foreign policy**. Yale University Press, 2008.

[78] Ver BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o Espetáculo da Pobreza**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

Anterior a isso, as iniciativas foram centradas apenas em ações assistenciais pontuais e não constituíam uma política de Estado[79] A ênfase da política externa estadunidense em superar as condições crônicas de pobreza em países periféricos apenas se tornou sistemática quando a questão passou a ser compreendida como geradora das agitações sociais que poderiam ser exploradas pelos soviéticos. Assim, a pobreza – principalmente no chamado Terceiro Mundo – passou a ser vista como o manancial de toda ameaça à segurança e à existência dos países ocidentais capitalistas. A ferida onde o comunismo poderia enxertar-se provocando movimentos revolucionários em regiões críticas[80].

Ao resgatar as noções históricas sobre a pobreza, Arturo Escobar afirmou que foi no bojo do capitalismo contemporâneo, nascente do advento da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, que surgiu o conceito de "pauperismo". Se antes a ideia de pobreza estava inextricavelmente ligada à aspectos como à vadiagem, à frugalidade, à promiscuidade, à ignorância e recusa em aceitar os deveres sociais, originou-se nos países centrais do capitalismo industrial a compreensão de a pobreza exigia intervenções estruturais profundas para a sua superação, principalmente através de políticas públicas direcionadas à educação, saúde, higiene, moralidade e incentivo a bons hábitos. Para Escobar, o resultado é uma panóplia de intervenções e a criação de um novo domínio, uma nova esfera da realidade, que os intelectuais ocidentais do século XIX denominaram de "social[81]".

Na segunda metade do século XX, a pobreza torna-se o próprio sentido da Guerra Fria, o conceito organizador de todo o apelo para o desenvolvimento econômico[82]. Segundo os Teóricos da Modernização, para compreender sociedades tão diversificadas em termos de organização social, religião e cultura – como eram os países do Sul Global – era necessário comprimir características singulares em conceitualizações capazes de simplificar esses mundos diversos, aglutinando seus modos de vida em uma única chave explicativa. A pobreza foi a chave central dessa teorização. Essa visão generalizante enxergava nas condições essencialmente rurais das sociedades do Terceiro Mundo –

[79] Jeffey F. Taffet investigou as raízes da ideia de ajuda externa nos EUA e identificou algumas conceitualizações ainda nos *Federal Papers* de Alexander Hamilton, principalmente a ideia de que indústria e comércio são as chaves para o progresso econômico e devem ser empreendidas pelo governo também em um sentido universal. Ver em TAFFET, Jeffrey F. **Against Aid: A History of Opposition to US Foreign Aid Spending**. London and New York: Routledge, 2022.

[80] ESCOBAR, Arturo. **Encoutering Development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

[81] ESCOBAR, 1995, Op. Cit.

[82] Compreendemos a ideia de que os teóricos comunistas construíram elaboradas teorias sobre a dinâmica da pobreza. Nossa tese, no entanto, reside na compreensão desses fenômenos em um contexto específico.

integradas aos centros do capitalismo apenas como produtoras e fornecedoras de commodities – uma cadeia global que aprofundava a dependência e a instabilidade, gerando ciclos reprodutivos de pobreza. As cadeias produtivas nos países da periferia do capitalismo estavam dominadas por elites nacionais possuidoras de uma mentalidade colonial e arcaica. A falta de mecanização na produção agrícola e os baixos níveis de industrialização seriam as causas residuais de sociedades sem racionalidade, supersticiosas em suas crenças e culturalmente frágeis. Características observadas e utilizadas para interpretar as condições locais e para a elaboração de políticas modernizadoras em diferentes lugares do mundo[83].

Essas teorizações baseadas no conceito de pobreza fizeram com que intelectuais organizassem gigantescas generalizações nomeando-as de sociedades "tradicionais". O objetivo para superação das condições de pobreza que assolava o Terceiro Mundo seria, portanto, a aplicação uma ideia simples e ao mesmo tempo trabalhosas: forçar a transição do mundo tradicional para o moderno. No caso dos teóricos da modernização, isso significava o próprio sentido estadunidense de modernidade, ou seja, o desenvolvimento de um modelo capitalista semelhante ao existente nos EUA; em outras palavras, o aprofundamento do capitalismo liberal no sistema econômico e da democracia na política. Essas constatações, quando colocadas nos termos de uma narrativa global, se tornam quase inquestionáveis. Essas ideias passaram a ocupar todos os espaços do jogo político no Terceiro Mundo[84]. Como afirma Gilman, os intelectuais engajados com a modernização estavam convencidos de que, com a expansão dos meios de comunicação de massa e o contato dos povos do mundo com a modernidade europeia durante a Segunda Guerra, tornava impossível que tipos de sociedades tão dispares em termos de processo civilizatório continuassem a conviver sem que convulsões globais surgissem. Era necessário oferecer um caminho para a modernidade a esses países considerados tradicionais.

Fosse o projeto de modernização oferecido pela ideologia soviética ou o capitalismo estadunidense, ambos estavam comprometidos com a melhoria das condições de vida e com a superação da pobreza. Ao fim e ao cabo, o objetivo era entregar os benefícios do progresso técnico e da vida moderna ao restante do mundo, assegurando a prevalência um dos sistemas na disputa durante a Guerra Fria. No caso dos

[83] GILMAN, N. **Mandarins of the Future: modernization theory in Cold War America**. Baltimore: John Hopkins Univeristy Press, 2008.
[84] GILMAN, 2008, Op. Cit.

estadunidenses, os documentos produzidos pelas agências governamentais a partir de 1945 – como os relatórios de *Internacional Bank*, os discursos do presidente Harry Truman, as prerrogativas do Ponto IV, os estudos produzidos pelo Departamento de Estado, as palestras de Walt W. Rostow pelas universidades – tudo estava impregnado pelo sentido profundo desse discurso messiânico e de um fervor quase religioso pela reconstrução do mundo sob novas bases direcionadas à superação do pauperismo, ao progresso econômico e ao consumo de massas. A grande questão apontada de forma recorrente era que os soviéticos agiam por ideologia, sem que os *policymakers* estadunidenses reconhecessem que ao defender o "Mundo Livre" estavam eles próprios também presos em um emaranhado ideológico.

Natália Abreu Damasceno em sua tese intitulada *O Programa Ponto IV e a articulação de projetos estadunidenses de desenvolvimento para a América Latina (1949-1954)*[85], defendeu que na arquitetura do cenário internacional após a Conferência de Ialta e Potsdam, durante a delimitação das zonas de influência soviética, britânica e estadunidense, o presidente Harry S. Truman, apesar da clara ruptura com seu antecessor, manteve uma perspectiva intervencionista herdada de Roosevelt e o idealismo liberal gestado durante os anos de Woodrow Wilson. Damasceno faz uso de um aporte das constatações de Elizabeth Spalding e Thomas McCornick, para analisar como essas duas leituras do mundo produziram uma visão utópica defensora da existência de um "internacionalismo liberal". A historiadora sublinha que:

> Dessa maneira, tendo como referência a utopia do internacionalismo liberal e a construção desse sistema capitalista integrado e liderado pelos EUA, é possível inferir que quando se falava em liberdade para países periféricos, referia-se principalmente à ausência de restrição a dólares e ao consumo de mercadorias estrangeiras. Nessa perspectiva, "mundo livre" ou "povos livres", não necessariamente eram aqueles sob regimes democráticos ou que garantiriam a seus cidadãos o acesso a direitos básicos. O chamado "mundo livre" era o mundo não comunista ou o mundo receptivo ao sistema internacional em construção sob as normas e regularização financeira, ideológica, econômica e militar dos Estados Unidos. De maneira semelhante, a defesa da autodeterminação dos povos, tão aclamada pelo internacionalismo liberal, só ia até o ponto em que se entendia que a autonomia desejada por um dado país não constituísse um obstáculo para a hegemonia global dos EUA[86].

[85] A tese de Natália Abreu Damasceno sobre o Ponto IV retoma um debate em ostracismo no Brasil. O trabalho recém defendido é o mais completo estudo sobre o programa de auxílio técnico do governo Truman publicado em português. Por esse motivo, não me aprofundarei na análise do tema e recomendo a leitura do trabalho.

[86] DAMASCENO, Natália A. **O programa Ponto IV e a articulação de projetos estadunidenses de desenvolvimento para a América Latina (1949-1954)**. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2022, p. 45.

Estudar esses fatos sob a perspectiva de um fenômeno mitológico do desenvolvimento não excluí o fato de que o processo histórico vivido pela Europa durante os séculos XVIII e XIX, e os EUA a partir do fim da Guerra Civil, realmente alcançaram o progresso econômico substancial e benéfico para o desenvolvimento do capitalismo industrial nesses locais. Essas experiências históricas evidentemente levaram ao desenvolvimento econômico e a modernização de suas estruturas sociais e a fundação do mundo moderno e da civilização ocidental como a conhecemos hoje. Nosso argumento reside na crítica a uma leitura histórica de que a trajetória do capitalismo nos Estados Unidos seria capaz de fornecer um receituário aplicável a outros locais do mundo, uma aspiração universalizante, que teria a capacidade de resolver os problemas conjunturais do Terceiro Mundo e vencer o avanço do comunismo. Como afirma Gilman, apesar dos teóricos da modernização rapidamente perceberem que cada país possuía aspectos singulares, as suas análises procuravam sempre minimizar essas diferenças[87].

A Teoria da Modernização perdeu credibilidade no final da década de 1960, na esteira das críticas à ação internacional principiada pela Guerra no Vietnã que foram capazes de romper o consenso interno da opinião pública estadunidense sobre o intervencionismo em outros continentes. É nesse mesmo contexto que surgem as críticas mais profundas sobre a necessidade revisar a política externa dos EUA[88]. Após o fracasso da aplicabilidade da modernização no Terceiro Mundo – onde regimes autoritários anticomunistas foram preferidos ao invés dos pressupostos democráticos e a Aliança para o Progresso sendo, paulatinamente, abandonada – a Teoria da Modernização tornou-se quase um artefato da História Econômica, um exemplo de política que deu errado. Apesar do *magnum opus* de Walt Whitman Rostow, *Etapas para o Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista*, continuar a ser estudado em cursos de economia, geralmente isso é feito apenas como exemplo de uma concepção errônea ou de uma política fracassada. Com afirmou Gilman, dificilmente se encontrara hoje alguém que se intitule um teórico da modernização[89].

O que nos interessa não é criticar a aplicabilidade da modernização proposta por Rostow ou por outros teóricos, mas perceber nos documentos o uso formidável que a Teoria da Modernização fez do *myth of American.* A crença dos *policymakers* no sistema

[87] GILMAN, N. **Mandarins of the Future: modernization theory in Cold War America**. Baltimore: John Hopkins Univeristy Press, 2008.
[88] HIXSON, Myth, p 5-6.
[89] GILMAN, N. **Mandarins of the Future: modernization theory in Cold War America**. Baltimore: John Hopkins Univeristy Press, 2008.

político não era apenas um jogo de interesses econômicos, mas uma poderosa leitura da trajetória do capitalismo nos Estados Unidos, transformando-o em um mito sobre o desenvolvimento econômico como um caminho relativamente fácil de ser alcançado. Rostow argumentou que as experiências históricas de economias industriais poderiam fornecer um receituário aplicável, a partir de uma narrativa de inevitabilidade histórica e moral do projeto das elites estadunidenses. Elites essas que compartilhavam a ideia de estarem em um momento único da História. A famosa "janela de oportunidades" comentada pelos teóricos. Assim, a possibilidade de avançar com medidas contra a pobreza e levar a prosperidade e o conhecimento do mundo moderno para os países emergentes tornou-se parte fundamental de um projeto hegemônico, bem como do próprio sentido de segurança nacional para a sociedade estadunidense. Politicamente, criava-se um senso de legitimidade e consenso na opinião pública sobre a necessidade da ajuda externa, justificando os gastos crescentes com projetos de auxílio econômico e militar pelo mundo[90].

Analisando mais a fundo essa questão do mito da modernização, Emily Rosenberg afirma que o sonho americano da alta tecnologia aliada ao consumo de massas promoveu uma ideologia que a autora denomina de *liberal-developmentalism*[91]. Esse conjunto de ideias se formou no final século XIX, quando os estadunidenses criaram – a partir dos princípios de suas próprias crenças e experiências – a ideia de que o desenvolvimento capitalista seria aplicável em qualquer local do mundo, sendo esse um componente central do *liberal-developmentalism*. Segundo a autora, esse projeto universal para a construção da sociedade moderna teria se desenhado a partir de 1890, tendo como como base o investimento de capital e o desenvolvimento em educação, transportes, comunicação e instituições bancárias modernas. Suas ideias se resumiam em alguns princípios: um constante suprimento de mão de obra barata maximiza a livre iniciativa. O uso amplo das terras sob práticas ambientais sem restrições permitia o avanço da agricultura. Um sólido setor de negócios ligado ao capital intensivo e de alta tecnologia permite um crescimento constante e estável. Rosenberg destaca que na sólida base material do capitalismo estadunidense se constituiu sob o senso de missão com raízes seculares, mas também religiosas. A mentalidade da Cristandade Protestante foi a base fundamental para o ímpeto modernizador. Noções como o dever religioso e o Destino

[90] TAFFET, Jeffrey F. **Against Aid: A History of Opposition to US Foreign Aid Spending**. London and New York: Routledge, 2022.
[91] Devido a desenvolvimentismo ter um sentido muito diferente na historiografia brasileira, decidimos por não traduzir e manter o nome em inglês para destacar a diferença entre as propostas.

Nacional se fundiram, criando esse sentido missionário que foi o impulso internacionalista do sonho americano no século XX[92].

Essas experiências gestadas no século XIX, continuaram a se reafirmar no século XX. Para David Ekbladh, por exemplo, todo o conhecimento técnico e as práticas que os Estados Unidos tentaram exportar para o restante do mundo no século XX tiveram como base o *New Deal*, mais especificamente, o projeto do *Tennessee Valley Authority* (TVA) criado em 1933, consolidando as ideias de um liberalismo modernizador onde o Estado tem um papel fundamental no planejamento econômico. Esse consenso foi relativamente duradouro até a chegada de Ronald Reagan na Casa Branca[93].

Na Guerra Fria, a questão ideológica se expressou pelo debate entre os sistemas políticos e a suas respectivas promessas de melhora nas condições de vida da população. As promessas não diziam respeito apenas às elites, mas principalmente às classes populares, de trabalhadores urbanos a camponeses. De um lado, o capitalismo liberal e de outro o comunismo de Estado. Ambas as ideologias estavam comprometidas a levar outros países a colher os benefícios da vida moderna. A ação soviética e estadunidense no Terceiro Mundo ocorreu por intermédio da concepção de que seria possível substituir o padrão dos antigos impérios coloniais europeus em seus aspectos de "exploração e de submissão" para uma lógica de "controle e melhoramento". David Ekbladh argumentou que isso se torna a grande missão do governo dos EUA no século XX. Para tal empreendimento, os *cold warriors* foram buscar nas experiências do passado – ou seja, na própria trajetória dos Estados Unidos da América – de colônia britânica à potência mundial – a retórica e a experiência necessária para exportar a modernização para o mundo. O resultado foi uma série de práticas e a formação de um ideário que tornou a leitura do excepcionalismo estadunidense um receituário de modernização com aplicabilidade universal.

O mito do desenvolvimento ganhou um novo sentido quando o temor do comunismo e sua potencial capacidade de "explorar" a pobreza do Terceiro Mundo levou ao senso de urgência da modernização. Modernizar-se não era apenas um desejo dos países da periferia do capitalismo, era necessário que essas nações fossem "conduzidas" ao desenvolvimento, fossem empurradas para o *take-off*[94]. A abordagem de um desenvolvimento forçado possuí ligações viscerais com a própria política externa

[92] EKBLADH, David. **The Great American Mission: Modernization and the Construction of an American World Order**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010.
[93] EKBLADH, 2010, p. 30.
[94] Uma das etapas teorizadas por Rostow e fundamentais para ao avanço do desenvolvimento econômico.

estadunidense na América Latina durante o século XIX. Escobar demonstra como os países latino-americanos foram uma espécie de campo de experiências dos discursos intervencionistas desde a formação dos EUA como nação. Da Doutrina Monroe ao *big stick,* passando pela Política de Boa Vizinhança nos anos de 1930, todas promulgavam o mito do desenvolvimento em algum nível do discurso. Como demonstra Ekbladh e Rosenberg, antes da modernização se tornar política de Estado, esse discurso estava presente em instituições privadas e organizações civis. Os exemplos mais emblemáticos foram as ações de figuras provenientes das elites estadunidense como Nelson Rockfeller[95] e Henry Ford.

A releitura da História que enxergava no capitalismo dos EUA como um laboratório, buscava justamente enaltecer um passado esplendoroso e encontrar as respostas para as necessidades dos países em desenvolvimento no presente. Exemplarmente, a palavra *reconstruction* contém um sentido histórico que sintetiza experiências específicas da reconstrução dos EUA após a Guerra Civil. Nesse sentido, a ideia de reconstruir sociedades sobre novas bases não se refere a apenas levantar o que foi destruído pela guerra, mas possuí um sentido de mudança de padrões sociais para o avanço da modernidade[96]. Afinal, após a Guerra Civil dos Estados Unidos, o capitalismo industrial de caráter desenvolvimentista prevaleceu sobre o Velho Sul atrasado e escravista. São nessas experiências que estão alicerçadas as raízes da modernização na mentalidade estadunidense. Quando os assessores de John F. Kennedy, Lincoln Gordon e Arthur Schlesinger Jr. apontaram nos documentos que a Aliança para o Progresso seria uma proposta de ajuda externa muito diferente do Plano Marshall, eles defendiam que a "reconstrução" das nações latino-americanas seria, na verdade, a fundação de um novo tipo de sociedade[97].

Há nas raízes do ímpeto modernizador o sentido de um desenvolvimento forçado a partir de um receituário que deveria ser colocado em prática a qualquer custo, queiram os latino-americanos ou não, principalmente atrelado a paranoia anticomunista. No início do século XX, os discursos do Secretário de Estado do presidente Theodore Roosevelt,

[95] No caso de Rockfeller no Brasil é emblemático.TOTA, Antonio P. **Amigo Americano: Nelson Rockfeller no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
[96] Para um debate sobre a reconstrução no pós-Guerra Civil ver FONER, Eric. **Reconstruction: America`s Unfinished Revolution 1863-1977**. New York: Harper & How, 1988.
[97] Foreign Relations of the United States (FRUS), 1961-1963. Vol. XII, **American Republics**, 1961-1963. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996. Draft Memorandum From the Consultant to the Task Force on Latin America (Gordon) to the President's Assistant Special Counsel (Goodwin). p. 95-98.

Elihu Root, sobre a separação da Colômbia e do Panamá no contexto de construção do canal estavam carregados desse argumento:

> Com ou sem o consentimento da Colômbia [...] nós vamos cavar o canal, não por motivos egoístas, não por ganância ou ganhos, mas pelo comércio mundial, beneficiando a Colômbia acima de tudo [...] Uniremos nossas costas atlântica e pacífica, prestaremos serviço inestimável à humanidade e cresceremos em grandeza e honra e na força que vem das difíceis tarefas realizadas e do exercício do poder que se empenha na natureza de um grande povo construtivo[98].

Desde o final do século XIX é possível detectar a percepção de grandeza com forte tom nacionalista na política externa estadunidense, mas o que efetivamente mudou após 1945? A primeira resposta é o descobrimento da pobreza, discutido por Escobar, bem como as assertivas de Rosenberg sobre o *liberal-developmentism e o Promotional State*. David Ekbladh complementa essas perspectivas ao concentrar nas experiências fornecidas pelo *New Deal* as raízes de uma concepção que seria implementada globalmente no futuro. Esse foi o fermento de uma massa de interesses maior que respondeu a conjunturas específicas dos anos de 1960. O apelo dos intelectuais estadunidenses em estudar os países latino-americanos não modificou as percepções nos círculos dos *policymakers* de imediato. Há uma marcha de mais de uma década que vai do discurso inaugural de Harry Truman até a criação da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no governo de John F. Kennedy, quando o mito do desenvolvimento passa a dominar todos os espaços de debate da política externa, criando e refinando conceitos. A Teoria da Modernização torna-se, paulatinamente, a linguagem científica do mito do desenvolvimento.

Felipe Loureiro em *A Aliança para o Progresso e o Governo João Goulart* aponta para o fato de que os programa de ajuda econômica internacional promovido pelo governo dos EUA só começaram de forma sistemática após 1945. O Programa de Recuperação Europeia (*European Recovery Program*-ERP), mais conhecido como Plano Marshall, garantiu a manutenção e o fortalecimento da ideia do desenvolvimento capitalista na Europa pós-Guerra[99]. O sucesso do Plano Marshall gerou uma demanda de líderes de

[98] "With or without the consent of Colombia [...] we will dig the canal, not for selfish reasons, not for greed or gain, but for the world's commerce, benefiting Colombia most of all [...] We shall unite our Atlantic and Pacific coasts, we shall render inestimable service to mankind, and we shall grow in greatness and honor and in the strength that comes from difficult tasks accomplished and from the exercise of the power that strives in the nature of a great constructive people." ROOT, Elihu. **Address on International Subjects.** Cambridge: Harvard University Press, 1916, p. 206.

[99] LARA, José V.; OLIVEIRA, Pedro C.; DAMASCENO, Natália A. **De Washington ao nordeste brasileiro: política externa e desenvolvimento na Guerra Fria (1947-1964)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

países em desenvolvimento para que programas com formas semelhantes fossem colocadas em prática no Terceiro Mundo[100].

De fato, o colapso dos países europeus após o conflito expôs as antigas colônias na África e na Ásia ao projeto de modernização do comunismo soviético. A formação de novos Estados independentes nascentes do desarranjo colonial europeu colocou, em 1960, um contingente de aproximadamente 800 milhões de pessoas no jogo político global. Um enorme contingente humano passou a pautar demandas por desenvolvimento econômico e social, no próprio contexto de "descobrimento" da pobreza. Como sublinha Michael Latham, os *policymakers* estadunidenses observaram que esse seria o terreno fértil para o desabrochar de regimes comunistas, que poderiam se espalhar rapidamente por essas regiões. Como afirmou o estrategista de Harry Truman, Paul Nitze, a derrota da Alemanha e do Japão e o declínio do Império Britânico e dos antigos domínios franceses, deu lugar a um contexto extremamente perigoso, em que os EUA e URSS agora ditavam a autoridade do jogo político global. A instabilidade deixada pelos processos de descolonização, criava um espaço propício ao crescimento de ideologias revolucionárias de esquerda nos lugares mais pobres do mundo[101]. Essa foi a compreensão fundamental das estratégias de contenção de John F. Dulles, por exemplo.

O contexto era calamitoso para os decisores estadunidenses. A construção da bomba atômica pela União Soviética em agosto de 1949, a Revolução Chinesa no mesmo ano, além dos rumos desastrosos da Guerra da Coréia davam contornos de uma dimensão aterrorizadora nas mudanças globais e dos perigos desse novo arranjo[102]. O mundo não podia ficar sem respostas. No sul do Vietnã e nas Filipinas, os EUA forneceram auxílio a políticos aliados para instaurar regimes simpáticos aos seus interesses. A perspectiva intervencionista foi se alojando no interior do Departamento de Estado, principalmente alicerçada na arquitetura e no financiamento de campanhas de desestabilização contra governos não alinhados aos interesses dos EUA. Esses eventos puderam ser observados na Guatemala, com a derrubada de Jacob Arbenz Guzmán em 1954, e no Irã de

[100] LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra.** São Paulo: Editora Unesp, 2020.

[101] LATHAM, Michael. **Modernization as Ideology: American Social Science and "Nation Building" in the Kennedy Era**. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 2000.

[102] Para David Ekbladh a Coréia do Sul foi um *"proving ground"* para as ideias da modernização. Antes do anúncio do Ponto IV, já havia ocorrido a implementação de alguns elementos da teoria da modernização. Segundo Ekbladh, essas ações foram responsáveis pelo aceleramento da Guerra da Coréia. Ver em EKBLADH, David. **The Great American Mission: Modernization and the Construction of an American World Order**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010, p. 23.

Mohammed Mossadegh em 1953, quando o governo de Eisenhower notou a eficácia de utilizar operações secretas financiadas e planejadas por agências de inteligência para colocar fim a governos nacionalistas com interesses considerados contrários aos de seu governo.

Diante dessa nova conjuntura, Robert Packenham mostra como, nos anos 1950, os formuladores de políticas dos EUA buscaram nas antigas tradições liberais, fundamentados na retórica de que os EUA tiveram uma experiência histórica e social única, as respostas para enfrentar esses novos desafios. Packenham aponta como essas ideias eram alicerçadas em uma concepção do tradicionalismo liberal exposta no clássico trabalho de Louis Hartz, *The Liberal Tradition in America*, de 1953. Na interpretação histórica feita por Hartz, um dos mais proeminentes intelectuais defensores do "excepcionalismo", a sociedade estadunidense teria sido fundada por imigrantes que fugiram de conflitos religiosos e de classe no interior da Europa, se refugindo em um continente com infindável potencial econômico. Longe dos resíduos feudais e das amarras do *ancién regimes* europeus, os antigos conflitos de classe vivenciados teriam se tornado incipientes no novo território. Ideias e práticas de liberdade individual, foram estabelecidas desde o berço dessa nova sociedade, criando raízes profundas e duradouras. Packenham capturou muito bem como essa leitura histórica sobre a trajetória dos EUA se transformou em uma cultura de política externa[103].

Nessa perspectiva, autores como Alexis de Tocqueville e Thomas Paine foram lidos por liberais do século XX – a exemplo de Louis Hartz – como profetas e legitimadores do excepcionalismo ao defenderam as singularidades dos Estados Unidos e o apelo pela liberdade diante de um mundo europeu envelhecido e de instituições decadentes. A leitura, na grande maioria das vezes, desconsiderava os contextos próprios de escrita desses autores clássicos do século XVIII. A Revolução Americana teria consolidado esses preceitos, adicionando ainda um forte tempero conservador, tipicamente puritano e característico do liberalismo estadunidense. Dali em diante, as instituições políticas surgiram com desconfiança à autoridade e baseadas na crença inquestionável no poder político controlado, equilibrado e descentralizado. Ainda sob essa perspectiva, a sociedade estadunidense teria sido abençoada – com dádivas e

[103] PACKENHAM, Robert. **Liberal America and the Third World. By Robert A. Packenham. Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2015.

justificações fornecidas por uma Providência Divina – a geografia e os recursos naturais abundantes, impulsionando um avanço contínuo da tecnologia e da inovação. Isolados dos grandes conflitos do mundo, a sociedade estadunidense pode assim, durante um longo período, concentrar-se apenas no crescimento e na prosperidade da nação.

Para Packenham, essa leitura histórica altamente positiva do capitalismo de crescimento irrefreável, conduzido pela crença na democracia, produziu uma percepção que dominou os *policymakers* nas décadas de 1950 e que pode ser resumida em quatro suposições básicas: 1) de que a mudança e o desenvolvimento são relativamente fáceis de se alcançar; 2) todas as coisas boas acontecem em conjunto; 3) radicalismos e revoluções violentas são sempre ruins; 4) distribuir a energia política é mais importante do que acumulá-la[104]. Esses preceitos são muito presentes no interior do mito do desenvolvimento, influindo poderosamente na forma como os intelectuais estadunidenses e os *policymakers* observavam outros locais do mundo. Os EUA e a Europa eram, portanto, na visão desses intelectuais, o ápice do desenvolvimento social e humano no que havia sido alcançado até então em termos de processo civilizatório. Packenham afirma:

> [...] quando se examina as atitudes e as atividades dos altos funcionários americanos, tanto do governo quanto no Congresso durante aqueles anos, o que é mais impressionante é quão próximo da verdade o clichê está e quantas camadas de significado ela tem. Mesmo hoje, muitos americanos parecem não perceber quão profundas são suas ilusões e quão persistentes são suas tendências a exagerar a aplicabilidade de sua própria experiência e da Europa à outras áreas[105].

Em meados de 1950, essa visão já havia sido percebida como um erro por figuras como Harry B. Price que publicou seu principal trabalho em 1955, em *The Marshall Plan and Its Meanings* Price observou como os EUA realmente estavam criando ilusões sobre a possibilidade de produzir planos de reconstrução na Ásia baseados nas suas próprias experiências históricas de desenvolvimento e reconstrução. Logo os *policymakers* perceberam que a fórmula não tinha uma aplicabilidade simples. Os esforços pareciam

---

[104] PACKENHAM, Robert. **Liberal America and the Third World. By Robert A. Packenham. Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2015.

[105][…] when one examines the attitudes and activities of high American officials, both in the administration and Congress during those years, what is most striking is just how close to the truth the cliche is, and how many layers of meaning it has. Even today many Americans do not seem to realize how profound are their illusions and how persistent are their proclivities to exaggerate the applicability of their own experience and that of Europe to other areas. PACKENHAM, Robert. **Liberal America and the Third World. By Robert A. Packenham. Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2015, p. 39.

sempre se dissolver em meio a realidades difíceis e complexas dos países asiáticos[106]. Packenham afirmou que, apesar dos estadunidenses terem aprendido algumas lições entre 1948 e 1952, a base do pensamento dos altos funcionários da política externa não se alterou. O problema central continuou a ser o embate entre comunismo versus capitalismo e os estadunidenses mantiveram, por um longo período, a ideia de que todos os países do Terceiro Mundo estavam eivados por um forte apelo ao comunismo soviético. A compreensão era de que a pobreza, a fome e as necessidades imediatas dessas sociedades faziam com que as pessoas facilmente se agarrassem a qualquer promessa utópica sendo seduzidas pelos discursos comunistas. Packenham ainda nota como os *policymakers* estadunidenses absorveram acriticamente argumentos e constatações dos soviéticos que agiam nesses países, indicando que eles estavam sendo bem-sucedidos quando na verdade sua influência real era pequena[107].

Por fim, se por um lado é possível observar uma aprendizagem da política externa estadunidense entre 1948 e 1952 de que a simples transferência de receituário de desenvolvimento capitalista não era algo tão eficiente como se imaginava; por outro, a ilusão do apelo comunista se manteve muito firme e duradoura, acabando por solapar as críticas. Para o Packenham, a ideia de que os países do Terceiro Mundo possuíam um forte apelo ao comunismo era uma análise apressada e fantasiosa. Com exceção de China, Coréia do Norte, Vietnã do Norte e Cuba, que instauraram regimes comunistas após a Segunda Guerra, o comunismo no Terceiro Mundo foi relativamente fraco, sendo uma força incipiente em muitos países como, por exemplo, no Brasil. Até mesmo entre esses regimes comunistas asiáticos e em Cuba, as relações com os soviéticos foram, em muitos momentos, tensas e hostis. Essa automática ligação entre o apelo aos comunistas no ideário modernizador estadunidense não se confirmava na realidade. Fome e desespero não conduziram países automaticamente ao comunismo, bem como satisfação e prosperidade não levam necessariamente à democracia ocidental[108].

1.2 Nacionalismo: a matéria-prima da política no Terceiro Mundo

[106] PRICE, Harry Bayard. **The Marshall Plan and Its Meaning**. Ithaca and New York: Cornell University Press, 1955.
[107] PACKENHAM, Robert. **Liberal America and the Third World. By Robert A. Packenham. Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2015.
[108] PACKENHAM, 2015, Op. Cit.

> The endemic raw material of politics was nationalism – in fact, a reactive nationalism – reacting against the memory of past intrusions, current intrusions, or feared intrusions from more advanced nations.
>
> ROSTOW, W. W. **Eisenhower, Kennedy and Foreign Policy**. Austin: University Press of Texas, 1985, p. 206.

A grande força política do Terceiro Mundo, de fato fundamental a toda a compreensão, foi o nacionalismo. Os teóricos que discutem o conceito sempre apontam para as imensas dificuldades em alcançar uma definição satisfatória para o nacionalismo como categoria de análise. No nosso caso, um dos pontos críticos é fazer a diferenciação entre o fenômeno histórico do nacionalismo estadunidense e Europeu, parte fundamente do Estado-nação – cujo maiores expoentes são os teóricos Ernest Gellner, Benedict Anderson e Fredrick Hertz – de um nacionalismo não-ocidental, constituído no intercurso do século XX nos países do Terceiro Mundo. Para Packenham, a grande preocupação dos países que buscavam o desenvolvimento econômico nos anos de 1950 e 1960 era encontrar uma via de modernização e de ação política de maneira independente em um mundo cada vez mais polarizado. A dificuldade residia em localizar uma forma de alcançar melhorias econômicas e sociais sem destruir os seus próprios modos de vida, costumes e suas tradições[109]. Para Edward Said, o fenômeno do nacionalismo identificável na segunda metade do século XX está inextricavelmente ligado ao avanço contínuo das novas formas de imperialismo no Terceiro Mundo[110], porém, ele não se resume a apenas um fator.

Foi com essa proposta de complexificar e diferenciar o fenômeno do nacionalismo no Sul Global que Dawa Norbu elaborou um complexo quadro conceitual para analisar as peculiaridades do nacionalismo no Terceiro Mundo. Para Norbu, o nacionalismo que emergiu dos processos de descolonização na África, Ásia, Oriente Médio e América Latina não podem ser analisados como categoria universal sob a mesma base conceitual usada para pensar o nacionalismo na Europa. O nacionalismo no Terceiro Mundo deve ser compreendido por intermédio das particularidades culturais, pelo campo de experiências e pela vivência das tradições locais[111]. Segundo Norbu, o nacionalismo no Terceiro Mundo é a combinação de elementos tradicionais e modernos – nem sempre

[109] PACKENHAM, Robert. **Liberal America and the Third World. By Robert A. Packenham. Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2015.
[110] SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
[111] NORBU, Dawa. **Culture and the Politics of Third World Nationalism**. London and New York: Routledge, 1992.

explicados por logicas racionais, sendo, às vezes, completamente imprevisíveis e com fortes conotações simbólicas e religiosas. Além disso, não deve ser simplificado como apenas uma reação ao imperialismo ou ao colonialismo.

Segundo Norbu, os componentes essenciais que diferenciam o nacionalismo no Terceiro Mundo são: a) a emergência de uma consciência social sobre a identidade que fornece uma ideia de unidade nacional, elemento necessário para a formação dessas novas nações recém independentes, no caso do processo de descolonização da África e da Ásia. b) um sistema de valores que orienta e motiva a ação política. c) um movimento pan-étnico necessário para gerar poder social a ser utilizado para alcançar a unidade e a independência nacional; e por fim, d) uma política externa centrada no conceito de interesse nacional[112]. Norbu argumenta sobre a centralidade religiosa, principalmente, ao interligar como, em termos globais, a dimensão política da religião proporciona uma efetiva ferramenta de politização. Seria, portanto, mais fácil transitar de uma atividade religiosa para a ação política de massas nas sociedades históricas do Terceiro Mundo. No caso latino-americano seria diferente do restante, pois o compartilhamento de valores ocidentais é mais próximo pela forte presença do cristianismo. Porém, Norbu destaca que diferente dos nacionalismos europeus, no Terceiro Mundo, não havia uma devoção e um compromisso nacional particularmente direcionado ao Estado. O nacionalismo terceiro-mundista se organizava pela crítica ao Estado, sendo sistematicamente denunciado como instrumento de manutenção das elites e de interesses internacionais. Os projetos nacionalistas previam uma via reformista como parte do processo de libertação nacional[113]. Processo perceptível no Brasil dos anos de 1960.

Essa diferenciação se torna importante, pois o debate sobre o nacionalismo ocupou muitas páginas dos escritos de teóricos da modernização sobre como eles deveriam abordar, enfrentar ou direcionar essa energia política em prol do desenvolvimento capitalista. Walt W. Rostow defendia a perspectiva de que o nacionalismo era uma força positiva para a modernização. Para ele o nacionalismo era reativo, calcado na memória colonial e justificado pela presença intrusiva do capital estrangeiro em alguns locais. De fato, o nacionalismo para Rostow era a mais poderosa força política tanto para o avanço quanto para o atraso da modernização. Ele concordava que o nacionalismo poderia e

[112] NORBU, Dawa. **Culture and the Politics of Third World Nationalism**. London and New York: Routledge, 1992, p. 2.
[113] NORBU, 1992, Op. Cit.

deveria ser direcionado para ajudar no avanço real das possibilidades de mudanças histórica nos países do Terceiro Mundo[114].

No início do século XX, o presidente dos EUA Woodrow Wilson, que pertenceu a uma das primeiras gerações a se formarem como cientistas sociais, encarou as causas da guerra a partir do enfrentamento do que ele considerou como dois centrais problemas, o nacionalismo e a revolução. Até a Primeira Guerra Mundial, o nacionalismo era visto como uma força política fundamental para a criação de nações estáveis – carregando o sentido da autodeterminação fundamental para a fundação de uma identidade nacional[115]. A Grande Guerra (1914-1918) revelou ao mundo uma outra face do nacionalismo. Como argumentou Pierre Renouvin, o grande detonador do conflito no início do século XX foi uma série de disputas regionais de fronteira, fortemente alimentadas por sentimentos nacionais[116]. Assim como Woodrow Wilson, o presidente Franklin Delano Roosevelt acreditava na existência de um "nacionalismo positivo" como força política, principalmente contra o avanço do autoritarismo. Afinal, o nacionalismo era visto pelos soviéticos como um obstáculo à sua expansão internacionalista do comunismo[117]. Como veremos ao longo deste trabalho, essa perspectiva se entre um nacionalismo positivo e negativo, permaneceu como explicação na ideia do serviço diplomático dos EUA.

A política externa do governo do republicano de Dwight Eisenhower tornou-se o eixo central da crítica dos teóricos da modernização à política externa estadunidense. Toda a campanha presidencial de 1960, que levaria o jovem senador de Massachussetts, John F. Kennedy à presidência, teve como mote central objurgar a política externa dos republicanos, principalmente sua ênfase na questão militar e desprezo pela ajuda externa ao Terceiro Mundo. Se tomarmos por verdadeiras as constatações de Odd Westad, Robert Packenham e de Edward Said de que principal força motriz da política nos países do Sul Global foi o nacionalismo, um evento de âmbito internacional ocorrido durante os anos de Eisenhower no poder adquiri um lugar especial em nossas análises. A Conferência de Bandung teve impacto profundo no contexto do recorte temporal desta tese, influindo profundamente nas próprias raízes da Política Externa Independente no Brasil.

A Conferência Ásio-Africana, também conhecida como Conferência de Bandung, ocorreu na Indonésia entre 18 e 24 de abril de 1955 é considerada um marco fundador de

[114] ROSTOW, W. W. **Eisenhower, Kennedy and Foreign Policy**. Austin: University Press of Texas, 1985.
[115] WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
[116] RENOUVIN, Pierre. **La Primeira Guerra Mundial**. Barcelona: Oiko-Tau, 1990.
[117] WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

um bloco de países que ficaram conhecidos como Movimento dos Países Não-Alinhados. Na ocasião, vinte e nove nações africanas e asiáticas[118] participaram de uma semana de eventos para discutirem assunto de cooperação econômica e cultural, a dependência dos povos e a autodeterminação dos povos, representando um fenômeno inédito nas nações recém independentes. Todavia, a Conferência de Bandung seguiu uma linha clara e contínua em seu movimento: condenar o colonialismo em todas as suas formas e manifestações.

Uma das fontes privilegiadas para analisar a Conferência de Bandung são os relatos do jornalista, ativista negro e escritor Richard Wright. Em *The Colour Curtain: a report on the Bandung Conference*, Wright utilizou sua vasta experiência na luta contra a segregação racial nos EUA para avaliar os eventos em Bandung na tentativa de pensar para além da bipolaridade que opunha o capitalismo e o comunismo nos tempos de Guerra Fria. A escrita do jornalista foca na discussão racial e na diversidade religiosa que evocou, segundo Wright, um tipo de nacionalismo com tons emotivos em Bandung. Ao ler sobre a Conferência em um jornal, o escritor se sentiu profundamente provocado a viajar até a Indonésia como observador e ver *in loco* o que ele chamou de "reunião da humanidade". As reflexões, apesar de bem pessoais, parte de observações sobre como um jornalista do ocidente poderia cobrir a conferência dada a diversidade de países e culturas presentes. Como um ativista negro nos EUA, Wright compreendia a sua posição no mundo Ocidental, mas se questionava se teria capacidade de captar as determinações de povos tão variados[119].

Na época, ele residia em Paris como expatriado. No caminho para Bandung, Wright se encontrou na Espanha com uma amiga francesa. Ao dizer que estava se dirigindo para a Indonésia, surpresa, a amiga questionou se ele poderia lhe trazer alguns temperos. Wright se questiona como para o Ocidente, mesmo uma pessoa altamente educada e politizada como sua amiga, o local onde vivia milhões de pessoas ainda possuía o mesmo significado para Cristóvão Colombo em 1492, apenas um lugar de temperos[120].

---

[118] Dos participantes da Ásia: Reino do Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul e Tailândia. Do Oriente Médio: Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Turquia. Da África: Costa do Ouro (atual Gana), Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão. A Argélia ainda estava em uma guerra de independência, mas a Frente de Libertação Nacional (FLN) enviou representantes. Muitos países latino-americanos enviaram observadores para o evento, inclusive o Brasil.

[119] WRIGHT, Richard. **The Colour Curtain: a reporto on the Bandung Conference**. London: Denis Dobson, 1956.

[120] WRIGHT, Richard. **The Colour Curtain: a report on the Bandung Conference**. London: Denis Dobson, 1956.

Frequentemente, em documentos, discursos e registros, esses países eram referidos ainda como *"Colombo Powers"*[121].

O autor lembra que os países reunidos nesse evento representavam mais de um bilhão de habitantes do planeta. Quase todos haviam sido colônias europeias e eram chamados pelos brancos do Ocidente de *"coloured peoples".* Ao pensar sobre os líderes presentes no evento, Wright pode constatar que, em sua grande maioria, haviam vivido no cárcere em algum momento de suas vidas, muitos eram ex-prisioneiros políticos ou viveram grandes partes de sua vida no exílio. Além disso, outra observação do relatório é que essas sociedades eram profundamente religiosas ou se moviam por ideias consideradas no Ocidente como irracionais e supersticiosas[122]. Aqui reside uma interessante constatação, a divisão do pensamento social estadunidense que apartava sociedades tradicionais e modernas e que foi a pedra angular da teoria da modernização, observava todos esses países como sociedades ainda muito vinculadas a superstições e a ideais religiosos atrasados[123].

Avaliando as lideranças, o autor reflete sobre Ali Sastroamidjojo, primeiro-ministro da Indonésia, preso e exilado. Jawarharlal Nehru, primeiro-ministro indiano, passou longos anos no cárcere. Kwame Nkrumah, primeiro-ministro da Costa do Ouro, também um ex-prisioneiro. Chou En-Lai, premier chinês, era um disciplinado comunista que operou em guerras e havia sido personagem central da Revolução Chinesa. Ho Chi Minh, primeiro-ministro da República Democrática do Vietnã do Norte, era líder de exército guerrilheiro. Para Wright todas essas nações e líderes políticos eram *"underdogs"* aos olhos ocidentais e nada tinham em comum, eram profundamente antagônicos, mas um fio as unia: a rejeição ao mundo Ocidental e o combate ao colonialismo[124].

Utilizar Wright como fonte para observar a Conferência de Bandung é interessante, pois seus olhos estavam direcionados para os aspectos raciais. Uma preocupação central para qualquer cidadão negro dos EUA naquele momento. Com a morte de Stálin uma política externa mais internacionalista foi colocada em prática pela

---

[121] LEE, Christopher J. **Making a World after Empire: the Bandung Moment and Its Political Afterlives**. Ohio: Ohio University Press, 2010.
[122] WRIGHT, Richard. **The Colour Curtain: a report on the Bandung Conference**. London: Denis Dobson, 1956.
[123] GILMAN, N. **Mandarins of the Future: modernization theory in Cold War America**. Baltimore: John Hopkins Univeristy Press, 2008.
[124] WRIGHT, Richard. **The Colour Curtain: a report on the Bandung Conference**. London: Denis Dobson, 1956.

URSS[125]. A propaganda soviética investiu fortemente em denunciar os aspectos estruturais do racismo nos Estados Unidos, como um contraponto à ideia de um "mundo livre". Os soviéticos questionavam a existência da plena liberdade nos EUA, argumentando que uma parte de sua população ainda vivia sob leis de segregação racial. Os EUA passaram a defender sua visão de liberdade demonstrando ao mundo sua expressão cultural mais moderna, o jazz. A Diplomacia do Jazz foi fundamental nesse embate diplomático, em que o governo Eisenhower tentou vender ideia de que a música negra era parte de sua cultura popular e representava os valores do americanismo[126].

Ali Sastroamidjojo foi quem idealizou e articulou a conferência. Ele era um conhecido crítico das intervenções ocidentais na Ásia. Alguns países ficaram de fora dos convites por motivos políticos. É o caso da África do Sul, que ainda vivia sob o regime do Apartheid. Coréia do Sul e do Norte haviam acabado de negociar um cessar fogo após três anos de conflito (1950-1953) e por isso não participaram. Em todo caso, a cidade de Bandung era emblemática para o evento, representava a própria noção do mundo pós-colonial. As descrições da cidade e o encontro de Richard Wright com intelectuais, escritores e poetas indonésios é um deleite a parte de seu relato. Segundo Christopher Lee, a Conferência de Bandung serviu para consolidar lideranças mundiais do Terceiro-Mundo como indiano Jawaharval Nehru e o egípcio Abdel Nasser.

Como afirmou Sidnei Munhoz, Mao Zedong e Chou-Enlai saíram na frente dos soviéticos na aproximação de relações com os países em processo de formação nacional que confrontavam as suas antigas metrópoles[127]. Em 1949, após a Revolução Chinesa e a tomada da região continental pelos comunistas, o antigo governo da República da China se deslocou para a ilha de Taiwan. Naquele contexto, a República Popular da China, comandada por Mao Zedong, buscava o seu reconhecimento internacional e a Conferência de Bandung representou uma ótima oportunidade de legitimar o novo regime no Extremo Asiático[128].

A Conferência teve uma mensagem clara, muito bem descrita por Vijay Prashad:

---

[125] RUPPRECHT, Tobias. **Soviet Internationalism after Stalin: interation and exchange between the USSR and Latin America during the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

[126] Realizei um estudo sobre da Diplomacia do Jazz no Brasil, em como a miscelânea entre o Jazz e o Americanismo foi utilizada como ferramenta de política externa para amenizar os impactos internacionais das lutas pelos Direitos Civis. LARA, José Victor de. A Diplomacia do Jazz no Brasil: a crise de Little Rock e a Viagem de Louis Armstrong como ferramenta de política externa. **Revista Boletim do Tempo Presente**, v. 10, n. 08, 2021, p. 42-55.

[127] MUNHOZ, Sidnei. **Guerra Fria: História e Historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.

[128] LEE, Christopher J. **Making a World after Empire: the Bandung Moment and Its Political Afterlives**. Ohio: Ohio University Press, 2010.

> O que eles queriam dizer era simples: que o mundo colonizado agora emergia para reivindicar seu espaço nos assuntos mundiais, não apenas como um complemento do Primeiro ou Segundo Mundos, mas como um ator por direito próprio. Além disso, o Espírito Bandung era uma recusa tanto da subordinação econômica quanto da supressão cultural – duas das principais políticas do imperialismo. A audácia de Bandung produziu sua própria imagem[129].

Qual o motivo de abordarmos a questão da Conferência em Bandung? Consideramos a formação da percepção estadunidense sobre o nacionalismo no Terceiro Mundo como fundamental na compreensão dos eventos no Brasil entre 1960 e 1964. Bandung marcou o surgimento de um conceito geopolítico chamado "neutralismo", que exerceu uma forte influência em países emergentes do que hoje se considera como Sul Global. A ênfase dessa postura era a independência em um sentido amplo. Aos olhos dos EUA, o nacionalismo foi percebido como uma força política perigosa, confusa e que se direcionava quase que automaticamente para a esquerda nos países periféricos, principalmente em discursos que se demonstravam antiocidentais e anti-imperialistas. A extrema fluidez com que esse conceito se movia por figuras políticas diversas, fazia com que os diplomatas estadunidenses tentassem constantemente definir um quadro conceitual das posições nacionalistas, classificando as mais radicais como ultranacionalistas – termos muito presente na documentação estudada – avaliar as raízes dessa percepção se torna fundamental.

A partir da análise de documentos desclassificados, podemos notar que as preocupações do governo dos EUA com a Conferência da Bandung orbitaram em torno das tensões entre a República Popular da China, comanda por Mao Zedong e restante da antiga república nacionalista de Chiang Kai-Shek, que havia se refugiado em Taipei, na ilha de Taiwan. As preocupações do Departamento de Estado foram expostas em um relatório direcionado ao Secretário de Estado Dean Acheson[130]. O temor expresso nas linhas que seguem era de que a China comunista conseguisse um amplo apoio evocando um sentimento panasiático, conseguindo assim o suporte necessário para uma invasão às ilhas de Quemoy, Matsu e Taiwan. Um grupo de trabalho foi formado no interior do Departamento de Estado para elaborar uma ação coordenada sob o comando do General Douglas McArthur. O presidente dessa *task-force* foi William S. B. Lacy – que iria

[129] What they meant was simple: that the colonized world had now emerged to claim its space in world affairs, not just as an adjunct of the First or Second Worlds, but as a player in its own right. Furthermore, the Bandung Spirit was a refusal of both economic subordination and cultural suppression—two of the major policies of imperialism. The audacity of Bandung produced its own image. PRASHAD, Vijay. **The Darker Nations: a people's history of the third world**. New York: New Press, 2007.
[130] DEPARTMENT OF STATE. **Central Files**. 670.901/2–855. Secret. Acesso em 23/09/2022.

assumir a embaixada na Coréia do Sul entre março e novembro de 1955. Ao mapear os países participantes, os EUA constatam a presença de dois países declaradamente comunistas e dez classificados como pró-ocidente. No relatório, os diplomatas apontam que o objetivo deveria contenção de danos nos chamados "países não comprometidos", ou seja, daqueles que não se ligados automaticamente ao bloco não-alinhado. O Departamento de Estado deveria agir para influenciar nos seguintes assuntos: 1) a refutar as acusações comunistas contra o Ocidente; e 2) encorajar uma atitude afirmativa da Conferência em relação às conquistas e objetivos do Mundo Livre e dos EUA, demarcando com ênfase que as diferenças culturais e raciais não constituíam empecilhos para a cooperação internacional[131].

Uma figura muito peculiar se converteu nos olhos dos estadunidenses no evento. A ideia de enviar representantes do governo dos EUA foi avaliada como uma má decisão e poderia gerar repercussões negativas. Então o general e diplomata filipino Carlos Peña Romulo, que possuía estreitos contatos com o governo dos EUA, funcionou como um agente interno na Conferência. Ele havia participado ativamente do teatro da Segunda Guerra Mundial no Pacífico, servindo como um adido do famoso General Douglas MacArthur. Romulo foi presidente do Conselho Geral das Nações Unidas entre 1949 e 1950. Chegando a ser o primeiro estrangeiro a receber o Prêmio Pulitzer na categoria correspondente internacional quando escreveu para o jornal *Philippine Herald*. Em 1955, ele atuava como embaixador das Filipinas nos Estados Unidos e pela sua extrema proximidade com os círculos de poder, foi escolhido para observar e tentar influir no seguimento da Conferência.

Em 10 de fevereiro de 1955, o conselheiro do Departamento de Estado Douglas MacArthur II – sobrinho do famoso general estadunidense – se reuniu para um café da manhã com o General Romulo para conversar sobre o assunto. O diplomata filipino informou estar em contato com outros funcionários do Departamento de Estado para reunir documentos e textos que o pudessem auxiliar na sua preparação para a Conferência. Romulo disse a MacArthur que poderia realizar um trabalho muito útil nas delegações de países não comunistas e estava em estreita colaboração com o príncipe Wan, Ministro das Relações Exteriores da Tailândia, além de manter diálogos com a delegação turca e

[131] DEPARTMENT OF STATE. **Central Files**. 670.901/2–855. Secret. Acesso em 23/09/2022.

algumas delegações árabes. Segundo McArthur, Romulo teria à sua disposição uma delegação "muito, muito pequena[132]", para passar de forma despercebida[133].

A missão do General Romulo era impedir que as delegações comunistas presentes em Bandung conseguissem apoio para que o governo comunista chinês invadisse a ilha de Taiwan – no documento a ilha ainda é denominada como Formosa. Romulo tentou conversar com um embaixador indiano ainda nos EUA argumentando sobre os perigos da influência comunista e como os chamados "neutralistas" poderiam acabar aprovando resoluções que dessem sinal verde para ao avanço do comunismo na região. O embaixador indiano discordou afirmando que vários dos países árabes e asiáticos presentes eram extremamente anticomunistas. MacArthur relatou que, segundo Romulo, a questão da "cor" seria particularmente preocupante para eles. No dia 8 de abril, em Washington, o presidente da força tarefa, embaixador Lacy, se reuniu com Douglas McArthur e Niles Bond (personagem central do próximo capítulo). Eles auxiliaram Romulo na escrita de sua declaração de abertura, entregando anexos de documentos e declarações possíveis de serem trabalhadas, levando em conta que os caminhos tomados em Bandung poderiam ser perigosos com a radicalização dos chineses comunistas contra o regime de Taiwan[134].

Em uma reunião, em 7 de abril de 1955, com o Conselho de Segurança Nacional discutiu a ascensão do nacionalismo e do que chamavam de neutralismo. O presidente Dwight Eisenhower expressou a sua preocupação dizendo que era alarmante o fato de os comunistas terem conseguido se identificar com as lutas de libertação nacional de uma maneira muito mais eficiente do que os Estados Unidos. O Departamento de Estado, por sua vez, não conseguiu influir no espírito nacionalista em seu próprio interesse. Na avaliação do presidente, os EUA haviam perdido uma oportunidade de embarcar na onda do nacionalismo e de ter capacidade de influenciar no processo histórico sem serem vistos como apoiadores do colonialismo europeu. Eisenhower falou ainda que aprovaria qualquer método para apaziguar a situação, inclusive distribuir dinheiro a esses países[135].

---

[132] "Very, very small delegation". DEPARTMENT OF STATE. **Central Files**, 110.14–MacA/2–1055. Top Secret. The source text bears the notation "Sec Saw" in O'Connor's handwriting. Acessado em 25/09/2022:
[133] DEPARTMENT OF STATE. **Central Files**, 110.14–MacA/2–1055. Top Secret. The source text bears the notation "Sec Saw" in O'Connor's handwriting. Acessado em 25/09/2022:
[134] DEPARTMENT OF STATE. **Central Files**, 670.901/4–1455. Confidential. Drafted by Bell on April 14. The time of the meeting is from Dulles' appointment diary. (Princeton University Library, Dulles Papers. Acesso em: 26/09/2022.
[135] PARKER, JASON. Cold War II: The Eisenhower Administration, the Bandung Conference, and the Reperiodization of the Postwar Era. **Diplomatic History**, vol. 30, no. 5, 2006, pp. 867–892.

Em 7 de abril, poucos dias antes do início da Conferência em Bandung, Douglas MacArthur se reuniu em Washington com o embaixador britânico Roger Makins. O general avaliava que o encontro na Indonésia poderia exercer uma influência real para a paz na ilha de Formosa (Taiwan) se algo construtivo fosse decidido em Bandung. O embaixador britânico concordou com o general, afirmando que a questão da paz ou da guerra no Extremo Oriente dependia das decisões tomadas pelos líderes em Bandung. MacArthur confessou estar profundamente preocupado com a questão, pois o que estava a acontecer era uma solidariedade asiática com um forte sentimento antiocidental. O discurso de Nehru atacando o Pacto de Manila[136] e a OTAN como aparelhos que aumentavam a tensão no Oriente, poderia levar a uma escalada de hostilidades. O General estadunidense comparou o discurso de Nehru a um tcheco chamado Hromadka, que afirmava que a civilização ocidental havia fracassado e que era preciso substituí-la por uma nova, de inspiração oriental. Nehru não teria usado essas palavras, mas na interpretação de MacArthur esse era o tom que ele desejava imprimir à Conferência de Bandung. O embaixador britânico termina dizendo que faria o possível para usar a influência inglesa em suas ex-colônias na tentativa de impedir avanços dos chineses[137].

O primeiro relatório, avaliando os impactos da Conferência, foi redigido em 29 de abril de 1955 por Bradley H. Peterson. Na avaliação do Departamento de Estado, o evento não foi dominado pelos comunistas chineses como se esperava. Na verdade, o protagonismo havia sido de um grupo de países asiáticos que acreditavam na cooperação com o Ocidente. O Secretário John F. Dulles comentou que o documento final da conferência, com exceção da questão palestina, era possível de ser assinado até mesmo pelos EUA. Tudo indicava que haveria um cessar-fogo entre os chineses em Taiwan. Todavia, o prestígio internacional de Chou-Enlai realmente tornou a questão preocupante, ele havia sido um dos grandes destaques em Bandung[138].

Jason C. Parker sublinha que essa sensação de vitória dos EUA de que os comunistas não haviam conseguido dominar o Movimento dos Países Não-Alinhados durou pouco. A preocupação com a neutralidade cresceu ao longo dos anos, chegando a

[136] O chamado *Southeast Asia Treaty Organization* (SEATO), foi um pacto internacional assinado em Manila, Filipinas, em setembro de 1954. Formalizado em 1955, na Tailândia, o pacto teve como objetivo combater o avanço do comunismo no sudeste asiático. Considerado um programa fracassado, a SEATO foi dissolvida em 1977.

[137] DEPARTMENT OF STATE **Central Files**, 670.901/4–755. Top Secret. Drafted by MacArthur. Approved in draft by the Secretary, according to a marginal notation on the source text. Acessado no dia 25/08/2022.

[138] EISENHOWER LIBRARY. **Whitman File, Cabinet Meetings**. Secret. Drafted by Bradley H. Patterson, Jr., Assistant to the Secretary to the Cabinet.

ser avaliada como um trunfo sem precedentes dos soviéticos. Para o Departamento de Estado, duas grandes lições poderiam ser tiradas de Bandung. Primeiro, o cenário global estava mudando rapidamente e isso representava a tão falada "janela de oportunidades" citada pelos teóricos da modernização, um mundo que necessitava de novos modos de compreensão. Todavia, a situação era complicada. Os EUA não podiam simplesmente condenar o colonialismo e impedir que os países europeus exercessem seus antigos negócios imperialistas nessas regiões, deixando o governo Eisenhower em uma posição difícil. Parker cita uma tentativa do secretário de Estado John F. Dulles de realizar, ainda em 1955, uma "Conferência de Bandung ao contrário". Ou seja, convocar as potências coloniais europeias com a finalidade de promover e liderar um processo de descolonização controlada e pró-Ocidente. A ideia não avançou e a questão permaneceu, realizar esse tipo de ação criaria uma indisposição com os países aliados da Europa[139].

Bandung representou muitos pontos de confluência de vários acontecimentos importantes da Guerra Fria. Ali se reuniu o novo e o velho espectro do comunismo, o neutralismo, a energia em ascensão do anticolonialismo e do nacionalismo no Terceiro Mundo. O governo Eisenhower se preocupou com Bandung, mas não da maneira que deveria. Ficou claro que os desafios do Terceiro Mundo eram muito maiores do que eles imaginavam inicialmente. A reunião ajudou a levar à conclusão de que o colonialismo europeu oferecia apenas uma falsa estabilidade. Para Parker, a Conferência de Bandung foi oportunidade perdida do governo Eisenhower de liderar o nacionalismo na direção dos interesses estadunidenses[140].

A Conferência de Bandung acabou por consolidar o termo neutralismo nas relações internacionais e impulsionou uma série de lideranças até então pouco relevantes no cenário global para uma nova posição. A questão do nacionalismo a partir de Bandung e da ideia da perda do controle do governo dos EUA em relação às lutas de libertação nacional, que passaram a se identificar muito mais na luta contra o imperialismo, levou à percepção dessa força político quase que como uma etapa anterior à implementação do comunismo. Governos populistas do Terceiro Mundo, estariam utilizando o discurso da neutralidade para barganhar posições no cenário internacional.

Em conclusão, acreditamos ser possível compreender como nacionalismo no Terceiro Mundo foi visto como uma luta perdida contra os soviéticos. Após 1955, a

[139] LEE, Christopher J. **Making a World after Empire: the Bandung Moment and Its Political Afterlives**. Ohio: Ohio University Press, 2010.
[140] PARKER, JASON. Cold War II: The Eisenhower Administration, the Bandung Conference, and the Reperiodization of the Postwar Era. **Diplomatic History**, vol. 30, no. 5, 2006, pp. 867–892.

questão era que não havia possibilidade de se construir ou acreditar no nacionalismo positivo como havia ocorrido em décadas anteriores. O antiamericanismo e o discurso do imperialismo ianque, principalmente na América Latina, acabaram se interligando mais intensamente à própria compreensão de interesse nacional. Aos olhos dos *policymakers*, o nacionalismo não era apenas uma força política de oposição à presença dos Estados Unidos. Era uma força que impedia o fluxo de capital estrangeiro fundamental para que a transição das etapas de desenvolvimento fosse realmente colocada em prática. O mito do desenvolvimento, a ideia da facilidade dos investimentos e de transformar o Terceiro Mundo estava sendo barrada, não apenas pelos comunistas, mas por uma "Terceira Força", termo comum para identificar os adeptos de uma linha nacionalista, mas que não eram adeptos do comunismo. Como demonstramos ao longo do estudo, foi o próprio mito do desenvolvimento, a crença no liberalismo modernizador, que impediu que os EUA enxergassem o nacionalismo e os nacionalistas como um poder legítimo.

1.3 Transformando um Mito do Desenvolvimento em Ciência Histórica

O mais impressionante em relação à Teoria da Modernização é como o seu alicerce hermenêutico foi baseado em uma leitura a-histórica – que desconsiderava as contradições inerentes ao capitalismo – a partir de uma visão altamente positiva da História do Ocidente, que denominamos como mito do desenvolvimento. A Teoria da Modernização transformou os traços identificados na identidade nacional dos estadunidenses em uma complexa linguagem científica, construindo um aparato conceitual instrumentalizável para o uso nas ciências sociais e no debate político. Ademais, essas ideias foram capazes de criar modelos também para a formulação de política externa. Grande parte dessas concepções foram construídas coletivamente no interior de duas grandes universidades estadunidenses, separadas entre si por menos de uma milha, a Universidade de Harvard e o Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT). Não por acaso, duas universidades da Nova Inglaterra, sediadas em Boston, o berço do *Myth of American.*

Um estudo pormenorizado dessas instituições, suas relações com a elites locais e a formação de um pensamento de política externa operacionalizado durante o governo Kennedy nos levaria a escrever outra tese, com objetivos e documentos distintos, expandindo muito o escopo do presente trabalho. É importante destacar que a partir de 1945, as ciências sociais nos EUA tornaram-se cada vez mais direcionadas a remodelar o

mundo social a partir de determinadas margens políticas e ideológicas. O mais proeminente sociólogo estadunidense, Talcott Parsons, destacou a capacidade das ciências sociais de produzir a ordem, em um amplo sentido de engenharia social que poderia ser financiado pelo Estado. Ou seja, as ciências sociais, teriam o claro propósito de servir aos governos na formulação de reformas estruturais em diferentes locais do mundo. No interior desse quadro, não é nada surpreendendo o fato de a Teoria da Modernização haver sido engendrada no interior de universidades da *Ivy League* a partir de programas financiados por fundações privadas como a Ford e a Rockfeller, com estudos encomendados por agências como CIA e o Departamento de Estado direcionados a solucionar problemas provenientes da Guerra Fria.

Destarte, para mapear a influência desse pensamento no interior do Departamento de Estado e seu papel na formação das percepções sobre o Brasil durante o período estudado, tentamos elencar seus principais pontos a partir do mais influente teórico da modernização, Walt Whitman Rostow. No segundo capítulo, onde analisaremos a ação dos diplomatas de baixo escalão no Brasil, será possível correlacionar esse pensamento e a influência das camadas superiores da burocracia e, principalmente, compreender – aos moldes do argumento de Michael Latham[141] – como a percepção descrita neste capítulo operou como ideologia oficial, ocupando as salas do Departamento de Estado e da Casa Branca a partir do governo Kennedy.

Walt W. Rostow forjou suas ideias mergulhado na identidade cultural do *Myth of American*. Filho de Victor Aaron Rostowsky, um imigrante judeu ucraniano e de Lillian Hellman, filha de imigrantes judeus russos, seu pai retirou as últimas três letras do nome quando chegou aos EUA, prática comum dos imigrantes na época. Rostow nasceu no Brooklyn, mas mudou-se cedo para New Haven, em Connecticut. A partir da experiência de ascensão social de seu pai como engenheiro químico, Rostow construiu uma imagem positiva do capitalismo estadunidense que atravessa todo o seu trabalho intelectual. Sua família experenciou visceralmente o *Myth of American*. Seus pais eram socialistas liberais, críticos do czarismo e criaram seus três filhos em um ambiente altamente politizado e intelectualizado[142]. Desde muito jovem, Rostow se destacou no trabalho

[141] LATHAM, Michael E. **Modernization as Ideology: American Social Science and "Nation Building" in the Kennedy Era.** Chapel Hill & London: North Carolina Press, 2000.

[142] Walt Whitman Rostow recebeu seu nome em clara homenagem ao que seu pai considerava ser o maior poeta estadunidense, Walt Whitman. O nome de seu irmão mais velho provinha de um líder socialistas, Eugene Victor Debs, que batizou Eugene V. Rostow – que também se tornou proeminente na política dos EUA, tendo servido LBJ e Ronald Reagan. Seu irmão mais novo foi Ralph Waldo Rostow, nomeado assim pela admiração dos pais pelo filosofo Ralph Waldo Emerson.

intelectual. Iniciou seus estudos na Universidade de Yale com apenas quinze anos. Segundo David Milne, em seminários em Yale, Rostow teve contato com as teorias econômicas de John Maynard Keynes, absorvendo muito do consenso do *New Deal*. Foi durante esses anos que Rostow também iniciou as leituras dos textos chave do pensamento marxista. Impressionado com os escritos de Karl Marx, Rostow criou uma espécie de obsessão que o perseguiu durante toda a sua vida: refutar a teoria marxista sobre o desenvolvimento econômico das sociedades[143].

Para Rostow, Marx havia levantado as questões fundamentais em relação ao curso da história do desenvolvimento econômico. Todavia, segundo Rostow, o filosofo alemão havia chegado a respostas ruins ao afirmar que a evolução histórica, inerentemente, levaria ao comunismo. Segundo o jovem intelectual, os estágios transitórios de desenvolvimento como motor da história a partir da luta de classes – estado-de-natureza, escravismo, feudalismo, capitalismo e comunismo – estariam erroneamente postos no sentido de uma marcha fadada ao triunfo do proletariado. Rostow decidiu ali, com dezessete anos de idade, que elaboraria uma explicação alternativa para o curso do desenvolvimento econômico no mundo, cujo seus estágios finais seriam na verdade o crescimento autossustentado pelo consumo de massa. Nesse percurso traçado por Rostow, a fase final dos estágios de desenvolvimento econômico na História seria o próprio capitalismo. Ele queria humanizar o capital, para salvar o próprio sistema do que ele considerava uma falsa profecia de Karl Marx[144]. O estágio final do desenvolvimento econômico seria uma cópia do capitalismo estadunidense dos anos de 1950.

Durante seus anos servindo no Departamento de Estado com John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson (LBJ), Rostow concentrou poder e controle sobre política externa dos EUA no Terceiro Mundo. Estudos como os de David Milne e Bruce Kuklick se concentraram em correlacionar a sua trajetória intelectual e ambição desenfreada em refutar Karl Marx, isso teria estabelecido uma cegueira ideológica que o levou a ser o um dos mais fanáticos anticomunistas estadunidenses do século XX[145]. Durante a Guerra do Vietnã, Rostow defendeu com veemência o uso da máquina militar dos EUA para bombardear incessantemente o Vietnã do Norte. De fato, o *policymaker* ficou conhecido pelo seu papel desastroso no conflito, muito alicerçado nas suas próprias teorias

[143] MILNE, David. **America's Rasputin: Walt Rostow and the Vietnam War**. New York: Hill and Wang, 2008.
[144] MILNE, 2008, Op. Cit.
[145] MILNE, David. **America's Rasputin: Walt Rostow and the Vietnam War**. New York: Hill and Wang, 2008. KUKLICK, Bruce. **Blind Oracles: intellectuals and war from Kennan to Kissinger**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

econômicas. Para ele, o primeiro-ministro vietnamita, Ho Chi Minh, não estaria disposto a renunciar à sua base industrial construída com ajuda da URSS e da China. Pressionado pelos bombardeios dos EUA, ele seria forçado a entrar na mesa de negociações. Na perspectiva de Rostow, os estrategistas de Hanoi não estariam dispostos a retroceder nas etapas de desenvolvimento alcançadas a partir da industrialização. Segundo Milne, Rostow pensou que os norte-vietnamitas não estariam dispostos a uma longa guerra de guerrilhas e desconsiderou o alerta de seus colegas do Departamento de Estado de que o bombardeios poderiam ter um efeito contrário do esperado ao aumentar ainda mais a moral do povo vietnamita contra os EUA[146].

O papel de Rostow na elaboração da política externa na América Latina foi, em temos quantitativos, menos estudado. Todavia, ele se juntou à campanha de JFK com a missão de pensar uma nova política de ajuda externa para o futuro governo democrata. Por fim, corrigiu a minuta escrita pelo assessor de Kennedy, Ted Sorensen, reescrevendo sete dos doze pontos contidos nos objetivos iniciais do programa Aliança para o Progresso[147]. Rostow foi um intelectual orgânico, no sentido gramsciano do termo, e as suas ideias impressionaram e serviram de resposta ativa das elites estadunidense na política externa até o final da década de 1960.

O rescaldo mais significativo da Revolução Cubana em 1959 foi ter colocado a política externa dos EUA para a América Latina como ponto determinante da campanha presidencial de 1960. Fidel Castro havia chegado ao poder não como uma liderança comunista, mas fazendo um forte apelo à luta de libertação do povo cubano, levando o nacionalismo a ser, cada vez mais, hostilizado pela política externa dos EUA. Foi nesse interim que a Aliança para o Progresso foi elaborada na esteira da crítica da campanha de John F. Kennedy à Dwight Eisenhower. Kennedy anunciou o programa assim que assumiu a presidência, em sua perspectiva, a Aliança era a ruptura com o passado, e se bem-sucedida, transformaria permanentemente a América Latina. De fato, Kennedy tinha uma particular preocupação com os países do Terceiro Mundo no contexto da Guerra Fria[148]. O jovem presidente democrata conheceu Walt W. Rostow em meados de 1950 e ficou impressionado com a capacidade intelectual e a habilidade do então professor do

[146] MILNE, David. **America's Rasputin: Walt Rostow and the Vietnam War**. New York: Hill and Wang, 2008.
[147] MILNE, 2008, Op. Cit.
[148] TAFFET, Jeffrey F. **Foreign Aid as Foreign Policy: the Alliance for Progress in Latin America**. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2007.

MIT de produzir ideias originais no campo da política externa. Essa era uma demanda de Kennedy que foi preenchida de maneira eficaz pelo intelectual.

Como apresenta David Milne, a sua habilidade mais destacada era a produção de soluções claras para problemas complexos, isso de fato impressiona nos textos de Rostow e acabou por cativar uma elite política ansiosa por soluções racionais para complexos problemas da Guerra Fria no Terceiro Mundo que elas pouco entendiam. Talvez essa habilidade resuma muito bem Walt Whitman Rostow. Havia sempre em seus relatórios uma visão positiva das crises, vislumbrando uma oportunidade de direcionar os acontecimentos em um sentido favorável e racional aos interesses do governo dos EUA. Após ser conduzido por Kennedy para ocupar o *Policy Planning Council* no Departamento de Estado, Rostow encontrou várias barreiras para ter influência sob o presidente. Principalmente, por ser um defensor muito voraz do plano de bombardear o Vietnã já em 1962. A relação entre ele e Kennedy foi fria entre 1962 e 1963. Porém, foi durante o governo de Johnson que Rostow conquistou a confiança do presidente e alçou a posição de condutor da política externa dos EUA, principalmente das ações no Vietnã[149].

É evidente, no trabalho intelectual e político de Rostow, a miopia causada pelo mito do desenvolvimento somado ao ego absolutamente confiante na eficácia de suas próprias ideias. Invariavelmente, como afirma Milne, suas teorias acabaram falhando quando confrontadas com as contingências da realidade, levando o governo a becos sem saída[150]. Rostow bebeu das influências descritas no primeiro trecho deste capítulo e foi o grande responsável pela visão orientativa de um capitalismo demasiadamente positivo, alicerçado na ótica da tradição liberal que desconsiderava as contradições inerentes do liberalismo e a sua capacidade de produzir desigualdades. Ou ainda, tornava irrelevante as contradições da divisão global da produção e da própria História do Terceiro Mundo na formação do capitalismo moderno. Essa visão torpe deturpava o papel do colonialismo europeu ou do imperialismo estadunidense.

Para retomar a ideia central presente neste capítulo, defendemos que a noção de um liberalismo universalizante, como conteúdo central do mito do desenvolvimento, foi o elemento fundamental da identidade cultural das elites da Nova Inglaterra e foi a produtora de muitos pontos cegos da política externa dos EUA no século XX. Misturado

[149] MILNE, David. **America's Rasputin: Walt Rostow and the Vietnam War**. New York: Hill and Wang, 2008.
[150] MILNE, David. **America's Rasputin: Walt Rostow and the Vietnam War**. New York: Hill and Wang, 2008.

ao tempero do anticomunismo, esse modo de pensar o mundo enxergou as lutas de libertação nacional ao redor como automaticamente identificadas com o antiamericanismo e a favor do comunismo. Nossa tese defende que o nacionalismo, apesar de haver sido identificado corretamente como a força política crucial do Terceiro Mundo, acabou sendo completamente deturpado, tornando-se parte do edifício paranoico que guiou os *policymakers* durante a Guerra Fria. A ideia de que valores universais eram compartilhados, levou à percepção de que qualquer iniciativa nacionalista era uma ameaça e um impedimento à modernização.

Essa ideologia, que ocupou todos os espaços da política externa dos EUA, foi tão poderosa na justificação dos interesses dos investidores estrangeiros e na defesa de projetos de contenção que acabou por caracterizar uma série de potenciais aliados como inimigos. Na América Latina, a visão torpe provocou a perseguição de lideranças que foram eleitas democraticamente, mas que a partir desse aparato ideológico foram simplesmente interpretadas como inimigos em potencial ou figuras fracas para conter a subversão de esquerda dentro de seus países.

As obras de Rostow expressam de diferentes maneiras a ideia do mito do desenvolvimento. Dentre essas obras, algumas merecem menção especial. *A Proposal: key to na effective foreign policy*, escrito em 1956 e publicado no ano seguinte, era resultado da parceria de Rostow com o também professor do MIT e colega dos tempos em Yale, Max Millikan. O livro era resultado do trabalho do *Center for Internacional Studie*s (CENIS) criado em 1952 no MIT. Naquele momento, este era um dos principais institutos de elaboração de política externa dos EUA, com o objetivo de pesquisar e pensar programas econômicos, sociais e políticos que envolvessem os chamados países subdesenvolvidos a melhorar os seus padrões de vida. As premissas do projeto eram pensar o papel dos EUA na promoção do desenvolvimento ao redor do mundo. A produtividade acadêmica já surpreendente de Rostow cresceu muito a partir do esforço coletivo em conjuntos pesquisadores do CENIS, financiados pela Fundação Ford e Rockefeller. O CENIS em 1957 também havia conduzido estudos sobre possíveis políticas de ajuda externa na Índia, Indonésia e Itália[151].

Logo no início da obra, ao descrever os princípios que balizaram suas ideias, Millikan e Rostow deixam claro o preceito fundamental do liberalismo universalizante:

[151] MILNE, David. **America's Rasputin: Walt Rostow and the Vietnam Wa*r***. New York: Hill and Wang, 2008., GILMAN, N. **Mandarins of the Future: modernization theory in Cold War America**. Baltimore: John Hopkins Univeristy Press, 2008.

> (1) aumentando a conscientização em outras partes do mundo de que os objetivos, aspirações e valores do povo americano são em grande parte os mesmos que os de outros países; e (2) desenvolvendo sociedades democráticas viáveis, enérgicas e confiantes através do mundo livre[152].

O livro foi escrito com a tinta da crítica ao que ele chamava de *"isolationistic tendencies",* basicamente direcionando seus argumentos contra a política de Dwight Eisenhower. Em *A Proposal*, podemos ver Rostow colocando em prática a sua habilidade de fornecer soluções simples e lógicas para os problemas complexos da política externa dos EUA. Os autores, a partir de uma leitura de Hans Morghentau, diziam que a ajuda externa era apenas mais uma ferramenta na promoção do desenvolvimento, da estabilidade e da democracia pelo mundo. Portanto, focar na ajuda econômica, não significava abandonar as tradicionais práticas da política externa como a obtenção de informações, a assistência militar e a diplomacia convencional. Eles argumentavam que uma política de ajuda econômica por si só não alcançaria os efeitos desejados se não estivesse em contínuo diálogo com o que já se vinha sendo feito[153].

Rostow e Millikan seguem uma linha didática de perguntas e respostas para apresentar seus argumentos. Por exemplo, quando eles questionam se seria possível usar os programas de ajuda para reverter o socialismo nos países subdesenvolvidos, os autores partem para uma analise de como o discursos socialista penetrava nos países pela pobreza. Rostow confronta a ideia vigente no governo Eisenhower de que para receber as políticas de auxílio financeiro dos EUA, os países precisavam seguir as diretrizes filosóficas liberais para, só então, serem considerados dignos de receber os empréstimos privados. Os professores do MIT defendiam o contrário, a ajuda externa deveria ser colocada em prática mesmo aos países beneficiários não alinhados com a orientação filosófica favorável aos investimentos privados dos EUA. Como argumentaram, havia a necessidade de criar um ambiente favorável aos negócios. Millikan e Rostow concordavam que um sistema de mercado, com ênfase nas oportunidades e no incentivo aos empreendimentos privados, era a melhor forma de produzir um crescimento autossustentado a longo prazo. Eles acreditavam que esse modelo era muito mais eficiente do que o crescimento baseado em um Estado altamente burocratizado e controlado por um governo central.

---

[152] (1) increasing the awareness elsewhere in the world that the goals, aspirations, and values of the American people are in large part the same as those of peoples in other countries; and (2) developing viable, energetic, and confident democratic societies though the Free World. MILIKAN, Max; ROSTOW, Walt W. **A Proposal: key to an effective foreign policy**. New York: Harper & Bros, 1957, p. 1.
[153] MILIKAN; ROSTOW. Op. cit., 1957.

Entretanto, Rostow e Millikan afirmavam a existência de um paradoxo no próprio significado das palavras usadas pela diplomacia estadunidense. O próprio conceito de socialismo em muitos lugares da Ásia, explicam os autores, havia se tornado sinônimo de igualdade de oportunidades e bem-estar público. Os socialistas foram bem-sucedidos em transformar a palavra socialismo em sinônimo da própria ideia de proteção individual dos cidadãos, em um sistema onde os indivíduos aceitam suas responsabilidades sociais. Paradoxalmente, aos olhos dos autores, em muitos desses países asiáticos, o termo capitalista derivava completamente da literatura marxista. Assim, fossem as pessoas alfabetizadas ou não, capitalismo significava exploração, egoísmo pelos lucros e ganhos individuais, altas concentrações de renda e o poder político na mão de uma elite dominante[154].

Não era mais possível esperar que a defesa aberta do capitalismo fosse mudar as condições desses complexos locais. Em tom alarmante e, ao mesmo tempo, um chamado para o dever, Rostow argumentava que era preciso uma ação prática. Era mais do que necessário lançar vultosas quantidade de recursos financeiros para alterar essa situação dos países pobres. O debate entre socialismo e capitalismo cegava tanto os estadunidenses – incapazes de compreender as demandas e o significado dos termos nesses países – bem como os asiáticos. Porém, os autores advogam que, ao fim e ao cabo, os povos do mundo compartilhavam um conjunto de valores comuns. Rostow e Milikan diziam que grande parte da infraestrutura dos EUA havia sido construída pela iniciativa privada ao longo do século XIX, nos *booms* de crescimento experimentado a partir de 1890. Entretanto, isso não era possível de ocorrer nos países subdesenvolvidos, era preciso que o poder público construísse as bases necessárias para a modernização a partir da ajuda externa.

Para Rostow, os EUA não tinham opção de deixar o mundo subdesenvolvido em sua estagnação plácida e histórica. O processo do avanço das comunicações de massa nos últimos vinte anos havia alterado a mente das populações e a presença do comunismo no Terceiro Mundo não permitia um recuo: "O processo de mudança já está inevitavelmente e irreversivelmente em andamento, as expectativas já foram despertadas, e a revolução econômica, política e social das áreas subdesenvolvidas já está inexoravelmente em marcha[155]".

[154] MILIKAN; ROSTOW. Op. cit., 1957

[155] "the process of change is already inevitably and irreversibly under way, the expectations are already aroused, and the economic, political and social revolution of the underdeveloped areas is already inexorably on the march. MILIKAN, Max; ROSTOW, Walt W. **A Proposal: key to an effective foreign policy**. New York: Harper & Bros, 1957, p. 24-25.

Não havia saída. Os EUA deveriam usar a sua influência política e poder econômico para promover a evolução das sociedades e a estabilidade. Para os autores, era necessário fazer uma revolução sem a violência inerente à luta de classes, verdadeiramente efetiva no sentido do desenvolvimento econômico e de estruturas democráticas. Essa era uma missão fundamental para a manutenção da própria existência do *american way of life*. Tanto o primeiro como o último capítulo de *A Proposal* são exemplos da ode ao desenvolvimento capitalista. Nele os autores evocam a política de ajuda externa como parte da missão dos Estados Unidos no mundo. Eles partem do princípio de que desde 1865, os EUA haviam conseguido solucionar parcialmente uma série de problemas sociais. Sua sociedade havia sido exitosa em conciliar a industrialização sem abdicar dos princípios da democracia. Haviam solucionado o problema das terras, encontrado um equilibro entre os grandes negócios e a democracia, aprenderam como enfrentar os ciclos do desemprego, alcançaram a equidade social dos negros, a provisão de igualdade de oportunidades na educação, a igualdade na distribuição de renda. Millikan e Rostow concordavam que nenhum desses problemas haviam sido completamente resolvidos, mas a sociedade estadunidense estava avançando consistentemente na grande maioria deles. O que sua sociedade não poderia continuar a fazer era permanecer desfrutando dessa riqueza e se isolar completamente dos assuntos do mundo[156]. Isso justificava o aporte de recursos para o desenvolvimento de outros locais. A Aliança para o Progresso foi completamente baseada nos preceitos colocados em *A Proposal*. Até mesmo a quantia de investimento planejada para a Aliança é exatamente a mesma defendida por Rostow como uma política de ajuda externa, 20 bilhões de dólares. No fim, os professores do MIT elaboraram uma receita de desenvolvimento.

Podemos notar que em *A Proposal*, já contém quase que completamente formulada a ideia de etapas de desenvolvimento que iriam ser a grande obra intelectual de Rostow. Em *The Stages of Economic Growth: a non-communist manifesto*, Rostow concluiu um trabalho, a convite da Faculdade de Economia e Política do MIT, para analisar o fenômeno da industrialização ao longo da História. Rostow afirma que suas ideias partiram da insatisfação com a teoria marxista em relacionar economia com forças políticas e sociais. É importante destacar que Rostow foi professor de história econômica e ministrou aulas sobre o desenvolvimento do capitalismo na Grã-Bretanha, além de ter

[156] MILIKAN; ROSTOW. Op. cit., 1957

ensinado História dos EUA nas universidades de Oxford e Cambridge. O livro foi um sucesso absoluto, tendo doze edições nos seus primeiros quatro anos após o lançamento.

No início de seu livro, Rostow assumiu que tratava-se de uma análise baseada integralmente em uma simplificação: "Este livro apresenta uma generalização da marcha da História moderna feita por um historiador da economia. A forma de tal generalização é um conjunto de etapas de desenvolvimento[157]". Nas primeiras páginas são ilustradas com a seguinte tabela:

Figura 1 – Etapas do Desenvolvimento Econômico segundo Walt W. Rostow.

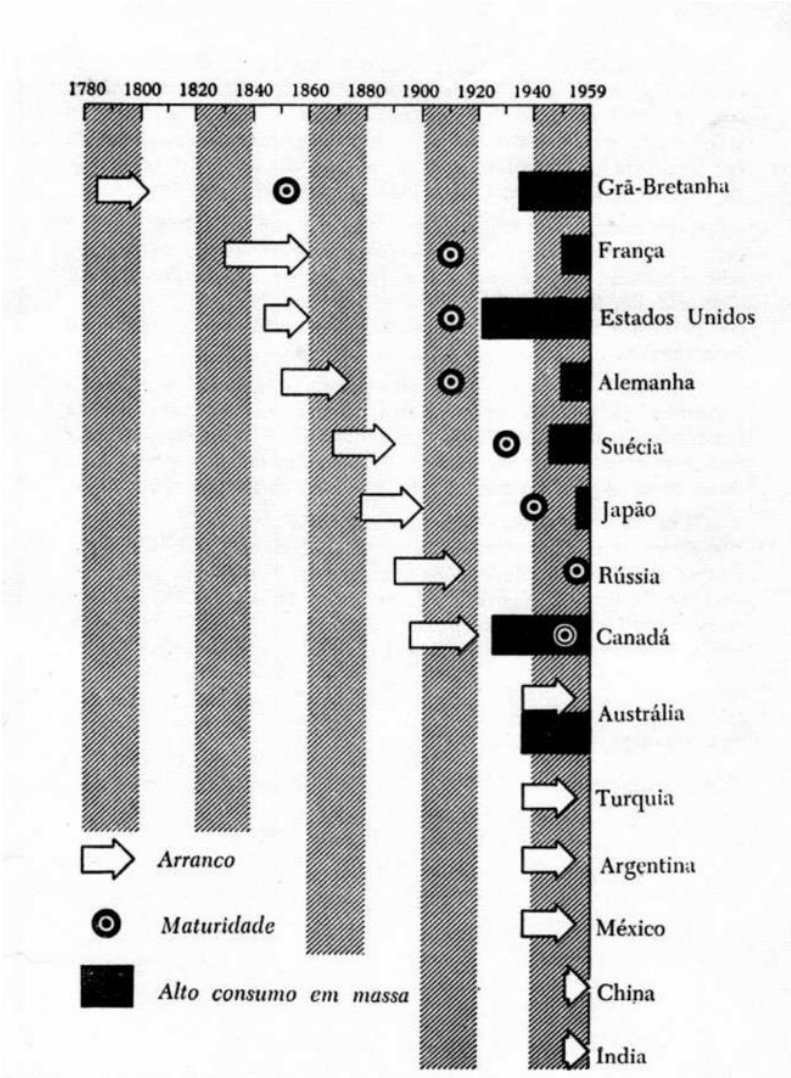


Gráfico das etapas de crescimento econômico em alguns países escolhidos para exemplo. Note-se que o Canadá e a Austrália entraram na fase do alto consumo em massa antes de atingirem a maturidade. (*Cortesia do* The Economist, *de Londres*).

:

[157] ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

A análise do autor, que se autodenomina um historiador da economia, abarca aspectos significantes da História, em uma intencional e prolongada análise de longa duração. Rostow defendia ser possível identificar processos histórico e correlacioná-los; dirimindo as singularidades para encontrar traços generalizantes entre o desenvolvimento econômico das sociedades. Da Inglaterra no final do século XVIII à Rússia de Nikita Khrushckev; da Era Meiji no Japão ao Canadá antes de 1914; dos EUA nos tempos de Alexander Hamilton à China sob o governo de Mao Tse-tung; da Alemanha de Otto von Bismark ao Egito de Nasser, todos haviam passado pelos mesmos estágios de desenvolvimento, que eram, segundo Rostow, um processo comum e histórico. Dentro das nações com condições especiais para o alcance do *take-off*. Rostow cita o caso dos EUA, Austrália, Nova Zelândia e Canadá, países que já "nasceram livres" – *born free* – argumento utilizado justamente dos trabalhos de Louis Hartz sobre a tradição liberal na América. Esses países teriam sido beneficiados por uma série de condições e por isso, alcançaram o desenvolvimento econômico sob bases liberais.

De todas as etapas descritas pelo autor aquele que mais recebeu estudos particulares e acabou sendo mais aprofundado por Rostow – até mesmo pelo interesse do Terceiro Mundo – foi a fase do *take-off*. O termo pode ser traduzido para o português como arranque. Na aviação, é utilizado para denominar o momento da decolagem. Nas obras de Rostow, seu significado é basicamente um sinônimo de revolução industrial, promovida e direcionada para uma radical mudanças nos métodos de produção. Segundo o autor, esse era o momento fundamental quando as economias deixavam seus métodos antiquados, típicos de períodos pré-capitalistas, e passavam a buscar uma modificação geral da produção a fim de superar a condição de sociedade tradicional. O arranque provocava uma sequência de mudanças decisivas em um curto período. Rostow defendia que a industrialização era um processo setorial da economia, onde um país se especializava em um produto específico. Esse processo se tornava um poderoso e essencial motor de transformação econômica. Um poder que se multiplicaria em diferentes formas, causando impactos em todo o tecido social. Entretanto, para que isso ocorresse era necessário que a sociedade estivesse preparada para receber positivamente essas novas estruturas sociais provenientes da industrialização. Rostow sublinhou que o t*ake-off* engendrava um efeito em cadeia provocando o crescimento de diferentes setores, onde uma nova produção adquiri alta produtividade e transferi conhecimento e técnicas, influenciando outras. O dinheiro gerado chega na mão de empresários que não estão apenas dispostos a poupar e acumular riqueza, mas investir em produção. Isso cria uma

demanda por produtos, levando ao alargamento das zonas urbanas, onde a população e o mercado auxiliam nessa nova organização social[158].

Quando lemos Rostow, podemos extrair sua visão sobre o funcionamento do capitalismo com um fluido dinâmico, que percorre facilmente as sociedades se houver a criação de pré-condições – uma das etapas do desenvolvimento, de acordo com a sua teoria. A ideia de convencimento por uma lógica racional levou Rostow a usar o conceito de *pre-Newtonian Science and technology and pre-Newtonian attitudes towards the physical world*, para evidenciar que o desenvolvimento econômico não se tratava de um movimento necessariamente ideológico. Desenvolvimento não era se tratava de disputas políticas, mas sobre a aplicação da racionalidade. Assim, o desenvolvimento seria uma questão técnica, racional, passível de ser aplicada a partir de um receituário historicamente provado facilmente replicada em outros locais do mundo. Uma condição necessária para alcançar estágio sociais avançados, em um compartilhamento de valores universais que capazes de unir toda a humanidade. O autor elenca esses pontos aos apontar a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral e a busca por uma vida melhor para os filhos[159].

As obras de Rostow tiveram forte impacto nos debates políticos no Terceiro Mundo, inclusive no Brasil. Ainda em setembro de 1959, o jornal *Correio da Manhã* anunciou o título da palestra de Rostow intitulada "Um Manifesto Não-Comunista" na Universidade de Cambridge. O editorial destacou que a fórmula apresentada por Rostow era a mais avançada teoria das ciências econômicas. O editorial debateu que a adoção de uma estrutura sociopolítica ocidental pelos países latino-americanos, aconteceu sem, contudo, modificar as estruturas sociais e os resquícios do feudalismo ibérico, isso teria levado a América Latina à anarquia e ao despotismo. O jornal discute que o Brasil, apesar de se industrializar febrilmente, deixava intacta a sua estrutura agrária arcaica. Adotando a perspectiva dos teóricos da modernização, já não era mais possível conviver com esses dois mundos, de um lado a indústria moderna de outro as rotinas políticas e administrativas obsoletas. Era a evidência de que duas sociedades convivendo ao mesmo tempo levaria à implosão do Brasil[160].

Em outro editorial, no *Correio Paulistano* de outubro de 1959, o conceito de Rostow de *take-off* – traduzido como arranco – já era utilizado para interpretar o período.

158

159 ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

160CORREIO DA MANHÃ. **Ocidentalização**. 8 de setembro de 1959.

No caderno opiniões, comenta-se que o jornal *Gazeta Mercantil*, havia usado a ideia de que o Brasil já se encontrava no estágio de pré-condições para o arranco, definidas por Rostow, apresentado como um renomado professor do MIT. Após esta etapa, o desenvolvimento econômico brasileiro ocorreria de forma mais ou menos automática. Assim, o editorial defende que era imprescindível o papel da colaboração estrangeira para explorar o máximo das possibilidades existentes com o duplo objetivo de abastecer o comércio exterior e, ao mesmo tempo, importar o *know-how* necessário para o desenvolvimento do Brasil[161]. Jornais brasileiros dos anos 1960 anunciavam em suas capas: "já estamos a iniciar o período do '*take-off*' na denominação de Rostow, do Massachussetts of Technology". [162].

Como afirma Lars Shoultz, as teses de Rostow sobre as etapas de desenvolvimento econômico pareciam perfeitamente lógicas os olhos dos decisores em Washington porque ele fundamentava as suas teorias nos países capitalistas e industrializados[163]. Mas mais do que isso, ele havia confirmado e legitimado toda a crença no mito do desenvolvimento, fazendo com que sua teoria tivesse uma aceitação geral pelas elites políticas. De fato, as etapas era exatamente o que os leitores de Rostow estudaram nos cursos sobre o desenvolvimento do capitalismo na civilização ocidental, as etapas traduziam o movimento histórico – Idade Média, Renascimento, Revolução Industrial. Lars Schoultz provoca a imaginação ao evocar a imagem dos *policymakers* em Washington batendo a mão na testa e dizendo: claro, é assim que o desenvolvimento funciona[164].

Como dissemos no início, Rostow ingressou na Universidade de Yale com quinze anos, sem seguida logrou uma bolsa para Oxford e obteve o doutorado com apenas 24 anos. Era um intelectual falando sobre o desenvolvimento sem nunca ter pisado na América Latina ou em qualquer outra área por ele considerada como pré-newtoniana. A inexperiência era comum na geração de teóricos da modernização, conhecedores apenas da civilização ocidental. A especialidade de Rostow era economia britânica, porém, a forma como ele teorizava a história remonta aos regimes de historicidade do *masgistra*

[161]CORREIRO PAULISTANO. **Opiniões.** 10 de outubro de 1959
[162]ANDRADE, Theophilo. **Dívidas Brasileiras, Balança de Pagamentos e Crédito**. O Jornal (RJ), 28 de julho de 1959. DUTRA, Waltensir. **Rostow: Um Manifesto não Comunista**. O Jornal (RJ) 16 de setembro de1962. ANDRADE, Theophilo. **Rostow: futuro do NE depende de todo o Brasil**. O Jornal (RJ) 5 de setembro de 1864. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Capitais Estrangeiros no Desenvolvimento das Nações: resultado de estudos baseados em recentes publicações.** 12 de julho de 1963.
[163] SHOULTZ, Lars. **In Their Own Best Interest: a history of the U.S. effort to improve Latin Americans**. Cambridge and London: Harvard University Press, 2018.
[164] SHOULTZ, Lars. Op. cit**.**, 2018, p. 118.

vitae, quase Maquiavel vendo no passado um repositório de experiências aplicáveis ao presente. Sobre isso Schoultz afirma:

> Quando surgia um problema de desenvolvimento, digamos, no empobrecido nordeste do Brasil, ele podia discorrer longamente sobre como os britânicos resolveram o mesmo problema exato em 1838, construindo a ferrovia Londres-Birmingham, ou em 1846, com a revogação das Leis do Milho, ou em 1867, com o Segundo Ato de Reforma, ou em 1880, com a criação da Associação Nacional Eisteddfod. Os brasileiros deveriam fazer o mesmo, e ele disse isso durante sua visita ao Rio em 1964. "A tarefa no Nordeste é avançar para o arranque em uma situação em que a maioria das pré-condições agora já existem. As analogias com o sul da Itália e a TVA por volta de 1933 são fortes e relevantes. [...] Quando os leitores do século XXI pegam um livro de Rostow ou de outros especialistas da primeira geração da modernização, entram em um exemplo especialmente bom dos universos imaginativos de Clifford Geertz. Como seu pensamento raramente era o produto de uma observação direta e detalhada das pessoas que os Estados Unidos pretendiam alavancar, eles imaginavam como indivíduos racionais como eles próprios se comportariam ao serem direcionados para a pista e recebessem o combustível para a decolagem. Adam Smith sabia que esse pensamento era perfeitamente natural. "Como não temos experiência imediata do que outros homens sentem, não podemos formar ideia da maneira como são afetados, exceto conceber o que nós mesmos sentiríamos na mesma situação." E assim foi que esses cold *warriors* imaginaram um universo simples: um adversário simples (comunismo), um problema simples (expectativas crescentes) e uma solução simples (*take-off*), que não deveria demorar muito (uma década ou mais). Esse pensamento produziria a Aliança para o Progresso[165].

A Aliança para o Progresso continha em seu cerne, pela própria influência da teoria intelectual de Rostow, a ideia de enfrentar o problema da pobreza na América Latina e seus investimentos em infraestrutura, com os 20 bilhões de dólares prometidos, direcionados a provar a teoria rostowiana e a construção das pré-condições para o *take-off*.

Acreditamos que neste capítulo conseguimos desenvolver os três pontos inicialmente descritos como fundamentais para a formação das percepções sobre o Brasil.

---

[165] When a development problem arose in, say, poverty-stricken northeast Brazil, he could expound at length about how the British had resolved the exact same problem in 1838 by building the London-Birmingham railroad, or in 1846 by the repeal of the Corn laws, or in 1867 by the Second Reform Act, or in 1880 by the creation of the National Eisteddfod Association. Brazilians should do the same, and he told them so during a 1964 visit to Rio. "The task in the northeast is to move into take-off in a situation where most of the preconditions now exist. The analogies of southern Italy and the TVA circa 1933 are strong and relevant." […] When Twenty-first-century readers pick up a book by Rostow or by most other first-generation modernization specialists, they enter into an especially good example of Clifford Geertz's imaginative universes. Because their thinking was rarely the product of direct and detailed observation of the people whom the United States intended to uplift, they imagined how rational individuals like themselves would behave as they were steered onto the runway and given the fuel to take off. Adam Smith knew this thinking was perfectly natural. "As we have no immediate experience of what other men feel, we can form no idea of the manner in which they are affected, but by conceiving what we ourselves should feel in the like situation." And so it was that these Cold Warriors imagined a simple universe: a simple adversary (communism), a simple problem (rising expectations), and a simple solution (takeoff), which should not take long (a decade or so). That thinking would now produce the Alliance for Progress. SHOULTZ, Lars. **In Their Own Best Interest: a history of the U.S. effort to improve Latin Americans**. Cambridge and London: Harvard University Press, 2018, p. 204.

É importante salientar que, apesar deste ser o capítulo inicial, os movimentos aqui discutidos partiram de trabalho anterior minucioso com os documentos. Os pontos aqui discutidos, já foram identificados anteriormente. Descrevemos como, de um lado, a cultura fortemente identificada com a visão positiva do capitalismo estadunidense engendrou uma narrativa mitológica sobre o desenvolvimento econômico. Esse caldo cultural produziu uma elite que enxergava em si uma trajetória triunfante de modernização. Os elementos de um mundo tradicional, pré-capitalista, misturados aos anseios de modernização tornaram os anos de 1950 e 1960 um período complexo, rebelde e com apelo à independente. A visão liberal universalizante não permitia aos *policymakers* enxergar o Terceiro Mundo como um local que poderia resolver os problemas por seus próprios termos. O etnocentrismo não dava espaço para a neutralidades. A crença no compartilhamento de valores universais e as experiências malsucedidas em influir nos movimentos nacionalistas – como demonstramos no caso de Bandung – provocaram o desespero e a angústia em uma elite política sedenta por respostas. A revide foi a cientificização do mito do desenvolvimento. Walt W. Rostow é apenas um exemplo, mas ele representa o espírito de uma nação que encontrou na generalização de conceitos como pobreza, tradicional, moderno, etapas, *take-off* etc. um vocabulário de ação política altamente eficaz e mobilizador. Ele era também legitimador dos interesses de elites locais nos países do Terceiro Mundo, como veremos nos capítulos seguintes. Não foi apenas a ânsia do imperialismo sedento por lucros que moveu o serviço diplomático dos EUA no Brasil, mas um caldo cultural denso, complexo, dotado de inúmeras camadas e que alimentou o senso de uma missão civilizatória a ser construída nos trópicos.

CAPÍTULO II. Percepções em Movimento: O Nacionalismo e os Candidatos Brasileiros nas Eleições Presidenciais de 1960

Offering

Hold out your hand
That I may give you this:
A sheaf of poems.
Each one a lens
Through which to view your soul;
Each one a means of seeing,
Down through the tumult of the recollected past,
Into the heart's most secret memories,
Into the arcane depths of temps perdu.
Hold out your hand,
Accept this gift,
That you may know that terrifying thing
Which is your self.

Niles W. Bond – Elegos[166]

Niles W. Bond não está no panteão dos grandes poetas estadunidenses. Suas composições, quase sempre mórbidas, passaram desapercebidas pelo grande público. No entanto, como diplomata a serviço do governo dos Estados Unidos no Brasil, Bond foi autor de muitos relatórios, memorandos e telegramas sobre os acontecimentos políticos. Neles, o diplomata expôs as suas análises e as suas visões sobre a sociedade brasileira. As antologias de poemas de sua autoria publicadas no Brasil, *Arcanum* (1965) e *Elegos* (1967), soam excessivamente lúgubres, tristes, pouco calorosas, bastante desconexas com a euforia cultural da década de 1960. Ao relatar suas memórias, Bond lembrou que seus livros tiveram considerável sucesso à época em que foram lançados, rendendo algumas menções em jornais cariocas. Porém, para ele, a sua atividade como poeta teve mais valor profissional do que necessariamente literário. As publicações abriram-lhe portas para que pudesse circular entre intelectuais, artistas, poetas e escritores brasileiros que estavam, em suas palavras, na "lista negra" da CIA. Assim, ele conseguiu acesso a informações e a espaços que antes não eram possíveis apenas como diplomata. Chegou mesmo a dizer que no Brasil o prestígio de um poeta só era ofuscado pelo de de um jogador de futebol[167].

[166] Oferenda/"A obra de um autor é somente uma espécie de instrumento óptico que êle oferece ao leitor para permiti-lhe encontrar em si mesmo algo que possivelmente jamais teria visto sem este livro". Prost/Estende tua mão/Que eu te possa doar isto:/Um feixe de poemas/Cada qual uma lente/Por onde contemplar tua alma;/Cada qual um meio de ver,/Através do tumulto do antes recordado,/ Até as mais secretas memorias do coração,/Até os pélagos arcanos do *temps perdu*./Estende tua mão/Aceita esta dáviva,/Para conhecer a coisa espantosa/Que é teu ser. BOND, Niles. Elegos. Trad. Pamela Bird. São Paulo: Martins Editora, 1965, p. 92-93.

[167] BOND, W. Niles. **Interviewed by Charles Stuart Kennedy.** Association for Diplomatic Studies and Training. Foreign Affairs Oral History Project. April 4, 1998, p. 56. Acesso em 22/04/2021.

Em nosso esforço em analisar a formação das mentalidades e a percepção dos funcionários do serviço diplomático estadunidense sobre o Brasil, Niles W. Bond se converteu em uma figura notável. Poucos diplomatas do baixo escalão deixaram tantos registros sobre a sua própria passagem, demonstrando em pormenores o envolvimento com a vida nacional e o cotidiano de suas relações interpessoais, fazendo inclusive exames de consciência sobre a sua própria atuação. Para ele, o Brasil representou possibilidades de carreira e de realizações profissionais. Neste capítulo, nosso objetivo é observar, a partir das percepções de Bond e de outros diplomatas que atuaram na Embaixada e nos consulados espalhados pelo Brasil, as suas visões sobre a política e os candidatos brasileiros nas eleições de 1960, observando as percepções descritas no capítulo anterior em pleno funcionamento.

A trajetória pessoal de Niles W. Bond encarna o próprio sentido do argumento apresentado no primeiro capítulo. A construção de uma percepção sobre o Terceiro Mundo alicerçada na crença no mito do desenvolvimento liberal capitalista, em percepções anticomunistas gestadas na Guerra Fria e numa interpretação radical sobre o nacionalismo brasileiro. Tudo isso agora estava amalgamado em um novo vocabulário fornecido pelas Teorias da Modernização. Esses foram os elementos formadores das percepções da diplomacia dos EUA que orientaram as suas decisões em relação ao Brasil na década de 1960. Por intermédio do mapeamento dessa mentalidade, é possível observar os documentos com mais clareza. Destarte, é fundamental ao nosso método de estudo compreender que estas percepções emergiram de um determinado contexto, fruto da miscelânea entre uma identidade cultural estadunidense comum no século XX, mas que foi paulatinamente moldada numa direção determinada pelo governo dos Estados Unidos a partir de 1950. A trajetória de Niles Bond até o Brasil clarifica o nosso argumento.

Bond formou-se em uma prestigiada instituição de Relações Internacionais, a *The Fletcher School of Law and Diplomacy*, sediada na *Tufts University*, em Boston, Massachussetts. Em setembro de 1938, prestou exames para o ingresso no Departamento de Estado. Em 1939 assumiu o seu primeiro posto de serviço no exterior, em Havana, capital de Cuba, onde cumpriu um ano de serviço probatório. Logo, retornou para Washington e realizou o aprofundamento intelectual necessário para prosseguir na carreira. No início da Segunda Guerra Mundial, Bond passou um período no Japão. Em 1942, foi enviado a Madrid, na Espanha, onde permaneceu até 1946. Segundo ele, foi na

capital espanhola que começou a escrever poemas sem revelar a ninguém. Antes de chegar ao Brasil, passou ainda por postos de serviço na Suíça, Coréia do Sul e Itália[168].

Em entrevista concedida ao projeto de história oral da *Association for Diplomatic Studies and Training*, Bond relatou que foi chamado a retornar de Roma contra a sua vontade no início de 1958. O Departamento de Estado convocou um grupo de doze diplomatas com pelo menos quinze anos de carreira para uma experiência de formação na Universidade de Harvard. Em suas próprias palavras, ele era uma "cobaia"[169]. Dos diplomatas selecionados, seis serviam em países aliados dos EUA. Em Harvard, eles vivenciariam um ano de estudos, participando de seminários de formação que foram conduzidos pelo experiente professor Richard B. Bowie e pelo então jovem professor Henry Kissinger. Bowie era um reconhecido planejador de políticas internacionais e havia trabalhado com John Foster Dulles em Washington, quando este fora Secretário de Estado do governo de Dwight Eisenhower. Kissinger ainda não era a figura de peso histórico que viria a se tornar nas décadas seguintes. A dinâmica do curso parece haver sido bem flexível e dinâmica. Aos diplomatas era dada a possibilidade de escolha entre três grandes áreas de estudo: organizações internacionais com ênfase na OTAN; desenvolvimento econômico; ou políticas militares. Bond escolheu o último como tema de estudo e durante um ano foi possível discutir os assuntos em seminários conduzidos na universidade. Kissinger parece haver sido uma espécie de mentor ou orientador de Bond na escrita de seu artigo final, um requisito para a finalização do curso.

Bond redigiu um artigo que discutia a possibilidade da ilha japonesa de Okinawa servir como base de mísseis nucleares dos EUA na Ásia. Segundo ele, Kissinger recomendou a publicação do trabalho, mas ele foi impedido pelo Departamento de Estado por restrições de segurança nacional. Ao final do seminário, o diplomata foi enviado a Viena para assumir um posto de *International Atomic Energy Agency*, o que parece ser uma forma de dar continuidade as suas preocupações com energia atômica. Todavia, no verão boreal de 1959, o diplomata recebeu uma ligação de "Jack" Cabot. Sendo natural de Massachussetts, Bond conhecia muito bem a reputação da poderosa família Cabot.

John Moors Cabot havia sido escolhido às pressas para ocupar o cargo de embaixador dos EUA no Brasil. Sua nomeação esteve envolta em uma crise política entre republicanos e democratas no Congresso, o que demonstra a crescente preocupação com o Brasil naquele momento. Na oportunidade os EUA poderiam haver indicado a primeira

[168] BOND, op. Cit.
[169] "Guinea pig". BOND, op. Cit., p. 44.

mulher embaixadora a atuar na América Latina. Em 1958, Clare Boothe Luce havia retornado de seu posto como embaixadora dos Estados Unidos na Itália. Luce era uma conhecida escritora e dramaturga, uma mulher conservadora e anticomunista com vínculos estreitos com a alta cúpula do Partido Republicano e com a elite novaiorquina[170]. Seu marido era o magnata Henry Luce, o diretor de finanças do maior conglomerado de revistas dos Estados Unidos que abarcavam a *Life*, a *Times* e a *Fortune*.

Em abril de 1959, Luce foi nomeada pelo presidente Eisenhower como embaixadora dos EUA no Brasil. Ela chegou a se preparar para assumir o cargo aprendendo um pouco de português e estudando assuntos brasileiros para sua sabatina no Senado. Contudo, sua nomeação encontrou forte resistência do partido Democrata. Na Comissão de Relações Exteriores, o senador democrata do Oregon, Wayne Morse, se opôs enfaticamente ao nome de Clare Luce como embaixadora no Brasil. Morse argumentou que o seu posicionamento conservador e extremado poderia ser prejudicial às relações entre os EUA e o Brasil e, principalmente em um momento tão sensível da Guerra Fria na América Latina. Essa preocupação é perfeitamente compreensível, afinal a desastrosa viagem de Richard Nixon em 1958 e a Revolução Cubana em pleno curso, haviam acendido diversas luzes vermelhas no painel do Departamento de Estado.

O senador Morse colocou em xeque o trabalho de Luce como embaixadora em Roma, acusando-a de agir em defesa dos interesses das companhias petrolíferas estadunidenses, influindo nas eleições presidências italianas em favor da direita conservadora, inclusive acusando-a de haver estabelecido conexões com movimentos neofascistas na Itália. Morse defendia um diplomata de carreira para o cargo, dizendo que a nomeação de Luce era, na verdade, uma forma do presidente Eisenhower pagar a sua dívida com Henry Luce que havia financiado a sua campanha à reeleição com recursos de grande mota. Morse denunciou que essa era uma prática comum no Departamento de Estado que, apesar de formar quadros muito qualificados, acabava tendo em seu corpo diplomático figuras da elite estadunidense sem qualquer preparação ou experiência servindo apenas para o pagamento por favores políticos[171].

Morse encampou sozinho a oposição ao nome de Clare Luce na Comissão de Relações Exteriores. Seu esforço teve pouco efeito na mudança de votos. A nomeação acabou aprovada tanto na comissão como no plenário do Senado com ampla margem de

[170] MARIANO, M. Fear of a Nonwhite Planet: Clare Boothe Luce, Race, and American Foreign Policy. **Prospects**, *29*, 373-394. doi:10.1017/S0361233300001800
[171] MARIANO, Op. Cit, 2005.

votos. No Brasil, o presidente Juscelino Kubistchek afirmou diversas vezes o seu apoio a nomeação de Luce[172]. Após o debate instaurado e as acusações de Morse, Henry Luce declarou publicamente que a esposa deveria desistir do cargo. Por fim, diante das pressões e da exposição nacional do caso – que ganhou a capa do *New York Times* em primeiro de maio de 1959 – Clare Luce acabou renunciando sob a alegação de problemas de saúde e dizendo que Morse havia contaminado o debate[173]. Não se trata apenas de um evento trivial, o confronto demonstra a importância que o Brasil estava adquirindo no debate interno da política estadunidense no final dos anos de 1950. Nosso país passava a ser visto como uma região que necessitava de atenção especial e não podia ser comandada por figuras radicais da direita estadunidense.

Voltemos ao caso de Cabot e Bond. Estudar a influência de indivíduos como um fator determinante para a formulação da política externa dos EUA não é necessariamente uma novidade. Tentativas anteriores produziram análises que contornaram fatores puramente estruturais e conceituais para escrever sobre as pessoas que pensam e executam a política externa, principalmente na América Latina. Em *Ambassadors in Foreign Policy: the influence of individuals on U.S.-Latin American Policy*, organizado por Neale Ronning e Albert Vannucci, diversos autores analisaram diversos embaixadores estadunidenses na América Latina em momentos cruciais[174]. Os estudos concluíram que os embaixadores desempenharam um papel central na formação da política externa em Washington. Muitas vezes a autonomia que se observa na ação diplomática não se deve a um modelo de ação previamente determinado, mas a uma ignorância pessoal dos diplomatas sobre a região. Seus postos e suas ações são orientados

[172] Os jornais brasileiros fizeram uma ampla cobertura dos fatos envolvendo a nomeação de Clare Boothe Luce. O assunto ganhou as capas dos principais jornais por semanas. Para ver algumas manchetes no Brasil sobre o embate entre Luce e o senador Morse ver: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 de fevereiro de 1959, pg. 1. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29 de abril de 1959, pg. 1. ÚLTIMA HORA (RJ), 28 de março de 1959. Acesso em: 21/06/2023.

[173] SHADEGG, Stephen. **Clare Boothe Luce**: **the biography of one of the world's most famous and controversial women – playwright, actress, congresswoman, ambassador, friend or enemy of almost everyone worth knowing in our times.** Londres: Leslie Frewin, 1973.
NEW YORK TIMES, Washington, May 1, 1959 — Mrs. Clare Boothe Luce resigned today as Ambassador to Brazil. 1959. Acesso em 01/10/2023.

[174] Na obra em questão, os autores analisam a passagem de Dwight Morrow como embaixador dos EUA no México no final da década de 1920 e destacam a sua influência na formação do que conhecemos como *Good Neighbor Policy*. Outro embaixador estudado é Sumner Welles, embaixador em Cuba durante os anos de 1933, que esteve envolvido na intervenção militar estadunidense na ilha ainda durante os debates sobre a Emenda Platt. A passagem marcante de Spruille Braden pela embaixada Argentina e seu desprezo pessoal por Perón que acirrou o nacionalismo argentino. Dois textos são dedicados ao Brasil, um analisando a trajetória de Adolf Berle entre 1945 e 1946 principalmente relacionado ao seu papel na campanha pela nacionalização do petróleo; capítulo foi dedicado a atuação de Lincoln Gordon na derrubada do presidente João Goulart. RONNING, Neale C.; VANNUCCI, Albert. **Ambassadors in Foreign Policy: The Influence on U.S. Latin-American Policy**. New York: Preager Publishers, 1987.

por instruções e políticas muito vagas. No estudo, os intelectuais concluem que os embaixadores perdem rapidamente a fé no sistema eleitoral dos países latino-americanos quando seus objetivos e interesses são contrariados ou, ainda, quando são confundidos por seus próprios preconceitos[175]. Esses estudos acabam por reforçar nossos argumentos apresentados anteriormente de que a percepção geral do serviço diplomático se move por margens muito estreitas, geralmente constituídas pela forte crença no mito do desenvolvimento.

Na mesma linha dos estudos de Ronning e Venucci, Stephen M. Streeter analisou a passagem de John Moors Cabot na Embaixada dos EUA no Brasil. Seu foco foi a atuação de Cabot em relação ao crescente movimento nacionalista no Brasil entre 1959 e 1961. Cabot chegou ao Rio de Janeiro com uma grande bagagem de mais de trinta anos de serviço diplomático, grande parte dele atuando em países da América Latina. Entre 1953 e 1954, ele havia ocupado o cargo de Assistente do Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, além de ter trabalhado em embaixadas no Peru, República Dominicana, México, Guatemala, Argentina e Colômbia, sendo relativamente fluente em português e em espanhol.

Streeter analisou os diários que Cabot manteve de maneira relativamente disciplinada ao longo de sua vida. O diplomata também deixou um livro de memórias, *First Line of Defense: forty years experiencies of a career diplomat*. Por esses documentos é possível analisar a formação de Cabot e sua perspectiva sobre o Brasil. Vindo de uma família de pioneiros da Nova Inglaterra, a família Cabot pertence aos *The Boston Brahmins*, consideradas as famílias da elite anglicana fundadoras de Boston e da Universidade de Harvard. Em seus membros estão conhecidos industrialistas, artistas e magnatas dos mais diversos ramos, principalmente conhecidos pela empresa química *Cabot Corporation* fundada pelo pai de John Cabot, Godfrey Lowell. As ligações da família Cabot com a política externa remontam ao irmão de John, Thomas Dudley Cabot, que em 1951 acumulou os curiosos cargos de Diretor do Escritório de Assuntos Internacionais do Departamento de Estado e diretor da *United Fruit Company*[176] durante administração de Harry Truman.

[175] RONNING, Neale C.; VANNUCCI, Op. Cit., 1987.

[176] A *United Fruit Company* foi uma empresa multinacional que dominou o comércio de frutas tropicais na América Central durante o século XX, sendo um dos exemplos mais notáveis da relação do governo dos EUA com empresários pela expansão de sua influência nas Américas. Com o crescimento de um mercado interno de bananas entre 1880 e 1890, a companhia ganhou poder político enorme nos países da América Central, servindo aos interesses do governo dos EUA na região. Enquanto Thomas D. Cabot esteve a frente da companha, seu irmão John M. Cabot era assistente do Secretário de Estado para assuntos Interamericanos, justamente em 1954 quando Jacob Arbenz foi derrubado na Guatemala. Ver em

Embora Cabot tivesse uma vasta experiência como diplomata na América Latina, ele era dotado da inabalável crença no mito do desenvolvimento e no modo de vida americano. Em seus diários e no livro de memórias fica evidente o seu desprezo pelos brasileiros e a postura paternalista em relação aos latino-americanos. Ele constantemente descreve políticos brasileiros com adjetivos como "*chidlike"*, "*irresponsables"*, "*imature"*. Um bom exemplo de seu desprezo aparece em *First Line of Defense* quando ao se referir ao assessor de Juscelino Kubitschek, Augusto Federico Schmidt. Em uma reunião sobre a Operação Pan-americana – proposta do governo brasileiro que o embaixador desprezava – Cabot o descreve como um sujeito "parte preto, parte judeu com um colossal complexo de inferioridade e pretensiosamente agressivo". Ele afirmava que a Operação Pan-Americana era uma proposta vaga de desenvolvimento para a América Latina, defendida pelos "chiliques" de Schimidt[177].

Após a crise envolvendo a nomeação de Clare Boothe Luce, John Moors Cabot foi convidado para assumir o cargo, tido como um nome técnico e com conhecimento e experiência na América Latina. Foi nesse contexto que Cabot convidou Niles W. Bond para ser o segundo no comando da embaixada no Rio de Janeiro no cargo de *deputy chief of mission* (DCM). A passagem de Cabot pela Embaixada é relativamente bem conhecida[178]. Retomemos a nossa figura inicial. Pensar o percurso de Niles W. Bond ou de John M. Cabot até suas chegadas ao Brasil, faz parte da premissa de que para compreender a ação política desses sujeitos, não basta apenas se debruçar sobre os tratados diplomáticos ou as diretrizes de política externa assinadas nas grandes conferências internacionais. É fundamental estudar os seus anos de formação, as origens familiares, as aspirações ideológicas daqueles que efetivamente colocam essas políticas em prática. Bond também era um *cold warrior* com relativa experiência diplomática, fazendo parte do primeiro curso de formação em Harvard, conduzido por Kissinger que se tornaria nas décadas seguintes peça-chave da política externa dos Estados Unidos. Esses sujeitos discutiram em um ambiente universitário em que a ênfase se alterava para temas como desenvolvimento econômico e cooperação militar. Não era apenas o alto escalão, que viria a assumir o controle da política externa durante os anos Kennedy, que estava a pensar em termos dessas novas explicações balizadas no vocabulário político da

SCHLESINGER, Stephen; KINZER, Stephen. **Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala**. New York: Harvard University Press, 1987.

[177] CABOT, John Moors. **First Line of Defense: Forty Years Experiences of a Career Diplomat.** Washington, 1974, p. 74.

[178] A passagem de Cabot no Brasil vai ser tratada em um estudo de nossa autoria a ser publicado em breve.

Teoria da Modernização. Os diplomatas estadunidenses em campo estavam sendo treinados ideologicamente para serem enviados novamente aos países do Terceiro Mundo e colocarem em prática a nova "fábrica de ideologias", agora baseadas em uma nova dinâmica, não mais nos *gunboats* ou no *big stick*, mas na ideia da cooperação hemisférica pelo desenvolvimento, talvez numa tentativa de retomar a tradição de Roosevelt na Política de Boa Vizinhança.

Bond não era um diplomata inexperiente. Suas concepções sobre a América Latina foram adensadas ao longo do tempo e isso é perceptível e salta à vista quando lemos os documentos que ele produziu. Se por um lado, ele estava sendo preparado para um novo momento da política externa estadunidense, sob as exigências do contexto latino-americano, por outro, Bond carregou consigo toda a arrogância dos diplomatas dos EUA que atuavam na América Latina e a radicalidade do anticomunismo típico da Guerra Fria. Quando Eisenhower perdeu as eleições e Kennedy assumiu à Casa Branca, um discurso renovado de política externa foi concebido. John Moors Cabot, visto como diplomata limitado que entrou em conflito direto com o presidente Jânio Quadros ao lidar com um país complexo como o Brasil, foi substituído por um intelectual "especialista" como Lincoln Gordon, altamente treinado na crença do desenvolvimento. Bond, bem como grande parte desse staff diplomático, permaneceu em seus postos fortalecendo as suas posições consolidadas e respondendo as novas demandas.

2.1 O ultranacionalismo: uma categoria de análise

Quando observamos a ideologia presente no Departamento de Estado – ainda sob a política Dwight Eisenhower e com John M. Cabot na embaixada – percebemos como a estrutura montada pelo serviço diplomático atuou contra as lideranças populares no Brasil, imprimindo sobre elas uma visão radical, desenhando-os como sujeitos inflexíveis, demagogos, perigosos pelo próprio apoio popular que eram capazes de mobilizar. Essas interpretações atingiam principalmente lideranças trabalhistas do Brasil e líderes sindicais. As figuras mais emblemáticas dessa ala foram Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, e o então vice-presidente João Goulart. Por muitas vezes, os agentes consulares não escondiam o desprezo por esses atores políticos, sendo possível observar o ódio que eles causavam. Muito antes de qualquer possibilidade de Jango tornar-se presidente estar no horizonte, ele e Brizola eram vistos como mais perigosos do que as próprias lideranças comunistas, principalmente por causa apoio

popular que possuíam. Na visão do serviço diplomático dos EUA no Brasil, eles estavam sempre orientados por interesses escusos e eram dotados das mais altas capacidades de manipular a população a seu favor. A principal classificação dada aos trabalhistas de viés nacionalista e alinhados a posturas antiestadunidenses era pela alcunha de *ultranationalists*.

Essa foi uma importante classificação, muito utilizada pelos diplomatas estadunidenses para definir uma parte do espectro político brasileiro. Na percepção dos diplomatas, os ultranacionalistas eram sujeitos extremamente eficientes em manipular os pobres com discursos emocionais e apelativos, instigando a instabilidade política para retirar proveitos eleitorais. Segundo essa perspectiva, a falta de educação política da população acabava permitindo que essas lideranças tirassem proveito do regime democrático. Ainda segundo essa visão, os ultranacionalistas não se importavam com manter alianças com comunistas e seus discursos eram sempre contrários a presença dos EUA no Brasil. A definição também era uma maneira de diferenciar posturas de nacionalismos mais liberais – como alas internas da própria União Democrática Nacional (UDN) e de conservadores que operavam a ideia de patriotismo.

O termo utilizado pelos diplomatas é distante das definições de ultranacionalismo atuais. Em balizas modernas da ciência histórica, Roger Griffin, em seu livro *The Nature of Fascism*, define o termo como sendo um dos elementos determinantes do surgimento dos fascismos no início do século XX, o autor chega a discutir brevemente a ideia de um ultranacionalismo popular constituído no interior de regimes autoritários nacionalistas – ele exemplifica em Getúlio Vargas, Juan Domingos Perón e Kurt Schuschigg e Muammar Kadafi como sujeitos que manusearam o sentimento ultranacionalista como elemento maximizador do consenso popular, ao invés da manipulação pelo terror[179]. Além de Griffin, é possível mapear estudos sobre a psicologia ultranacionalista a partir de intelectuais japoneses e britânicos preocupados com as raízes ideológicas do fascismo no Japão, ainda nos anos de 1940[180].

[179] É importante salientar que Griffin utiliza deste conceito de maneira muito diferente do uso feito pelos diplomatas. A ideia de ultranacionalismo como elemento fundador do fascismo em Griffin está inextricavelmente ligada a noção de *palingenetic myth* – a ideia de renovação ou renascimento de uma civilização em declínio. Ver em GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. New York and London: Routledge, 1993.

[180] Na década de 1960, o especialista em estudos asiáticos da Universidade de Columbia, o britânico Ivan Morris, traduziu uma série de estudos produzidos em 1940 pelo sociólogo Masao Maruyama que discutiam a ideia de uma psicologia ultranacionalista como elemento fulcral do fascismo japonês. Esse fascismo era muito diferente dos mitos fundadores do nazifascismo europeu, pois estariam enraizados no tradicionalismo da cultura política no Japão. Ver MARAYAMA, Masao. Theory and Psychology of Ultra-nationalism. *In*:

Destarte, a definição utilizada por essas correntes modernas é distinta do conceito utilizado pelos diplomatas estadunidenses na América Latina, onde não havia uma conexão imediata dos chamados ultranacionalismos com o fascismo. Apesar de reconheceram que as estruturas do Estado Novo de Vargas e do Peronismo nos anos de 1930 estivessem influenciadas pelo fascismo, essa comparação não é citada nos documentos. Para uma compreensão conceitual mais precisa é necessário integrá-la ao contexto dos documentos oficiais produzidos por agências estadunidenses e de definições do período. Para pensar essas conceitualizações na América Latina, podemos recorrer a um documento da CIA de 12 de dezembro de 1952, chamado *Conditions and Trends in Latin America Affecting US Security* que analisou como a instabilidade política nos países latino-americanos dificultava a cooperação com os EUA. Sob a perspectiva do estudo, a instabilidade seria causada por uma série de governos nacionalistas que haviam se instalado na América Latina, sendo sustentados por um forte apelo demagógico. Nesse sentido, o governo de Juan Domingos Perón ganha um destaque importante, pois era constantemente citado como o modelo mais emblemático de nacionalismo radical gerador de instabilidades e do antiamericanismo. Entre 1961 e 1964, o embaixador Lincoln Gordon utilizava-se do termo peronismo para comparar os cenários possíveis do Brasil, principalmente para se referir a relação de João Goulart com os sindicatos[181]. O estudo, balizado em uma visão típica da Guerra Fria, atribui aos comunistas a capacidade sobrestimada de infiltração em todas as revoltas sociais importantes. Os agentes da CIA reconheciam que não era possível que os comunistas ganhassem espaço por vias eleitorais, portanto, eles estavam a subverter qualquer iniciativa de estabilidade por meio de movimentos nacionalistas de massa. As pressões geradas pelo nacionalismo extremo dificultavam que os governantes obtivessem algum acordo econômico, diplomático ou militar com os Estados Unidos.

> 33. Os comunistas também tiveram sucesso em penetrar nos sistemas educacionais da América Latina, círculos intelectuais e organizações patrióticas formadas para expressar o novo espírito de ultranacionalismo. Dessa forma, eles buscam incutir preconceitos na geração emergente, intensificar tendências socialistas e nacionalistas entre a *intelligentsia*, assumir uma coloração patriótica para suas próprias atividades e direcionar o nacionalismo de maneira que mais efetivamente impeça a cooperação da América Latina com os Estados Unidos[182].

MORRIS, Ivans. **Thought and Behavior in Modern Japan Politics**. London: Oxford University Press, 1963.

[181] Ambassador Lincoln Gordon to Secretary of State Dean Rusk, 21 August 1963, No. 373, Brazil: August 1963, National Security File, John F. Kennedy Library.

[182] 33. the communists have also been successful in penetrating Latin America educational systems, intellectual circles, and those patriotic organizations formed to give expressions to the new spirit of ultra-

Em outra publicação do Departamento de Estado chamada de *Our Southner Partners: the story of our Latin American relations*, lançada em dezembro de 1954, o estudo relata as dificuldades da política externa dos Estados Unidos na América Latina. Destaca-se o debate sobre a falta de uma classe média latino-americana – vista como a causa dos dados tão acentuados de desigualdade nos indicadores sociais. A falta de uma classe média acentuava o abismo entre os ricos privilegiados e grande maioria entregue à miséria. O estudo afirmava que as elites latino-americanas não estavam dispostas a empreender para que os padrões de riqueza da população pudessem aumentar. Seriam elites desprovidas de uma maturidade política. A tradição de governo ainda estava muito baseada na autoridade com resquícios coloniais, protetora de privilégios. Todavia, a despeito dos problemas estruturais, havia ainda os processos conjunturais e o maior de todos era a crescente propaganda nacionalista, que estava muito mais dirigida contra os investimentos estrangeiros do que contra as classes dominantes locais. Essa seria a fonte de todo o dissenso entre os EUA e a América Latina.

> Os nacionalistas da América Latina, encorajados pela linha comunista, teorizam que o mundo está dividido entre os estados industrializados e os estados coloniais e subdesenvolvidos. Eles acreditam que nós e outras nações industrializadas os exploramos. Eles dizem que fazemos isso ao pagar preços baixos pelo que compramos e cobrar preços altos pelo que vendemos, por nossos investimentos lá, e por "exportações invisíveis" como seguros e transporte marítimo e aéreo[183].

O estudo ainda cita uma definição do próprio presidente Eisenhower sobre os ultranacionalistas, em um discurso o presidente afirmou:

> O ultranacionalismo [...] é uma grande influência retrógrada em alguns países, muitas vezes fechando a porta à ajuda e cooperação que são tão desesperadamente necessárias. Ele leva a leis e práticas que impedem a entrada de capital estrangeiro essencial para o desenvolvimento [...] O ultranacionalismo está sendo fomentado por agitadores comunistas. Às vezes, líderes políticos, que de forma alguma concordam com os objetivos finais comunistas, aceitam o apoio comunista para obter vantagem política temporária. Assim, os dois podem se unir por um tempo na falaciosa alegação

---

nationalism. In this way they seek to instill prejudice in the rising generation, to intensify socialistic and nationalistic tendencies among the intelligentsia, to assume a patriotic coloration for their own activities, and to give such direction to nationalism as will most effectively hinder Latin America cooperation with United States CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Conditions and Trends in Latin America Affecting Us Security**. Secret, 12 december 1952.

[183] The Latin America nationalists, encouraged by Communists line, theorize that the world is divided between the industrialized states and the colonial and underdeveloped states. They feel that we and other industrial nations exploit them. They say we do this by paying low prices for what we buy and charging high prices for what we sell, by our investments there, and by such "invisible exports" as insurance and sea and air transportation. DEPARTMENT OF STATE. **Our Southner Partners: The Story of Our Latin American Relations.** Interamerican Series 49, p. 5.

> de que o investimento de capital estrangeiro, privado ou público, é na realidade uma forma de imperialismo[184].

Observamos que a definição conceitual de ultranacionalismo foi criada com a ideia de separar aqueles que aceitavam a colaboração com comunistas, ou que simplesmente compreendiam as relações entre EUA e América Latina como desiguais. O termo também diferenciava o chamado nacionalismo positivo, citado por Walt W. Rostow em seus livros, que comentamos no primeiro capítulo[185]. Niles Bond, mesmo recém-chegado ao Brasil, compartilhava com os liberais-conservadores, militares brasileiros e com o embaixador Cabot um desmedido desprezo e preocupação com João Goulart, em ressonância com o sentimento antivarguista que dominava as elites. Afinal, parte significativa das percepções dos diplomatas sobre o Brasil era justamente alimentada por esse elo, fazendo dos udenistas, dos empresários, dos jornalistas conservadores e dos militares as principais fontes de informação do serviço diplomático. É nesse sentido que Goulart e Brizola eram classificados como ultranacionalistas.

O primeiro relatório do ano de 1960 enviado ao Departamento de Estado foi assinado por Bond e pelo segundo secretário da Embaixada, Harry A. Quinn. O tom é de extrema apreensão com o futuro. O documento, datado de 7 de janeiro, tinha por objetivo fazer um breve balanço dos meses finais de 1959 e especular sobre o que serviço diplomático podia esperar para o ano de 1960. Obviamente, a principal tarefa era interpretar o complexo cenário político em ano de eleições presidenciais no Brasil. Mapear o campo político brasileiro não era tarefa fácil. Ao longo de 1960, a diagramação das convenções partidárias, das nomeações de candidatos e das movimentações de políticos em seus redutos eleitorais foram temas constantes nos relatórios de todos os consulados, alimentando a embaixada com a percepção dos agentes consulares sobre a política no interior do Brasil. Longamente, Bond e Quinn demonstram como Jânio Quadros despontava como o principal nome da oposição encabeçando um partido pequeno, mas de certa expressividade, o Partido Trabalhista Nacional (PTN).

---

[184] Ultra-nationalism [...] is a major retrogressive influence in some countries, often closing the door to the very help and cooperation which are so desperately needed. It leads to laws and practices which prevent the entrance of foreign capital essential to development […] Ultra-nationalism is being fostered by communist agitators. Sometimes political leaders, who in no sense agree with ultimate communist purposes, accept communist support to obtain temporary political advantage. Thus, the two may be joined for a time in the fallacious contention that foreign capital investment, private or public, is in reality a form of imperialism. DEPARTMENT OF STATE. **Our Southner Partners: The Story of Our Latin American Relations.** Interamerican Series 49, p. 7.

[185] Em *A Proposal*, Rostow debate alguns pontos o papel do nacionalismo como uma força que poderia se converter como positiva ou negativa no desenvolvimento do Terceiro Mundo. MILIKAN, Max; ROSTOW, Walt W. **A Proposal: key to an effective foreign policy**. New York: Harper & Bros, 1957.

Como era de se esperar, o serviço diplomático possuía seus preferidos. É possível perceber o favoritismo de Jânio Quadros aflorar, muito por conta da grande influência de Carlos Lacerda – o grande fiador político de Jânio com a UDN – e de outros políticos udenistas em diversas regiões do Brasil que possuíam uma grande proximidade e influência entre os agentes consulares estadunidenses. A candidatura de Lott já era vista como completamente contaminada por elementos comunistas infiltrados nas sessões nacionalistas que apoiavam o marechal.

Um fato interessante é que a aposta dos diplomatas para derrotar João Goulart nas eleições para vice-presidente estavam depositadas em Fernando Ferrari, um político do Rio Grande do Sul. Ferrari era um dissidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) gaúcho, e despontava como principal opositor de Leonel Brizola e João Goulart em seu reduto eleitoral[186]. As convenções nacionais da UDN ainda não haviam decidido pelo apoio a Jânio e a futura coligação com o PTN, mas isso parecia se desenhar de forma quase inevitável. O Marechal Henrique Teixeira Lott era a escolha acertada como candidato governista do Partido Social Democrático (PSD_ de Juscelino Kubistchek. Porém, apesar da vitoriosa e consolidada aliança entre PTB e PSD, os termos dos acordos pós-eleições ainda estavam na mesa de negociações e eram motivos de intensos debates. No documento em questão, nos chamou a atenção o lugar ocupado por João Goulart e o PTB gaúcho no imaginário dos diplomatas. Um tópico do telegrama é inteiramente dedicado a falar sobre Jango. Tudo apontava para as possíveis e estreitas ligações do vice-presidente com comunistas. Goulart aparece como o responsável por insuflar, junto com seu cunhado Leonel Brizola, diversas manifestações pelo país com objetivo de desestabilizar o governo e pressionar o PSD do presidente JK a aceitar os termos da aliança política, além de fornecer apoio financeiro aos projetos regionais dos petebistas[187].

A percepção de Jango como um esquerdista com estreitas ligações com os comunistas estava bem consolidada entre os diplomatas estadunidenses em janeiro de 1960 e parece haver sido elaborada ainda durante sua passagem pelo Ministério do Trabalho na gestão de Getúlio Vargas. Porém, é interessante notar que a interpretação de que Goulart era o herdeiro político do varguismo, não circulava entre eles, pouquíssimas

[186] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quartely Political Review (October 1-december 31)**. From Rio Embassy. January 7, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 007-019. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[187] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quartely Political Review (October 1-december 31)**. Op. cit.

analogias a Vargas são feitas nesses documentos, o que nos leva a crer que os diplomatas não enxergavam uma continuidade clara entre essas duas figuras. Goulart não era digno do mesmo tratamento dado a Vargas por Roosevelt nas décadas anteriores, principalmente em uma memória atrelada à Política de Boa Vizinhança e à participação do Brasil ao lado dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

Nas análises dos diplomatas, Fernando Ferrari – figura que caiu no ostracismo e teve uma participação inexpressiva como candidato à vice-presidência – despontava como sujeito capaz de rivalizar com Jango e Brizola em seu reduto eleitoral no Rio Grande do Sul. Essa avaliação partia do papel de Ferrari nas eleições municipais de Porto Alegre em outubro de 1959. Ele havia apoiado José Loureiro da Silva (Partido Democrático Cristão - PDC) no pleito contra Wilson Vargas, candidato do PTB que foi derrotado. Na visão dos diplomatas, isso demonstrava a fragilidade do PTB no estado que era considerado a sua fortaleza eleitoral. A preocupação dos EUA com o Rio Grande do Sul se torna evidente como veremos mais adiante com o trabalho do Consulado de Porto Alegre na construção dessas percepções[188].

Além das preocupações eleitorais, o documento aponta para uma onda crescente de desagrado social e político. Numerosos casos de manifestação de agitação popular, protestos, greves e quebra-quebras expressavam a insatisfação das camadas mais pobres com a situação do país. Escassez de alimentos básicos, como o feijão e carne, bem como o aumento constante no custo de produtos essenciais do cotidiano demonstravam a incapacidade do governo JK em lidar com a grave crise econômica e com a amarga política de contenção da inflação no final do seu governo. Em 9 de novembro de 1959, linhas de alta tensão foram explodidas por bombas no Rio de Janeiro, os diplomatas demarcam entre aspas a palavra *"terrorist"* e afirmavam que o governo não sabia de onde esses ataques partiam. Em 3 de dezembro de 1959, militares da Força Aérea haviam sequestrado aviões em uma base em Aragarças, no interior do Mato Grosso, e espalhado um manifesto contra o governo, acusando Juscelino Kubistchek de corrupção[189].

Em 2 de dezembro, segundo Bond e Quinn, uma greve geral de 24 horas em São Paulo fora coordenada por comunistas e membros do PTB, citando o suporte político e as articulações feitas por João Goulart para a realização do ato. Porto Alegre e Curitiba são mencionados como locais de grande insatisfação e palco de manifestações diárias de insatisfação. As análises haviam sido baseadas em outro telegrama do ano anterior,

[188] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quartely Political Review (October 1-december 31).** Op. Cit.
[189] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quartely Political Review (October 1-december 31).** Op. Cit.

sempre mencionado na tomada de decisões nos primeiros meses de 1960. É preciso retomar mesmo que brevemente este documento.

Poucos dias antes do relatório dos diplomatas, a Embaixada comandada por John Moors Cabot, havia preparado um longo relatório enviado ao Departamento de Estado analisando o ataque à base área de Aragarças e como aquele contexto havia dado múltiplos sinais do aumento das agitações políticas e sociais no Brasil. O despacho foi intitulado *Revolution in the Air*. Aos olhos da Embaixada, uma explosão de violência parecia haver atingido o Brasil nos últimos meses e o serviço diplomático procurava interpretar os acontecimentos. O documento é um dado privilegiado de como essa operação de pensamento que descrevemos nos capítulos iniciais era feita sob essas bases ideológicas.

Como de praxe, os analistas se esforçaram para compreender os eventos a partir de diversificadas posições ideológicas, entrevistando suas fontes pessoais, além de ter agentes disponíveis para investigar *in loco* e, caso fosse necessário, confirmar alguma informação. A divisão do quadro ideológico era prática comum na documentação. O despacho começa descrevendo a visão dos conservadores brasileiros que diziam que as agitações eram fruto do trabalho da "mão fina" de comunistas agindo no interior dos movimentos de trabalhadores nos grandes centros urbanos do país. Essas interpretações de conservadores, defendendo que comunistas agiam de maneira ardilosa como mestres de marionetes, era comum e muito compartilhada com os diplomatas, pois desfrutavam de grande notoriedade.

Uma ala nomeada pelos diplomatas como "golpistas" interpretava a conjuntura como obra intencional do governo de JK objetivando desestabilizar o país e justificar a postergação das eleições presidências de 1960 a partir de uma declaração de estado de sítio. O mais notável, no entanto, era a leitura de um grupo de uma ala denominada de "anti-Goulart" composta por elementos de vários partidos que acusavam Jango de estar por trás de todas as agitações pelo país. Segundo essas fontes, Goulart sabia que a sua participação nas eleições seria um desastre e por isso sua intenção era provocar uma ruptura social e institucional. É interessante notar que a proposta desse grupo contrário a Jango era justamente a necessidade de um golpe militar preventivo para frear as ações do então vice-presidente[190]. Munidos do poder do retrospecto histórico, podemos conjecturar que as intenções por uma ação militar contra Goulart existiam desde 1960.

[190] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Revolution in the Air: multiplying signs of political and social unrest**. From Rio Embassy. December 28, 1959. National Archives and Record Administration. Records

Opiniões contrárias também são relatadas. Goulart e os "elementos ultranacionalistas" atribuíam as agitações de final de 1959 aos que tentaram o golpe contra Vargas em 1954, eles estariam articulando de alguma forma a tomada do poder. A conclusão dos diplomatas é bem generalista: todos ou ninguém poderia estar correto sobre os acontecimentos recentes. Contudo, era certo, para os diplomatas, que não havia nenhum movimento militar em ação e que uma mudança no regime em ano eleitoral não era vantajosa para Juscelino. Para eles, apenas um sujeito ficaria satisfeito com uma mudança política radical e esse era justamente João Goulart. Apesar da análise considerar a situação crítica da economia brasileira no último ano do governo JK, principalmente o aumento no custo de vida, as agitações sociais eram sempre atribuídas a Jango, mesmo que o contexto justificasse a insatisfação popular.

Este relatório, escrito no apagar das luzes de 1959, foi assinado pelo segundo secretário da embaixada Harry A. Quinn e o conselheiro de assuntos Políticos, Philip Raine. Assim como no relatório de Bond, há um tópico específico para discutir o papel de Goulart. Após descreverem o caos econômico e as tentativas da administração de JK de pintar a crise como algo momentâneo, os diplomatas discutem o papel do vice-presidente como uma voz que havia se levantado e ganhado relevância no governo nos últimos meses de 1959. Os diplomatas descrevem Jango como um sujeito acuado diante da vergonhosa derrota que havia sofrido contra Fernando Ferrari na prefeitura de Porto Alegre, mesmo que a sua disputa com Ferrari não tenha sido direta. O prefeito da capital gaúcha volta a aparecer como uma figura relevante no cenário político. Os diplomatas arriscam dizer o que Jango podia concluir de sua derrota: primeiro, que ele fora traído pelo PSD no interior do Rio Grande do Sul, não recebendo o apoio que esperava; segundo, que o PTB se vinculou muito ao governo de JK e agora estava colhendo indiretamente os frutos ruins da situação econômica[191].

A partir dessas conclusões, os diplomatas avaliavam que Goulart coordenava greves por São Paulo e que havia aberto uma fissura com o presidente Juscelino, arriscando a aliança política do PTB-PSD para o ano seguinte. Ao mesmo tempo, uma onda de rumores se espalhava dizendo que Jango e seus aliados, principalmente Leonel Brizola, tinham mais a perder do que a ganhar com as eleições de 1960, e que estavam

---

of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 3, frames 996-1118. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[191] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Revolution in the Air: multiplying signs of political and social unrest.** Op.Cit.

por trás da onda de violência e greves com o intuito de provocar uma resposta dos militares e uma consequente reações do *status quo*. Aqui se dá nome aos bois, Abelardo Jurema, deputado federal e líder do governo na Câmara, era a principal cabeça dessa tese. Em uma nota do relatório, os diplomatas afirmam que a embaixada havia recebido uma importante informação de uma fonte, ainda a se confirmar a confiabilidade, de que Goulart estava gastando vastas quantias de seu próprio bolso para financiar multidões violentas pelo Brasil[192].

Retomando o documento do início de 1960, Quinn e Bond analisaram também o cenário internacional a partir do Brasil. Eles informaram que com Horário Lafer no Itamaraty e Antônio Schmidt na ONU, o Brasil deu início a uma ofensiva agressiva aparentemente visando aumentar o seu papel no cenário internacional. A principal ferramenta para isso era se aproximar dos soviéticos e tentar uma posição de liderança da América do Sul. Na perspectiva dos diplomatas a situação era complexa, a política em relação aos Estados Unidos estava sendo reavaliada minuciosamente. O catastrofismo da percepção de Bond e Quinn os faziam enxergar na simples presença da delegação russa no *XI International Road Congress* um exemplo de infiltração comunista no Brasil. Outro exemplo, seria um grupo de parlamentares tchecos que visitou o Rio de Janeiro brevemente naquele ano[193]. Para eles, sinais claros da penetração comunista vinda do Leste.

A grande novidade do trimestre, se não do ano – segundo os diplomatas – era a Missão Diplomática Brasileira que se dirigiu a Moscou com o objetivo de reestabelecer relações comerciais com os soviéticos. O resultado foi um acordo bilateral de três anos assinado com o governo JK, um marco importante que reatou as relações comerciais rompidas desde 1947. Quinn e Bond tentam tranquilizar o Departamento de Estado, pois para eles o resultado havia sido negativo internamente, uma vez que os tradicionais parceiros comerciais do Brasil suspeitavam do novo posicionamento. Além do mais, eles avaliaram que os tratados comerciais acabariam por distanciar o tão temido reestabelecimento das relações diplomáticas, visto que as ações do governo JK haviam criado uma pressão social interna sobre o governo para se distanciar do mundo soviético.

---

[192] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Revolution in the Air: multiplying signs of political and social unrest.** Op.Cit.

[193] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quartely Political Review (October 1-december 31)**. From Rio Embasy. January 7, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 007-019. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Para os diplomatas, a sociedade brasileira era contrária à aproximação com a União Soviética. Avaliação errônea, já que o reestabelecimento completo das relações ocorreria alguns anos depois durante o governo João Goulart, seguindo as diretrizes da Política Externa Independente[194].

Na América Latina, Lafer havia feito algumas viagens para a Argentina, Paraguai, Equador e Colômbia. Seguindo o tom de calamidade, os diplomatas diziam que o ministro estava preparando o clima para uma radicalização da política externa brasileira que, num futuro próximo, iriam se "deteriorar" ainda mais e tomar distância dos EUA. Ao pensar sobre as relações Brasil-EUA, os diplomatas trazem algumas contribuições relevantes para pensar o período. Segundo o documento, havia um crescente desentendimento entre os dois maiores países das Américas. Os cônsules haviam reportado que ao longo do ano de 1959 eles estavam preocupados com a falta de entusiasmo do governo dos EUA em relação a Operação Pan-americana. Se essa não fosse uma proposta condizente para o desenvolvimento econômico, era melhor que outra fosse apresentada para substituir a ideia de Juscelino.

Segundo a perspectiva dos diplomatas, a interpretação por parte de certas lideranças brasileiras era de uma negligência do governo dos Estados Unidos em relação ao Brasil. Isso estaria alterando a posição tradicional do país de aliado para uma incógnita. Segundo Bond e Quinn, um alto oficial da diplomacia brasileira havia resumido bem o que estava a ocorrer: "a partir de agora, trataremos os Estados Unidos como qualquer outra nação – tal como eles nos tratam – sem atenção especial ou privilégios dados ou recebidos[195]". Segundo os diplomatas, essa política começou em 1 de janeiro de 1960. Assim, a Embaixada estava correndo contra o tempo para reorganizar os entendimentos a partir de novas declarações do presidente Eisenhower e do Secretário de Assuntos Interamericanos num esforço conjunto de apoiar a OPA, pelo menos retoricamente. Isso causaria um efeito apenas psicológico, dizem os diplomatas, mas esse era o objetivo já que a "doença" era psicológica. Aqui eles parecem se referir ao sentimento antiestadunidense como uma patologia que tinha como remédio o apoio retórico. Por fim,

[194] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quartely Political Review (October 1-december 31),** Op. Cit.
[195] "We shall henceforth treat the United States as any other nations-Just as it treats use-with no special attention or privileges given or received". U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quartely Political Review (October 1-december 31)**. From Rio Embasy. January 7, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 007-019. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

os diplomatas sugerem era preciso que os EUA continuassem a apoiar as iniciativas brasileiras ou a "doença" do antiamericanismo continuaria a se espalhar.

De fato, a OPA não engatou como programa de política externa, todavia é necessário reconhecer que o projeto de Juscelino colocou as relações dos EUA com a América Latina em revisão, alimentando o tom da crítica ao governo Eisenhower de negligência com os países latino-americanos. O projeto de JK acabou por encontrar um contexto favorável trazido pelas Teorias da Modernização e serviu de inspiração para a formulação da Aliança para o Progresso lançada pelo governo de John F. Kennedy no ano seguinte[196]. Lendo os relatos do diário de Cabot é evidente que a OPA como proposta proveniente do Brasil não seguiria adiante, não havia disposição nem de Washington muito menos de alguns diplomatas em campo. Adlai Stenvenson e Benton estiveram no Brasil para ouvir Augusto F. Schmidt e o presidente Juscelino com suas sugestões sobre o programa. A falta de entusiasmo de Cabot com a proposta brasileira é evidenciada fixamente em suas memórias e, mesmo seus superiores confirmavam secretamente que a OPA era dotada de uma poética vaga e alicerçada em uma dicotomia das desigualdades que os EUA não podiam reconhecer. Segundo Cabor, o Brasil possuía o desejo por um programa de ajuda externa que auxiliasse em seus objetivos de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, por arrogância, não admitia que essa ajuda já estava sendo fornecida principalmente através dos empréstimos do *Export- Import Bank of the United States* (Exibank) e do Fundo Monetário Internacional (FMI)[197].

Mesmo diante da falta de entusiasmo, era necessária alguma ação, pelo menos simbólica, para não perder o apoio brasileiro naquele momento crítico. Eisenhower confirmou então uma viagem oficial aos países sul-americanos no final de 1959. O trajeto passaria pelo Brasil e, vislumbrando um momento de aproximação entre os dois países, JK incluiu a viagem do presidente como parte das festividades de inauguração de Brasília, a nova e moderna capital. Era a primeira viagem de um presidente dos EUA ao Brasil desde 1947.

O tom do capítulo de Cabot sobre seu retorno ao Brasil – sua primeira passagem remonta a 1935, inclusive presenciando a reação de Getúlio Vargas contra o Levante dos comunistas conhecido como Intentona ocorrido naquele ano – destoa completamente do próprio título atribuído ao capítulo, *Back to Paradise.* Na verdade, pela descrição dos

[196] Vários trabalhos como os de Carlos Fico (2008) e Felipe Loureiro (2020) apontam para o fato da OPA ter influenciado na concepção da Aliança para o Progresso.
[197]CABOT, John Moors. **First Line of Defense: Forty Years Experiences of a Career Diplomat.** Washington, 1974, p.

diários, o posto que ocupou entre 1958 e 1961 mais parece uma sequência de dias terríveis onde o embaixador descreve situações desagradáveis e um tanto vexatórias. Como por exemplo, a preparação para ida de Eisenhower à Brasília foi completamente caótica. A cidade não possuía a infraestrutura necessária para eventos de grande porte. A embaixada dos EUA ainda estava em construção, mesmo assim acabou servindo de hospedagem ao presidente Eisenhower, sendo extremamente difícil até mesmo conseguir alguns itens básicos exigidos pela comitiva presidencial (como uma garrafa do whisky favorito de Ike). Segundo Cabot, a chuva dos dias anteriores deixou a cidade atolada em lama, além do atraso de Kubistchek para o evento. No entanto, a passagem de Eisenhower serviu a Juscelino como parte da apoteose final de seu governo, inaugurando a nova capital e depois seguindo para São Paulo e Rio de Janeiro com uma calorosa manifestação pública. A viagem se encerrou em um passeio em carro aberto pela avenida Rio Branco onde Juscelino e Eisenhower foram cobertos por uma chuva de papel picado. Em termos diplomáticos, nenhum acordo foi assinado[198].

Se partirmos de uma literatura que demarca as políticas de Dwight Eisenhower e John F. Kennedy como um ponto de inflexão substancial na maneira de lidar com a América Latina[199], principalmente em relação a forma de financiamento dos programa de ajuda externa que se deslocaram de fundos privados para financiamentos públicos; ou ainda, se o perfil de John Moors Cabot é muito diferente do de Lincoln Gordon em certos aspectos, a manutenção de agentes consulares como Niles W. Bond em postos chave dos consulados e da embaixada reforçam nossos argumentos de que a política externa estadunidense opera sob margens mais complexas do que a simples mudanças de diretrizes de um presidente para outro. É possível observar que os agentes consulares e os embaixadores compartilhavam com as elites brasileiras o desprezo por João Goulart. A visão estava consolidada muito antes de uma possiblidade dele se tornar presidente estar no horizonte. Como vimos, as limitações na política de Eisenhower já eram percebidas pelos diplomatas, que viam o Brasil adotar, mesmo que ainda não oficialmente, uma política externa mais distante dos interesses dos EUA no hemisfério. Outros elementos apresentados, como os rumores sobre os militares estarem preparando um golpe contra Goulart, antes mesmo de ele vencer as eleições para vice-presidente em

[198] CABOT, John Moors. **First Line of Defense: Forty Years Experiences of a Career Diplomat**, Op. Cit., 1974.
[199] LATHAM, Michael. **Modernization as Ideology: american social science and "nation-building" in the Kennedy Era**. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2000. TAFFET, Jeffrey F. **Foreign Aid as Foreign Policy: the Alliance for Progress in Latin America**. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2007. RABE, Stephen. The Most Dangerous Area in the World:

1960, coloca em evidência que a maioria das peças dessas movimentações já estava na mesa antes da renúncia de Jânio Quadros.

Se presidentes, intelectuais, o Secretários de Estado – ou seja, os efetivos elaboradores das políticas externas – são os responsáveis pelas mudanças de paradigmas de um governo para outro, quem coloca essas políticas em prática são uma série de funcionários diplomáticos de menor escalão que tendem a manter uma perspectiva de longa duração em seus postos, até mesmo por vivenciarem por muito mais tempo e estabelecer relações mais duradouras com as elites nacionais dos países onde atuam. As mudanças institucionais caminham a passos mais lentos. A participação de Bond nos cursos em Harvard demonstra que essa questão era reconhecida pelo Departamento de Estado e havia um esforço em mudar certos comportamentos, no sentido de fornecer "atualizações" ideológicas contínuas. Todavia, o trabalho cotidiano e informativo dos agentes consulares e dos *officers* no interior dos consulados e embaixadas acabavam por atender demandas mais imediatas, seguindo a política externa ditada no interior da Casa Branca, mas que quase sempre fornecia apenas as linhas gerais, dando relativa autonomia aos agentes em campo.

Os constrangimentos locais se coadunavam com as preocupações globais, mas não de forma automática. Principalmente quando falamos dos consulados e da embaixada no Brasil, observamos que as conexões entre o serviço diplomático e as elites brasileiras eram muito estreitas, fazendo com que suas opiniões se modulassem de acordo com interesses em comum com políticos simpáticos aos interesses dos Estados Unidos. Esses sujeitos, que se envolveram profundamente com a vida nacional, viveram sobre a tensão de ter que implementar uma política externa renovada pelos ares da Teoria da Modernização e do governo Kennedy e dos preceitos aparentemente "revolucionários" da Aliança para o Progresso. O corpo diplomático teve que lidar com os problemas globais da participação do Terceiro Mundo na Guerra Fria, porém, estavam também ocupados com os problemas imediatos dos políticos locais – como o aumento do custo de vida, a balança comercial, inflação, eleições na região onde atuavam, tentando atender as exigências constantes das elites brasileiras por mais apoio financeiro e político. Desenhar um Brasil explosivo e instável era fundamental para obter recursos para os projetos políticos e as elites regionais no Brasil sabiam que o caminho mais rápido era manter boas relações com os agentes consulares.

No fim, parece que apresentamos uma perspectiva contraditória. Onde de um lado nos esforçamos em demonstrar a influência da Teoria da Modernização e de toda a

renovação de um ambiente político trazido por novos elementos na política externa, principalmente atuante com o papel dos intelectuais como Walt W. Rostow. De outro, argumentamos como essas mudanças muitas vezes não tiveram os efeitos desejados, pois a percepção dos diplomatas de carreira estava ossificada em uma visão de longa duração mesclada na crença do mito do americanismo ao mesmo tempo que era sustentada e legitimada pelas elites locais brasileiras em busca de financiamento. A questão era que essas visões foram conflitivas no interior do Departamento de Estado, da Casa Branca, na CIA e no Departamento de Defesa. Os intelectuais da Nova Fronteira, ávidos pelos discursos da modernização, tiveram que lidar com um corpo diplomático formado por visões mais tradicionais e radicais sobre a política dos EUA na América Latina.

Como demonstramos no primeiro capítulo, a historiografia das Relações Internacionais costuma demarcar com profunda ênfase a mudança de postura do governo republicano de Dwight Eisenhower para o do democrata John F. Kennedy, principalmente em relação à América Latina. A partir dessa mesma perspectiva, podemos questionar parte do que Thomas Skidmore afirmou, de que o governo dos EUA tentou cooperar com o presidente João Goulart em seus primeiros anos de governo, como uma informação completamente impossível[200]. Ou as alegações de Lincoln Gordon de que o governo dos EUA nunca sabotou o João Goulart[201]. Como uma cooperação poderia ocorrer se mesmo antes de Goulart representar qualquer ameaça efetiva para as relações bilaterais com os EUA ele já era considerado uma figura esquerdista com profundas ligações com comunistas? Isso não significa que a política externa não mude ou que a Aliança não tenha importância, significa apenas que essas mudanças não se implementam na simples dança de cadeiras em Washington ou na assinatura de cartas e tratados por chefes de Estado em conferências internacionais. As elites brasileiras, os militares e, como também pudemos observar, o serviço diplomático estadunidense há muito tempo nutriam um descontentamento com Jango, uma percepção praticamente impossível de ser alterada, pois estava profundamente enraizada nos aspectos apresentamos no primeiro capítulo e constantemente alimentada por liberais e conservadores no Brasil. Se por um lado uns atribuíam a Jango as ideias advindas da chamada ala "ultranacionalista", os diplomatas estadunidenses parecem caracterizá-lo como uma figura radical, extremamente influenciado por esquerdistas e comunistas. Nessa perspectiva, Jango era dotado de alta

[200] SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
[201] GORDON, Lincoln. **Brazil's Second Chance: en Route toward the First World**. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

capacidade de mobilizar greves e manifestações entre os trabalhadores, isso antes mesmo da Revolução Cubana se alinhar com os soviéticos e de a presença do comunismo na América Latina se tornar uma verdadeira paranoia. Apesar de muitos relatórios ao longo de 1961 e 1964 apontarem para o fato de Jango não ser comunista, a perspectiva de diplomatas estadunidenses era de que Jango não hesitaria em usar os comunistas para permanecer no poder.

Vamos a outro exemplo. Nos primeiros meses de 1960, como parte do esforço de monitoramento das eleições, vários consulados se mobilizaram na tentativa de mapear o real apoio popular de Jango no interior do país[202]. Tanto a embaixada como os consulados nas grandes capitais tentaram elaborar um mapeamento da situação política em conversas com informantes e na leitura dos jornais locais. No entanto, o interior do Brasil era uma região completamente desconhecida do serviço diplomático, para superar esse desafio, uma série de viagens pelo interior foram feitas como parte do esforço de mapear o campo eleitoral. A prática tornou-se comum a partir de 1960, com constantes viagens por regiões interioranas com o objetivo de conhecer a população e seus anseios, o Nordeste foi um dos focos desses esforços[203].

Um dos empenhos mais notáveis foi o do Consulado de Porto Alegre, dirigido pelo cônsul Percy Warner. Entre os documentos elaborados pelos agentes consulares, os de autoria de Warner se destacam pelo extremo detalhismo. No início de fevereiro de 1960, em um resumo sobre os acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul, Warner descreve os passos dos candidatos que despontavam como favoritos naquele momento. Enquanto a esposa de Lott, Antonieta Duffles de Andrade Lott, viajava pelo Estado em uma espécie de pré-campanha em apoio ao marido, Jânio Quadros organizava comitês pelo interior. É possível observar que a interpretação de que o deputado federal Fernando Ferrari era um candidato capaz de derrotar Goulart na disputa pela vice-presidência tem como fonte a leitura dos agentes consulares de Porto Alegre, que acabavam alimentando essa percepção na embaixada. Warner afirma que Goulart estava gastando um bom tempo recluso em seu rancho em São Borja após a "derrota retumbante" para Fernando Ferrari, tentando "procurar a sua alma"[204].

---

[202] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Consular Fields Trip.** From Amconsulate Porto Alegre to Department of State. march 8, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil,1960-1063. Record Group 59, microfilm publication C-080, roll 1, frames 237-251. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[203] LARA, José Victor de.

[204] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Rio Grande do Sul Political Summary Nº 5 January 1960**. From Amconsulate Porto Alegre to Department of State. February 12, 1960. National Archives and Record

Apesar de nos soar estranha a relevância dada a Fernando Ferrari pela embaixada e o consulado dos EUA, simplesmente por ele ter apoiado à candidatura de um prefeito em Porto Alegre e, indiretamente, ter derrotado o candidato apoiado de Jango e Brizola, isso se explica pela ânsia em derrotar os trabalhistas no estado. Ferrari era uma das grandes lideranças trabalhistas do Rio Grande Sul, e sua trajetória política era de longa aliança com Goulart e Brizola. Entre 1947 e 1950, ele trabalhou junto com o PTB para consolidar vitórias eleitorais e garantir a hegemonia política do partido no estado. Prepararam-se para vencer o pleito a governador e atuaram juntos pelo plano regional na volta de Getúlio Vargas à presidência em 1954. Logo, dissidências internas no partido começaram a criar rusgas e uma disputa pela hegemonia do partido no estado. Segundo Jorge Ferreira, dos embates entre as dissidências do PTB gaúcho o racha de Ferrari deixou as marcas mais profundas. Em busca de um trabalhismo autêntico e preocupado com os princípios ideológicos e doutrinários do trabalhismo varguista, Ferrari passou a questionar a herança política de Goulart como líder trabalhista e herdeiro político de Vargas. Quando o PTB se vinculou mais profundamente ao governo JK, Ferrari passou a tecer duras críticas ao uso da máquina estatal para aproximações e controle sobre os sindicatos[205].

Ferrari foi, aos poucos sendo isolado, dentro do PTB gaúcho, até fundar a dissidência chamada Movimento Trabalhista Renovador (MTR), lançando sua candidatura à vice-presidência, em aliança com o PDC e disputando diretamente com Goulart o controle do partido no Rio Grande do Sul. Em 1959, Loureiro da Silva do PDC, apoiado por Ferrari, derrotou o candidato trabalhista Wilson Vargas apoiado por Goulart e Brizola na disputa pela prefeitura de Porto Alegre. A relação ficou insustentável e Ferrari foi expulso do PTB. Nesse período, a forte industrialização dos últimos anos promovida pelo governo JK, criou um massivo contingente de novos operários o que facilitou o crescimento do PTB no interior do estado. Foi nesse período que os trabalhistas começaram a sua interiorização, invadindo antigos redutos coronelistas do PSD e apoiando lideranças com proximidade e legitimação popular[206].

Gradualmente, conforme Ferrari se aproximava de Jânio Quadros em oposição a Brizola e Goulart, ele se tornava a grande aposta do serviço diplomático estadunidense

---

Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil,1960-1063. Record Group 59, microfilm publication C-080, roll 1, frames 164-167. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[205] FERREIRA, Jorge. **Jango: uma biografia**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014.

[206] FERREIRA, 2014. Op. Cit.

para enfraquecer os trabalhistas no seu reduto do Rio Grande do Sul. A tentativa de compreender o contexto da região levou o consulado de Porto Alegre a empreender duas viagens pelo estado, até então quase desconhecido, entre outubro e dezembro de 1959. A ideia era compreender as origens das grandes lideranças nacionalistas daquele século: Vargas, Jango e Brizola. O relatório dos agentes consulares só foi publicado e enviado em 8 de março de 1960. A viagem foi feita por alguns agentes consulares acompanhados do professor Stuart Rothwell do Departamento de Geografia da Universidade de Miami, demonstrando o crescente interesse dos intelectuais estadunidenses pelo Brasil nos mais diversos campos de estudo.

A bordo de um Jeep eles cruzaram o estado do Rio Grande do Sul por duas vezes. O objetivo da empreitada era justamente levantar dados para compreender a fortaleza eleitoral do PTB. A descrição é detalhada e pormenorizada. A primeira viagem partiu em uma terça nublada e com garôa fina, deixando Porto Alegre às 6h30min da manhã em direção à cidade de Rio Grande. As pontes sobre o lago Guaíba haviam acabado de ser inauguradas, acelerando a viagem que antes era feita por *ferry boat*. O relatório observa que apesar de melhorias nas estradas feitas nos últimos anos, se as condições meteorológicas não fossem boas, a espera em congestionamentos de caminhões carregados com a produção agrícola podia demorar horas. As pontes entre Pelotas e Rio Grande eram constantemente castigadas pelas pesadas chuvas e tornavam-se quase intransitáveis em certos períodos do ano[207]. Pernoitados em Rio Grande, seguiram no outro dia para Pinheiro Machado e Pedras Altas e depois retornaram para Porto Alegre. Os oficiais se admiraram com a paisagem dos pampas – alguns dizendo que a região lembrava o interior da Virgínia. Uma de suas tarefas era conversar com os colonos, fazendeiros, trabalhadores urbanos, além de manter contato com prefeitos das pequenas cidades do interior.

O relatório concluiu que que Goulart e Brizola tinham conexões fortes no imaginário político dos gaúchos, produzindo uma identificação que, pela ligação com as lideranças, apresentava um favoritismo do Marechal Teixeira Lott no estado. Segundo os diplomatas, Brizola era particularmente admirado pelo povo, principalmente por sua trajetória de vida, visto como um homem de origem pobre que alcançou a posição de

[207] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Consular Fields Trip**. From Amconsulate Porto Alegre to Department of State. march 8, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil,1960-1063. Record Group 59, microfilm publication C-080, roll 1, frames 237-251. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

grande liderança política no Brasil por seus próprios méritos. Ademais, os estadunidenses notaram que a cultura política do estado era caracterizada por um nacionalismo forte, mas lembravam que havia uma admiração muito grande pelos EUA e que eles foram muito bem recebidos por onde passaram.

Em outro relatório sobre a viagem, um dos adidos para assuntos econômicos da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, Howard R. Cottam, apresenta a sua perspectiva. Ele acompanhou a equipe do consulado de Porto Alegre. O foco de Cottam era coletar as impressões sobre o desenvolvimento econômico da região e suas potencialidades. Todavia, o adido nutria um desprezo enorme por Brizola, questão reconhecida por ele próprio. Cottam relatou que apesar do discurso demagógico e não confiável de Leonel Brizola na política nacional, várias instituições e iniciativas estavam sendo feitas para conduzir um racional desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul. Principalmente os esforços da Universidade do Rio Grande do Sul (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) na tentativa de fechar acordos de parceira com o programa de cooperação técnica dos EUA em conjunto com o Ponto IV. Cottam destacou que era necessário dar uma atenção especial ao estado, um importante polo de produção agrícola do Brasil com mais de 5 milhões de habitantes[208].

Sobre sua viagem de quatro dias pela *Gaucholand* ele enfatizou duas impressões principais. A primeira era o fermento social e econômico presente na região; a segunda era a existência de sólido plano de desenvolvimento a longo-prazo feito, nas palavras do adido, à revelia das demagogias de Brizola. Cottam admitia que sua percepção era totalmente enviesada. Ele conhecia o governador de tempos anteriores, estava ali como Diretor da *United States Operations Mission* (USOM) com uma missão clara de observar as possibilidades de cooperação técnica para o Rio Grande do Sul. Entretanto, como ele mesmo afirma, ainda usava o "chapéu da embaixada". Ou seja, era impossível para Cottam não pensar Brizola a partir das crises que ele havia gerado com o serviço diplomático dos EUA. Pouco tempo antes da viagem, havia ocorrido a nacionalização da empresa *American Foreign Power Company* em Porto Alegre, preconizando outros episódios de desapropriação de empresas estadunidenses feitas pelo governo do estado nos anos seguintes. Além disso, ele lembrou com amargura a recusa de Brizola da ajuda

[208] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Memorandum: impressions of Gaucho Economic Development**. From American Embassy to Department of State. january 15, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil,1960-1063. Record Group 59, microfilm publication C-080, roll 8, frames 479-481. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

oferecida pelos EUA para combater as constantes enchentes que atingiram o estado no ano de 1959. O adido ainda diz que conhecia bem as táticas eleitorais do governador, acusando-o de ter se aliado aos neofascistas gaúchos do Partido Integralista, obtendo votos que o ajudaram a se eleger. Ou seja, Cottam não tinha intenções de manter um diálogo com o governador.

No entanto, ele ficou surpreso com a recepção. Desta vez, Brizola os recebeu em seu gabinete sem a presença da impressa ou de uma "fanfarra" e, com grande objetividade e clareza, descreveu seus planos básicos para a educação do estado. Para o adido, ele foi razoável em suas declarações e pedidos, condizentes com a conduta de um chefe de estado em uma sociedade democrática. Ainda, o diplomata afirmou que Brizola foi muito cortês, inclusive disponibilizando um carro oficial para o uso de Cottam e um auxiliar à sua disposição. Cottam relatou que, apesar da boa impressão, a visita não alterou a sua desconfiança em relação ao governador, apesar de respeitar o esforço que ele vinha fazendo pela da educação no estado: "As manifestações demagógicas de seu regime não são menos odiosas e as personalidades de destaque não são mais confiáveis do que antes, mas a direção de seus maiores esforços é um tanto reconfortante"[209].

Cottam sublinha que o importante do memorando era lembrar que existia por traz de Brizola instituições e grupos comprometidos com um renascimento da educação e do desenvolvimento baseado na democracia, com o intuito de levar o estado ao desenvolvimento econômico nas áreas da indústria e da agricultura. Era possível que o Ponto IV cooperasse com as universidades e com a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, mesmo que os objetivos de alguns grupos ainda não estivessem muito claros, era possível observar um senso de desenvolvimento avançado e uma crença na democracia. Cottam termina elogiando o cônsul de Porto Alegre, Percy Warner, como um sujeito extremamente bem-visto pelos gaúchos e dotado de uma compreensão sobre os interesses dos EUA no estado e a complexidade política e econômica da região.

O que fica evidente na construção das percepções é que suas visões estavam muito alicerçadas na crença do nacionalismo como uma força política atrelada aos comunistas no Brasil. Percebe-se o certo desespero para encontrar uma figura capaz de rivalizar com

[209] "*the demagogic manifestations of his regime are no less odious and high personalities no more trustworthy than before, but the direction of their more efforts are somewhat reassuring* U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Memorandum: impressions of Gaucho Economic Development**. From American Embassy to Department of State. january 15, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil,1960-1063. Record Group 59, microfilm publication C-080, roll 8, frames 479-481. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Jango e Brizola no Rio Grande do Sul, a fortaleza do trabalhismo. Essa compreensão sobre o nacionalismo brasileiro é extremamente complexa e se coaduna com processos que descrevemos no primeiro capítulo. Contudo, podemos identificar os processos endógenos dessa percepção, construídos sobre aspectos singulares sobre o Brasil. Esse é o caso de como o ideário envolveu o candidato do PSD à presidência.

2.2 Marechal Lott e a Espada de Ouro do "Ultranacionalismo"

Como parte dos esforços para mapear a campanha presidencial de 1960, em 25 de abril de 1960, o embaixador John Moors Cabot encontrou-se no Rio de Janeiro com Marechal Henrique Teixeira Lott, ex-Ministro da Guerra e, naquele momento, militar da reserva. Lott já havia sido apresentado como o candidato do PSD entre o final de 1959 e início de 1960. Naquele contexto, o marechal carregava um enorme prestígio nacional por ter comandado a ocupação da capital federal com tropas sob seu comando e garantido a posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart em novembro 1955, em um episódio que ficou conhecido na historiografia brasileira como "contragolpe preventivo" que freou as alas golpistas das Forças Armadas. Naquele momento, Lott encarnava a própria figura do legalismo no Exército Brasileiro que ainda permanecia fiel a Constituição de 1946, um dissidente que barrou o golpismo no Exército que crescia a passados largos. Entre 1956 e 1958, Lott teve um papel nodal na garantia da manutenção da ordem pública durante o governo JK, sobretudo, enquanto esteve à frente do Ministério da Guerra onde conseguiu manter a ala golpista sob controle[210].

Esse foi o segundo encontro entre o embaixador e o marechal. A reunião havia sido marcada porque, na primeira ocasião, o Marechal Odílio Denis – que segundo os informantes de Cabot era a verdadeira força por detrás da candidatura de Lott – não havia ficado satisfeito com as respostas e queria aprofundar alguns pontos que foram tratados de forma trivial na primeira reunião. Na verdade, o movimento era uma tentativa da campanha de Lott de melhorar a sua imagem perante o governo dos EUA[211].

[210] FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e a Política 1945-1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964, Terceira República (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
[211] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Transmittal of Memorandum of Conversation**. From American Embassy Rio de Janeiro to Department of State. April 27, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil,1960-1063. Record Group 59, microfilm publication C-080, roll 1, frames 476-480. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Na visão de Cabot, naquele dia Lott estava alegre e energizado, além de parecer sincero e sem hesitações em suas respostas. A primeira pergunta de Cabot foi o que o Marechal esperava do governo dos EUA caso fosse eleito. Lott disse que não gostava de contar com os ovos antes deles estarem no cesto[212]. Rapidamente, o militar trouxe o assunto da política de nacionalização do petróleo vigente no Brasil, demarcando sua posição pessoal e dizendo que a sociedade brasileira não queria rever essa questão e que, naquele momento, nenhuma pressão do estrangeiro era bem-vinda. De maneira contraditória, Lott afirmou que não achava que o governo dos EUA estivesse exercendo pressões para que o Brasil mudasse sua política com relação a Petrobrás ou que as companhias petrolíferas estadunidenses tivessem algum "propósito sinistro". Sem mesmo deixar o embaixador responder, Lott mudou de assunto falando das ferrovias. O marechal tentou dizer que grande parte dos desentendimentos nas relações entre o Brasil e os EUA estava no fato de que muitas pessoas não tinham conhecimento sobre os programas de ajuda externa em funcionamento no Brasil. Um exemplo era o empréstimo de $100 milhões de dólares para a reabilitação das ferrovias nacionais. Cabot respondeu que eles estavam ansiosos em aumentar a cooperação com o Brasil na questão dos transportes e que tinham linhas de crédito disponíveis para esse propósito. O embaixador retomou o assunto do petróleo tentando elaborar uma resposta, disse que o governo dos Estados Unidos não achava a política de nacionalização uma decisão sabia, mas que concordavam com o direito de discordar e que certamente não existia nenhuma pressão por parte deles para alterar esse entendimento.

Lott retomou sua fala criticando a presença de empresas estadunidenses no Brasil dizendo que havia a necessidade de alguma regulamentação nas remessas de lucro enviadas para o exterior. Este era um assunto polêmico e candente no debate político do período, considerado o grande motivador do sentimento antiamericano no Brasil. O marechal afirmou que um homem de negócios investindo capital nos EUA poderia considerar justo um lucro de 5% a 6% sob o valor investido. No Brasil, os investidores estrangeiros esperam lucros de 25%, 30% e até 60%. Lott defendeu a necessidade de reinvestir parte desses lucros no Brasil. Ele citou o caso de uma companhia de seguros estrangeira que no seu balanço anual apresentou um lucro de 100% e todo esse capital foi enviado para o exterior. Cabot protegeu os lucros estrangeiros dizendo que era normal um investidor esperar mais ganhos de um empreendimento no exterior e que inclusive ele

precisava desses lucros para que o capital fosse reinvestido no país. Lott respondeu dizendo que muito da insatisfação do povo brasileiro com os EUA era por conta dos péssimos serviços que algumas empresas estrangeiras prestavam no Brasil[213].

Em certa altura do encontro, Lott se disse consternado com a situação em Cuba e tentou tranquilizar o embaixador dizendo que não havia nenhuma chance de um processo parecido ocorrer no Brasil. Em um determinado ponto da conversa, o militar disse que os soviéticos estavam agindo para criar um desarranjo no comércio mundial. Afirmou que a URSS estava comprando algodão do Egito, café do Brasil e açúcar de Cuba não porque queria esses produtos, mas simplesmente para quebrar o padrão normal dos preços. Cabot brincou dizendo se ele achava que os EUA deveriam comprar o açúcar cubano mais barato com os russos e Lott riu.

O embaixador relatou no memorando que tudo levava a crer que o Marechal Lott tinha um posicionamento moderado e ele não representava uma ameaça aos investidores privados. A cordialidade entre os dois e as falas contraditórias de Lott evidenciam os graves problemas enfrentados por sua campanha, o encontro arranjado parece haver sido uma tentativa de amenizar a sua relação com os estadunidenses, mas que, apesar das considerações calorosas de moderação que Cabot atribuiu a Lott, essas não foram o suficiente para mudar a percepção dos diplomatas do serviço diplomático nem de Washington sobre o candidato.

Lott não recebeu um apoio enfático e decisivo de Juscelino Kubitschek na campanha presidencial. JK, mirando nas eleições de 1965, se limitou a dizer que apoiava plenamente a escolha de seu partido[214]. O presidente sabia que seu sucessor teria que adotar as medidas de estabilização monetária impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o único meio de cobrir os empréstimos consideráveis feitos ao Brasil nos anos anteriores, e, sabia também, que essas medidas seriam extremamente impopulares. Juscelino chegou a cogitar dar seu apoio a Juraci Magalhães como candidato à presidência. Naquele momento, Magalhães era presidente da UDN e essa seria uma estratégia para evitar que o PSD se desgastasse politicamente durante a crise econômica que se avizinhava[215].

---

[213] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Transmittal of Memorandum of Conversation**. Op. Cit.
[214] WILLIAM, Wagner. O **Soldado Absoluto: uma biografia do Marechal Henrique Lott**. São Paulo: Record, 2020.
[215] BENEVIDES, Maria Victoria M. **UDN e Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981, p. 109.

Jânio Quadros, o principal candidato da oposição, havia saído na frente pela corrida à presidência. Jânio já estava em plena campanha mesmo antes de a UDN e outros partidos de direita fecharem a aliança entre liberais e conservadores pela sua candidatura[216]. O sistema eleitoral brasileiro havia passado por importantes atualizações entre as eleições de 1955 e 1960, mas ainda era pouco restritivo e regulamentado sendo muito permissivo em relação à propaganda política antecipada. Isso permitia que os candidatos iniciassem as suas campanhas explicitamente com muita antecedência, mesmo antes do período oficial, que naquele ano seria em junho. A inovadora máquina de propaganda personalista de Quadros, sediada em São Paulo, estava em movimento colocando o candidato para viajar pelo país[217].

Ao longo de 1960, com a crescente polarização entre os dois candidatos, Lott teve que arcar com os custos da tragédia econômica que atingiu o último ano do governo Kubitscheck, principalmente, o aumento substancial do custo de vida. Quando os termos da aliança entre PSD e PTB foram finalmente fechados em fevereiro, Lott se viu em uma situação muito difícil. A primeira opção para vice na chapa era o ex-diplomata e ministro Oswaldo Aranha, um reconhecido líder petebista, nome que agradava grande parte do PSD e do PTB, porém, Aranha acabou falecendo subitamente em janeiro de 1960, antes da convenção oficial PTB[218]. Lott acabou tendo em sua chapa o vice-presidente João Goulart e com isso o apoio aberto de alguns setores da esquerda. Os maiores problemas vieram com a declaração pública de apoio de Luís Carlos Prestes, secretário do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade. No início de 1960, Prestes publicou um panfleto *Porque os Comunistas Apoiam Lott e Jango*. O documento era um chamado aos comunistas para construírem a campanha de Lott e continha como argumento central um ataque direto à política externa dos Estados Unidos na Guerra Fria. A maior justificativa para o apoio a Lott era que Jânio Quadros seria o representante das forças reacionárias e entreguistas apoiadas pelos EUA, enquanto Lott era a encarnação de uma união nacionalista e anti-imperialista[219].

---

[216] Alguns relatórios de consulados apontam para o atraso da campanha de Lott e a iniciativa da campanha de Jânio, como é possível ver em U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Electioneering in Bahia*. Consulado de Salvador para o Departamento de Estado. 4 de junho de 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 605-611. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[217] NICOLAU, J. As Eleições Presidenciais de 1960: Uma Análise A Partir Dos Dados Municipais. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro).** [Internet]. 2022. Jan;35(75), p.159–75.

[218] WILLIAM, Wagner. O **Soldado Absoluto: uma biografia do Marechal Henrique Lott**. São Paulo: Record, 2020.

[219] PRESTES, Luiz Carlos. **Porque os comunistas apoiam Lott e Jango**. Editorial Vitória, 1960.

Assente nisso, os grupos que passaram a compor a campanha de Lott eram muito diversificados. Apesar das tentativas dos coordenadores de campanha, não havia um controle central da propaganda e membros de alguns comitês produziam e distribuíam materiais independentes com a sigla Lott-Jango. Esses materiais muitas vezes continham duras críticas aos EUA à revelia das próprias opiniões pessoais do marechal. O encontro com o embaixador Cabot era uma tentativa de amenizar essa situação, o que explica a postura moderada do candidato diante do embaixador dos EUA.

Lott sofria as pressões dos novos tempos. O nacionalismo, que nos anos anteriores havia sido eficiente como força mobilizadora – muito bem aproveitada por Getúlio Vargas e por Juscelino Kubistchek para mobilizar um projeto nacional de desenvolvimento industrial – agora tornava-se, cada vez mais, um perigo associado ao comunismo aos olhos de Washington. Além do mais, os liberais e conservadores no Brasil souberam aproveitar essa preocupação do governo dos EUA para se contrapor às forças trabalhistas. Apesar de Lott haver condenado as ações de Fidel Castro em Cuba e ser abertamente contrário a retomada das relações diplomáticas com a União Soviética[220], Niles Bond e Philipe Raine emitiram um alerta ao Departamento de Estado sobre o apoio de Prestes à candidatura de Lott. Segundo os diplomatas, há meses os comunistas estavam se infiltrando nos grupos nacionalistas que cercavam a candidatura do militar, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo[221].

Aliado a isso, a UDN incitava o perigo vermelho nas classes médias cariocas e paulistas apontando Lott como um apoiador de comunistas. De outro lado, Prestes pressionava dizendo que, caso a chapa Lott-Jango fosse vitoriosa, seria com o apoio dos comunistas e, portanto, o marechal teria a obrigação de colocar o PCB na legalidade novamente. Diante das tensões geradas, a posição do Marechal foi ficando cada vez mais complicada durante a corrida presidencial. Afinal, ele era um militar que condenava o comunismo e a Revolução Cubana, mas recebia declarações e fazia campanha acompanhado nos palanques por comunistas e pelas principais lideranças nacionalistas do Brasil. As suas estratégias na corrida presidencial acabaram ficando totalmente

[220] LOUREIRO, Felipe. A Política Externa Brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964, Terceira República (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

[221] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quartely Political Review (October 1 - December 31)**. From Rio Embasy. January 7, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 007-019. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

comprometidas quando elementos da própria esquerda, desgostosos com as declarações de Lott contra Fidel Castro e Cuba, passaram a apoiar o Movimento Jan-Jan que estava decolando em São Paulo, defendendo a votação em duas chapas diferentes com Jânio Quadros para presidente e João Goulart para vice, isolando ainda mais Lott. Segundo Wagner William, o arranjo do Movimento Jan-Jan agradava os governistas do PSD, pois Jânio estava muito mais aberto à acordos eleitorais. Ao mesmo tempo, também agradava aos sindicalistas do PTB devido à presença de João Goulart na vice-presidência.[222].

A situação difícil de Lott foi relatada em diversos documentos pelo serviço diplomático dos EUA. Em *Marshall Lott Tangles with Students*, redigido em 13 de julho de 1960, narrou que o marechal se encontrou na cidade do Rio de Janeiro para uma conferência na Associação Brasileira de Imprensa patrocinada pelo Comitê Nacionalista Estudantil Pro-Lott-Jango – diversos movimentos intitulados "Lott-Jango" começaram a surgir na esteira do Movimento Jan-Jan que estava crescendo substancialmente e com amplo financiamento vindo de várias frentes, principalmente do empresariado paulista. O documento foi redigido pelo terceiro secretário da embaixada Thomas M. Tonkin. Segundo o diplomata, a conferência foi organizada pela campanha com o intuito de proporcionar a Lott um ambiente com chances de discutir com estudantes que o apoiavam. Segundo Tonkin, o plano deu errado pois o evento foi invadido por agitadores comunistas que tentaram pressionar Lott a dar declarações esquerdistas.

No relato escrito pelo diplomata, Lott foi interrompido diversas vezes durante as suas falas. A situação piorou quando o assunto Revolução Cubana entrou no debate. Tonkin relatou que comunistas pró-Fidel Castro tentaram fazer com que Lott desse declarações públicas de apoio à Cuba. Lott se recusou, argumentou que Fidel estava respondendo à violência que sofria com mais violência. Disse ainda que os cubanos precisavam resolver os seus próprios problemas. Isso provocou um forte protesto entre os estudantes presentes. Após inúmeras interrupções, Lott ficou vermelho e disse que não apoiava a visão dos EUA sobre Cuba e reiterou que também não concordava com as intervenções estrangeiras na ilha. Disse ainda que o Brasil deveria defender a unidade dos países nas Américas sem, contudo, se colocar a serviço de qualquer outra nação. A conferência terminou e um silêncio frio tomou conta do espaço. Não houve aplausos. Tonkin concluiu que Lott não era necessariamente um risco, mas que a sua campanha

[222] WILLIAM, Wagner. O **Soldado Absoluto: uma biografia do Marechal Henrique Lott**. São Paulo: Record, 2020.

estava dominada por elementos ultranacionalistas e fortemente influenciada por comunistas.[223]

Podemos ver a partir de outro exemplo em um evento de campanha de Lott em Santos. A importante cidade portuária paulista abrigava o único consulado dos EUA fora de uma capital. A principal atividade do Consulado de Santos era monitorar o funcionamento do importante porto e, principalmente, a influência dos comunistas nos sindicatos de estivadores. O cônsul Virgil P. Randolph III[224] respondia ao Consulado de São Paulo que, depois, encaminhava os relatórios para a Embaixada no Rio de Janeiro e para o Departamento de Estado em Washington. O diplomata relatava meticulosamente qualquer atividade suspeita, constantemente apontando as atividades culturais, palestras de professores e enviando relatórios com endereços e os perfis dos sindicalistas. O consulado de Santos deixou de funcionar em 1963, sendo totalmente incorporado ao consulado de São Paulo.

No documento, Virgil Randolph III relatou que Marechal Lott faria uma viagem como parte de sua campanha eleitoral pela cidade. O evento estava sendo patrocinado pelo Comitê Central de Coordenação Lott-Jango e pelo Comitê Nacionalista do Porto de Santos. Nessa viagem, Lott estaria acompanhado de alguns deputados federais, entre eles a deputada federal Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio que possuía uma grande influência no PTB paulista. A filha de Lott também estava presente. Aliás, Edna Lott, teve um papel central na campanha presidencial do pai, aparecendo em muitos outros documentos em ações de campanha pelo Brasil. No entanto, aos olhos do vice-cônsul de Santos, o nome que mais chamava a atenção na comitiva era o de Luís Carlos Prestes.

O cônsul relatou que um jornal santista fortemente influenciado por comunistas chamado *O Diário* anunciou a vinda de Lott dizendo: "os comunistas de Santos convidam as autoridades, trabalhadores e o povo em geral para um grande encontro com Lott-Jango a se realizar no dia 8, com a presença de Prestes, Edna Lott e outros nacionalistas". Randolph III afirmou que no mesmo dia o jornal *A Tribuna,* favorável a Jânio Quadros,

---

[223] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Marshall Lott Tangles with Students**. From Rio Embassy to Department of State. July 6, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 891-892. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[224] Há poucas informações sobre Virgil P. Randolph III, no antigo site do Departamento de Estado há um conjunto de obituários que contém um pequeno relato sobre o diplomata. Ele morreu em um acidente de carro no Brasil em 11 de setembro de 1997. Randolph III começou o seu serviço diplomático em 1955, passando por Haiti, Brasil, Venezuela, Irlanda, Barbados, Colômbia e assumiu postos no Departamento de Estado. Encerrou sua carreira em 1985 tento sido premiado pelos serviços prestados. Acesso dia 27 março de 2022: https://1997-2001.state.gov/publications/statemag/statemag_jun98/obituary.html

ignorou o evento com Lott, mas anunciou na primeira página uma matéria especial relembrando o Levante Comunista de 1935. Segundo o cônsul, um apoiador local de Quadros confirmou que essa manchete foi escrita de forma intencional com o objetivo de lembrar o povo de Santos da revolta dos comunistas contra Vargas em novembro de 1935, ação calculada para pronunciar que comunistas não eram nacionalistas, mas subversivos. O vice-cônsul relatou que o evento foi mediado por conhecidas lideranças sindicais e comunistas mapeados previamente pelo consulado. No relatório, ele lembrou que muitos desses nomes escreviam periodicamente críticas no jornal *O Diário* contra a presença dos investidores estadunidenses no Brasil e afirmavam que o governo brasileiro deveria seguir o exemplo revolucionário de Cuba.

O discurso de Prestes na tarde do dia 8 foi o mais esperado, e começou com duras críticas aos Estados Unidos. Lott não estava presente. Na percepção de Virgil Randolph III, aquela não havia a sido a mais enfática e popular fala de Prestes em Santos, pois poucos meses antes ele havia reunido quinze mil pessoas em um comício. Naquele evento não havia mais de duas mil, segundo o diplomata. A despeito da "falta" de apoio popular, o diplomata analisou a situação sob dois pontos. Disse que aquelas ações demonstravam a certeza de que os comunistas haviam solapado a base nacionalista da campanha de Lott com o objetivo de fazer propaganda antiamericana. Segundo, para o vice-cônsul, o evento era a prova do recente crescimento da presença de comunistas em Santos. Virgil fala com preocupação sobre o prestígio de Prestes entre as lideranças sindicais e indica que era uma demonstração de que as greves de estivadores eram comandadas pelos comunistas.

Na percepção do serviço diplomático dos EUA, a campanha de Lott estava impregnada pelo ultranacionalismo. Internamente, Lott não tinha controle sobre seus apoiadores e mesmo com posições moderadas, estava completamente dominado pelos comunistas. Essa interpretação sobre os políticos latino-americanos estava se tornando comum, principalmente a partir da Revolução Cubana, e se tornaria hegemônica dentro do *staff* presidencial de Kennedy nos anos seguintes. Não era necessariamente as opiniões pessoais de uma figura política que representava o real problema, mas as forças que a cercavam. Não havia muita diferença entre um comunista declarado e um líder nacionalista com forte apelo popular e favorável a reformas estruturais. Afinal, o perigo vermelho não agia na superfície, mas no jogo da subversão das ideias, agitando as camadas populares, entre trabalhadores urbanos e camponeses, fazendo com que essas lideranças nacionalistas fossem empurradas cada vez mais para a esquerda do espectro político, sem mesmo perceber ou desejar esse movimento.

As lideranças nacionalistas, principalmente os trabalhistas eram percebidos como sujeitos demagogos, politicamente imaturos, causadores de instabilidade e incapazes de enxergar o perigo que representava aquele nível de penetração do comunismo no Brasil. A Doutrina da Contenção não se concentrava mais apenas nas bandeiras com foice e martelo, mas contra qualquer um que levantasse a bandeira contra a presença do capital estrangeiro no Brasil. Isso era ainda mais preocupante no Terceiro Mundo, onde o problema não era a presença direta dos comunistas, geralmente sem chances de chegar ao poder pelo voto, mas os políticos dispostos a se aliarem com eles. Como argumentamos no primeiro capítulo, o alicerce da constatação de que a influência comunista na América Latina era enorme foi um dos argumentos utilizados para a intervenções, mas no fim, a questão sempre residiu em torno do nacionalismo, das reformas e das lideranças com forte apelo popular. Como afirmou Allen W. Dulles, diretor da CIA, "haveria problemas na América Latina mesmo se não houvesse comunistas[225]".

Nas primeira três décadas do século XX, o nacionalismo se tornou a grande força mobilizadora de uma revolução política e cultural no Brasil. Encorajou intelectuais a definirem e literalmente a inventarem uma cultura nacional. Durante o Estado Novo, o nacionalismo passou também a balizar os contornos dos problemas econômicos brasileiros, orientando um projeto nacional de desenvolvimento. Podemos ver nos textos de Cândido Mendes de Almeida e de Hélio Jaguaribe a definição de um nacionalismo como instrumento de mudança e a chave para o desenvolvimento econômico. O nacionalismo tornou-se a base filosófica do trabalhismo, encarnada nos anos de 1940 a 1960 pelo que os historiadores chamaram de "nacional-desenvolvimentismo". O nacionalismo representou o horizonte de expectativas do Brasil que se urbanizava e se industrializava em um ritmo nunca visto, tornando-se a promessa de ruptura com um passado colonial e o compromisso com um futuro independente das potências estrangeiras.

No clássico estudo do historiador E. Bradford Burns, o nacionalismo brasileiro durante os anos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart pode ser compreendido a partir de três características. Primeira, a mudança do eixo político da direita para a esquerda. Antes da década de 1930, era a direita brasileira que recorria a elementos nacionalistas na construção de um discurso político mobilizador, tendo em seu

[225] "There would be trouble in Latin America if there were no Communists". RABE, Stephen G. Dulles, Latin America, and Cold War Anticommunism. *In*: IMMERMAN, Richard (Org.). **John Foster Dulles and the Diplomacy of the Cold War**. New Jersey: Princeton University Press, 1981, p. 181.

cerne uma forte aproximação com o fascismo italiano e alemão, fazendo do nacionalismo um elemento patriótico. Após a cassação do Partido Integralista em 1937 – o maior partido de direita que apelou para o sentimento nacionalista – o eixo nacional se deslocou paulatinamente para o interior do trabalhismo e, consequentemente, para as esquerdas. Segundo Burns, os nacionalistas do período faziam uso de um léxico marxista – o que acabou por expor a críticas de que eram influenciados por comunistas. Todavia, isso não é apenas uma acusação falsa, mas uma simplificação sobre o nacionalismo brasileiro que obscurece qualquer esforço de entendê-lo. O segundo ponto apontado por Burns é que o nacionalismo brasileiro se organizou no entorno da crítica à dominação econômica estrangeira. Por fim, isso resultou em um esforço dos nacionalistas em concentrarem seus ataques aos Estados Unidos. Como lembrou Burns, isso fazia total sentido, afinal em 1960, os investimentos de capitais estadunidenses atingiram o patamar de 1,6 bilhões de dólares no Brasil, quase a metade de todo o capital estrangeiro investido no país[226].

Lott procurou desvencilhar-se da imagem de um político que poderia prejudicar as relações com os EUA. Apostou em uma proximidade com a embaixada e usou como estratégias a acusação de que Jânio Quadros seria um problema para os estadunidenses. A questão é que novamente os elos que interligavam o serviço diplomático à sociedade brasileira estavam inextricavelmente entrelaçados com as elites políticas de direita, principalmente a ala lacerdista da UDN. Com isso, mesmo Lott recusando o convite de Fidel Castro para conhecer Cuba e sendo abertamente contrário a aproximações com os soviéticos, isso não foi o suficiente para que as percepções sobre ele se modificarem, tornando-o uma figura perigosa aos olhos de Washington, principalmente pela sua relação com a esquerda brasileira. Jânio Quadros, por sua vez, aceitou o convite de Fidel Castro e apresentou desde cedo a ideia de uma conduzir uma política externa independente. Em relação a Quadros e a seus direcionamentos, o serviço diplomático fez uma leitura mais pragmática, muitas vezes carregada de justificações.

2.3 Jânio Quadros, o líder da Terceira-Força[227]

[226] BURNS, E. Bradford. **Nationalism in Brazil: a historial survey**. New York: Federick A. Preager Publishers, 1968.

[227] Para um estudo pormenorizado das relações Brasil-EUA durante o governo Jânio Quadros ver o livro a ser publicado. LARA, José V; MUNHOZ, Sidnei J; OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Desvendando o Enigma: as relações Brasil-EUA durante os governos Jânio Quadros e John F. Kennedy.**

A retórica eloquente e extravagante de Jânio Quadros não seduziu apenas parte do eleitorado brasileiro, mas atraiu também o serviço diplomático dos EUA no Brasil. O ponto mais polêmico da campanha presidencial, que gerou as maiores reverberações em termos de política internacional, foi a viagem de Jânio Quadros para Cuba a convite de Fidel Castro. O candidato foi acompanhado de uma comitiva bem peculiar formada por conhecidas lideranças da esquerda nacionalista e aliados políticos. A viagem adiantava a postura independente da política externa que seria adotada por Quadros em seus seis meses de governo. Porém, se explica também pelas estratégias da campanha eleitoral, medidas que foram consideradas necessárias para a vitória em uma eleição razoavelmente polarizada. Tentemos mapear a percepção do *staff* diplomático sobre Jânio e sua campanha.

Em 13 janeiro de 1960, a Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro preparou um cuidadoso documento intitulado *Quadros Campaign goes Nationalistic* preconizando que Quadros assumiria um tom mais nacionalista naquele ano eleitoral. O texto era um alerta e, ao mesmo tempo, uma justificativa ao Departamento de Estado sobre como seria o comportamento do candidato nos meses seguintes. O adido para assuntos políticos da embaixada, Harry A. Quinn, sob a supervisão de Niles Bond, analisou uma série de entrevistas e arengas políticas proferidos por Jânio entre o final de 1959 e o início de 1960. Quinn era um diplomata com razoável experiência. Em maio de 1960, ele e outros funcionário da embaixada receberam das mãos de Cabot medalhas por tempo de serviço. Segundo o Jornal do Commercio, ele já estava em serviço há dez anos no Brasil[228]. Quinn empreendeu esse esforço com o intuito de compreender as motivações nacionalistas de Jânio Quadros. No documento, ele afirma que não havia como avaliar com muita precisão a possível política externa do candidato, afinal, suas declarações eram sempre muito genéricas e vagas, mas seria possível registrar suas opiniões em alguns assuntos importantes para os interesses dos EUA. Segundo Quinn, Jânio estava fazendo acenos aos "ultranacionalistas brasileiros", fornecendo alguns indícios sobre qual política ele adotaria caso fosse eleito[229].

[228] VIDAL, BARROS. Gazetilha Diplomática. Agraciado por Tempo de Serviço. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1960.
[229] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Campaign goes Nationalistic**. From Rio Embassy to Department of State. January 13, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 040-043. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

O documento menciona algumas opiniões de Jânio Quadros, como sua posição favorável a manutenção do monopólio estatal do petróleo, ponto que estava bem delineado em sua carta de aceitação ao programa da UDN. Foram enviados juntos com o relatório anexos contendo uma série de entrevistas e declarações públicas de Jânio dadas ao longo de sua carreira política defendendo a Petrobrás. Em relação ao tema das remessas de lucro – outro ponto fundamental para Washington – Jânio mantinha posições muito parecidas com as de Lott, a necessidade de algum tipo de regulamentação ou limitação dos rendimentos enviados ao exterior[230].

Harry Quinn queria entender quais eram as pretensões de Jânio para a política externa brasileira. Segundo o diplomata, Quadros estava a repetir um chavão comum no debate político, e não muito bem elaborada, de que era necessária uma ruptura do Brasil com seu passado colonial. O candidato defendia a construção de uma nova política externa. Quinn usou como base para suas alegações uma mensagem que Jânio havia escrito apresentando-se como candidato à presidência na revista carioca Mundo Ilustrado, editada por seu amigo João Dantas, em final de 1959. Os diplomatas acreditavam que Dantas poderia ser um dos nomes indicados por Jânio para ocupar o Ministro das Relações Exteriores. No breve texto, Jânio tenta mobilizar uma visão de geopolítica de maneira superficial, dizendo que no início de 1960 o mundo assistia ao começo de uma década gloriosa em que as interesses da humanidade estavam sendo postos acima das divergências estéreis. Jânio defendia a busca de uma política de coexistência pacífica entre as nações, em um mundo livre das influências do imperialismo, do colonialismo e do neofascismo[231].

Para o adido essa era uma tentativa de definir um papel para o Brasil a partir de uma visão completamente utópica do mundo. O documento foi marcado a caneta, onde se delineou várias vezes a palavras "*independent".* Quadros teria dito que o Brasil não tinha nem amigos inseparáveis e nem inimigos irreconciliáveis. Harry Quinn compreendia que muitas das declarações eram feitas pensando nas consequências políticas da corrida presidencial, por isso o tom de justificativa do posicionamento mais nacionalista de Quadros sempre era explicada por esse contexto. A embaixada estava convencida de que a grande maioria dos "ultranacionalistas profissionais" se encontravam envolvidos com a campanha de Marechal Lott. A estratégia dos apoiadores do militar era tentar imprimir sobre Jânio Quadros a imagem de entreguista, representante dos trustes

[230] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Campaign goes Nationalistic**. Op. Cit.
[231] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Campaign goes Nationalistic**. Op. Cit.

internacionais e dos exploradores estrangeiros. Quinn tinha plena compreensão de que um político em campanha precisa sempre buscar a popularidade, e Quadros não deixaria que seus adversários vestissem sozinhos a "toga do nacionalismo[232]". Segundo o diplomata, Jânio avaliava que o sentimento nacional seria um dos principais mobilizadores da campanha presidencial e não poderia se abster do assunto[233].

O adido avaliou que desvencilhar-se das acusações de seus adversários não era uma tarefa fácil para Quadros, afinal, ele estava coligado com a UDN, partido reconhecido nacionalmente pelo rótulo de entreguista e de se alinhar com os interesses dos EUA. Todavia, Jânio não tinha muitas opções, pois a UDN era o único partido com uma máquina eleitoral de capilaridade nacional que poderia encampar sua candidatura e levá-lo à presidência. Como disse o diplomata, era um abraço sufocante, embora afetuoso. Segundo Quinn, Jânio tentou por diversas vezes se "libertar" das amarras impostas pela UDN, referindo-se, naquele momento, as recentes ameaças feitas pelo candidato de renunciar a corrida presidencial. Uma forma que Jânio encontrou de se desprender de uma identificação eleitoral e psicológica automática com a UDN. Apelar para uma campanha eleitoral nacionalista seria outra forma de demonstrar seu desprendimento e a sua independência diante da própria UDN[234].

Quinn enfatiza que isso não significava que Jânio Quadros havia caído em uma armadilha dos ultranacionalistas seguindo para uma panaceia eleitoral de maneira inconsequente. Em sua avaliação, Jânio era um político astuto que lia o cenário político com extrema precisão. Ele havia percebido após as eleições para o congresso em 1958, que todos os candidatos que apostaram no nacionalismo como discurso de campanha acabaram vencendo. Jânio mantinha seus ataques ao governo JK nos assuntos mais importantes como custo de vida, alimentação, instabilidade social e a corrupção. Mesmo quando ele falava para os ultranacionalistas, acabava trazendo suas críticas ao governo de Juscelino e apontando sua incapacidade de lidar com os problemas do país, além de enfatizar a necessidade de reformas domésticas e a reconfiguração da política externa brasileira.

A questão central para o adido era: "Em suma, ele realmente quer dizer aquilo que diz?[235]". Aqui adentramos a uma trama interessante. Segundo o diplomata, apoiadores de

[232] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Campaign goes Nationalistic**. Op. Cit.
[233] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Campaign goes Nationalistic**. Op. Cit.
[234] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Campaign goes Nationalistic**. Op. Cit.
[235] In sum, does he really mean what he says? U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Campaign goes Nationalistic**. Op. Cit.

Quadros estavam comprometidos em um esforço de realizar encontros privados com os funcionários da embaixada para justificar que os posicionamentos do candidato eram puramente para o consumo do público doméstico, portanto, não teriam efeito na sua conhecida postura pró-EUA, caso fosse eleito. Além disso, Quinn justificou que Quadros lançava suas declarações ultranacionalistas sempre em termos muito vagos, o que permitia uma larga margem de mudança de acordo com os contextos.

Ao mesmo tempo, em um exame mais detalhado, Quinn lembra que certamente seria muito confortável para a embaixada assumir que Jânio estava apenas emitindo um discurso eleitoreiro, mas infelizmente o histórico do candidato não fornecia base para tal suposição. Para Quinn, os partidos políticos no Brasil careciam de lealdade ideológica, qualidades que eram exceção e não regra. Jânio era conhecido por seu temperamento instável e imprevisível. Quinn conclui dizendo que não era possível prever as reais intenções de Jânio caso ele vencesse as eleições, porém, tudo indicava que ele seguiria uma política externa neutra com o tom de independência e na condenação do colonialismo[236].

Para os interesses do serviço diplomático, a questão cubana e o nacionalismo foram os eixos centrais da campanha de 1960. No interior do Itamaraty e no debate nacional, elementos de diversas matizes ideológicos defendiam a necessidade de uma postura mais independente e menos alinhada com os Estados Unidos, isso muito antes da PEI estar plenamente em vigor. Sob esse viés, um dos pontos altos do embate entre Lott e Jânio foi o convite feito por Fidel Castro aos dois candidatos brasileiros para visitar Cuba e conhecer os frutos da revolução. Lott recusou o convite de imediato, segundo William, o militar nutria um desprezo pessoal por Fidel Castro[237]. Jânio Quadros, por sua vez, vislumbrou a oportunidade perfeita para se blindar dos ataques de seus adversários que o acusavam de estar à serviço dos interesses dos EUA e, ao mesmo tempo, conseguiria demarcar ainda mais a sua posição de independência diante da UDN, principalmente, de Carlos Lacerda.

A comitiva que acompanhou Jânio em sua ida a Cuba foi politicamente eclética. Contou com a presença do senador Afonso Arinos de Melo Franco (UDN), dos deputados federais José Aparecido de Oliveira, Carlos Castilho Cabral e Paulo de Tarso Santos, dos deputados estaduais pernambucanos Murilo Costa Rego (PTB) e Francisco Julião (PSB).

[236] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Campaign goes Nationalistic**. Op. Cit.
[237] WILLIAM, Wagner. O **Soldado Absoluto: uma biografia do Marechal Henrique Lott**. São Paulo: Record, 2020.

O deputado baiano Juracy Magalhaes Junior (UDN), o publicitário Antônio Marzagão e os jornalistas: João Dantas, Carlos Castello Branco, Hélio Fernandes, Rui Marchucci, Carlos Mesquita, Luís Alberto Moniz Bandeira, Fernando Sabino, Rubem Braga e Murilo Melo Filho. Além disso, um dirigente das Ligas Camponesas, Clodomir Santos de Moraes, que acompanhou a viagem com a missão de levar uma carta do Partido Comunista Brasileiro para os dirigentes cubanos dizendo para Fidel não incitar polêmicas com Lott, pois isso poderia atrapalhar a estratégia do partido nas eleições[238].

Em 14 de março de 1960, o Consulado de São Paulo analisou os impactos da decisão de Quadros de visitar Cuba. Mesmo os jornais conservadores e, até mesmo, os favoráveis à Quadros, como o Estado de São Paulo, se posicionaram veementemente contra a viagem. Os editorais alertavam para as consequências e impactos nas relações interamericanas. Em entrevista ao Estado de São Paulo, Afonso Arinos justificou que a viagem objetivava reduzir as tensões entre Cuba e os EUA. Já a Folha de São Paulo, classificada pelos diplomatas como anti-Quadros, afirmou que se tratava de uma visita inútil, pois os problemas do Brasil e de Cuba eram completamente diferentes e a ilha estava passando por um caótico processo revolucionário. A Folha analisou o caso sob o viés eleitoral e afirmou que a real motivação de Jânio era refutar os ataques da campanha de Lott que o acusavam de entreguista. A solução encontrada pelo candidato seria afagar um ditador que encarnava o mais rancoroso antiamericanismo, diz o jornal[239].

Estes documentos ganham sentido em nossa tese ao apresentar a proximidade das relações entre os diplomatas e a elite política udenista. Se por um lado a embaixada no Rio criou um fluxo de mensagens positivas sobre Jânio, o Consulado de São Paulo exerceu um papel ainda mais central na campanha, agindo como um fiador das suas declarações nacionalistas. Os telegramas ajudaram Quadros a manter uma boa imagem perante à Casa Branca, mesmo quando suas ações eram radicalmente contrárias aos interesses dos EUA. Todavia, a viagem a Cuba desagradou aliados de Jânio, questão que foi comentada pelos agentes consulares. O cônsul geral de São Paulo, William P. Cochran Jr., relatou que membros da diretoria regional da UDN em São Paulo, entre eles um conhecido e responsável homem de negócios, confessou em uma conversa privada a um oficial do consulado que, meses atrás, ele previa uma vitória esmagadora de Quadros nas

[238] WILLIAM, Wagner. O **Soldado Absoluto: uma biografia do Marechal Henrique Lott**, Op. Cit.
[239] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Presidential Campaign Highlights, Week Ending March 11, 1960**. From Ancongen São Paulo to Department of State. March 14, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 284-287. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

eleições. Com o aceite da viagem à Cuba e outros fatores – não mencionados no documento – ele deixou de ser tão otimista. O irmão do governador de São Paulo, Luís Carvalho Pinto, comentou privadamente a outro oficial da embaixada que a viagem de Jânio era a pior e mais demagógica decisão que ele havia tomado durante a corrida presidencial. Segundo Luís Carvalho Pinto, Jânio seria capaz de retornar ao Brasil usando uma barba só para que algumas pessoas sem importância o saudassem como um Fidel Castro brasileiro. Cochran relata ainda que outro oficial do consulado foi procurado por influentes apoiadores de Jânio na tentativa de obter um convite para uma visita aos EUA como uma forma de contrabalancear sua ida a Cuba[240].

Cochran Jr. afirmou que era possível reconhecer em Jânio Quadros grandes habilidades políticas, ele era um homem astuto e afiado em suas declarações. Jânio conseguia transmitir aos diplomatas estadunidenses a imagem de que agia de maneira calculada e cuidadosamente planejada. Em vários documentos redigidos por Cochran ele classificou Jânio Quadros como *"crazy like a fox",* uma denominação comum em muitos outros documentos. Para o cônsul, Jânio acabava reagindo muito rapidamente aos acontecimentos e algumas vezes de maneira irracional. A viagem de Cuba se encaixava em um desses exemplos. Cochran aconselhou que o Departamento de Estado poderia esperar sinais positivos de Jânio na tentativa de contrabalancear a sua ida a Cuba com declarações favoráveis aos EUA e a outros países do ocidente[241].

Apesar do favoritismo de Jânio entre os diplomatas estadunidenses no Brasil, alguns agentes consulares avaliavam seus movimentos com certa cautela. Jânio era sempre caracterizado como habilidoso politicamente, mas, ao mesmo tempo, demagogo, visão compartilhada com os próprios dirigentes da UDN. A situação envolvendo os EUA na campanha piorou em maio de 1960, quando o jornal carioca Diário de Notícias e o periódico nacionalista "O Semanário" publicaram trechos de um boletim chamado *Hanson's Latin America Letter*, referido nos documentos e nos jornais brasileiros apenas como *Hanson's Letter*. Tratava-se de um boletim que circulava periodicamente nos EUA entre empresários, políticos e economistas com sugestões e análises de política externa para a América Latina. As informações sobre o conteúdo desse documento são fragmentárias, porém, desde meado de 1950 é possível encontrar menções ao documento feitas pela imprensa brasileira como uma importante fonte de informações sobre as

[240] U.S. DEPARTMENT OF STATE. Pre**sidential Campaign Highlights, Week Ending March 11**, 1960.
[241] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Presidential Campaign Highlights, Week Ending March 11, 1960**.

políticas do governo dos EUA para a América Latina. Particularmente os jornalistas do "O Semanário" utilizavam constantemente a *Hanson's Letter* como portado de informações para denunciar as intenções do imperialismo na América Latina.

Até onde nos foi possível averiguar, o boletim era de autoria de Simon Gabriel Hanson – intelectual estadunidense economista e especialista em América Latina. Ele atuava como editor-chefe de uma importante revista a *Inter-American Economic Affairs* editada em Washington desde 1949. Nos primeiros volumes da revista, Simon G. Hanson aparece como atrelado ao *Institute of Inter-American Affairs,* um dos institutos criado no interior do *Office of Coordinator of Inter-American Affairs,* durante a Segunda Guerra Mundial[242]. A *Hanson's Letter* parece ser um tipo de *newsletter* onde Hanson publicava periodicamente as suas impressões pessoais com sugestões sobre a política externa dos EUA na região. Ele também foi muito produtivo academicamente, escrevendo livros muito citados em estudos sobre o desenvolvimento latino-americano. Em 1951 ele publicou *Economic Development in Latin America: an introduction to the Economic Problems of Latin America*[243].

A edição da *Hanson's Letter* do final de 1959, apresentada pela imprensa brasileira em forma de denúncia, mostrava Jânio Quadros como o candidato favorito do governo dos EUA, pois ele seria a única figura capaz de abrir as portas para as companhias petrolíferas estrangeiras da mesma maneira que Arturo Frondizi havia feito na Argentina[244]. Em julho de 1958, Frondizi havia permitido companhias petrolíferas estrangerias – algumas subsidiárias de grandes multinacionais estadunidenses como a Standard Oil e a Texas Oil – terceirizando certos setores, como a exploração e em alguns casos até mesmo a extração de petróleo[245].

---

[242] Sobre a atuação do *Office*, ver VALIM, Alexandre Busko. **O Triunfo da Persuasão: Brasil, Estados Unidos e o Cinema da Política de Boa Vizinhança durante a II Guerra Mundial**. Alameda Editorial, 2017. Para entender melhor a história oficial em **History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs** (1947).

[243] Outras publicações de Simon Hanson: **Argentine Meat and British Market: chapters in History of Argentina Meat Industry** (1938). **Utopia in Uruguay: chapters in Economic History of Uruguay** (1938); **Five Years of the Alliance for Progress: an appraisal** (1967); **Dollar Diplomacy Modern Style: chapters in the Failure of the Alliance for Progress** (1970). Além de dezenas de artigos na revista que ele era editor.

[244] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Priority. Sent Deparment 323, Repeated Information Rio 124**. From Ancongen São Paulo to Department of State. March 21, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 549. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[245] GÓMEZ-LENDE, S. La Política Petrolera Argentina durante el Gobierno de Frondizi (1958-1962): un análisis desde la teoría de la acumulación por desposesión. **Espiral, revista de geografías y ciencias sociales**, *4(8)*, 75-102, 2022.

Em 20 de maio, Cochran emitiu um telegrama de alta prioridade ao Secretário de Estado, Christian A. Herter, informando que Quintanilha Ribeiro, o braço direito de Quadros na campanha, havia procurado o consulado de São Paulo para se antecipar dizendo que, a partir de agora, eles seriam obrigados a mudar o tom da campanha adotando um discurso ainda mais ultranacionalista, esquerdista e antiamericano. Uma tentativa de contra-atacar as acusações dos nacionalistas que estavam a pressionar o candidato. Cochran sugeriu que o Secretário de Estado fizesse uma declaração pública negando as relações da *Hanson's Letter* com o governo dos Estados Unidos[246].

No dia 23 de maio de 1960, Cochran recebeu a resposta do Secretário Herter dizendo que as avaliações contidas no boletim Hanson eram fruto da "missão de um homem só", tratava-se de um periódico com pequena circulação e pouca influência. Herter enfatizou que o boletim não balizava as decisões do Departamento de Estado e que seus pontos de vista não serviam para a formulação da política externa dos EUA. O Secretário terminou dizendo que o Departamento de Estado não se pronunciaria sobre a publicação do boletim, pois isso causaria ainda mais repercussões. Além disso, o cônsul Coachman Jr. estava autorizado a compartilhar as escusas de Herter desde que fosse em conversas privadas[247].

Para os parâmetros de comunicação vigentes à época, as diligências foram rapidamente orquestradas. No dia seguinte, 24 de maio, agendou-se um encontro com Quintanilha Ribeiro. Os diplomatas o chamavam como um *lieutenant* de Quadros, o principal coordenador de sua campanha. Ribeiro participou de um almoço na residência de um dos oficiais do consulado para uma conversa reservada. Ele estava muito preocupado com os artigos lançados pelo periódico "O Semanário", que acusavam Jânio Quadros de ser, nada menos que, um instrumento dos interesses dos Estados Unidos no Brasil. Tais narrativas compeliam Jânio e sua equipe de campanha a adotar uma postura mais antiamericana. Na conversa, Quintanilha fez menção ao oficial sobre uma notícia publicada na imprensa estadunidense – na revista *Times* ou no jornal *New York Times*,

[246] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Priority. Sent Deparment 323, Repeated Information Rio 124**. From Ancongen São Paulo to Department of State. March 21, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 549. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[247] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Your 323 repeated Rio 124.** From Department of State to Amconsul São Paulo. March 23, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 550. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

detalhe que lhe fugia à memória – a qual mencionava que os EUA não tinham com o que se preocupar em relação à viagem de Jânio a Cuba, pois ele era o "nosso menino[248]". Quintanilha queixou-se da publicação, argumentando que a matéria acarretava ainda mais dificuldades para as estratégias eleitorais[249].

O oficial retrucou que os Estados Unidos eram uma democracia e não havia como influenciar nos posicionamentos da imprensa. Acrescentou ainda que o Departamento de Estado não poderia adotar plenamente a perspectiva da *Hanson's Letter*, que prognosticava uma vitória fácil para Jânio. No entanto, assegurou a Quintanilha que suas reinvindicações seriam levadas ao Departamento de Estado, sugerindo ademais que a campanha poderia adotar uma postura mais à esquerda e antiamericana, embora Jânio Quadros pudesse dissociar-se dessas manifestações e da imagem de antagonista dos Estados Unidos, haja vista sua perspicácia política e boa orientação que recebia de seus conselheiros. Parece que a indicação do funcionário a Quintanilha implicava que seria aceitável se os materiais de campanha adotassem um tom mais contundente e antiamericano, desde que o candidato conseguisse evitar ser identificado com como um inimigo dos EUA.[250]

O predomínio de Jânio em face das opiniões do serviço diplomático reflete praticamente a mesma percepção mantida pelos udenistas em relação ao candidato: hábil, inteligente, porém imprevisível, mas o único capaz de subjugar a poderosa aliança entre o PTB e o PSD. As conexões entre a campanha de Jânio e o consulado de São Paulo evidenciam uma preocupação extrema em não perder o apoio dos diplomatas dos EUA, mesmo que estivesse lançando mão de um discurso nacionalista perante seu eleitorado, arenga frequentemente mais incisiva do que o de seu adversário, apoiado por forças nacionalistas e de esquerda.

Em 6 de junho de 1960, Philipe Raine, empreendeu outra análise, em uma tentativa de mapear as diretrizes da possível política externa de Jânio Quadros. Ele o fez fazendo uso de uma entrevista exclusiva que o candidato concedeu ao jornal O Globo e

---

[248] "Our boy". U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Conversation with Quintanilha Ribeiro, Political lieutenant of Presidential Candidate Janio Quadros**. From Ancongen São Paulo to Department of State. March 24, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 575-578. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[249] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Conversation with Quintanilha Ribeiro, Political lieutenant of Presidential Candidate Janio Quadros**. Op. Cit.

[250] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Conversation with Quintanilha Ribeiro, Political lieutenant of Presidential Candidate Janio Quadros**. Op. Cit.

de outras evidências. O Departamento de Estado estava ciente de que o conselheiro de Quadros para os assuntos de política externa era o jornalista João Dantas, proprietário do jornal Diário de Notícias e da revista Mundo Ilustrado. Segundo Raine, Dantas havia publicado em ambas as suas revistas ideias sobre política externa, levando a crer que essas ideias seriam implementadas caso Quadros fosse eleito[251].

A entrevista no jornal o Globo marcou a primeira vez onde Quadros abordou diversos tópicos de política externa com maior profundidade. Para Raine, as opiniões expressas estavam alinhadas com o pensamento de João Dantas sobre o papel do Brasil na Guerra Fria. O diplomata observou que Quadros se apossou da ideia de construir uma "terceira-força" em âmbito internacional. Embora o candidato não tenha utilizado as mesmas categorias analíticas de Dantas – não mencionou com o mesmo radicalismo que o Brasil vivia sob a tutela dos EUA, além de ter palavras simpáticas à OPA – para Raine, Quadros estava empregando uma nova tática para combater o comunismo, ao afirmar que o internacionalismo soviético era contrário ao verdadeiro sentimento nacional.

Nas suas declarações, Quadros advogava pela dinamização da política externa brasileira, alegando que historicamente esta se restringia a termos vitorianos. A interpretação exata desta afirmação é complexa. Segundo Raine, o candidato aspirava tornar-se líder de uma "terceira força", referindo-se a um grupo composto por Fidel Castro (Cuba), Jawaharlal Nehru (Índia), Gamal Abdel Nasser (Egito) e Marechal Josip Broz Tito (Iugoslávia). Quadros pela, primeira vez, abordava a ideia de uma política externa brasileira independente, posicionando-se entre a União Soviética e os Estados Unidos, dizendo sem renunciar às demais democracias amigáveis e preservando a soberania nacional. Ele argumentava que a ascensão desses novos líderes relegava ao passado a era da política baseada em ações belicosas. As potências econômicas e militares, agora, evitavam impor suas vontades pela força das armas. Com base na entrevista, Raine reportou que o plano de Quadros era ver o Brasil liderando uma coalizão de países africanos e asiáticos, justificando tal liderança pelas raízes econômicas, raciais e sentimentais compartilhadas com esses povos. Nesse cenário, o Brasil desempenharia um papel central no despertar do mundo Afro-Asiático em seu inevitável caminho rumo à emancipação política[252].

[251] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Defines His Foreign-Policy Position**. From Embassy Rio de Janeiro to Department of State. June 6, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 657-560. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[252] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Quadros Defines His Foreign-Policy Position**. Op. Cit.

Como observado anteriormente, o serviço diplomático dos EUA no Brasil antecipou a movimentação da política externa brasileira em direção à postura independente desde o final de 1959 e início de 1960. O aparente desinteresse do governo Eisenhower pela Operação Pan-Americana e a tentativa de reconciliação por meio da viagem presidencial para a inauguração de Brasília foram esforços para conter o avanço do nacionalismo e do sentimento antiamericano no Brasil. O que geralmente não é considerado pelas análises dos diplomatas estadunidenses é a compreensão das transformações ocorridas no país em direção à internacionalização da economia e ao desenvolvimento industrial. A intenção do governo de JK era posicionar certos setores da indústria brasileira em mercados em regiões como Leste Europeu, Ásia e África. A maior participação do capital estrangeiro durante os anos de JK gerou uma reação ainda mais forte dos grupos nacionalistas contra a presença dos investidores estadunidenses.

Jânio não formulou essas propostas de política externa com o aprofundamento da postura de independência no vácuo. Quando foi eleito deputado federal pelo Paraná em outubro de 1958, ele não compareceu a nenhuma sessão do Congresso Nacional. Jânio usou sua posição como deputado para empreender uma viagem pelo mundo com o objetivo de viabilizar sua candidatura à presidência. Ele visitou vários países do chamado Terceiro Mundo e outros destinos, incluindo África do Sul, Japão, Turquia, Egito, Israel, Iugoslávia e União Soviética, além de outros países da Europa Ocidental. Foi após essas viagens que Jânio passou a usar os "slacks" – uma espécie de vestimenta indiana – como símbolo de seu comprometimento com o mundo em desenvolvimento. Conforme analisado por Jefferson Queller, Jânio buscava associar sua imagem à de Nasser, líder egípcio que havia recentemente nacionalizado o Canal de Suez, enfrentando as poderosas potências ocidentais, além de ter implementado um programa de reforma agrária no país. Para Queller, houve um esforço em tipificar Jânio como alguém capaz de confrontar os interesses internacionais adotando simbologias de outras lideranças do Terceiro Mundo[253].

O fato é que a viagem a Cuba teve enorme repercussão no país. Em 25 de julho de 1960, John M. Cabot reportou que Carlos Lacerda havia concedido uma entrevista a um canal de televisão no Brasil dizendo que o povo brasileiro podia não concordar com as ações de Fidel Castro – afinal, ele estava "traindo a revolução" – mas ele, particularmente, não toleraria que os Estados Unidos tocassem em um só fio de sua

[253] QUELLER, Jefferson J. **Entre o Mito e a Propaganda Política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. 2008.

barba[254]. Lacerda fez duras críticas ao governo Eisenhower evocando o argumento de que nos últimos oito anos a América Latina havia sido abandonada e que a viagem do presidente estadunidense ao Brasil foi inútil em termos diplomáticos. Essa mesma avaliação estava presente em outra entrevista do udenista para o *New York Times* dias antes. Na ocasião, ele foi questionado pelos jornalistas sobre as sinalizações simpáticas de Quadros com Fidel e como isso poderia afetar a campanha presidencial. Outras figuras como o deputado Paulo Tarso (PDC), um dos conselheiros de Jânio para assuntos internacionais, bem como o presidente da câmara Auro de Moura Andrade, teceram duras críticas enfatizando a ideia de abandono da América Latina e até mesmo mencionado a possibilidade de aprovar sanções contra os EUA na ONU por suas pressões sobre Cuba[255]. Alguns dias depois, no dia 27 de julho de 1960, Cabot relatou que Jânio Quadros, em uma entrevista ao *Jornal do Brasil*, disse que, se eleito, empreenderia uma visita comercial para fechar acordos com Abdel Nasser, Sukarno, Fidel Castro e a Nikita Khrushchev. Jânio teria dito que alguns comunistas eram menos perigosos do que alguns políticos brasileiros. Além disso, ele visitaria também a América do Norte e do Sul para promover a Operação Pan-Americana[256].

O nacionalismo permeava os debates políticos, enquanto a Guerra Fria instigava os ânimos e fomentava uma visão radical entre os *"cold warriors"*. Contudo, tais nuances eram discernidas e interpretadas pelos agentes no campo, cujas percepções dos candidatos eram moldadas pelas interações com as elites brasileiras. Cabot e outros membros do corpo diplomático se viam frequentemente abordados e influenciados por membros de partidos políticos e figuras das elites locais. Quanto às personalidades, Lott adotava uma retórica mais comedida em comparação à Jânio Quadros, ainda que compartilhasse o palanque com líderes de orientação mais progressista. Em nosso trabalho, evidenciamos a astúcia de Jânio ao lidar com os Estados Unidos, alcançando seus objetivos por meio de estratégias de barganha e, por vezes, até mesmo de chantagem.

---

[254] [...] "nevertheless not tolerate that US "touch one whisker his beard".

[255] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Cuba Series Embptel 163, July 20**. From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State e Amembassy Havana. July 25, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 889-890. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[256] U.S. DEPARTMENT OF STATE. *G-16*. From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State. July 27, 1960. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 1, frames 895. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

CAPÍTULO III. O Desenho do Caos: A Crise da Renúncia e a Campanha da Legalidade

Um diplomata em particular assumiu uma posição de extrema importância na crise da renúncia de Jânio Quadros. William Pearsol Cochran Jr. nasceu em Maryland em 15 de dezembro de 1902, formou-se na *United States Naval Academy* em Annapolis (MD), tempos depois, exerceu também a função de instrutor no *Army War College*. Iniciou sua carreira diplomática em 1928, na Nova Zelândia, primeiro na cidade de Auckland e posteriormente em Wellington, onde permaneceu até 1932[257]. Entre 1945 e 1946, foi subchefe e depois chefe da *Division of Caribbean and Central American Affairs* no Departamento de Estado[258]. Antes de chegar ao Brasil, Cochran também passou por postos de trabalho em cidades como San Salvador, Lima, Veracruz, Moscou, Berlim e Budapeste. Em janeiro de 1949 desembarcou no Rio de Janeiro pela primeira vez para assumir o cargo como conselheiro da embaixada dos EUA[259], porém, sua estada foi breve, sendo transferido para Taipei, na ilha de Taiwan e depois para Suécia.

Transcorridos nove anos, em meados de 1959, no contexto do esforço de reestruturação do serviço diplomático, concomitante à chegada de John M. Cabot, Cochran foi convocado de seu posto em Estocolmo, sendo chamado de volta ao Brasil. Naquela conjuntura, ele acumulava mais de três décadas de serviço diplomático e estava próximo de se aposentar. Desta feita, assumiu como cônsul-geral do Consulado de São Paulo, em substituição à aposentadoria de Richard P. Butrick. O periódico *Correio Paulistano* noticiou sua chegada destacando sua trajetória militar e formação acadêmica em Harvard, embora não tenha especificado o campo de estudo. Conforme mencionado pelo jornal, o *Army War College*, onde Cochran atuara como instrutor, equiparava-se a uma instituição análoga à Escola Superior de Guerra (ESG) no Brasil. Ao analisarmos seu percurso diplomático, observamos que Cochran perfilava-se como um *cold warrior* com vasta experiência na Europa e na América Latina, tendo atuado em nações-chave em momentos cruciais da Guerra Fria.

É notável como um oficial do serviço diplomático, com tamanha experiência acabou assumindo a posição de cônsul-geral em São Paulo. Uma demonstração de como

[257]THE LONDON GAZETTE. **Foreign Office.** May 31, 1929, p. 5565.
[258] DEPARTMENT OF STATE. **Foreign Relations of the United States, 1946. The American Republics, Volume XI.** BRADEN, Spruille. The Secretary of State to the Guatemalan Ambassador (Gárcia Granados). May 23 de 1946. Acesso em 21/04/2023.
[259]CORREIO DA MANHÃ. **Novos Conselheiros da Embaixada e Adido Comercial Norte Americanos.** 26 de Janeiro de 1950. Acesso em 21/04/2023.

a preocupação com o Brasil aumentava no cenário hemisférico mesmo antes da Revolução Cubana se consolidar e o governo de Fidel Castro assumir uma postura ao lado dos soviéticos. Pelo seu currículo, Cochran poderia ter sido embaixador, porém, acabou por se aposentar em final de 1963. Quando analisamos de maneira mais cuidadosa sua atuação em São Paulo, percebemos que o consulado em questão possuía uma grande importância e atuava com ampla independência, quase como uma segunda embaixada. Com os estudos atuais avançando no sentido de mapear como a ajuda econômica da Aliança para o Progresso foi distribuída aos estados da federação com o intuito de desestabilizar o presidente João Goulart[260], percebemos como os consulados assumiram um papel fundamental na tomada de decisões do governo Kennedy e na percepção sobre os locais que deveriam ou não receber recursos dos programas de ajuda externa.

Analisar a perspectiva de Cochran sobre o Brasil torna-se então um exercício fundamental e que pode ser feito pela sua posição na comunidade diplomática dos EUA. Uma das fontes primárias fundamentais para o nosso trabalho de análise das percepções dos diplomatas sobre o Brasil foram as publicações da *The American Foreign Service Association* (AFSA). Trata-se de uma associação profissional fundada em 1924, exclusiva para os funcionários diplomáticos à serviço do governo dos Estados Unidos. Muitas vezes o próprio secretário de Estado – como foi o caso de John Foster Dulles – ocupava também a presidência da associação. A AFSA mantém a revista *Foreign Service Journal* (FSJ), um periódico mensal escrito pelos próprios diplomatas em campo. Ali falava-se de diversos temas, além de publiocarem resenhas de obras consideradas importantes, artigos discutindo a política externa em diferentes locais do mundo, bem como matérias sobre os desafios da profissão e o futuro do serviço diplomático estadunidense. No período de 1960 a 1964, a revista estava carregada de propagandas de carros, cigarros, mobílias requintadas e whisky, mas também constituía um importante espaço de debates. É possível encontrar artigos menos comprometidos com a rotina diplomático e com a linguagem burocrática dos telegramas oficiais, constituindo uma espécie de ambiente literário. Outra contribuição fundamental do periódico para o presente estudo é a listagem feita por todas as edições da revista das promoções e das trocas de postos de comando entre os associados. Assim, é possível acompanhar o movimento dos diplomatas estadunidenses pelo mundo, incluindo os seus obituários.

[260] LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-Guerra**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

William P. Cochran, Philip Raine, Niles Bond, John M. Cabot, Lincoln Gordon, entre outros funcionários do serviço exterior que atuavam no Brasil também escreviam periodicamente artigos para a *Foreign Service Journal*. Entretanto, o cônsul de São Paulo foi um dos membros mais ativos nos debates, pautando problemas, criticando a estrutura do Departamento de Estado e dialogando com os editores da revista. Em um exemplo da diversidade dos assuntos tratados, em junho de 1944, Cochran escreveu um bem-humorado artigo intitulado *An Apple for the Teacher*, sobre sua saga para conseguir um apartamento em Washington durante o período da Segunda Guerra. Narrou como, com certa esperteza, ele conseguiu convencer uma agente imobiliária a alugar um apartamento escrevendo uma piada em um telegrama[261]. Em outro artigo publicado em março 1963, com o diplomata já aposentado, Cochran criticou duramente os métodos de seleção adotados para a contratação de novos diplomatas, dizendo que os Estados Unidos estavam perdendo a qualidade de seus servidores no exterior por conta de seleções pouco criteriosas[262].

Em setembro de 1953, Cochran escreveu um interessante artigo para a FSJ intitulado *A Diplomats: Moments of Truth*, elencando alguns pontos sobre a complexidade do trabalho que exercia. O artigo é uma reflexão sobre a prática de escrever relatórios e memorandos, e acaba se convertendo em um importante relato sobre o movimento mental dos diplomatas ao redigir seus telegramas. Cochran destacou como a vida de um diplomata era repleta de armadilhas. Havia aquelas comuns ao trabalho, conhecidas e visíveis aos olhos, como as pressões sofridas pelos agentes em campo em outros países. Todavia, outras forças, intrínsecas à profissão, exigiam uma maior sagacidade, pois estavam contidas no âmago dos próprios indivíduos. Ele cita três mais ardilosas, consideradas por ele os *Moments of Truth*. Cochran apropria-se desse conceito originalmente utilizado em touradas, fazendo um exercício pedante e um tanto diletante – muitos artigos da FSJ eram escritos nesse tom, como uma demonstração de erudição que, em nossa leitura, soa um tanto exagerada, mas parecem fazer parte de um campo de disputas intelectuais. O momento da verdade era aquele em que o toureiro não pode hesitar e perfila com a espada no ponto vulnerável do touro. Se mitigar e atingir o ponto

[261] COCHRAN, William P. An Apple for the Teacher. **The American Foreign Service Journal**. Baltimore: volume 22, n. 1, p. 310-312, Junho, 1944.
[262] COCHRAN, William P. Our Third-Rate Diplomacy: is it good enough?. **The American Foreign Service Journal**. Baltimore: volume 40, n. 3, p.25, Março, 1963.

errado, como um nervo ou um músculo, o touro poderia atravessá-lo com os chifres. Ele diz, na prática diplomática havia vários *Moments of Truth*[263].

O primeiro momento começa assim que o diplomata termina uma reunião no ministério das relações exteriores do país onde atua ou quando tem um encontro com um funcionário do governo estrangeiro. Por mais insignificante que o assunto pareça, ele deve redigir imediatamente um memorando detalhado da conversa para seus registros e de seu governo. Enquanto sua cabeça revisa o que ele disse e o que o funcionário do país estrangeiro respondeu, o diplomata fica sob uma pressão quase insuportável, afirma o Cochran. Se mal reconhecida, esta influência poderia levá-lo a relatar ao seu governo um ponto de vista mais habilmente ou mais fortemente efusivo do que realmente foi. Ele alertava para o fato, comum a todos nós, de que é depois do debate ocorrido que vem a cabeça as melhores palavras, no momento da conversa nem sempre temos a felicidade de encontrar a expressão que agora nos ocorre. A tendência, então, é relatar o desejo como se fosse fato: pois é natural, diz Cochran, que o ser humano queira se apresentar da melhor maneira possível. Seu conselho era que o diplomata deveria resistir a essa tentação[264].

Ele cita um caso conhecido entre os diplomatas estadunidenses e frequentemente narrado como uma lição. Uns vinte ou trinta anos antes, ocorreu uma reunião entre um embaixador francês e o Ministro das Relações Exteriores da China, onde ambos desejavam conseguir o apoio dos Estados Unidos para um tema específico. Ao enviarem seus relatórios, os dois pareciam não falar da mesma conversa. Cada homem relatou ter dominado o outro com a habilidade retórica e lógica, cada um apresentou-se como o mestre da persuasão, tendo convencido o outro do seu ponto de vista. Esse era um perigo a ser evitado ao máximo, alerta o diplomata. Assim, era necessário concentração na escrita das notas e dos memorandos, o diplomata devia ser meticuloso e usar precisamente as mesmas palavras que foram faladas durante a conversação. Passado o momento, era tarde demais para expandir, explicar ou enfeitar o relatório. Isso deveria ser feito nos comentários elaborados separadamente. O objetivo devia ser um relatório preciso com um grau exato de concordância, nem mais, nem menos. Se não o fizesse, poderia induzir o seu governo ao erro, levando seus superiores a tomar decisões equivocadas[265].

[263] COCHRAN, William P. A Diplomats: Moments of Truth**. The American Foreign Service Journal**. Baltimore: volume 30, n. 9, p.23, Setembro, 1959.
[264] COCHRAN, 1959, Op. Cit.
[265] COCHRAN, 1959, Op. Cit.

Era extremamente necessário relatar o próprio fracasso em suas tentativas de convencimento. Cochran afirmava que os diplomatas temiam que os legisladores, dali cinco ou seis anos, usando o poder do retrospecto, classifiquem suas decisões como ingênuas, tolas ou até mesmo como um traidor. Seria essa a fonte de uma pressão insuportável, causando a tentação de temperar suas palavras. Assim, havia sempre a ideia de relatar a tendência como um pouco mais favorável ou desfavorável do que realmente foi. Todavia, o diplomata não poderia deixar que esses medos o dominassem, que essa sútil vontade interna constante tomasse conta de seus relatos.

> O mais insidiosamente sedutor, e por isso mesmo, o atrativo que dever ser cuidadosamente evitado, é o sutil impulso de fazer seus próprios esforços de negociação parecerem, em seus relatórios, um pouco mais habilidosos do que realmente foram[266].

Obviamente que essa preocupação era constante na mente dos diplomatas. Entretanto, seguindo as abordagens metodológicos de Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Renouvin, os homens de Estado não agem racionalmente conscientes de todas as *forças profundas*[267] que agem sobre eles. Obviamente, podemos considerar os historiadores como parte dos "legisladores" dos quais Cochran se queixa, pois estamos munidos do poder do retrospecto e podemos observar eventos e fatores que naquele momento ele não poderia considerar. De qualquer forma, é interessante notar que problema da precisão dos relatórios era um fator em pauta. Cochran inclusive advogou que aqueles que mentiam em seus registros eram indignos do trabalho e da confiança de seu governo. Contudo, o que o diplomata não podia compreender é justamente a teia ideológica pela da qual ele mesmo tecia suas análises.

É evidente em vários momentos que, por mais que esses esforços de objetividade e meticulosidade estivessem presentes no ato da escrita, era difícil captar algumas influências que direcionavam a visão dos diplomatas em um determinado sentido, muito alicerçadas nas percepções descritas no primeiro capítulo. De fato, muitos dos relatórios historiados surpreendem pela precisão da descrição factual e do nível de informações que eles possuíam, além da capacidade de análise, revelando uma compreensão sóbria em muitos casos – se considerarmos, claro, o conjunto de interesses dos Estados Unidos no Brasil.

---

[266] "The most insidiously seductive, and hence the allurement most sedulously to be avoided, is the sly urge to make his own efforts at negotiation appear, in his reports, just a little more adroitly proficient than they actually were". COCHRAN, William P. A Diplomats: Moments of Truth**. Foreign Service Journal**. Baltimore: volume 30, n. 9, p.23, Setembro, 1959.

[267] DUROSELLE, Jean-Baptiste. RENOUVIN, Pierre. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

Neste capítulo analisaremos como os diplomatas engendraram uma percepção sobre o Brasil como um local caótico e autodestrutivo, completamente incapaz de solucionar os seus próprios problemas sendo, paulatinamente, construída na mentalidade dos diplomatas, uma imagem de desordem alicerçada na desilusão com o governo Jânio Quadros e no julgamento *a priori* de uma suposta incapacidade administrativa de João Goulart. O mais fundamental desta percepção é que ela foi formulada com estreita ajuda e coparticipação orgânica das elites regionais. Um exercício conjugado a partir colaboração de certas alas da política brasileira em uma relação de reciprocidade, de benefícios e de custos, mas que se alinhavam de modo a colaborar com os círculos tradicionais de poder. Cada vez que nos aproximamos do caos institucional que antecedeu ao Golpe Civil-Militar de 1964, mais os agentes históricos desenham o Brasil como um beco sem saída, em direção onde seria inevitável a vitória do comunismo.

A Aliança para o Progresso, concebida como um projeto de modernização com um sentido discursivo de rompimento de antigas relações de poder de herança colonial ou – para usar os conceitos rostowianos – a superação de um mundo tradicional, acabou assolada pelas dinâmicas da Guerra Fria, servindo como um mecanismo de financiamento das elites brasileiras para a manutenção de seus redutos de poder. A Aliança, que tanto promulgou o discurso do desenvolvimento em direção à modernidade, acabou por servir como reforço das estruturas tradicionais há muito tempo consolidas no interior do país. Muito disso se deve a essa relação de proximidade entre o serviço diplomático dos EUA e as elites brasileiras.

Uma evidência interessante sobre a relação dos cônsules com as elites brasileiras são as colunas sociais dos jornais locais. Os cônsules, vice-cônsules, *foreign officers* e adidos espalhados pelo Brasil, construíam relações íntimas com os grupos de interesse da política nacional. É comum encontrar relatos de participação em festas, jantares, passeios e outros eventos com a presença de estratos sociais mais ricos e em parceria com o serviço diplomático estadunidense[268]. Em documentos da própria FSJ, encontramos dados que mostram que o salário médio de um cônsul poderia girar em torno de 10 mil dólares mensais, um valor extraordinariamente alto para o período, fazendo com que claramente, esses sujeitos fizessem parte dos estratos mais altos da classe social nas capitais brasileiras. Em sua entrevista a *Kennedy Library*, Lincoln Gordon relatou que sua recusa

[268] O JORNAL DO RIO DE JANEIRO. **Festiva Recepção ao "Caronia' em sua 1. Viagem Festiva à Guanabara – turistas americanos no barco inglês – milionários, magnatas do petróleo e capitães de indústria entre os passageiros**. 26 de janeiro de 1950, p. 8.

a indicação para Assistente Especial de Assuntos Latino-Americanos em Washington se deu por motivos salariais. Os ganhos como assistente especial eram baixos se comparados ao cargo de embaixador. Cochran e sua esposa, por exemplo, frequentemente organizavam almoços na Câmara Americana ou na União Cultural Brasil-EUA em São Paulo, contando com a participação da alta sociedade paulista. Participavam da premiação de bolsistas do Ponto IV[269]. Em colunas sociais, ofereciam suntuosos coquetéis e jantares[270], promoviam peças de teatro e acompanhavam celebridades estadunidenses em seus shows pelo Brasil[271].

Essa relação orgânica, de interesses mútuos, logicamente não poderia ocorrer de outra maneira. O serviço diplomático criou conexões muito próximas com figura políticas brasileiras consideradas facilitadoras de seus acessos aos espaços e a setores de interesse financeiro no Brasil. Industrialistas, empresários, padres, militares, políticos de alas liberais e conservadoras; setores da sociedade brasileira reconhecidamente admiradores do *american way of life*. O que serviu de argamassa para esses interesses diversos foi o anticomunismo. Seria ingenuidade imaginar que os diplomatas dos EUA se consultassem com políticos nacionalistas, intelectuais de esquerda, estudantes, camponeses ou líderes sindicais, ainda mais em um período tão conturbado como o início dos anos 1960. Todavia, apesar da preocupação em redigir telegramas isentos, o que parece ser imperceptível à crítica do serviço diplomático são as forças atrativas que as elites brasileiras exerciam e o quanto elas utilizaram dos mecanismos de financiamento internacionais para alcançar os seus próprios interesses, alterando a rota dos acordos internacionais assinados e distorcendo em certa medida os programas de ajuda externa. É um exercício complexo compreender até onde Cochran entendia o quão absorvido ele e os seus colegas estavam pelas pautas da política local.

A visão sobre o governo Jânio Quadros e a crise que se instaura com a Campanha da Legalidade de Leonel Brizola fornecem exemplos maiores desse movimento mental. Como vimos no capítulo anterior, Jânio, que foi a aposta da ala liberal-conservadora para derrotar a aliança dos trabalhistas, acabou por ensejar no governo dos EUA uma esperança de reaproximação com o Brasil. Era o momento em que a política externa no Itamaraty se distanciava dos EUA, principalmente com os descontentamentos do governo

[269] CORREIO PAULISTANO. **Entrega de Certificados a Ex-Bolsistas do Ponto IV.** 28 de outubro de 1959.
[270] BOJANO, Irene. **São Paulo Social**. Correio Paulistano, 23 de outubro de 1959. PACHECO, Mattos. **Ronda Social**. Diário da Noite de São Paulo. 27 de junho de 1961. p. 14.
[271] DIÁRIO DA NOITE. **Com Helen Hayes Chegou Ontem, Estreia Amanhã, A American Repertory Company**. 27 de setembro de 1961, p. 14.

Juscelino Kubitscheck (JK) com a falta de entusiasmo com a Operação Pan-Americana. Jânio, mesmo com uma campanha extremamente nacionalista, com sinalizações claras de um preâmbulo de política externa independente, recebeu o apoio velado do governo dos EUA contra seu adversário Marechal Henrique Teixeira Lott durante a campanha. Como presidente eleito, recebeu novos e renegociou antigos empréstimos com bancos internacionais com o aval do governo Kennedy. Como dito no início do capítulo, não vamos adentrar aos fatores internos das relações entre Jânio e o presidente dos EUA, tema abordado em outro de nossos estudos. Portanto, trabalharemos apenas com a questão da renúncia e da campanha da legalidade, momento em que João Goulart assumiu a presidência do Brasil, para a surpresa e para o desgosto do serviço diplomático estadunidense.

3.1 A Renúncia Inesperada: Abraçando as Interpretações Lacerdistas

Jânio Quadros converteu-se em um dos mais controversos presidentes da História do Brasil. Seu estilo excêntrico e pouco previsível, aliado ao seu modo peculiar de fazer política, revolucionou a propaganda personalista simbolizada pela vassoura. Dos ternos amarrotados aos cabelos desmantelados e os sanduíches de mortadela guardados no bolso engendraram uma imagem de excentricidade, duradoura no imaginário político. Essa efígie extrapolou as disputas eleitorais e invadiu a historiografia, a sociologia e os jornalistas que escreveram sobre Jânio. Como afirma Jefferson Queller, estes atributos tornam qualquer estudo sobre Jânio Quadros um desafio, desviar-se dos estereótipos e trazer uma análise alternativa aos detratores – que o viam como um louco – ou os janistas – que o enxergavam como um gênio – torna o exercício complexo, mas é preciso analisar o presidente e o seu governo com a devida objetividade histórica, principalmente considerando que antes da renúncia em 25 de agosto de 1961 ele havia sido eleito na maior votação da história republicana e era uma das maiores lideranças políticas da América Latina[272].

A renúncia foi um dos eventos decisivos para o desencadeamento da crise institucional que levou ao Golpe Civil-Militar de 1964, colocando fim à experiência

[272] QUELLER, Jefferson J. O Governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. Neves. **O Brasil Republicano: tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 336-353.

democrática. A decisão repentina de abandonar o governo tornou-se um dos enigmas de nossa História Republicana, com diversos intelectuais de diferentes ramos se debruçando sobre o fato. As interpretações sobre o desequilíbrio emocional do presidente ou aquelas fundamentadas na ideia de pressões internacionais são problemáticas e não possuem evidências empíricas. Há consenso na historiografia, alicerçada em análises dos grupos de interesse e relatos memorialísticos, que a intenção do presidente era dar um golpe[273]. Jânio planejava fechar o Congresso Nacional – considerado por ele um entrave para seus projetos – e implementar reformas institucionais concedendo poderes ao Executivo. O golpe baseou-se em um terrível erro de cálculo e acabou dando errado. O então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, exerceu um papel central nas tramas da renúncia e, naquele momento, se converteu no principal elo para o serviço diplomático dos EUA no Brasil interpretar a política nacional.

Na contextura da renúncia, Lacerda, descontente com a falta de ajuda do governo federal ao seu estado e com a política externa de Quadros que, segundo ele, estava distanciando o Brasil da relação tradicional com os Estados Unidos, argumentava que foi chamado a participar do golpe e apoiar Jânio em suas investidas contra o poder legislativo. O seu Ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, haveria sido o encarregado de convidar o governador da Guanabara para o ato golpista. Descontente com Jânio e não disposto a dar um cheque em branco ao presidente, o governador denunciou os planos de Quadros em cadeia de televisão e rádio[274].

O caso, fez com que Jânio, preocupado com as pressões, tomasse uma decisão inesperada e um tanto desesperada. Diante da exposição de seus planos, o presidente renunciou no Dia do Soldado, na esperança de que os militares sensibilizados organizassem uma junta de governo ou que o Congresso não aceitasse sua renúncia. Em suas ideações, o povo se mobilizaria clamando pelo retorno de um presidente salvador. O plano não funcionou. As instituições políticas haviam amadurecido naqueles últimos anos e com uma certa dose de oportunismo, o Congresso Nacional tomou a iniciativa para a solução da crise. Auro de Moura Andrade, presidente do senado, rapidamente organizou o legislativo dizendo que a renúncia se tratava de um ato unilateral, não fazendo sentido que os deputados aprovassem ou desaprovassem a carta-renúncia. Em um rearranjo

[273] Esta linha de interpretação aparece nas primeiras horas do dia da renúncia defendida por opositores de Jânio Quadros, mas foram alicerçadas na obra MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O 24 de Agosto de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Editora Melso Soc. Anônima. 1961.
[274] BRANCO, Carlos Castelo**. A Renúncia de Jânio Quadros: um depoimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

rápido das instituições, Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, foi colocado interinamente na presidência conforme previa a Constituição de 1946. O vice-presidente João Goulart estava em viagem à República Popular da China. É plausível supor que esse fato era parte do plano de Jânio para gerar a tensão institucional pelo seu retorno e alimentar as suspeitas das ligações de Jango com comunistas. Os ministros militares, apesar de terem implorado ao presidente para permanecer no governo, nada fizeram. O clamor esperado das massas, em um plano de mobilização tendo como base o Movimento Popular Jânio Quadros – peça fundamental da campanha presidencial – acabou por não ocorrer. O resultado foi o caos institucional, levando o Brasil à beira da guerra civil, o que elevou o alerta do governo dos Estados Unidos ao nível máximo naqueles dias[275].

O anseio manifestado pelo governo dos Estados Unidos por uma reaproximação com Jânio Quadros, que, apesar de empreendidas viagens de importantes figuras do governo Kennedy – como Douglas Dillon, Adolf Berle, Adlai Stevenson – foram incapazes de dobrar o presidente brasileiro e gerar o favorecimento esperado. A intenção residia em obter o apoio do Brasil para a execução de retaliações contra Cuba no âmbito da Organização dos Estados Americanos. Ao final de julho de 1961, uma reunião no *Bureau of Inter-American Affairs* (ARA) do Departamento de Estado, sob a coordenação de Robert Woodward, Assistente do Secretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos, visava à elaboração de um planejamento para a visita de Jânio Quadros aos Estados Unidos, almejando um gesto inequívoco de aproximação entre ele e o presidente Kennedy. Woodward sugeriu que o embaixador Cabot redigisse uma carta-convite, assinada pessoalmente por Kennedy, resultando em um meticuloso planejamento que foi desde a definição da data até os detalhes logísticos da viagem[276]. Consultado informalmente, Jânio prontamente aceitou a proposta de visitar os Estados Unidos no início de dezembro daquele ano. A carta, elaborada conforme o consenso alcançado na reunião do ARA e submetida à apreciação dos assessores de Kennedy na Casa Branca, foi expedida ao Brasil, convidando oficialmente Jânio e sua esposa. Curiosamente, a carta assinada, datada de agosto de 1961, retornou com uma mensagem escrita à mão no rodapé: "esta mensagem foi enviada por cabo (para o Rio #275) mas sua assinatura

[275] BRANCO, 2017, Op. Cit.
[276] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Invitation to President Quadros, of Brazil, for State Visit.** ARA to Department of State. July 21, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 6, frame 460. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

original não foi possível porque Quadros renunciou nesse ínterim". Essa era a segunda vez que Jânio cancelava uma viagem aos Estados Unidos que ele havia previamente aceitado. Quando Jânio venceu as eleições de outubro de 1960, começou a ser negociada uma visita sua aos EUA antes da posse. No entanto, o presidente eleito partiu para Londres sem comunicar sua resposta ao Departamento de Estado, apesar de ter dito que aceitaria o convite.

Pouco antes da renúncia, entre os dias 6 e 17 de agosto de 1961, ocorreu na cidade de Punta del Este, no Uruguai, a reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, à época, um dos órgãos da OEA. Este foi o evento do lançamento da proposta do governo John F. Kennedy do programa de ajuda externa chamado Aliança para o Progresso, com o anúncio de um pacote de investimentos de $20 bilhões de dólares, o equivalente a 207 bilhões de dólares em 2024[277]. Para esta reunião, Kennedy enviou, o Secretário de Estado, Dean Rusk, o Assistente-Especial do Presidente, Richard Goodwin, e o Secretário do Tesouro, Douglas Dillon, além de Lincoln Gordon que coordenou os esforços na conferência. As expectativas do governo do Estados Unidos era finalizar a reunião com um documento firmando o compromisso em favor da Aliança, o que de fato ocorreu.

A despeito dos objetivos de Kennedy, o encontro foi palco de um acalorado debate entre Douglas Dillon e Ernesto "Chê" Guevara, à época Ministro da Indústria de Cuba e um ícone da Revolução de 1959. Guevara proferiu contundentes denúncias contra a política de isolamento a Cuba imposta pelos Estados Unidos, acusando a Aliança para o Progresso de ser um projeto imperialista de domínio da América Latina. Poucos meses antes, ainda nas primeiras semanas do governo Kennedy, os Estados Unidos enfrentaram uma derrota expressiva com a desastrosa tentativa de invasão da Baía dos Porcos (*Playa Girón*), um revés internacional de proporções consideráveis. Apesar da atuação da delegação cubana, o evento culminou na assinatura da notória Carta de Punta del Este (1961), na qual as repúblicas americanas proclamaram a resolução de unir esforços para alcançar um progresso econômico mais acelerado e a justiça social ampla para seus povos, respeitando a dignidade humana e a liberdade política. Todos os membros da OEA subscreveram a carta, exceto Cuba. Durante a conferência, Colômbia e Peru ensaiaram uma proposta de censura à delegação cubana, que foi reprovada pelo Brasil e Argentina, em uma ação conjunta contra a interferência nos assuntos internos da ilha, seguindo as

[277] Os ajustes para os valores atuais foram feitos em um cálculo básico do acúmulo da inflação no período de 1961 a 2024 no site DollarTimes.

diretrizes de uma política externa independente que começava a se oficializar no Itamaraty[278].

Como afirmou Ricardo Arnt, tudo começou a desmoronar no governo Jânio no dia 18 de agosto[279]. Logo após a Conferência, Ernesto Guevara fez escala em Brasília, chegando por volta das 22h00min no aeroporto da capital. Poucas horas antes, Carlos Lacerda também havia chegado à cidade para um encontro pessoal com o presidente afim tratar dos problemas da Guanabara e de seus desentendimentos com a política externa do governo[280]. Foi nesta madrugada que o Ministro da Justiça de Jânio informou a Lacerda dos planos para uma reforma institucional, entendida pelo governador como uma tentativa de golpe. Horta pediu a Lacerda cópias de artigos que ele havia escrito durante o governo de Eurico Gaspar Dutra sustentando juridicamente um regime de exceção, Lacerda respondeu que o contexto dos períodos era completamente diferente e que não aceitaria tal ato do presidente. Além disso, Horta queria que Lacerda conversasse com o comandante da aeronáutica, o Brigadeiro Grum Moss, segundo ele o único nome da alta cúpula das Forças Armadas que ainda não havia aderido aos planos de Jânio[281]. Enquanto Ernesto Guevara descansava no Brasília Palace Hotel, Lacerda conversava com Pedrosa Horta. As tratativas terminaram com as malas de Lacerda esperando na porta do Palácio Presidencial, criando mais um impasse entre o presidente e o governador[282]. Na manhã do dia 19, Lacerda tomou o voo de volta ao Rio de Janeiro e o presidente resolveu condecorar Guevara com o mais elevado grau da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. A crise no governo escalou para outro nível[283].

Naquele momento, a Embaixada dos Estados Unidos estava temporariamente sob a direção de Niles Bond. John M. Cabot havia entregado as suas credências no dia 16 de agosto, conforme um documento sobre a sua reunião de despedida com Jânio Quadros[284]. Cabot foi dispensado de suas funções e retornou aos Estados Unidos, mas Lincoln Gordon

[278] ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros: o prometeu de Vila Maria**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
[279] ARNT, Ricardo. *Op. Cit.*
[280] Alguns relatos dizem que Carlos Lacerda também queria tratar de recursos financeiros para recuperar o seu jornal Tribuna da Imprensa que estava falindo, esta versão aparece no depoimento de Carlos Castelo Branco e Ricardo Arnt, mas é negada por Lacerda.
[281] LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
[282] BRANCO, Carlos Castelo**. A Renúncia de Jânio Quadros: um depoimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.
[283] ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros: o prometeu de Vila Maria**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
[284] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Memorandum of Conversation.** Embassy Rio de Janeiro to Department of State. August 16, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 6, frames 494-495. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

ainda não havia assumido oficialmente. A substituição era esperada, Gordon havia sido um dos principais membro da *task-force* encabeçada por Adolf Berle que deu origem formal a Aliança para o Progresso e era tido como um especialista em economia brasileira, apesar de ter apenas publicado um único estudo sobre o papel do capital privado na indústria automobilística brasileira e a criação de um clima favorável aos investimentos durante o governo JK. Como professor de Harvard, Gordon ingressou na campanha de Kennedy a partir de seus contatos com os especialistas em América Latina na colaboração MIT-Harvard. Sendo conhecido no meio intelectual que agora tomava forma no entorno do jovem presidente eleito, ele foi logrando cada vez mais proximidade com os círculos dos *policymakers* responsáveis pela nova política externa, apesar da pouca experiência na prática diplomática. Lincoln Gordon acabou envolvido pelo seu extremo alinhamento com a mentalidade vigente na Casa Branca, onde os agentes respiravam o oxigênio comum das teorias da modernização.

O entusiasmo com as novas ideias e o encontro com os amigos dos tempos de Cambridge e de Oxford que agora faziam parte da administração – como John Kenneth Galbraith, George McBundy e Arthur Schlesinger Jr. – o levaram a trabalhar de maneira muito ativa e enérgica na *task-force* que desenhou o novo programa de ajuda externa. Além disso, ele conhecia bem Max Milikan e Walt W. Rostow e seus projetos no MIT. Durante as tratativas e impressionados com o desempenho de Gordon na concepção da Aliança para o Progresso, Richard Goodwin o escolheu como um dos principais planejadores da Conferência de Punta del Este, tanto que, apesar de sua nomeação já estar acertada como embaixador no Brasil, ele apenas assumiu o posto após a conferência. Essa foi uma de suas exigências para aceitar o cargo. Goodwin deu a ele a opção de escolher entre ser o Assistente Especial para Assuntos Interamericanos, mas Gordon sabia que não conseguiria ter uma boa desenvoltura entre os políticos profissionais em Washington. Além disso, como dito anteriormente, ele afirmou que o salário não seria suficiente para cobrir seus custos familiares nos Estados Unidos. Por isso, escolheu assumir a embaixada no Brasil[285].

Lincoln Gordon havia se apaixonado pelo país em viagens anteriores, estava lendo com certa fluência e até mesmo falando um pouco de português, conseguindo o segundo-grau em um teste de proficiência aplicado pelo Departamento de Estado. Ele estava completamente impregnado pela teoria da modernização, quando visitou São Paulo nos

[285] SMYTH, Bruce L. R. **Lincoln Gordon: architect of Cold War foreign policy**. Lexington: University Press of Kentucky, 2015.

anos finais de 1950, acabou convencido de que a cidade era muito semelhante a Nova Iorque de 1920, onde ele viveu durante sua infância. A capital era dominada por uma elite de algumas famílias tradicionais, continha um alto número de imigrantes, apresentava uma grande mobilidade social, o *boom* econômico e uma emergente classe média de profissionais liberais. Ali, seria o berço do desenvolvimento brasileiro. Em uma entrevista dada em maio de 1964, ao ser questionado sobre os motivos que levaram Kennedy a escolhê-lo como embaixador, Gordon disse que estava ciente de que seu objetivo no Brasil era colocar em prática a Aliança para o Progresso e fazer disso um exemplo para toda a América Latina[286].

John Moors Cabot havia entrado em profunda discordância com o governo John F. Kennedy sobre a política externa em relação ao governo Jânio Quadros. Estava desgostoso com o fato de o presidente brasileiro tratar mal o serviço diplomático e, ao mesmo tempo, receber tantos benefícios do governo dos Estados Unidos. Em suas memórias, ele se queixa de que, logo no início de 1961, alguém vazou a informação de que ele seria substituído em breve. Isso o fez perder qualquer poder de barganha junto ao governo brasileiro, sendo completamente desprezado por Jânio[287].

Em primeiro de agosto, em um *Weekly Summary*, William P. Cochran pormenorizou uma visita de Lincoln Gordon a São Paulo. Segundo ele, o professor de economia de Harvard fez uma breve passagem pela cidade onde palestrou para alunos da escola de administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em um discurso intitulado *"Nature of the Alliance for Progress"* enfatizou que ali expressava suas opiniões pessoais e não falava como representante do governo Kennedy. Na ocasião, Gordon parece haver utilizado um instrumento analítico típico das teorias da modernização e comparado o Brasil aos EUA de 1870. No relatório de Cochran diz que foi necessário clarificar que ele não havia feito essa comparação em termos literais, mas apenas observado alguns aspectos comuns dos EUA daquele período com o que ele observou no Brasil. O que demonstra que provavelmente ele foi questionado pela plateia presente. Quando perguntado sobre se havia sido nomeado embaixador dos EUA no Brasil, Gordon respondeu que apenas o presidente Kennedy poderia responder àquela questão. Cochran

[286] GORDON, Lincoln. **Oral Interview**. John E. Rielly. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1964.
[287] CABOT, John Moors. **First Line of Defense: Forty Years Experiences of a Career Diplomat**. Washington, 1974.

comentou que Gordon queixou-se de que muitas de suas declarações foram distorcidas pela imprensa brasileira[288].

Na tarde do dia 19 de agosto de 1961, logo após a condecoração de Ernesto Guevara, Niles Bond informou ao Departamento de Estado o ato do presidente brasileiro[289]. Já no dia 20, Bond analisava as reverberações na imprensa brasileira. Ele destacou que o ato de Quadros desencadeou protestos em vários setores, mas principalmente no interior dos círculos militares. Bond cita o descontentamento de Lacerda e afirmava que ele havia viajado no dia 18 para conversar com o presidente para alertá-lo que sua política externa estava indo longe demais. Bond reportou que o governador recebeu apoio dos militares que abandonaram a cerimônia de condecoração do ministro cubano. Ao retornar ao Rio de Janeiro, Lacerda concedeu homenagem ao líder anticastrista Manuel Verona, entregando-lhe a chave da cidade em um ato público para se contrapor ao presidente Jânio Quadros. O governador também convocou uma reunião com seu secretariado estadual onde ele teria anunciado a intenção de renunciar e criticado mais uma vez a política externa do presidente. O diplomata informava que os movimentos de Lacerda estavam conseguindo angariar apoio dos militares para uma condenação mais veemente da política externa em vigência. Bond concluiu o memorando lembrando que Lacerda fora figura chave na queda de Getúlio Vargas em 1954, portanto, suas ações não podiam ser ignoradas[290].

As correspondências seguintes demonstram a escalada da crise, mas o que chama a atenção é que diante de todo o caos político instaurado com a condecoração do revolucionário cubano, a maior preocupação do serviço diplomático era com uma possível renúncia de Carlos Lacerda. Os diplomatas temiam perder um apoiador de peso e que, naquele momento, ocupava o governo de um estado extremamente importante. Eis que então o cônsul William P. Cochran redigiu um telegrama intitulado *Comments from*

[288] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **São Paulo Summary No. 5 Week Ending July 29, 1961.** Consulate of São Paulo to Department of State. August 1, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 004-011. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[289] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **403, August, 5 p.m.** Embassy Rio de Janeiro to Department of State. August 19, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 043. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[290] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Priority Action Department 411, Information Buenos Aires 15.** Embassy Rio de Janeiro to Department of State. August 20, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 045-046. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

São Paulo on Brazilian Political Scene, colocando o Departamento de Estado a par da situação na capital paulista. Segundo ele, os paulistanos, principalmente aqueles que haviam votado em Jânio, estavam profundamente preocupados com a política externa em vigor. A condecoração de Ernesto Guevara havia deixado as pessoas aborrecidas e consternadas. Isso era perceptível entre os estadunidenses e entre os que ele chamava de "brasileiros educados, articulados, cosmopolitas e pró-EUA". Cochran estava convencido de que a grande maioria da população brasileira era a favorável ao governo dos EUA, mas permanecia submergida e pacífica. Ele destacou que tanto a *Folha de S. Paulo* quanto *O Estado de SP*, jornais até então favoráveis a Jânio, traziam naqueles últimos dias editoriais criticando duramente o presidente. Ele realçou ainda os discernimentos considerados por ele contundentes do governador Carlos Lacerda[291].

Este documento publicado poucos dias após a denúncia de Lacerda contra Jânio, demarca a ruptura do serviço diplomático com o presidente. Cochran sentiu-se encorajado para criticar a política vigente na Casa Branca. Disse que desde o início do governo Jânio eles ouviam lamurias sobre a difícil posição interna em que o presidente se encontrava, fato que o obrigaria a fazer gestos ocasionais e concessões a esquerdistas e ultranacionalistas, mas sem ser enganado. A justificativa era de que o coração de Jânio estava no lugar certo e em seis meses tudo ficaria claro. Até mesmo a Câmara Americana do Comércio havia se deixado levar por esse discurso, mesmo que a política externa em vigor fosse contrária aos objetivos dos EUA no Brasil[292]. Em nota, Cochran chamou a atenção para o fato de nunca ter encontrado ninguém, incluindo janistas, que tenham admitido que as forças de esquerda e os nacionalistas fossem tão influentes para justificar tais concessões. A natureza das críticas de Cochran merecem que o documento seja citado quase integralmente:

> É claro que parte disso é culpa nossa: estávamos ansiosos demais, até mesmo antes de Jânio ser empossado. Ele precisava de nós tanto quanto nós dele, mas, segundo a imprensa, nos precipitamos com ofertas. O presidente Eisenhower, assim como o *premier* MacMillan, convidou Jânio para visitá-los antes de ser empossado – e ambos foram ignorados. Enviámos o Sr. Berle até lá para solicitar o apoio de Jânio na situação de Cuba, e fomos rejeitados. A imprensa também relatou que oferecemos prontamente um empréstimo de $200 milhões. Esses passos, receio (com o benefício da retrospectiva, é claro), não persuadiram Jânio de nossa boa vontade e do desejo de cooperar, mas o confirmaram em sua autoavaliação como um gênio, como indispensável. Também o confirmou em suas crenças de que o mundo é sua massa de modelar,

[291] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Comments from São Paulo on Brazilian Political Scene.** Consulate of São Paulo to Department of State. August 22, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 048-050. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[292] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Comments from São Paulo on Brazilian Political Scene.** Op. Cit.

para ser moldada conforme desejar, e que o Brasil é uma nação grande e poderosa, totalmente pronta para ocupar seu lugar na mesa dos capitães nos assuntos internacionais.

Parece desnecessário detalhar todas as suas ações contrárias aos nossos interesses (e, segundo meu critério, aos do Brasil), mas duas ou três merecem comentários. Obviamente, o reconhecimento da União Soviética está dentro do direito soberano do Brasil; mas não é uma demonstração de amizade para conosco, nem é certo que o Brasil, mesmo com nossa ajuda, será capaz de conter ou controlar a subversão e a propaganda daí resultantes.

Quanto ao momento, observo que pouco depois de concordarmos com um pacote de ajuda dos EUA de um bilhão de dólares - reprogramando dívidas antigas e abrindo novos créditos – Jânio expressou sua gratidão concedendo altas condecorações a todos os membros da Missão de Boa Vontade Soviética, que – como a imprensa aqui apontou – nada fizeram pelo Brasil. Da mesma forma, nos comprometemos com um programa de desenvolvimento social e econômico do hemisfério de 20 bilhões de dólares em Punta del Este, do qual o Brasil inevitavelmente colherá grandes benefícios; e Jânio recompensou prontamente o principal espinho – um agitador profissional e inquestionável comunista – recebendo o Cruzeiro do Sul.

É difícil ver como Jânio poderia dramatizar mais abertamente sua ruptura com as tradições passadas de conselho e colaboração com os Estados Unidos. Claro, suas medidas são motivadas mais pelo desejo de mostrar independência e um espírito de bravata: "Eu também sou importante", do que pelo antiamericanismo em si; no entanto, um político astuto deve perceber todas as implicações e reverberações de seus atos.

Suponho que em breve ouviremos que Jânio encenou toda essa performance apenas para que o público o forçasse a adotar uma postura mais anticomunista. Não há dúvida de que ele é um político astuto; mas não acredito que ele seja tão maquiavélico.

Eu disse ao embaixador designado Lincoln Gordon há cerca de duas semanas: Se as nações famintas por dólares no mundo precisassem de alguma prova de que a maneira de conseguir dinheiro dos Estados Unidos é flertar com os soviéticos e cuspir repetidamente na cara do Tio Sam, o exemplo aqui no Brasil deveria servir para dissipar todas as dúvidas.

Nos nossos primeiros dias como nação, tínhamos pouco poder, mas nos respeitávamos, e exigíamos que os outros respeitassem nossos direitos. Agora, com grande poder, pergunto-me se não estamos exercendo restrição em seu uso ao ponto de perder o respeito até mesmo de nossos amigos. Estou começando a questionar se a doutrina atual – de que a colaboração econômica não deve envolver nenhuma reciprocidade política – não é perniciosa. Não obtemos retorno econômico; não buscamos e não recebemos concessões políticas – então nossa ajuda cai gentilmente do céu sem custo algum, e se torna caridade... e frequentemente, desperdício. Não acredito que possamos comprar amigos dessa forma; e acredito que, ao tentar fazer isso, perdemos não apenas amigos, mas também respeito. Parece-me que uma política de negociação mais dura é necessária – e será bem recebida por nossos muitos amigos brasileiros. Como podem eles saber que nós ressentimos o tratamento que estamos recebendo – incluindo a implementação do P.L. 480, etc. – a menos que nós o ressintamos e mostremos isso? O Brasil não será novamente "nosso melhor amigo na América Latina"até demonstrarmos que merecemos a admiração e o respeito dos brasileiros.

Não quero "perder o Brasil"; mas não acredito que a adoção de uma atitude mais forte terá tal resultado. Há muitas razões pelas quais o Brasil e os brasileiros não vão querer "perder" os Estados Unidos. E há indicações de que tal reviravolta na opinião pública americana pode muito bem ocorrer se Jânio persistir em seu curso atual, e nós o apoiarmos com nossa condescendência e aquiescência[293].

[293] Of course, I think part of this is our own fault; that we were too eager, even before Janio was inaugurated. He needed us as much as we needed him, but we (according to the press) rushed in with offers. President Eisenhower, like Premier MacMillan, invited Jane to visit him before being inaugurated - and both were

Eis aqui um ponto de inflexão importante, a ideia de construir uma política externa que apoiava os países em desenvolvimento, mesmo que esses não seguissem uma cartilha de requisitos básicos ou uma "filosofia" favorável aos EUA estava presente no livro de Walt W. Rostow, *A Proposal: an Key to Effective Foreign Policy*, como discutido no primeiro capítulo. As diretrizes apresentadas pelo intelectual, balizaram a nova política vigente no Departamento de Estado, principalmente no primeiro ano do governo John Kennedy. Sob essa perspectiva, a urgência da situação mundial não permitiria aos Estados Unidos esperarem que os países cumprissem uma cartilha de pré-requisitos ou que elegessem um político de concepções pró-EUA para, só então, receber apoio financeiro

---

ignored. We sent Mr. Berle flying down to request Jânio's support in the Cuba situation, and were rebuffed. The press also reported that we equally promptly offered a loan of $200 millions. These steps tended, I fear (hindsight, of course), not to persuade Jânio of our basic good will an desire to cooperate, but to confirm him in his self-assessment as a genius, and as indispensable. It also confirmed him in his beliefs that the world is his putty, to be kneaded into the shape he desire; and that Brazil is a great and powerful nation, fully ready to take its place at the captain's table in international affairs.

It seems unnecessary to retail and detail all his actions adverse to our interest (and by my yardstick, to Brazil's), but two or three warrant comment. Obviously, recognition of the Soviet Union is within Brazil's sovereign right; but it is no demonstration of friendship for us, nor is it certain that Brazil, even with our help, will be able to contain or control the resulting subversion and propaganda.

As for timing, I note that shortly after we agreed to a billion-dollar U.S. aid package - rescheduling old debts and opening new credits - Jânio expressed his gratitude by granting high decorations to the entire membership of the Soviet Goodwill Mission, who - as the press here as pointed out - had done nothing whatever for Brazil. Similarly, we committed ourselves to a 20 billion dollar hemisphere social and economic development program at Punta del Este, from which Brazil will inevitably reap large benefits; and Jânio promptly rewarded the principal thorn in our side there - a professional agitator and unquestioned Communist - by receiving him and decorating him too, with the Cruzeiro do Sul.

It is difficult to see how Jânio could more openly dramatize his break with past traditions of consultation and collaboration with the United States. Of course, his measures are motivated more by a desire to show independence and a spirit of bravado: "I'm important, too", than by anti-Americanism as such; yet an astute politician must realize the full implications and reverberations of his acts.

I suppose we'll soon be hearing that Jânio staged this whole performance just so that he would drive the public into forcing him to take a more anti-Communist line. There is no doubt that he is a clever politician; but I do not believe he is that Machiavellian. As I told Ambassador-designate Lincoln Gordon some two weeks ago: 'If the dollar-hungry nations of the world needed any convincing that the way to get money out of the United States is to play footsie with the Soviets and spit repeatedly in the face of Uncle Sam, the example here in Brazil should serve to settle all doubts.

In our early days as a nation, we had little power, but we respected ourselves, and insisted that others respect our rights. Now, with great power, I wonder if we do not carry restraint in its use to the point of losing the respect even of our friends. I am beginning to question whether the current doctrine - that economic collaboration must not involve any political quid pro quo - is not pernicious. We get no economic return; we seek and receive no political concessions - so our aid drops gently from heaven at no cost and becomes charity... and often, waste. I don't believe we can buy friends that way; and I do believe that by trying to do so, we lose not only friends, but respect. It seems to me that a policy of tougher dealing is called for - and will be welcomed by our many Brazilian friends. How can they know we resent the way we are being treated - including P.L. 480 implementation, etc. - unless we do resent it, and show it? Brazil will not again be 'our best friend in Latin America' until we demonstrate that we merit Brazilians' admiration and respect. I do not want to 'lose Brazil'; but I do not believe that our adoption of a stronger attitude will have such a result. There are too many reasons why Brazil and Brazilians won't want to 'lose' the United States. And there are indications that such a revulsion of American public opinion might well occur if Jânio persists in his present course, and we abet him by our silence and acquiescence. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Comments from São Paulo on Brazilian Political Scene.** Op. Cit.

para a modernização. O descontentamento de Cabot e, posteriormente, o de Cochran, demonstram que parte do serviço diplomático não concordava com essas diretrizes vindas da cúpula próxima de Kennedy. A política externa de Jânio não foi, como argumentou Moniz Bandeira[294], uma simples peça de propaganda janista para mobilizar internamente apoiadores para a sua política interna. Jânio ousou enfrentar e foi bem-sucedido até determinado ponto em um jogo de barganha com os Estados Unidos. Entretanto, essa situação se sustentou pelo mesmo tempo em que o presidente foi sustentado politicamente por parte das elites nacionais que o elegeram, mais especialmente, da ala lacerdista da UDN. Além disso, a partir do momento de João Goulart assumiu a cadeira presidencial, essa política de leniência com o Brasil deixou de existir.

De acordo com Felipe Loureiro, Jânio Quadros direcionou esforços significativos para minar a legitimidade do Congresso diante da opinião pública, desrespeitando as prerrogativas constitucionais do legislativo. A configuração do Congresso em 1961, exigia do presidente um cuidadoso trabalho de conciliação com os grupos de oposição. Ao invés disso, Jânio tensionou as forças políticas durante todo o seu mandato. Mesmo tendo chegado à presidência fazendo uso da máquina eleitoral da UDN, Jânio não se empenhou em construir uma liderança no Legislativo. Loureiro argumenta que essa desconsideração de Jânio pelo Congresso criou um distanciamento entre executivo e legislativo e ensejou por parte dos congressistas a criação de mecanismos que pudessem frear as sanhas autoritárias do presidente. Temas como as reformas bancária, reforma agrária e a política de reatamento das relações com os países socialistas levaram a uma ruptura ideológica que polarizou o Parlamento. Ainda segundo Loureiro, isso criou uma celeuma muito duradouro, impedindo a possibilidade de alianças mais consistentes entre o congresso e João Goulart[295]. O descontentamento do Congresso após a renúncia do presidente impediu a construção de uma base de sustentação capaz de reverter o conflito entre o legislativo e o executivo. Jango herdou as linhas gerais dessa disputa.

Para compreender o nível de envolvimento dos empresários e líderes políticos estadunidenses com Carlos Lacerda, bem como a influência do governador na interpretação dos diplomatas, durante a crise, a embaixada e o Departamento de Estado receberam diversas cartas pedindo apoio ao governador da Guanabara. Em 22 de agosto

[294] MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O 24 de Agosto de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Editora Melso Soc. Anônima. 1961.
[295] LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a Democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n°57, 2009, p. 187-208.

de 1961, William E. Knox, presidente da *Westinghouse Eletric International Company* – uma das importantes companhias de eletricidade estadunidense que atuavam no Brasil – direcionou um telegrama para Robert Woodward, aludindo a outras cartas enviadas anteriormente, solicitando ajuda direta ou indireta para o "nosso amigo Carlos Lacerda" da Guanabara. Knox anexou no telegrama uma cópia de um artigo do *The New York Times* de 22 de agosto de 1961, dizendo que Lacerda ameaçava renunciar pelo descontentamento com a política externa de Jânio Quadros, principalmente após a condecoração de Guevara. O jornal novaiorquino menciona também as queixas de Lacerda pela falta de ajuda do governo Federal para a Guanabara. A preocupação de Knox era que o ódio de Lacerda contra os comunistas o levasse a renunciar. "Se ele o fizer, sinto que sentiremos saudades de suas opiniões moderadas nos círculos oficiais do governo brasileiro". Knox diz que Lacerda mantinha-se contrário à ideia de o Brasil buscar amizade com a Rússia e a China comunista, sendo essa uma postura importante[296]. Quase um mês depois, em 15 de setembro, Woodward respondeu a Knox dizendo que estava ciente das questões e que Lacerda ainda não havia renunciado[297]. Dias depois, em 31 de agosto de 1960, Robert G. Reed, que se definiu como um homem de negócios de Boston, escreveu outra carta endereçada ao presidente Kennedy, dizendo que conheceu Lacerda em uma viagem de avião e depois disso se tornaram amigos. Ele atestava e garantia que ele era um homem honesto e um grande amigos dos Estados Unidos e que precisava de ajuda[298].

Após a condecoração de Guevara e as declarações de Lacerda, os consulados aumentaram o nível de monitoramento em todas as regiões. A fissura entre lacerdistas e janistas deram o tom dos dias seguintes. Albert A. Rabida, cônsul em Recife, relatou com precisão o caos político em todos os níveis após o ato do presidente. Na percepção do cônsul, apenas esquerdistas e inimigos dos EUA apoiavam os atos de Jânio, mas isso não era hegemônico, tamanha a complexidade do Brasil. Rabida chamou de pirotecnia os

[296] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **The Honorable Robert F. Woodward.** Westinghouse Electric International Company to Department of State. August 22, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 051-054. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[297] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Dear Mr. Knox.** Department of State to Westinghouse Electric International Company. September 15, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 055. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[298] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Dear Mr. President.** Robert G. Reed to President John F. Kennedy International Company. August 31, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 6, frames 975-976. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

acontecimentos políticos recentes. Ele forneceu um resumo de três eventos que haviam agitado Pernambuco naqueles dias. Primeiro, a condecoração do revolucionário cubano; segundo, o retorno de uma delegação de políticos pernambucanos que foram visitar Cuba; e, terceiro, o retorno de Miguel Arraes após uma viagem de cinquenta dias pela França. Isso causou o estopim para um "show de fogos" na política local naqueles últimos cinco dias[299].

No caso Jânio-Guevara, a Câmara dos Vereadores de Recife, que, na visão de Rabida, era normalmente inclinada à esquerda, misturou protestos de descontentamento com o presidente e redigiu uma carta de apoio ao governador Carlos Lacerda. O evento foi mencionado como exemplo dos absurdos atos do presidente, quando até mesmo sujeitos inclinados à esquerda acabaram por expressar os seus descontentamentos. O documento foi escrito pelo vereador Wanderkolk Wanderlay (PDC) e argumentava que a condecoração era humilhante para todos aqueles que haviam recebido a medalha antes de Guevara. Os vereadores enfatizaram que demonstrar a neutralidade do Brasil, estabelecendo e reconhecendo os grandes progressos científicos da União Soviética, não significava dar ênfase exagerada a simpatizantes do comunismo[300].

Rabida dissertou acerca da conduta do vice-prefeito de Recife, Arthur Lima Cavalcanti, que estava incumbido da chefia do executivo municipal durante a viagem internacional de Miguel Arraes. Ele coibiu a atuação dos vereadores, pontuou que a população recifense, historicamente, não se alinhava aos interesses reacionários defendidos por Carlos Lacerda, ainda mais em um momento em que o Governo Federal delineava medidas acertadas para ampliar as relações do Brasil com outras nações. Cavalcanti asseverou que alguns poucos políticos, supostamente eleitos como representantes do povo de Recife, aderiam ao discurso promovido pelo governador da Guanabara, contrariando os reais interesses populares. O cônsul também ressaltou a iniciativa de Cid Sampaio, então governador de Pernambuco, ao pressionar Lacerda para que este permanecesse no cargo, argumentando que ele não poderia eximir-se das responsabilidades inerentes à função de governador em tal conjuntura. A chegada de Arraes no aeroporto, embora atrasada, não foi menos impactante, pois acabou marcada

[299] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Pernambuco Political Pyrotechnics: Guevara, Arraes, and the tourists (Cuba).** Consulate of Recife to Department of State. August 23, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 058-060. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[300] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Pernambuco Political Pyrotechnics: Guevara, Arraes, and the tourists (Cuba)**. Op. Cit.

por um discurso de duas horas perante os resquícios de uma multidão que o aguardou. Segundo Rabida, tal episódio já deixava claro ao consulado de Recife que Arraes se lançaria como candidato ao governo nas eleições de 1962[301].

Os incidentes combinados, diz Rabida, provocam uma explosão de indignação em certos setores. Obviamente, ele se embasa na opinião de empresários locais e do que ele chama de "líderes cívicos", antigos apoiadores da candidatura de Jânio Quadros. Segundo o diplomata todos estavam consternados com as atitudes do presidente e revelaram forte simpatia pela posição adotada por Carlos Lacerda. A situação no Nordeste, como demonstramos em estudos anteriores, era calamitosa aos olhos do serviço diplomático[302]. Tanto que no dia 24 de agosto, Niles Bond enviou ao Departamento de Estado um telegrama dizendo que a o exército brasileiro havia detido vários membros das Ligas Camponesas nas imediações da cidade de Sapé, uma das principais sedes do movimento no Nordeste. Pessoas foram abordadas e estradas foram fechadas por brigadas militares. As Ligas Camponeses e as manifestações estudantis foram os únicos momentos sociais monitorados durante os dias da crise da renúncia[303].

Os relatórios em tom de preocupação com uma possível renúncia de Lacerda continuaram a reverberar pelos canais de comunicação dos EUA. Lacerda em sua campanha pessoal para denunciar as intenções golpistas de Jânio viajou até São Paulo para uma reunião com o governador Carvalho Pinto, um dos principais aliados do presidente[304]. Cochran acompanhou esta viagem do governador por São Paulo e sublinhou as crescentes pressões sobre a UDN para mudar a sua postura de apoio para oposição. O diplomata avaliou que eram três os principais descontentamentos dos paulistas com Jânio. Primeiro, um certo desencanto com as medidas fiscais do presidente; segundo, uma crescente preocupação com as intenções da política externa; e, terceiro, inquietações com as políticas domésticas. Depois de analisar algumas medidas econômicas tomadas pelo presidente, Cochran avaliou que elas não estavam surtindo os efeitos desejados. Segundo o cônsul, seus amigos paulistas, sabiam que Jânio herdara

[301] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Pernambuco Political Pyrotechnics: Guevara, Arraes, and the tourists (Cuba)**. Op. Cit.
[302] Ver LARA, José Victor de. **Revolução às Margens do Capitalismo: a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá, 2019.
[303] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Following is Recife telegram 71 August 24, 11 a.m. priority to Rio, signed Rabida.** Embassy Rio de Janeiro to Department of State. August 25, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 071. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[304] BRANCO, Carlos Castelo**. A Renúncia de Jânio Quadros: um depoimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

problemas econômicos que não podiam ser resolvidos do dia para a noite, mas tudo se tornava pior a partir do momento em que a política externa excedia as margens da tolerância[305].

A partir deste ponto, Cochran empreende uma análise relevante. Ele observa que Jânio não enfrentava objeções significativas ao aprofundamento das relações comerciais com o bloco soviético, embora os empresários brasileiros já começassem a perceber que o incremento na balança comercial não corresponderia às suas expectativas iniciais. O comércio com a URSS passou a ser encarado como algo natural no Brasil – apesar das discordâncias –, principalmente sob a ótica do aumento do prestígio internacional como uma forma de compensar as preocupações em relação a crescente subversão comunista. Esse era o argumento elementar dos diplomatas, dos *policymakers* em Washington e da ala liberal-conservadora no Brasil. A aproximação com os países do bloco soviético aumentaria a subversão comunista e o Brasil não possuía condições sociais estáveis o suficiente para conter o avanço da propaganda resultante da aproximação e da maior circulação de soviéticos pelo país [306].

Segundo o cônsul, os conservadores paulistas poderiam não apreciar a política favorável a Cuba, mas encontravam facilidade em tolerá-la, uma vez que aquilo causava pouco dano direto ao comércio exterior do Brasil e parecia "relaxar os elásticos dos bolsos do governo do Tio Sam". Assim, para Cochran, os paulistas poderiam até mesmo concordar com as medidas da política externa janista. O que verdadeiramente incomodava a sociedade brasileira eram as ações menores do presidente, evidenciando uma simpatia genuína pelos soviéticos. O diplomata listou uma série de evidências. A condecoração da *Russian Good Will Mission* por Jânio contrastava profundamente com o tratamento frio dispensado aos enviados do governo Kennedy e ao serviço diplomático dos EUA. Jânio sempre reagia de maneira extremamente radical aos discursos de John M. Cabot – o embaixador frequentemente se queixava, em suas memórias, de que o presidente brasileiro o acusava de interferência em assuntos internos. E a gota d'água foi a concessão da mais alta condecoração do Brasil à Ernesto Guevara. Cochran ressalta que a imprensa paulista, especialmente os jornais que apoiaram a candidatura do presidente agora

[305] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Lacerda's Visit Polarizes São Paulo Critiscism of Quadros.** Consulate of São Paulo to Department of State. August 25, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 072-074. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[306] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Lacerda's Visit Polarizes São Paulo Critiscism of Quadros.** *Op. Cit.*

demonstravam repulsa e perplexidade, enquanto apenas a imprensa de esquerda apoiava o presidente. Neste documento ele anexou artigos de o *Estado de São Paulo, Folha de São Paulo* e *Correio Paulista*. Segundo o diplomata, Jânio estava censurando jornais, implementando medidas impopulares e até mesmo ridículas, como a proibição dos biquínis. Em documentos anteriores, o cônsul classificou a proibição das corridas de cavalo em determinados dias da semana e o fechamento das rinhas de galo como ações desnecessárias[307]. Cochran constatava o desprezo de Jânio pelos partidos políticos e pelo poder legislativo, o que o levava a crer em uma tentativa do presidente de desmantelar o regime democrático. Na avaliação do cônsul, esse sentimento de descontentamento com o presidente pairava pela sociedade, mas não tinha a quem ser representado. A fissura causada por Carlos Lacerda trouxera um novo enfoque ao debate ao polarizar o presidente e o governador. Em resumo, a situação estava se tornando ainda mais complexa[308].

No dia 25 de agosto, às 4 horas da tarde, Cochran enviou um documento com alta prioridade ao Departamento de Estado dizendo que a polícia do Serviço Secreto tinha reportado que Quadros renunciara como resultado das declarações de Lacerda. O jornal *O Estado de São Paulo* também havia relatado o fato[309]. Algumas horas depois, na embaixada no Rio de Janeiro, Niles Bond enviou outro telegrama direto ao Secretário de Estado Dean Rusk, pedindo a prontidão do exército, marinha e aeronáutica dos EUA e do Estado Maior anunciando que Quadros havia renunciado naquela manhã e Ranieri Mazzilli era agora o novo presidente do Brasil. O documento enfatizava as conversas por telefone feitas horas antes[310]. Rabida em Pernambuco, diz que todos estavam esperando apreensivos os próximos movimentos do presidente, o comandante do IV Exército declarou que as Forças Armadas estavam prontas para garantir a lei e a ordem no Nordeste. A informação segue a linha da preocupação dos diplomatas com as Ligas

---

[307] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Lacerda's Visit Polarizes São Paulo Critiscism of Quadros. Op. Cit.**

[308] *"Loosening effect on Uncle Sam's purse strings*". U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Lacerda's Visit Polarizes São Paulo Critiscism of Quadros.** *Op. Cit.*

[309] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 105, Information Rio de Janeiro NIACT 30, Flash.** Consulate of São Paulo to Department of State. August 25, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 078. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[310] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Critic Unnumbered, 252100z August (Air Force Message).** Embassy of Rio de Janeiro to Secretary of State. August 25, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 81. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Camponesas. Rabida informou ainda que havia a ameaça de uma greve geral e tentativas de apontar o governo dos EUA como cúmplice da queda do presidente[311].

No Departamento de Estado, Robert Woodward elaborou um relatório sobre a renúncia. O encarregado da embaixada, Niles Bond, telefonara pela manhã para comunicar a renúncia de Quadros. Bond salientou que a situação estava envolta em incertezas, conjecturando a possibilidade de um retorno de Quadros respaldado pela opinião pública. Ele chamou a atenção para os movimentos de Quadros durante campanha à presidência em 1960, quando ele ameaçara renunciar e retornou a candidatura concentrando mais autonomia e forçando seus próprios termos no acordo com a UDN. Naquele momento, Quadros se encontrava recluso com os ministros militares em Brasília. O relatório indicava que o vice-presidente João Goulart era conhecido por suas simpatias com os comunistas e, por isso, pairava a dúvida se seria ele aceito pelos militares seguindo o rito constitucional. Naquele momento, Woodward apontava que Quadros afirmara que elementos conservadores o forçaram a renunciar. O secretário lembrou que estava claro que os EUA nunca exerceram qualquer pressão para que Quadros deixasse o governo; pelo contrário, ele recebeu um substancial apoio naqueles meses. Por fim, ele destacou os $338 milhões de novos fundos recebidos e o reagendamento da dívida de $305 milhões com o Eximbank. Além disso, elencou as tentativas de cooperação que levaram Adolf Berle, Douglas Dillon e Adlai Stevenson a visitarem Quadros em seus seis meses de governo, bem como os acordos com a Sudene e a visita de Celso Furtado aos EUA para o fechamento de contratos para o Nordeste[312].

O que podemos notar é uma forte influência das visões de Carlos Lacerda nas percepções do serviço diplomático dos EUA. Não se trata de uma força política ou da influência de um só personagem, mas Lacerda encarnava a vontade de parte das elites brasileiras de derrotar a qualquer custo a herança trabalhista e nacionalista que o varguismo deixou no interior do PTB e do PSD. Como disse Cochran, Lacerda foi o homem capaz de reorganizar as demandas e os descontentamentos quando as esperanças no governo Jânio Quadros se esvaíram e a sua sustentação política se dividiu, colocando a UDN em oposição ao presidente que a sigla ajudou a eleger. O governador possuía um imenso prestígio entre os agentes consulares pelos seus discursos anticomunistas

311

312 U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Reported Resignation of President Quadros of Brazil.** ARA to Secretary of State. August, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 6, frames 506-507. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

ferrenhos e pela linguagem extrema e agressiva de seus discursos. Lacerda via o comunismo como patologia, uma doença silenciosa do "espírito totalitário, que em toda parte se infiltra, domina, empolga, absorve, envenena, corrói para, finalmente, destruir, nas reservas morais de cada povo, as suas últimas resistências cívicas[313]". Se o comunismo era patologia, a intervenção para curá-lo era sanitária e coletiva, cirúrgica, uma operação de limpeza. Como afirmou Jorge Chaloub, no liberalismo lacerdista o perigo do comunismo era muito maior do que os próprios comunistas. Seu raciocínio político abria possibilidades para uma ampla caracterização de forças distintas como inimigos, a acusação de simpatias com comunistas se tornava uma ferramenta poderosa contra quaisquer adversários[314].

> As ressonâncias geopolíticas dessa ojeriza ao comunismo eram claras em tempos de Guerra Fria. Anticomunista era o lado dos Estados Unidos, ao qual Lacerda sempre aderiu, seja no campo das relações políticas ou do discurso. A escolha dos norte-americanos não implicava apenas uma escolha utilitária por um lado, mas revelava uma verdadeira tomada de posição existencial. O adversário era mais que um outro, com o qual se travava uma disputa momentânea, mas surgia como a própria negação da identidade do seu campo. A adesão ao oriente dos comunistas ou dos fascistas não era uma possibilidade a ser aventada, já que tal escolha jogaria por terra os próprios fundamentos da civilização cristã e ocidental ao qual pertencemos. A retórica da guerra mais uma vez encontra o seu lugar. Os liberais tinham, portanto, o dever político e moral de tomar partido nesse mundo dicotômico, tendo em vista que estratégias de contemporização com forças totalitárias já causaram inúmeros prejuízos à humanidade, como a Segunda Guerra Mundial bem demonstrara[315].

Segundo Chaloub, essa perspectiva também é coerente com o ódio de Lacerda ao nacionalismo. A ideia da Guerra Fria como um embate de civilizações irreconciliáveis tornava o nacionalismo um modo de abstenção dos valores da civilização ocidental, uma construção para a qual houve muito empenho do governo dos EUA. Como analisado no capítulo anterior, o nacionalismo brasileiro estava comprometido a defender os interesses do Brasil, além de estarem impregnados pelo trabalhismo de herança varguista, sendo visto pelos liberais – visão essa compartilhada com os estadunidenses – como nada mais nada menos do que uma guarita do comunismo. Como apoiador do capital estrangeiro, Lacerda teve as suas campanhas financiadas pelo complexo Ipes-Ibad[316]. Ele era a representação de um anticomunista, antinacionalista, a favor de um desenvolvimentismo liberal internacionalista com a forte presença de um Estado modernizador. Não é surpresa

[313] LACERDA, Carlos. **Discursos parlamentares: seleta.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.135.
[314] CHALOUB, Jorge. O Liberalismo de Carlos Lacerda. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 61, n°4, 2018, p. 385–428.
[315] CHALOUB, Jorge. Op. Cit. p. 401.
[316] DREIFUSS, René A. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

que Felipe Loureiro tenha percebido em seus estudos que o governador Lacerda recebeu uma grande quantia de empréstimos do Banco Internacional do Desenvolvimento (BID) e da Usaid, representando um terço de todas as divisas recebidas pelo país[317]. Ou seja, Lacerda era um verdadeiro representante do ideário em operação no Departamento de Estado naquele momento.

Observa-se, portanto, a partir dos documentos produzidos por John M. Cabot e mais enfaticamente, pelo cônsul William P. Cochran Jr. que a ilusão com Jânio Quadros se dissolveu no mesmo momento em que Carlos Lacerda rompeu seus laços com o presidente. A preocupação com a possível renúncia do governador da Guanabara era de que se perdesse um aliado importante, um nome estratégico naquele momento conturbado e um possível candidato para as eleições de 1965. Com o discurso da modernização ocupando todos os espaços da vida política nacional, era natural que as elites brasileiras aproveitassem a atmosfera da Guerra Fria para angariar recursos para seus projetos de poder locais. Isso foi feito em vários níveis e em diferentes regiões do país. Todavia, Lacerda se destacava pelo comprometimento ideológico com os Estados Unidos e por ser uma liderança com certa capilaridade nacional, indo muito além do simples oportunismo como outras figuras da própria UDN. Lacerda tinha um compromisso de visão de mundo conjugada com o serviço diplomático estadunidense, o que permita a ele um trânsito fácil e, algumas vezes, a definição das pautas a serem seguidas.

Durante os dias da crise da renúncia, com o comando da embaixada nas mãos de Niles Bond, o diplomata tentou manter o Departamento de Estado e a Casa Branca informados a partir de um grande fluxo de documentos, mapeando cada movimento feito pelas forças políticas relevantes. O que fica evidente é que o Departamento de Estado, assim como praticamente todos no Brasil, foi pego de surpresa pela renúncia de Jânio Quadros. Há um fator importante a se considerar nessas tensões entre os agentes consulares e os *policymakers* em Washington, empenhados em colocar em prática nova posição para com a América Latina. Cochran pela experiência acumulada, o posto que ocupava e talvez por estar mais perto da aposentadoria se sentia mais confortável em elaborar análises contrárias e a questionar as diretrizes vindas da Casa Branca, exigindo uma política externa mais firme com os presidentes brasileiros, mais voltada ao tratamento tradicional dos EUA com o Brasil nos anos de Eisenhower.

[317] LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-Guerra**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

Foi sob este clima de tensão candente no Brasil, somada a aparente contradição de ideias vindas do interior da corte de Camelot de John F. Kennedy, renovados pelo espírito da Nova Fronteira, e a burocracia encarnada no Departamento de Estado que Lincoln Gordon assumiu a embaixada no Rio de Janeiro. Em suas memórias, ele lembrou que nos primeiros meses como embaixador ele preferiu lidar diretamente com o presidente John F. Kennedy, em alguns assuntos sérios, pois sabia que o presidente não confiava no Departamento de Estado, principalmente depois da operação que resultou na desastrosa invasão a Baia dos Porcos em Cuba, pois Kennedy afirmava haver sido mal assessorado. Dessa maneira, podemos perceber que o serviço diplomático construía paulatinamente as suas próprias demandas no Brasil, por dois motivos: primeiro, pela independência dos agentes em campo que podiam manipular as diretrizes generalistas das políticas vindas da Casa Branca de acordo com os seus interesses locais. O segundo motivo é justamente o fato de que certos políticos brasileiros, alinhavados com a percepção dos diplomatas, tornavam-se muito influentes nas decisões tomadas e conseguiam habilmente alinhar as preocupações internacionais aos seus interesses imediatos.

Em meio a uma série de correspondências da *John F. Kennedy Library* direcionadas ao presidente Kennedy e organizadas por sua secretária pessoal Evelyn Lincoln, encontramos um texto de Carlos Lacerda de 1961. O texto intitulado *Social and Political Discontent in Latin America*, escrito em formato de discurso, parte da premissa sobre a necessidade de analisar a América Latina em suas singularidades, constatando algo muito similar à tese central dos teóricos da modernização. Lacerda questiona como poderia ocorrer algum tipo de planejamento global se ainda persistiam sociedades que se encontravam na era atômica enquanto outras pareciam ainda estar na idade da pedra. O governador da Guanabara endossa a ideia de abandono do governo dos Estados Unidos na América Latina após a Segunda Guerra Mundial, relegando a região, em suas palavras, a um *polite oblivion*. O texto é uma crítica à política externa dos EUA onde Lacerda questiona profundamente as abordagens dos EUA na região nos anos anteriores a Kennedy e tenta orientar alguns caminhos[318].

[318] In the relations with Latin America it would appear that the economic aspect is the basis for everything, the source of all good and all evil. The only problem is hunger, the rest is a consequence – they say. And they find people who are ready to believe this. They do not realize that hunger, is turn is a consequence. Only recently, countries which are well-fed experienced a crisis that culminated in disaster. The case of Cuba itself is significant. Despite being a poor country, conditions in Cuba were far from being the worst in Latin America. To believe the opposite is to assume that the communists need a majority in order to seize a country and only do so when they have majority – and a hungry majority. Ask the Hungarians; they have

Segundo Lacerda, enquanto as atenções de Washington estavam voltadas para o Laos, na Indochina, uma revolução foi feita a poucos quilômetros da Flórida. As iniciativas do governo estadunidenses na América Latina se resumiam a pesquisas e a consultas sobre temas variados, uma forma dos EUA se absterem dos problemas e se esquivarem das responsabilidades, diz ele. Para Lacerda, o interesse de intelectuais estadunidenses pela América Latina se resumia a pesquisas e projetos para investigar o óbvio e evitar o controverso, e as iniciativas para solucionar problemas se diluíam e levavam anos para tomar forma. O governador sublinhou que a política externa dos EUA na América Latina apresentava uma clara falta de ousadia e de imaginação. A Aliança para o Progresso parecia uma iniciativa ousada, mas ele questiona quando começaria a ser colocada em prática. Lacerda apontou constantemente para o fato de que as análises que partiam dos EUA tinham como enfoque a questão econômica e o campo das finanças. Para ele, esse era um erro comum que se poderia entender quando vindo de um marxista, mas os não marxistas estavam a cometer o mesmo desacerto.

> Nas relações com a América Latina, parece que o aspecto econômico é a base de tudo, a fonte de todo bem e de todo mal. O único problema é a fome, o resto é consequência – dizem eles. E encontram pessoas dispostas a acreditar nisso. Elas não percebem que a fome, por sua vez, é uma consequência. Recentemente, países bem alimentados passaram por uma crise que culminou em desastre. O caso de Cuba é significativo. Apesar de ser um país pobre, as condições em Cuba estavam longe de ser as piores da América Latina. Acreditar no contrário é assumir que os comunistas precisam de uma maioria para tomar um país e só o fazem quando têm essa maioria – e uma maioria faminta. Pergunte aos húngaros; eles aprenderam isso. Pergunte aos cubanos; eles sabem disso agora[319].

Baseado nas concepções do escritor peruano Eudócio Ravines, autor do livro *América Latina, Continente en Ebulición*, Lacerda traz uma análise da formação sócio-histórica do continente a partir dos aspectos do colonialismo, da presença da aristocracia e da exploração europeia. Segundo sua visão, os estadunidenses haviam concedido as bases físicas para a liberdade na América Latina. Como Ravines, Lacerda acreditava que o crescimento urbano e a ascensão das classes médias seriam as formas mais eficazes para o fortalecimento da democracia. Uma classe média alinhada como uma vanguarda das classes trabalhadoras esclarecidas, opondo-se aos comunistas. Ele afirma que essa era a estratégia dos comunistas que provinham principalmente das classes médias, em meio a estudantes e oficiais das forças armadas. "Eles tentam atraí-los com suas ideias e se

learned this. Ask the Cubans; they know this, now. PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. President's Office Files. General Correspondence. 1961: KI-KU.

[319] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. Op. Cit.

falham, neutralizam-nos sob o disfarce do discurso nacionalista". Em sua avaliação da Guerra Fria, os EUA não poderiam apostar em uma estratégia de coexistência com o mundo socialista, Lacerda diz que a impressão dominante era:

> (1) Não haverá guerra, pois isso traria a destruição do mundo. (2) Se não houver guerra, a Rússia terá uma existência pacífica. (3) Se a Rússia vai vencer, por que ficar do lado perdedor? (4) Se tudo isso vai acontecer em breve, por que não chegar lá antes dos outros e se juntar ao outro lado imediatamente? É impressionante como esse tipo de raciocínio – apenas esboçado aqui – realmente funciona…[320]

Lacerda repetia um argumento que ele costumava utilizar em muitos momentos: os EUA ainda não sabiam identificar – dentro das estruturas sociais da América Latina – seus aliados naturais e seus oponentes naturais, dizendo que muitas vezes eles eram facilmente manipulados pelo discurso de alguns falsos amigos, especialmente no Brasil. O governador se queixava de que maioria da sociedade estadunidenses desconhecia completamente a América Latina, vista apenas como um assunto destinado a especialistas em cadernos internacionais da imprensa. Para ele, advogar uma política de não intervenção, na prática, levava ao fortalecimento do inimigo comunista por simples omissão, o que traria a derrota de todos aqueles latino-americanos que pensam e se sentem como a maioria do povo dos Estados Unidos. Lacerda argumentava que era preciso avançar com essa consciência para o interior da opinião pública estadunidense, explicar e fazer conhecer a América Latina nos EUA. Se não fosse assim, seria muito difícil para as lideranças colocarem em prática as políticas necessárias para o desenvolvimento da região. Ainda sob sua perspectiva, isso dependeria de um esforço de integralização do continente, de um senso coletivo de responsabilidade que iria do Alasca aos Estreito de Magalhães. Lacerda afirmava que a América Latina deveria deixar de ser um tema de especialistas. Ele tece uma dura crítica aos intelectuais e técnicos estadunidenses que atuavam na região dizendo que o que se encontra são homens práticos – práticos demais. Universitários e acadêmicos que quando apanhados pela complexidade da realidade tem muito pouco a dizer e nada a ouvir. Enquanto os soviéticos estão oferecendo bolsas de estudo, viagens a juízes, políticos, professores, oficiais do exército, profissionais em geral e jovens com objetivo de treiná-los e transformá-los em ativistas e líderes políticos, os EUA permanecem omissos. Ele insistia que há anos as lideranças latino-americanas têm

[320] (1) There will not be war, because this would bring about the destruction of the world. (2) If there no war, Russian will gain peaceful existence. (3) If Russia is going win, why be on the losing side? (4) If all this is going to take place soon, why not get there before the others – and join the other side immediately? It is amazing how this type of reaching – merely outlined here – actually works… PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. Op. Cit.

denunciado essas questões e nunca eram ouvidos nos salões de Washington. Além disso, acrescentava que com frequência são pegos de surpresa por julgamentos e notícias superficiais na imprensa dos Estados Unidos que pouco entende seus vizinhos[321].

O governador provocava a política externa de Kennedy, dizendo que a América Latina, na sua luta contra a influência comunista, precisava de muito mais do que apoio financeiro. As pessoas precisavam aprender o significado de liberdade, romper com os dogmas, precisavam de alimento para a alma. Citando Simone Weil, ele diz que a "revolução, ao contrário da religião, era o ópio do povo". Em um discurso dramático, Lacerda enfatizou que a revolução na América Latina já havia começado, mas ninguém sabia como ela terminaria. Milhões de homens estavam mergulhados em uma vida obscura, triste e solitária, feita de sujeitos com dentes podres, pouca escolaridade e muitos filhos; mulheres sendo forçadas a gestar muitos para que uns poucos pudessem sobreviver. Homens que envelhecem e morrem antes do tempo.

O governador afirmava que, no Brasil, o caudilho fora substituído pelo ditador. Uma figura demagógica que sempre prometia quebrar as regras tradicionais da oligarquia e convocava os pobres para um show político. O homem pobre sente que seu tempo chegou. Ele conversa com esse novo tipo de ditador, eles discutem suas angústias, ele pede pelo seu voto. As imagens aludidas por Lacerda o levam a criar uma narração. Para ele é o ditador quem convoca os pobres a migrarem para a cidade e, agora, esse homem não está mais sozinho, pois faz parte das massas. A ele é prometido muitas coisas. O caudilho de antes, aquele que era seu padrinho, agora virou o "pai dos pobres", o primeiro descamisado – mas que usa camisas de seda, diz o governador – de sorriso potente. O super-patriarca, a cabeça do Estado Provinciano, que é endossado por homens vestidos de branco, doutores da lei e novos adeptos da eficiência, da industrialização e do nacionalismo. É evidente que Lacerda faz alusão à Getúlio Vargas e João Goulart, como exemplo desses novos tipos de ditador.

Lacerda finaliza o seu longo texto dizendo que a América Latina precisava ser tratada como um adulto, com responsabilidades fundamentais no seu próprio processo de desenvolvimento.

> A assistência dada pelo povo norte-americano aos seus irmãos do sul deve ser algo mais do que um apoio condicionado, deve ser uma proposta franca de associação de interesses para a realização de ideais comuns. Não há razão para se envergonhar de falar sobre ideais. Não desejo ser a causa de qualquer perda para o seu consumo interno, mas acredito que o idealismo é o melhor artigo de exportação dos Estados Unidos. Sempre que os Estados Unidos param de falar

[321] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. Op. Cit.

> sobre seus ideais, temos a impressão de que perderam esses ideais ou não desejam torná-los conhecidos[322].

O discurso redigido possui trecho grifados em amarelo, destacado em partes com caneta e corrigido manualmente, o que indica que foi lido com certa profundidade, mas é difícil de saber por quem e para que fins exatamente. A questão é que Carlos Lacerda pertencia ideologicamente ao encadeamento de ideias presente nos círculos decisórios da política externa estadunidense, compartilhava de seu ideário comum. Fornecia, como fica claro neste documento, o combustível para o anticomunismo, fazendo do governo dos Estados Unidos um aliado contra seus adversários do campo trabalhista. Se essas opiniões não foram diretamente lidas por Kennedy, elas com certeza foram conhecidas pelo serviço diplomático e encontravam-se em confluência com sua mentalidade. Ao mesmo tempo, suas críticas eram vistas como contundentes e necessárias. Lacerda defendeu uma visão profundamente intervencionista; um convite aos estadunidenses a se emprenharem com mais afinco nas disputas políticas na América Latina, principalmente contra seus adversários políticos.

3.2 O Brasil à Beira da Guerra Civil e a Solução pelo Parlamentarismo

Nas primeiras horas após a renúncia alguns setores da esquerda cogitaram que a saída de Jânio era um acontecimento causado por pressões internacionais contrárias à sua política externa. O embaixador dos Estados Unidos em Moscou, John M. McSweeney, informou que no dia 29 de agosto a Agência de Notícias Russa (TASS) asseverou que Quadros tinha sido vítima de forças reacionárias ligadas ao imperialismo estadunidense que o derrubaram do poder. Essas forças estariam se opondo à política externa independente e impedindo o normal desenvolvimento de relações do Brasil com os governos socialistas. Os soviéticos estavam acusando o governo dos EUA de haver derrubado o presidente brasileiro[323]. Durante toda a crise gerada pela renúncia, as

[322] The assistance given by North-American people to their southern brothers must be something more than conditional support, it must be a frank proposal of association of interest towards the attainment of common ideals. There is no reason to be ashamed to talk about ideals. I do not wish to be the cause of any loss to your domestic consumption, but I think idealism is the United States best export article. Whenever the United States stop talking about their ideals we get the impression that they have lost these ideals, or do not wish to make them know. PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. Op. Cit.

[323] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 186 Information Rio de Janeiro 11.** Embassy of Moscow to Secretary of State. August 27, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 6, frame 511. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

interpretações do serviço diplomático iam no sentido de que o principal motivo para a saída de Quadros eram as pressões internas sofridas por causa de sua política externa, apesar do conhecimento sobre as tentativas golpistas do presidente.

De fato, quando a renúncia foi divulgada na imprensa muitos pensaram que Jânio havia caído por coações de militares e de setores conservadores, o que gerou uma mobilização dos movimentos sociais em favor do presidente. De certa forma, este era o tom da carta-renúncia e da ideia de "forças terríveis". A política externa de Jânio havia conquistado um espaço considerável de apoio entre os setores nacionalistas e de esquerda do país. Manifestações estudantis foram convocadas para a frente da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro. Foi necessário a ação da Polícia Militar para dispersar a multidão de aproximadamente quinhentos estudantes que foram reprimidos com bombas de gás lacrimogênio e granadas de fumaça. O diplomata Niles Bond relatou que várias janelas do primeiro andar acabaram apedrejadas[324]. Ele descreveu ainda que outras manifestações de rua se espalharam pelo Rio, sendo possível ouvir explosões eventuais nas proximidades do prédio da Embaixada. A força policial tentava conter outros ataques de estudantes defronte às sedes dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, este último pertencente ao governador Carlos Lacerda. Bond informou que militares brasileiros chegaram a entrar em contato por canais não oficiais oferecendo proteção à Embaixada dos Estados Unidos. O documento relata ainda que, naquele momento, Jânio se encontrava no aeroporto de Cumbica, onde ficou sob proteção dos militares aliados antes de partir para a Europa[325]. A situação ficou tão crítica que no dia 28 de agosto, após o ataque de manifestantes à embaixada, Bond solicitou por diversas vias o envio imediato de 100 granadas de gás lacrimogêneo da base aérea de Charleston para proteção, temendo uma possível invasão ao prédio na avenida Wilson, no centro do Rio de Janeiro[326].

Um dia após a saída de Quadros, Bond, tentou analisar quais seriam as motivações da renúncia que pegou todos de surpresa. Embora a Constituição de 1946 não

---

[324] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Deptar, Information CGUSACARIB, CINCARIB, State Department.** Embassy of Rio to Secretary of State. August 25, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 083-090. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[325] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Deptar, Information CGUSACARIB, CINCARIB, State Department. Op. Cit.**

[326] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action CNO, HQ USAF, DEPTAR, Information Department State, 1127 FAG, HQ MATS, 1208 ATW Charleston […].** Embassy of Rio to Secretary of State. August 28, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 117. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

especificasse a situação da ausência do vice-presidente do território do país, segundo ele, havia um claro consenso de que João Goulart deveria assumir à presidência. Contudo, a situação era delicada, pois tinha como principal obstáculo a resistência dos militares, principalmente do Ministro da Guerra, general Odílio Denys, que era um ferrenho opositor de Jango. Bond relatou que um grupo minoritário encabeçado pelo Marechal Henrique Teixeira Lott e formado por oficiais legalistas defendia que Goulart assumisse a presidência seguindo os procedimentos constitucionais. Para o diplomata, este grupo legalista estava mais motivado por uma devoção à constituição do que por afeto ao vice-presidente. No entanto, Denys acusava Jango de ser uma espécie de Fidel Castro brasileiro que devia ser impedido de todas as formas de tomar posse. Dentro dos círculos militares, a posição do Ministro da Guerra era maioritária, embora Lott estivesse disposto a lutar. Na análise do diplomata, a estratégia de Denys era pressionar Goulart a renunciar de seu cargo, tomando até mesmo medidas mais enérgicas para removê-lo da vida política ou decretar a sua prisão assim que pisasse em solo brasileiro. Diante de tudo o que via, Bond afirmou que a guerra civil era uma possibilidade real. Na análise do diplomata, se Jango fosse impedido de assumir, seja com ou sem o apoio de Lott, os comunistas, tendo a constituição ao seu lado, iriam lançar uma série de perturbações sociais para intimidar os militares a fazer valer a sucessão do vice-presidente. Ou ainda, apelar para Jânio Quadros retornar e "salvar o país"[327].

Em relação a essa última hipótese a embaixada já suspeitava que a renúncia havia sido um movimento "tático bizantino" de Quadros cujo resultado esperado era o seu retorno triunfante ao cargo, agora sob seus próprios termos. Os agentes consulares, principalmente em São Paulo, conheciam muito bem o perfil político do presidente e a sua histórica prática dramática de ameaçar renúncias para retornar em melhor posição. Na avaliação da Embaixada, com o poder concentrado em suas mãos, Jânio tomaria medidas para reestabelecer a ordem social que ele mesmo desestabilizou, tornando-se uma espécie de herói. Bond diz que vários "brasileiros responsáveis" haviam entrado em contato com a embaixada durante as últimas 24 horas, muitos que não tinham nada além do desprezo pelo vice-presidente João Goulart, mas que defendiam que lhe fosse permitido assumir o cargo de maneira ordeira, com o estreito controle dos militares e de

[327] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 487 Information Buenos Aires Priority 23.** Embassy of Rio to Secretary of State. August 26, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 091-092. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

outras forças conservadoras a fim de conter a crise institucional causada pela inesperado abandono da Jânio Quadros do cargo. Segundo suas fontes, essa seria uma opção melhor do que convocar novas eleições, que poderiam resultar no retorno de Juscelino ou mesmo Quadros ao poder; ambos, cada um à sua maneira, seriam muito mais poderosos do que Jango e teriam um potencial destrutivo significativo para o país. Diante da situação séria de desordem, Bond emitiu um comunicado desencorajando cidadãos estadunidenses a fazerem viagens desnecessárias ao Brasil[328].

Na avaliação dos diplomatas, em conversas com diversos setores, havia apenas duas possibilidades no horizonte: que Goulart governasse com um gabinete conservador imposto a ele pelos militares, ou que as Forças Armadas tomassem o poder à revelia da constituição. Por dias, as embaixadas dos EUA em Londres, Paris e Uruguai enviaram telegramas ao Rio mapeando o percurso de retorno do vice-presidente João Goulart[329]. De fato, Jango optou por um caminho mais longo, deixando as negociações políticas acontecerem sem a sua presença no Brasil, mantendo-se informado por contatos telefônicos com os seus apoiadores, assumindo sempre um tom conciliador.

Leonel Brizola havia recebido uma ligação de Jango e disse a ele que coordenaria, a partir de Porto Alegre, a resistência em favor de sua posse. Este evento ficou conhecido como Campanha da Legalidade. O Palácio Piratini converteu-se em uma fortaleza com sacos de areia na porta e ninhos de metralhadoras no teto. Em mensagens interceptadas pelos aliados de Brizola, demonstraram que o temor de um bombardeio a sede do governo do Rio Grande do Sul era real, pois ordens para atacar a sede do governo gaúcho estavam sendo emitidas pelo alto comando do Exército. A capital gaúcha foi completamente mobilizada, Brizola convocou funcionários, jornalistas e o comando militar a resistir. Populares foram chamados à luta assumindo postos de combate e recebendo armas que foram distribuídas em filas na Praça Matriz. Carros oficiais do governo foram amontoados em frente ao palácio para servirem de bloqueio aos tanques em caso de uma invasão. A partir de um estúdio improvisado que posteriormente se estendeu pelas redes

[328] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 506 Priority.** Embassy of Rio to Secretary of State. August 27, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 111. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[329] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 1087.** Embassy of Rio de Janeiro to Secretary of State. August 28, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 128-132. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

de rádio do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola passou a desferir discursos eloquentes pedindo à população de Porto Alegre calma e convocando o restante do país a resistir contra os militares e a favor da posse de Jango[330]. Como relatou Jorge Ferreira, em 27 de agosto, na capital gaúcha, um funcionário dos correios e telégrafos chamados João Carlos Guaragna interceptou comunicações em código Morse do Quartel General do III Exército em Porto Alegre com o Alto Comando em Brasília, informando as movimentações internas no Palácio Piratini e a resistência organizada por Leonel Brizola em favor de João Goulart. Da Guanabara, os ministros militares ordenaram o general Machado Lopes, comandante do III Exército, a agir com firmeza contra os adversários que, segundo eles, se levantavam para desestabilizar a ordem e colocar Goulart na presidência[331].

Foi nesse momento que outro diplomata estadunidense assumiu um papel central nas informações sobre a situação no Rio Grande do Sul. Percy De Forest Warner, nascido em outubro de 1906, no Canadá, se mudou ainda jovem para Nova Jersey[332]. Em 1961, ele estava com 55 anos de idade, Warner era o cônsul geral de Porto Alegre desde setembro de 1959, sendo convocado na reformulação feita com a chegada de John M. Cabot. Era um homem alto e magro, com uma cicatriz no rosto, um diplomata experiente. Warner já havia atuado no Brasil anteriormente. Em 1955, seu nome aparece em alguns relatórios e jornais como adido da aeronáutica na Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, provavelmente durante a gestão do embaixador James Clement Dunn. Durante a Segunda Guerra, ele trabalhou no Departamento Administrativo da Aeronáutica, além de ter estudado na Universidade de Nova York. Pelas informações levantadas em jornais gaúchos[333], ele estava em Buenos Aires antes assumir o posto em Porto Alegre. Em uma edição da revista *The Foreign Service Journal* de junho de 1955, em uma coluna chamada *News from the Field*, onde diplomatas escrevem notícias sobre o que estava acontecendo nas embaixadas e consulados pelo mundo, Lionel B. Miller mencionou que Percy Warner estava ocupando interinamente o consulado da Bahia enquanto o cônsul-geral viajava aos Estados Unidos[334].

---

[330] FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
[331] FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. *Op. Cit.*
[332] Esses dados estão presentes no **censo do estado de New Jersey de 1915**, onde consta dados da família Warner. Percy deu o seu nome aos filhos sendo possível encontrar documentos de Percy De Forest Warner II, nascido em 1936. O fato causa certa confusão nos registros. Seu nome também se encontra em uma **lista de passageiros da Varig de 1955**, provavelmente quando retornou do Brasil para Nova York. Em uma **ficha da Delegacia Especializada de Estrangeiros**, em São Paulo, há um registro seu de 11 de julho de 1957, indicando que mantinha conexões com o Brasil. No registro sua profissão está como "oficial".
[333] DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 3 de setembro de 1959. A NOITE. **A Bandeira do Brasil no Aeroporto de Nova York**. 8 de agosto de 1955.
[334] MILLER, Leonel B. News from the Field. **Foreign Service Journal**, vol. 36, n° 6, junho de 1955.

Longe de ser um preciosismo desnecessário, levantar os dados biográficos dos cônsules se justifica pela compreensão fundamental de suas experiências e conexões com o Brasil, além de, no caso de os diplomatas com perfil militar serem importantes nesse contexto. No dia 27, Bond relatou que o Ministro Denys afirmara que o Brasil estava diante de uma escolha: ou a democracia ou o comunismlralo. O ministro disse ainda que não tinha nada pessoal contra Goulart, mas contra a forma de governo que ele defendia. No mesmo dia, Niles Bond informou que o Marechal Lott e o ex-ministro da Aeronáutica De Mello, haviam sido presos por ordem do Ministro da Guerra. A situação se tornava muito crítica com a Rede da Legalidade de Brizola disparando discursos pelo Brasil e chamando o povo a resistir no Rio Grande do Sul. O diplomata relatou que o porta aviões Minas Gerais, junto com cruzadores e destroieres da Marinha do Brasil, estava sendo carregados com equipamentos e fuzileiros com ordens de rumarem para o sul do país. Bond relatou também que o Congresso votaria em breve o estado de sítio[335].

Diante da tensão em Porto Alegre, o general Machado Lopes solicitou uma reunião com o governador Leonel Brizola. Na ocasião, não se sabia qual a posição do comandante do III Exército no imbróglio, sendo possível que aquele ato fosse um ultimato a Brizola para que se rendesse, seguindo as ordens do Ministro Odílio Denys que tinha ao seu lado a maioria dos comandantes das Forças Armadas. Naquela contextura, Denys já havia ordenado que a Força Aérea bombardeasse o Palácio Piratini, mas uma parte considerável do oficialato se recusava a cumprir as ordens de imediato, esperando por uma solução mais moderada. Ainda no dia 27, contrariando as previsões, Machado Lopes rompeu com o Ministro Denys, concordando que a ordem legal devia ser respeitada e que João Goulart deveria assumir a presidência da República[336]. O ato inesperado do general mudou completamente a situação, Brizola agora tinha condições materiais de resistir e de lutar pela posse de Jango.

Aqui encontra-se uma informação importante, até o momento inédita. Muito documentos dos dias que se seguem a renúncia de Jânio Quadros ainda se encontram

[335] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 503; Information Buenos Aires Priority 26.** Embassy of Rio de Janeiro to Secretary of State. August 27, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 105. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[336] Para um relato mais detalhado ver FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 e MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: o Brasil entre a Ditadura e a Guerra Civil**. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

classificados[337], impossibilitando compreender o total envolvimento do governo dos Estados Unidos na luta pela posse de Goulart. Todavia, encontramos um indício importante. No dia 30 de agosto, diante da escalada dos eventos, a Embaixada recebeu uma mensagem do Ministro Odílio Denys consultando sobre a disponibilidade do governo dos Estados Unidos de prover assistência aos militares brasileiros em caso de uma guerra civil, na qual ele argumentava ser inevitável. O ministro consultou se os EUA poderiam prover a partir de uma base clandestina equipamentos militares e munições, além de suprimentos de comida para sobrepor a decisão do governador Leonel Brizola de cortar todo o acesso de alimentos vindos do sul do país. Bond afirmou que os comentários da embaixada seguiriam em outro memorando, infelizmente o documento encontra-se secreto[338]. A preocupação do Ministro Denys era justificável, com a adesão de Machado Lopes, constituiu-se no Sul o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, que compreendia o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças de Segurança Pública, todos sob o comando do general. Segundo Jorge Ferreira, essas forças congregavam a mais poderosa artilharia e mais completo parque de manutenção do país, além de grandes regimentos de infantaria e de brigadas blindadas, somando ao todo 40 mil homens. Lopes contava com um poder de resistência que não podia ser subestimado por Odílio Denys. Era evidente que o ministro procuraria meios de angariar forças diante da guerra civil que se avizinhava.

Segundo Moniz Bandeira, em seu livro de 1978 sobre o governo João Goulart, baseado em uma entrevista do Almirante Silvio Heck ao autor, havia duas políticas vigentes no interior do governo dos Estados Unidos nos idos de 1961: a primeira, advinda do Pentágono e da CIA e, a segunda, do Departamento de Estado sob orientação da Casa Branca. Segundo Heck, a CIA e o Pentágono se mobilizaram naqueles dias para ensejar um golpe contra Goulart ainda em 1961, impedindo-o de tomar posse. A decisão era baseada nas percepções do serviço diplomático que viam Jango como um perigo. Ainda segundo Moniz Bandeira, Kennedy haveria ameaçado os militares brasileiros de suspender a ajuda financeira ao Brasil caso a legalidade fosse quebrada, seguindo a diretriz de fomento à democracia presente nas concepções da Aliança para o Progresso e

[337] Enviamos diversas solicitações com base do *Freedom of Information Act* – FOIA requerendo acesso a uma lista de 56 documentos sigilosos dos dias da Crise da Renúncia, porém, até o momento não obtivemos respostas do *National Archives and Record Administration.*

[338] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Telegram 580, August 30, 9 p.m.** Embassy of Rio de Janeiro to Secretary of State. August 30, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 7, frames 1046-1048. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

na Carta de Punta del Este assinada poucos dias antes. Em uma nota de rodapé, Moniz Bandeira informa que Silvio Heck explicou que militares receberam respostas contraditoras de suas solicitações de ajuda ao governo dos EUA em agosto de 1961[339].

Paulo Markun e Duda Hamilton, em seu livro *1961: o Brasil entre a Ditadura e a Guerra Civil*, trazem importantes dados sobre a atuação do Consulado de Porto Alegre e da Embaixada no mês de agosto e setembro de 1961. Eles tiveram acesso à arquivos que, provavelmente, estavam classificados durante a microfilmagem dos documentos hoje disponíveis no *Opening the Archives*. Em um desses documentos, de 1 de setembro de 1961, Bond recomendou ao Departamento de Estado que deixasse de lado suas usuais preferências por política constitucionais, adotando, naquele momento a tática de completo silêncio.

> [...] duvidamos da conveniência de qualquer declaração neste momento pelo governo dos EUA em favor de qualquer lado ganhar a presente luta pelo poder. Embora declaração apoiando processo constitucional possa parecer mera reiteração da posição tradicional dos EUA, na presente situação Brasil ela constituiria claro endosso pela causa de Goulart, que seria fortemente ressentida por aqueles de nossos amigos que apoiam esforços militares para excluir Goulart da Presidência por razão de sua conhecida simpatia comunista. Os EUA tem sido amplamente elogiados pela postura pública de não-interferência (como refletido, entre outras coisas, na declaração do presidente de 30 de agosto) que tem sido favoravelmente contrastada com os esforços de Castro de se ejetar para dentro de crises. Acreditamos que qualquer desvio desta posição enquanto questão pendente seria contraproducente. [...] Talvez as mais profundas cicatrizes deixadas por esta crise serão as infligidas às Forças Armadas, cuja unidade foi seriamente prejudicada e cujo prestígio sofreu severamente por sua defesa de uma causa impopular. Nossas futuras negociações com os militares brasileiros vão portanto, requerer um grau particular de tato e compreensão. Na nossa abordagem da situação brasileira como um todo devemos sobretudo não perder de vista o fato de que as Forças Armadas, embora ostensivamente agindo contra a Constituição, estavam sem dúvida sinceramente motivadas a preservar os mais básicos valores democráticos[340].

Niles Bond relatou em documentos anteriores que havia uma certa crença de que o gênio conciliador, típico da política brasileira, encontraria uma solução pacífica para o impasse. Todavia, já no dia 30 de agosto, evidências apontam que ele estava mudando de ideia. A atmosfera otimista estava, aos poucos, esvaecendo. Os ministros militares recusaram duas das propostas do regime parlamentarista costuradas pelo Congresso Nacional. No Rio de Janeiro, o sentimento era de desânimo. A esperança na personalidade conciliadora parecia estar se perdendo e, segundo o diplomata, os brasileiros bem-informados em contato com a Embaixada não duvidavam mais da possibilidade de uma

[339] MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart: lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Reio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
[340] MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: o Brasil entre a Ditadura e a Guerra Civil**. São Paulo: Editora Benvirá, 2011, 278-279.

guerra civil. Segundo Bond, a situação se complicava pelas informações desencontradas, pois havia uma supressão da liberdade de imprensa com uma censura imposta pelos ministros militares[341].

Na análise de Bond, a campanha de mobilização em favor de João Goulart a partir da rede da legalidade construída por Brizola se expandia pelo país e, no Rio, estava a ocorrer constantes surtos e distúrbios sociais com tumultos de rua e manifestações. O sentimento pró-Goulart crescia e se alastrava pelo país. Isso se refletia nos discursos no Congresso Nacional onde até mesmo o ex-presidente Juscelino Kubitscheck que havia se mantido em silêncio durante os últimos dias, subiu ao púlpito para defender a posse de Jango. Agora, os militares cada vez mais inflexíveis acabaram contribuindo para a intensificação da crise política e a continuidade dessas tendências estava levando a situação ao extremo[342].

Niles Bond manifestava uma completa incredulidade quanto à capacidade dos parlamentares de alcançar uma solução por meio de um acordo político. Suas preocupações e o seu menosprezo por Jango o levavam a considerar a possibilidade de guerra civil como certa, transmitindo constantemente à Washington a convicção de que havia poucas alternativas para negociações, especialmente devido à intransigência dos militares brasileiros e dos supostos objetivos escusos de Jango. O diplomata endossava essa percepção, alinhando-se a outros atores políticos de destaque que viam a guerra civil como inevitável, contribuindo para o desenho do Brasil como um país caótico.

A partir dos documentos analisados, somados aos indícios recebidos por Moniz Bandeira, Paulo Makun e Duda Hamilton, é possível inferir que os certos setores do governo dos Estados Unidos cogitaram apoiar os militares brasileiros em 1961 para impedir a posse de João Goulart. Dadas as percepções de Niles Bond em relação a Jango, é plausível que o diplomata tenha endossado essa ideia. No entanto, o governo Kennedy não pôde assumir tal compromisso naquele momento, pois havia assinado recentemente um documento no âmbito da OEA que condenava a instalação de regimes antidemocráticos na América Latina. Fica evidente que pelo menos no primeiro ano de governo, Kennedy foi fiel aos preceitos da Aliança para o Progresso. Durante sua

[341] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 579; Information Buenos Aires priority 43, CINCARIB Unnumbered.** Embassy of Rio de Janeiro to Secretary of State. August 30, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 176-177. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[342] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 579; Information Buenos Aires priority 43, CINCARIB Unnumbered.** Op. Cit.

campanha contra o governo republicano de Dwight Eisenhower, o jovem presidente criticara veementemente essa postura dos republicanos. Era preciso, pelo menos naqueles primeiros anos, honrar os compromissos ou se agravaria a imagem dos Estados Unidos na América Latina.

Enquanto isso, no Consulado de Porto Alegre, Percy Warner enfrentava sérias dificuldades para manter uma comunicação direta e eficaz com a Embaixada no Rio. Seu principal interlocutor era o conselheiro de assuntos consulares, Joseph S. Henderson. No dia 30 de agosto, Percy Warner dirigiu-se a Henderson em uma carta de agradecimento pelas missivas que haviam chegado no dia anterior, entregues pelas mãos de Jim Morris – aparentemente outro funcionário do consulado – que ficou encarregado de realizar a arriscada viagem de Porto Alegre ao Rio naqueles dias de tensão, com estradas bloqueadas e a eminência de um conflito entre militares. O objetivo de Morris era buscar dinheiro para a situação emergencial, já que os bancos na capital gaúcha estavam fechados. Warner mencionou que eles continuavam a empregar todos os esforços para manter a embaixada devidamente informada, porém, estavam restritos a informações de cunho meramente narrativo e a considerações de ordem pessoal. As linhas telefônicas de longa distância estavam interrompidas e o serviço de telegramas encontrava-se descontinuado em relação ao Rio. Ele relatou haver sido informado de que o general Machado Lopes não poderia garantir a segurança dos cidadãos estadunidenses em Porto Alegre, o que sugeria a necessidade de evacuação de suas famílias, principalmente dos técnicos da USOM que foram levados para a fronteira do Uruguai. Warner comprometia-se, ainda assim, a desempenhar as suas funções da melhor maneira possível, mesmo diante de um quadro de pessoal reduzido e de recursos limitados[343].

Apenas no dia 5 de setembro, quando a poeira baixou, Percy Warner dedicou-se a compreender os motivos que levaram o general Machado Lopes a mudar de posicionamento em relação ao governador Leonel Brizola, com quem aparentemente não mantinha simpatias, estando nos dias anteriores, seguindo as ordens do alto comando das Forças Armadas, pronto para bombardear o Palácio Piratini e prender Leonel Brizola. Esse foi um grande enigma para o serviço diplomático. O cônsul mencionou estar elaborando um memorando minucioso e abrangente sobre os acontecimentos daqueles dias. Entretanto, todas as indicações apontavam para o fato de que Machado Lopes agira

[343] WARNER, Percy. **Request for Additional Temporary Personnel at the American Consulate in Porto Alegre (1961)**. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

movido pelo senso de dever constitucional, desconsiderando as posições do Ministro da Guerra. Para Warner, Lopes compreendia que muitos de seus oficiais poderiam não acatar as suas ordens de ataque ao palácio do governo do Rio Grande do Sul, e, portanto, não desejava envolver-se em um conflito civil. Assim, ele aliou-se a Brizola na Campanha da Legalidade, buscando uma solução baseada em uma emenda constitucional que limitasse os poderes de Goulart na presidência[344].

Paralelamente, Warner relatou que comunistas organizaram um comitê de resistência no centro da cidade, situado no interior do prédio do Museu Estadual, convocando milícias formadas por trabalhadores das classes mais baixas e estudantes entusiasmados. Neste comitê, foram hasteadas faixas com a inscrições fazendo referência às investidas do governador Brizola contra as empresas estadunidenses e à expropriação I.T. & T, além de palavras de ameaça aos EUA. Diante desse cenário, Warner preocupava-se com a declaração de Machado Lopes de que não poderia garantir a segurança dos cidadãos estadunidenses na cidade. Ele receava que o comitê, inflamado pelo fervor ideológico propagado por Brizola, planejasse algum tipo de ataque contra os americanos residentes na cidade[345].

Foi no dia 8 de setembro, quando João Goulart já havia tomado posse e a situação parecia pacificada, o cônsul Percy Warner teve condições de redigir um memorando mais detalhado sobre o que ele havia observado das janelas do consulado em Porto Alegre. Ele relata que foi em dia chuvoso de tempestade que caiu sobre a cidade a notícia da renúncia de Jânio Quadros. Warner notificou que nos dias que se seguiram os agentes consulares tiveram pouquíssimo tempo para analisar os eventos, pois os dois cônsules em Porto Alegre trataram de tentar garantir a segurança dos cidadãos estadunidenses residentes na cidade. As linhas de comunicação por telégrafo foram abruptamente cortadas, impossibilitando o contando com o restante do país. Uma única linha administrada pelo governo do Rio Grande do Sul foi mantida e se encontrava extremamente congestionada. Assim, Warner justificava que esse era a primeiro despacho substancial que ele conseguiu enviar sobre a situação[346].

---

[344] WARNER, Percy. **Request for Additional Temporary Personnel at the American Consulate in Porto Alegre (1961)**. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

[345] WARNER, Percy. **Speculation on Lopes-Brizola Alliance (1961**). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.Brown Digital Repository. Brown University Library.

[346] WARNER, Percy. **Situation in Rio Grande do Sul caused by the resignation of President Quadros**. Correspondência do Consulado dos EUA em Porto Alegre para o Departamento de Estado. 8 de agosto de 1961. Caixa 1576, 5 páginas.

Percy Warner dividiu a situação em estágios. O primeiro, foi a notícia da renúncia de Jânio que pegou todos de surpresa. Warner diz que no primeiro estágio da situação, entre os dias 25 e 26 de agosto, o sentimento foi de perplexidade. Ainda neste interim, a conjuntura começou a ficar caótica quando Brizola deu início a movimentos no sentido de garantir Jango na presidência, convocando brigadas militares para a luta pela posse. Além disso, as Forças Armadas entraram em estado de prontidão em todo o estado[347].

Na cidade Porto Alegre, os bancos e escolas foram fechados e todo o combustível dos postos foi confiscado pelo governo estadual. O segundo estágio, empreendeu-se entre os dias 27 e 28 quando Brizola foi as cadeias de rádio às 3 horas da madrugada para denunciar o "golpe" do ministro Odílio Denys contra a posse de Goulart – Warner colocou a palavra entre aspas – e convocando o povo a resistir pela força das armas. Segundo o cônsul, o respeitado jornal gaúcho *Correio do Povo*, após consulta com o general Machado Lopes, se recusou a publicar um manifesto do Marechal Henrique Teixeira Lott contra o Ministro da Guerra. Por volta do meio-dia, homens armados invadiram a sede da rádio Guaíba, pertencente ao jornal *Correio do Povo* – segundo Warner, uma clara ação de represália do governador pela não publicação do manifesto –. Assim, Brizola, entrincheirado na fortaleza que se tornou o Palácio Piratini, passou a proferir os discursos em favor da posse de Goulart. O cônsul expôs que durante as transmissões ocasionalmente Brizola disparava contra "os interesses financeiros do estrangeiro" e os "trustes americanos" que teriam pressionado Jânio Quadros a renunciar.

Para Warner, este único canal de comunicação era tudo o que o governador necessitava para lançar uma campanha aberta em prol da posse de seu cunhado. Brizola contou com o apoio de muitos que não simpatizavam nem com ele nem com Jango, pois a sua postura parecia estar fundamentada na Constituição, ao passo que as ações das Forças Armadas no Norte do país não estavam. Nesse ponto, para o cônsul, parecia que a retórica inflamada do governador se chocaria com a determinação do comandante do III Exército em manter a ordem e a legalidade. As posições fortificadas ocupadas por suas forças antagônicas chegaram a se estabelecer a uma distância aproximada de dois quarteirões no centro de Porto Alegre. Warner ligou para o general Machado Lopes solicitando a segurança dos cidadãos estadunidenses residentes na cidade, foi quando então o general aconselhou que Warner os orientasse a não saírem de casa. Sobre o terceiro estágio, Warner narrou a situação tensa vivida na capital:

[347] WARNER, Percy. **Situation in Rio Grande do Sul caused by the resignation of President Quadros**. Op. Cit.

Terceiro Estágio, meio-dia de 28 de agosto a 31 de agosto, Saindo da Crise: Ao meio-dia do dia 28 de agosto, segunda-feira, o general Machado Lopes telefonou ao governador Brizola. Eles chegaram a um entendimento aparentemente baseado em seu acordo comum de que a Constituição devia ser preservada e que isso significava que o vice-presidente Goulart devia assumir a Presidência. A tensão entre os dois campos armados em Porto Alegre diminuiu imediatamente. Ela foi substituída rapidamente por outras tensões que surgiram quando a oposição a Goulart no Norte ficou mais manifesta. As transmissões controladas pelo governador espalham-se para todas as estações do Rio Grande do Sul, chamadas a permanecer no ar numa Rede da Legalidade. Essas transmissões eram estridentes e militantes, consistindo em notícias ficcionais, manifestos incendiários e música militar. Estava claro que o propósito disso era sublevar o povo aqui para lutar em caso de guerra civil. Com as rádios geralmente em mãos oficiais era difícil para o povo aqui ouvir estações de fora e a reportagem extremamente objetiva de jornais como Correio do Povo e Folha da Tarde pesava relativamente pouco na balança do efeito na opinião pública. (Em alguns aspectos, a atmosfera de angústia engendrada pela rádio da Legalidade se parecia com a que foi criada na área de Nova York pelas transmissões da invasão marciana de Orson Welles uma geração atrás.) Somado a essas transmissões, outro recurso de agitação apareceu com a formação de Comitês de Resistência com um quartel-general central no pavilhão de exibições públicas do Estado no coração do centro de Porto Alegre. A partir desse quartel-general que exibia um nítido tom anti-Estados Unidos, foram organizados comitês em outras partes da cidade e do Estado, em geral sob a direção de estudantes universitários esquerdistas. Eles alistaram voluntários para milícias que começaram a treinar, sem armas, numa praça pública e atraíram seus recrutas entre os grupos de estudantes e trabalhadores mais militantes.

Reações públicas significativas: A angústia popular aumentou e o entrincheiramento começou quando surgiram rumores de que a entrada do canal em Rio Grande tinha sido fechada e que autoridades federais tinham ordenado ação militar contra o palácio do governador. Todas as estações de rádio foram colocadas sob controle único, transmitindo programas idênticos 24 horas por dia. O armazenamento de gêneros e de gasolina começou, com posterior racionamento. O movimento de famílias para fora da cidade se acelerou. Atividades comerciais se reduziram (foram reduzidas), com bancos fechados e escassez de moeda. Escolas fecharam e eventos públicos, como um jogo de futebol, foram cancelados. O povo em geral e as autoridades civis continuaram amistosos em relação aos americanos apesar de seus próprios problemas. As comunicações para fora do Estado foram reduzidas a uma congestionada e frágil linha telegráfica. Os voos foram cancelados e as rodovias para o Norte se tornaram arriscadas[348].

[348] Third Stage, noon from August 28th to August 31st, Exiting the Crisis: At noon on August 28th, Monday, General Machado Lopes called Governor Brizola. They reached an understanding apparently based on their common agreement that the Constitution must be preserved and that this meant Vice President Goulart should assume the Presidency. The tension between the two armed factions in Porto Alegre immediately decreased. It was quickly replaced by other tensions that arose when opposition to Goulart in the North became more evident. Broadcasts controlled by the governor spread to all stations in Rio Grande do Sul, called to remain on air in a Legality Network. These broadcasts were strident and militant, consisting of fictional news, inflammatory manifestos, and military music. It was clear that the purpose of this was to incite the people here to fight in case of civil war. With the radios generally in official hands, it was difficult for the people here to listen to outside stations, and the extremely objective reporting of newspapers like Correio do Povo and Folha da Tarde weighed relatively little in the balance of public opinion. (In some respects, the atmosphere of anguish engendered by Legality radio resembled that created in the New York area by Orson Welles' Martian invasion broadcasts a generation ago.) In addition to these broadcasts, another agitation resource appeared with the formation of Resistance Committees with a central headquarters in the State's public exhibition pavilion in the heart of downtown Porto Alegre. From this headquarters, which displayed a sharp anti-United States tone, committees were organized in other parts of the city and state, generally under the direction of leftist university students. They enlisted volunteers for militias that began training, unarmed, in a public square and attracted their recruits from the most militant

Goulart aceitou a solução pelo parlamentarismo. Segundo Argelina Cheibub Figueiredo, esta foi a fórmula encontrada para evitar a guerra civil e, ao mesmo tempo, não perder a oportunidade de assumir a presidência da República. Os ministros militares perceberam que a posição intransigente pelo impedimento da posse os deixava completamente isolados. A negociação pelo parlamentarismo fornecia uma "saída honrosa"[349]. No dia 7 de setembro, João Goulart tomou posse no Congresso Nacional em um clima de entusiasmo e alívio. Em seu discurso, apelou para a construção de uma unidade nacional em favor da democracia e das reformas[350].

Os jornalistas Paulo Makun e Duda Hamilton, em seu livro citado anteriormente, trouxeram um documento relevante que não localizamos em nosso acervo documental[351], mas que diante das percepções de Niles Bond e das ações seguintes do governo Kennedy parece ser coerente e condizente com a contextura. Os autores afirmam que superada a crise, nas vésperas da posse de Jango, Niles Bond asseverou como deveria ser a postura do governo Kennedy diante do novo presidente e principalmente de sua relação com os militares. No documento o diplomata diz:

> [...] Bem distintas da atitude, tom e ritmo do próprio Goulart, nossas negociações com o novo governo serão, é claro, afetadas significativamente, se não amplamente determinadas, pela escolha do presidente do conselho e outros ministros-chave, com quem será nossa tarefa estabelecer as mais eficientes relações de trabalho possíveis consistentes com a orientação geral do governo.[...] Talvez as mais profundas cicatrizes deixadas por esta crise serão as infligidas às Forças Armadas, cuja unidade foi seriamente prejudicada e cujo prestígio sofreu severamente por sua defesa de uma causa impopular. Nossas futuras negociações com os militares brasileiros vão, portanto, requerer um grau particular de tato e compreensão. Na nossa abordagem da situação brasileira como um todo devemos sobretudo não perder de vista o fato de que as Forças Armadas, embora ostensivamente agindo contra a Constituição,

---

student and worker groups. Significant public reactions: Popular distress increased and entrenchment began when rumors emerged that the channel entrance in Rio Grande had been closed and that federal authorities had ordered military action against the governor's palace. All radio stations were placed under single control, broadcasting identical programs 24 hours a day. Stockpiling of groceries and gasoline began, with subsequent rationing. The movement of families out of the city accelerated. Commercial activities dwindled, with banks closed and a shortage of currency. Schools closed and public events, such as a soccer game, were canceled. The general population and civil authorities remained friendly to Americans despite their own problems. Communications out of the state were reduced to a congested and fragile telegraph line. Flights were canceled, and highways to the North became risky. WARNER, Percy. **Situation in Rio Grande do Sul caused by the resignation of President Quadros**. Correspondência do Consulado dos EUA em Porto Alegre para o Departamento de Estado. 8 de agosto de 1961. Caixa 1576, 5 páginas.

[349] FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz & Terra, 1993.

[350] FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

[351] Os trabalhos jornalísticos são fundamentais para a compreensão dos eventos, muitas vezes o certo desapego ao aparato de citações rigorosas, exigido nos trabalhos historiográficos, torna-se uma vantagem na construção de uma narrativa mais fluída e que pode articular-se com o contrafactual. Todavia, neste caso a vantagem converte-se em problema, os autores se abstiveram de citar os documentos que utilizaram dificultando para que conseguíssemos localizar e checar com mais precisão as informações que eles trazem.

> estavam sem dúvida sinceramente motivadas a preservar os mais básicos valores democráticos[352].

O que podemos notar é que havia uma clara certeza de certos setores de que a vitória de Jango e Brizola na luta pela posse representava uma derrota para os militares. Nessa interpretação do serviço diplomático, as ações haveriam sido bem-intencionadas e as forças armadas haviam lutado pela democracia. A vitória da esquerda, incluindo os nacionalistas e os comunistas que se engajaram em defender João Goulart na presidência preocupava os diplomatas.

Em 28 de setembro de 1961, a Agência Central de Inteligência (CIA), segundo Phyllis Parker, por recomendação de Lincoln Gordon, realizou um estudo para saber quais eram as conexões de João Goulart com os comunistas[353]. É possível encontrar uma parte desse relatório no acervo do *Opening the Archives*. No conteúdo, os agentes da CIA afirmam que Jango havia baseado toda a sua carreira política entre os trabalhadores organizados. Naquele momento, ele parecia buscar sindicatos liderados por comunistas para criar uma base de apoio ao seu governo. No relatório, é informado que o primeiro-ministro Tancredo Neves também foi investigado. Segundo o documento, ele havia convocado uma reunião com quatorze líderes sindicais pertencentes ao ilegal Partido Comunista do Brasil. Na ocasião, ele pediu para que os líderes dessem um voto de confiança ao novo governo. Os comunistas responderam que ainda não tinham uma diretriz central sobre como lidar com o governo Goulart, mas que estavam dispostos a apoiá-lo se o presidente seguisse as prerrogativas do partido[354].

Em 5 de outubro de 1961, logo após a adoção do regime parlamentarista, chegou às mãos do Assistente do Secretário para Assuntos Latino-Americanos, Robert F. Woodward um artigo de vinte e uma páginas analisando a situação política do Brasil. O artigo foi entregue por S. M. McAshan, presidente da *Anderson, Clayton & Company*, uma empresa do ramo agrícola e alimentício, com forte presença no Brasil, sediada em Houston, no Texas. O longo relatório foi descrito como uma interpretação pessoal sobre a situação política entre agosto e setembro feita por um cidadão dos EUA que residia no Brasil, casado com uma brasileira e com filhos que eram cidadãos brasileiros. O tal autor ocupava um dos mais altos cargos de uma grande empresa no Brasil e tinha uma opinião

[352] MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: o Brasil entre a Ditadura e a Guerra Civil**. São Paulo: Editora Benvirá, 2011, p. 279.
[353] PARKER, Phyllis. **1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de 31 de Março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
[354] CIA**. Leftist Connection of the New Brazilian Government (1961).** Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

de peso entre o empresariado brasileiro. McAshan não estava autorizado a fornecer o nome do indivíduo que redigiu o relatório, mas segundo ele, esta era a melhor análise sobre a situação e as peculiaridades de Quadros que o governo dos EUA poderiam encontrar[355].

Nas primeiras páginas do longo relatório intitulada *Crisis in Brazil – August 1961*, o autor anônimo fala sobre como Jânio era um homem altamente movido pelas emoções, demagogo e com tendências ditatoriais, porém, os brasileiros o escolheram em eleições livres e com grande número de votos. Para compreender esses pontos o inominado recorreu a um resumo da história política Brasil nas últimas décadas, sendo para ele um fator necessário para compreender a eleição de Quadros. Ele começou definindo algumas interpretações sobre a tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930 até o seu suicídio em 1954. Nessa perspectiva, a queda de Vargas representava a falha do sistema político brasileiro. Ele argumentou que o Brasil estava mergulhado em corrupção, em uma inflação severa e em grande agitação social, nepotismo, uso não oficial de métodos ilegais e violentos, tudo estridentemente denunciado pelo ilustre governador Carlos Lacerda[356].

Sob seus argumentos, Getúlio era o cabeça do PTB, o mais importante partido de esquerda. Agindo com agitadores nos sindicatos, distribuindo benefícios sociais sem o país ter condição de pagá-los, antagonizando com o setor privado e alimentando o nacionalismo. Após a crise do suicídio de Vargas, Juscelino assumiu pela força e tendo como fiador Marechal Lott que conseguiu preservar a Constituição. O autor explica que Kubitscheck era do PSD, o maior partido político do Brasil, naquele momento encabeçado por Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas. JK prometeu 50 anos e 5 e teria entregado um governo colorido, dinâmico, amigável, democrático e responsável com um grande crescimento industrial. Todavia, isso ocorreu às custas do aumento do custo de vida e de uma inflação violenta. Quando Jânio assumiu o governo, a situação financeira do Brasil era calamitosa. Naquele momento, as pessoas pobres estavam mergulhadas em uma espiral de aumento do custo de vida, encontrando dificuldade para

[355] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Dear Mr. Woodward**. S. M. McAshan, Jr. to Assistant Secretary of State for Latin American Affairs. October 5, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 248. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[356] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961**. S. M. McAshan, Jr. to Assistant Secretary of State for Latin American Affairs. October 5, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 251-271. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

sobreviver. Vargas teria escolhido como seu sucessor, João Goulart, que agora havia chegado à presidência do Brasil[357].

Ele indaga: por que a vitória de Jânio foi tão decisiva? Como um homem sem filiação partidária conseguiu derrotar Lott, um sujeito com grande prestígio militar e com o suporte do PSD? Como Jânio conseguiu o apoio do PTB mesmo aliado com os conservadores da UDN? Segundo o autor a resposta era fácil. Quadros era um homem honesto, escrupulosamente honesto. Construiu um gabinete composto por homens conservadores, anticomunistas e que foram muito bem recebidos nacional e internacionalmente. Para o anônimo, os seus ministros atacaram com coragem, vigor e de maneira realista os problemas do Brasil. Os ministros militares de Quadros eram profundamente anticomunistas. O novo presidente prometeu austeridade e tempos difíceis, na qual poderia ocorrer agitações sociais, então era importante as Forças Armadas estarem decisivamente comprometida a combater a subversão[358].

Na política externa, segundo o documento, o Brasil teve toda a ajuda possível dos EUA e de outras organizações financeiras internacionais, que ajudaram Jânio a colocar as contas em dia. Ao mesmo tempo, o presidente interrompeu projetos desnecessários, cortou despesas, demitiu funcionários públicos, iniciou investigações contra a corrupção. Para o autor, no caso das remessas de lucro, um rascunho do projeto havia sido enviado ao Congresso para ser devidamente debatido. Para ele, tratava-se de uma proposta original, que não aumentava o imposto sobre a remessa de lucros, mas definia que uma taxa de 10% a 30 % dos lucros fossem reinvestidos no Brasil. Ou seja, no fim ele encorajava o desenvolvimento do capital privado, doméstico e estrangeiro, estimulando a agricultura e a produtividade[359].

No campo da política externa, o inominado afirmava que Quadros iniciou um trabalho de perspectiva neutra e independente. Endossou o não-intervenção, a autodeterminação dos povos e o anticolonialismo. Defendeu o comércio com todos os lugares do mundo, dando início ao reconhecimento da Rússia e da China e de outros países da cortina de ferro. Apoiou a Aliança para o Progresso anunciada pelo governo Kennedy[360].

É possível perceber um tremendo esforço do analista para compreender a aporia da política externa janista, pois, na visão dele, era contraditório pregar a autodeterminação

[357] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961.** Op. Cit.
[358] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961.** Op. Cit.
[359] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961.** Op. Cit.
[360] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961.** Op. Cit.

dos povos e, ao mesmo tempo, apoiar Fidel Castro em Cuba. A ideia era que o socialismo cubano não era compatível com o princípio da autodeterminação. Para ele, a única explicação plausível era que Quadros queria se manter próximo a Fidel para agir como um mediador no cenário internacional. O autor afirmava que se essa abordagem era realista ou não, era difícil de dizer, mas isso criou uma celeuma internacional e nacional para o presidente brasileiro. Quadros foi hostil ao Ocidente. Todavia, era inegável que quando foi necessário nomear embaixadores ou emissários, Jânio escolheu homens honestos de imenso respeito, capacidade e inteligência. Entretanto, Jânio professou sua simpatia pelo Leste – referindo-se ao mundo socialista – mesmo que todo o seu apoio político e financeiro fosse fornecido pelo mundo Ocidental[361].

Subsequentemente, o autor detém-se com meticulosidade nos meandros da renúncia de Quadros e sua associação com Carlos Lacerda, antecipando a suspeita de que o presidente brasileiro planejava um golpe. Segundo o documento, João Goulart não representava a preferência ideológica dos brasileiros. Ele personificava tudo o que o povo rejeitava: um protegido de Vargas, um agitador notório profundamente envolvido em escândalos políticos e corrupção. A pergunta que ecoava, provavelmente entoada pelos *policymakers* em Washington, era: "Não é curioso que um homem não desejado pelo povo tenha assumido a presidência democraticamente? Como isso foi possível?". O autor recorre a uma análise da heterogeneidade dos partidos políticos brasileiros, tentando elucidar a concepção por de trás da ideia de chapas distintas para presidente e vice-presidente. Esse arranjo engendrava uma independência nos acordos políticos. Goulart empenhou-se arduamente para sua indicação à vice-presidência, assegurando o apoio de Lott e infiltrando-se na plataforma política de Jânio Quadros com o endosso do PSD. Milton Campos e Fernando Ferrari acabaram dividindo votos, resultando na eleição de Jango como vice-presidente[362].

João Goulart e Quadros eram antípodas ideológicos, quase inimigos declarados. Todavia, com Jânio no governo, o vice-presidente era praticamente destituído de qualquer influência política. Em seguida, o autor inominado descreve Brizola como um demagogo tirânico que desdenhava da lei e da ordem. Lembra que recentemente ele havia confiscado as instalações da *American & Foreign Power* em Porto Alegre e as colocara sob o controle de seu governo. Segundo o articulista, ele comandava uma milícia pessoal e leal no Rio Grande do Sul, um grupo armado que atuava quase como um exército privado. Em sua

[361] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961.** Op. Cit.
[362] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961.** Op. Cit.

análise, os ministros militares agiram com sobriedade ao recomendarem o impeachment do vice-presidente e oporem-se firmemente à sua posse. O autor ressalta que, se o Congresso tivesse acatado tal recomendação e defendido novas eleições, tudo teria se resolvido de maneira mais pacífica. O Congresso adiou a decisão para gradualmente enfraquecer os militares. Ele assevera: "golpe militar, coerção, ditadura militar, era o clamor". Do reduto eleitoral de Jango no Rio Grande do Sul, irradiou-se a Rede da Legalidade por todo o Brasil, instigando a paixão das pessoas pela defesa da Constituição. Os discursos de Brizola apelavam para a luta pela liberdade, pela legalidade contra a ameaça iminente de uma guerra civil que assolava o país. O autor anônimo menciona que Brizola foi auxiliado pelo líder do Partido Comunista, Luís Carlos Prestes, tentando imputar uma conexão das ações a um comunista conhecido[363].

Os ministros militares acabaram sendo duramente criticados por sua tentativa de subversão e pela tentativa de coagir o Congresso à ilegalidade de não aceitar Jango. Os deputados e senadores, em sua maioria, também não desejavam Goulart, mas julgavam pior que os militares estivessem tentando suprimir os poderes do legislativo. Buscaram uma solução legal, sugerindo o regime parlamentarista, transferindo as prerrogativas do presidente para um primeiro-ministro nomeado pelo Congresso. Os militares aceitaram a proposta. No entanto, desse ponto de vista, a questão permanecia: Goulart não representava a escolha ideológica do povo brasileiro. Era estranho que um homem desprezado pelo povo acabasse ocupando a presidência por um infortúnio dos eventos.

Para o autor, Jânio não tinha o direito de descartar os quase 6 milhões de votos que recebeu. Com Goulart e seus colegas esquerdistas no governo, o Brasil rapidamente entraria em uma espiral caótica, onde as Forças Armadas não seriam mais capazes de salvaguardar os direitos do povo. Ainda segundo essa análise, os militares não eram ingênuos, sabiam que o comunismo estava ganhando terreno. Eles sabiam que Goulart não era comunista, mas percebiam suas inclinações à esquerda. Eles compreendiam que seu gabinete sinalizava o retorno da corrupção, do nepotismo, dos ataques ao capital privado, da inflação e de todos os males que agravavam a situação do Brasil. Ainda segundo o analista anônimo, em uma reviravolta política curiosa, os militares se tornaram a principal força de mudança no Brasil, colocando-se como guardiões da democracia em meio ao caos. A situação era caótica, o Brasil estava resumido a subversão, corrupção, caos. Um tipo de governo extremista se apresentava em nome da democracia[364].

[363] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961.** Op. Cit.
[364] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961.** Op. Cit.

Em continuidade, o documento afirma que a situação no presente e no futuro era incerta. Nem mesmo os líderes partidários conseguiam compreender plenamente o que iriar ocorrer sob o sistema parlamentarista. João Goulart aceitou o parlamentarismo como uma solução pacificadora, mas sob seus próprios termos. Acrescenta que o comunismo havia ajudado Goulart a assumir uma postura legalista e que a normalidade seria corroída pela corrupção e pela inflação desenfreada. Na sequência, ressalta que ações subversivas começariam a ser fomentadas pela esquerda. Homens de posição ultranacionalista assumiriam postos-chave no governo Jango, como Gabriel Passos no Ministério de Minas e Energia. Ele afirmava haver uma tendência esquerdista forte em no gabinete presidencial, provavelmente referindo-se a Raul Riff. Isso significava que o petróleo, as usinas elétricas, os serviços públicos, tudo estaria sob estrito controle estatal. Postos-chave das Forças Armadas seriam ocupados por oficiais legalistas leais a Jango.

O autor alerta que compreender com precisão o que ocorria no Brasil era fundamental para os Estados Unidos. Esse era o objetivo de seu artigo. Segundo essa perspectiva, os EUA poderiam ser a principal força de mudança no Brasil com a Aliança para o Progresso do governo Kennedy. Mas e se esse governo se tornasse corrupto? E se os problemas econômicos saíssem de controle? Como os EUA poderiam apoiar projetos em benefício de alguns privilegiados? Qual seria nossa posição após a dois anos, quando a situação se deteriorasse com os extremistas no governo? Para ele, a ideia de coexistência não era uma opção:

> A definição de coexistência pacífica dos comunistas permite que todas as antigas ferramentas do comunismo internacional sejam empregadas, exceto o engajamento armado real por parte das tropas soviéticas. Isso significa que eles não acham errado fornecer armas, dinheiro ou semear o descontentamento sempre que puderem para causar confusão. Mais tarde, o poder cai nas mãos daquelas pessoas que apoiam o comunismo[365].

O analista anônimo conclui que havia um vácuo decorrente da crise, um espaço equivalente a 6 milhões de votos traídos por Jânio Quadros que deveriam ser reconquistados. Seis milhões de desiludidos que facilmente poderiam ser direcionados para qualquer sentido. Segundo ele, o governo dos Estados Unidos compreendia o que

[365] Communisms definition of peaceful coexistence allows all the old tools of international communism to be employed except actual armed engagement on the part of Soviet troops. This means they do not think it wrong to supply weapons, money, or sow discontent where ever they can to bring about confusion. Later power falls into the hands of those people who support communism. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961**. S. M. McAshan, Jr. to Assistant Secretary of State for Latin American Affairs. October 5, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 251-271. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

havia acontecido quando um vácuo político foi criado nos pós Primeira Guerra Mundial – ele não afirma com exatidão, mas parece-se se referir a ascensão do fascismo. Era necessário repetir o Plano Marshall no Brasil e não deixar os espaços desocupados. Mas ele questiona se o Brasil tinha condições de receber ajuda. Para o inominado, situação do país, dada sua extensão continental, sua população e riqueza, demandava uma nova abordagem dos Estados Unidos. Eles não poderiam auxiliar comunistas na América Latina. Os EUA não poderiam fornecer ajuda externa a países que, supostamente, a distribuiriam seus recursos para os privilegiados e endossavam a miséria. O governo Kennedy precisava buscar aqueles que reconheciam o sistema democrático e conclui: "Castro nos ensinou uma lição. Não vamos cometer o mesmo erro"[366].

Uma das linhas de conclusão sobre a falha na Aliança para o Progresso é que os EUA optaram por desestabilizar governos locais em troca da ascensão de regimes militares anticomunistas e aliados aos EUA, em vez de tentar "conter" as sociedades latino-americanas por intermédio de uma abordagem mais desenvolvimentista e democrática de longo prazo. Observando posteriormente o emprego da Aliança como uma ferramenta de desestabilização política do governo João Goulart, sublinhamos que a mudança na perspectiva da Aliança se deve muito à percepção dos agentes consulares sobre o Brasil, construída, como podemos ver em outros documentos, a partir uma perspectiva de conjunto. A estratégia política mirabolante de Lincoln Gordon, conhecida como ilhas de sanidade administrativa, aparece de maneira não sistematizada em diversos documentos. O plano era minar o governo brasileiro, apoiando as forças favoráveis aos Estados Unidos, aquelas que ainda possuíam em sua visão a sanidade necessária para manter o Brasil nos eixos. É perceptível que esse tipo de compreensão estava no ar do serviço diplomático como um todo e de uma parte das elites brasileiras.

Em 9 de setembro, já com João Goulart presidente, Niles Bond enviou um memorando ao Departamento de Estado orientando, a partir da embaixada no Rio de Janeiro, qual deveria ser a nova política com relação ao Brasil. Bond acreditava que não deveria ser feito nenhum compromisso de ajuda econômica com o governo Goulart. O DCM defende cortar os recursos. A ideia de limitar o acesso de Goulart à ajuda externa se explicava pelas suas conexões com o comunismo e pelas suas posições publicamente antiamericanas. A ideia de distribuir dinheiro de forma mais "equilibrada" poderia alcançar associações mais favoráveis e conquistar um maior número de amigos dos

[366] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Crisis in Brazil – August 1961.** Op. Cit.

Estados Unidos no Brasil. Por fim, Goulart não deveria esperar nenhum novo acordo com os Estados Unidos[367].

Segundo Bond, os compromissos já assumidos com o governo somavam U$ 335 milhões de dólares, a embaixada não achava viável financiar completamente essas iniciativas sem um sinal claro de que Goulart iria colaborar com os Estados Unidos. No entanto, o corte não deveria ser brusco, afirma Bond, pois isso poderia gerar uma "prova" de que o governo dos EUA era contra Goulart. Isso deveria ser evitado porque serviria de ferramenta amplamente utilizada pelos comunistas e nacionalistas para dizer que o governo dos Estados Unidos estava por trás do movimento militar que se opôs à posse do presidente. Além disso, Bond menciona que a importância de um Ministério das Finanças forte é ainda maior no contexto do governo parlamentar recém-implementado, onde há risco de que legisladores inexperientes minem as políticas financeiras. Bond sublinha que qualquer percepção de falta de comprometimento dos EUA com os acordos estabelecidos poderia fortalecer a oposição comunista e antiamericana, dificultando as relações e a cooperação futura do Brasil com os EUA[368].

Diante dos fatos expostos neste capítulo, impõe-se a necessidade de uma discussão com o historiador Thomas E. Skidmore. Segundo o brasilianista, a desorganização do governo João Goulart era evidente e foi usada como justificativa para intervenção dos militares. Estamos de acordo com sua assertiva quando ele diz que: "a sublevação política de 1964 é explicável em termos de forças políticas que lutaram para controlar o Brasil desde 1945[369]". Contudo, é inegável o peso do governo dos Estados Unidos nesse processo. Skidmore mencionou a decepção do governo Kennedy com a renúncia de Jânio Quadros e sublinha que, inicialmente, o serviço diplomático norte-americano procurou cooperar com o governo Goulart, até que as relações se deterioraram em meados de 1963, com a falha em implementar acordos de estabilização econômica e assistência financeira[370].

Segundo Skidmore, o governo dos Estados Unidos deixou de apoiar Jango a partir do segundo semestre de 1963, quando a desconfiança com o presidente brasileiro

[367] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Emptel 792**. From Embassy of Rio de Janeiro to Secretary of State. September 9, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 7, frames 831-832. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[368]U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Emptel 792**. Op. Cit.
[369] SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 369.
[370] SKIDMORE, 2010, Op. Cit.

aumentou. A partir desse momento, nenhum acordo foi assinado com o governo federal, nem mesmo os planos da Aliança para o Progresso com a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), peça central da política externa dos EUA no Brasil. Chegamos a um ponto importante, uma discordância que perpassa todo o nosso trabalho. Skidmore afirmou que com o entrave no governo federal, os EUA buscaram os governadores dos estados dispostos a aceitar os termos das agências financiadoras. O historiador cita os estados da Guanabara e o Rio Grande do Norte, ambos governados pela UDN, que aceitaram o dinheiro e executaram os programas de desenvolvimento dentro dos acordos da Aliança para o Progresso. Felipe Loureiro demonstrou como o desvio de recursos para o governo Goulart foi uma ação deliberada pelos EUA e o financiamento de projetos com governadores estaduais fazia parte do processo de desestabilização do presidente brasileiro[371].

Para o brasilianista, a infiltração da esquerda no interior do governo Jango passou a preocupar Lincoln Gordon apenas a partir de 1963, com o temor de uma "solução peronista[372]", apreciação comum nos documentos sigilosos redigidos por Gordon e termo também utilizado por Skidmore. Segundo o historiador, era claro e natural que toda a assistência financeira a partir de meados de 1963 fosse cortada do Poder Executivo Federal e transferida aos estados da federação alinhados com os projetos da Aliança para o Progresso. Apesar de reconhecer essa política, que ficou conhecida como as "ilhas de sanidade administrativa", Skidmore é categórico: não havia provas que fundamentassem uma alegação de que os militares golpistas no Brasil fossem patrocinados ou direcionados pelo governo dos EUA[373].

O historiador, no entanto, sublinhou ser possível questionar o papel dos Estados Unidos em 31 de março em um sentido mais fundamental. Disse:

> Admitindo-se que o governo americano não "patrocinou", de forma alguma, os rebeldes antijanguistas, cuja ações podem ser explicadas nos termos da dinâmica da política brasileira desde 1930, até que ponto a mentalidade dos "revolucionários" foi influenciada diretamente pelos Estados Unidos? Esta é uma pergunta tão difícil e quanto interessante, que extrapola os limites de um apêndice, e exigiria um estudo minucioso das relações entre os Estados Unidos e o Brasil nas últimas décadas[374].

---

[371] LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-Guerra**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

[372] O termo se referia a Juan Domingos Peron que governou a Argentina de 1946 sendo reeleito em 1951 e, após retorno do exílio, governo em 1973. Usualmente o termo "solução peronista" era utilizado pelo embaixador Lincoln Gordon para descrever uma tentativa de tomada do poder por um golpe de Estado dado por um líder popular.

[373] SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

[374] SKIDMORE, 2010, Op. Cit. p. 377.

Discordamos de Skidmore em diversos aspectos, pois entendemos que o envolvimento dos EUA foi profundo e sistemático, visando a desestabilização de Goulart e alinhando-se com as elites brasileiras. A política de "ilhas de sanidade administrativa" representou uma intervenção que extrapolou todos os princípios éticos da diplomacia. No entanto, as indagações de Skidmore são cruciais para o debate historiográfico, pois seus questionamentos sobre a influência americana nas mentalidades políticas brasileiras têm sido substancialmente explorados nas últimas décadas e são aprofundados na presente tese.

Ao longo deste estudo, tornou-se evidente a influência da mentalidade estadunidense sobre os militares das Forças Armadas, as elites e a própria sociedade civil brasileira. Seja por meio dos clássicos canais de diplomacia cultural ou pela força ideológica exercida pela grande potência, muito foi construído nessa direção. Todavia, no âmbito político, o elo central entre os udenistas de diversas regiões e a construção de um ideário comum relacionado ao Brasil foram constituídos a partir do serviço diplomático dos Estados Unidos. Como será possível observar nos capítulos subsequentes, essa influência se manifesta claramente na imagem do governo de João Goulart.

CAPÍTULO IV. "Na Prática a Teoria é Diferente": Reajustando a Aliança para o Progresso

> Declarar tais objetivos é uma coisa; realizá-los é outra. Em uma expressão encantadora dos brasileiros, conhecidos por seu senso de humor, muitas vezes "na prática a teoria é diferente"[375].

Em 1965, Lincoln Gordon publicou *The New Diplomacy Viewed from an Embassy*, um dos artigos escritos por ele para a *Foreign Service Journal* (FSJ). Nele, Gordon defendeu o que chamou de "Nova Diplomacia", uma inovação das práticas diplomáticas introduzidas pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra. No texto, ele discute o sentimento nostálgico que certos diplomáticas apresentavam com os modos de fazer política externa no passado. A partir de uma série de romances europeus escritos por ex-diplomatas que, segundo Gordon, estavam encontrando uma vida melhor como historiadores profissionais e escritores de romances, eles lamentavam o fim dos bons tempos. Como exemplo, ele cita Roger Peyrefitte, em seu romance *Les Ambassades*, que narrava a história de um fictício embaixador francês em Atenas às vésperas da Segunda Guerra. Peyrefitte relembra, com certa melancolia, que o tempo da diplomacia havia acabado. Antes, a rotina de trabalho envolvia responsabilidades múltiplas como colher informações, relatar com precisão os acontecimentos e refletir com inteligência, além de negociar acordos no estrangeiro. O personagem do livro queixava-se de como, agora, a imprensa coletava informações muito mais rápido e de maneira mais eficiente do que os diplomatas; as negociações eram assumidas por ministros ou especialistas trazidos às pressas de Paris. Restava a eles apenas o papel da simples representação.

Gordon analisou outra obra intitulada *The Ruling Few: Or the Human background to Diplomacy*, de autoria de David Kelly. O livro reunia as memórias de um diplomata britânico, onde o tom geral era a defesa do elitismo diplomático que mantinha relações íntimas com as famílias tradicionais da política europeia. O autor apresentava a lamúria de um tempo que havia passado, pois durante as décadas de 1940 e 1950 a grande maioria dos líderes com quem o diplomata diz ter negociado havia sido violentamente retirada de

[375] To state such goals is one thing; to realize them is another. In a charming phrase of the Brazilians, who are famous for their sense of humor, it is often the case that "in practice the theory is different". GORDON, Lincoln. **The New Diplomacy Viewed from an Embassy.** Foreign Service Journal. December 1965, vol. 42, n° 12, p. 29-36.

seus mandatos, demonstrando que a política e a diplomacia já não funcionavam como antes[376].

Gordon cita também os estudos de Harold Nicolson, publicados em 1953, o livro *The Evolution of Diplomatic Method* continha a defesa de uma antiga elite diplomática de boa formação, homens eruditos, cultos, vivendo em mansões com seus empregados e detentores das mais altas capacidades linguísticas. Nicolson sublinhava que a Era de Ouro dos diplomatas fora nos séculos XVIII e XIX e havia se findado. Uma época em que a diplomacia era o monopólio dos ministérios das relações exteriores e de uma casta de oficiais de serviço que compartilhavam de uma mentalidade similar. Nicolson afirmava que os Estados Unidos durante o século XX haviam contaminado o mundo diplomático com inovações nocivas ao recrutar amadores e congressistas para a condução de negócios públicos, especialmente em acordos com organizações internacionais e na diplomacia de conferências. Argumentava ainda que foi a partir desse momento que a diplomacia não foi mais capaz de cumprir seu objetivo principal pelo qual ela foi concebida, a manutenção da paz[377].

Gordon discordou completamente desse sentimento melancólico dos escritores e da teoria de Nicolson. Seriam modos antiquados de fazer diplomacia e que se perderam no tempo. Gordon se contrapõe argumentando que esses sujeitos esqueceram de considerar um novo fator fundamental no mundo contemporâneo. O embaixador até concordava que o pressuposto máximo da diplomacia seria a manutenção da paz e complementa: ainda mais em um momento em que uma a guerra pode significar o fim da própria humanidade – referindo-se às bombas nucleares e à Guerra Fria. Todavia, ele complementa seus argumentos dizendo que a paz não é a simples ausência de guerra. Diz ainda que Nicolson desconsiderava as condições atuais e como a conjuntura mundial havia mudado drasticamente nos últimos cinquenta anos, ainda mais nas formas como os sujeitos governam e são governados. Por esse motivo, em seu tempo, era preciso sopesar o surgimento do comunismo internacional na diplomacia. Para Gordon, o comunismo era um movimento messiânico conduzido por duas grandes potências – União Soviética e China – e que possuíam tentáculos em todas as nações do mundo. As duas nações utilizavam diferentes "evangelhos" de Marx e Lênin, mas segundo Gordon, ambas

[376] GORDON, Lincoln. **The New Diplomacy Viewed from an Embassy.** Foreign Service Journal. December 1965, vol. 42, n° 12, p. 29-36.
[377] GORDON, Lincoln. 1965, Op. Cit.

concordavam em defender a legitimidade das "guerras de libertação nacional". A partir disso, ele sublinhou:

> Na prática, isso significa movimentos para a captura comunista do poder por quaisquer meios, justos ou injustos, que possam ser recrutados: agressão externa direta, subversão interna apoiada no estrangeiro, revolução, manipulação política, propaganda e terrorismo. Isso por si só dá um caráter internacional a muitos tipos de movimentos políticos que na diplomacia clássica seriam considerados assuntos puramente internos[378].

A partir desse argumento, Gordon diz que mesmo sem a existência de um movimento comunista internacional, a modernidade – a partir dos avanços tecnológicos de comunicação e de transporte – havia engendrado uma interdependência social, psicológica e econômica entre as nações, fenômeno que apagava as fronteiras tradicionais entre assuntos internos e externos. O Tesouro e o *Federal Reserve* não podiam mais administrar a política fiscal e de crédito dos Estados Unidos sem considerar decisões em bancos centrais ao redor do mundo. Até mesmo políticas de reforma agrária viáveis ou a efetividade de um programa de desenvolvimento econômico, o surgimento e queda de partidos políticos e de lideranças, absolutamente tudo dependia agora muito mais de fatores que ocorrem fora das fronteiras do que de políticas domésticas. Segundo ele, era justamente por isso que os ministérios e as secretárias das mais diversas áreas não podiam mais deixar os assuntos internacionais nas mãos apenas dos ministérios das relações exteriores. O embaixador dos EUA no Brasil arremata: "a diplomacia é algo muito sério para ser deixado para os diplomatas"[379].

Nesse artigo de dezembro de 1965, Lincoln Gordon também analisa a transformação da política externa dos Estados Unidos nas duas décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial, enfatizando a orientação crescente para a promoção da paz por meio de "intervenções afirmativas", uma inovação nos métodos diplomáticos, segundo ele. O embaixador argumentava que, nesse novo contexto, as funções de um diplomata moderno transcendiam as atribuições clássicas de inteligência, negociação e representação, abrangendo também a supervisão de amplos programas operacionais no exterior. Esses programas incluiriam assistência econômica, técnica e militar, além de iniciativas de intercâmbio cultural e de informação. Sob a orientação presidencial, agora

[378] In practice, this means movements for the Communist capture of power by any means, fair or foul, that can be enlisted: direct outside aggression, internal subversion supported from outside, revolution, political manipulation, propaganda, and terrorism. This fact alone gives an international coloring to many types of political movement which in the classical diplomacy were considered purely internal matters. GORDON, Lincoln. **The New Diplomacy Viewed from an Embassy.** Foreign Service Journal. December 1965, vol. 42, n° 12, p. 35.

[379] "Diplomacy is much too serious a thing to leave to the diplomats". GORDON, Lincoln. 1965, Op. Cit, p. 30.

os embaixadores estariam incumbidos de coordenar todas as atividades oficiais dos EUA no país designado, exceto as operações de combate militar.

Em seu texto ele fez uma provocativa defesa de como as embaixadas e os consulados possuem uma influência significativa na formulação da política externa dos EUA, apesar de as decisões finais serem tomadas em Washington. Gordon destaca que, dada a natureza bilateral das relações internacionais, as recomendações das embaixadas e dos consulados, baseadas em um entendimento profundo dos contextos locais, tornava-se um fator vital para a formulação de uma política externa eficaz. A interação constante com Washington, embora nem sempre harmoniosa, expressava a dinâmica necessária para ajustar as políticas aos cenários específicos de cada país. Gordon ressalta que os embaixadores deviam equilibrar idealismo e pragmatismo para serem eficientes, evitando tanto o idealismo frustrado quanto o cinismo endurecido. Segundo o embaixador, ainda deveriam eles adaptarem-se realisticamente às conjunturas locais[380].

No artigo, o embaixador também critica a visão simplista e estereotipada que muitos nos Estados Unidos tinham da América Latina. Ele argumenta que tais estereótipos acabavam por igualar toda a região e os seus países a uma homogeneidade fictícia, obscurecendo a complexidade e a diversidade de cada nação. Gordon apontava para o fato de que a América Latina não poderia ser reduzida a dicotomias simplistas, como democratas versus ditadores ou ricos versus pobres. Em vez disso, assinala que cada país possui uma história política única, com tradições, estruturas partidárias e rivalidades singulares. Ele também procurou desmistificar a percepção da onipotência estadunidense, afirmando que, embora os EUA tenham uma presença significativa na região, isso se traduz mais em persuasão e colaboração do que em controle absoluto. Para Gordon, a Aliança para o Progresso representava um compromisso genuíno com os anseios de milhões de latino-americanos por modernização e reforma sob instituições democráticas, e o seu sucesso dependeria do alinhamento desses objetivos com as aspirações locais, uma verdadeira representação do que era a Nova Diplomacia.

O embaixador alegava que a promoção da paz e do progresso na América Latina ia muito além da simples transferência de recursos financeiros ou da aprovação de reformas. Sublinhando que os objetivos de desenvolvimento também exigiam a construção paciente de instituições, a modernização dos sistemas educacionais, o desenvolvimento de novos hábitos de administração pública e privada, e os necessários

[380] GORDON, Lincoln. 1965, Op. Cit.

investimentos maciços em infraestrutura social e econômica. Gordon ressalta que, mesmo onde há consenso sobre os objetivos, as medidas específicas afetam diversos grupos de interesse de maneiras diferentes, exigindo ajustes contínuos nas estratégias. Ele destaca que a Nova Diplomacia exigia o apoio à modernização, ao progresso social e ao desenvolvimento econômico sob instituições livres, uma política seguida pelos presidentes John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson. Ele ressaltava ainda que, apesar dos esforços, não faltava a resistência de elementos reacionários, resquícios de uma elite colonial e da oposição violenta de comunistas, que, segundo ele, temiam o sucesso da Aliança para o Progresso. Sob a Nova Diplomacia, era preciso integrar talentos variados e especialidades diferentes em um pensamento unificado. Gordon finaliza sublinhando a importância de reformular a educação universitária nos EUA para encontrar e equipar idealistas pragmáticos, cuja eficácia na Nova Diplomacia seria crucial para o futuro bem-estar e sobrevivência da sociedade estadunidense no mundo[381].

Nesse artigo, Gordon expõe algumas perspectivas possivelmente sedutoras aos seus interlocutores. Primeiro, que ele observava a ascensão do comunismo com um fenômeno que havia transcendido as definições clássicas da diplomacia. Uma percepção típica de um *cold warrior*, evidente em todo serviço diplomático estadunidense, mas que era colocada como justificativa fundamental do intervencionismo e da exportação de receituários modernizadores. Segundo o embaixador, a ascensão do comunismo internacional exigiu dos Estados Unidos uma nova prática diplomática, muito mais intervencionista. Segundo, as perspectivas políticas ligadas ao nacionalismo eram compreendidas como um assunto de segurança nacional, principalmente se temperadas com o discurso antiamericano. Isso dialoga com a percepção que elaboramos no primeiro capítulo sobre como o nacionalismo foi interpretado a partir de um movimento capturado pelo comunismo nos países do Terceiro Mundo. O último ponto, é que Gordon compreendia a fundamental importância das embaixadas e dos consulados na formulação da política externa. Suas percepções eram produto de um intricado fluxo de informações provenientes do serviço diplomático dos Estados Unidos no Brasil. Como afirma Carlos Fico, Gordon era extremamente eficiente em persuadir os seus superiores em Washington a partir de suas opiniões sobre os assuntos no Brasil. Isso fica evidente em diversos momentos[382], mas, ao mesmo tempo, Gordon também era constantemente influenciado

[381] GORDON, Lincoln. 1965, Op. Cit.
[382] FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008.

pela visão de seus colegas que estavam atuando, na maioria das vezes, há muito mais tempo na América Latina.

Neste ponto, o embaixador colabora com os argumentos desta tese de que o processo decisório sobre os assuntos brasileiros entre 1960 e 1964 foram tomados em um sentido de baixo para cima – as opiniões da embaixada e dos consulados influíram sobremaneira nas disposições finais de Washington – mesmo que surgissem divergências e visões por vezes conflitantes entre os *policymakers*, eram as recomendações do serviço diplomático no Brasil que predominavam na palavra final. Por fim, Gordon enxergava os diplomatas como agentes da modernização que necessitavam de uma formação idealista e, ao mesmo tempo, pragmática. Sua crítica a uma visão elitista da diplomacia faz sentido ao lembrarmos que Gordon não advinha dos quadros do Departamento de Estado – apesar de haver tido uma relação próxima ao longo dos anos – ele se via essencialmente como um intelectual, não como um diplomata. A Nova Diplomacia que ele defende neste artigo é fundamental para o momento e para os objetivos da política externa dos Estados Unidos no século XX.

Assim que assumiu a embaixada em outubro de 1961, Gordon empreendeu um grande esforço de projetar a sua influência política pelos mais diversos setores. Ele estava convencido que com a dose certa de persuasão conseguiria manter o governo de João Goulart no rumo que Washington desejava. Há dois momentos decisivos em 1962 que reverberaram nos anos seguintes e que fazem compreender com mais profundidade as tramas que levaram ao apoio dos Estados Unidos ao Golpe Civil-Militar de 1964. O primeiro que vamos analisar é a viagem de João Goulart aos Estados Unidos, cujo principal objetivo foi demonstrar ao presidente o nível de preparo e da tecnologia militar que os EUA tinham em mãos. O segundo momento, está relacionado às eleições estaduais de 1962, com a efetiva participação dos EUA no financiamento de campanhas de opositores de Goulart, tema já conhecido e bem documentado pela historiografia. Todavia, analisaremos como o serviço diplomático organizou uma elaborada rede de suporte para que a direita e os conservadores pudessem competir com a esquerda nacionalista nos mais diversos locais do país.

4.1 No Fio da Navalha: O Conturbado Início do Governo João Goulart

A situação social e econômica do Brasil herdada por João Goulart era verdadeiramente calamitosa como aponta a historiografia e os documentos diplomáticos

produzidos pelos estadunidenses no Brasil. Os relatos consultados expõem as dificuldades de estabilizar o novo regime parlamentarista e, ao mesmo tempo, impedir a espiral inflacionária que corroía o poder de compra dos mais pobres. Aos olhos do serviço diplomático dos EUA, a esquerda estava explorando a situação para ensejar greves e distúrbios sociais. Para eles, os problemas começavam com o regime político negociado durante a crise da renúncia que era frequentemente descrito como uma estrutura governamental híbrida entre presidencialismo e parlamentarismo, como se ambos os sistemas funcionassem simultaneamente, causando confusões na própria dinâmica política. Apesar de o presidente haver recebido um poder mutilado e enfraquecido, os diplomatas dos EUA viam Jango como a figura responsável pelo país, sendo, portanto, culpabilizado pelas mazelas e o único plenamente capaz de resolvê-las.

Como afirmou Moniz Bandeira, diante da crise, havia a necessidade de um governo forte e centralizado para implementar as medidas necessárias no campo econômico. Após a tentativa de golpe de Jânio Quadros, que visava conter a exacerbação dos poderes do Congresso Nacional, o resultado foi a reorganização de uma maioria de deputados de direita e conservadores, o que sacramentou o hibridismo com a emenda constitucional do parlamentarismo. Nem Goulart, nem seu gabinete ministerial chefiado por Tancredo Neves, tinham força política suficiente para enfrentar a situação e, principalmente, conter a espiral inflacionária. Com a rápida elevação dos preços, o custo de vida aumentava significativamente, intensificando os conflitos sociais e a agitação política no campo e nas cidades, facilitando, desse modo, a coesão da direita para conspirar[383]. Diante de tal situação, tentemos compor um quadro da situação do Brasil aos olhos dos diplomatas estadunidenses.

O edifício da Embaixada, onde atualmente é o Consulado dos EUA no Rio de Janeiro, é um prédio de doze andares, construído em 1952, projetado pelo escritório novaiorquino Harrison & Abramovitz. Uma demonstração do modernismo estadunidense dos anos de 1950, com suas fachadas de janelas verticais e o terraço de aberturas circulares. A construção substituiu o antigo casarão que funcionou como embaixada desde o século XIX e que ocupou o mesmo terreno. Quando Lincoln Gordon assumiu seu escritório, um dos primeiros documentos oficiais redigidos por ele e datado de 22 de outubro de 1961, informava que, a convite do presidente João Goulart, eles passaram mais de uma hora e meia discutindo as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Niles Bond

[383] BANDEIRA, Luiz A. Moniz. O Governo João Goulart: **Lutas Sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 21-22.

era a única outra pessoa presente. Gordon transmitiu que a atmosfera da conversa foi cordial, franca e atenciosa, e que Goulart procurou demonstrar com seriedade os problemas enfrentados pelo seu país. O novo presidente confessou que a crise provocada pela renúncia do seu antecessor ainda não estava completamente resolvida. Ele argumentava que o seu governo era o legítimo representante das forças moderadas da sociedade brasileira, enquanto, do outro lado, havia forças extremistas, tanto de esquerda quanto de direita, que ameaçavam a estabilidade do governo[384].

Goulart teria confessado a Gordon que ele teria entre 60 e 90 dias para encontrar uma solução para os problemas econômicos e sociais básicos que afligiam os brasileiros, mas que isso não seria possível sem reverter a deterioração provocada pelas forças extremistas que emergiram entre agosto e setembro, as quais poderiam até mesmo provocar uma revolução. Jango menciona sem muito rigor uma evidente disposição de cubanos, soviéticos e chineses comunistas em intervir na situação, afirmando que o Brasil poderia se tornar "outra Coreia". Ele explicou a Gordon que seu aceite pelo regime parlamentarista foi para evitar um movimento revolucionário, pois, durante o período em que esteve no Rio Grande do Sul, ele estava convencido de que uma revolta dessa magnitude era possível e mesmo uma revolução onde ele acabasse como líder, teria sido completamente desastrosa[385].

Este documento não foi integralmente desclassificado. A segunda página não está acessível e geralmente é onde Gordon daria suas opiniões pessoais sobre o relato de Jango. Todavia, esse fragmento contém questões importantes. A primeira é que Goulart, logo de início, parece buscar a mesma estratégia de seus opositores: desenhar o Brasil sob o risco revolucionário, sobrestimando a influência dos países comunistas como forma de persuadir o governo dos Estados Unidos a ampliar o seu apoio financeiro. Assim, Jango colocava-se como um moderado, capaz de mediar forças extremistas das duas pontas do espectro político e impedir a temida revolução. Outro ponto central é quando Goulart afirmava que apenas aceitou as negociações do regime parlamentarista para evitar a ascensão de um governo revolucionário, mesmo que ele o liderasse. Esse ponto é meritório inclusive para pensar a decisão tomada por Goulart de não resistir ao golpe em 1964. O *ethos* político de Goulart era essencialmente de um conciliador que jamais

[384] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **1022, October 21, 8 p.m.** From Rio Embassy to Secretary of State. October 22, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 322. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[385] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **1022, October 21, 8 p.m.** Op. Cit.

assumiria um governo de cunho revolucionário mesmo com amplo apoio popular, principalmente se isso resultasse em uma guerra civil.

Não foi apenas Goulart, mas também os seus de ministros que procuraram conformar o Brasil como um país caótico e à beira do comunismo com o objetivo de captar recursos do governo dos Estados Unidos. Na mesma semana, Lincoln Gordon jantou com o Ministro das Relações Exteriores, Clementino San Tiago Dantas. Durante o encontro em Brasília, o ministro forneceu uma análise pessoal e minuciosa da situação política brasileira. Dantas era definido constantemente como um intelectual de ponta e descrito sempre pela sua postura acadêmica. O ministro forneceu um histórico da política brasileira a partir da Primeira República, argumentando que, no passado, havia uma harmonia entre as forças políticas reais compostas por Forças Armadas e pelos cafeicultores, com os políticos atuando como intermediários entre o povo e o governo. No entanto, segundo a perspectiva apresentada pelo ministro, esse sistema começou a se desintegrar sob a liderança de Getúlio Vargas, à medida em que o poder se tornava mais difuso e a desilusão com os políticos profissionais aumentara. No contexto atual, sublinhou Santiago Dantas, o governo Goulart dependia do apoio de forças derrotadas na eleição de 1960, pois não possuía o apoio suficiente para formar consenso entre as elites. Agora, o exército e os industrialistas mantinham um poder substancial, mas em desacordo com os interesses do povo, criando um ambiente propício à demagogia, explorado por figuras como Jânio Quadros. Para Dantas, Goulart, apesar de ser um presidente forte e eleito diretamente, enfrentava um primeiro-ministro submisso e a ameaça de uma crise econômica que poderia desestabilizar o seu governo. Além disso, o chanceler destacou o risco representado pelo governador Leonel Brizola, classificado por ele como orador carismático e potencial conspirador, especialmente disposto a colaborar com comunistas para alcançar o poder[386].

Segundo Gordon, Dantas asseverou que também havia aceitado a forma atual de governo misto entre um presidencialismo-parlamentarismo por preocupações com a influência comunista no interior do movimento pela legalidade liderado por Brizola e que garantiu a posse de Goulart. Ele alertava que as dificuldades para controlar o aumento do custo de vida e para realizar as necessárias reformas sociais poderiam levar o acordo

[386] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Telegram 1041, October 24.** From Rio Embassy to Secretary of State. October 22, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 339-341. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

parlamentarista, apoiado pelos conservadores, ao colapso. Isso possibilitaria até mesmo a ascensão de Brizola como primeiro-ministro, resultando no aprofundamento de suas tendências ao estilo de Fidel Castro. Em caso de fracasso do governo Goulart, haveria um retorno ao presidencialismo ou uma intervenção militar, remetendo ao perigoso cenário de agosto, com o risco da guerra civil. Dantas concluiu que a fraqueza do governo poderia, paradoxalmente, ser também sua força, já que a falta de alternativas atraentes fazia com que qualquer pequeno progresso econômico tivesse um impacto significativo, acalmando a situação[387].

Gordon estava plenamente ciente desse movimento do presidente e de membros do seu governo e afirmou que a análise de Dantas, apesar de ser considerada muito precisa pela Embaixada, possuía exageros destinados a enfatizar a necessidade de contínua assistência externa do governo dos Estados Unidos. No estudo das percepções do serviço diplomático, podemos tender a pensar que Dantas e Goulart realmente estavam utilizando da estratégia de aterrorizar os diplomatas estadunidenses com vistas a angariar mais recursos financeiros, uma ideia possível e que se explica politicamente. Ou que, simplesmente, essas questões deviam aparecer em meio as longas e continuadas conversas com os diversos setores do governo, mas não eram o foco, porém, acabaram tornando-se o ponto central da atenção de Gordon e dos seus oficiais. Seja qual fosse o motivo, esse era o mote da mentalidade e o que orientava as decisões do serviço diplomático.

Seguindo as recomendações de Philip Raine e Niles Bond, os mais experientes oficiais do serviço diplomático no Brasil, o primeiro movimento de Lincoln Gordon como embaixador foi organizar um encontro pessoal entre João Goulart e o presidente John F. Kennedy. Essa ação se explica em vários termos. Primeiro, a tentativa de não deixar as relações entre o Brasil e os EUA exacerbarem, ainda mais após os desastrosos meses em que Quadros ocupara o governo. No entanto, Gordon foi enfático ao observar que essa aproximação era, sobretudo, uma tentativa de persuadir Goulart a romper com o seu passado de ligação com lideranças sindicais comunistas. Gordon alinhavou que essa conduta era importante até mesmo para a embaixada conseguir compreender se essas especulações eram mesmo reais. O embaixador não tinha tanta certeza sobre essas especulações. Segundo Gordon, Jango aparentava estar em um envolvimento cínico de "usar e ser usado" pelos comunistas para alcançar objetivos políticos. A visita teria a

[387] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Telegram 1041, October 24.** Op. Cit.

intenção de aprofundar as relações com Kennedy e persuadir o presidente brasileiro a cooperar com os EUA, fazendo-o se distanciar das esquerdas[388]. Poucos dias depois, George Ball autorizou Gordon a dar prosseguimento às negociações da visita de Goulart, indicando a possibilidade de que isso ocorresse logo no começo do ano de 1962[389]. San Tiago Dantas, assim que foi informado, disse que Jango estava ansioso para encontrar Kennedy. No telegrama, Gordon fez questão de lembrar que o novo *staff* do Itamaraty estava sendo especialmente cordial com ele.

Alguns dias depois, Dantas justificou que devido à fragilidade do novo governo, Goulart não poderia sair do país tão cedo, a viagem deveria ocorrer depois do mês de fevereiro de 1962. Nos documentos que seguem as negociações e o planejamento da viagem aos Estados Unidos, Goulart manifestou o desejo de percorrer outros locais que não apenas Washington e Nova Iorque, translado comum das visitas oficiais. Com esta notícia, o Departamento de Estado passou a receber um grande número cartas de prefeitos, empresários e reitores de universidades disputando a agenda do presidente brasileiro. Apesar do apelo social dos estadunidenses pela presença de Jango, Gordon fez uma escolha inusitada. No dia 18 de dezembro de 1961, em conversas com o ministro das finanças, Walther Moreira Salles, o embaixador conseguiu confirmar certos rumores de que Goulart havia ficado particularmente impressionado com o poderio militar dos soviéticos quando visitou o país. Nesse sentido, o embaixador sugeriu ao Departamento de Estado que a comitiva do presidente fizesse uma passagem pela cidade de Omaha, em Nebraska, para que Jango visitasse a sede do *Strategic Air Comand* (SAC) na base aérea de Offutt. A visita seria um contraponto para impressioná-lo com o nível do poder militar estadunidense[390]. No dia 2 de janeiro foi realizada uma reunião com o Brigadeiro General W. A. Enmark no Pentágono, em conjunto com membros do Departamento de Estado para planejar a passagem de Jango pela base militar. O memorando é claro que a tentativa

[388] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department, 946, Information Lima NIACT 21.** From Rio Embassy to Secretary of State. October 11, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 6, frames 563-565. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[389] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Secun 9 sent Rio 20; Rio 945 sent Lima 21** From Secretary of State to Lincoln Gordon. October 12, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 6, frame 569. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[390] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **1445, December 18, 5 p.m.** From Rio Embassy to Secretary of State. December 18, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 6, frame 593. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

era intimar o presidente a não realizar qualquer ação contrária aos Estados Unidos durante seu mandato, inibindo uma possível aproximação com os comunistas. Portanto, relata-se que a intenção era inquietá-lo com o nível de preparação e prontidão das tropas. Esse seria parte de um tour particular depois de cumprir a agenda oficial em Washington. O Departamento de Defesa foi orientado a adequar sua programação à visita do presidente brasileiro na base[391].

Gordon, nos dias finais de 1961, tratou de pressionar o presidente Goulart dizendo que o bom andamento da visita dependia de suas medidas fiscais no novo governo. O embaixador relatou ao Departamento de Estado que tinha a colaboração estreita de San Tiago Dantas e Moreira Salles e enfatizou em diversos documentos que o motivo da viagem não era e nem deveria ser o aumento da ajuda econômica por parte do governo dos Estados Unidos. Gordon sublinhou que Dantas e Salles espremiam Jango para adotar as medidas de austeridade necessárias ao combate da inflação, principal preocupação dos ministros e do novo governo. Segundo os assessores do presidente, o esforço estava surtindo efeito e Goulart estava comprometido e impressionado com o plano de recuperação econômica elaborado por Salles e sua equipe. A embaixada orientava os ministros para que todo o esforço possível fosse feito no sentido de apresentar suas boas intenções no encontro com Kennedy. Para Gordon, Jango estava assumindo uma posição mais ao centro, inclusive opondo-se aos grupos mais à esquerda do Rio Grande do Sul que desejavam nomeações políticas aos cargos de primeiro escalão. O embaixador enumerou uma série de iniciativas feitas pelo presidente que pareciam positivas e favoráveis à ala mais técnica da administração. O tom desse documento e de outros seguintes dão a imagem de que Gordon estava enaltecendo a sua própria ideia de reunir Goulart e Kennedy, isso estaria tornando o presidente brasileiro mais flexível aos planos de austeridade econômica e forçando uma aproximação com os EUA[392].

Mesmo que o embaixador Gordon tivesse consciência do movimento do governo e de oposicionistas de apelar constantemente por ajuda externa como algo central para

[391] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Memorandum.** From H. R. Wellman to Brigadier General W. A. Enemark. January 2, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 6, frame 596. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[392] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Telegram 1494, December 24 1961.** From Rio Embassy to Secretary of State. December 22, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 553-554. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

resolver os problemas econômicos, o governo brasileiro estava conseguindo demonstrar a sua boa vontade para o governo dos Estados Unidos. Todavia, os consulados espalhados pelo Brasil continuavam a operar sob a lógica do perigo vermelho emergente e da necessidade de um aprofundamento do intervencionismo. Scott C. Lyon, cônsul em São Paulo, relatou em finais de outubro de 1961 que as principais lideranças de esquerda do Brasil haviam se reunido em Goiânia para formar a Frente de Libertação Nacional (FLN), cuja plataforma foi lançada em um documento que ficou conhecido como Declaração de Goiânia. Uma cópia traduzida foi enviada ao Departamento de Estado. Lyon asseverou que basicamente o documento possuía o tom "*yankee-go-home*", sendo inócua como proposta política. Todavia, o ato representava uma aparente união das esquerdas brasileiras para conquistar espaços políticos importantes. Vale salientar que essa esquerda definida pelo cônsul era aquela com representação política partidária, mas que possuía o apoio dos comunistas. O documento redigido pelo cônsul fornece uma análise do contexto político brasileiro, destacando a complexa interação entre diferentes forças de esquerda. Para Lyon, a esquerda havia se beneficiado da Campanha da Legalidade e da agitação entre os trabalhadores provocadas nos dias da crise da renúncia. Apesar disso, a ala enfrentava desafios internos importantes. Primeiro, a falta de liderança qualificada que pudesse aglutinar o movimento; e, segundo, a presença infiltrada de comunistas e, principalmente, de janistas[393].

Essa interpretação em relação aos resquícios políticos das forças que compunham o governo Jânio Quadros é particularmente representativa de um intrigante fenômeno que ocupou muitos relatórios e memorandos. Na visão dos diplomatas, Quadros tornou-se um perigo a ser evitado e o serviço diplomático estava preocupado com o prestígio político que Jânio manteve mesmo após haver mergulhado o Brasil em uma crise política. Em São Paulo, ele conseguiu manter uma boa parte de seu antigo eleitorado e em Minas Gerais, ainda cultivou o apoio do governador Magalhães Pinto, um dos poucos aliados antigos que não romperam completamente com o ex-presidente. Segundo Lyon, os seguidores fervorosos do ex-presidente Jânio Quadros representavam uma incógnita no cenário político devido aos possíveis conflitos de interesse no interior de uma suposta coalizão de esquerda. Neste esse ponto de vista, eles poderiam ser uma ameaça ainda mais perigosa

[393] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **National Leftist Movement and "Declaration of Goiânia".** From Consulate of São Paulo to Department of State. October 26, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 342-348. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

do que os comunistas. Esses apoiadores haviam conquistado um apelo de fatias do eleitorado nacionalista por conta da política externa independente de Quadros e acreditavam que agora poderiam se aliar aos movimentos da esquerda. Sobre os janistas o cônsul chega a dizer:

> Por enquanto, eles não podem ser ignorados, mas seus objetivos – embora possivelmente de esquerda – entrarão em conflito com os do restante do grupo. Jânio perdeu apoio da direita durante seus tempestuosos sete meses na presidência, mas seus antigos protegidos são quase os únicos que acham que ele ganhou apoiadores [entre a esquerda][394].

Os relatórios contrastam com a memória estabelecida de que Jânio foi expurgado do debate nacional logo após o ato da renúncia. É importante salientar que, em 1962, Quadros disputou as eleições ao governo de São Paulo e quase derrotou Adhemar de Barros, como veremos adiante, mas a análise de que o eleitorado fiel a Jânio e os seus antigos apoiadores iriam, agora, compor as forças de esquerda do país nos parece uma leitura apressada e típica de uma mentalidade paranoica então vigente no serviço diplomático dos EUA.

Em 13 de março, Gordon relatou que a imprensa estava fazendo uma cobertura ampla da volta de Jânio ao Brasil depois de um período na Europa. Ele narrou que encontrou apenas um artigo realmente hostil a Quadros e que estava surpreso com a relevância social que o ex-presidente parecia possuir. O jornal *Última Hora*, classificado como de esquerda, dizia que apenas "um louco poderia conceber a ideia de dar a ele uma segunda chance". A *Folha de São Paulo* enfatizou que "ele ainda era capaz de seduzir e encantar eleitores". O *Jornal do Brasil* afirmava que Jânio provavelmente iria concorrer a algum cargo de deputado por algum partido já que ele cabia agora a um bloco múltiplo. O periódico *A Noite*, dizia que ele ainda era capaz de mobilizar uma legião de masoquistas. O conservador *O Globo*, asseverou que não era possível saber se Jânio voltaria a serviço da democracia ou do jacobinismo ao lado de Francisco Julião e Leonel Brizola[395].

---

[394] For the time being they cannot be ignored, but their aims – while quite possibly leftist—will conflict with those of the rest of the group. Jânio did lose support from the right during his tempestuous seven months in the Presidency, but his former protégés are almost the only ones who think he gained supporters. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **National Leftist Movement and Declaration of Goiânia.** From Rio Embassy to Secretary of State. October 22, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 342-.349 Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[395] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **2071, March 13, 5 p.m.** From Rio Embassy to Secretary of State. March 13, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating

A formação da Frente de Libertação Nacional, liderada por figuras proeminentes do trabalhismo como Leonel Brizola, Ivete Vargas, Francisco Julião e Miguel Arraes e o ministro de Minas e Energia, Gabriel Passos, apontava para uma mobilização significativa em diferentes regiões do país. Na avaliação de Lyon, embora a Declaração de Goiânia tenha sido subestimada por algumas fontes da imprensa brasileira, na perspectiva do consulado, ela representava um marco importante na consolidação dessa nova frente política, principalmente em ano eleitoral. O envolvimento de diversas personalidades e a mensagem de apoio do ministro Passos forneceria a abrangência nacional ao movimento, apontando para uma redefinição do cenário político brasileiro no campo das esquerdas. Lyon enfatizava que era necessário realizar uma análise mais aprofundada da FLN e suas implicações futuras[396].

Dias depois, no início de novembro de 1961, Gordon relata que, sob a perspectiva da embaixada, a fundação da FLN era o evento potencialmente mais perigoso para o regime democrático no Brasil nos últimos tempos, principalmente por oferecer um meio de ação para um possível retorno de Jânio Quadros sob um regime ditatorial ou como instrumento de agitação comunista. Gordon dizia que a embaixada também tomou conhecimento de que membros da extrema-direita, ligados ao almirante Silvio Heck, estavam confabulando um plano para uma tomada de poder pela força. Nesse último caso, os planos pareciam muito improváveis visto que esse setor, aparentemente, possuía pouco apoio popular e havia uma aparente consolidação das lideranças militares em apoio a Jango[397]. O telegrama demonstra que ainda em finais de 1961, a possibilidade de golpes a esquerda e a direita já estavam no radar do serviço diplomático.

Em janeiro de 1962, a Política Externa Independente (PEI) enfrentou seu batismo de fogo, agora sob a égide do ministro Clementino San Tiago Dantas – o intelectual que concebeu e estruturou as diretrizes gerais da PEI. No dia 22, em Punta del Este, no Uruguai, reuniram-se os Ministros das Relações Exteriores dos países membros da OEA,

---

to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 872-873. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[396]U.S. DEPARTMENT OF STATE. **National Leftist Movement and Declaration of Goiânia.** From Rio Embassy to Secretary of State. October 22, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 342-.349 Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[397] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **1128, November 3, 8 p.m.** From Rio Embassy to Secretary of State. November 4, 1961. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 378 Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

sob os preceitos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), para discutir, no âmbito da reunião, "as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos". Em termos mais diretos, a conferência concentrou-se na expulsão de Cuba da organização e nas sanções de condenação do alinhamento de Fidel Castro ao bloco soviético. A posição brasileira foi proeminente, com a delegação liderada por Santiago Dantas opondo-se às propostas de sanções diretas contra Cuba. Além disso, o Brasil absteve-se da votação contra a expulsão da ilha da OEA, juntamente com Argentina, México, Chile, Bolívia e Equador[398]. Os documentos do *Record Group 59* não abarcam os acordos e as impressões sobre a Conferência, mas o evento é muito bem trabalhado no campo das Relações Internacionais no Brasil[399]. Em nosso acervo, o máximo que se encontra são as reverberações da atuação da delegação brasileira pelo país.

A partir dos documentos publicados na *Foreign Relations of the United States* (FRUS) – uma coletânea editada pelo Departamento de Estado contendo documentos diplomáticos relevantes – é possível mapear os embates ocorridos durante a Conferência sob a perspectiva do governo de Kennedy. No dia 7 de janeiro, poucas semanas antes da Conferência, Dean Rusk e Richard Goodwin realizaram consultas com a delegação brasileira, preocupados com a posição que eles poderiam tomar. Os *policymakers* afirmavam que o Brasil era a favor de enfatizar a unidade do sistema interamericano e contra uma condenação a Cuba com sanções e retaliações militares. Para os brasileiros, uma declaração de incompatibilidade do socialismo cubano com a OEA seria mais proveitosa. Dantas sugeriu que uma nova categoria fosse criada dentro do órgão, a ideia de um estado de "neutralização" que limitasse o acesso de Cuba a armamentos e demandasse a o fim do apoio cubano a atividades consideradas subversivas na América Latina, como o suporte e treinamento de movimentos guerrilheiros. O estado de neutralização proposto por Dantas seria continuamente monitorado por um comitê que relataria a possibilidade de Cuba retornar à OEA em um prazo definido, caso cumprisse os requisitos. Se não acatasse os termos, Cuba poderia sofrer sanções e até mesmo uma intervenção militar sob os termos do Tiar. Dantas acreditava que a neutralização era um status juridicamente viável e claro, ao contrário do conceito ambíguo de "romper laços

398 FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Jul,48(2), 2005, p.129–51.

399 RIBEIRO, R. C. Política Externa Independente e a institucionalização das atividades espaciais no Brasil: histórias cruzadas. **Carta Internacional**, 2017, *12*(2), 197–218. MANZUR, Tânia Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Revista Lua Nova**. Set., n° 93, 2014, p. 169–99. DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

com o bloco soviético". O ministro brasileiro pensava que Fidel Castro poderia aceitar essas limitações rigorosas se os Estados Unidos dessem garantias de que não iriam tentar invadir a ilha novamente. Sob a percepção de Rusk e Goodwin, a ideia de Cuba aceitar voluntariamente a estado de neutralização era completamente irrealista. Eles consideravam que havia embasamento jurídico para excluir Cuba do sistema interamericano e acreditavam que o Brasil provavelmente não poderia apoiar suas ações pelas reverberações negativas perante a opinião pública brasileira[400].

Em um telegrama datado de 23 de janeiro de 1962, o Secretário de Estado Dean Rusk apresentou ao Departamento de Estado um resumo de suas conversas com os Ministros das Relações Exteriores da Argentina, Chile e México. O ministro argentino, Miguel Angel Carcano, expressou a sua opinião de que seria contraproducente pressionar os outros países por sanções, preferindo uma emenda à Carta de Punta del Este para permitir a expulsão de Cuba. Essa era uma posição comum de alguns países, declarar a incompatibilidade do regime cubano com os acordos internacionais assinado no âmbito do Tiar e da OEA. O obstáculo era que não havia um consenso jurídico para isso. Carcano destacou a importância da unidade da OEA e argumentava que os Estados Unidos não deveriam forçar outros países a aceitarem as suas posições. Rusk diz que o ministro chileno, embora se opusesse às sanções, demonstrava interesse em liderar esforços para alinhar as posições dos países relutantes. Já o ministro mexicano Manuel Tello Baurraud afirmava que apoiaria uma declaração clara sobre a incompatibilidade do governo comunista de Cuba com os princípios interamericanos. O Brasil encabeçava os maiores impasses. Em conversa informal, San Tiago Dantas mostrou preocupação com a dificuldade de alcançar um acordo comum e indicou disposição para abordagens mais diretas, como solicitar que Cuba confirmasse padrões governamentais compatíveis com o sistema interamericano e aceitasse a possível remoção da ilha do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como uma forma de punição. O Brasil mantinha a sua recusava a expulsar completamente Cuba da organização[401].

[400] FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1961–1963, Volume XII, American Republics. **131. Telegram from the Embassy in Brazil to the Department of State.** Source: Department of State, Central Files, 371.04/1-762. Confidential; Priority. Repeated to Buenos Aires, Montevideo, Santiago, and Bogota.

[401] FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1961–1963, Volume XII, American Republics. **136. Telegram From Secretary of State Rusk to the Department of State**. Source: Department of State, Central Files, 371.04/1-2362. Confidential; Priority. Repeated to Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago, Mexico City, Port-au-Prince, and USUN.

No dia 31 de janeiro, ao fazer um balanço da Conferência, Dean Rusk expressou a sua satisfação com os resultados alcançados. Segundo ele, a grande maioria dos objetivos dos Estados Unidos foram atingidos, incluindo a expulsão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa, o estabelecimento de um comitê de segurança, a implementação de medidas econômicas contra Cuba e a exclusão da ilha dos órgãos e agências da OEA. Contudo, ele relata decepção com a postura de México, Brasil, Argentina, Chile, Equador e Bolívia, que se abstiveram na votação da resolução como um todo, embora tenham apoiado os dois primeiros parágrafos operacionais que destacavam a incompatibilidade do Marxismo-Leninismo e do governo cubano com o sistema interamericano. As abstenções foram justificadas por argumentos jurídicos, sugerindo que a maioria das delegações estavam agindo ilegalmente, o que gerou frustração por parte do Secretário de Estado. Problemas internos graves foram citados como determinantes para essa postura. Rusk enfatizou qual deveria ser a posição dos Estados Unidos nas tratativas com a imprensa. Ele recomendou destacar o reconhecimento unânime da incompatibilidade do regime cubano com o sistema interamericano e pontuar que países menores, especialmente no Caribe, sentem-se sob pressão direta do Castro-Comunismo e necessitam do apoio total da OEA. A ideia era evitar tensionar as relações com os países que se abstiveram da votação, principalmente para não piorar a situação nos comitês da OEA[402].

No Brasil, o ano começara agitado no campo. O Consulado de Recife alimentava constantemente a ideia de um Nordeste em intensa ebulição social revolucionária. Naquele ano, eles detectaram um aumento significativo nas queimadas de canaviais da Zona da Mata. Segundo o cônsul Albert Rabida, de acordo com jornalistas, políticos e produtores de cana, era possível deduzir que se tratava de uma conspiração organizada e a autoria logo foi atribuída às Ligas Camponesas. Rabida tentou contextualizar que a informação não era plenamente confiável. Um relato específico mencionava elucubrações mirabolantes de como um misterioso avião lançou bombas incendiárias sobre as plantações. Apesar de o cônsul salientar que o evento coincidia com a época de secas e que os dados demonstravam que, nessa época do ano, as queimadas eram mais frequentes, principalmente devido aos motoristas fumantes e a outras pessoas descuidadas, ninguém

[402] FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1961–1963, Volume XII, American Republics. **144. Telegram from Secretary of State Rusk to the Department of State.** Source: Department of State, Central Files, 371.04/1-3162. Confidential; Eyes Only; Niact. Received at 4:49 a.m. and passed to the White House.

podia descartar a possibilidade de as Ligas haverem causado a situação[403]. Esse era um movimento mental comum aos agentes consulares, mesmo quando sopesavam fatos bastante questionáveis quando confrontados com evidências robustas, ao final, quase sempre prevalecia a crença de que os eventos negativos resultaram de ações subversivas. Por vezes, nessas conjecturas, chegava-se a dar guarida a versões estapafúrdias como a de que os paupérrimos camponeses nordestinos teriam condições de lançar bombas incendiárias a partir de um avião.

Em outro documento, um *political summary* do consulado de Belo Horizonte, Edmund A. Silveira informava que a batalha pela reforma agrária em Minas Gerais estava acirrada. De um lado, um congresso nacional organizado pelos trabalhadores rurais em novembro de 1961 discutiu o problema sob uma perspectiva revolucionária, resultando em algumas ocupações de terras ociosas no estado. O lema promulgado por Francisco Julião, "*land or death*", denotava os níveis das tensões. Magalhães Pinto e João Goulart discursaram no evento, propondo alternativas para a distribuição de terras. Em resposta, vinte e um bispos se reuniram em um congresso para discutir problemas sociais de Minas em dezembro de 1961. Apesar de reconhecerem a precariedade das condições dos camponeses, eles repudiaram o que chamavam de influência de organizações dominadas por ideologias materialistas e filosofias subversivas. Segundo Silveira, a Igreja apoiava os esforços de assistência técnica e financeira, serviços sociais e uma legislação adequada para promover a efetiva distribuição de terras com a devida compensação, mas repudiavam qualquer intervenção de comunistas[404].

O Nordeste continuava a ser o epicentro das atenções da Aliança para o Progresso. Em um telegrama do Consulado de Recife, é possível discernir a complexa dinâmica com a qual as elites regionais nordestinas interagiam com o programa de ajuda externa. Uma prática comum exemplifica a relação de praticamente todos os governadores de posição mais ou menos favorável à política externa dos EUA. Era corriqueiro que governadores se utilizassem da imprensa para veicular alguma crítica pesada ao governo dos Estados

[403] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **POLITICAL: burning of the cane fields.** From American Consulate of Recife to Department of State. January 22, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 601. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[404] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Political Summary for November-December 1961 – State of Minas Gerais.** From American Consulate of Belo Horizonte to Department of State. January 23, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 609-615. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Unidos, alegando ineficiência e atraso no atendimento das demandas. Logo em seguida, esse político era procurado por algum membro do serviço diplomático estadunidense que tentava de alguma forma amenizar a situação, concedendo ou acelerando pedidos e benefícios.

Em um resumo semanal, Eugene Delgado-Arias relatou que o governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves (PSD), declarou à imprensa que a Aliança para o Progresso era um projeto pueril, insignificante e totalmente desprovido das reais necessidades do Nordeste brasileiro. Tal declaração, veiculada em um periódico de Natal, ocorreu subsequente à entrega do relatório de Merwin Lee Bohan[405]. Alves queixava-se dos parcos valores alocados e da morosidade na execução dos projetos. Asseverou ainda que requisitaria à Sudene a suspensão de recursos oriundos do governo dos Estados Unidos. Nos seus comentários, o vice-cônsul manifestava estranhamento em relação à ação, considerando que as declarações de Alves representavam uma mudança drástica na sua postura, que sempre fora a de um apoiador do programa dos esforços da Aliança. O cônsul conjecturou que, provavelmente, as declarações teriam emanado de um descontentamento com a inabilidade do governador de administrar os fundos da Aliança para o Progresso e de não conseguir direcionar os recursos para aumentar seu prestígio político[406].

Dias após as suas declarações à imprensa, em uma reunião do conselho deliberativo da Sudene, realizada em 15 de março de 1962, o governador Aluísio Alves adotou uma postura completamente distinta em relação à Aliança para o Progresso. Ao invés de dar prosseguimento às críticas, ele demonstrou sinais de quase pânico diante da situação extremamente crítica de seu estado. Um observador do consulado relatou que o surto de Alves se devia ao fato de o relatório de Merwin Bohan não contemplar de imediato as necessidades do Rio Grande do Norte. O governador clamava por auxílio alimentar e apoio financeiro direto, as únicas medidas que poderiam mitigar a crise em seu estado. Alves destacou que o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Alagoas eram os locais

[405] Merwin Lee Bohan foi um experiente diplomata enviado em uma emissão especial ao Nordeste do Brasil em outubro de 1961 com o objetivo de elaborar um relatório sobre a situação da região, o resultado foi um documento intitulado *Northeast Brazil: team survey report*, que balizou muitas decisões da Aliança para o Progresso na região. Ver em LARA, José Victor. Revolução às Margens do Capitalismo: A Aliança para o Progresso e o Nordeste do Brasil, 1961-1964. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá, 2019.

[406] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Weeka n° 4.** From American Consulate of Recife to Department of State. March 14, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 872-873. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

em situação mais crítica, onde o aumento do preço dos alimentos e a escassez estavam levando a população ao completo desespero. Nas semanas anteriores, oficiais do Consulado de Recife haviam visitado Natal e confirmado *in loco* a gravidade da situação, pontuando os conflitos armados na Paraíba, decorrentes dos embates entre canavieiros e as Ligas Camponesas. Delgado-Arias sugeriu que alimentos fossem enviados imediatamente através do programa *Food for Peace*, como uma iniciativa da Aliança para o Progresso para o Rio Grande do Norte, visando aliviar a situação[407]. Esse tipo de estratégia foi muito utilizada pelos governadores para acelerar o recebimento do auxílio financeiro dos EUA.

Este quadro geral ilustra a situação complicada do início do governo Goulart. A conjuntura era evidentemente complexa e desafiadora. Apesar dos esforços e da aparente boa relação entre o embaixador Lincoln Gordon e o ministro Santiago Dantas, a desconfiança em relação a Jango nunca foi dissipada. A percepção do serviço diplomático era de que, mesmo quando o presidente colaborava, ele o fazia mais pelas pressões do momento do que por suas próprias convicções. Dessa perspectiva, quando o presidente brasileiro fazia discursos moderados, era com a intenção de angariar mais poder político e se equilibrar entre os conservadores e os comunistas. Os agentes consulares faziam questão de enfatizar, sempre que possível, a existência de uma sombra comunista por trás do presidente, infiltrada nos sindicatos e no movimento estudantil. Os consulados continuavam a avaliar a situação do país como caótica e subversiva, principalmente devido às lutas sociais no campo. Não estamos a insinuar que essa situação de fato não ocorria, mas a questão era que não havia um único contraponto capaz de apresentar uma solução aparente ou oferecer uma visão balanceada sobre os fatos. A imagem era da Sudene como um reduto de comunistas chefiados por Celso Furtado, um homem suspeito ideologicamente. Miguel Arraes ganhava cada vez mais prestígio político em Pernambuco, e sua gestão na prefeitura de Recife o impulsionava a concorrer ao cargo de governador no mais importante estado do Nordeste, marcando outro avanço da esquerda. Em São Paulo, Jânio Quadros parecia retornar renovado, anunciando em cadeias de rádio e de televisão que fora derrubado pelas mesmas forças que haviam deposto Getúlio Vargas, acusando John M. Cabot e Douglas Dillon de sabotarem o seu governo. Segundo

[407] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **263, March 16, 5 p.m.** From American Consulate of Recife to Secretary of State. March 18, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frame 895. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Gordon e os oficiais do consulado de São Paulo, Jânio retornava disposto a se aliar com a esquerda.

Se isso não fosse suficiente, em fevereiro de 1962, Leonel Brizola anunciou a desapropriação da *International Telegram & Telegraph Company* (IT&T). Desde 1959, o governador Leonel Brizola travava uma batalha contra a Companhia de Energia Riograndense, uma subsidiária da empresa estadunidense *American & Foreign Power*, que pertencia ao holding da *Bond & Share*. Em início de 1962, Brizola desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiaria da IT&T no Rio Grande do Sul. O governador alegava que estas companhias não cumpriam os seus contratos e ofereciam serviços de péssima qualidade aos gaúchos cobrando preços altos e não apresentavam um plano de modernização e adequação às necessidades de crescimento do estado. A batalha judicial do estado gaúcho com a companhia era longa e anterior ao início do governo Brizola, mas ele encampou o enfretamento, nacionalizando as empresas e pagando valores simbólicos de indenização.

Já no início de março de 1962, uma intensa correspondência de congressistas estadunidenses começou a chegar ao Departamento de Estado, questionando a expropriação das propriedades da empresa e pressionando por medidas duras contra o governo brasileiro. As ações iniciais de George Ball e Dean Rusk visavam apaziguar os congressistas na tentativa de não prejudicar as já combalidas relações Brasil-EUA e os esforços de reconstrução que estavam sendo feitos. O assistente do secretário de Estado, Frederick G. Dutton, respondeu a uma carta explicando a situação para o congressista William S. Maillard. No despacho, ele afirmou que o Departamento de Estado havia tomado conhecimento da ação de Brizola em 16 de fevereiro quando o presidente da IT&T entrou em contato sobre a iminente tomada dos bens da empresa e solicitou ajuda do governo dos Estados Unidos. Gordon foi orientado a procurar Brizola e informar que a expropriação prejudicaria substancialmente a imagem do Brasil perante a opinião pública estadunidense e os investidores privados no exterior. Dutton explicou que a situação foi um ato unilateral do governador do Rio Grande do Sul e não tinha relação direta com o governo federal. Pelo contrário, o presidente Goulart estava disposto a encontrar uma solução em conjunto com Lincoln Gordon e os representantes da IT&T para uma justa indenização[408].

[408] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Dear Congressman Mailliard .** From Frederick G Dutton to William S Mailliard. March 30, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm

Em 16 de março, o presidente da IT&T em Nova Iorque, Harold S. Geneen, enviou um telegrama ao subsecretário George Ball, externando a sua gratidão pelo empenho demonstrado pelo governo dos EUA e informando que planejava empreender uma viagem ao Rio de Janeiro com o intuito de buscar uma solução para o problema. Geneen expressou reconhecimento pelos esforços empreendidos por Lincoln Gordon e pelo presidente João Goulart no sentido de resolver o impasse[409]. Gordon comunicou ao Departamento de Estado por meio de um telegrama que o *Jornal do Brasil* estampou em sua primeira página uma matéria informando que Kennedy havia sancionado um aporte de U$ 250 milhões de dólares para a Aliança para o Progresso. Tal medida foi interpretada como um gesto para indicar que as expropriações realizadas por Brizola não afetariam as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. De acordo com o referido artigo, o presidente Kennedy teria demonstrado insatisfação com uma declaração dura contra o governo Goulart emanada do Departamento de Estado. Essa declaração foi assinada por Robert Woodward, assistente do secretário para assuntos interamericanos, que foi destituído do cargo, em decorrência do teor do documento[410]. No entanto, não logramos localizar tal declaração, nem mesmo nos arquivos do periódico mencionado, que tratou do assunto de maneira superficial em sua matéria de capa.

Os registros subsequentes delineiam as complexidades das negociações. Tanto a Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro quanto o governo brasileiro empreenderam esforços para alcançar um consenso com a empresa acerca dos valores e das modalidades de indenização pela perda de suas propriedades. Entretanto, o vice-presidente da IT&T dirigiu comunicados duríssimos ao Departamento de Estado, alegando que a disposição do governo brasileiro para negociar não se materializava na prática e que a embaixada estava costurando um acordo que não correspondia necessariamente aos interesses da empresa. Em meio a essa conturbação, os acionistas exerciam pressão sobre o Congresso dos Estados Unidos. O deputado J. Ernest Wharton dirigiu uma correspondência a Dean

publication C-0080, roll 12, frames 083-084. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[409] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **The Honorable George Ball.** From Harold S. Geneen to Under-Secretary of State. March 16, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 12, frame 096. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[410] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **2121, March 16, 10 p.m.** From Embassy Rio de Janeiro to Secretary of State. March 17, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 12, frame 099. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Rusk em 20 de março, expressando preocupação de que o caso de expropriação estivesse inquietando outros investidores estadunidenses ao redor do mundo, os quais percebiam como uma ameaça a seus empreendimentos no exterior. Ele mencionou um comunicado recebido de Peter G. Bulkeley, de Nova Iorque, que se referia ao problema da expropriação da IT&T no Brasil. Wharton solicitou a Rusk orientações sobre como responder ao comunicado, que afirmava:

> O confisco de propriedades da I.T&T no Brasil. Parte dessa propriedade pertence a mim e a outros compatriotas americanos. Meu país simplesmente ignora tais acontecimentos? Devemos continuar a oferecer ajuda a essas pessoas? Onde está o espírito americano e o patriotismo? Meus filhos devem assistir e se perguntar enquanto outros países audaciosamente se apropriam dos negócios e do capital americano? Como um governo pode desejar aumentar impostos sobre os lucros dessas propriedades se nem mesmo protege tais propriedades?[411].

Em uma das cartas, o vice-presidente da IT&T, Ted B. Westfall, suscitou uma profunda inquietação diante das notícias veiculadas pela imprensa estadunidenses sobre a suposta disposição do governo dos Estados Unidos em aceitar um plano delineado pelo governo brasileiro, que contemplava o pagamento pelas propriedades da empresa. Segundo Westfall essa abordagem, entretanto, carecia de qualquer garantia financeira ou salvaguarda contra a desvalorização ou taxas de juros inadequadas aos contextos do Brasil. Se aceito, isso poderia resultar em instrumentos financeiros desvalorizados. Para ele, era desconcertante constatar que tal plano estivesse sendo cogitado sem uma devida ponderação e sem a participação dos diretores da empresa. Um acordo deveria garantir salvaguardas aos vendedores e a liberdade de negociar os termos da transação[412].

Westfall delineou uma série de requisitos fundamentais que, segundo ele, deveriam ser incorporados em qualquer plano referente à tomada ou expropriação de propriedades estrangeiras, particularmente no contexto da América Latina. Uma das

---

[411] Seizure of I. T. T. property in Brazil. Some of that property belongs to me and other fellow Americans.Does my country just shrug off such things? Should we continue to offer aid to these people? Where is the American Spirit and Patriotism? Must my children watch and wonder as other countries boldly help themselves to American business and Capital? How can a Government wish to increase taxes on earnings from these properties if it will not even protect such.properties? U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Hor. Dean Rusk.** From Congress of United States to Secretary of State. March 20, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 12, frame 121. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[412] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **TNCP 388 PD.** From Ted B. Westfall to Assistant Secretary of State Robert Woodward. April 4, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 12, frames 183-184. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

demandas enfatizava que os rendimentos provenientes da venda deveriam ser recebidos em dinheiro vivo. Além disso, destacava a necessidade de que os pagamentos fossem mantidos em dólares, com juros aplicados à taxa vigente no país e respaldados por garantias governamentais. Essas disposições visam a assegurar que os ativos expropriados sejam devidamente compensados, evitando a desvalorização ou a perda de valor. Por fim, Westfall ressaltava o que chamou de sensibilidade às tendências nacionalistas prevalentes na região, alertando que a aprovação de um plano geral com pouca ou nenhuma compensação imediata poderia incitar demandas semelhantes em outros países latino-americanos, intensificando os conflitos e as instabilidades regionais contra os investidores estrangeiros[413].

Ao rememorar os fatos, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Campos, diz que a ação causou um enorme estardalhaço na imprensa estadunidense. A medida levou o senador republicano Bourke B. Hickenlooper a apresentar uma emenda à lei de auxílio externo dos Estados Unidos vetando a ajuda a quaisquer países que confiscassem empresas estadunidenses. Os investidores começaram a argumentar no Congresso que o dinheiro dos seus impostos estava sendo enviado como ajuda externa para beneficiar pessoas que, ao mesmo tempo, confiscavam seus investimentos no exterior. Segundo Campos, para o governo Kennedy a emenda de Hickenlooper era um desastre diplomático, principalmente no âmbito da Aliança para o Progresso. Campos narrou que ele e San Tiago Dantas trabalharam para manter uma "nacionalização pacífica". O embaixador brasileiro era conhecido pelo seu estreito colaboracionismo com o governo dos Estados Unidos e por sua contrariedade em relação às ações do governo de João Goulart. Ele assumiu o ministério das finanças do primeiro governo da Ditadura Militar quando as negociações com a empresa foram finalmente concluídas, segundo ele, em condições muito melhores[414].

Foi com esses problemas na maleta que João Goulart desembarcou na manhã de 3 de abril de 1962 na base aérea de Andrews, em Maryland. Poucos dias antes da sua chegada, o historiador Arthur Schlesinger Jr., assessor especial do presidente JFK e um dos principais intelectuais da Nova Fronteira, preparou um *briefing book* sobre o presidente brasileiro. O documento continha uma análise de conjuntura feita por Gordon, mas Schlesinger achou importante adicionar alguns apontamentos de sua autoria sobre a psicologia prevalecente no Brasil do início de 1960. Para o historiador, a mentalidade

[413] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **TNCP 388 PD.** Op. Cit.
[414] CAMPOS, Roberto. **Lanterna na Popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

coletiva do povo brasileiro, naquele momento, era caracterizada por um forte nacionalismo, o que não significava violência, mas condicionava fortemente a política interna e externa do país. Segundo Schlesinger, o Brasil enxergava si mesmo como o principal país da América Latina, em crescimento acelerado, dinâmico e progressivo. Os brasileiros desejavam ser reconhecidos como uma potência mundial, não simplesmente como qualquer outro país latino-americano. Então, ele recomenda que Kennedy fizesse uso desse sentimento para pressionar Goulart, enfatizando a responsabilidade do presidente brasileiro pelo crescimento econômico e do prestígio político de seu governo.

Na política, Schlesinger classificou a ideologia vigente no governo brasileiro como um regime nacionalista progressista, determinado a ter controle sobre sua própria vida econômica e comprometido com a melhora no padrão de vida da população. Ele argumentou que por um longo período esses grupos nacionalistas enxergaram os EUA na América Latina como um país interessado apenas em proteger seus investimentos privados. O assessor de Kennedy diz que esse estereótipo parece haver sido abalado ou enleado com as iniciativas da Nova Fronteira e com Aliança para o Progresso, mas voltou a ser reforçado pela reação inicial à nacionalização da IT&T. Schlesinger recomendou então que Kennedy enfatizasse que o Brasil seria fundamental para o sucesso da Aliança para o Progresso na América Latina. Ele prosseguiu com sugestões de argumentos a serem utilizados pelo presidente para persuadir Jango, dizendo que os EUA compreendiam que o contexto latino-americano não era apenas uma disputa entre o status quo e a revolução, mas entre duas revoluções: a democrática e a comunista. Se o futuro da democracia na Ásia dependia dos rumos tomados pela Índia, a democracia na América Latina dependia das decisões tomadas pelo Brasil. O futuro da América Latina era o caminho de Fidel Castro ou o projeto de modernização brasileiro. O discurso sedutor e enaltecedor de Schlesinger Jr. ainda propunha que Kennedy enfatizasse o fato de que os Estados Unidos não eram contra o comunismo apenas porque os comunistas eram contra o capital estrangeiro. Os EUA eram contra os comunistas porque eles ameaçavam a democracia e a independência nacional. Acrescentava ainda que o governo Kennedy era a favor da democracia progressista, porque era o melhor meio para alcançar o desenvolvimento econômico e a liberdade política[415]. Para o assessor de Kennedy, essas deveriam ser as linhas mestras das negociações com João Goulart.

[415] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. President's Office Files. Countries. Brazil: Security, briefing book, Goulart visit, April 1962, folder 1.

Na Biblioteca Presidencial de John F. Kennedy, em Boston, existem três pastas de documentos sobre a viagem de João Goulart. No acervo, há documentos importantes como as fichas de possíveis perguntas e repostas sobre os mais diversos assuntos, até as notas biográficas de todos dos membros da comitiva que acompanharam o presidente brasileiro. Além disso, há ainda documentos menos importantes como diversas versões de *toasts* que poderiam ser anunciados em homenagem a Jango. O conjunto de documentos demonstra o extremo cuidado e a meticulosa preparação para a recepção de João Goulart. É perceptível que Jango chegou aos Estados Unidos envolto em certo prestígio, tendo surpreendido a todos com a sua postura moderada dos últimos meses e com a política econômica que parecia caminhar na direção da estabilização e no enfrentamento da crise inflacionária.

Em um longo memorando preparado pelo embaixador Gordon e direcionado a Kennedy, o embaixador elencava dez pontos considerados relevantes do novo governo brasileiro. O embaixador dos EUA diz que incrivelmente e contra todas as expectativas, o governo Goulart havia conseguido estabelecer um status de relativa confiança no Brasil e no exterior. Jango entregara o controle da economia para um corpo qualificado de ministros e o governo tinha um plano detalhado que foi anunciado e lançado como um programa de estabilização econômica de autoria do banqueiro Walther Moreira Salles, ex-embaixador nos EUA e que conservava notoriedade nos círculos de poder em Washington. Paulatinamente, o regime parlamentarista parecia se consolidar e fazer alguns progressos. Para o embaixador, a única oposição séria ao governo Jango era representada pelo retorno político de Jânio Quadros, mas de todos os líderes políticos do país, apenas o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, apoiava incondicionalmente o ex-presidente. O ministro Silvio Heck parecia embarcar nesse comboio junto com outros conspiradores na tentativa de derrubar o governo por meio de um golpe. Jânio Quadros parecia mirar na corrida governamental em São Paulo, mas agora não mais como o conservador que ele havia sido, mas aparentemente como um esquerdista, oportunisticamente, tão irresponsável quanto Brizola e mais capaz que Miguel Arraes. Quadros estaria se esforçando para assumir a liderança da FLN[416].

Apesar das boas intenções de Goulart, Gordon destaca que a infiltração comunista nos sindicatos era uma preocupação constante do serviço diplomático, principalmente porque Jango teve o apoio vital dos trabalhadores organizados durante toda a sua carreira

[416] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. President's Office Files. Countries. Brazil: Security, briefing book, Goulart visit, April 1962, folder 1.

política. Para o embaixador, era claro que naquele momento Goulart representava uma liderança da coalizão centrista que estava no poder. Todavia, o embaixador condicionava toda a esperança de estabilidade do Brasil à continuidade da ajuda externa. A fragilidade da situação fazia o embaixador ver que toda a boa imagem do Brasil naqueles primeiros meses poderia desaparecer se a Aliança para o Progresso não se materializasse em inciativas concretas. Ele finalizou em tom premonitório sobre o fim do auxílio externo ao governo federal: "Tal desenvolvimento quase certamente traria a queda do regime com consequências desastrosas, sendo a menos objetável provavelmente uma ditadura militar" [417].

Ao desembarcar na base aérea de Andrews, João Goulart foi cordialmente recebido por John F. Kennedy. A primeira-dama, Jacqueline Kennedy, estava de repouso devido uma gravidez interrompida e, para não prejudicar os protocolos cerimoniais da época, a primeira-dama brasileira, Maria Thereza decidiu não acompanhar o marido na viagem. Após as cerimônias protocolares iniciais, incluindo a inspeção das tropas, ambos se dirigiram de helicóptero à Casa Branca, onde mantiveram conversas consideradas pelos relatórios internos como sinceras e concretas. Durante o encontro, Kennedy e Goulart reiteraram seu compromisso com a OEA e os princípios democráticos, além de deliberarem sobre a relevância do capital privado para o progresso econômico[418].

A questão premente da desapropriação de empresas estadunidenses pelo governo do Rio Grande do Sul foi abordada. No desfecho, foi proposta uma solução conciliatória, sugerindo-se que os ressarcimentos fossem reinvestidos no Brasil, ponto que os empresários da IT&T discordavam. Ademais, Goulart demonstrou sua perícia política ao manter a postura de não-intervenção em relação a Cuba, ao mesmo tempo em que reiterava sua oposição a regimes socialistas pelo mundo. Também foram discutidos projetos no âmbito da Aliança para o Progresso. Segundo Jorge Ferreira, a acolhida na Casa Branca foi marcada por um entendimento caloroso entre Kennedy a Goulart, com o presidente estadunidense expressando otimismo em relação à economia brasileira perante a imprensa estadunidense[419]. Uma tentativa de dissipar a imagem ruim que as desapropriações de Brizola haviam causado.

---

[417] "Such development would almost certainly bring fall of regime with disastrous consequences, least objectionable likely to be military dictatorship". PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers.** President's Office Files. Countries. Brazil: Security, briefing book, Goulart visit, April 1962, folder 1, sheet 15.

[418] FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

[419] FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Ao manifestar certa franqueza diante dos jornalistas, Jango esboçou perspectivas para o futuro do Brasil, destacando sua determinação em alçar o país ao status de potência nos próximos quatro anos. Em suas manifestações acerca dos desentendimentos no caso da IT&T, ele sublinhou a intenção de seu governo em superar quaisquer discordâncias pretéritas e estabelecer uma relação construtiva com os empresários estadunidenses no Brasil. Jango se despediu dos compromissos oficiais com um convite para um reencontro entre ele e Kennedy em solo brasileiro, a ser realizado ainda em 1962. Jorge Ferreira argumenta que as gravações de Kennedy feitas após a visita revelaram uma impressão favorável sobre Jango, denotando a existência de uma genuína disposição de seu governo para colaborar, apesar das pressões políticas de grupos nacionalistas que ele enfrentava no Brasil. No Congresso dos EUA, Goulart foi acolhido com uma ovação razoavelmente expressiva. Seu discurso ressaltou os desafios enfrentados pelos países latino-americanos, especialmente em relação às disparidades comerciais e à necessidade de implementar reformas, como a agrária, que visavam a aprimorar a condição social e econômica, em um esforço de enfrentamento à pobreza[420]. Questões que iam ao encontro das propostas da Aliança para o Progresso.

Apesar da aparente receptividade a João Goulart, a obsessão pela Guerra Fria havia levado ao planejamento prévio da visita ao *Strategic Air Comand* em Omaha. Jango desceu aos subterrâneos secretos da base de Offutt, onde se deparou com a imenso aparato de controle dos mísseis nucleares intercontinentais Atlas-1, o mais moderno dispositivo dos EUA à época. Goulart visitou os silos dos mísseis que se encontravam em prontidão para responder de imediato a qualquer possível ataque soviético. Além disso, assistiu a demonstrações da presteza dos caças e dos bombardeiros B-52, que, em uma simulação, decolaram em poucos minutos após um alerta de ataque. Enquanto percorria salas repletas de tecnologia militar avançada, Goulart ouvia do general Thomas Power, comandante da base, explicações sobre como um simples telefonema poderia desencadear um apocalipse nuclear. O jornalista Flávio Tavares, afirmou que Goulart foi testemunha do fervor dos militares estadunidenses diante do poder destrutivo sob seu comando. A experiência acabou por provocar uma profunda perturbação em Jango, confrontando-o com a brutalidade de uma possível "resposta militar" dos Estados Unidos em uma situação crítica. O comandante da base, General Thomas Power, detalhou minuciosamente o funcionamento dos sistemas, exibindo um mapa-mundi em um painel luminoso, onde

[420] FERREIRA, 2014, Op. Cit.

determinados pontos na Europa e na Ásia pulsavam com uma luz vermelha. Jango não fez nenhuma pergunta ao general Power, embora tenha se questionado os motivos de estar sendo apresentado a tantos dados, números, detalhes minuciosos sobre poderio militar. Tavares afirma que somente dois anos mais tarde, em primeiro de abril de 1964, Goulart compreenderia plenamente o significado daquela demonstração[421].

Apesar dos relatos do jornalista soarem um tanto assombrosos e sádicos e a própria biografia de Jorge Ferreira não ocultar o enaltecimento ao presidente, os documentos consultados confirmam que as reais intenções da visita a base militar eram de amedrontar Jango diante do poderio militar estadunidense. Outros relatos sobre a viagem apontam nessa mesma direção. Em *Bastidores da Diplomacia: Memórias Diplomáticas*, o diplomata brasileiro Vasco Mariz, que atuou em Washington sob três embaixadores diferentes, narrou as suas compreensões sobre período em que Kennedy e Jango ocuparam a presidência respectivamente. Mariz atuava como adido cultural e de imprensa na Embaixada do Brasil nos EUA. Suas memórias revelam bem o elitismo dos diplomatas brasileiros à época. Mariz se orgulhava de frequentar os mesmos ambientes das elites de Washington, além de destacar a vida luxuosa e bem relacionada que construiu no estrangeiro. O diplomata não esconde sua proximidade com os círculos de poder estadunidense, narrando episódios cotidianos de sua vida pessoal na tentativa de mostrar o quão bem inserido ele estava no mundo político. Sobre o trabalho na embaixada brasileira, Mariz sublinhou que Roberto Campos foi enviado a Washington como um embaixador de grande prestígio, com o objetivo de mitigar os impactos da Política Externa Independente que vigorava no Itamaraty. Roberto Campos era extremamente sensível e preocupado com as notícias sobre o Brasil que despontavam na imprensa estadunidense. A inquietação era tanta a ponto de, em alguns momentos, o embaixador enviar Vasco Mariz a Nova Iorque para tentar se contrapor a matérias do *The New York Times* que tratariam de Goulart e Brizola que poderiam levar a uma imagem negativa do Brasil. Segundo Mariz, Campos se irritava constantemente ao ter de justificar as ações do governo Goulart no exterior. O adido sabia que o embaixador brasileiro não gostava de Jango, embora o considerasse bem-intencionado, mas o via como inexperiente e completamente influenciável. Segundo essa versão, Campos permanecia no posto apenas por insistência de seu amigo San Tiago Dantas[422].

[421] TAVARES, Flávio. **O Dia em que Getúlio matou Allende e outras Novelas do Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 168-169.
[422] MARIZ, Vasco. **Bastidores da Diplomacia: Memórias Diplomáticas**. Brasília: FUNAG, 2013.

Mariz relatou que, durante a visita de Goulart aos Estados Unidos, ele e o embaixador prepararam 92 fichas de possíveis perguntas e respostas apropriadas para o presidente sobre os temas que ele poderia ser questionado pelos jornalistas estadunidenses. Segundo o adido, essas fichas foram enviadas à Brasília, com a intenção de que o presidente as memorizasse antes da viagem, embora os dois duvidassem que isso fosse acontecer. Ele ficou encarregado de instruir-se com o porta-voz do presidente Kennedy, Pierre Salinger, sobre como proteger Jango da agressividade de certos repórteres que com certeza tentariam emplacar perguntas desconfortáveis, como o caso da nacionalização da IT&T. Segundo Mariz, Salinger assegurou um ambiente controlado para o presidente brasileiro, afinal, ele estava com uma péssima imagem diante da opinião pública dos EUA – questão um tanto questionável. Salinger teria sugerido que as entrevistas ocorressem na Blair House, onde o presidente e sua comitiva estavam hospedados, para que apenas jornalistas credenciados fossem autorizados a estar no recinto. Além disso, Salinger teria garantido a Mariz que ameaçaria previamente os jornalistas de perderem suas credenciais caso fizessem perguntas inapropriadas a Jango[423].

Quando Goulart chegou à noite aos Estados Unidos, Mariz e Campos fizeram uma sabatina com o presidente e, para sua surpresa, ele havia decorado a grande maioria das respostas. Segundo Mariz, Jango conhecia um pouco de inglês, o que lhe dava a oportunidade de pensar nas respostas durante a tradução das perguntas. As entrevistas e as sabatinas ocorreram bem, mas o caos se instaurou quando o presidente foi questionado sobre a presença de Raul Ryff, seu assessor de comunicação, por ser membro do partido comunista. De fato, Ryff foi o elemento mais bem monitorado da comitiva de Jango nos EUA, com vários relatórios apontando para as suas ligações com o Partido Comunista. Mariz diz que, nesse momento, não deixou o presidente responder e interrompeu os jornalistas dizendo: "*Thank you, Mr. President!"* Os jornalistas se levantaram e aplaudiram, encerrando a coletiva[424].

O diplomata brasileiro relata ainda um episódio de um diálogo de Jango com Kennedy, onde ele enfatizou e defendeu a PEI, em vigor no seu governo. Kennedy teria então levantado subitamente, dado algumas voltas na sala e parabenizado Goulart por finalmente ter encontrado um presidente independente, pois, segundo Kennedy, ele mesmo era um presidente dependente do Congresso, da imprensa, de Khrushchev e De

[423] MARIZ, 2013, Op.Cit. p. 90-91.
[424] MARIZ, 2013, Op.Cit. p. 92.

Gaulle, etc. Mariz narrou o episódio como um vexame para a comitiva brasileira; segundo ele, Campos retomou a palavra e tentou conduzir novamente a reunião[425]. O relato de Mariz contrasta com as análises de Jorge Ferreira, afirmando que a viagem de Jango aos EUA só não fora um desastre pela genialidade de Roberto Campos e dele próprio. Porém, como argumentamos anteriormente, apesar das críticas de congressistas e de empresários ao governo brasileiro devido à expropriação da IT&T, entre o círculo mais próximo de Kennedy, Jango causou uma ótima impressão.

Os relatos de Mariz sobre a viagem ao *Strategic Air Command* e a despedida de Jango relevam bem o desgosto dos oficiais brasileiros da embaixada com o presidente.

> Mas durante a viagem oficial de Jango aos EUA ocorreram outros episódios interessantes e até jocosos. Em Omaha, visitamos o Comando Aéreo Estratégico dos EUA. A comitiva desceu por elevadores até uma enorme sala subterrânea, onde foram feitas várias exibições tecnológicas impressionantes. Jango quis falar com um aviador que estivesse voando por cima da... Noruega e o piloto imediatamente respondeu-lhe ao microfone. O comandante da base levou-nos até o local onde estava o famoso telefone vermelho, que tinha comunicação direta com o Kremlin e Jango chegou a brincar com o telefone na mão. Aí Roberto Campos perguntou, um pouco cinicamente talvez, ao general norte-americano: "Não é perigoso o Senhor mostrar tudo isso a pessoas estranhas?". Ao que lhe respondeu o militar: "Os nossos amigos se sentirão protegidos por nós e nossos eventuais inimigos pensarão duas vezes antes de nos atacarem". Assistimos também a demonstrações dos grandes aviões B-52, os quais, respondendo a um alarme, em poucos minutos decolaram para uma missão hipotética. Durante essas exibições não tirei o olhar dos rostos dos pelegos que acompanhavam Jango, os quais estavam visivelmente desconfortáveis.
>
> Em Chicago, ponto final da viagem oficial, tudo também correu bem, mas meu colega Carlos Lobo e eu acabamos presenciando um gesto insólito de nosso embaixador para com o presidente. Havíamos acompanhado a comitiva presidencial até o avião e ficamos na pista até a decolagem. Roberto Campos deu então uma solene banana em direção ao avião, que já desaparecia no horizonte rumo ao México. Roberto exclamou: "Ufa! Afinal nos livramos dessa gente! Que trabalheira, hein?". Não pude conter uma gargalhada, porque realmente era grande a nossa sensação de alívio[426].

Nos relatórios da CIA preparados especialmente para a visita do presidente João Goulart aos Estados Unidos, é possível discernir a percepção que se operou sobre o presidente durante o início do ano de 1962. De um lado, é possível observar a leitura dos agentes de que a situação do presidente era sempre muito frágil, um equilíbrio tênue de uma coalização de forças negociada às pressas entre agosto e setembro de 1961, na tentativa de evitar a guerra civil. Ainda sob a perspectiva da CIA, grande parte das iniciativas positivas do presidente eram de autoria de outros, geralmente frutos de

[425] MARIZ, 2013, Op.Cit. p. 92-93.
[426] MARIZ, Vasco. **Bastidores da Diplomacia: Memórias Diplomáticas**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 94-95.

pressões internas ou externas, como era o caso da viagem aos Estados Unidos, negociada por Moreira Salles e San Tiago Dantas[427].

Foram elaboradas duas análises distintas: um breve resumo sobre a situação política e econômica do Brasil desde 1961 e outro relatório sobre o presidente Goulart. A conclusão destacava o significativo aumento de elementos esquerdistas e nacionalistas no Congresso Nacional, principalmente após a renúncia de Jânio Quadros. Todavia, devido à multiplicidade de partidos e forças políticas, a esquerda não seria suficientemente forte para nomear um primeiro-ministro. Sobre o presidente, pesava a sombra dos comunistas e as especulações de um possível direcionamento de seu governo para a esquerda. A CIA estimava que o Partido Comunista Brasileiro possuía entre 25 a 30 mil membros ativos, mas não estava em posição de desafiar diretamente o governo brasileiro. Apesar de não ser um partido legalizado, os agentes da CIA observavam que eles agiam com mais liberdade do que outros partidos comunistas pela América Latina. A despeito da incapacidade dos comunistas de tomarem o poder, havia uma grande infiltração desses elementos no governo Goulart, principalmente em áreas como Ministério da Educação, dos Transportes, da Agricultura e do Trabalho, bem como nos Institutos de Seguridade Social. Eles eram razoavelmente influentes em associações de classe e em organizações estudantis, com seu principal campo de ação situado no Nordeste do Brasil. Nas cidades de Recife e Natal – onde os prefeitos estavam empenhados em realizar reformas que favoreciam os mais pobres, como a pavimentação de estradas, a construção de centros móveis de atendimento médico e a melhoria de escolas – esses políticos geralmente eram vistos como aliados dos comunistas e hostis aos EUA. As Ligas Camponesas, organizadas por Francisco Julião, também ecoavam sob influência comunista, com Julião expandindo suas atividades para o sul do país e em intenso contato com as diretrizes dos comunistas em Cuba[428].

Em termos de relações internacionais, o relatório dos agentes da CIA informava que o governo Goulart estava dando continuidade à política de Jânio Quadros de aprofundamento das relações com o bloco sino-soviético. Após Quadros abrir embaixadas na Tchecoslováquia e na Polônia, relações comerciais foram restabelecidas com a Romênia, a Bulgária, a Hungria e a Albânia, demonstrando uma expansão do Brasil no Leste Europeu, além do aprofundamento de relações comerciais com a URSS e a

[427] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. President's Office Files. Countries. Brazil: Security, 1962, p. 8-14.
[428] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. President's Office Files. Countries. Brazil: Security, 1962, p. 8-14.

China. Aparentemente, dizem os agentes da CIA, o número de contatos de empresários brasileiros com técnicos soviéticos no Rio Grande do Sul e no Nordeste estava aumentando gradualmente[429].

O serviço de inteligência definia Goulart como um enérgico e abastado proprietário de terras e advogado. Apontava que apesar de sua aparente preparação para o cargo de presidente, tendo sido um protegido de Getúlio Vargas e posteriormente vice-presidente de Juscelino Kubitschek, Jango havia assumido o governo sem uma clareza aparente de ideias e da situação política nacional. Segundo esse ponto de vista, ele foi obrigado a se conciliar com uma oposição conservadora que tentou impedir a sua posse. Nos últimos meses, uma crescente preocupação surgia com as associações que Goulart teve no passado com organizações ou militantes comunistas. Os agentes associavam a passagem de Goulart pelo Ministério do Trabalho em 1953 e 1954 como um período de fortalecimento dos comunistas no interior do movimento sindical. Segundo o relatório, Goulart deixou o cargo em fevereiro de 1954 justamente devido às pressões dos militares contra suas atividades de apoio à subversão[430].

De todo modo, era possível observar que a visão engendrada durante a visita, foi a de um presidente colaborativo e responsável, engajado em resolver os problemas do país, contrastava com a visão proveniente de outras instituições que apresentavam o presidente brasileiro como um sujeito fraco e inábil politicamente, controlado pelas pressões e que facilmente poderia aderir ao esquerdismo, caso precisasse angariar força política. Essas visões contrastantes eram comuns, afinal, como afirmou Carlos Fico, nenhum governo é monolítico, a regra é a existência de tensões e de antagonismo internos. O historiador diz:

> Esse é um aspecto importante para que se possa entender a maneira pela qual determinadas circunstâncias estruturais engendram, no cotidiano, as decisões que são tomadas e as posições que são assumidas. É nesse espaço, entre pressões estruturais, diretrizes governamentais e interpretações próprias de uma determinada agência ou órgão, que atua o individuo – sendo esta complexidade, inerente ao fenômeno político, a principal atração e o maior risco da história política[431].

Por um lado, essa imagem de Jango como um moderado, colocando-se ao centro, como um possível aliado dos Estados Unidos foi engendrada aos olhos dos *newsfrontiermen* em Washington a partir da boa impressão causada durante os primeiros

[429] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. Op. Cit.
[430] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers**. Op. Cit.
[431] FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 136.

meses de governo e do presidente nos Estados Unidos nos dias em que Goulart esteve no país. Por outro, Lincoln Gordon tratou de assegurar que essa postura era mais o resultado de sua capacidade pessoal de dominar Goulart do que da boa vontade do presidente. Foi a partir da construção dessa imagem que se sustentou a ideia de Thomas Skidmore de que John F. Kennedy tentou colaborar com Goulart nos primeiros meses de seu governo e que só a partir dos meses finais de 1963 começou a vê-lo como uma ameaça e a apoiar a conspiração dos militares, que, como demonstramos nas páginas anteriores, já estava no radar do serviço diplomático. No entanto, as evidências demonstram que esta conivência não se materializou em medidas concretas e não passou de aparências. Baseado nas visões de Philipe Raine e Niles Bond, Gordon acreditou que com as pressões corretas seria possível "domesticar" o presidente brasileiro, fazê-lo se afastar de seu passado de ligações sindicais – para os EUA uma conexão clara com o comunismo – e torná-lo um homem possível de ser controlado pelas forças políticas conservadoras e moderadas do Brasil até o final do seu mandato em 1965. Gordon reconhecia que estava positivamente surpreso com a capacidade política de Goulart naqueles primeiros meses de 1962, porém, isso nunca era atribuído diretamente as habilidades de Jango, mas ao seu gabinete, principalmente a Moreira Salles e a San Tiago Dantas, além do controle exercido pelo regime parlamentarista que mitigava os poderes presidenciais.

Enquanto isso no Brasil, a máquina de informações do serviço diplomático composta pelos consulados e pelo serviço secreto não cessava de produzir uma quantidade enorme de documentos apontando cada movimento político da esquerda brasileira como uma articulada e grandiosa marcha em direção à revolução comunista. Ao mesmo tempo, as elites brasileiras à direita não cessavam de abastecer essa máquina na tentativa de angariar recursos do exterior para os seus projetos políticos eleitorais. Nem mesmo o serviço diplomático brasileiro em Washington, chefiado por Roberto Campos, que, teoricamente, deveria agir em defesa do presidente brasileiro, o fez de modo categórico. As diferentes percepções sobre Jango impossibilitavam qualquer tipo de colaboração. A frágil imagem positiva, duramente construída nos primeiros meses de governo, ruiu em primeiro de maio de 1962.

4.2 As Crises do Parlamentarismo e as Eleições de 1962

Ângela de Castro Gomes em A Invenção do Trabalhismo, discute como Getúlio Vargas institui, durante o Estado Novo, um "tempo festivo" ao estabelecer comemorações oficiais com o objetivo de criar uma aproximação entre o poder público e o povo trabalhador[432]. João Goulart, como herdeiro político de Vargas e o representante do trabalhismo partidário do PTB, emulou essas práticas e fez uso do Dia do Trabalho durante o seu governo para anunciar medidas importantes e repetir a tentativa de conexão entre o presidente e as classes trabalhadoras. Em Volta Redonda, em 1° de maio 1962, Jango anunciou o programa de reformas estruturais que ficou conhecido como Reformas de Base, aludindo a uma memória poderosa do trabalhismo varguista, Jango iniciou o seu discurso dizendo:

> No dia universal do trabalho, não haveria melhor local para dirigir-me aos trabalhadores do Brasil. Volta Redonda é bem o marco do despertar do nosso desenvolvimento e a primeira afirmação da luta do nosso povo pela emancipação do País. Nesta comemoração, sinto-me duplamente feliz, porque me encontro com os trabalhadores, a quem tanto devo e ao lado dos quais travei todas as batalhas da minha vida política, e porque posso prestar mais um testemunho de reverência ao imortal Presidente Getúlio Vargas, o pioneiro do nacionalismo, o comandante dos primeiros combates pela libertação econômica do Brasil, o criador da legislação social, o estadista sereno e amigo do povo, o verdadeiro instaurador do voto livre em nossa terra e, para cada um de nós, o chefe e mestre inesquecível[433].

Em outro ponto do discurso, Goulart passa a defender que as transformações estruturais necessárias ao desenvolvimento do Brasil deviam ser precedidas de uma reforma na Constituição para que, assim, pudessem ser realizadas.

> Muitas dessas reformas dependem de leis ordinárias, mas algumas não poderão ser alcançadas, ou pelo menos não poderão ser realizadas eficazmente, se antes não se reformar parcialmente a Constituição de 1946 [...] Uma reforma da Constituição permitiria a criação de condições indispensáveis à adoção das reformas de estrutura, e resolveria de maneira adequada, sem perturbação da vida nacional, questões que estão gerando uma intranquilidade desnecessária, como, por exemplo, a da extensão do parlamentarismo aos Estados e a da possibilidade de fazerem parte do Ministério congressistas que são novamente candidatos ao Congresso Nacional.

Para o embaixador Lincoln Gordon, o discurso proferido por João Goulart simbolizou o afastamento do acordo de coalizão estabelecido durante a Campanha da Legalidade, indicando uma nítida guinada à esquerda. A imagem de político moderado que o governo dos Estados Unidos havia cultivado nos primeiros meses desmoronou com apenas uma alocução. Na perspectiva de Gordon, o discurso constituía um apelo ao

[432] GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
[433] PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Das Comemorações do Dia do Trabalho**. Volta Redonda, 1 de maio de 1962.

Congresso para que promovesse modificações na Constituição, permitindo um amplo quadro de reformas nacionalistas que atendiam às demandas de setores esquerdistas. Em um telegrama de tom alarmista, datado de 4 de maio de 1962, Gordon argumenta que o interesse de Goulart não residia no retorno imediato ao presidencialismo – regime no qual ele estaria constitucionalmente proibido de tentar a reeleição – mas em obter, por intermédio das reformas, um poder sobre o sistema parlamentar, que, segundo o embaixador, previa a eleição indireta para presidente por meio de votação no Congresso e, nesse contexto, não o excluía claramente a reeleição. Nesse momento, as percepções do serviço diplomático começaram a se orientar em uma direção que se perpetuaria até o Golpe Civil-Militar de 1964: a concepção de que João Goulart estava engajado em uma campanha frenética pela extensão de seu mandato a qualquer custo[434]. A interpretação coincidia com a repercussão dada por membros da UDN e do PSD de que a sugestão do presidente era uma grave ameaça ao regime. A hipótese de que Jango estaria interessado em algo mais do que a aprovação de reformas ganharia força também entre os parlamentares[435].

Diante da situação que se adensava, com vozes cada vez mais coesas em condenar o sistema parlamentarista, os esforços do serviço diplomático aumentam na tentativa de monitorar o campo eleitoral. É possível detectar a chegada de novos adidos, secretários e cônsules a partir de janeiro de 1962 e um realojamento de diplomatas pelos consulados. Ainda no início de maio, a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, em conjunto com o escritório de Brasília e os consulados, dão início a uma série de relatórios intitulados *Brazilian Elections 1962* com vistas a monitorar e a elaborar análises detalhadas do campo político. O relatório n°1 foi um índice ideológico constituído de oito categorias que classificaram o espectro ideológico brasileiro. Esse documento foi analisado por Felipe Loureiro e, de acordo com os seus estudos, serviu de base para a distribuição financeira dos projetos da Aliança para o Progresso para congressistas e governadores entre 1962 e 1964. Foi com base nas categorias elaboradas neste telegrama que Gordon orientou a política de "ilhas de sanidade administrativa", mas que, como vimos, era uma ideia presente no serviço diplomático em geral. Este documento

[434] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **2588, May 3, 7p.m.** From Embassy of Rio de Janeiro to Secretary of State. May 3, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 3, frames 1187-1188. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[435] LOUREIRO, Felipe. **Empresário, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica dos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 270.

fundamentado na análise feita por Loureiro, demonstra que o programa de ajuda externa do governo Kennedy foi conduzido sob bases completamente políticas e não sob critérios técnicos, como alegou durante muito tempo o embaixador Gordon[436]. Todavia, mais do que isso, ele serviu como fundamento da percepção política dos diplomatas e para suas ações cotidianas ao longo de todo o período recortado deste estudo.

O documento tinha o objetivo de fornecer um ponto de vista mais utilitário ao serviço diplomático no Brasil, já que as definições partidárias eram muito fluidas e diziam pouco ou quase nada sobre o alinhamento ideológico dos políticos brasileiros. O índice ia da extrema-esquerda até os reacionários golpistas:

Tabela 1

Categoria	***Denominação***	***Descrição***
1	Comunista ou criptocomunista *(communist or crypto-communist)*	Aqueles que forem identificados como comunistas com alto grau de certeza (>90%), seja como filiados ao Partido Comunista Brasileiro, seja como seguidores consistentes da ideologia marxista-leninista.
2	Companheiro de viagem ou inocentes úteis *(fellow traveler or useful innocents)*	Esquerdistas radicais ou esquerdistas ingênuos *(dupes)* que, na prática, seguem a linha do Partido Comunista.
3	Esquerdista ultranacionalista *(leftist ultra-nationalist)*	Esquerdistas ultranacionalistas que são consistentemente anti-EUA, mas que não seguem a linha do Partido Comunista de forma consistente.
4	Reformistas radicais não comunistas *(non-communist radical reformers)*	Defensores de reformas socioeconômicas democráticas, sem serem críticos aos EUA nem seguirem os comunistas.
5	Centristas *(centrists)*	Liberais e reformistas moderados que, apesar de adotarem uma retórica pró-reformas de base, na prática não estão engajados em executá-las.
6	Conservadores *(conservatives)*	Aqueles que resistem a mudanças, incluindo grande parte da elite econômica nacional (industriais, grandes latifundiários, chefes políticos tradicionais).
7	Extremistas de direita *(rightist extremists)*	Reacionários que pretendem liderar uma ditadura militar de

[436] GORDON, Lincoln. **Brazil's Second Chance: en Route toward the First World**. Washington: Brookings Institution Press, 2001, p. 171.

		direita no Brasil ou que não se oporiam a ela.
8	Outros *(others)*	Todos os que não se encaixam nas categorias anteriores.

Fonte: LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra.** São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 83.

A série *Brazilian Elections 1962* formou um conjunto de mais de uma centena de relatórios produzidos ao longo de 1962 concentrados na atividade do monitoramento político e, com o auxílio dos cônsules de cada região, elaborou-se um mapa dos candidatos à eleição e à reeleição, atento às tendências políticas históricas de cada estado da federação. O objetivo era claro: identificar possíveis aliados, favoráveis à implementação dos projetos da Aliança para o Progresso e localizar possíveis candidatos capazes de disputar com as lideranças nacionalistas em todo o país. Tratou-se de esforço minucioso para fornecer auxílio eleitoral a políticos que se agrupassem com o quadro ideológico de interesse dos EUA, basicamente os políticos de categoria 4 a 7. Os relatórios do *Brazilian Elections* são de tipos diversos. Por exemplo, podiam ser do caráter de um *status report*, como era o caso do relatório número dois da série, que analisou o cenário político no estado do Maranhão. Nesse tipo de relatório, descrevia-se quantas vagas para a câmara dos deputados e para o senado estavam em disputa, quais os partidos predominantes no estado, os temas mais importantes para as eleições locais e, por fim, eram classificados todos os candidatos à eleição e à reeleição de acordo com o índice ideológico supracitado. Subsequentemente, era efetuado uma pequena biografia dos candidatos mais importantes, constando a formação, os seus interesses imediatos, se eram ou não candidatos com força política suficiente para vencer eleições. Por fim, concluía-se quais podiam ser possíveis aliados dos Estados Unidos e de alguma forma auxiliar na implementação da Aliança para o Progresso ou na derrota de um candidato ultranacionalista ou de esquerda. Esse exercício foi feito em todos os estados da federação e são documentos que apresentam claramente como o serviço diplomático extrapolou o simples monitoramento dos eventos e passou a intervir diretamente nas eleições de 1962 em níveis profundos e elaborados, em consonância os espectros ideológicos específicos do centro-direita, da direta e da extrema-direita brasileira[437].

[437] O tipo de relatório de status report foi produzido para todos os estados da federação. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 2: A Status Report – Maranhão.** From Embassy of Rio de Janeiro to Department of State. May 15, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 017-026. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Outros relatórios da série podiam tratar de problemas específicos – fruto da conjuntura política imediata – como era o caso de *Brazilian Election 1962 - report N°.3* onde é discutido o papel do ex-presidente Jânio Quadros na corrida ao governo de São Paulo. Muitos agentes consulares empreenderam encontros com políticos brasileiros para a produção dos memorandos de conversas fundamentais na troca de ideias e de planos. Esse material oferece evidências que corroboram o nosso argumento de colaboração das elites na formação das percepções sobre o Brasil. No dia 9 de maio, Robert W. Dean, secretário da embaixada e casado com a sobrinha do presidente da UDN, Hebert Levy, encontrou-se com Luiz Guimaraes Chaves, um dos diretores da associação comercial do Rio de Janeiro. Dean o descreveu como um velho amigo e astuto observador da política nacional. Chaves havia tido um encontro com Jânio dias antes em São Paulo e foi imediatamente relatar ao diplomata estadunidense os planos confidenciados pelo ex-presidente. No relato, o diplomata informou que Chaves acreditava na vitória de Jânio em São Paulo. Em continuidade, conforme o relato, ele haveria afirmado que, apesar dos erros cometidos durante os meses na presidência, Jânio Quadros ainda mantinha uma autoconfiança e um eleitorado fiel. No relato, Chaves argumentava que a volta de Jânio no cenário político como governador de São Paulo era inevitável e ele, como membro de uma importante associação comercial, deveria levar isso em consideração. Dean comentou que com base nas conversas com Luiz Guimaraes Chaves não era possível concluir muita coisa, afinal, Quadros mantinha sua estratégia de lançar pouca luz sobre suas associações políticas e filosóficas, permitindo sempre uma ampla margem de manobra[438]. Segundo este e outros documentos, a percepção do serviço diplomático era que o plano golpista de Quadros elaborado ainda em 1961 permanecia possível de ser acionado. Se o Brasil continuasse a caminhar em direção ao caos político e à crise econômica, era crível que Quadros voltasse ao poder como um ditador ou ainda como primeiro-ministro. As elocubrações sobre Quadros eram muitas[439].

A ideia de que Goulart estava obstinado a criar mecanismos de permanência no poder ganha força quando o presidente passa a se empenhar na campanha pelo plesbicito pelo retorno do sistema presidencialista. Todavia, a situação se agrava ao longo de 1962

[438] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 3. Ex-president Quadros and the São Paulo Governatorial Race.** From Embassy of Rio de Janeiro to Department of State. May 15, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 012-015. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[439] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 3. Ex-president Quadros and the São Paulo Governatorial Race.** Op. Cit.

quando o gabinete ministerial de Tancredo Neves é dissolvido no início de junho, exacerbando ainda mais a crise do parlamentarismo costurado às pressas. A dissolução do gabinete de Tancredo esteve inextricavelmente ligada aos interesses regionais das eleições de 1962. O regime parlamentarista, decretado por um Ato Constitucional, ainda precisava regulamentar uma série de questões, entre elas se os ministros deveriam ou não se desincompatibilizar do governo caso pretendessem disputar eleições. Quando a proposta de emenda ao Ato Constitucional chegou ao Congresso para ser votada, os senadores e deputados se encontravam em ano eleitoral; ou seja, havia uma preocupação maior com o concerto político e com a correlação de forças em disputa do que com a manutenção ou o amadurecimento do sistema parlamentar. Era compreensível que, no interior das campanhas, muitos deputados e senadores não quisessem que ministros do governo disputassem mandatos enquanto estivessem no exercício do cargo, seguindo seus interesses eleitorais imediatos.

As últimas semanas de maio de 1962 foram marcadas por crescentes tensões envolvendo João Goulart e o primeiro-ministro Tancredo Neves. Enquanto Neves se empenhava na aprovação do texto para desincompatibilização no Senado, o Goulart e os seus assessores disseminavam rumores diários sobre a iminente renúncia do gabinete. Tancredo refutava essas especulações, afirmando serem infundadas. Ao mesmo tempo, Neves procurava responsabilizar Goulart pela crise que surgiria caso o gabinete não fosse isento da obrigatoriedade da desincompatibilização, quando muito de seus membros perderiam o mandato. Apesar dos esforços do primeiro-ministro, a emenda pela descompatibilização, conhecida como Emenda Mem de Sá, foi rejeitada no Senado por 33 votos a 10. Segundo Felipe Loureiro, diversos fatores podem haver contribuído para esse resultado. Primeiramente, a existência de pressões sobre os parlamentares por governadores e potenciais candidatos às eleições presidenciais de 1965, como Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek e Juracy Magalhães desejosos para ver o fim do parlamentarismo. Esses políticos não estavam interessados na institucionalização do regime, fosse porque não desejavam ver os seus poderes como governadores reduzidos ou por não desejarem assumir a presidência sob as condições estabelecidas pelo Ato Adicional que limitava os poderes presidenciais. Em segundo lugar, havia o receio de alguns congressistas de que a não exigência de desincompatibilização dos membros do conselho de ministros pudesse transformá-los em candidatos invencíveis nas eleições. No

dia seguinte à derrota da emenda Mem de Sá, Tancredo anunciou a sua iminente renúncia, iniciando as negociações para a formação do novo gabinete[440].

O jornalista e ex-assessor de Tancredo, José Augusto Ribeiro, apresentou como esse segundo fator apontado por Loureiro pode ter sido o motivador da queda do gabinete em junho de 1962, totalmente fruto dos interesses imediatos em ano eleitoral, típicos da vida política. O deputado Martins Rodrigues, líder da bancada do PSD na Câmara e candidato a governador do Ceará em 1962, teria como rival o ministro Virgílio Távora (UDN), que à época ocupava o importante Ministério da Viação e Obras Públicas, com um enorme poder orçamentário. Era natural que Martins Rodrigues quisesse tirar Távora da disputa. Ao conduzir os trabalhos de votação da Emenda Mem de Sá, Martins Rodrigues observou que a maioria dos membros da bancada, também motivada por interesses eleitorais e regionais legítimos em um ano eleitoral, preferia a desincompatibilização dos ministros. O presidente do PSD, Amaral Peixoto, intuía essa tendência, mas acreditava que conseguiria persuadir muitos membros da bancada a mudarem de opinião antes da divulgação dos resultados de uma consulta secreta que ele fez aos líderes dos partidos[441].

Martins Rodrigues, preocupado com a sua própria eleição no Ceará, não se importou com os interesses de seu próprio partido – do qual o primeiro-ministro fazia parte – e tomou a iniciativa de divulgar os resultados da consulta prévia favoráveis à desincompatibilização antes de que Amaral Peixoto conseguisse finalizar as negociações. Rodrigues apurou apenas os votos já recolhidos e insistiu em uma contagem pública na presença de jornalistas, ciente de que a maioria dos deputados votaria pela demissão dos ministros candidatos. José Augusto Ribeiro afirma que Rodrigues sabia que esse resultado ajudaria a afastar seu adversário, Virgílio Távora, do ministério, mesmo ao custo de derrubar, inicialmente, todo o gabinete de Tancredo Neves e, em etapas subsequentes, o próprio regime parlamentar[442].

A crise no parlamentarismo tomou grandes proporções para as relações Brasil-Estados Unidos. Aos olhos do serviço diplomático, o gabinete Tancredo Neves havia caído por uma manobra do presidente. A embaixada acreditava que o único freio que impedia Goulart de se alinhar com a esquerda brasileira era o regime parlamentarista

[440] LOUREIRO, Felipe. **Empresário, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica dos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 271-273.
[441] RIBEIRO, José Augusto. **Tancredo Neves: a noite do destino**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 199-200.
[442] RIBEIRO, 2015, Op. Cit, p. 200.

composto por um gabinete de nomes conservadores, técnicos e anticomunistas. Com este mecanismo dissolvido, Goulart, em conjunto com outros políticos importantes como Juscelino Kubitscheck e Leonel Brizola, engrossariam as vozes pelo retorno ao presidencialismo. A situação crítica da política nacional acabou por postergar a tão esperada viagem de John F. Kennedy ao Brasil. Durante os dias de Goulart nos Estados Unidos, ficou acordado entre os dois presidentes que Kennedy retribuiria o ato de Jango com uma visita ao Brasil, em mais um esforço importante na reaproximação dos dois países. Em início de maio de 1962, Gordon e o *staff* diplomático em Washington e no Brasil iniciaram o planejamento do itinerário e do aparato de segurança necessário.

Na Biblioteca Presidencial de JFK, há duas pastas de documentos sobre esta viagem não realizada. Inicialmente, Kennedy chegaria ao Brasil em 30 de julho e passaria três dias no país. O itinerário inicial seria Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Natal. A viagem deveria incluir as grandes capitais gerando um apelo popular ao presidente e, principalmente, um roteiro pelo Nordeste do Brasil, com foco na Aliança para o Progresso. Goulart ficou um tanto desapontado com o curto período, mas estava satisfeito com uma passagem de Kennedy por Natal. Gordon afirmava que Goulart queria evocar a memória da passagem de Franklin D. Roosevelt e Getúlio Vargas pela capital do Rio Grande do Norte em janeiro de 1943[443]. Um símbolo da Política de Boa-Vizinhança.

A questão da segurança presidencial foi ponto central nas discussões entre o Departamento de Estado, a missão diplomática e o Serviço Secreto dos Estados Unidos. A CIA realizou estudos e detectou que membros do Partido Comunista estavam planejando organizar manifestações contrárias ao presidente Kennedy durante sua passagem por São Paulo. Mais de um mês antes da planejada viagem, o Serviço Secreto enviou agentes para os locais de translado de JFK, tentando avaliar as condições de segurança. Apesar de algumas preocupações, principalmente com as Ligas Camponesas no Nordeste, Gordon estava convencido de que a viagem era segura. Havia ainda as discussões para a passagem por Recife, onde Gordon aventava constantemente com membros do consulado sobre a situação da cidade. Eles concluem que não teriam grandes dificuldades, afinal a segurança ficaria sob a responsabilidade do governador Cid Sampaio – considerado um aliado dos Estados Unidos – com o apoio do comando militar

[443] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers.** National Security Files. Trips and Conferences. President's trip: Proposed Brazil trip (1 of 2 folders). JFKNSF-242-005. John F. Kennedy Presidential Library and Museum.

local. Ou seja, nada estaria nas mãos de Miguel Arraes, segundo esses diplomatas, o agitador e amigo de comunistas. O imbróglio durante a discussão das viagens era como equilibrar a passagem pelo Nordeste pobre e o Sul rico, criando um apelo pelos esforços da Aliança que começavam a se materializar e, ao mesmo tempo, atender às demandas populares e das elites do sul do Brasil pela presença do presidente Kennedy[444].

Em 2 de julho, o secretário de Estado Dean Rusk enviou um telegrama a Gordon dizendo que a viagem precisaria ser adiada. O motivo era a preocupação de Kennedy com a sua segurança durante a passagem por Recife. De início, a ideia era até mesmo visitar algum projeto da Aliança para o Progresso sem a necessidade de adentrar à cidade, fazendo apenas uma carreata pelas estradas[445]. Isso evitaria as possíveis manifestações contrárias à presença do presidente estadunidense, ou que se repetisse o episódio de cerco ocorrido com Richard Nixon em sua viagem pela América Latina, em 1958. No dia 5 de julho, Eugene Delgado-Arias, cônsul-geral de Recife, enviou um memorando a Rusk dizendo que os comandantes militares do IV Exército e da Segunda Região Militar expressaram privadamente a preocupação com a situação política do Brasil devido à renúncia do gabinete de Tancredo Neves. O Brigadeiro Ismar Brasil, haveria informado que existia uma cisão interna no exército que impossibilitava as Forças Armadas de agirem com clareza. Ele argumentava que a visita de Kennedy precisava ser adiada, pois a população estava muito preocupada com o caos político para devotar tempo para uma visita tão importante. Delgado-Arias relatou que leu nas entrelinhas que o adiamento deveria acontecer até que a situação política de sucessão dos gabinetes ministeriais se resolvesse. Para o cônsul a situação no estado era aparentemente tranquila, apesar das greves constantes. No mesmo dia, Delgado-Arias enviou outro telegrama, dizendo que em conversas com o comandante do IV Exército, General Costa e Silva, ele solicitou o adiamento da visita de Kennedy pelo menos para depois das eleições quando a atuação dos elementos esquerdistas no país ficasse mais clara[446].

Os militares no comando do IV Exército manifestaram uma crescente preocupação com a segurança presidencial de Kennedy, o que levou Dean Rusk a temer não necessariamente um ataque terrorista contra o presidente, mas uma forte oposição à sua presença no Nordeste do Brasil, uma região que, na visão do serviço diplomático, estava infestada por comunistas. Em consonância com as recomendações dos militares

[444] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers.** JFKNSF-242-005. Op. Cit.
[445] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers.** JFKNSF-242-005. Op. Cit.
[446] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers.** JFKNSF-242-005. Op. Cit.

brasileiros, a viagem foi adiada para novembro. Contudo, na avaliação do serviço diplomático, a situação deteriorou-se gradativamente ao longo de 1962, culminando no cancelamento completo da planejada visita de Kennedy ao Brasil. Segundo Carlos Fico, foi a missão de Donald Draper que sugeriu o cancelamento da visita de Kennedy. Para o historiador, isso foi um sinal claro da pressão rigorosa que o governo Kennedy começou a exercer sobre o governo Goulart[447]. Gordon, em resposta subsequente, afirmou que os argumentos a favor do adiamento da viagem haviam se tornado substanciais. Ele interpretava os movimentos de Goulart como uma clara guinada à esquerda. Esta era a percepção de Gordon sobre os eventos:

> Suas abordagens sobre o uso do poder parecem direcionadas ao máximo fortalecimento do PTB em linhas demagógicas. Antes da viagem aos EUA, ele parecia cada vez mais distante da extrema esquerda, mas suas recentes atividades políticas envolveram repetidas conferências com Brizola, Almino Afonso e outros que parecem determinados a estabelecer algum tipo de regime sindicalista popular, e cujos vínculos com comunistas declarados são perigosamente numerosos e próximos. Suas atividades trabalhistas continuaram em uma linha fortemente antidemocrática. Ele se identificou com críticas violentas (EMBTEL 26) ao Gabinete proposto por Moura Andrade, que era moderado e pró-Ocidente, enquanto seus próprios indicados incluíam Brochado da Rocha, Secretário do Interior e Justiça de Brizola, uma figura proeminente na expropriação da ITT.
>
> O tema mais consistente da extrema esquerda do PTB são os ataques violentos aos negócios privados americanos como exploradores do povo brasileiro, responsáveis pela inflação, escassez de alimentos, mortalidade infantil e todos os sofrimentos populares. Na medida em que Goulart exibe algum conceito de programa próprio, estes parecem ser uma forma de demagogia peronista, extraindo dos piores elementos da tradição de Vargas.
>
> Continuo a considerá-lo um não-comunista, um homem astuto mas de mente fraca, com desejo de popularidade pessoal e as aparências do poder mais fortes do que qualquer ideia política ou social mais ampla. Mas ele claramente tem respondido mais aos interesses partidários mais estreitos e aos desejos infantis de reverter a limitação de seus poderes do que às motivações mais responsáveis de alguns meses atrás[448].

---

[447] PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers.** JFKNSF-242-005. Op. Cit.

[448] His inclusions on use of power seem directed to maximum buildup of PTB on demagogic lines. Prior to US trip he appeared increasingly divorced from extreme left, but his recent politicking has involved repeated conferences with Brizzola, Almino Afonso and others who appear bent on establishment some kind popular Sindicalist regime, and whose links with outright communists dangerously numerous and close. His labor activities have continued on strong anti-democratic line. He identified himself with violent criticism (EMBTEL 26) of Moura Andrade's proposed Cabinet, which was moderate and pro-Western, while his own nominees included Brochado da Rocha, Brizzola's Secretary of Interior and Justice, a leading figure in ITT expropriation. Most: consistent theme song of the PTB far left is violent attacks on American private business as exploiters Brazilian people, responsible for inflation, food shortages, infant mortality, and all popular sufferings. So far as Goulart displays any concepts of program of his own, these appear to be a form of Peronista demagoguery, drawing from the worst elements of Vargas tradition. I continue to regard him as non-communist, shrewd but weak-minded man, with desire for personal popularity and trappings of power stronger than any broader political or social ideas. But he has clearly been responding more to narrowest type partisan interests and to childish desires to reverse curtailment his powers than to more responsible motivations of a few months ago. PAPERS OF JOHN F. KENNEDY. **Presidential Papers.** National Security Files. Trips and Conferences. President's trip: Proposed Brazil trip (1 of 2 folders). JFKNSF-242-005. John F. Kennedy Presidential Library and Museum, p. 107-108.

Nos esforços para criar um entendimento mais acurado da situação no Brasil, Philip Raine, o maior responsável pelas análises políticas da embaixada, se debruçou sobre as publicações de dados estatísticos das eleições presidenciais de 1960 e na série de documentos *Brazilian Elections 1962* produziu relatórios analisando as tendências partidárias e o aumento no número de vagas no Senado e na Câmara por estado da federação. Para que o Departamento de Estado pudesse elaborar estudos mais precisos, Raine selecionou e enviou 42 livros em português que versavam sobre política, história, economia, revolução brasileira e reforma agrária. Foram selecionadas obras de Álvaro Vieira Pinto, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Hélio Jaguaribe, Leôncio Basbaum e outros intelectuais. Raine alertou para o fato de que vários desses livros estavam impregnados pelo viés esquerdista dos autores, alguns eram comunistas declarados pregando a revolução. Contudo, os diversos pontos de vista eram facilmente identificáveis e se revelavam de grande interesse, tanto em si mesmos quanto pelos eventos, teorias e informações factuais pelos quais se fundamentavam[449].

Dando sequência em seus estudos, Raine estabeleceu uma análise das eleições de 1958, argumentando que o pleito fornecia o melhor paralelo possível para compreender o cenário de 1962. Nesse contexto, toda a Câmara dos Deputados seria renovada, e os mandatos dos governadores Carvalho Pinto, Leonel Brizola, Cid Sampaio e Juracy Magalhães terminariam naquele ano. Raine observava que, apesar da pesada atmosfera que envolvia as eleições de 1962, a situação em 1958 havia sido igualmente tensa, com a ascensão dos ultranacionalistas e a maior e mais profunda participação dos comunistas em eleições desde a cassação do partido em 1947. Raine citou documentos redigidos em 1958 indicando uma aliança entre João Goulart e os comunistas, o que demonstra que a percepção negativa do serviço diplomático estadunidense em relação a Goulart já estava consolidada havia bastante tempo. Raine destacava que, dada a natureza dos partidos brasileiros, a orientação individual dos deputados e senadores era mais significativa do que sua filiação partidária. Embora a proporção entre conservadores, centristas, reformadores radicais e ultranacionalistas de esquerda variasse muito de partido para partido, todos as agremiações políticas continham representantes de todos os espectros definidos na tabela de índice ideológico.

[449] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 11. Books on Brazilian Elections and Related Political, Economic and Social Matters.** From Embassy of Rio de Janeiro to Department of State. June 22, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 339-343. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Assim, segundo essa análise, a questão crucial não era quantos congressistas o PTB elegeria, mas se os moderados ou extremistas que faziam campanha sob o rótulo trabalhista teriam melhor desempenho nas urnas, podendo pertencer a qualquer partido. Raine argumentava que a Câmara era composta por mais de dois terços de centristas e conservadores, com comunistas, companheiros de viagem, inocentes úteis e ultranacionalistas de esquerda compondo menos de um quinto de seus membros. Um fator crucial para ele era se a perda esperada da força conservadora resultaria no aumento significativo do número de candidatos centristas e de esquerda moderada ou na ampliação do número de ultranacionalistas. Ou seja, havia uma prospecção de que a esquerda pudesse ganhar terreno nas eleições de 1962[450].

Com dissolução do gabinete de Tancredo Neves, o presidente Goulart buscou minar a credibilidade do parlamentarismo. Em 27 de junho, ele nomeou San Tiago Dantas como primeiro-ministro para suceder Tancredo, mas Dantas foi rejeitado pela maioria direitista do congresso. A União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático tentaram emplacar Auro de Moura Andrade, um membro conservador do PSD. Goulart aceitou a nomeação com a condição de que ele mantivesse uma carta de renúncia sem data para que pudesse ser utilizada caso tomasse rumos desfavoráveis ao governo. Embora Auro tenha sido aprovado pelo Congresso, as centrais sindicais convocaram uma greve geral para 5 de julho na tentativa de alterar o gabinete novamente e impedir a posse de Andrade. Em 4 de julho, a carta de renúncia foi utilizada para removê-lo do cargo. Diante do impasse causado pela nomeação de Auro e do desgaste resultante de duas nomeações fracassadas, o Congresso acabou aceitando, em 10 de julho, a nomeação de Brochado da Rocha, um nome menos influente, alinhado com o presidente e comprometido com o retorno do sistema presidencialista.

Em meados de julho, o serviço diplomático ainda tentava fazer um balanço da crise, concluindo que muito do que havia acontecido se devia às pressões políticas exercidas por João Goulart e pelo PTB. Niles Bond sempre manteve posturas muito mais radicais em relação a Jango, mais radicais do que o próprio Lincoln Gordon. No interior da estrutura organizacional da missão diplomática dos Estados Unidos, Bond era o segundo nome, mas mais do que isso, a posição de *Deputy Chief of Mission* (DCM) é uma

[450] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 19. The 1958 Elections and Political Party Trends.** From Embassy of Rio de Janeiro to Department of State. July 19, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 627-629. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

das mais fundamentais no gerenciamento de uma embaixada. Dayton Mak e Charles S. Kennedy entrevistaram diversos embaixadores dos Estados Unidos que atuaram em momento cruciais e a partir do material colhido redigiram *American Ambassadors in a Troubled World*. Na obra, é possível constatar com clareza que os DCM exercem um peso fundamental na condução da embaixada, principalmente quando o embaixador não tem experiência diplomática – o que era o caso de Lincoln Gordon. A relação mais pessoal no serviço diplomático era a entre o embaixador e seu DCM[451].

Niles Bond, ao procurar compreender os acontecimentos daquele agitado período, afirmou que Jango havia aceitado a candidatura de Auro de Moura Andrade com a condição de que o *premier* iria se comprometer com o retorno ao presidencialismo e que indicaria um gabinete aceitável para o presidente. Jango não queria renunciar à escolha de seus ministros militares – o que era um movimento lógico, pois ele tinha consciência da sua imagem negativa perante as Forças Armadas. Segundo Bond, Goulart se sentiu traído no discurso de posse de Auro de Moura Andrade na Câmara, forçando com o apoio de uma ala militar a saída do primeiro-ministro. Bond dizia que a embaixada tinha pouquíssimo conhecimento sobre o novo indicado, o ministro Brochado da Rocha, definido como um político provinciano e de reputação não tão ruim entre os poucos que o conheciam em Brasília. Ele destacou no memorando que Brochado da Rocha tinha ligações históricas com Leonel Brizola e que apoiou a expropriação da IT&T com um forte discurso nacionalista na Câmara. Bond concluía que Brochado provavelmente era uma indicação pessoal de San Tiago Dantas, um nome absolutamente sob o controle de João Goulart. O DCM sublinhou ainda que a oposição se viu incapaz de se opor ao nome indicado, primeiro devido ao prolongamento da crise que estava atrasando o início das eleições, sob o risco de até mesmo serem canceladas; e segundo por conta dos distúrbios sociais possivelmente desencadeados, principalmente com a participação dos movimentos de trabalhadores organizados[452].

Bond questionou a ideia de que Brochado da Rocha havia indicado um gabinete técnico de alta qualidade, narrativa feita durante seu discurso de posse. Mesmo a FLN teria criticado a permanência de figuras conservadores nos ministérios, como era o caso de Walther Moreira Salles nas finanças e Renato Costa Lima, classificado pelo diplomata

[451] MAK, Dayton; KENNEDY, Charles. **American Ambassadors in a Troubled World: interviews with senior diplomats**. Westport: Greenwood Press, 1992.
[452] Felipe Loureiro demonstra o papel fundamental dos trabalhadores organizados nesse contexto ver LOUREIRO, Felipe. **Empresário, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica dos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

como um moderado do PTB paulista. Na sua avaliação, os grandes partidos ficaram em uma posição difícil. Para Bond a oposição se viu derrotada e exausta sem a possibilidade de indicar mais nomes de peso. O gabinete acabou tendo uma orientação política duvidosa, diz Bond[453]. Em outro telegrama, Gordon diz que o novo ministério de Brochado da Rocha era mais fraco, mais esquerdista e violentamente mais nacionalista do que o de Tancredo Neves[454].

Na percepção de Niles Bond, Goulart estava no controle do concerto político, manobrando habilmente para assumir o comando total do país. O diplomata desconsiderou a conjuntura e os embates em torno da Emenda Mem de Sá, atribuindo completamente as crises do parlamentarismo ao presidente João Goulart. Aqui, surge outra percepção central na avaliação da embaixada sobre Jango. Gordon estava convicto de que Goulart se encontrava em uma frenética busca pela permanência no poder, mesmo não sendo um comunista. Entretanto, Niles Bond interpretava que essa trajetória poderia desencadear forças, como havia acontecido durante aquelas últimas semanas quando sindicatos se opuseram a nomeações de primeiros-ministros, e isso poderia abrir caminho para uma tomada de poder por parte da esquerda. Ele afirmava que se isso viesse a ocorrer, provavelmente não seria por comunistas ortodoxos, mas possivelmente por alas da esquerda nacionalista e sob fundamentos legais. Geralmente, quando o serviço diplomático afirmava temer que a esquerda chegasse ao poder por vias legais, eles raciocinavam que isso poderia acontecer dentro das regras do jogo democrático. Após a crise do gabinete Tancredo, a Embaixada dos EUA informou os *policymakers* em Washington para não descartarem que o possível objetivo final de Goulart fosse o estabelecimento de uma chamada "república sindicalista", uma espécie de Estado Novo com memórias que remontam a Vargas e a Peron. Bond conclui que não havia evidências firmes nesse sentido, mas que não se poderia descartar, considerando o temperamento histórico e as ambições de Jango[455].

---

[453] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Recent Brazilian Crisis.** From Embassy of Rio de Janeiro to Department of State. July 19, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 638-642. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[454] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 171, Information Brasilia Priority 11.** From Embassy of Rio de Janeiro to Secretary of State. July 19, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 644-645. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[455] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Recent Brazilian Crisis.** From Embassy of Rio de Janeiro to Department of State. July 19, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm

> A avaliação preliminar da Embaixada sobre os resultados da recente crise do gabinete, que acreditamos ter sido exacerbada por Goulart com certos objetivos em mente, é: O presidente fortaleceu sua posição através da nomeação de seu próprio primeiro-ministro e gabinete e fortaleceu a posição do PTB nas próximas eleições, manobrando o PSD e a UDN para fora do gabinete. Se o Congresso não conceder poderes especiais adequados e o gabinete realizar pouco, como parece inevitável, o PTB continuará a culpar as condições deteriorantes aos partidos majoritários no Congresso e ao sistema parlamentar, criando outra questão de campanha. De fato, não há dúvida de que um plebiscito popular agora devolveria o presidencialismo por uma grande maioria. No entanto, ao pressionar demais, Goulart não conseguiu uma data antecipada para o plebiscito e reavivou medos adormecidos não apenas entre os centristas civis, mas, mais importante, entre os círculos militares que, segundo relatos, expressaram sua preocupação e crescente impaciência com a politicagem irresponsável. [...] Os preços estão subindo rapidamente: em breve, o [Ministério do] Trabalho exigirá salários mais altos. O gabinete quase certamente falhará em resolver qualquer um dos problemas mais urgentes. Seria fácil dizer que o Brasil está em um estágio pré-revolucionário e pode muito bem estar, se as forças no país que buscam a dissolução da ordem social existente (os comunistas e os ultranacionalistas de esquerda) não forem adequadamente contidas. [...] A principal influência restritiva para a mudança revolucionária continua sendo as Forças Armadas. Embora como um corpo leal ao seu comandante-em-chefe, não se espera que as Forças Armadas, pela maioria das pessoas conhecedoras, sigam o presidente em aventuras obviamente ilegais. No entanto, há o perigo de que o Presidente possa neutralizar sua oposição militar através de uma série de mudanças de comando e outros movimentos que, embora nunca ultrapassem os limites da "legalidade", teriam o resultado final de castrar a capacidade das Forças Armadas de servir como um baluarte contra um golpe esquerdista no Brasil[456].

publication C-0080, roll 4, frames 638-642. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[456] The Embassy's preliminary assessment of the results of the recent Cabinet crisis, which it believes was exacerbated by Goulart with certain objectives in mind, is: the President has strengthened his position through the appointment of his own Prime Minister and Cabinet and has strengthened the PTB's position in the forthcoming elections by maneuvering the PSD and UDN out of the Cabinet. If Congress fails to grant adequate special powers and the Cabinet accomplishes little, as seems inevitable, the PTB will continue to blame deteriorating conditions on the majority parties in Congress and on the parliamentary system, another campaign issue. There is in fact little doubt that a popular plebiscite now would return presidentialism by a very large majority. By pushing too hard, however, Goulart failed to get an early date for the plebiscite and revived dormant fears not only among civilian centrists but, more importantly, in military circles which reportedly have made known their concern and growing impatience with irresponsible politicking. […] Prices are rising fast; labor will soon be demanding higher wages. The Cabinet is almost certain to fail at solving any of the more pressing problems. It would be easy to say Brazil is in a pre-revolutionary stage and it may well be so if the forces in the country who seek the dissolution of the existing social order (the Communists and leftist-ultranationalists) are not adequately restrained. The principal restraining influence to revolutionary change continues to be the armed forces. Although as a body loyal to their commander-in-chief, the armed forces are not expected by most knowledgeable people to follow the President in obviously illegal adventures. There is a danger, however, that the President may be able to neutralize his military opposition through a series of command changes and other moves which, while never transgressing the limits of "legality", would have the end result of emasculating the capability of the armed forces to serve as a bulwark against a Leftist takeover in Brazil. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Recent Brazilian Crisis.** From Embassy of Rio de Janeiro to Department of State. July 19, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 638-642. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

É importante sublinhar uma certa contradição na percepção do serviço diplomático sobre Goulart. Eles ficavam particularmente impressionados com a capacidade política do presidente, que conseguia, em um movimento contínuo, retomar poderes, mas, ao mesmo tempo, o classificavam como um incompetente, irresponsável e de mente fraca.

Há 79 dias das eleições, as atividades políticas se intensificaram consideravelmente. De acordo com Robert W. Dean, após a crise do parlamentarismo, deputados e senadores estavam retornando rapidamente aos seus redutos eleitorais para dedicarem-se à campanha. Seguindo os requisitos legais, governadores estaduais renunciavam aos seus cargos para concorrer às eleições para o Congresso em seus próprios estados, como foi o caso dos governadores do Rio de Janeiro, Sergipe e Piauí. Em outros estados, onde o mandato do governador estava próximo do fim, não era necessário se ausentar do cargo previamente para disputar o pleito em outro estado. Exemplo disso é Juracy Magalhães, governador da Bahia, que deixou o cargo para concorrer ao senado pela Guanabara, e Cid Sampaio, que deixara o governo de Pernambuco para concorrer ao senado por Alagoas, ambos mantiveram seus governos até o final[457].

Dean produziu relatórios semanais para a série *Brazilian Elections 1962*, indicando os principais movimentos das campanhas, integrando dados levantados pelos consulados para criar um panorama nacional. Ele observava que, no Brasil, era comum que as eleições estaduais fossem marcadas por coalizões partidárias híbridas e variadas, sem necessariamente uma identificação ideológica clara. No entanto, segundo ele, era possível observar a formação de uma coalizão de nível nacional pelos autodenominados partidos de centro e direita, como UDN, PSD e PSP, visando contrastar a forte posição da administração Goulart mantida pelo PTB e pela esquerda nacionalista.

Apesar dos esforços para enquadrar os candidatos no índice ideológico de maneira individual, o serviço diplomático ainda se impressionava com a fluidez das eleições estaduais. Harry Weiner, do escritório de Brasília, relatou como elementos classificados pela embaixada como conservadores (categoria 6) estavam apoiando Miguel Arraes para o governo de Pernambuco, argumentando que isso acontecia devido à pobreza ideológica

[457] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections Highlights – July 14-20.** From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State. July 20, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 650-653. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

da política brasileira. Os deputados federais Luís Medeiros Neto (PSD-Alagoas) e Etelvino Lins de Albuquerque (PSD-Pernambuco) estavam fazendo campanha para o candidato do PTB em Pernambuco. Medeiros Neto, um padre conservador, em entrevista ao Correio Braziliense, afirmou que, apesar de alguns o chamarem de comunista, era necessário aceitar o favoritismo de Arraes ou o PSD seria aniquilado no estado. Lins, em entrevista ao Jornal do Brasil, mencionou que a oposição ao comunismo foi o motivo de sua derrota em 1958, Weiner dizia que ambos estavam pegando carona no Arraes *bandwagon* como uma forma de impulsionar o PSD no estado do Nordeste[458].

Voltemos ao relatório de Robert W. Dean. Segundo o secretário, apesar do esforço para a compreensão de um panorama geral do cenário político, havia certos focos de apreensão. Pernambuco era um deles, principalmente pelo fato de Miguel Arraes, visto como um esquerdista radical e com o apoio de comunistas, estar liderando a disputa. Dean classificava a situação como uma luta desesperada do governador Cid Sampaio para encontrar um candidato à altura e dotado dos recursos políticos necessários para conter a maré comunista no estado. Sampaio sabia que João Cleofas não possuía o apelo popular necessário para enfrentar Arraes e tentou – com estreito auxílio do Consulado de Recife – emplacar diferentes nomes para substituí-lo. Um deles foi José Neves da UDN, que tinha ligações com o PTB e poderia dividir o apoio de Arraes entre os trabalhistas. A estratégia falhou e acabou por piorar o contexto, Sampaio foi visto como um traidor pelos apoiadores de Cleofas, se desgastando com líderes e eleitores da UDN no estado e dividindo o partido. A Convenção Estadual do PTB endossou a candidatura de Arraes e esperava-se o mesmo do PSD pernambucano. A situação chegou a levar o embaixador Gordon a se envolver pessoalmente na tentativa de buscar um novo sucessor para Cid Sampaio. Entre os nomes possíveis, Gordon chegou a se reunir com o sociólogo Gilberto Freyre, visto como um possível nome para rivalizar com Arraes[459].

Em São Paulo, o serviço diplomático enfrentava sérios problemas. O candidato possível de ser apoiado pelo serviço diplomático, inclusive por ser o candidato de seus

[458] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **"Conservatives" Support Arraes for Governor.** From Brasília Office to Department of State. June 19, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 309-310. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[459] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections Highlights – July 14-20.** From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State. July 20, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 650-653. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

aliados próximos, o governador Carvalho Pinto, era José Bonifácio Nogueira, que tinha uma forte coalizão com UDN, PDC e PR, apoiada pelo governador, mas que acabava muito conectado aos problemas da gestão de Carvalho Pinto em São Paulo, sendo previamente desgastado pelos seus adversários. Porém, Adhemar de Barros, do PSP, parecia fortalecido, mas o próprio Dean Rusk havia recomendado ao Consulado de São Paulo que não fornecesse o apoio inicial a Adhemar de Barros, devido aos escândalos de corrupção. Outra preocupação era com Jânio Quadros, que continuava a atrair grandes multidões no estado, com o apoio formal do PTN, PL e MTR. Para o Senado, a disputa estava entre o atual senador Lino de Mattos, do PTB, e Roberto de Abreu Sodré, da UDN[460].

No Rio Grande do Sul, Robert W. Dean observava que não havia um herdeiro direto para o governo pró-comunista e ultranacionalista de Leonel Brizola. Ele descrevia uma corrida de três vias: Ildo Meneghetti, candidato da Ação Democrática Popular, em coalizão com UDN, PSD, PL e PRP; Fernando Ferrari, candidato da MTR, prejudicado pela falta de estrutura partidária e de fundos de campanha; e Meneghetti, com forte apoio na área rural, sendo difícil de ser superado por Ferrari, que tinha adesão entre os trabalhadores urbanos. O outro candidato era o banqueiro Egídio Michaelsen do PTB gaúcho, todavia, apesar de ter buscado uma aproximação, ele não estava recebendo o apoio direto do governador Leonel Brizola[461]

Na Guanabara, segundo Dean, a questão crucial era se o governador Carlos Lacerda e a UDN conseguiriam manter uma maioria viável para sustentar o seu governo anticomunista. Para o diplomata, por um lado, Lacerda mostrava dificuldades em encontrar figuras populares para liderar as listas da UDN (provavelmente em coalizão com o PSD), já que seu próprio nome, muito popular, não apareceria na cédula naquele ano. Por outro, os esquerdistas, liderados pelo PTB, estavam fazendo um grande esforço para controlar a Assembleia Estadual da Guanabara e alinhando candidatos nacionalmente conhecidos para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e cargos de vice-governador, na tentativa de minar o governo de Lacerda, por esse motivo, segundo essa perspectiva, Brizola estava concentrado em se eleger deputado federal pela Guanabara, o que de fato ele conseguiu. Além disso, para Dean os esquerdistas estavam

[460] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections Highlights – July 14-20.** Op. Cit.
[461] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections Highlights – July 14-20.** Op. Cit.

acumulando uma poderosa força de comunicação de campanha, ele afirma que Brizola estava comprando estações de rádio e jornais cariocas[462].

Aos olhos do serviço diplomático, as eleições de 1962 representam um indicador crucial da força e popularidade da esquerda nacionalista no Brasil. A partir do relatório de Dean é possível observar um grande esforço de mapeamento da esquerda brasileira, tentando antever seus movimentos para as eleições. No bojo desses diligências, o secretário de embaixada Edward T. Walters elaborou um relevante relatório sobre o que ele chamava de Geografia da Esquerda Brasileira. Para ele os eleitores brasileiros, impactados por um ano de indecisões governamentais e pelos efeitos da inflação, teriam a oportunidade em 7 de outubro de expressar as suas preferências pelos líderes que esperam conduzir o Brasil para fora da crise econômica e social que se instaurou desde 1961. Para Walters, os eleitores essencialmente escolheriam candidatos entre quatro abordagens fundamentais: os esquerdistas radicais, a esquerdistas moderados, os centristas e os conservadores. Uma quinta abordagem – a direita radical – não estava no radar das votações, embora, diz Walters eles continuassem presentes e populares entre setores significativos da população brasileira classificada por ele como "pragmáticos". O secretário elaborou o seu relatório para oferecer uma visão panorâmica da força eleitoral das esquerdas e suas possíveis conquistas nas eleições, com especial atenção dedicada às principais campanhas para governador, considerando que um avanço significativo do esquerdista radical e uma maior influência no governo federal na política externa poderiam indicar tensões diplomáticas mais ardentes nas relações entre o Brasil e os EUA[463].

Segundo Walters, muitos esquerdistas tinham grandes expectativas de que aquele fosse o ano do ajuste político aguardado, o *payoff*, afirma o diplomata. As condições estariam realmente favoráveis para tal desfecho. Ao longo dos anos – desde os tempos de Getúlio Vargas – foram estabelecidos os alicerces e a estrutura para uma possível vitória dos nacionalistas por todo o país. Para o secretário da embaixada, o constante clamor da

[462] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections Highlights – July 14-20.** From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State. July 20, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 650-653. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[463] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 23 – A Geography of Leftist Political Strength and Ambitions.** From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State. August 8, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 4, frames 834-839. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

propaganda ultra-esquerdista havia alcançado um efeito acumulativo. Era perceptível a aceitação do nacionalismo por parte de setores numericamente significativos e influentes da população brasileira, quase como uma doutrina inquestionável, centrada no antiamericanismo, anti-imperialismo e contra o capitalismo, afirmou o diplomata. Na sua percepção, todos os políticos eram obrigados a prestar tributo e a usar clichês nacionalistas em suas campanhas, sob pena de não serem eleitos. Dado esse clima da opinião pública, aliado à ajuda direta e indireta do presidente Goulart e à controvérsia em torno do parlamentarismo, os esquerdistas estavam empenhados em tirar o máximo proveito da sua atual posição favorável no cenário nacional[464].

Para Walter, em breve, a Frente Popular de esquerda para as eleições de outubro deveria ser oficialmente lançada por meio da emissão de um manifesto redigido pelo ex-Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, o principal teórico orientador do movimento, o que de fato ocorreu. Para ele, o hasteamento desta bandeira nacionalista reuniria imediatamente os militantes da FLN para uma ação coletiva sob a liderança de Miguel Arraes no Nordeste e Norte, de Leonel Brizola no Rio de Janeiro e Sul, e de Mauro Borges e San Tiago Dantas nos estados centrais. Walters sublinhou que embora o presidente Goulart não estivesse oficialmente comprometido com o movimento, ele teria um papel fundamental na organização e estaria em um processo de revisão de seus planos para se alinhar com os objetivos da frente popular[465].

A Frente era concebida como uma aliança de estudantes, sindicatos trabalhistas, camponeses e intelectuais, com a incorporação tática de importantes figuras militares em um esforço político conjunto. Segundo Walters, o combustível para essa máquina era a demanda pelas Reformas de Base. O destino seria então uma "revolução branca", sem o derramamento de sangue, alcançada através das urnas. Para o diplomata, isso seria justificado sob a alegações de evitar uma revolução violenta causada pela contínua supressão dos desejos do povo por legisladores reacionários. No fim, a Frente Popular poderia transcender as linhas partidárias para apoiar todos os candidatos devidamente alinhados à esquerda. Walter entendia ainda que entre os primeiros adeptos esperados da Frente Popular estavam líderes trabalhistas como Dante Pelacani e Clodosmidt Riani da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), os Deputados Federais Bento Gonçalves (PSP) e Celso Brant (PR), o candidato a governador de São Paulo Jânio

[464] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 23 – A Geography of Leftist Political Strength and Ambitions.** Op. Cit.
[465] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 23 – A Geography of Leftist Political Strength and Ambitions.** Op. Cit.

Quadros e o candidato a deputado federal Francisco Julião. Acrescentava que outros candidatos a serem alistados pela esquerda seriam o governador Magalhães Pinto de Minas Gerais e o Senador Juscelino Kubitschek de Goiás. Nas dez disputas para os governos estaduais, pelo menos sete candidatos – com fortes possibilidades de vitória – seriam apoiados pela Frente Popular[466].

Edward Walters relatou a expectativa em torno da performance dos esquerdistas na campanha para alcançar a dominação do Congresso Nacional. Segundo o seu memorando, a maioria dos observadores sugeria que, se os esquerdistas obtivessem êxito nas eleições de 1962, o seu avanço seria mais perceptível em tendências e em um leve aumento (entre 5% e 10%) no número de deputados e senadores de esquerda. Tal crescimento indicaria que aproximadamente 25% a 30% dos assentos do congresso seriam ocupados pela esquerda, um aumento de aos 20%. Walters previa ainda que esses ganhos se concentrariam principalmente nas áreas onde os esquerdistas já possuíam uma base eleitoral consolidada. O secretário afirmava que em uma análise preliminar realizada pela Embaixada dos EUA, na tentativa de mapear os redutos esquerdistas atuais, utilizando-se um sistema de classificação para medir a força relativa dos esquerdistas em cada estado, os resultados indicaram uma maior concentração de esquerdistas no Rio Grande do Sul, seguido por Guanabara, Rio de Janeiro, Piauí e Paraná[467].

Ele reconhecia que a eficácia dessas pesquisas estava limitadas por lacunas na catalogação dos políticos brasileiros pelos índices ideológicos da Embaixada. Acreditava-se que estados como Bahia e Minas Gerais pudessem ter uma representação mais significativa de políticos de esquerda do que apontavam seus relatórios. Apesar das limitações expostas por Walters, os índices destacavam certos aspectos do movimento de esquerda no Brasil, incluindo a força eleitoral no Norte-Nordeste, a influência na área metropolitana do Rio de Janeiro-São Paulo e o Rio Grande do Sul como reduto esquerdista do PTB. Em relação à estratégia para as corridas eleitorais legislativas, Walters afirmou que os esquerdistas haviam concentrado seus esforços em uma campanha nacional na Guanabara, em uma tentativa de neutralizar o núcleo direitista da cidade-estado comandada por Carlos Lacerda. Ali, os comunistas e nacionalistas enfrentavam o obstáculo mais significativo representado pelo governador. Portanto, a prioridade da esquerda era, diz Walters, "sabotar" Lacerda, privando-o de sua base

[466] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 23 – A Geography of Leftist Political Strength and Ambitions.** Op. Cit.
[467] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 23 – A Geography of Leftist Political Strength and Ambitions.** Op. Cit.

popular. Para isso, conforme o diplomata, figuras destacadas como Leonel Brizola e Aurélio Vianna foram recrutadas para concorrer na Guanabara com o objetivo de fortalecer a esquerda no estado. Em outras regiões, onde não havia um candidato esquerdista forte para apoiar a disputa pelo governo, os esquerdistas liderados pelos comunistas estavam mais focados em seus esforços em apoiar os nacionalistas disponíveis nas corridas para deputado, com especial ênfase em impulsionar jovens iniciantes para as assembleias legislativas estaduais[468].

A longa e minuciosa avaliação de Walters previa uma grande vitória das forças de esquerda por todo o Brasil. É notável como o serviço diplomático enxergava o sistema democrático brasileiro com grande exatidão, mas a percepção era de que a esquerda não tinha uma legitimidade política, pois tratava-se uma força completamente subversiva, indicando que todos os movimentos feitos por políticos nacionalistas e trabalhistas possuía um viés escuso. Quando esta análise era atribuída à direita, a situação mudava. Já em meados de 1962, membros do governo João Goulart tinham plena ciência de que empresários e companhias estadunidenses estavam apoiando financeiramente candidatos de direita nas eleições. Em pelo menos três ocasiões, o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Hugo de Faria, questionou o serviço diplomático sobre as subsidiárias de empresas dos EUA estarem distribuindo dinheiro para opositores do governo por intermédio do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais (Ipês). Em um desses documentos, Raine e Keppel ligaram para Faria e justificaram que o Consulado de São Paulo e o embaixador Gordon advertiram à Câmara Americana de Comércio contra a sua participação em atividades políticas. O ministro disse que o governo dos EUA deveria impor restrições as doações feitas para oIpês. Faria disse ainda que não havia como distinguir entre as doações normais e as contribuições maldosas, já que o Ipês apresentava algumas iniciativas louváveis, mas outras eram pura ação subversora feita pela oposição de direita e por apoiadores de Jânio Quadros. Hugo Faria citou o caso montadora de automóveis Willys, cujo diretor da empresa entregou um cheque de 5 milhões de cruzeiros ao ativista de direita Jorge Bhering de Mattos, cujo dinheiro foi usado em campanha política. Hugo Faria disse que o governo estava recebendo relatórios que apontavam para a soma de mais de um bilhão de cruzeiros doados por subsidiárias estadunidenses para opositores do governo João Goulart[469].

[468] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Elections 1962: Report N°. 23 – A Geography of Leftist Political Strength and Ambitions.** Op. Cit.
[469] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 12, São Paulo 3.** From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State. October 12, 1962. National Archives and Record Administration. Records

As primeiras avaliações gerais das eleições só foram produzidas quase um mês após o pleito. A demora no escrutínio das urnas era grande, principalmente para contabilizar os votos no interior dos estados. De fato, as previsões iniciais de Philip Raine e Edward Walters se concretizaram. A esquerda nacionalista ganhou espaço em muitos locais. Mesmo diante de todo o esforço nas eleições no Nordeste, Miguel Arraes acabou vencendo em Pernambuco[470]. O relatório mais substancial produzido pela embaixada só chegou em 5 de novembro, mesmo com alguns resultados sobre as eleições para a Câmara dos Deputados ainda em falta.

O documento intitulado *Some Elections Results and First Thoughts Thereupon* foi redigido pelo terceiro-secretário Frank Micelotta e levou em consideração as análises produzidas nos meses anteriores. O documento é um tanto contraditório, o secretário começa dizendo que o tão esperado ano do *payoff*, previsto nos relatórios de Edward Walters, não havia chegado como esperava a esquerda. No fim, acabou decretando que a vitória da esquerda era considerável. Os resultados, mesmo incompletos, demonstravam que o crescimento previsto para os nacionalistas acabou não sendo nada surpreendente. Para Micelotta, nos próximos quatro anos o Brasil ainda teria a preponderância numérica dos moderados que continuariam a dominar o governo de maneira geral. Na Câmara dos Deputados, ainda faltavam muitos resultados, mas era possível avaliar um avanço mais consistente da esquerda. Porém, para o diplomata era impossível que esse avanço superasse os moderados[471].

O secretário utiliza o índice ideológico para classificar o senado da seguinte forma:

Tabela 2

Categoria		*Novo Senado*	*1962*
1	Comunista ou criptocomunista *(communist or crypto-communist)*	1	0
2	Companheiro de viagem ou inocentes úteis *(fellow traveler or useful innocents)*	2	0
3	Esquerdista ultranacionalista *(leftist ultra-nationalist)*	3	2

of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 5, frames 206-207. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[470] Para ver em detalhes as disputa entre Cleofas e Arraes ver LARA, José Victor. Revolução.

[471] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Some Elections Results and First Thoughts Thereupon.** From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State. November 5, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 5, frames 348-361. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

4	Reformistas radicais não comunistas *(non-communist radical reformers)*	5	2
5	Centristas *(centrists)*	15	17
6	Conservadores *(conservatives)*	31	29
7	Extremistas de direita *(rightist extremists)*	2	3
8	Outros *(others)*	7	9
	Total	66	62

Fonte: U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Some Elections Results and First Thoughts Thereupon.** From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State. November 5, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 5, frames 348-361. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Em sua avaliação o senado permaneceria como estava, um corpo predominantemente moderado. Como a Embaixada havia previsto, havia uma propensão maior à esquerda radical, mas nada que pudesse preocupar. Em relação aos governadores, a situação havia ficado da seguinte maneira:

Tabela 3

Categoria		*Governadores Eleitos*	*Governadores Antes de 7 de julho*[472]
1	Comunista ou criptocomunista *(communist or crypto-communist)*	0	0
2	Companheiro de viagem ou inocentes úteis *(fellow traveler or useful innocents)*	1	1
3	Esquerdista ultranacionalista *(leftist ultra-nationalist)*	3	3
4	Reformistas radicais não comunistas *(non-communist radical reformers)*	2	1
5	Centristas *(centrists)*	10	12
6	Conservadores *(conservatives)*	5	4
7	Extremistas de direita *(rightist extremists)*	0	0
8	Outros *(others)*	0	0
	Total	21	21

Fonte: U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Some Elections Results and First Thoughts Thereupon.** From Ambassy of Rio de Janeiro to Department of State. November 5, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963. Record Group 59, microfilm publication C-0080, roll 5, frames 348-361. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Para Frank Micelotta, as decepcionantes vitorias dos petebistas Miguel Arraes em Pernambuco e Badger Silveira no Rio de Janeiro foram compensadas pelo alívio da

[472] Data em que alguns governadores foram obrigados a deixar o mandato para concorrer a outros cargos.

derrota de Jânio Quadros em São Paulo. A vitória de Ildo Meneghetti no Rio Grande do sul também era comemorada pela Embaixada. Aqui o documento toma outro tom, se no início o diplomata apontava para o fato de a vitória de esquerda não ser tão surpreendente, em seguida ele passa a elencar uma série de ganhos que apontavam para um caminho indesejado para o serviço diplomático. O secretário confirmou que as eleições para governador não produziram o repúdio nacional do eleitorado pela esquerda, algo ansiado pela Embaixada. Arraes havia vencido pela fragmentação das forças conservadoras no estado. Questão que se repetia no Rio de janeiro, onde Micelotta avaliou que se a oposição tivesse conseguido se organizar para defender um candidato conservador forte desde o início, talvez fosse possível rivalizar com os nacionalistas. Frank Micelotta finalizou dizendo que a mesma situação se repedia no Rio Grande do Sul e em São Paulo, mas com os sinais políticos invertidos, onde nacionalistas acabaram fragmentados, possibilitando a vitória de conservadores[473].

Em relação à Câmara dos Deputados, Frank Micelotta disse que ali se refletiria de forma mais à guinada para a esquerda. Ele faz uma série de ressalvas sobre as suas avaliações, dizendo que resultados ainda se encontravam muito incompletos e a posição ideológica de muitos dos novos membros da Câmara ainda eram completamente desconhecidas. O diplomata lembra que era típico da política brasileira que muitos dos eleitos, por uma razão ou outra, não tomassem posse de seus assentos e acabavam sendo substituídos por outros, seja por processos judiciais ou como parte do jogo político de suplentes. Com todas essas reservas, o secretário afirmou que a Embaixada estudou os resultados de cinco estados – São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina –, locais onde as tabulações já haviam sido feitas. Ele comparou a composição das delegações atuais com as futuras na Câmara, seguindo o partido e o índice ideológico da Embaixada. Em cada um dos cinco estados estudados, o PTB teve um desempenho melhor do que o esperado e a UDN e o PSD pior.

O PTB despontava como o grande vitorioso, ganhando um assento a mais do que o previsto pelo serviço diplomático. O PSD ganhou menos assentos do que o número previsto. Segundo Micelotta, a "bola de cristal" da Embaixada foi mais precisa para a UDN, o partido não ganhou mais assentos do que o previsto em nenhum estado. Para comparar as previsões totais da Embaixada para esses partidos nos cinco estados com o desempenho real: era previsto 37 para o PSD, o resultado acabou com 31, a previsão para

[473] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Some Elections Results and First Thoughts Thereupon.** 1962, Op. Cit.

o PTB era de 37 cadeiras e o resultado foi 41, já a UDN a previsão era 25, o partido acabou com 23 cadeiras[474].

Em sua análise, era difícil tirar quaisquer conclusões sobre a distribuição entre categorias ideológicas dos novos deputados dos cinco estados, pois muitos — cerca 38 dos 144 — ainda não haviam sido classificados no índice ideológico da Embaixada. Entretanto, para o secretário parecia seguro presumir que o PTB ganhou mais espaço do que o esperado e as categorias mais preocupantes (I, II e III) também o fizeram. Se os resultados nesses estados anunciam uma tendência nacional, ainda era cedo para confirmar. No entanto, o palpite da Embaixada era que a tendência discernível nesses estados previamente estudados se manteria para o Brasil como um todo. Assim, o PSD e a UDN teriam um desempenho pior do que o previsto, o PTB e outros partidos menores, melhor. Mesmo assim, na nova Câmara, o PSD ainda teria a maior representação. O PTB, ficava em segundo, mas em vez da diferença de 34 assentos que a Embaixada previu, apenas cerca de 15 ou 20 assentos o separavam do partido líder. A UDN ficará em um terceiro lugar bastante fraco, e os partidos menores teriam força ligeiramente aumentada. Em termos de classificação ideológica, a esquerda mais hostil, ou aqueles nas categorias I-III, expandiriam suas representações e agora ocupavam cerca de 25 a 30% da Câmara.

Em suas conclusões, Frank Micelotta diz que quando a contagem terminasse e os resultados oficiais fossem anunciados, as eleições de 1962 teriam produzido um misto de resultados. A esquerda teria motivos para se sentir encorajada, já que havia conquistado duas vitórias individuais notáveis: as de Miguel Arraes para o governo de Pernambuco e a do difamador dos EUA, Leonel Brizola, para Deputado Federal na Guanabara. À guisa de conclusão, cada um deles poderia causar muitos danos aos interesses dos Estados Unidos em suas novas posições. Todavia, ambos representavam um perigo ainda maior como possíveis candidatos à presidência em 1965. Para Micelotta, na Câmara, a esquerda obteve seus ganhos gerais mais impressionantes. Espera-se um aumento nas manifestações antiamericanas no plenário da Câmara. Segundo ele, um maior número de projetos potencialmente prejudiciais aos interesses americanos seria proposto. Além disso, havia a tendência comum aos políticos brasileiros de repetirem fórmulas eleitorais de sucesso, replicando discursos usados em eleições anteriores. Ou seja, era esperado que

[474] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Some Elections Results and First Thoughts Thereupon.** 1962, Op. Cit.

em futuras campanhas houvesse ainda mais candidatos ultranacionalistas propagando uma linha antiamericana, já que isso aparentemente estava angariando votos[475].

O diplomata concluiu que as eleições eram apenas um determinante na formação da linha e das políticas específicas de um governo. A orientação geral do governo Goulart deveria permanecer, em grande parte, imprevisível. Embora alguns fatores não fossem completamente compreendidos pelo diplomata, como o desenrolar da crise internacional em torno de Cuba, bem como as atitudes, os atos e as reações do presidente Goulart deveriam ser constantemente reavaliados. Micellota afirmou que apesar de tudo, eram os moderados os verdadeiros vitoriosos das eleições, pessoas com as quais os EUA ainda podiam trabalhar. No entanto, era evidente que o Brasil continuava a trilhar uma longa e lenta marcha em direção ao nacionalismo[476].

[475] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Some Elections Results and First Thoughts Thereupon.** 1962, Op. Cit.
[476] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Some Elections Results and First Thoughts Thereupon.** 1962, Op. Cit.

CAPÍTULO V. Do Plebiscito ao Golpe: os Estados Unidos e a Crise do Governo Goulart

Não foram apenas os livros de poemas de Niles Bond que figuram entre os documentos esquecidos no tempo e escritos por diplomatas estadunidenses que serviram no Brasil. Philip Raine, que ao longo do período estudado atuou como conselheiro de assuntos políticos da Embaixada e liderou a equipe política no Escritório de Brasília, acabou destacando-se como um dos mais importantes formuladores das percepções sobre o cenário político brasileiro. Em 1974, quando a Ditadura Militar no Brasil caminhava para uma vagarosa e gradual abertura, Raine publicou um livro, hoje praticamente esquecido, intitulado *Brazil: Awakening Giant*[477].

O estudo de Raine foi prefaciado pelo ex-embaixador Lincoln Gordon. À época, Gordon ocupava o cargo de presidente na Universidade John Hopkins, o equivalente ao cargo de reitor nas universidades brasileiras. Em um pequeno texto introdutório de pouco mais de duas páginas, Gordon replicou a visão do autor de que, entre os gigantes menos desenvolvidos, o Brasil com certeza despontaria logo como uma nação de primeiro mundo. O ex-embaixador classificou o Brasil como pertencente ao mundo moderno – na acepção mais pura do conceito de acordo com as teorias da modernização – uma nação integrada ao mercado livre e às sociedades de consumo altamente industrializadas. No texto, Gordon fez a defesa do projeto de desenvolvimento econômico e político elaborado pelos militares brasileiros, do qual ele e Phillip Raine fizeram parte. Ele chegou a afirmar que o Brasil estava se consolidando nos últimos cinco anos em ímpeto vertiginoso na direção do progresso. O ex-embaixador reforçava a ideia central do estudo de Raine: o Brasil era agora um gigante que despertava para a modernidade. Lincoln Gordon sublinhou que o Regime Militar caminhava para a liberalização e a democratização, mas esclarecia que não se tratava de repetir a experiência vista por ele como elitista e que teria vigorado entre 1945 e 1964, mas sim de uma nova e "verdadeira" democracia. Nessa visão, a Ditadura Militar estava a cumprir suas promessas, despertando o país para as suas verdadeiras potencialidades. *Brazil: Awakeing Giant* é, sobretudo, um manifesto de

[477] O único estudo localizado que cita a obra de Philip Raine foi a tese de doutoramento de Fabricio de Sousa Morais fez uma interessante análise do livro de Raine como parte das manifestações à nação brasileira durante as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972. Na monografia é possível encontrar uma boa indicação da recepção da obra de Raine. MORAIS, Fabricio de Sousa. **Pátria Nossa a Cada Dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar** (150° aniversário da independência do Brasil) Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

defesa do projeto político dos militares e uma evidência da durabilidade das percepções do serviço diplomático dos EUA sobre os eventos de 1964.

Phillip Raine também escreveu com certa periodicidade para a *Foreign Service Journal* (FSJ), desde resenhas de obras até alguns artigos, expondo ideias sobre o Brasil. Um dos exemplos, foi *Brasília É Realidade – A Capital Moves*, redigido por Raine na edição de outubro de 1960. Ali, o diplomata tentou capturar a euforia irradiada pela construção da nova capital brasileira e os problemas crônicos de habitação e infraestrutura que atingiam a cidade, além dos percalços do cotidiano de viver em um local, segundo ele, construído às pressas. Ele lembrou que o Escritório de Brasília, o embrião da futura embaixada que ainda permanecia no Rio de Janeiro, estava instalado em um anexo do Hotel Brasília Palace. Nos meses anteriores, o escritório funcionou em um trailer sobre rodas, onde Raine diz haver sido, provavelmente, a primeira vez na História que uma Embaixada dos EUA funcionou nesse tipo de instalação.

Raine não escondeu sua admiração pelo que ele chama de milagre moderno, fruto do esforço do presidente Juscelino na expansão do Brasil para o oeste.

> Nem fotografias nem palavras conseguem descrever adequadamente a sensação de vastidão monumental despertada por Brasília; nenhum poeta, compositor ou pintor brasileiro ainda se levantou para enfrentar esse desafio. Horizontes brilhantes e desobstruídos são ilimitados; a cidade é de espaços abertos e, aqui e ali, um arranha-céu atinge os espetaculares efeitos das nuvens no alto planalto[478].

E mesmo após muitas descrenças e detratores, a nova capital estava ali:

> O Presidente Kubitschek disse em um discurso recente: "Acordei o gigante adormecido", o que à primeira vista pode parecer uma maneira excessivamente dramática de colocar as coisas. No entanto, quando se consideram as realizações sólidas da atual administração, incluindo aquele segundo milagre, a Rodovia Belém-Brasília e os aumentos no potencial energético, as novas indústrias de automóveis e construção naval etc., é evidente que sua declaração não é sem uma justificativa considerável[479].

No universo da especulação, talvez possamos dizer que foi com base neste discurso que Raine encontrou a inspiração para dar título ao livro que escreveu quatorze

[478] Neither photographs nor words are able adequately to describe the feeling of monumental expanse awakened by Brasilia; no Brazilian poet, composer or painter has yet risen to its challenge. Brilliant, unobstructed horizons are unlimited; the city is one of open spaces and only here and there a skyscraper reaches into the spectacular cloud effects of the high-plateau. RAINE, Philip. Brasília é Realidade – A Capital Moves. **Foreign Service Journal**. October 1960, vol. 37, n° 10, p. 55-58.

[479] President Kubitschek said in a recent speech "I awakened the sleeping giant," which at first blush might seem an overly dramatic way of putting it. When one considers the solid accomplishments of the present Administration, however, including that second miracle, the Belém-Brasília Highway and the increases in power potential, the new automobile and ship-building industries, etc., it is apparent that his statement is not without considerable justification. RAINE, Philip. Brasília é Realidade – A Capital Moves. **Foreign Service Journal**. October 1960, vol. 37, n° 10, p. 55-58.

anos depois. Contudo, outros aspectos de sua vida são mais difíceis de rastrear, sua posição nunca foi destacada entre os membros do serviço diplomático, o que torna o levantamento de simples dados biográficos um desafio. A questão central, como veremos ao longo do capítulo, é que as suas análises tiveram muito peso nas decisões finais, principalmente na construção de ideia de que Jango estava a engendrar uma profunda conspiração com objetivos de estender o seu mandato e permanecer no poder. Além do mais, Raine foi o diplomata que por mais tempo atuou no Brasil durante o recorte deste estudo, de 1955 até 1969, alçando continuamente quase todos os cargos possíveis como um de diplomata de carreira[480].

Encontramos indícios de que Philip Raine começou a sua trajetória na Cidade do México como adido cultural, mas não sabemos precisar exatamente em que ano. Em 1951, foi substituído por Eugene Delgado-Arias, que se tornaria seu colega no serviço diplomático brasileiro, atuando no Consulado de Recife entre 1960 e 1964[481]. Ao deixar o México, Raine seguiu para o Paraguai. *Brazil: Awakeing Giant* não foi o primeiro estudo de sua autoria, em 1956 ele publicou *Paraguay*, o que lhe concedeu uma elogiosa e laudatória resenha de um colega na FSJ. No texto em questão, o autor diz que a obra era um esforço minucioso e reflexivo sobre a república menos conhecida das Américas. L. D. Watrous afirmou que apesar de muitos estudos sobre o Paraguai do século XIX haverem sido escritos, o trabalho de Raine era o único em língua inglesa que combinava uma pesquisa histórica com a análise contemporânea sob o ponto de vista social e econômico[482].

Segundo dados da Delegacia Especializada de Estrangeiros de São Paulo, Philip Raine chegou ao Brasil no dia 21 de outubro de 1955 para assumir o posto de cônsul-geral na capital paulista[483]. Na edição de 14 de setembro de 1955, o jornal *Diário da Noite* noticiou que o recém-chegado cônsul anunciara um programa de bolsas de intercâmbio entre o Brasil e os Estados Unidos[484]. Não demorou muito para os nomes de Sr. e Sra. Raine aparecessem nas colunas sociais dos jornais paulistas como figuras ilustres nos

[480] Em 1971, Raine publicou um artigo sobre a Igreja Católica no Brasil, tema recorrente em seus relatórios durante o tempo de serviço. Nesse artigo ele aparece como aposentado, nos levando a especular que o Brasil foi seu último posto de trabalho. Raine, Philip. The Catholic Church in Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, vol. 13, no. 2, 1971, pp. 279–95.
[481] SIMPSON, R. Smith. Mexican Report. **The American Foreign Service Journal**. Baltimore, Dezembro, 1951, p. 40-42.
[482] WATROUS, L. D. Paraguay. **The American Foreign Service Journal**. Baltimore, Novembro, 1956, p. 36.
[483] BRASIL. São Paulo. **Cartões de Imigração, 1902-1980**. FamilySearch. Entry for Philip Raine, 1956.
[484] DIÁRIO DA NOITE. **Poderá Desenvolver-se no campo técnico nosso intercambio com os Estados Unidos**. 14 de setembro de 1955, p. 15.

eventos das elites. Em 1965, após a aposentadoria de Niles Bond e a transferência de John Gordon Mein[485], Philip Raine assumiu o posto de *Deputy Chief of Mission* na Embaixada do Rio[486], chegando a ocupar interinamente o cargo de embaixador durante a troca de Lincoln Gordon por John W. Tuthill no início de 1966[487].

Voltemo-nos a *Brazil: Awakeing Giant*. Nele Philip Raine se propõe a fazer uma genealogia do Brasil moderno, um resumo histórico da trajetória brasileira dos portugueses ao período imperial e, em seguida, da Velha República ao que denominou de *Modern Brazil*. Basicamente o mesmo caminho metodológico que havia seguido em seu estudo sobre o Paraguai[488]. O foco, como era esperado daquele que se ocupou dos assuntos políticos no Brasil, era estreitamente a história política nacional. Nesse sentido, Raine arriscou trazer um conceito pertencente a identidade nacional dos Estados Unidos para analisar o povo brasileiro e se perguntou: qual seria o Destino Manifesto do Brasil? Para Raine, nosso destino estaria manifestado no nacionalismo dos militares que fizeram a "Revolução" em 1964. Ele diz:

> Particularmente forte na filosofia nacionalista militar é a crença no destino manifesto do Brasil, não apenas no hemisfério ocidental, mas também por meio de seu papel especial na África por razões de segurança e outras. Isso levou a um papel ativo do Brasil em organizações internacionais, incluindo responsabilidades de manutenção da paz e de natureza militar[489].

Raine colocava o Brasil como um país que encontrou o caminho do crescimento após 500 anos de isolamento e sonolência. A Ditadura Militar estaria unida umbilicalmente aos Estados Unidos pelo fato de que as suas origens estão profundamente associadas ao signo do anticomunismo. O diplomata sustentava o maniqueísmo entre as forças progressistas, aqueles que estavam dispostos a levar o Brasil para o caminho de uma grande nação – os militares, no caso – contra aqueles que ele classificava como

---

[485] John Gordon Mein ocupou o cargo de DCM até agosto de 1965 quando foi nomeado embaixador dos EUA na Guatemala. Mein foi assassinado em 28 de agosto de 1968 por guerrilheiros da *Fuerzas Armadas Rebeldes* (FAR), sendo o primeiro embaixador dos EUA a ser morto em serviço. Ver em ADST, **The Assassination of Ambassador John Gordon Mein, Guatemala, 1968**.

[486] Diversos documentos de 1965 Raine é mencionado como DCM. SIMONPIETRI, Andre C. **Visit by officials of the Communication Satellite Corporation (1965)**. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

[487] RAINE, Philip. **Letter from Raine to Duffield Assuring Importance of Communications**. January 17, 1966. (1966*).* Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. *Brown* Digital Repository. Brown University Library.

[488] RAINE, Philip. **Paraguay**. New Jersey: Scarecrow Press, 1956.

[489] Particularly strong in military nationalist philosophy is the belief in Brazil's manifest destiny, not only in the western hemisphere but also through its special role in Africa for security and other reasons. This has led to an active Brazilian role in international organizations, including responsibilities of a military peace-keeping nature. RAINE, Philip. **Brazil: Awakeing Giant**. Washington, D.C: Public Affairs Press, 1974, p.113.

terroristas. Esse último grupo seria composto por estudantes que formavam os grupamentos da guerrilha armada contra o governo. É nítido que Raine classificava os casos de tortura da Ditadura como excessos irracionais de uma guerra entre forças equivalentes. De um lado, o governo militar comprometido com os anseios da modernização e, de outro, os comunistas detratores do projeto. Sob esse aspecto, ele chega a dizer:

> O fenômeno tem uma dinâmica própria. Por um lado, o terrorismo urbano por parte de estudantes e dedicados revolucionários muitas vezes leva a ações policiais irracionais que viram milhares contra o governo, tanto no país quanto no exterior. Um exemplo extremo, mas preciso, é aquele notado em um despacho lacônico da Reuters de 14 de novembro de 1969, que relatou que o Arcebispo de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, havia excomungado o Chefe de Polícia por usar torturas com choques elétricos em uma madre superiora de um convento aprisionada, porque ela supostamente permitiu que seu convento fosse usado como uma célula para o movimento guerrilheiro de esquerda[490].

Como bem identificou Fabrício de Sousa Morais, quando Raine analisou as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, é possível perceber o aspecto conceitual dos dois nacionalismos[491], em termos muito semelhante as reflexões feitas por Walt W. Rostow[492]. Para ele, havia um nacionalismo positivo, que serviu de ateio ao desenvolvimento nacional durante a Era Vargas, naquilo que ele chama de "tomada de consciência" do povo brasileiro. Era este o nacionalismo positivo que havia levado o Brasil a almejar a posição de porta-voz dos países em desenvolvimento e o que alimentava o Destino Manifesto do Brasil. O segundo tipo, negativo, era identificado com o antiamericanismo e as práticas consideradas por Raine como destrutivas, taxadas por ele de manifestações xenofóbicas contra os estadunidenses, idealizadas com o intuito de mobilizar pelo medo e pelo ódio. É sob essa chave conceitual que o termo chegou a ser atrelado ao ultranacionalismo, nos aspectos conceituais que discutimos anteriormente, sendo possíveis de serem rastreados como uma análise de intelectuais estadunidenses

[490] The phenomenon has dynamic of its own. On the one hand urban terrorism on the part of students and dedicated revolutionaries often leads to mindless police action that turns thousands against government at home and abroad. An extreme but accurate example is that noted in laconic Reuters dispatch from Rio de Janeiro dated November 14, 1969, which reported that the Archbishop of Ribeirão Preto, in the state of São Paulo, had excommunicated the Chief of Police for using electric shock tortures on an imprisoned convent mother superior, because she allegedly allowed her convent to be used as a cell for leftist guerrilla movement. RAINE, 1974, Op. Cit. p.124.

[491] MORAIS, Fabricio de Sousa. **Pátria Nossa a Cada Dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar (150° aniversário da independência do Brasil)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015, p. 57.

[492] ROSTOW, Walt W. **Eisenhower, Kennedy and Foreign Aid**. Austin: University of Texas Press, 1985, p. 105.

sobre o fascismo na Europa e no Japão nos anos de 1930. Todavia, é interessante observar que passados pouco mais de oito anos do Golpe Civil-Militar de 1964, alguns aspectos do discurso das teorias da modernização, misturadas a algumas generalizações comuns sobre a sociedade brasileira, ainda se mantinham firmes no ideário de Philip Raine, por exemplo, quando ele diz:

> Muitas das características político-culturais importantes contribuem para manter uma política estável. O ideal de não-violência, conciliação e compromisso, uma forte crença no sistema hierárquico e a tolerância racial e religiosa contribuem para amenizar as tensões decorrentes da interação entre grupos de elite, bem como entre as classes alta e baixa. O quanto essas características atrasarão as mudanças modernizadoras não está claro. Elas tornam possível realizar mudanças com menos perturbações do que em muitas outras nações ao redor do mundo. Outros aspectos da sociedade tradicional terão que mudar. A dependência excessiva dos valores atribuídos à família e aos privilégios de classe, em detrimento de padrões mais universais do mérito, deve mudar. A erosão do sistema paternalista é uma mudança gradual que deve acelerar um salutar declínio do personalismo, o que influenciaria o eleitor a dar mais peso aos temas do que ao carisma. Finalmente, o próprio progresso e a realização nacional, ao remover frustrações e um persistente senso de inferioridade, tornarão o nacionalismo exaltado e a xenofobia cada vez mais irrelevantes. As questões podem ser mais facilmente decididas por seus méritos do que por emoções irracionais[493].

Em *Brazil: Awakening Giant*, é possível perceber a força de uma mentalidade engendrada no contexto do golpe. Observam-se os resquícios do arcabouço conceitual das teorias da modernização, a ideia de uma sociedade tradicional que se dissolve diante da marcha da modernidade, e as estruturas arcaicas que desapareceriam com o avanço do progresso trazido pela "Revolução de 1964". Como bem lembrou Morais, no fim, a modernidade era a realização do sonho capitalista no Brasil[494]. Esse discurso permaneceu também em Lincoln Gordon, conforme argumentam James N. Green e Abgail Jones[495],

[493] Many of the important political-cultural traits contribute to maintaining a stable polity. The ideal of nonviolence, conciliation, and compromise, a strong belief in the hierarchy system, and racial and religious tolerance all contribute to easing tensions arising from an interplay among elite groups, as well as between upper and lower classes. How much these traits will delay modernizing changes is not clear. They do make it possible to bring about changes with less disruption than in many other nations throughout the world. Other aspects of the traditional society will have to change. Overdependence on ascriptive values of family and class privileges to the detriment of more universal standards of merit must change. The erosion of the paternalistic system is a gradual change that should hasten a salutary decline in personalism, which would influence the voter in giving more weight to issues than to charisma. Finally, progress itself and national achievement, by removing frustrations and a nagging sense of inferiority, will make exalted nationalism and xenophobia increasingly irrelevant. Issues can the more easily be decided on their merit than by unreasoning emotions. RAINE, Philip. **Brazil: Awakeing Giant**. Washington, D.C: Public Affairs Press, 1974, p. 49.

[494] MORAIS, Fabricio de Sousa. **Pátria Nossa a Cada Dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar (150° aniversário da independência do Brasil).** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

[495] No artigo em questão, Green e Jones apontam como as mudanças no discurso de Lincoln Gordon ao longo do tempo refletem sua tentativa de moldar sua própria imagem histórica, justificando e defendendo

que sustentou a crença persistente de que o serviço diplomático dos EUA fez parte de um projeto de Brasil que superaria a sociedade tradicional e atingiria a modernidade. Sob a perspectiva dos diplomatas, a Ditadura Militar cometia "exageros" e excessos pontuais, mas esses eram vistos como irracionais apenas na medida em que se contrapunham a inimigos que faziam uso do "terror". Para Raine e Gordon, a Ditadura estava direcionada a entregar um país diferente. Do conteúdo imperialista presente na narrativa emerge uma justificativa racional para as ações, uma contextualização que mitigava a culpa, se é que ela existiu. O fato é que as percepções sobre o Brasil vindas dos Estados Unidos, formuladas por sujeitos como Philip Raine, foram poderosas, duradouras e explicativas do processo decisório que culminou na derrubada de Jango.

O presente capítulo objetiva investigar como esse processo se acelerou após o presidente João Goulart retomar os seus plenos poderes presidenciais. A visão apocalíptica passou a ocupar todos os espaços do serviço diplomático a ponto de incomodar o Departamento de Estado. Durante o ano de 1963 é possível observar um conflito profundo entre as diferentes percepções sobre Jango e o cenário político e econômico do Brasil. O governo dos Estados Unidos assumiu um papel central na radicalização política e no desastre das tentativas de estabilização econômica, levando à conclusão do serviço diplomático de que seria necessário uma abordagem mais radical e o apoio incondicional aos conspiradores militares e civis.

5.1 O Referendo de Janeiro de 1963 e o Retorno ao Presidencialismo

Ao longo de 1963, o serviço diplomático dos Estados Unidos no Brasil passou a observar a situação política como uma série de crises cíclicas causadas pela sanha do presidente João Goulart em perpetuar-se no poder. Na interpretação do embaixador Lincoln Gordon e dos seus assessores diretos, as crises nos diversos gabinetes ministeriais ocorridas em 1962, com o desgaste contínuo do regime parlamentarista, resultavam de um plano arquitetado pelo presidente para desacreditar o sistema e pôr fim ao Ato Constitucional de setembro de 1961. Essa interpretação se perpetuaria, mesmo com o

suas ações durante os eventos de 1964, sem reavaliá-las de nenhuma forma. Preso aos parâmetros da Guerra Fria, Gordon repetiu versões dos eventos, reafirmando que não poderia haver agido de forma diferente. O que variou ao longo dos anos foram os argumentos usados para legitimar a sua visão anticomunista e a sua política golpista. GREEN, James N.; JONES, Abgail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**, 29(57), 2009, 67–89.

presidente tendo de volta as prerrogativas de um regime presidencial. Para o serviço diplomático, Goulart teria abandonado qualquer plano de estabilização econômica ou tentativa de enfrentar a inflação e o aumento dos preços, incitando o Brasil a mergulhar na crise social e política. Essa interpretação catastrófica ocorreu antes mesmo da desistência do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), elaborado pelo economista Celso Furtado[496]. Para alguns membros do serviço diplomático, o presidente estaria muito mais preocupado com seu próprio futuro político do que com o Brasil. Como vimos, na avaliação geral da Embaixada, a direita acabou derrotada nas eleições de 1962, e apesar da verdadeira vitória eleitoral haver sido dos moderados de centro, a esquerda nacionalista chegou a conquistar espaços importantes de poder. Mesmo com o suporte financeiro de empresas estadunidenses e dos recursos da Aliança para o Progresso sendo distribuídos de acordo com os índices ideológicos, além dos esforços de órgãos como o *United States Information Service*[497] (USIS) produzindo materiais e participando ativamente das campanhas em conluio com o complexo Ipês-Ibad; nada disso foi capaz de frear o avanço da esquerda nacionalista no Congresso e em certos estados da federação, como em Pernambuco e na Guanabara.

O plebiscito pelo retorno ao presidencialismo havia sido tema de debates candentes durante todo o último semestre de 1962. Goulart almejou pautar a consulta popular para ocorrer no mesmo dia das eleições estaduais de outubro, mas não conseguiu. O plesbicito acabou marcado para o dia 7 de janeiro de 1963. Após sucessivas crises sob o sistema parlamentarista e a queda e formação de três gabinetes ministeriais em poucos meses, havia certo consenso na cena política do Brasil de que o sistema negociado entre agosto e setembro de 1961 não funcionava a contento. Além do mais, existia o interesse das grandes lideranças políticas nacionais, à esquerda e à direita, pelo retorno ao presidencialismo mirando nas eleições de 1965. Ninguém gostaria de assumir o cargo máximo da república com poderes mitigados.

Em torno da questão do plesbicito, três acontecimento simultâneos desarranjaram ainda mais as já combalidas relações entre Brasil e Estados Unidos. 1) A aprovação da Lei de Remessa de Lucros, em setembro de 1962; 2) A Crise dos Mísseis de Cuba ocorrida entre 16 e 28 de outubro de 1962; 3) A descoberta e o desmantelamento de um campo de

[496] Sobre o Plano Trienal e o contexto da relação Brasil EUA ver LOUREIRO, Felipe. P. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). **Brazilian Journal of Political Economy**, 2013, 33(4), 671–691.

[497] Para compreender com mais detalhes as atividades da USIS ver FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 76-80.

treinamento de guerrilheiros organizado pelas Ligas Camponesas em Dianópolis, no interior de Goiás[498]. Esses eventos somados, foram utilizados como um eficiente combustível para confirmar como certas as especulações do serviço diplomático. Nesse caso, as conclusões levaram à ideia de que o governo de esquerda e o discurso nacionalista presente na sociedade estavam vencendo o debate político e conseguindo pautar no congresso leis contra a presença do capital estrangeiro. Para os diplomatas, o posicionamento independente do Brasil na Crise dos Mísseis provou que o governo Goulart manteria a sua postura contrária aos Estados Unidos em momentos críticos da Guerra Fria. E por fim, o caso em Dianópolis seria a prova cabal de que organizações de esquerda estavam formando guerrilhas camponesas pelo interior do país, elevando a temperatura dos conflitos no campo.

Ainda em 20 de julho de 1962, o Escritório de Brasília preparou um documento sobre os planos de João Goulart para alterar o regime parlamentarista. Nele, Philip Raine apresentava as suas avaliações e prospecções dos métodos do presidente e elaborou teses sobre a situação que, apesar de reconhecidamente especulativas seriam baseadas, segundo ele, em uma série de fontes. Para Raine, muitos dos métodos de Goulart comprovavam que ele estava confabulando não um plano (*plan*), mas uma conspiração (*plot*)[499].

Durante todo o ano de 1962, muitos documentos da embaixada relatam a influência do grupo Compacto do PTB, formado segundo Gordon, por esquerdistas e nacionalistas radicais, liderados pelo deputado Almino Affonso e com forte influência nas decisões presidenciais[500]. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, esse grupo

---

[498] Aprofundar em cada um desses pontos nos levaria a digressões que fugiriam do escopo da tese. Além dos mais, o acervo do *Opening the Archives* trata mais da reverberação desses assuntos no Brasil do que de seus detalhes. Para um estudo da Lei de Remessa de Lucros e a relações com o empresariado estrangeiro ver LOUREIRO, Felipe. **Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 209-218. Para uma boa análise das iniciativas brasileiras no contexto da Crise dos Mísseis ver AVILA, Carlos F. Domínguez. A Crise dos Mísseis Soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. **Varia História**. Jan, Vol 28, N°47, 2012, p.361–389. Sobre o caso da guerrilha em Dianópolis, ver FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: **O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 128-133.

[499] Apenas um trecho do documento está no arquivo microfilmado, mas foi possível encontrar o conteúdo integral no acervo da Brown University. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Goulart Plan to Change Parlamentary System in Brazil**. From Brasília Office to Department of State. July 20, 1962. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 4, frames 662-663. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University ou RAINE, Philip. **Goulart Plan to Change Parliamentary System in Brazil (1962).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

[500] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 196, Information Brasília 12**. From Rio Embassy to Secretary of State. July 24, 1962. National Archives and Record Administration. Records of

formado no final dos anos de 1950, era conhecido como os "pragmáticos reformistas", que além de Affonso, era organizado por Luiz Fernando Bocaiuva Cunha, Fernando Santana, Armando Temperani Pereira, Clidenor Freitas e Doutel de Andrade. Tratava-se de uma fração mais à esquerda no interior do partido trabalhista que estimulava a aliança com outros grupos e defendia um reformismo forte[501]. Nas percepções do Departamento de Estado, o grupo Compacto estava direcionando o governo Goulart para a radicalização.

De acordo com o conselheiro de assuntos políticos, Goulart estaria recebendo apoio das lideranças trabalhistas nacionais e, possivelmente, de comunistas para sua campanha de retorno ao presidencialismo. Raine constatava que juntamente com o apoio de Samuel Weiner, proprietário do jornal *Última Hora* — classificado como um periódico esquerdista — Jango liderava uma corrente de forte influência na imprensa nacional. Juscelino Kubitschek, dominante em jornais de centro-direita, compartilhava do mesmo objetivo. Até mesmo lideranças conservadoras, como Magalhães Pinto em Minas Gerais e Carvalho Pinto em São Paulo apoiavam a campanha pelo retorno ao presidencialismo. Figuras-chave das Forças Armadas, como o Ministro da Guerra Nelson de Melo e os comandantes do I e II Exércitos, general Osvino Alves e Jair Dantas Ribeiro, garantiam a sustentação militar ao movimento. Os subordinados diretos do presidente responsáveis pela coordenação da campanha a favor do plebiscito incluíam o general Amaury Kruel, além de San Tiago Dantas, Hugo de Faria e a coordenação da propaganda sob as ordens do comunista Raul Riff[502].

Segundo Raine, os métodos utilizados reforçavam o seu argumento de que o que ocorria não era um plano de retorno ao presidencialismo, mas uma ampla e profunda conspiração arquitetada por João Goulart. Em sua digressão, Raine informou que de acordo com fontes próximas ao ex-ministro Tancredo Neves, como o seu ex-secretário de imprensa, Roberto Pompeu de Souza, a conspiração operava simulando os mesmos passos de Getúlio Vargas em 1937, quando este instaurou as bases autoritárias do Estado Novo. Goulart, segundo essa perspectiva, estaria buscando um caminho similar, tensionando as forças de esquerda e de direita para que o povo ficasse em meio a essa disputa, permitindo ao presidente intervir exigindo poderes ditatoriais para lidar com o

---

the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 4, frames 673-674. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[501] DELGADO, Lucília de A. N. **PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964).** São Paulo: Marco Zero, 1989.

[502] RAINE, Philip. **Goulart Plan to Change Parliamentary System in Brazil (1962).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

caos político. Esta estratégia, denominada por Pompeu de Souza como "movimento de Garrincha", aludia ao estilo arriscado, mas potencialmente recompensador, do famoso jogador de futebol. Raine não acreditava que Goulart exigiria poderes ditatoriais ao estilo de Vargas, não por falta de vontade, mas porque sabia que não obteria tais prerrogativas naquele contexto. O plano de Goulart, conforme essa hipótese, era utilizar a sua influência no movimento sindical, nas organizações estudantis e em outras entidades para incitar greves e distúrbios sociais, pressionando as lideranças políticas do Congresso pelo retorno ao presidencialismo e na tentativa de dar continuidade a seu mandato para além de 1965. O tentame da nomear Santiago Dantas como primeiro-ministro – durante a crise do gabinete de Tancredo Neves – era apenas parte do plano de tensionamento de forças feito por Jango; assim, ainda sob o ponto de vista de Raine, o presidente buscava criar uma crise que levasse o poder legislativo, sob pressão, a devolver-lhe os poderes presidenciais[503].

Para analista político diferentes grupos apoiavam o presidencialismo por motivos diversos. Os conservadores apoiavam o retorno ao presidencialismo devido à preocupação de que o Ato Institucional, se completamente regulamentado, seria expandido aos estados e municípios, resultando na perda de poder político de governadores e prefeitos do interior do país. O apoio dos militares, mesmo entre os oficiais conservadores, partia de uma visão autoritária de que era necessário um governo central forte para manter a ordem social. As Forças Armadas acreditavam que a fragilidade e a instabilidade causadas pelo parlamentarismo incitava os comunistas. Ainda segundo o relatório, as forças de esquerda estariam envolvidas na conspiração por diferentes razões. Os comunistas mantinham Goulart sob rédea curta, puxando-o para a esquerda sempre que ele tomava medidas mais moderadas. Na análise do diplomata, Goulart dependia da infiltração comunista nos sindicatos para se proteger do avanço da direita golpista. Os comunistas estavam dispostos a ajudar na manutenção do governo Goulart, pois, segundo Philip Raine, isso fazia parte do grande plano comunista para assumir o poder no Brasil. Ele ainda reconhecia que embora o PCB fosse uma ameaça constante, suas capacidades no contexto brasileiro da época eram bastante limitadas. A verdadeira força da esquerda estava no que ele chama de núcleo duro de extremistas, liderado por Almino Affonso do PTB que trabalhava em estreita colaboração com o

[503] RAINE, Philip. **Goulart Plan to Change Parliamentary System in Brazil (1962).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

Governador Leonel Brizola e os grupos que forneciam sustentação ao ex-presidente Jânio Quadros[504].

De acordo com Raine, as suas investigações revelavam que o grupo Compacto do PTB buscava estabelecer um governo de tipo socialista no Brasil, não ligado aos comunistas ortodoxos de Moscou, mas trabalhando em harmonia com eles. Ele acreditava que o grupo tentaria estabelecer um governo ao modelo da Iugoslávia socialista, com posição independente da União Soviética, um sonho aparentemente compartilhado por Jânio Quadros, afirmava o conselheiro. Indicações semelhantes foram recebidas por intermédio dos extensos relatórios produzidos pelo Professor da Universidade de Harvard, Henry Kissinger, durante sua visita ao Brasil. Kissinger conversou com muitas figuras importantes, produzindo memorandos que foram essenciais para as decisões da embaixada e confirmou muitas das teses de Raine[505]. O grupo Compacto, assegurava o conselheiro, enxergava no plano de Goulart oportunidades para promover seus próprios objetivos e Raine estava completamente inclinado a concordar com a observação lacônica de que enquanto Goulart encorajava esse grupo, ele, assim como Santiago Dantas, seria um dos primeiros a serem liquidados caso esse possível governo socialista fosse implementado[506].

Para Philip Raine, a questão-chave para compreender o futuro imediato do Brasil era discernir os verdadeiros objetivos de Goulart. O plano ou, na concepção do conselheiro, a "conspiração" pelo retorno ao presidencialismo era evidente. Todavia, indaga o diplomata: o que Goulart pretende fazer quando recuperar seus plenos poderes? Raine relatou que o presidente havia declarado e reiterado diversas vezes que desejava retomar o presidencialismo apenas para governar melhor o Brasil. No entanto, mesmo atribuindo a Jango créditos pela sinceridade – algo que Raine prontamente questiona –, para o diplomata estadunidense, a capacidade de Goulart de governar era duvidosa. Segundo o conselheiro, Jango não era um homem tolo, mas sim insuficientemente instruído para liderar um governo moderno e havia poucas evidências de sua competência administrativa. Raine reforçava a informação invariavelmente presente nos documentos diplomáticos de que era altamente improvável que Goulart fosse um comunista ou mesmo

[504] RAINE, Philip. **Goulart Plan to Change Parliamentary System in Brazil (1962).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.
[505] A passagem de Kissinger pelo Brasil em 1962 exigiria um estudo específico. Sobre sua passagem pelo Nordeste ver LARA, José Victor. Revolução às Margens do Capitalismo.
[506] RAINE, Philip. **Goulart Plan to Change Parliamentary System in Brazil (1962).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

que simpatizasse com eles. Na verdade, para Raine e Lincoln Gordon o presidente via os comunistas mais como um problema e uma ameaça ao seu próprio poder, embora aparentemente não os considerasse uma ameaça séria. Assim, o analista pensava a situação acreditando que Jango havia concluído que não poderia contar com o apoio do centro nem dos moderados para implementar as Reformas de Base. E agora, o presidente estava empenhado em ampliar a sua base popular, fundamentada nos trabalhadores urbanos organizados e, posteriormente, nos trabalhadores rurais, para assim empreender algum tipo de governo sindical aos moldes de Vargas ou Perón. Raine afirmava que, seguindo este plano, os comunistas poderiam auxiliar Goulart, e ele continuaria a aceitar essa ajuda. O diplomata conclui seu relatório com uma indagação: qual será o preço que Goulart deverá pagar por essa ajuda? Ele especulava que provavelmente seria a legalização do PCB. Philip Raine termina enfatizando a crença no Exército como poder moderador, aquele que poderia salvar o Brasil do seu destino sombrio:

> Os graves perigos potenciais para o Brasil e a tranquilidade hemisférica decorrentes dos elementos conflitantes na atual situação político-sócio-econômica neste país são óbvios; eles não serão discutidos aqui. Por outro lado, seria aconselhável não subestimar a resiliência, engenhosidade e resistência do povo brasileiro, ainda basicamente democrático e pacífico. É bom lembrar que a história brasileira dá inúmeros exemplos de que, por mais sombrias que as perspectivas do país possam parecer, e por mais sérios que sejam os problemas que enfrenta, os brasileiros geralmente encontram uma maneira de sair deles sem um colapso. Na maioria das vezes, o Exército, no passado, assumiu a responsabilidade de salvar uma situação que parecia não ter outra solução aceitável, assumindo temporariamente o controle. Se as tentativas de minar a coesão das Forças Armadas e aumentar a influência de oficiais ultranacionalistas e de esquerda mudarão essa capacidade militar, ainda veremos[507].

A percepção da Embaixada estava correta sobre a campanha pelo plebiscito haver angariado um significativo apoio de setores empresariais, políticos e sindicais interessados no retorno ao presidencialismo por motivos diversos. Naquele contexto, e Embaixada se viu quase completamente isolada e sem capacidade de influenciar nos resultados. Eles não desejavam o aumento dos poderes de Goulart e pareciam convencidos de que os setores liberais e conservadores do Brasil não tinham consciência

[507] The grave potential dangers to Brazil and hemispheric tranquility from the conflicting elements in the present politico-socio-economic situation in this country are obvious; they will not be discussed here. On the other hand, it would be advisable not to underestimate the resilience, resourcefulness, and resistance of Brazil's still basically democratic and peaceable people. It is well to remember that Brazilian history gives numerous examples that no matter how gloomy the country's prospects may appear, and how serious the problems it confronts, Brazilians usually find some way of coming out of them without a crack-up. More often than not the Army in the past has taken it upon itself to save a situation which seemed to have no other acceptable solution by temporarily taking over. RAINE, Philip. **Goulart Plan to Change Parliamentary System in Brazil (1962).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

do real perigo em desmantelar o regime parlamentarista. É relevante como o serviço diplomático passou a perceber um sistema político construído em meio a uma crise como garantidor de estabilidade. Como ficou claro no capítulo anterior, a crença geral dos diplomatas era de que Goulart necessitava de mecanismos capazes de conter suas intenções notadamente esquerdistas e ele havia sido bem-sucedido em provocar crises constantes para desacreditar o sistema parlamentar. A solução pensada pela Embaixada foi apostar na abstenção da participação popular no plebiscito, uma forma de evidenciar a seus superiores em Washington a presumida fragilidade no apoio popular de João Goulart, o que também não funcionou.

As eleições estaduais de 1962 tiveram expressiva participação do eleitorado, com cerca de 86% dos eleitores aptos comparecendo às urnas. Em 4 de janeiro, o Consulado de São Paulo relatava que a campanha do plebiscito seguia calma, com a propaganda focada no fato de que os eleitores teriam que votar NÃO, recusando o Ato Institucional, ou seja, era preciso marcar "não" na cédula para votar a favor do presidencialismo, o que poderia provocar certa confusão. As previsões relativas à abstenção no estado de São Paulo eram de cerca de 30%, um índice muito mais alto do que nas eleições de 1962. Segundo o cônsul Daniel M. Braddock, os apoiadores de Goulart informaram à imprensa que esperavam pelo menos 70% de comparecimento dos eleitores, e o cônsul completou: "como se isso fosse uma demonstração de credibilidade". Para Braddock, o público seguia a vida completamente apático em relação ao referendo, considerando que a vitória do presidencialismo já estava praticamente garantida. Com exceção do pequeno Partido Libertador (PL), que ainda defendia o parlamentarismo, a oposição considerava inútil fazer campanha contra o plebiscito. Segundo o cônsul, a maioria dos políticos parecia compartilhar da apatia dos eleitores[508].

Gordon não explicita diretamente em nenhum momento, mas a leitura dos documentos relativos ao plebiscito revela que o embaixador preferia não informar ao Departamento de Estado que Goulart gozava de amplo apoio popular em uma questão que unia brasileiros de diferentes matizes ideológicas. No final do dia 7 de janeiro de 1963, Gordon telegrafou os primeiros resultados das urnas, indicando que o referendo ocorrera sem maiores problemas e que, apesar dos resultados incompletos, as urnas

[508] "as though this would be a credible showing". U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Weekly Summary N°. 53.** From Consulate of São Paulo to Department of State. January 2, 1963. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 5, frames 784-788. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

demonstravam uma vantagem de 7 a 3 a favor do presidencialismo. Em um comentário que parecia prenunciar uma previsão estranhamente errada, ele mencionou que vários locais, como Santa Catarina e Minas Gerais, estavam relatando uma surpreendente alta nos votos favoráveis a manutenção do parlamentarismo, quase nutrindo uma esperança que de a votação poderia virar. A abstenção era informada como em torno de 20%, um índice que Gordon considerava altamente improvável, pois, em sua perspectiva, os brasileiros não iriam às urnas votar pela ampliação dos poderes de um presidente com um alinhamento vertiginoso ao esquerdismo[509].

A vitória de Jango foi inquestionável, dos 12.286.355 eleitores apresentaram-se às urnas, resultando em um comparecimento de 66,18% no universo de 18.565.277 eleitores aptos a votar. Foram 9.457.448 (76,98%) votos pelo presidencialismo e 2.073.583 (16,88%) pela manutenção do parlamentarismo. No dia 9 de janeiro, a Embaixada preparou um longo memorando sobre os resultados preliminares do plebiscito. O documento, de autoria do conselheiro da embaixada John Keppel, foi redigido com o auxílio de diversos outros membros da missão diplomática. Na análise, Keppel afirmou que o resultado favorável a Goulart poderia representar um fortalecimento de sua posição diante das forças moderadas e centristas. A Embaixada reconhecia seu erro na previsão das abstenções, afirmando que as projeções do governo estavam corretas. Segundo Keppel, era absolutamente surpreendente que mesmo sem a mobilização direta de políticos de centro, o governo conseguiu sozinho alcançar uma vitória acachapante. De acordo com o relatório, mesmo o interior do Nordeste sem contar com o comum transporte gratuito de eleitores e refeições entregues durante a votação, a abstenção não foi muito mais baixa que nas eleições de 1962, que contaram com esses auxílios. No Paraná, apoiadores de Goulart afirmaram haver recebido o apoio fundamental da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos sindicatos, organizações fortemente influenciadas por comunistas e nacionalistas da esquerda radical, segundo a embaixada[510], representando o papel das forças de esquerda na vitória do presidente.

---

[509] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 1276, Information Polad/Cincarib 22.** From Embassy of Rio de Janeiro to Secretary of State. January 7, 1963. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 5, frame 800. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[510] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Joint Weeka 2**. From Rio de Janeiro to Secretary of State. January 9, 1963. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511,

Apesar de compreenderam que o retorno ao presidencialismo formava um consenso, o que mais chamava a atenção dos analistas estadunidense era que Goulart havia mobilizado o país sem o auxílio da máquina partidária do PSD, considerada por eles como a ferramenta fundamental para a vitoriosa aliança entre PTB e PSD nas eleições presidenciais. O empenho árduo dos trabalhistas poderia servir de moeda de troca nas próximas negociações entre os partidos. Keppel sublinhou que Goulart provavelmente iria acreditar que tinha um voto de confiança do eleitorado, além de sentir-se mais independente do PSD, permitindo que a ala mais radical do PTB ganhasse ainda mais espaço nas futuras discussões. Segundo John Keppel, Goulart agora se sentia fortalecido para arriscar, inclusive avançando contra os interesses dos Estados Unidos[511].

Em outro resumo semanal do dia 15 de janeiro, Keppel procurou explicar os motivos da vitória. Para ele, com mais de nove milhões de votos a seu favor, Goulart iria utilizar esse argumento para dizer que havia conquistado um mandato presidencial recorde. Inclusive com quatro milhões de votos a mais do que Jânio Quadros nas eleições de 1960. A alta participação do eleitorado, que surpreendeu a embaixada, foi explicada por dois fatores: primeiro, as declarações do Ministro da Justiça, João Mangabeira, de que a votação do plebiscito, assim como outros pleitos, era obrigatória e o não comparecimento poderia sujeitar os eleitores a medidas legais. Segundo, a pesada campanha do governo federal nos meios de comunicação. Keppel teorizou que o momento político era favorável, pois as pessoas estavam desapontadas com a situação do país, isso teria levado a votarem na esperança de promover alterações na situação econômica. Outra possibilidade – enquadrada no nível paranoico – poderia ser a fraude eleitoral, embora Keppel reconhecesse que isso era muito incerto e apenas um jornal da imprensa insinuou a possibilidade de o governo haver fraudado as urnas[512].

A mentalidade em questão, continuava a se contradizer em diversos momentos. Alguns relatórios, como o de Raine, demarcavam a posição central de Jango como um influente e astuto conspirador. Outros, apontavam para a busca incessante por elos de ligações com comunistas. Conforme argumentam Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, o processo de radicalização marcou o plebiscito de janeiro de 1963. Leonel Brizola organizou, no início daquele ano, a Frente de Mobilização Popular (FMP), tentando unificar as principais organizações de esquerda do país em torno das Reformas

roll 5, frames 780-781. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[511] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Joint Weeka 2**. Op. Cit., 1963.

[512] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Joint Weeka 2**. Op. Cit., 1963.

de Base. Como afirmam os historiadores, diversas análises apontam para a responsabilidade de Brizola no desgaste do governo João Goulart. A pregação revolucionária do deputado acabava minando a autoridade do presidente, ao mesmo tempo, alimentava a radicalização dos militares. Contudo, Gomes e Ferreira alertam que não se pode personalizar processos históricos. As forças de direita também seguiam o caminho da radicalização, utilizando-se das esquerdas para justificar as suas posições claramente golpistas. O que ocorreu foi justamente uma dinâmica relacional de mútua influência, que alimentou escolhas radicais de ambas as partes[513].

Em 22 de janeiro de 1963, o embaixador brasileiro, Roberto Campos, expressou que Goulart estava desapontado com Lincoln Gordon por ele não ter emitido nenhuma declaração de reconhecimento pelo resultado do plebiscito como um passo importante no fortalecimento da democracia no Brasil. Gordon informou a Dean Rusk que respondeu a Campos dizendo que ele não queria se precipitar porque achava dúbio a constitucionalidade do plebiscito e o fato de o governo haver usado grandes fundos públicos para propagandear os votos. Todavia, o embaixador reconheceu ao Secretário de Estado que, com o congresso prestes a chancelar a decisão das urnas, talvez fosse benéfico preparar uma declaração cuidadosa. Ele sugere um texto cru, generalista e que não cita em nenhum momento o nome do presidente[514]. O objetivo era não reforçar o plesbicito como uma vitória pessoal do presidente.

Em resposta, Dean Rusk concordou com a abordagem de Gordon e afirmou que era preciso evitar parabenizar o presidente de modo pessoal ou mesmo demonstrar posição favorável à revogação do Ato Constitucional, pois isso poderia reforçar a ideia de que Jango obtivera uma vitória particular. Rusk não queria desagradar as alas políticas que acreditavam que o fim do parlamentarismo ocorreu muito mais pelas crises arranjadas pelo presidente do que pelas falhas do sistema em si, interpretação que o serviço diplomático compartilhava. Para o Secretário de Estado, era preciso se resguardar de possíveis problemas que Goulart traria como presidente com plenos poderes. Rusk recomendou que Gordon enviasse uma simples mensagem a Jango desejando bons votos. Eles não planejariam dar publicidade a esta mensagem, mas se Jango a usasse para algum

[513] FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: **O Golpe que Derrubou um Presidente, pôs fim ao Regime Democrático e Instituiu a Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

[514] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **1377, January 22, Midnight**. From Rio de Janeiro to Secretary of State. January 22, 1963. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 5, frame 889. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

fim, não haveria problemas. A ideia era apenar dizer ao presidente que com o resultado do plebiscito, ele agora poderia agora organizar o seu governo da melhor maneira e lidar com os difíceis problemas econômicos e sociais do Brasil[515]. Era evidente que o serviço diplomático queria evitar que Jango capitalizasse politicamente em cima de alguma declaração de apoio do governo dos Estados Unidos.

Com o poder presidencial agora nas mãos de Jango, a Embaixada iniciou o processo de monitoramento mais assíduo dos movimentos golpistas e a aproximação com os seus articuladores. Para os militares que participaram do levante contra a posse de Goulart em 1961, era inaceitável que Goulart retomasse plenos poderes. Os movimentos conspiratórios no interior das Forças Armadas, que eram presentes desde a crise da ministerial de Tancredo Neves, se intensificaram ainda mais. Começava então uma longa trama golpista envolvendo diverso órgãos do governo estadunidenses e setores civis e militares no Brasil.

5.2 Na Sombra do Golpismo: Da Doutrina Martin a Doutrina Mann

Um dos principais temores da Embaixada dos Estados Unidos em relação à retomada de poderes plenos por João Goulart residia na possibilidade de o presidente nomear militares de orientação nacionalista ou de esquerda para posições chave das Forças Armadas, neutralizando assim o que o serviço diplomático considerava ser a única resistência efetiva ao avanço do comunismo no Brasil. De acordo com o terceiro secretário, Frank Micelotta, entre as eleições estaduais de 1962 e o plesbicito, Goulart estava avançando na nomeação de militares esquerdistas e nacionalistas. Essa constatação era baseada em declarações de figuras do alto comando do Exército que se tornaram mais frequentes condenando o comunismo e fazendo alertas sobre a infiltração da esquerda nas Forças Armadas. Micellota cita três ocasiões em que generais e almirantes – considerados por ele como moderados – fizeram afirmações no sentido de pressionar Goulart para que cessasse a nomeação de supostos apoiadores do comunismo ou de esquerdistas considerados perigosos, no governo e em postos militares. Micelotta afirmava que, se

[515] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **For Attention of Ambassador Gordon by Opening of Business Thuesday**. From Secretary of State to Embassy of Rio de Janeiro. January 23, 1963. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 5, frames 891-892. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Goulart concluísse a consolidação do seu "Dispositivo Militar" – que, na visão do diplomata, era um estratagema para formar comandos militares em consonância com agitadores e lideranças sindicais – isso lhe permitiria realizar um golpe de Estado. Com base nesse tipo de análise, a Embaixada foi, paulatinamente, abandonando as evidências e baseando suas decisões em elementos muito frágeis. O secretário aderiu ao mote dos militares baseado apenas em sua série de declarações generalistas de opositores às alas progressistas das Forças Armadas, fazendo alegações condenando regimes totalitários pelo mundo. O furor anticomunista e condenatório levava o secretário a observar esses eventos como demonstrações de benevolência e de preocupação das Forças Armadas com o possível golpe de Jango, projetando ações para desencorajá-lo a embarcar em uma usurpação de poder pela esquerda.

> Se os militares conseguirão manter Goulart sob controle, frustrando sua suposta intenção de impor ao país um regime semelhante ao de Castro ou Vargas — é uma questão de primeira importância que, infelizmente, não pode ser respondida. Os militares estão suficientemente alertas. Particularmente alguns generais parecem dispostos a seguir em frente com uma intervenção assim que Goulart manifestar suas supostas intenções antidemocráticas. O problema é que Goulart não revelará suas intenções, especialmente se esse for o plano realmente seu plano. E, enquanto isso, os militares parecem relutantes em traçar uma linha além da qual não permitirão que Goulart avance[516].

Em 3 de janeiro de 1963, o embaixador Lincoln Gordon telegrafou ao Departamento de Estado informando que os jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* estavam publicando matérias que endossavam as suas suspeitas. Alegava-se que a intenção de Goulart seria nomear o general Osvino Ferreira Alves, considerado pelos diplomatas como um nacionalista de esquerda, como Ministro da Guerra. Os sindicatos e os grupos de esquerda que circundavam o presidente estariam pressionando pela destituição do general Amaury Kruel do cargo. Segundo Gordon, caso Goulart, movido por seus impulsos, viesse a nomear Osvino, isso resultaria na alienação de uma significativa parcela das Forças Armadas, incluindo os moderados de centro. Gordon foi categórico ao afirmar que tal movimento poderia comprometer os planos, ainda

[516] Whether the military will succeed in holding Goulart in check-in frustrating his supposed intent to impose either a Castro-like or Vargas-ist regime on the nation-is a question of first importance which regrettably is unanswerable. The military is sufficiently alerted. Individual generals seem disposed to go along with a desire as soon as Goulart makes known his supposed anti-democratic intentions. The trouble is that Goulart will not tip his hand, particularly if this is the design he does harbor. And in the meantime, the military seems reluctant to draw a line beyond which they will not let Goulart go. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Brazilian Military Uneasy Over Political Situation**. From Embassy Rio de Janeiro to Department of State. December 25, 1963. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 5, frames 724-730. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

inacabados, que visavam um possível contragolpe[517], demonstrando o conhecimento do embaixador desse possível artifício dos militares articulado ainda em janeiro de 1963.

Identificar o momento exato em que Gordon tomou conhecimento das intenções golpistas das Forças Armadas é uma tarefa complexa. Como discutido no primeiro capítulo, esse cenário já havia sido delineado em documentos diplomáticos anteriores às eleições de 1960, especificamente sobre a possibilidade de um golpe contra o então vice-presidente João Goulart. O golpismo fazia parte do imaginário político da ala liberal-conservadora, representando uma ameaça constante da direita e dos militares, que tentaram por diversas vezes e formas tomar o poder de assalto desde o fim do Estado Novo. As crises republicanas, como a de 1954, que culminou no suicídio de Getúlio Vargas; a de 1955, neutralizada no contragolpe preventivo para garantir a posse de JK e Jango; e a de 1961, na tentativa de impedir a posse de Goulart e que quase levou o país a guerra civil, explicam-se por si mesmas e não devem ser analisadas por meio de visões teleológicas de que tudo levaria à crise de 1964. Todavia, o fio condutor desses eventos é claro e evidente: foram reações de grupos minoritários de direitistas e conservadores, inconformados com as vitórias eleitorais e o exercício do poder por lideranças trabalhistas e do PSD. Nessas diferentes crises, setores militares e políticos da UDN, desconsiderando as regras democráticas, atentaram contra a ordem por meio de tentativas de golpe[518]. É provável que Gordon tenha ouvido falar sobre a possibilidade de um golpe militar desde o primeiro dia em que assumiu o cargo de embaixador[519]. Todavia, no final de 1962, com a iminente possibilidade de Goulart retomar os poderes presidenciais e o aumento das articulações golpistas, tornou-se necessário ao serviço diplomático reunir informações com maior precisão. Para essa tarefa, foi convocado um nome conhecido das Forças Armadas dos Estados Unidos e bem relacionado com os militares brasileiros: o Coronel Vernon Walters, um personagem notório do serviço diplomático estadunidense e conhecido na historiografia sobre o Golpe Civil-Militar de 1964.

---

[517]U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Action Department 1255, Polad CINCARIB 21**. From Rio de Janeiro to Secretary of State. January 3, 1963. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 5, frames 780-781. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

[518] FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955,1961. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964, Terceira República (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 299-335.

[519] Phyllis Parker afirmou que entre final de 1961 e início de 1962, o embaixador conheceu o Almirante Silvio Heck em um encontro arranjado a pedido do militar pela sua sobrinha. Durante a ceia informal Heck teria informado Gordon que as Forças Armadas entrariam em ação e esperavam o apoio do governo dos Estados Unidos. PARKER, Phyllis. **1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de 31 de Março**. Civilização Brasileira, 1977, p. 26-27.

De acordo com o periódico *Diário de Notícias*, o novo adido militar chegou ao Brasil em outubro de 1962[520]. Sabe-se que Walters mantinha uma relação de amizade pessoal com o general Humberto de Alencar Castelo Branco, um dos principais articuladores do golpe, questão muito evidenciada pelo historiador Carlos Fico[521]. Ao chegar ao Brasil, Walters narrou haver sido recebido no aeroporto por mais de trinta oficiais brasileiros que serviram com ele nos tempos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, uma demonstração do prestígio que ele conservava junto aos militares brasileiros. O adido escreveu um livro de memórias, intitulado *Silent Missions*. Na dedicatória, ele homenageia todos os homens e mulheres que lutaram nos campos de batalha invisíveis para que outros pudessem viver livres. Como é comum na memória do serviço diplomático sobre 1964, Walters negou qualquer envolvimento pessoal ou do governo dos Estados Unidos na articulação golpista. Em seu relato sobre o primeiro encontro com Lincoln Gordon, Walters menciona haver perguntado ao embaixador o que ele esperava do seu trabalho. Gordon haveria baixado os óculos e dito: "primeiro, quero saber o que está acontecendo nas Forças Armadas; segundo, quero ser capaz de influenciar de alguma forma por intermédio de você; e terceiro, acima de tudo, nunca quero ser surpreendido"[522].

Segundo Walters, havia um acordo militar assinado entre Brasil e EUA que permitia livre acesso dos adidos militares de ambos os países aos quartéis e a grande maioria das instalações militares, o que facilitou seu trabalho de mapeamento e consulta[523]. O adido, conhecido pelo seu amplo conhecimento em idiomas e considerado um dos militares mais bem preparados dos Estados Unidos, uniu-se a um esforço que estava em processo ao longo de 1962, mas foi intensificado com sua chegada. Com o auxílio de Walters, a embaixada passou a elaborar os *Biographic Sketches* ou *Biographic Data*, uma série de fichas contendo dados biográficos de militares brasileiros. Eventualmente, os relatórios desse tipo também apareciam como uma série com o título *Who's Who*. Tais documentos eram comuns no cotidiano diplomático, geralmente produzidos com antecedência para a preparação de reuniões com figuras importantes da

[520] DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Novo Adido Norte-Americano no M.G.** 20 de Outubro de 1962, p. 9.
[521] Por exemplo, Fico ao dizer sobre o golpe fala como era necessário entender os implicações do capitalismo, mas porque Vernon Walters e Castelo eram amigos FiCO, Grande irmão.
[522] "First, I want to know what is going on in the Armed Forces; second, I want to be able in some measure to influence through you; and third, most of all, I never want to be surprised. WALTERS, Vernon A. **Silent Missions**. New York: Doubleway & Company, 1978, p. 374-375
[523] WALTERS, Vernon A. **Silent Missions**. New York: Doubleway & Company, 1978, p. 330.

política. Todavia, entre finais de 1962 e início 1963 o projeto aumentou de amplitude[524]. Sob a direção de Walters, foi realizado um mapeamento abrangente de um grande número de oficiais das Forças Armadas, de média e alta patente, desde capitães até ministros militares. Esses documentos serviriam para o monitoramento e classificação de índices ideológicos dos militares, um a um[525]. Quando direcionados a figuras mais importantes os relatórios eram mais detalhados, contendo informações básicas como local de nascimento, idiomas, religião, um resumo da carreira nas Forças Armadas, as insígnias portadas nos uniformes, fotos, características pessoais e até mesmo hábitos como beber, fumar ou os traços notáveis de suas esposas. O trabalho de mapear os militares brasileiros continuou entre 1964 e 1966, consolidando um banco de dados extenso e detalhado que auxiliou na estratégia de intervenção e influência dos Estados Unidos sobre as Forças Armadas do Brasil[526].

A CIA teve um papel central no monitorando dos grupos golpistas no interior do Exército desde meados de 1962, ainda durante a crise ministerial do gabinete de Tancredo Neves. Em um telegrama ultrassecreto datado de 28 de junho de 1962, os agentes informaram que os generais Antônio Accioly Borge e Olympio Mourão Filho, respectivamente comandantes da 6ª Divisão de Infantaria em Porto Alegre e Santa Maria, alegaram que Goulart, juntamente com o comandante do I Exército no Rio de Janeiro, Osvino Ferreira Alves, estava planejando um golpe de esquerda para a tomada do poder. Em meio à crise do parlamentarismo, um grupo de militares conspirava, compartilhando da mesma percepção do serviço diplomático de que as crises políticas eram provocadas intencionalmente pelo presidente e, conforme essa visão, após a nomeação de San Tiago Dantas como primeiro-ministro, Goulart tentaria tomar o poder apoiado por um grupo de militares leais ao seu governo. Segundo os agentes da CIA, Mourão contactou Walther Peracci, um coronel reformado que atuava como coordenador da campanha de Ildo Meneghetti no Rio Grande do Sul e próximo a Fernando Ferrari. Peracci haveria dito a Mourão que as nomeações que Goulart efetuaria para cargos-chave do Exército seriam o

[524] De acordo com o acervo do projeto *Opening the Archives* foram 75 fichas desse tipo produzidas em 1962, 138 em 1963, 103 em 1964, 227 em 1965, 172 em 1966.
[525] U.S DEPARTMENT OF STATE. **Military Personnel Biographical Information (1962**). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.
[526] Alguns exemplos de tipos diferentes de relatórios biográficos de militares brasileiros U.S DEPARTMENT OF STATE. **Biographical Data on Peri Constant Bevilaqua (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. U.S DEPARTMENT OF STATE. **Biographic Sketch of Armando Serra de Menezes (1962)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.*Brown Digital Repository. Brown University Library.

estágio final de seu plano golpista em conluio com as forças de esquerda radical. Ainda segundo essa narrativa, essa estratégia já estava em andamento no Rio Grande do Sul. Segundo o diplomata Mourão afirmou haver procurado o General Pery C. Bevilacqua, que aparecia constantemente nos telegramas da Embaixada como um ultranacionalista apoiador de Brizola, mas que, segundo Mourão, lhe confidenciou que não estava disposto a embarcar em uma suposta aventura golpista do presidente contra a Constituição[527].

As supostas intenções golpistas de Goulart partiam das percepções de que o presidente buscava retomar os poderes presidenciais, em busca da continuidade ao seu mandato. Logo após o plesbicito, setores militares que levantaram contra a posse de Jango em 1961 passaram a articular mais abertamente o golpe. Meses após o início dos monitoramentos das ações de Mourão Filho, os relatórios da CIA continuavam a acompanhar de perto as atividades do general, agora revelando questões ainda mais sérias. Em um informe de inteligência datado de 12 de abril de 1963, os agentes reportavam que, três dias antes, Mourão Filho, então comandante da Segunda Região Militar, anunciou um plano para derrubar o governo de João Goulart que deveria ser executado dentro dos próximos trinta dias. Em conversas privadas, Mourão Filho haveria afirmado ter o apoio dos governadores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. O general descreveu aos agentes a sequência de ações planejadas: inicialmente, as tropas sob seu comando se deslocariam em direção à Guanabara para assumir o controle do I Exército. Embora, segundo os agentes, ele reconhecesse a falta de apoio das baterias costeiras e das unidades aéreas de São Paulo, acreditava que estas dificilmente se oporiam ao seu movimento Mourão solicitava a entrega, no prazo de dez dias, de 1500 metralhadoras, munições para lançadores de foguetes, além de morteiros e lança-chamas, confiando que o governo dos Estados Unidos fornecesse parte dos equipamentos. Além disso, Mourão assegurava ter o respaldo de Amaury Kruel, General Nelson de Melo, Marechal Odílio Denys e Almirante Silvio Heck. Contudo, a CIA observava que nem Jair Dantas, comandante do II Exército, nem Pery Bevilacqua estavam envolvidos no plano[528].

Esta ideação parece ser o embrião da "Operação Popeye" desenhada por Mourão Filho e descrita em suas memórias[529]. As bravatas retóricas de Olympio Mourão Filho

[527] CENTRAL INTELEGENCE AGENCY. **Reactions to Potential Leftist Coup (1962).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.
[528] DEPARTMENT OF STATE. **Plan Within Brazilian Second and Third Armies for Coup Against Goulart Administration**. 1963. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.
[529] MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias: A verdade de um Revolucionário**. Rio de Janeiro: L&PM, 1978, 242-243.

eram conhecidas nos meios militares e políticos. O serviço diplomático sabia que não era possível confiar plenamente em suas elucubrações. Entretanto, o general era famoso por sua capacidade de gerar alarde e agitação, lembrado especialmente por ter forjado o Plano Cohen em 1937. Na época, como chefe das milícias integralistas e ainda capitão do exército, Mourão Filho elaborou um falso documento que descrevia um suposto estratagema de articulação judaico-comunista, destinado a fazer uma revolução no Brasil. O documento rapidamente se espalhou pela imprensa, alimentando o pavor anticomunista e justificando o recrudescimento das medidas repressivas do Estado Novo[530]. Todavia, considerando a audácia do plano de 1963 e sua perigosa afoiteza, a CIA continuou a emitir telegramas informando as intenções conspiracionistas de Mourão Filho.

No dia 30 de abril, os agentes informam que o golpe tinha data: 15 de maio 1963. Segundo os agentes, em uma reunião secreta no dia 24 de abril, Mourão detalhou os objetivos e as etapas de seu golpe contra o governo[531]. O plano delineava os seguintes passos: A) A destituição do presidente João Goulart, que seria substituído por um governo fantoche controlado pelas Forças Armadas. A fonte observa que a escolha mais provável de Mourão e do almirante Silvio Heck seria o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili; B) Posteriormente, haveria uma expurgo geral no Congresso Nacional visando a todos os comunistas e esquerdistas; C) Uma reformulação na política externa brasileira, que retornaria à sua tradicional posição pró-Ocidente; D) A supressão de sindicatos, com a garantia do direito de greve apenas em situações previamente estipuladas por lei; E) O fortalecimento de certas disposições da declaração de direitos da constituição que assegurassem a liberdade individual; F) A alteração do regime presidencialista para impor certos limites aos poderes presidenciais; G) A eliminação dos políticos profissionais; H) A restrição da entrada de militares na política; I) A realização de uma auditoria minuciosa das origens dos fundos partidários utilizados pelos políticos e, na ausência de explicação plausível sobre a origem, a imediata apreensão dos fundos sob os artigos 131 e 133 da Constituição; e, por fim, J) A promoção da justiça social por meio de uma reforma agrária sensata conforme a constituição[532].

---

[530] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.60-67.

[531] CENTRAL INTELEGENCE AGENCY. **Plans of General Olimpio Mourão Filho to Overthrow the Brazilian Government by 15 May 1963 (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

[532] CENTRAL INTELEGENCE AGENCY. **Plans of General Olimpio Mourão Filho to Overthrow the Brazilian Government by 15 May 1963 (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

A reunião em que Mourão Filho informou seu plano direto teria ocorrido em 24 de abril. O almirante Silvio Heck, embora preocupado, planejava se juntar ao movimento junto com um grupo de capitães do Exército que também estavam prontos para conspirar. Em 28 de abril, Heck e o almirante Mário Cavalcanti se encontraram com Mourão, instruindo o grupo de capitães a suspender temporariamente o planejamento de operações, classificadas pelos agentes da CIA como "terroristas". O relatório mencionava que essa era uma das muitas movimentações conspiratórias anti-Goulart em curso, sendo difícil prever se os diferentes grupos se uniriam para realizar o golpe até meados de maio de 1963[533].

É evidente que a atuação da agência de inteligência do governo dos Estados Unidos se intensificou naquele ano, transformando-se, junto com outros membros do serviço diplomático, uma voz diligente a favor do golpe. O nível de detalhamento dos relatórios e a frequência dessas reuniões com os militares conspiradores demonstram que os serviços de informações dos EUA estavam bem-posicionados no interior do movimento. É difícil imaginar outro nome que não o de Vernon Walters como um dos agentes com acesso aos planos golpistas – que como representados nos pedidos do general Mourão Filho, contavam com a participação dos EUA para uma possível ação. Walters foi bem mais do que um simples adido militar. Em seu livro, ele detalhou diversas missões silenciosas realizadas por ele sob as ordens da CIA em outras regiões do mundo. As reuniões de 1963, minuciosamente descritas, provavelmente foram observadas e documentadas pelo coronel. O governo brasileiro passou a suspeitar das atividades de Walters já no começo de 1963. Lincoln Gordon mencionou que, durante um almoço com Roberto Campos, o embaixador brasileiro afirmou que Goulart havia lhe pedido para confrontar Gordon sobre as atividades golpistas do Coronel Walters, especialmente sua relação com Carlos Lacerda. Gordon diz que refutou tais acusações, destacando em particular que Walters não tinha encontros frequentes com Lacerda. Segundo o embaixador dos EUA, Roberto Campos haveria dito que Goulart confessou que achava Gordon pessoalmente simpático, mas temia que ele e Walters estivessem obtendo informações exclusivamente com seus adversários políticos. O presidente do Brasil alegou ter certeza sobre Vernon Walters e suas ações golpistas. Campos haveria dito ao embaixador estadunidense estar certo de que essas suspeitas do presidente eram

[533] CENTRAL INTELEGENCE AGENCY. **Plans of General Olimpio Mourão Filho to Overthrow the Brazilian Government by 15 May 1963 (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

infundadas e sentia que uma encontro pessoal poderia colocar as cartas na mesa e se dispôs a arranjar uma reunião no futuro próximo. Gordon respondeu que estava disposto a esclarecer esses pontos[534].

É certo que no início de 1963 não havia um grupo hegemônico e, principalmente, não havia uma liderança no movimento golpista no interior das Forças Armadas. As conspirações eram numerosas, envolvendo diferentes grupos e diversos níveis do oficialato. Os objetivos mencionados por Mourão Filho, embora vagos, revelam um plano razoavelmente bem estruturado e que teria muito de seus pontos seguidos durante Golpe Civil-Militar de abril de 1964. A conspiração planejada para maio de 1963 possivelmente foi frustrada por figuras mais influentes na hierarquia militar, provavelmente pelo mesmo fator mencionado no relatório da CIA: a necessidade uma coordenação geral dos diferentes movimentos conspiratórios que se articulavam no interior das Forças Armadas. Para Heloísa Starling, os planos de golpe ao longo de 1963, principalmente os elaborados pela sanha golpista de Mourão Filho, foram barrados por conspiradores de maior calibre. Ainda segundo a historiadora, a conspiração contra Goulart operava como uma rede, cujos principais núcleos de planejamento e ação se localizavam no Rio de Janeiro e em São Paulo, de onde Mourão foi habilmente controlado[535]. Como indicou Phyllis Parker, o movimento esteve ao longo de 1963 à procura de um líder. Em uma entrevista com o próprio Vernon Walters, ele narrou que entre janeiro e fevereiro de 1964 Humberto Castelo Branco se juntou aos conspiradores, aglutinando o movimento em torno de sua liderança como chefe do Estado-Maior do Exército[536.]

Em 3 de maio, a CIA elaborou um Relatório Especial intitulado *Economic Deterioration and Leftist Gains in Brazil*. O documento reflete a percepção da CIA sobre os eventos como um mecanismo interligado à perspectiva de parte do serviço diplomático. Os problemas econômicos seriam matrizes das dificuldades políticas, e a crise política encorajava o golpismo dos militares. Conforme essa análise, a falta de habilidade administrativa de Jango conduzia ao aumento da inflação e, consequentemente, do custo de vida. Dessa perspectiva, os comunistas se aproveitavam

[534] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **1281, January 7, 8. P.M**. From Rio de Janeiro to Secretary of State. January 7, 1963. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 5, frames 795-796. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.
[535] STARLING, Heloísa. **A Máquina do Golpe.1964:como foi desmontada a democracia no Brasil. Vol. 1 Engrenagens Militares e Apoio Externo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2024, p. 26.
[536] PARKER, Phyllis. **1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de 31 de Março**. Civilização Brasileira, 1977, p. 83.

da insatisfação social para expandir seus espaços no interior das organizações sindicais, entre os camponeses e, agora também nas repartições públicas do estado de Pernambuco, dominado por Miguel Arraes. Avaliavam ainda que essas tendências provocavam profunda inquietação nas forças militares, que, sem ver uma saída possível, planejavam um golpe contra João Goulart. Era uma linha de pensamento mecanicista, porém, lógica nas margens de interesses ideológicos do governo dos Estados Unidos. Tudo se conectava em uma abordagem prática, levando ao agravamento dos problemas já mencionados: economia, comunismo e militares. Uma simplificação ordenada para interpretar uma crise complexa[537]. Se Goulart abandonasse os planos de estabilização econômica, a solução se mostrava clara para certos setores do poder estadunidense: era preciso apoiar os militares em sua conspiração.

A perspectiva se coaduna com uma série de outros relatórios como os produzidos em maio de 1962 pela missão coordenada por Teodoro Moscoso[538], então coordenador da Aliança para o Progresso em Washington, elencando o governo Goulart como incompetente para lidar com os problemas econômicos e a infiltração comunista. A abordagem dupla, descrita por Felipe Loureiro, vigente durante o governo Kennedy, agiu no sentido de pressionar o governo brasileiro a adotar medidas condizentes com as diretrizes do FMI, porém, previa ceder quando o país estivesse em situação financeira complicada, evitando a adoção de medidas mais drásticas, como o racionamento de importações. Ao mesmo tempo, lançava-se a já descrita política de fortalecimento das "forças democráticas", também conhecida como "ilhas de sanidade administrativa", apoiando os amigos dos Estados Unidos e o dando tratamento gélido aos governadores inimigos e ao presidente, esquivando a ajuda direta ao poder Executivo. Em outubro de 1962, a missão chefiada por William H. Draper foi enviada ao Brasil, com a intensão de colocar fim a abordagem dupla. Draper defendia que os problemas econômicos e sociais iriam evoluir até o ponto que os militares dariam um golpe contra Goulart. Ou seja, Draper recomendou que os EUA cessassem o fornecimento de recursos ao governo brasileiro, mergulhando o país na crise. Para Draper, era preciso deixar a situação piorar para melhorar. Gordon discordava da abordagem, argumentando que a ideia de adotar uma linha dura com o Brasil, levando o país à deterioração econômica, melhoraria o cenário

[537] CENTRAL INTELEGENCE AGENCY. **Economic Deterioration and Leftist Gains in Brazil (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.*Brown Digital Repository. Brown University Library.
[538] FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 77-78.

era altamente duvidosa. Mesmo Walt W. Rostow concordou integralmente com o embaixador, era preciso sustentar a ajuda externa por mais tempo[539].

O que se observa são divergências de percepções e de propostas sobre como lidar com os problemas brasileiros no interior do governo dos Estados Unidos. Algumas abordagens eram de cunho mais moderado e outras favoráveis a agir com mãos firmes em termos econômicos ou em apoiar os conspiradores. Foi no interior do Departamento de Estado que a abordagem mais dura foi barrada, pelo menos até a morte de Kennedy em novembro de 1963.

Em resposta aos constantes relatórios da CIA rastreando o movimento golpista, no dia 23 de maio daquele ano, Edward M. Martin, Assistente do Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, enviou um telegrama a Lincoln Gordon, ordenando ao embaixador a desencorajar quaisquer tentativas golpistas naquele momento. Martin destacou que era possível identificar desenvolvimentos positivos no governo brasileiro, incluindo esforços e medidas favoráveis como o lançamento do Plano Trienal para a estabilização financeira, além do fortalecimento das instituições democráticas dentro dos sindicatos e um esforço de supressão das manifestações de extrema esquerda no interior das Forças Armadas. Para Martin, as iniciativas de Goulart em prol da democracia constitucional e a ênfase na disciplina militar colocariam em risco os argumentos para o sucesso de qualquer iniciativa golpista. Além disso, ele alertou para a ausência de uma perspectiva clara sobre as consequências de um golpe militar, que poderia resultar em desordens e turbulências sociais indesejáveis. Martin avaliava que, naquele momento, uma tentativa de derrubar Goulart poderia fortalecer ainda mais os elos do presidente com setores de esquerda e comunistas, especialmente considerando que ele sempre abraçava esses grupos em momentos de crise. Portanto, diante dessas considerações, era imperativo desencorajar qualquer tentativa golpista[540].

Edward M. Martin foi uma das vozes no interior do Departamento de Estado que exigiu cautela da CIA e do serviço diplomático dos EUA no Brasil. Nesse contexto, é crucial observar as posições do presidente John F. Kennedy. Há mais de uma década temos conhecimento sobre uma série de gravações das conversas entre Lincoln Gordon e o presidente dos EUA realizadas em 10 de julho de 1962, dizendo que Jango estava

[539] LOUREIRO, Felipe. **Empresário, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica dos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 394-395.
[540] MARTIN, Edwin M. **For Ambassador from Martin (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.*Brown Digital Repository. Brown University Library.

entregando o país aos comunistas e que era necessário o apoio aos militares[541]. Com base nos documentos, nos parece plausível supor que a conversa onde Gordon informa JFK da necessidade de dar um golpe contra Goulart, fez parte do esforço do embaixador para sustentar as suas teses, que como veremos, estavam sendo questionadas pelos grupos de inteligência do Departamento de Estado. Como dissemos no capítulo dois, Gordon sabia que Kennedy não confiava plenamente no *staff* do Departamento de Estado e, como membro da força-tarefa da Aliança para o Progresso, ele possuía contato direto com o presidente.

Como evidenciado pelo documento de Martin citado anteriormente, o Departamento de Estado procurava conter o serviço diplomático dos EUA no Brasil a não incitar o movimento golpista. Carlos Fico destaca que os planos de contingência elaborados por Gordon no âmbito da Operação *Brother Sam* começaram a ser discutidos nos meses finais de 1963, já com plena consciência do papel dos EUA em um possível movimento das Forças Armadas. No entanto, havia outros planos contingenciais em discussão elaborados pelo Departamento de Estado, especificamente destinados ao cenário diplomático e que circulavam internamente. Esses planos eram muito menos intervencionistas do que a operação militar direta, desenhada por Gordon, e abordavam como o governo dos Estados Unidos deveria responder a diferentes casos e a possíveis situações de golpe no Brasil.

Um desses planos de contingência foi elaborado por Ralph J. Burton e enviado a Edward M. Martin. Nele, quatro possíveis cenários de golpes contra Goulart foram desenhados junto com medidas que o governo dos Estados Unidos podia tomar em cada um dos cenários. Como lembrou Burton, as reações a distúrbios ocorridos no Brasil deveriam levar em consideração as consequências para os interesses dos EUA no Hemisfério, em bases globais, incluindo as relações com a ONU. De início, chama a atenção que Burton não propõe um reconhecimento automático de nenhum tipo de governo no Brasil, mas ressaltava a necessidade de consulta prévia com outros países na OEA. As ações sugeridas por Burton são muito mais moderadas do que aquelas que foram tomadas durante o golpe de 1964, com o reconhecimento automático do novo regime sem que o presidente Jango houvesse deixado definitivamente o país. Além disso, é claro, em 1964 houve também a aprovação do envolvimento mais direto dos EUA naqueles eventos, por intermédio da Operação *Brother Sam*, que previa o apoio logístico-militar

541

dos EUA ao movimento golpista, caso fosse necessário. Nos planos de Burton, na situação A), por exemplo, se Goulart fosse derrubado por um golpe de direita, centro ou esquerda moderada sem que ele houvesse cometido violações constitucionais graves como o fechamento do Congresso, previa-se três ações possíveis do governo dos EUA. 1) apoiar abertamente Goulart como presidente constitucional do Brasil; 2) evitar qualquer apoio ou assistência secreta aos conspiradores; 3) intervir em apoio a Goulart após uma consulta prévia com países da OEA. Mesmo nos cenários mais extremos, caso o presidente brasileiro fosse derrubado por extremistas qualquer que fosse a posição ideológica, tendo ou não causado violações constitucionais graves – elevando o nível a um cenário ainda mais catastrófico, como o apoio direto da China ou da Rússia – as recomendações de Burton ainda eram moderadas em comparação com as decisões tomadas nos primeiros meses de 1964. Uma intervenção ocorreria apenas com o consentimento da OEA, e era preciso lançar declarações lamentando publicamente a opção extremista. No entanto, é importante reforçar que, mesmo diante de posições mais sóbrias, Burton incluía a possibilidade de ações secretas de acordo com as oportunidades para que o governo brasileiro fosse direcionado para o centro, não abandonando completamente as estratégias de intervenção[542].

Essas divergências em relação à abordagem do governo dos EUA foram detectadas por Edward M. Martin e resumidas em um telegrama destinado ao embaixador Lincoln Gordon em 23 de agosto de 1963. Martin afirmou que conseguia identificar dois grupos com diferentes percepções sobre o presidente João Goulart. O primeiro grupo era formado pelo *Bureau of Intelligence and Research* (INR) do Departamento de Estado, o coronel J. C. King, Diretor de Planos da CIA e o *Bureau of Inter-American Affairs* (ARA) que ele mesmo presidia como assistente do Secretário de Estado. Este primeiro grupo defendia que as ações de Goulart eram perigosas, mas meramente defensivas diante das ameaças de golpe que ele vinha sofrendo durante todo o mandato. Foi com base nessas considerações que Martin recomendou ações mais sóbrias e o não envolvimento do serviço diplomático com os golpistas. O segundo grupo era a Embaixada, a CIA, e a inteligência do Departamento de Defesa. Esse grupo enxergava as ações de Goulart como agressivas, destinadas unicamente a estender seu mandato. Como vimos anteriormente, tratava-se de uma visão alicerçada na opinião das figuras mais radicais do serviço

[542] BURTON, Ralph Joseph. **Contingency Planning for Possible Coups in Brazil (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

diplomático e constituída em conjunto com os militares brasileiros e os políticos de extrema-direita, especialmente da UDN. Martin questionou os motivos dessa divergência existir, já que todos possuíam os mesmos fatos para análise. Ele afirmou que, provavelmente, isso derivava de percepções divergentes sobre o presidente João Goulart. Martin diz concordar com Lincoln Gordon sobre como Jango era um político de pequena envergadura, usando truques políticos, manobras, desvios e criando confusões demagógicas para confundir os seus inimigos, mas lembrou também que as ameaças a seu governo eram reais. Consequentemente, tal conjunto de ações refletiriam uma avaliação realista por parte do presidente brasileiro[543].

A interpretação alternativa, da qual Gordon fazia parte, era a de Goulart como um exímio conspirador, habilidoso e ao mesmo tempo sútil. Edward M. Martin advertiu Gordon para os riscos dessa interpretação, em que cada gesto e movimento do presidente seria decodificado como uma tentativa de perpetuação no poder ou a marcha para a transferência do governo aos comunistas. Sob essa perspectiva, cada nomeação, fosse civil ou militar, de um político de esquerda ou nacionalista, ou mesmo um comunista seria vista como parte da trama ofensiva do presidente, ao invés de uma simples manobra para se cercar de amigos que o protegeriam da ameaça de tantos inimigos. Martin recomendou a Gordon que aumentasse a sua presença em Brasília, que tentasse conversar com os conselheiros diretos de Goulart para demonstrar que os Estados Unidos "não tinham chifres[544]", ou seja, evitar a demonização do governo Kennedy.

O documento de Martin era uma resposta aos constantes telegramas de Gordon que listavam as supostas ações golpistas de Goulart e as realizações de Carlos Lacerda na Guanabara. O governo brasileiro estava ciente das ações de favorecimento a certos governadores oposicionistas e Martin alertava para os riscos da extrema identificação da Embaixada com o governador. Alguns trechos das orientações de Martin expressam as suas objeções ao envolvimento dos EUA com a oposição ao governo brasileiro.

> Sua listagem das realizações de Lacerda no Rio é útil. Por outro lado, pergunto-me se os Estados Unidos podem alguma vez esperar ser identificados de forma muito clara com alguém cujas atitudes tenham algo de macartismo. Temo que também haja em parte uma questão não apenas do que ele é, mas do que ele e seus associados representam nas mentes de muitos brasileiros. Suas manobras sobre a reforma agrária na convenção do partido, por exemplo, não foram felizes. A lista de suas realizações em Guanabara é louvável, mas dificilmente atinge a profundidade necessária na América Latina hoje. [...] De qualquer forma, enquanto estivermos tentando trabalhar com o governo, parece-me

[543] MARTIN, Edwin M. **Interpretation of Goulart's Political Intentions (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.
[544] MARTIN, Edwin M. **Interpretation of Goulart's Political Intentions (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

> essencial que, como governo, não sejamos muito identificados na situação tensa que existe com um líder tão franco e beligerante da oposição ao governo [Goulart]. Ted [Sorensen], por exemplo, me disse há um dia ou dois que, em dois dias curtos no Rio, ele se viu envolvido em três aparições públicas com Lacerda. Foi um cronograma que ele sentiu estar muito desequilibrado[545].

Ted Sorensen, um dos principais assessores do presidente Kennedy, estava em viagem ao Brasil naquele momento. Martin diz que provavelmente ele iria levantar temas como revoluções pacíficas, reforma agrária e evidenciaria as necessidades de outras reformas básicas, além das demandas do povo por terra, a necessidade de erradicação da pobreza e da extensão da educação e da assistência à saúde aos necessitados, questões-chave nas diretrizes gerais da Aliança para o Progresso e para o círculo próximo de JFK. Martin disse que estava ciente de que a maioria dos empresários estadunidenses não iria gostar das falas de Ted, e suspeitava que Lacerda e muitos brasileiros também não, mas essa era a voz que ele e os intelectuais da Nova Fronteira queriam fazer ouvir no Brasil. Estas eram as coisas que o governo Kennedy verdadeiramente acreditava que deveriam acontecer na América Latina, diz Martin[546].

O secretário do ARA faz um exercício de empatia e procurou compreender a posição de Gordon. Em outro momento, chegou a dizer que entendia a frustração pessoal dele com o presidente brasileiro. Com relação aos planos futuros de Goulart, o secretário afirmava compreender a interpretação do embaixador de que, possivelmente, o presidente brasileiro estava tentando estabelecer uma base para continuar no cargo além do término de seu mandato. Além disso, Martin também estava ciente de que Gordon acreditava que as ações de Goulart já haviam criado uma atmosfera de desconfiança tão grande que ele não poderia esperar até o fim do mandato para agir. Goulart teria que tomar medidas radicais mais cedo apenas para sustentar seu governo até 1965. Para o secretário, os temores de Gordon eram compreensíveis, principalmente o fato de que Goulart estava

---

[545] Your listing of Lacerda's accomplishments in Rio is useful. On the other hand, I wonder whether the United States can ever look forward to being too clearly identified with someone whose attitudes have anything of McCarthyism about them. There is, I fear, also a question not only of what he is but of what he and his associates stand for in the minds of too many Brazilians. His maneuvers on agrarian reform at the party convention, for example, were not happy ones. The list of his accomplishments in Guanabara is commendable but hardly strikes as deeply as is required in Latin America today […] In any case, again, so long as we are trying to work with the government, it seems to me essential that we as a government not be too closely identified in the tense situation which exists with such an outspoken and belligerent leader of the opposition to the government. Ted, for example, was telling me a day or so ago that in two short days in Rio he found himself involved in three public appearances with Lacerda. It was a schedule which he felt to be very much out of balance. MARTIN, Edwin M. **Interpretation of Goulart's Political Intentions (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

[546] MARTIN, Edwin M. **Interpretation of Goulart's Political Intentions (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

acumulando forças e, ao fazer isso, também estava a fortalecer elementos comunistas em setores importantes do poder. Com base nas percepções do próprio embaixador, Martin orientou três ações. 1) Ser essencialmente passivo, deixando as forças internas resolverem os seus problemas. 2) Auxiliar aqueles que buscam estar prontos para bloquear uma ação inconstitucional de Goulart por meio de um golpe, se necessário. 3) Continuar a trabalhar com Goulart, mas manter pressões sobre ele para governar melhor, desencorajar manobras de golpe da esquerda ou direita e evitar acumulações de força por qualquer ala extremista[547]. Mais uma vez, as recomendações não excluem totalmente o auxílio às forças golpistas, chegando ao ponto de soar contraditória. A ideia parece girar em torno de deixar que as coisas acontecessem, mas ter sempre uma carta na manga, caso uma intervenção fosse necessária.

A posição de Martin foi endossada por Thomas L. Hughes, diretor do INR, em 5 de setembro de 1963. O Telegrama 373, redigido por Lincoln Gordon, defendia as teses sobre as intenções golpistas do presidente do Brasil. Hugues respondeu ao embaixador com mais veemência ainda, afirmando que as suas interpretações careciam de evidências e eram perigosas para os interesses dos Estados Unidos. Segundo o diretor da INR, a avaliação por parte da Embaixada de que Goulart estava em busca de estender o seu mandato era completamente improvável. Para Hughes, o presidente brasileiro estabeleceu para si uma série de metas políticas, sendo a mais plausível delas, até onde se podia ver, que ele pretendia completar seu mandato de maneira constitucional, permitindo que as eleições fossem realizadas em outubro de 1965, como programado, e entregando o cargo a um sucessor devidamente eleito. Hughes sublinhou que a defesa de Goulart por reformas sociais provavelmente indicaria que ele esperava ganhar popularidade e a reputação de um reformador competente ainda durante o mandato. Hughes supunha que, na visão do presidente, isso traria várias vantagens como garantir a Jango um lugar de destaque na história do Brasil, enquanto, ao mesmo tempo, permitiria que o PTB ampliasse sua base eleitoral, principalmente em áreas rurais, proporcionando assim uma pavimentação sólida para uma campanha bem-sucedida nas eleições presidenciais de 1970[548].

---

[547] MARTIN, Edwin M. **Interpretation of Goulart's Political Intentions (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

[548] DEPARTMANT of STATE. **Memorandum for General Maxwell Taylor Concerning Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

Thomas C. Hughes lembrou que havia poucas evidências para subsidiar os argumentos de Gordon de que a trajetória de Goulart indicava apenas o curso em direção à ditadura. O diretor da INR rebate o telegrama do embaixador ponto a ponto. Primeiro, a INR classificava como inconsistente a tese de que, uma vez consolidado no poder como ditador, Jango teria como base substancial de apoio os trabalhadores organizados e o *establishment* militar leal e nacionalista unidos. Nas elocubrações de Gordon, após essa etapa, o presidente brasileiro provavelmente seria substituído pelos comunistas. Para Hughes, essa previsão não levava em conta a prevalência de uma consciência democrática entre o povo brasileiro, a força dos elementos democráticos em todos os setores da sociedade, a relativa fraqueza dos comunistas e dos seus apoiadores e o caráter do presidente e a sua comprovada capacidade de entender e de manipular a conjuntura política[549].

Em segundo lugar, Hughes diz que era irrealista assumir, como o telegrama de Gordon implicitamente fazia, que Goulart, apoiado pelos elementos mencionados anteriormente, poderia facilmente reverter a experiência de construção de uma sociedade democrática e o fortalecimento do compromisso constitucional e representativo que notavelmente caracterizou o Brasil nas últimas décadas, embora com falhas e tensões significativas. Se a hipótese do telegrama fosse válida, diz o diretor da INR, o sistema democrático brasileiro já haveria sucumbido aos militares há muito tempo, pois as condições para um golpe eram muito mais propícias em setembro de 1961, na crise da renúncia de Jânio Quadros, do que eram em setembro de 1963.

No terceiro ponto, Hughes refutou a correlação que Gordon fez entre a estratégia de Goulart de despertar a população por meio de apelos demagógicos e as suas intenções de continuar no poder. Hughes considerava a demagogia parte do *métier* de Goulart e uma das poucas coisas em que ele era realmente proficiente. Sob esses argumentos, a demagogia sempre – ou quase sempre – possibilitou ao presidente que seus objetivos fossem alcançados no passado. Hughes diz que foi através dessas práticas que Jango alcançou a liderança do PTB, a vice-presidência e os plenos poderes presidenciais. Era algo que ele não iria abandonar, era parte da sua essência política. Hughes pensava que Goulart não sabia como trabalhar efetivamente com o Congresso para conquistar os seus objetivos legislativos. Considerava que o presidente estava se tornando mais habilidoso e

[549] DEPARTMANT of STATE. **Memorandum for General Maxwell Taylor Concerning Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

tentando arduamente criar uma maioria viável no Congresso, mas neste quesito ele podia ser classificado como um "*bumble*[550]". No entanto, essas práticas não eram equivalentes à malícia premeditada, como pensava Lincoln Gordon. é plausível interpretar que, para Hughes, parecia provável que os esforços do presidente e de seus moderados apoiadores no Congresso, principalmente do PSD e do PTB, levariam, em última análise, a aprovação de uma lei de reforma agrária equilibrada, que era justamente o objetivo da Aliança para o Progresso no país.

Sobre a interpretação da Embaixada em relação as recentes nomeações do presidente brasileiro nas unidades militares em Brasília, Hughes avaliou que a construção do "Dispositivo Militar" era considerada necessária há muito tempo do ponto de vista estritamente militar, e aparentava ser mais o resultado de uma decisão rotineira do Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro de implementar uma política previamente acordada com o Congresso e não parte de um plano golpista de Jango. Hughes chamou a atenção para o fato de os próprios deputados terem solicitado ao Executivo que aumentasse o aparato militar em Brasília para fornecer proteção adicional diante das ameaças ao presidente e ao seu cunhado, Leonel Brizola. O diretor da INR afirmou a existência de relatos de que o Congresso acolheu este movimento de tropas como uma resposta afirmativa à demanda.

Segundo Hughes não havia evidências sólidas que indicassem que o presidente do Brasil e o seu Ministro da Guerra estariam favorecendo extremistas de esquerda na promoção de novos generais e na reestruturação dos comandos militares. Ele afirmou que apenas três dos dezessete generais recentemente promovidos podiam ser classificados como extremistas de esquerda. Com base nas informações biográficas ainda limitadas – pois trata-se aqui do levantamento que descrevemos e que estava a ser feito – não era possível classificar todos os oficiais em termos de orientação política, e mais uma vez o diretor questiona as conclusões de Gordon. Hughes diz que o embaixador negligenciava frequentemente os relatos de campo sobre as recentes promoções militares apontando que a maioria dos oficiais envolvidos no Dispositivo Militar eram relativamente inexperientes e não desempenhavam um papel político significativo. Tentativas de caracterizá-los pela

[550] A tradução da palavra é um tanto complicada. Alguns dicionários traduzem o termo como trapalhão ou tropeço, mas este não parece ser o sentido na palavra no relatório. Hughes utiliza o termo também como verbo *bumbling*, referindo-se a algo ou alguém que e move por um caminho confuso e, ao mesmo tempo, com ferocidade.

ideologia e de descrever as suas promoções com base em suposições resultavam em uma considerável ambiguidade do embaixador[551].

Essa série de documentos deixa claro que a percepção de alguns membros do Departamento de Estado contrariava a do embaixador – agora completamente enredado pelas posições mais radicais. Além disso, esses documentos demonstram também que alguns setores do Departamento de Estado formaram um entrave contra o golpismo dos diplomatas e dos agentes da CIA, alertando para o fato de Gordon estar muito próximo de adversários políticos de Jango, criando um ponto-cego na visão do embaixador. Edward M. Martin, Thomas C. Hughes e Ralph J. Burton e possivelmente outros altos funcionários, tentaram conter o golpismo da própria embaixada dos EUA no Brasil. Esses sujeitos estavam muito mais comprometidos com a ideologia das teorias da modernização e mais engajados com os objetivos idealistas da Aliança para o Progresso, a partir da concepção que discutimos no primeiro capítulo. Além disso, estavam isolados do contexto conjuntural e acabavam sendo menos influenciados pela extrema-direita brasileira que não cessava em desenhar o país à beira do caos e do comunismo.

A questão que emerge dessas constatações é: como essas posições se alteraram de maneira tão profunda entre setembro, data do telegrama de Hughes, e novembro de 1963, quando Gordon redigiu os planos de contingência da Operação *Brother Sam*? Esta indagação é amplamente conhecida pela historiografia e, geralmente sua resposta é atribuída ao assassinato do presidente Kennedy e ao abandono da política de apoio a regimes democráticos na América Latina após Lyndon B. Johnson assumir à presidência. Contudo, sobre ela reside ainda outro debate sobre a nomeação de um personagem que passou a concentrar um poder significativo a partir de novembro de 1963. Thomas Clifton Mann, ex-embaixador no México, acumulou, a partir de janeiro de 1964, os cargos de Assistente do Secretário para Assuntos Interamericanos, Coordenador da Aliança para o Progresso e Assistente Especial do presidente para a América Latina, implementando a política conhecida como Doutrina Mann, na qual os Estados Unidos abstiveram-se de questionar a caráter democrático dos regimes que recebiam apoio militar e econômico, desde que mantivessem posturas anticomunistas, independentemente de sua orientação autoritária ou ditatorial[552].

---

[551] DEPARTMANT of STATE. **Memorandum for General Maxwell Taylor Concerning Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

[552] FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 35.

Segundo algumas linhas historiográficas, a política externa do governo de Lyndon B. Johnson para a América Latina foi ofuscada pelo desastroso envolvimento da potência capitalista na Guerra do Vietnã, relegando aos países latino-americanos uma atenção inferior em comparação com o governo Kennedy. Johnson é frequentemente lembrado pelo apoio ao Golpe Militar no Brasil e o episódio da intervenção na República Dominicana em abril de 1965, símbolos de sua política desastrosa aos olhos dos países latino-americanos. As relações dos EUA com a América Latina durante a gestão de Johnson são geralmente atribuídas à responsabilidade de Thomas C. Mann. Mann, seu conterrâneo texano e homem de confiança do presidente. Mann é frequentemente mencionado como o responsável por essa diplomacia desastrosa, além de haver sido o principal desmantelador dos princípios da Aliança para o Progresso. Essa memória sobre Mann foi claramente enraizada na crítica dos assessores diretos de Kennedy afastados de postos de comando no interior do Departamento de Estado após o assassinato de JFK em novembro de 1963 e que acusaram Mann de ter posições reacionárias e conservadoras[553].

Em resposta a essa perspectiva, Thomas Allcock redigiu uma biografia da carreira de Mann no Departamento de Estado, abordando aspectos importantes sobre a complexidade do tema e propondo uma revisão da imagem política do presidente Lyndon Johnson na América Latina. Para Allcock, seria necessário desmistificar a ideia de que Mann era um conservador reacionário e defensor assíduo dos interesses do capital estadunidense na América Latina. Segundo ele, Mann era um anticomunista convicto – como todos no período – crente na iniciativa privada e no comércio internacional, mas também um sujeito comprometido com a cooperação econômica e com os ideais da Aliança para o Progresso. Allcock argumenta que a imagem de Mann foi forjada nos confrontos com os intelectuais da Nova Fronteira, que o acusaram de introduzir a chamada Doutrina Mann, minando os ganhos progressivos da Aliança e abandonado suas prerrogativas em favor de regimes democráticos. Segundo o autor, a inabilidade de Mann para administrar intrigas políticas e a falta de conhecimento sobre como lidar com a exposição midiática o deixaram mal equipado para se defender. Para o autor, a reputação resultante desta campanha contra Mann dificultaria uma compreensão precisa de suas contribuições na formulação de políticas, particularmente durante a presidência de Johnson[554].

[553] ALLCOCK, Thomas T. **Thomas C. Mann: President Johnson, the Cold War, and the Restructuring of Latin America**. Kentucky: University Press of Kentucky, 2019, p. 2-3.
[554] ALLCOK, 2019, Op. Cit., p. 3

O revisionismo de Allcock sustenta que as modificações introduzidas por Mann entre 1964 e 1965 foram graduais e frequentemente expressavam processos já em andamento, sendo projetadas para fortalecer, e não subverter, a política existente no período de Kennedy. Ou seja, ele defende uma continuidade na abordagem entre Kennedy e Johnson. Todavia, o autor desconsidera ou desconhece alguns fatores e justifica de maneira positiva uma série de evidências que demonstram as modificações significativas na política externa a partir de Mann. Mesmo diante de uma postura que visa mitigar a imagem negativa do assessor de Johnson, Allcock faz apontamentos fundamentais. O autor destaca corretamente que nem Mann nem Johnson estavam profundamente envolvidos nas estruturas teóricas da Aliança para o Progresso ou nos círculos intelectuais do MIT e de Harvard, e que esse fato por si não significaria que eles abandonaram os objetivos da Aliança. Para Allcock, as perspectivas de ambos estavam enraizadas na era do *New Deal*, na não intervenção política e no crescimento econômico privado adequadamente regulado, sustentado por investimentos em infraestrutura pública, portanto, em ressonância com a febre modernizadora da Aliança para o Progresso[555]. Como observado no primeiro capítulo, o *New Deal* era uma das linhas da experiência histórica contida na Aliança.

O assassinato de Kennedy em 22 de novembro de 1963, em Dallas, transformou instantaneamente o cenário político nos Estados Unidos. Embora Johnson buscasse a continuidade da agenda política de seu predecessor, o impacto de uma mudança de liderança tão abrupta seria amplamente sentido. Para Allcock, os antigos assessores de Kennedy engendraram um estardalhaço retórico dizendo que Johnson estava a abandonar as metas audaciosas e transformadoras da Aliança para o Progresso, e que Mann estava deturpando o sentido do programa de ajuda externa. O autor está correto em apontar que o programa já estava atormentado por problemas muito antes de Lyndon Johnson assumir o cargo de presidente, mas é evidente que há alterações[556].

Allcock destaca as profundas tensões institucionais provenientes do círculo mais próximo de Kennedy com os oficiais de carreira do Departamento de Estado. O autor afirma que eles eram chamados de "irregulares" e nem sempre eram bem-vindos na formulação da política externa. Essas tensões também são descritas pelo Subsecretário de Estado, George W. Ball em seu livro de memórias. Segundo Ball, apesar de ser favorável à ajuda externa, ele se queixava da influência do que chama de um aspecto teológico e

[555] ALLCOK, 2019, Op. Cit., p. 7.
[556] ALLCOK, 2019, Op. Cit., p. 50-51

deprimente da ajuda externa no interior do Departamento de Estado durante os anos Kennedy. Ball elencou como o pensamento das teorias da modernização acabou criando uma verdadeira invasão de professores universitários no interior do Departamento de Estado, inventando nomenclaturas exageradas criando termos e conceitos como, *Nation Building* e crescimento autossustentado. Ele afirma que esses especialistas clamavam para que se aumentasse o fluxo do capital aos países pobres. Ball, diz que essas figuras interessadas na construção de sociedades modernas queriam elaborar sofisticados planos de como gastar o dinheiro dos Estados Unidos no Terceiro Mundo, o que acabou por oferecer um campo quase ilimitado para economistas, sociólogos, psicólogos, urbanistas, agrônomos, cientistas políticos em outros países. Essa teria sido a era de ouro dos teóricos do desenvolvimento e, para Ball, aumentando em muito o nível de arrogância desse grupo em Washington[557].

Allcock chega a dizer que, para alguns, aquilo representava o vigor juvenil e o entusiasmo criativo de uma nova geração, no entanto, para outros era pura arrogância e intromissão de inexperientes. Assim, em junho de 1961, antes mesmo de o estatuto da Aliança ser assinado, o presidente Kennedy recebeu um extenso memorando de Arthur Schlesinger. No documento, ele discutiu como funcionários do Departamento de Estado lotados na ARA estavam profundamente ressentidos com a interferência de estranhos em seu campo. Schlesinger sugeriu que o presidente informasse Woodward que eles esperavam que o ARA assumisse um compromisso firme com a Aliança e que qualquer um que discordasse deveria ser transferido de setor. As divisões no interior da administração de Kennedy não se limitavam apenas à formulação de políticas em Washington, estendendo-se também às embaixadas. Segundo Allcock, já nesse período alguns dos intelectuais da Nova Fronteira, afirmavam que Thomas Mann, então embaixador no México, fazia parte do bloco de funcionários diplomáticos desconectados com os ares da Aliança e que impediam o verdadeiro progresso hemisférico[558].

Ao contrário do que os jornais brasileiros relataram, Allcock afirma que Robert Woodward não foi trocado por Edward Martin por suas declarações contra o governo brasileiro no caso da desapropriação da IT&T. A mudança efetuada por Kennedy, em abril de 1962, substituindo o principal nome do ARA, residia na convicção do presidente dos EUA de que a Aliança para Progresso havia superado a sua fase do "caos criativo" e

[557] BALL, George. **The Past Has Another Pattern: Memoirs**. Nova Iorque: Norton & Company, 1982, p. 182-183.
[558] ALLCOK, 2019, Op. Cit., p. 55.

precisava de um nome técnico para a execução dos projetos. Martin era um experiente oficial do Departamento de Estado com reputação de administrador eficiente e a sua nomeação foi um claro sinal de JFK de que a Aliança precisava de um direcionamento preciso[559].

Esses pontos apresentados por Thomas Allcock são elucidativos das dinâmicas internas do governo Kennedy e trazem um balanço mais equilibrado do que a ideia hegemônica de que os iluminados teóricos da modernização revolucionaram a política externa estadunidense no início dos anos de 1960 sem resistência. Todavia, isso não significa que a Doutrina Mann não tenha de fato existido, como argumenta o defensor de Mann. Para Allcock a retórica inicial da Aliança sugeria que a administração Kennedy apresentasse uma forte preferência por nações democráticas, retendo o reconhecimento de qualquer grupo que chegasse ao poder pela derrubada de um governo eleito. Ainda segundo o autor, isso seria algo falso, pois o governo Kennedy já haveria abolido essas diretrizes antes de Mann e Johnson assumirem o controle do governo e da política externa na América Latina. Allcock traz como evidência para o seu argumento as próprias posições de Edward M. Martin. Segundo Allcock, em um artigo publicado por Martin em outubro de 1963, no *New York Herald Tribune,* sob o título "A Doutrina Martin", indicava a modificação nas atitudes em relação ao papel dos militares na América Latina. Embora o secretário do ARA deixasse claro que não estava "escrevendo uma apologia para golpes", Martin citou exemplos em que ele acreditava que os governos militares haviam sido bem-sucedidos e sugeriu que os Estados Unidos não rompessem mais automaticamente as relações e a ajuda após mudanças inconstitucionais de governo. Todavia, suas declarações foram rapidamente desmentidas por Arthur Schlesinger. Para Allcock essa seria a prova de que a tal Doutrina Mann não existiu, mas apenas seguiu as diretrizes da chamada Doutrina Martin, anterior à morte de Kennedy[560].

Para Allcock o episódio da Doutrina Martin foi apenas um dos indicadores de que as políticas da administração Kennedy eram bastante diferentes no final de 1963 do que eram no início de 1961. Evidentemente é possível perceber uma intensificação da retórica golpista no governo dos EUA durante o governo Kennedy, a trajetória de Lincoln Gordon de acadêmico absorvido pelas teorias da modernização a planejador de operações militares golpistas representa bem esta mudança. Allcock argumenta que a mudança de perspectiva se explica pelo esvaziamento dos idealizadores originais do projeto. Dos

[559] ALLCOK, 2019, Op. Cit., p. 59-60.
[560] ALLCOK, 2019, Op. Cit., p. 62-63

membros da *task-force* de Kennedy para a América Latina, apenas Moscoso continuou a trabalhar diretamente na Aliança. Lincoln Gordon era embaixador no Brasil, Goodwin estava no *Peace Corps* e Rostow estava na seção de planejamento de políticas do Departamento de Estado. Arthur Schlesinger Jr. permanecia como assistente especial, mas a sua capacidade para manter o presidente focado no desenvolvimento da América Latina era limitada[561]. Allcock diz que para a corte de Camelot[562] da Casa Branca, Johnson era um camponês desajeitado, visto com desdém por muitos dos jovens eruditos que circundavam o presidente, se referindo a ele com particular com indiferença. O isolamento de Johnson era alimentado por sua própria sensibilidade e insegurança diante dos assessores de JFK, fruto de uma criação dura no sul pré-*New Deal* e educado em uma faculdade de formação de professores no Texas. Johnson sentia-se desconfortável e ressentido com os *Harvards*, como ele os chamava, que pareciam cercar o novo presidente[563].

Thomas C. Mann anunciou a sua doutrina também em um artigo publicado no *New York Times* em 19 de março de 1964. Segundo William O. Walker III, os *policymakers* em Washington aprenderam uma lição entre 1961 e 1963: insistir em um governo democrático como pré-requisito para receber ajuda externa dos EUA poderia prejudicar as suas ações contra a subversão comunista. Como resultado, durante o mandato de Johnson, ficou claro que o interesse maior era promover a estabilidade dos governos, independentemente de como ela fosse alcançada. Fortalecer a estrutura democrática dos Estados latino-americanos deixou de ser o objetivo e ocorreu o recuo a uma abordagem mais tradicional. Se a retórica clamava pela libertação do espírito humano por intermédio de um programa multilateral de desenvolvimento, então a realidade do conservadorismo monetário ávido e da dependência de governos autoritários para preservar a ordem diante de potenciais ameaças comunistas provou ser uma cruel ilusão para os progressistas que defendiam a causa da Aliança[564]. Com o afastamento da cúpula mais comprometida com o projeto da Aliança e a postura de Thomas C. Mann, as teses radicais de Gordon e do serviço diplomático dos EUA no Brasil, encontraram o respaldo necessário para agir.

[561] ALLCOK, 2019, Op. Cit., p. 63-64.
[562] Este era um dos nomes do grupo de intelectuais que circundou o governo dos EUA entre 1961 e 1963.
[563] ALLCOK, 2019, Op. Cit., p. 81-82.
[564] WALKER III, William O. Mixing the Sweet with the Sour: Kennedy, Johnson, and Latin America. *In:* KUNZ, Diane B. (ed.). **The Diplomacy of the Crucial Decade: American Foreign Relations During the 1960s.** Nova Iorque: Columbia University Press,1994, p. 62-69.

5.3 A Convergência de Interesses: Contribuição das Elites Brasileiras e a Vitória das Teses Golpistas

A *Máquina do Golpe*, como bem nomeou Heloísa Starling em seu mais novo estudo sobre 1964, teve como uma de suas engrenagens fundamentais o governador do estado de Minas Gerais, presidido à época por José Magalhães Pinto (UDN). Foi de Juiz de Fora que as tropas de Mourão Filho partiram em direção ao Rio de Janeiro, precipitando a mola do movimento golpista que tomaria forma nas horas seguintes. O governador foi pego de surpresa com o acionamento do golpe pelo general, mas eles contavam com a concordância e o apoio dos comandantes da operação[565]. Um papel especial foi cumprido pelo consulado de Belo Horizonte, principalmente, nas relações de fazer do governador uma liderança civil da chamada Revolução.

Em 23 de janeiro de 1963, o Consulado de Belo Horizonte, a partir de um relatório do cônsul Edmund A. da Silveira, narrou um encontro entre oficiais da USAID e do consulado de BH com dois funcionários do governo de Minas Gerais. No encontro, confirmou-se os rumores de que o governador Magalhães Pinto havia rompido totalmente com o presidente João Goulart. Segundo Silveira, um dos elementos centrais dessa reunião foi a solicitação de um representante do governador para que o governo dos Estados Unidos fornecesse assistência militar para as forças policiais de Minas[566].

Segundo o cônsul, essas ações visavam reforçar as forças policiais do Estado com equipamentos de comunicação, armamentos e munições adequadas ao controle de distúrbios sociais que, segundo o documento, seriam causados pelo presidente João Goulart em breve. De acordo com Silveira, o pedido foi feito pelo comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, referido na fonte como coronel Oliveira. Ele havia se reunido com o consultor de segurança pública da USAID, Ray Rees, e dito que a intenção do governador era preparar as suas forças policiais para agirem contra uma possível intervenção do Governo Federal no iminente golpe que estava sendo preparado por Jango.

---

[565] STARLING, Heloísa. **A Máquina do Golpe.1964:como foi desmontada a democracia no Brasil. Vol. 1 Engrenagens Militares e Apoio Externo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2024, p. 5-6.

[566] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **New Developments in the Relations Between Governor Magalhães Pinto and President Goulart**. From Consulate of Belo Horizonte to Department of State. January 23, 1963. National Archives and Record Administration. Records of the Department of State relating to Political and National Defense Affairs of Brazil, 1955-1959. Record Group 59, microfilm publication 1511, roll 5, frames 896-899. Acervo Digital do Opening the Archives Project US-Brazil relations 1960-1963. Universidade Estadual de Maringá-Brown University.

Destarte, Magalhães Pinto esperava que o presidente Goulart, assim que assumisse os plenos poderes presidenciais, dissolvesse o Congresso Nacional e para então começar o estrangulamento dos governos estaduais, usando a dependência financeira dos Estados em relação à União. O coronel Oliveira haveria apontado que tanto ele quanto o governador concordavam com essa avaliação e acrescentou, para reforçar as suas opiniões, que as Ligas Camponesas na região de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, estavam intensificando as suas atividades subversivas[567].

O coronel listou uma série de medidas que ele estava tomando para intensificar a prontidão de suas forças policiais e resistir as conjeturadas investidas de Goulart. Segundo o comandante, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda estavam convencidos das intenções golpistas do presidente e junto com outros três governadores, os de São Paulo, Bahia e Goiás, estavam articulando previamente um movimento de resistência. O oficial da USAID respondeu ao coronel que o fornecimento de equipamentos militares para as policiais de Minas poderia resultar em um problema sério para a relação Brasil-Estados Unidos, visto que isso não fazia parte de nenhum acordo prévio. O coronel justificou dizendo que esse auxílio não poderia ser entregue diretamente ao exército, pois as Forças Armadas brasileiras estavam profundamente divididas e parte dos equipamentos seriam usados por militares nacionalistas a favor de Goulart. O coronel Oliveira foi ainda mais ousado, solicitou ao oficial que colocasse ele em contato com o adido militar da embaixada, o coronel Vernon Walters. Ele sabia que esse era o canal eficiente de comunicação para conseguir equipamentos militares. O oficial respondeu que não podia atender à solicitação, mas que iria informar a embaixada. O funcionário da USAID, chegou a ir ao gabinete do comandante ver os planos por ele elaborados para resistir a uma eventual intervenção federal em Minas[568].

Edmund A. Silveira continuou, no mesmo relatório, a descrever uma visita social que recebeu do assessor de imprensa do governador Magalhães Pinto, Milton Fernandes, acompanhado de sua esposa, na casa do cônsul estadunidense. Fernandes teria confessado em segredo, que Magalhães Pinto havia perdido todo a sua fé e confiança na capacidade do presidente em administrar o país. Silveira, reconhecia que isso era uma jogada do governador de Minas que almejava ser candidato às eleições em 1965. Isso faria parte de uma estratégia para buscar a reaproximação com a UDN e com os opositores do

[567] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **New Developments in the Relations Between Governor Magalhães Pinto and President Goulart**. Op. Cit.
[568] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **New Developments in the Relations Between Governor Magalhães Pinto and President Goulart**.

presidente, como era o caso de Lacerda. O cônsul conjecturou que o esforço do governador para fortalecer as suas forças policiais fazia parte do receio e do medo de que as suas manobras levassem a um conflito aberto com o governo Jango. Silveira chegou a mencionar que a preocupação com distúrbios sociais alegadas pelo coronel não faziam sentido, já que a polícia de Minas parecia plenamente capaz de cumprir com a tarefa. Porém, Edmund W. Silveira não abandona a tônica golpista, dizendo que provavelmente o governador estava correto em relação à possibilidade Jango adotar um regime ditatorial. A questão é que essas preocupações eram antigas e apenas agora o Magalhães Pinto parecia disposto a se mover contra as ameaças do presidente. O cônsul finalizou lembrando que, meses antes, Magalhães Pinto solicitou um encontro com John Kennedy para amenizar a imagem de Jango que, segundo ele, estava sendo envenenada por figuras como Carlos Lacerda[569].

A partir de 1963, o serviço diplomático passou a se corresponder com mais intensidade com os núcleos da UDN pelo país. Em fevereiro de 1963, o cônsul de São Paulo, Daniel M. Braddock, se encontrou com Herbet Levy, presidente nacional da UDN, quando ele expressou as suas perspectivas sobre o cenário nacional. O presidente do partido afirmava que Jango não iria conseguir encontrar um equilíbrio entre as forças de esquerda e de direita e seria cada vez mais empurrado para atender as demandas dos nacionalistas radicais e, desse modo, na sua visão, Jango seria um "prisioneiro das esquerdas[570]". Ele comentou ainda que Brizola comandava uma campanha a mando do presidente para desacreditar o Congresso Nacional. Levy destacou que a UDN e o PSD estavam muito mais unidos na oposição ao governo federal do que antes do plebiscito, sendo essa uma alteração interessante na tradicional posição do PSD que sempre se alinhava com o poder em vigor[571].

As buscas por mais evidências das supostas intenções golpistas de Jango iam cada vez mais longe. Em 27 de fevereiro, John Keppel, no Escritório de Brasília, se reuniu com a secretária pessoal de João Goulart, Cloris Smith Braz e seu marido, José Smith Braz. A tentativa do diplomata era compreender o vínculo entre Jango e Leonel Brizola. Keppel relatou que Cloris era secretária pessoal de Jango há mais de treze anos. Ela teria dito que

---

[569] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **New Developments in the Relations Between Governor Magalhães Pinto and President Goulart**. Op. Cit.

[570] "Prisoner of the left". U.S. DEPARMTENT OF STATE. **Memorandum of Conversation with Federal Deputy Herbert Levy Concerning Current Political Scene (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

[571] U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Memorandum of Conversation with Federal Deputy Herbert Levy Concerning Current Political Scene (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

a relação entre o presidente e seu cunhado era de uma "cooperação semi-conspiratória[572]". Afirmou ainda que Brizola era uma liderança de esquerda importante e que mantinha as massas progressistas longe das mãos dos comunistas. Cloris teria dito que essa função era cumprida anteriormente por Goulart nos tempos de Vargas. O documento em questão é um amontoado de rumores sobre Cloris ser amante de Jango, fala-se sobre o corpo da mulher, sobre a aparência do marido, classificado como um nacionalista emocionado e presunçoso. Nota-se como o serviço diplomático se perdia em seu próprio esforço na caçada por carimbar o presidente como conspirador[573].

Os governadores de oposição cumpriram um papel fundamental na construção da atmosfera golpista e na incitação dos consulados para que mantivessem a pressão sobre o governo dos Estados Unidos no apoio aos militares conspiradores. Adhemar de Barros que acabara de ser eleito governador de São Paulo, começou a buscar o Consulado de São Paulo para relatar as suas visões sobre a crise política. A reunião do dia 7 de junho ocorreu poucas horas após sua chegada de uma viagem a Brasília. Segundo o cônsul-geral Braddock, Adhemar de Barros não tinha nenhuma proposta ou mensagem específica a transmitir ao consulado. Ele apenas fez comentários dispersos sobre a situação política e militar do Brasil. O cerne de seu discurso foi elencar a existência de um grande perigo, uma "certeza de noventa por cento", de que os próximos trinta dias Leonel Brizola lideraria uma tentativa de golpe de Estado com as forças nacionalistas de esquerda no país. O governador relatou ao cônsul que discutiu a ameaça e as possíveis contramedidas no Rio de Janeiro com "nossos amigos" militares. As alegações de Adhemar eram tão frágeis que foram baseadas em uma ideia de que Brizola tinha documentos que só poderiam ser entregues ao presidente e isso explicava a eminência do golpe. O cônsul expressou certo receio com as declarações do governador[574].

Em agosto de 1963, o governador Carlos Lacerda trouxe ao Brasil a escritora anticomunista francesa Suzanne Labin para realizar uma série de palestras pelo país sobre como combater a subversão comunista. Entre 1960 e 1962, Labin escreveu duas obras sobre propaganda soviética, *Il est moins cinq - Propagande et Infiltration Soviétiques* e *Vie ou Mort du Monde Libre. Les mots sont les armes chocs de la guerre révolutionnaire*.

---

572 "Semi-conspiratorial cooperation". KEPPEL, John. **Conversation with Goulart's Private Secretary (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

573 ". KEPPEL, John. **Conversation with Goulart's Private Secretary (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

574 U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Conversation with Governor Adhemar de Barros Who is Apprehensive of Leftist Groups (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

No Rio de Janeiro, Lincoln Gordon encontrou os dois para um almoço, momento em que Lacerda expressou as suas preocupações sobre os rumos do governo Goulart. Gordon haveria começado mencionando as notícias que saíram na imprensa brasileira de que o embaixador teria discutido com líderes empresariais estadunidenses os candidatos para as eleições presidenciais de 1965. Lacerda respondeu que a notícia havia sido implantada por membros do alto escalão do Planalto, provavelmente por Darcy Ribeiro ou Raul Ryff. O governador disse a Gordon que fontes próximas haveriam conversado com Goulart nos últimos dias e relataram que o presidente estava descontente com a atuação de Roberto Campos na embaixada do Brasil. Em continuidade, Lacerda acrescentou que o presidente haveria dito a essas pessoas que Lincoln Gordon precisava sair do cargo, pois era completamente hostil e intrometido demais. Portanto, as notícias implantadas faziam parte de um grande plano para desgastar o embaixador estadunidense. Lacerda forneceu os detalhes do que ele acreditava ser a ofensiva do governo Goulart na implementação do regime. O primeiro passo, seria enfraquecer e desacreditar o Congresso por meio da CPI do Ibad, demonstrando que havia uma conspiração contra o governo Jango. Segundo, Goulart buscaria neutralizar a atuação política das Forças Armadas. Terceiro, faria uma intervenção federal na Guanabara. E, por fim, iria aprovar uma emenda constitucional que limitaria o direito a propriedade privada sob o pretexto de facilitar a reforma agrária[575].

A relação que Gordon estabeleceu com Lacerda neste ponto do processo revela-se significativa. Lacerda operou como uma espécie de consultor pessoal do embaixador, por intermédio de quem Gordon tirava dúvidas e solicitava análises sobre os mais diversos temas. Quando Gordon queria entender a nomeação de Evandro Lins e Silva para o Supremo Tribunal Federal (STF), Lacerda tinha a resposta na ponta da língua: era para apoiar a emenda institucional que iria subverter o direito à propriedade privada no Brasil. Quando Gordon queria compreender como o inteligente senador Benedito Valadares (PSD) havia acreditado em uma suposta promessa de Goulart de que o nomearia como Ministro das Relações Exteriores em troca do apoio para aprovar Evandro Lins no STF, Lacerda tinha a resposta: no Congresso muitos só enxergavam a política mesquinha e eram incapazes de enxergar questões mais amplas[576].

[575] GORDON, Lincoln. **Views of Governor Carlos Lacerda of Guanabara (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.*Brown Digital Repository. Brown University Library.
[576] GORDON, Lincoln. **Views of Governor Carlos Lacerda of Guanabara (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.*Brown Digital Repository. Brown University Library.

No café que seguiu o almoço, Lacerda alertou a Gordon de que ele iria enfrentar uma campanha pela moratória da dívida externa do governo brasileiro com os Estados Unidos orquestrada por políticos de esquerda. O governador disse ao embaixador que acreditava que a nomeação do respeitado Carvalho Pinto para o Ministério da Fazenda, era apenas parte do plano de Goulart para suspender os pagamentos da dívida externa e jogar a culpa da situação econômica no colo do ministro. Findada esta etapa, a ideia seria culpar o governo dos EUA pelo desastre na economia brasileira. Com isso, o presidente planejava romper de vez os laços com o Ocidente e se aproximar dos soviéticos em busca de empréstimos[577]. O embaixador parece acreditar em todas as declarações de Lacerda replicando muitas dessas visões em seus telegramas ao Departamento de Estado.

Enquanto as relações com o governador da Guanabara se estreitavam, com Jango a situação se tornava crítica. Gordon tentou seguir a recomendação de Martin e passou a se reunir mais com o presidente e com os seus assessores diretos. Em 17 de agosto de 1963, Gordon se encontrou com Goulart em Brasília na tentativa de esclarecer o boato de que ele havia se reunido com Lacerda e empresários estadunidenses para definir o candidato a presidência em 1965. Na ocasião, o embaixador dos EUA disse que infelizmente esta havia sido a conversa mais insatisfatória em quase dois anos de encontros sempre amigáveis e francos entre ele e o presidente. Gordon relatou que Goulart aparentava estar exausto e atarefado. O diplomata se defendeu das acusações de conluio com o governador da Guanabara, dizendo que Miguel Arraes e Darcy Ribeiro exageravam nas imputações contra ele, principalmente sobre o favorecimento da ajuda externa à adversários políticos e a diminuição dos recursos em projetos importantes no Nordeste. O governo Jango apresentava plena ciência da política de ilhas de sanidade administrativa e de como a Aliança para o Progresso estava sendo utilizada para favorecer opositores. No telegrama reportado sobre a reunião, Gordon parecia afoito em negar a existência dessa política, mas percebeu a resistência do presidente em acreditar em suas versões[578].

Jango estava indignado com o fato de a ajuda externa fosse direcionada para reacionários que se opunham à reforma agrária e outras consideradas por ele fundamentais. Gordon perguntou se, além de Carlos Lacerda, Jango suspeitava de que o governo dos Estados Unidos estava favorecendo outros governadores e o presidente não

[577] GORDON, Lincoln. **Views of Governor Carlos Lacerda of Guanabara (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.*Brown Digital Repository. Brown University Library.
[578] GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

mencionou nenhum outro nome. O embaixador argumentou que as suspeitas de Jango se baseavam em empréstimos fornecidos pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) destinados a saneamento básico e parte do crédito poderia haver sido subsidiado pelo governo federal. Jango então questionou Gordon sobre os motivos de a ajuda tão massiva a Lacerda haver acontecido justamente quando ele assumiu uma linha mais radical contra as Reformas de Base. Gordon respondeu que o orçamento da Aliança para o Progresso com a Guanabara era de apenas 4,4 milhões de dólares em 1963 e em 1962 foi de 4 milhões, tentando demonstrar que as queixas de Goulart não tinham fundamento. Com base nos dados levantados por Felipe Loureiro as afirmações de Gordon são completamente falsas, o estado da Guanabara recebeu entre julho de 1962 e março de 1964 U$35 milhões de dólares em empréstimos do BID (26,9% do total dos empréstimos concedidos) e mais U$19,5 milhões da USAID (60% dos recursos destinado ao Brasil)[579].

Ainda na reunião, Gordon procurou responder aos questionamentos de Jango perguntando se ele considerava o governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, um reacionário e Jango respondeu que não. Gordon então apresentou dados de empréstimos ao governador como contraponto à ideia de que a ajuda externa dos Estados Unidos possuía viés ideológico. O Rio Grande do Norte foi o estado nordestino mais favorecido em doações em cruzeiros por parte do governo dos EUA entre janeiro de 1962 e junho de 1963[580]. O embaixador narrou que Jango não se interessava por seus argumentos e que o presidente começou a dizer que estava agindo de acordo com os preceitos da Carta de Punta del Este que defendia as reformas de base. O presidente haveria dito que o próprio Kennedy endossava a revolução pacífica na América Latina e que esses eram os seus verdadeiros desejos, mas até agora ele só havia encontrado incompreensão por parte das elites brasileiras. Gordon expôs que, a partir deste momento, Jango iniciou uma confissão estranha – aos ouvidos do embaixador – em tom de autocrítica e disse que desde 1961 estava tentando fazer de tudo para obter a colaboração das elites, mas elas apenas se opunham ao seu governo e a oposição estava aumentando. Jango chegou a dizer ao embaixador que tinha horror ao poder, mas que ele era um homem de simpatias populares que acabou no cargo de presidente e que tinha que exercê-lo de acordo com os interesses do povo. O presidente afirmou que sabia que não eram apenas as classes dominantes que se levantavam contra ele, mas agora, também as classes médias estavam se tornando mais

[579] LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra.** São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 104-116.
[580] LOUREIRO, 2020, Op. Cit., p. 108.

hostis. O embaixador conclui dizendo que o presidente confessou que sua única saída era recorrer as massas populares que o compreendiam e o apoiavam[581].

A essa altura, não havia mais nada que João Goulart ou seus ministros pudessem fazer para melhorar a imagem perante o serviço diplomático estadunidense. A visão do desastre estava ossificada. Gordon tornou-se irredutível em suas teses e nem seus encontros com Jango, abertamente sincero, foram capazes de sensibilizá-lo. Os documentos anteriormente citados de autoria de Edward M. Martin e Thomas Hughes, parecem ser fragmentos de um longo debate entre Lincoln Gordon e os *policymarkers* do Departamento de Estado. Em finais de agosto de 1963, o embaixador subiu o tom com seus superiores no Departamento de Estado. Gordon respondeu aos questionamentos de seus superiores com agudeza. Em um longo telegrama de dez páginas, começou dizendo que eram falsas as alegações de que as Reformas de Base tinham apoio popular. Mesmo que Goulart ainda cultivasse uma simpatia das classes trabalhadores, segundo o embaixador, todos estavam de acordo que ele era completamente incapaz de retirar o Brasil da crise econômica. Gordon argumentou que mesmo no Nordeste o apelo pela reforma agrária era superficial, sendo dissolvido caso alguns agitadores fossem retirados do jogo. Na sequência, informou que o adido agrícola da embaixada, Ford Milam, poderia confirmar as suas alegações, pois havia realizado uma viagem de jipe percorrendo mais de dez mil milhas pelo Nordeste brasileiro. Sublinhou que o adido compreendia com profundidade o movimento camponês no Brasil[582].

O embaixador destilou um verdadeiro ódio ao governo e ao presidente, expondo toda a sua visão negativa e caótica sobre o Brasil. No relatório ele sumarizou a imagem de caos social e econômico. Para ele, o Brasil estava contaminado pela corrupção e favoritismos políticos. Gordon diz que do Ministério do Trabalho ao Instituto de Previdência Social estavam eivados pelo mais alto nível de cinismo. Tudo se movia ao mais puro *"Brazilian Jeito",* a base de práticas de improvisações completamente imorais, mas toleradas pela população[583].

Na sequência, Gordon rebateu as críticas do Departamento de Estado dizendo que o governo Goulart não representava uma corrente progressista na história do Brasil. Ele

---

[581] GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

[582] GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

[583] GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

também disse que não considerava os inimigos de Goulart reacionários, portanto, o seu apoio à oposição não colocava ele do lado errado e perdedor da História, como foi acusado por seus superiores. Na opinião de Gordon, o governo Goulart só era "progressista" no sentido muito modesto de ter ampliado através dos sindicatos, do PTB e da burocracia governamental um círculo de poder que desempenhou um papel mais ativo na vida política nacional. Em todos os outros aspectos, Gordon afirmava que Goulart era a antítese do progresso, uma vez que estava aprofundando em larga escala os grandes problemas econômicos e sociais do Brasil. Em telegramas anteriores, Gordon afirmou estar convencido de que o interesse de Goulart pelas Reformas de Base era totalmente cínico, e essas medidas eram somente a vontade de seus conselheiros mais próximos principalmente direcionadas a promover a agitação social e a luta de classes no Brasil[584].

Gordon reconhecia que a forte presença do Estado brasileiro era uma herança de estruturas paternalistas do Estado Novo, mas as tendências do regime eram direcionadas a expandir a esfera estatal e, na opinião do embaixador, isso não traria nenhum benefício aos brasileiros menos privilegiados. Para ele, o cenário sombrio era caracterizado por uma economia brasileira movida pelas empresas estatais, contaminadas pela corrupção e o favorecimento ilícito. Gordon afirma: "Os brasileiros, nesse estágio da sua história, simplesmente não possuem as habilidades administrativas e organizacionais necessárias para administrar o país de forma altamente centralizada[585]".

Gordon diz não acreditar que o governo Goulart deixaria de hostilizar os Estados Unidos se eles mudassem a sua postura para atender aos constantes pedidos de ajuda financeira do presidente brasileiro e dos seus assessores. O embaixador acreditava que mesmo retirando todo o apoio moral e material fornecido a Carlos Lacerda, se Jango sentisse a necessidade de aumentar o tom antiamericanista em algum momento, ele o faria. O embaixador afirmou que as concessões que Goulart exigia significavam o abandono dos interesses de segurança nacional dos EUA no Brasil. O embaixador se via injustiçado, afirmando que estava fazendo o máximo para ajudar o governo brasileiro desde o início, mas os seus esforços eram obstruídos por indivíduos de dentro do próprio governo, fazendo Jango seguir uma direção perigosa[586].

---

[584] GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

[585] Brazilians, at this stage in their history simply do not have the administrative and organizational skills required to run the country on a highly centralized basis. GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

[586] GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

Gordon ficou completamente perturbado pelas avaliações do Departamento de Estado, principalmente aquelas relativas a Carlos Lacerda. Ele admitiu que o governador não era um liberal à moda britânica, nem lutava de acordo com as regras do Marquês de Queensberry[587], nem era um homem que media suas palavras com parcimônia. Em justificativa ele respondeu:

> Mas isso é o Brasil, e linguagem política intemperante e manobras afiadas são a norma. Pelo menos Lacerda tem coragem e integridade e é um administrador competente, o que é raro no Brasil. Além disso, para julgar o homem pelo que ele diz, tanto em público quanto em particular, ele é um reformador democrático progressista e não um reacionário[588].

A defesa que o embaixador faz de Lacerda preocupava o Departamento de Estado. Gordon intimou os seus superiores a julgá-lo com base no seu trabalho como governador da Guanabara e listou as supostas melhorias que Lacerda levou ao Estado. O embaixador lista as habitações em favelas, a construção de escolas, as melhorias em saneamento básico, serviços de saúde pública, atração de indústrias, e a tentativa de fornecer energia elétrica suficiente para possibilitar o desenvolvimento industrial. Para Gordon, Lacerda trabalhava de forma concreta e eficiente seguindo exatamente os preceitos da Carta de Punta del Este. A culpa sobre a polarização política devia recair sobre Goulart, apesar de o embaixador reconhecer que Lacerda tinha a sua parte no aprofundamento da crise política. Para o diplomata, esta resistência às piores tendências do governo Goulart era necessária para que se chegasse a 1965 sem deterioração além do ponto, e Lacerda era, de longe, uma das principais lideranças dessa resistência.

No documento, Gordon expressou de maneira mais ou menos organizada a combinação de elementos que ele enxergava como cruciais na relação Brasil-Estados Unidos em meados de 1963, e que levariam à tomada de poder pelos comunistas. A falta de habilidade administrativa racional por parte dos governantes levava às crescentes dificuldades econômicas e às manobras, que ele chama de "neogetulistas", por parte de Goulart, direcionadas a aumentar o seu próprio poder e reduzir o de seus adversários. Além disso, o embaixador ressaltou um alto grau de similaridade entre o autoritarismo sindicalista, que Goulart parecia promover, e o autoritarismo socialista ensejado pelos

[587] Aqui Gordon se refere as Regras do Marquês de Queensberry que são um conjunto de diretrizes que foram formalmente adotadas para regulamentar as lutas de boxe no século XIX.

[588] But this is Brazil, and intemperate political language and rather sharp maneuvers are the norm. At least Lacerda has courage and integrity and is a competent administrator, all of which is rare in Brazil. Moreover, to judge the man by what he says, both in public and in private, he is a progressive democratic reformer and not a reactionary. GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

comunistas e os aliados próximos do presidente. O diplomata ressaltou ainda o fracasso de muitos brasileiros, potencialmente contrários ao autoritarismo socialista e frisou a incapacidade de eles perceberem a gravidade da real situação e de reunirem coragem com vistas a se organizarem para deter ou retardar o avanço dos eventos[589].

Para Lincoln Gordon era relevante analisar as principais características do que ele definia como táticas "sindicalistas", mais uma vez, fazendo referência ao peronismo. Essa definição era necessária para que o Departamento de Estado compreendesse melhor a aliança de Goulart com os sindicatos e o paralelismo que o embaixador fazia com os comunistas, bem como para demonstrar que a deterioração atual causada pelo presidente estava enraizada em seu comportamento. Para o embaixador dos EUA, desde o início, as estratégias fundamentais de Goulart incluíram esforços para fortalecer o poder de sindicatos privilegiados e o controle do presidente sobre eles em setores-chave como transporte e comunicações, fazendo uso da ameaça de greve geral como arma política. A construção do Dispositivo explicava-se pela necessidade de construir o seu próprio aparato militar. Do ponto de vista de Gordon, Goulart objetivava desmoralizar e intimidar o Congresso e alocar fundos públicos, tanto de maneira legal quanto ilegal, em grandes quantidades para conquistar e manter a lealdade de seus apoiadores. Assim, para Gordon, Jango adotava um discurso nacionalista fervoroso, proclamando o seu apego pelas massas pobres e sofredoras, com base em um discurso demagógico[590].

Gordon argumentou que a esquerda no Brasil era um zoológico de muitas espécies, composto por diferentes grupos, muitos dos quais, provavelmente a maioria, não são simpatizantes diretos do comunismo. Contudo, ao invés de contabilizar os números de "cabeças comunistas", para o embaixador era mais pertinente observar a disseminação das ideias socialistas no interior do Estado e a aceitação de diversos sofismas promovidos pelos comunistas, como a tese da espoliação das riquezas pelo capital estrangeiro – considerada por Gordon um completo absurdo.

Em círculos mais elitizados, o embaixador afirmava que o argumento usual era que os anticomunistas no Brasil eram tão prejudiciais quanto, se não mais, do que os próprios comunistas. Ainda, segundo Gordon, tudo isso era arrematado pelos resquícios institucionais do Estado Novo, conferindo ao presidente um poder substancial para influenciar tanto o comportamento quanto as atitudes do povo. Gordon concluí a sua

[589] GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.
[590] GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

réplica ao Departamento de Estado afirmando que as circunstâncias no mundo atual eram muito diferentes das dos anos 1930. Agora era o bloco comunista que operava como principal fonte externa do antiamericanismo e não mais a Alemanha nazista. Para o embaixador, a infiltração comunista no Brasil avançou significativamente desde os anos 1930 e os desafios enfrentados por Goulart eram mais complexos do que os enfrentados por Getúlio Vargas. Gordon é taxativo em dizer que Jango não tinha competência para lidar com o novo contexto, na verdade, para ele, o presidente não tinha sequer capacidade de compreendê-los completamente.[591].

Lincoln Gordon, paulatinamente, abandonou todas as moderações possíveis, dando sequência em suas ações golpistas, mesmo quando setores do Departamento de Estado recomendaram o contrário. Seus telegramas de finais de 1963 ecoam o destempero de uma figura que foi completamente absorvida pelas abordagens conservadoras mais radicais sobre o Brasil. Em pouco mais de dois anos, o idealista professor de Harvard transformou-se em um pragmático articulador de um golpe presidencial. A absorção das perspectivas mais radicais e tradicionalistas de seus colegas da Embaixada e dos Consulados não eximem a culpa pessoal de Gordon, apenas tornam mais complexo e mais compreensível o ambiente pelo qual ele circulou durante seu período no Brasil.

O embaixador dos Estados Unidos agiu com arrogância e presunção, crente de que estava absolutamente correto de suas avaliações sobre Jango e seu governo. Suas teses eram endossadas por uma rede profunda de informações advinda de todos os cantos do Brasil, que alimentaram a visão do caos comunista. Gordon entrou em colisão com os interesses da Aliança para o Progresso, projeto de que ele ajudou a conceber, e tentou justificá-lo identificando nos militares brasileiros a força modernizadora que os Estados Unidos tanto procuravam. Na teoria, a prática era diferente, disse Gordon. No meio, em que ele se inseriu, circulando entre empresários, direitistas reacionários, liberais-conservadores e militares golpistas, Gordon reforçava dia após dia as suas percepções sobre o Brasil. Sua cognição foi completamente capturada pela percepção de um Brasil entregue ao caos e, em decorrência, Gordon foi incapaz enxergar para além dessa imagem projetada por ele mesmo, a partir da sua leitura da realidade, quase sempre, por intermédio das lentes dos setores mais conservadores das elites brasileiras Nessa urdidura, a cada dia que transcorria, Gordon mais e mais enredava-se na trama que entrelaçava os interesses

[591] GORDON, Lincoln. **Political Trends and Contingencies in Brazil (1963)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

dos setores mais reacionários das elites brasileiras e, desse modo, ele foi capturado por um fenômeno que Robert Jervis chama de espiral de hostilidades[592].

Como demonstrou Carlos Fico, em março de 1964, Gordon finalmente conseguiu convencer o Secretário de Estado, Dean Rusk, de que Goulart estava em busca da sua perpetuação no poder. Uma vez feito isso, as resistências foram postas de lado e o caminho para a consolidação da trama golpista estava aberto[593]. O historiador também identificou uma similar forma de interpretação sobre os militares brasileiros como um poder moderador. Três observadores defenderam esta conhecida tese: o cientista político Alfred Stepan[594]; as interpretações do próprio embaixador Lincoln Gordon e; uma monografia escrita pelo secretário de embaixada, Robert W. Dean, elaborada enquanto ele esteve no *War College*. É possível perceber uma semelhança muito grande entre as três perspectivas. Sob essa visão, os militares brasileiros agiriam legitimamente, recorrendo a ideia de poder moderador, evidenciada por aspectos históricos. Carlos Fico afirma que essas interpretações genéricas foram elevadas à condição de teses acadêmicas, ainda que possuíssem frágil evidenciação empírica e origem fora do meio universitário. Robert W. Dean solicitou ao Departamento de Estado a autorização para a publicar o estudo, ainda intitulado *Role of the Military in Brazilian Politics* – a versão final da monografia foi *The Military in Politics in Brazil*, como bem alertou Carlos Fico, nome muito semelhante à obra de Alfred Stepan. Fico afirmou que o trabalho de Dean foi citado em alguns estudos, mas ele nunca conseguiu encontrá-lo, nem mesmo nas bibliotecas onde indica o telegrama[595]. O artigo em questão foi apresentado à Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro para avaliação ainda em setembro de 1963. Em um comentário, Harry A. Quinn disse que apesar de completamente assertivo e bem elaborado, o estudo concedia uma avaliação coerente sobre a Era Vargas e o governo Goulart, principalmente correlacionando a corrupção no interior de ambos os governos. Todavia, isso tornava o estudo não recomendado para a publicação, diante das retaliações que Dean poderia receber na posição que ocupava na missão diplomática[596].

---

[592] JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2017, p. 73-74.
[593] FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 88-90.
[594] STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
[595] FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05–74, 2017.
[596] QUINN, Harry. **Study by Robert Dean: Role of the Military in Brazilian Politics (1963).** *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.

O serviço diplomático dos EUA absorveu a ideia dos militares como fiadores da ordem pública e dos processos constitucionais e a esquerda brasileira como antidemocrática. Isso fica mais evidente em um telegrama de Lincoln Gordon datado de 4 de março de 1964 e enviado a Thomas C. Mann. No documento, ele diz que tradicionalmente as Forças Armadas brasileiras, especialmente o Exército, haveria desempenhado um papel estabilizador e moderador na história política do país. Para o embaixador, naquele momento, O Exército constituía em um elemento essencial na estratégia para conter os excessos da esquerda e do governo Goulart. Apenas as Forças Armadas seriam capazes de assegurar a realização de eleições justas em 1965, bem como a subsequente posse de um sucessor em 1966. Gordon afirmou que diferentemente de muitos corpos de oficiais latino-americanos, os militares brasileiros não se configuravam como uma casta aristocrática dissociada dos anseios da sociedade. A orientação básica da grande maioria dos oficiais era moderadamente nacionalista, mas não antiamericana. Eram anticomunistas, mas não fascistas, além de democratas e defensores da constituição. Gordon chegou a afirmar que no período pós-Segunda Guerra, os Estados Unidos se beneficiaram da orientação favorável do corpo de oficiais das Forças Armadas brasileiras em relação aos EUA, em grande parte, resultado de uma aliança ativa durante o conflito. Contudo, ele sublinha que esse ativo está sendo progressivamente diluído pela aposentadoria de oficiais, o que tornaria imperativo o estabelecimento e a manutenção de relações estreitas e eficazes com o grupo militar mais jovem. Nessa análise, Gordon demonstra sua preocupação de manter uma forte influência estadunidense entre os militares brasileiros[597].

Não caberia narrar os eventos que envolvem a trama de março a abril de 1964. Outros historiadores[598] já refizeram quase, hora a hora, seguindo passos de Lincoln Gordon nos dias que seguiram o golpe. Coube a este estudo demonstrar como a visão do embaixador tornou-se hegemônica no Departamento de Estado. Aos poucos, as teses mais radicais, as percepções mais intervencionistas foram se estendendo do serviço diplomático no Brasil para os postos mais altos em Washington. É perceptível como Gordon foi influenciado por seus colegas, como paulatinamente ele deixou de lado as crenças nas diretrizes idealistas da Aliança para o Progresso para adotar uma abordagem

[597] GORDON, Lincoln. **Brazilian Military's relationship to political scene (1964)**. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library.
[598] Como PARKER, Phyllis. **1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de 31 de Março**. Civilização Brasileira, 1977. STARLING, Heloísa. **A Máquina do Golpe. 1964:como foi desmontada a democracia no Brasil. Vol. 1 Engrenagens Militares e Apoio Externo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2024.

mais prática. O serviço diplomático, com a percepção aqui descrita, foi completamente incapaz de enxergar uma solução menos extrema.

Considerações Finais

A extrema identificação de parte da sociedade brasileira com os Estados Unidos é um fenômeno social intrigante, em grande medida, fruto da influência econômica, política e cultural dos EUA. Mais intrigantes ainda são os vínculos internacionais construídos pela direita brasileira – liberais e conservadores – que continuam a buscar nos EUA um modelo de sociedade a ser seguido, esperançosos de que de lá surjam as respostas para os problemas do Brasil. Não à toa, os vínculos entre congressistas da ala bolsonarista e o Partido Republicano têm se intensificado nos últimos anos, na tentativa de reavivar uma aliança que foi vitoriosa no embate contra a esquerda brasileira durante o século XX. Como vimos nos anos recentes, a extrema-direita no Brasil ainda procura reproduzir o enredo de 1964, adaptando suas táticas aos novos tempos, mas recorrendo à fórmula de retratar o Brasil como caótico, economicamente destruído e à beira do comunismo, polarizando o debate e mobilizando os anseios anticomunistas de parte da sociedade.

Retomando as hipóteses iniciais, cremos ter conseguido, ao longo desta pesquisa, analisar e definir a percepção do serviço diplomático estadunidense sobre o Brasil no período compreendido entre os anos de 1960 e 1964. Para atender às demandas provenientes das partes do mundo que clamavam por modernização, as elites estadunidenses buscaram respostas em seu próprio passado. Elaboraram uma leitura particular de sua própria história, em tom triunfal, que destacava a trajetória de colônia a potência mundial, crentes de que ali residiam as chaves para o desenvolvimento do restante do mundo.

Nesse percurso, o serviço diplomático estadunidense, formado em uma cultura acadêmica e um meio social específico, absorveu com profundidade o conteúdo nacionalista da certeza de ser o país que, naquele momento, liderava o mundo capitalista. De acordo com essa visão, os elaboradores da política externa dos EUA entendiam que o chamado Terceiro Mundo havia se tornado um lugar complexo e multifacetado, marcado por grandes oportunidades e imensos perigos. Por isso, consideravam urgente intervir globalmente nesse processo de modo a evitar que as janelas de oportunidade pendessem em direção à União Soviética e que os perigos por ela interpostos ganhassem maior amplitude. Assim, era preciso que Prometeu entregasse o fogo aos homens: a glória e a energia do dinamismo da modernidade, resguardada no segredo de como se tornar plenamente moderno – uma crença calcada no americanismo. Era necessário transbordar

a prosperidade dos Estados Unidos para a América Latina, criando uma calda capaz de proteger seus vizinhos da infiltração comunista.

Foi sob esse discurso que se construiu a ideia do mito do desenvolvimento: a crença cabal em um receituário que, se seguido, romperia as fronteiras culturais, linguísticas e de costumes, as singularidades políticas – reiterando um liberalismo de características universais – capaz de solucionar os graves problemas estruturais que levavam o Brasil, e outros países, a repetir os ciclos de pobreza. Esse sentimento poderoso, que se consolidou no período pós-Segunda Guerra Mundial, acabou criando uma visão negativa do nacionalismo, que emergiu como força política central no Terceiro Mundo, especialmente no Brasil.

O sentimento nacional e o desejo por libertação das amarras internacionais foram as grandes forças ideológicas do que costumamos chamar de nacional-desenvolvimentismo, que moveram debates políticos e a econômicos durante as décadas de 1950 e 1960. A ascensão do trabalhismo como política de Estado ousou mover o Brasil em direção à expansão da participação das classes populares no jogo político, por intermédio dos sindicatos urbanos e das associações de trabalhadores rurais, como foi o caso das Ligas Camponesas no Nordeste. No contexto de 1960 a 1964, observa-se que a campanha de desestabilização e o Golpe Civil-Militar de 1964 foram reações ao incremento das demandas sociais, principalmente das esquerdas, envolvendo pautas históricas como a reforma agrária.

Não há dúvidas de que o apoio dos Estados Unidos foi essencial, não apenas nos dias que se seguiram o golpe com a Operação *Brother Sam*, mas durante toda a longa campanha de desestabilização do governo João Goulart. Em sua defesa de interesses no Brasil, o serviço diplomático estadunidense agiu com arrogância e prepotência, sempre nutrindo a certeza de que possuía as respostas para os problemas brasileiros e de que os caminhos escolhidos pelo povo, mesmo que por vias democráticas, deveriam ser de alguma forma obstruídos, pois estavam eivados pela subversão comunista. Na análise do conjunto dos documentos produzidos pela diplomacia estadunidense, em alguns momentos, é possível sentir uma certa admiração pelo povo brasileiro, mas o desdém e a presunção são os aspectos que mais se sobressaem. A crença movida pelo mito modernizador impediu a esses agentes históricos enxergarem o nacionalismo brasileiro como uma força política legítima, socialmente capilarizada, em confluência com o que se esperava de um futuro. O problema era que o nacionalismo confrontava os interesses do

grande capital estadunidense e foi observado como a fonte de todo o mal e possível espaço para a ascensão dos comunistas ao poder.

No início da década de 1960, os Estados Unidos colocaram em movimento a fase final de um modelo de discurso imperialista modernizador que, como afirmamos ao longo do estudo, operou como ideologia. Essa abordagem chegou aos mais altos níveis do poder durante o mandato do presidente John F. Kennedy. Os intelectuais da Nova Fronteira estavam engajados e munidos de um robusto vocabulário, construído a partir de uma leitura positiva do capitalismo nos EUA desde os anos 1930, mas reformulado como uma teoria de validade acadêmica nos anos 1950. Demonstramos também que a euforia trazida pela febre das teorias da modernização encontrou resistências e que o receituário proposto quase nunca atendia às constantes demandas da realidade brasileira. No entanto, para o governo dos EUA, a Aliança para o Progresso cumpriu o objetivo de impedir o surgimento de uma segunda nação socialista na América Latina. A suposta ameaça dos comunistas na América Latina custou o abandono das prerrogativas democráticas, da revolução pacífica e praticamente de todos os preceitos inicialmente descritos na Carta de Punta del Este.

Lincoln Gordon, John Moors Cabot, Philip Raine, William P. Cochran Jr., Niles Bond, Robert W. Dean, Percy Warner, Harry A. Quinn, Vernon Walters e tantos outros diplomatas que apontaram neste estudo, foram os agentes históricos responsáveis por colocar em prática os receituários elaborados pelos *policymakers* em Washington, a partir das teorias concebidas às margens do Rio Charles. Nem sempre o serviço diplomático estava de acordo com as políticas definidas no interior dos gabinetes e isso criou tensões institucionais profundas, como demonstramos no caso da renúncia de Jânio Quadros ou na insistência de Gordon em suas teses que endossavam o golpismo ou sobre as suas suposições da existência de intenções golpistas por parte do presidente João Goulart. Foram os integrantes desse quadro diplomático que mediaram a teoria e a prática, a política externa elaborada e as causalidades históricas que efetivamente conduziu os acontecimentos. As suas percepções foram influenciadas por suas experiências de formação e pela própria identidade nacional estadunidense, determinantes na consciência sobre os interesses dos EUA na América Latina e, particularmente, no Brasil. Um dos fenômenos mais importantes que destacamos no presente estudo é que as essas percepções foram formuladas a partir da estreita colaboração com parte do espectro das elites conservadoras e liberais brasileiras; industrialistas, empresários, latifundiários e militares. O serviço diplomático não compartilhou apenas uma visão de mundo e os

caminhos para o desenvolvimento, mas uma intensa vida social e cotidiana nas capitais estudais brasileiras.

Por fim, foi possível lançar luz e entender com mais clareza como certas decisões foram tomadas, para além do interesse econômico imediato, pensadas em termos de um contexto específico. Isso não exime ou diminui o desastre diplomático que representou o intervencionismo atroz e o fato de a Ditadura Militar haver nascido sob a tutela dos Estados Unidos. Lincoln Gordon tornou-se um símbolo do imperialismo estadunidense no Brasil. Todavia, a história não pode ser individualizada, o embaixador esteve mergulhado em um mundo de radicalidades, sendo bombardeado de todos os lados por análises caóticas sobre o Brasil. A sua trajetória particular ganha relevo quando se observa como um professor de Harvard, um dos idealizadores da Aliança, tornar-se um adepto das visões mais radicais de direita brasileira que se explicam pelo seu medo crescente de "perder" o Brasil. É notório que Gordon agiu fundamentado em suas percepções acerca da ala "moderada" das Forças Armadas do Brasil, acreditando que, após a limpeza dos comunistas e daqueles que considerava inimigos dos Estados Unidos, as eleições de 1965 transcorressem sem maiores problemas.

No que diz respeito ao interesse imediato dos Estados Unidos no Brasil, a atuação de Gordon foi considerada um sucesso. Por essa razão, ele continuou a ascender a posições no Departamento de Estado, atingindo o cargo máximo em uma das principais universidades estadunidenses. A persistência de suas certezas indica que a percepção aqui analisada é um fenômeno duradouro e, possivelmente, ainda se faz presente em consulados e embaixadas. Apesar de a teoria da modernização ter se tornado obsoleta, a crença de que os Estados Unidos detêm a solução para os problemas globais permanece robusta.

Referências Bibliográficas

ADAMS, James Truslow. **The Epic of America**. Boston: Little Brown, 1931.

ALLCOCK, Thomas T. **Thomas C. Mann: President Johnson, the Cold War, and the Restructuring of Latin America**. Kentucky: University Press of Kentucky, 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARNT, Ricardo. **Jânio Quadros: o prometeu de Vila Maria**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora da UnB, Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, 2002.

AVILA, Carlos F. Domínguez. A Crise dos Mísseis Soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. **Varia História**. Jan, Vol 28, N°47, 2012, p.361–389.

AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. O Governo João Goulart: **Lutas Sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BENEVIDES, Maria Victoria M. **UDN e Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981, p. 109.

BERCOVITCH, Sacvan. **The Puritan Origins of the American Self.** New Haven and London: Yale University Press, 2011.

BERTONHA, João Fabio. **Imperialismo**. São Paulo: Contexto, 2023

BOND, Niles. **Elegos**. Trad. Pamela Bird. São Paulo: Martins Editora, 1965, p. 92-93.

BRANCO, Carlos Castelo**. A Renúncia de Jânio Quadros: um depoimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o Espetáculo da Pobreza**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

BURNS, E. Bradford. **Nationalism in Brazil: a historial survey**. New York: Federick A. Preager Publishers, 1968.

CABOT, John Moors. **First Line of Defense: Forty Years Experiences of a Career Diplomat.** Washington, 1974.

CAMPOS, Roberto. **Lanterna na Popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CHALOUB, Jorge. Liberalismo de Carlos Lacerda. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 61, n°4, 2018, p. 385–428.

CHOMSKY, Noam**. O Império Americano: hegemonia ou sobrevivência**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

COX, Michael. **The Agonies of Empire: American Power from Clinton to Biden**. Bristol: Bristol University Press, 2020.

DAMASCENO, Natália A. **O programa Ponto IV e a articulação de projetos estadunidenses de desenvolvimento para a América Latina (1949-1954)**. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2022, p. 45.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

DELGADO, Lucília de A. N. **PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964).** São Paulo: Marco Zero, 1989.

DREIFUSS, René A. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

DUROSELLE, Jean B. **Todo Império Perecerá. Teoria das Relações Internacionais.** Brasília: Edunb, 2000.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. RENOUVIN, Pierre. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

EKBLADH, David. **The Great American Mission: Modernization and the Construction of an American World Order**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Encoutering Development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FEBVRE. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença,1989.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: **O Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 128-133.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento, Florianópolis**, v. 9, n. 20, p. 05–74, 2017.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz & Terra, 1993.

FONER, Eric. **Reconstruction: America`s Unfinished Revolution 1863-1977**. New York: Harper & How, 1988.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES (FRUS), 1961-1963. Vol. XII, **American Republics**, 1961-1963. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996.

FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Jul,48(2), 2005, p.129–51.

GILMAN, N. **Mandarins of the Future: modernization theory in Cold War America**. Baltimore: John Hopkins Univeristy Press, 2008.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologia Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Questão Social e a Historiografia no Brasil pós-1980. **Estudos Históricos**, n° 34, p. 157-186, 2004.

GÓMEZ-LENDE, S. La Política Petrolera Argentina durante el Gobierno de Frondizi (1958-1962): un análisis desde la teoría de la acumulación por desposesión. **Espiral, revista de geografías y ciencias sociales**, *4(8)*, 75-102, 2022.

GORDON, Lincoln. **Brazil's Second Chance: en Route toward the First World**. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

GORDON, Lincoln. **The New Diplomacy Viewed from an Embassy.** Foreign Service Journal. December 1965, vol. 42, n° 12, p. 29-36.

GRANDIN, Greg. **The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War**. Chicago and London: University of Chicago Press, 2011.

GREEN, James N.; JONES, Abgail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**, 29(57), 2009, 67–89.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. New York and London: Routledge, 1993.

HALBERSTAN, David. **The Best and Brightest**. New York: Modern Library, 2001.

HIXSON, Walter L. **The Myth of America Diplomacy: national identity and U.S foreign policy**. Yale University Press, 2008.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBSON, John A. **Imperialism: a study**. Nova York: James Pott & Company, 1902.

HOGAN, Michel J (org.). **The Ambiguous Legacy: U.S. Foreign Relations in "American Century".** New York: Cambridge University Press, 1999.

HOSBAWM, Eric. **Era dos Impérios**. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

HUNT, Michael. **Ideology and the U.S. Foreign Policy**. New Heaven and London: Yale University Press, 2009.

IANNI, Otávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1974.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao Sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)**. São Paulo: EDUSF, 2000.

KAUTSKY, Karl. O imperialismo. *In*: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, Heréticos e Malditos**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KOLKO, Gabriel. **Main Currents in Modern American History**. New York: Harper & Row, 1976.

KUKLICK, Bruce. **Blind Oracles: intellectuals and war from Kennan to Kissinger**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LACERDA, Carlos. **Discursos parlamentares: seleta.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LaFEBER, Walter. **An Interpretation of American Expansion, 1860-1898**. Ithaca: Cornell University Press, 1963.

LARA, José V.; OLIVEIRA, Pedro C.; DAMASCENO, Natália A. **De Washington ao nordeste brasileiro: política externa e desenvolvimento na Guerra Fria (1947-1964)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

LARA, José Victor de. A Diplomacia do Jazz no Brasil: a crise de Little Rock e a Viagem de Louis Armstrong como ferramenta de política externa. **Revista Boletim do Tempo Presente**, v. 10, n. 08, 2021, p. 42-55.

LARA, José Victor de. **Revolução às Margens do Capitalismo: a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá, 2019.

LATHAM, Michael. **Modernization as Ideology: american social science and "nation-building" in the Kennedy Era**. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2000.

LATHAM, Michael. **Right Kind of Revolution: modernization, development and U.S. Foreign Policy from Cold War to the present**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2011.

LEE, Christopher J. **Making a World after Empire: the Bandung Moment and Its Political Afterlives**. Ohio: Ohio University Press, 2010.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociaes**. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra.** São Paulo: Editora Unesp, 2020.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Varrendo a Democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n°57, 2009, p. 187-208.

LOUREIRO, Felipe. A Política Externa Brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964, Terceira República (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

LOUREIRO, Felipe. **Empresário, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica dos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LOUREIRO, Felipe. P. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). **Brazilian Journal of Political Economy**, 2013, 33(4), 671–691.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MAK, Dayton; KENNEDY, Charles. **American Ambassadors in a Troubled World: interviews with senior diplomats**. Westport: Greenwood Press, 1992.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power, Volume 3: Global Empires and Revolution, 1890-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MANZUR, Tânia Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Revista Lua Nova**. Set., n° 93, 2014, p. 169–99.

MANZUR, Tânia Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Revista Lua Nova**. Set., n° 93, 2014, p. 169–99.

MARIANO, M. Fear of a Nonwhite Planet: Clare Boothe Luce, Race, and American Foreign Policy. **Prospects**, n° 29, 2005.

MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise L; TEIXEIRA, Aloísio**. Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945**. Brasília. IPEA, 2010.

MARIZ, Vasco. **Bastidores da Diplomacia: Memórias Diplomáticas**. Brasília: FUNAG, 2013.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: o Brasil entre a Ditadura e a Guerra Civil**. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

McCANN, Frank. **Brazil and United States during the World War II an its Aftermath: negotiating alliance and balancing giants**. New York: Palgrave Macmillan, 2018.

MILIKAN, Max; ROSTOW, Walt W. **A Proposal: key to an effective foreign policy**. New York: Harper & Bros, 1957.

MILNE, David. **America's Rasputin: Walt Rostow and the Vietnam War**. New York: Hill and Wang, 2008.

MOMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O 24 de Agosto de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Editora Melso Soc. Anônima. 1961.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart: lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Reio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORAIS, Fabricio de Sousa. **Pátria Nossa a Cada Dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar** (150° aniversário da independência do Brasil) Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

MORGENTHAU, Hans. A Political Theory of Foreign Aid. **The American Political Review**, 1962.

MORRIS, Ivans. **Thought and Behavior in Modern Japan Politics**. London: Oxford University Press, 1963.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURA, Gerson. **Tio Sam Chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias: A verdade de um Revolucionário**. Rio de Janeiro: L&PM, 1978.

MUNHOZ, Sidnei. **Guerra Fria: História e Historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.

NICOLAU, J. As Eleições Presidenciais de 1960: Uma Análise A Partir Dos Dados Municipais. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)** [Internet]. 2022. Jan;35(75):159–75. Available from: https://doi.org/10.1590/S2178-149420220109

NORBU, Dawa. **Culture and the Politics of Third World Nationalism**. London and New York: Routledge, 1992.

PACKENHAM, Robert. **Liberal America and the Third World. By Robert A. Packenham. Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2015.

PARKER, Jason. Cold War II: The Eisenhower Administration, the Bandung Conference, and the Reperiodization of the Postwar Era. **Diplomatic History**, vol. 30, no. 5, 2006, pp. 867–892.

PARKER, Phyllis. **1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de 31 de Março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PECEQUILO, Cristina S. Do Alinhamento e Autonomia ao Engajamento e Contenção: o repensar das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos. **Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, *21*(32), 2014, p. 92–114.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI. Uma Breve História da Igualdade**. Intrínseca, 2022.

PRADO, Eduardo. **A Ilusão Americana**. Paris: Armand Colin, 1895.

PRASHAD, Vijay. **The Darker Nations: a People's History of the Third World**. New York: New Press, 2007.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Das Comemorações do Dia do Trabalho**. Volta Redonda, 1 de maio de 1962.

PRESTES, Luiz Carlos. **Porque os comunistas apoiam Lott e Jango**. Editorial Vitória, 1960.

PRICE, Harry Bayard. **The Marshall Plan and Its Meaning**. Ithaca and New York: Cornell University Press, 1955.

QUELLER, Jefferson J. **Entre o Mito e a Propaganda Política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. 2008.

RABE, Stephen G. Dulles, Latin America, and Cold War Anticommunism. *In*: IMMERMAN, Richard (Org.). **John Foster Dulles and the Diplomacy of the Cold War**. New Jersey: Princeton University Press, 1981, p. 181.

RAINE, Philip. **Brazil: Awakeing Giant**. Washington, D.C: Public Affairs Press, 1974.

RAINE, Philip. **Paraguay**. New Jersey: Scarecrow Press, 1956.

RAPHAEL, Ray. **Mitos sobre a Fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da independência norte-americana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

RENOUVIN, Pierre. **La Primeira Guerra Mundial**. Barcelona: Oiko-Tau, 1990.

RIBEIRO, José Augusto. **Tancredo Neves: a noite do destino**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

RIBEIRO, R. C. Política Externa Independente e a institucionalização das atividades espaciais no Brasil: histórias cruzadas. **Carta Internacional**, 2017, *12*(2), 197–218.

RIDENTI, Marcelo. **O Segredo das Senhoras Americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

RONNING, Neale C.; VANNUCCI, Albert. **Ambassadors in Foreign Policy: The Influence on U.S. Latin-American Policy**. New York: Preager Publishers, 1987.

ROOT, Elihu. **Address on International Subjects.** Cambridge: Harvard University Press, 1916

ROSTOW, W. W. **Eisenhower, Kennedy and Foreign Policy**. Austin: University Press of Texas, 1985.

ROSTOW, Walt W. **Eisenhower, Kennedy and Foreign Aid**. Austin: University of Texas Press, 1985.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Economico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

RUPPRECHT, Tobias. **Soviet Internationalism after Stalin: interaction and exchange between the USSR and Latin America during the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SARAIVA, José F. Sombra (org). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 27-28.

SCHLESINGER, Stephen; KINZER, Stephen. **Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala**. New York: Harvard University Press, 1987.

SCHUMPETER, Joseph. **Imperialismo e Classes Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SHADEGG, Stephen. **Clare Boothe Luce**: **the biography of one of the world's most famous and controversial women – playwright, actress, congresswoman, ambassador, friend or enemy of almost everyone worth knowing in our times.** Londres: Leslie Frewin, 1973.

SHOULTZ, Lars. **In Their Own Best Interest: a history of the U.S. effort to improve Latin Americans**. Cambridge and London: Harvard University Press, 2018.

SIMPSON, R. Smith. Mexican Report. **The American Foreign Service Journal**. Baltimore, Dezembro, 1951, p. 40-42.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMYTH, Bruce L. R. **Lincoln Gordon: architect of Cold War foreign policy**. Lexington: University Press of Kentucky, 2015.

SMYTH, Peter H. **Tales of the Eagle: Latin America, the United States, and the World**. New York: Oxford University Press, 2013.

STARLING, Heloísa. **A Máquina do Golpe. 1964:como foi desmontada a democracia no Brasil. Vol. 1 Engrenagens Militares e Apoio Externo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2024.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TAFFET, Jeffrey F. **Against Aid: A History of Opposition to US Foreign Aid Spending**. London and New York: Routledge, 2022.

TAFFET, Jeffrey F. **Foreign Aid as Foreign Policy: the Alliance for Progress in Latin America**. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2007.

TAVARES, Flávio. **O Dia em que Getúlio matou Allende e outras Novelas do Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

THOMPSON, Edward P. **Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOTA, Antonio P. **Amigo Americano: Nelson Rockfeller no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TOTA, Antonio Pedro. **Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TURNER, Frederick Jackson. **The Significance of the Frontier in American History**. Madison: State Historical Society of Wisconsin, 1894.

VALIM, Alexandre Busko. **O Triunfo da Persuasão: Brasil, Estados Unidos e o Cinema da Política de Boa-Vizinhança durante a II Guerra Mundial**. São Paulo: Alameda, 2017.

VIANNA, Luiz Werneck. **Lições da América: o problema do americanismo em Tocqueville**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. 1993, n. 30, p. 159-193.

VIDAL, Gore. **The Decline and Fall of American Empire**. Berkley: Odinian Press, 1992.

WALKER III, William O. Mixing the Sweet with the Sour: Kennedy, Johnson, and Latin America. *In:* KUNZ, Diane B. (ed.). **The Diplomacy of the Crucial Decade: American Foreign Relations During the 1960s.** Nova Iorque: Columbia University Press,1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy (Studies in Modern Capitalism)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Decline of American Power: the U.S. in a Chaotic World**. New York: The New Press, 2003.

WALTERS, Vernon A. **Silent Missions**. New York: Doubleway & Company, 1978, p. 374-375

WATROUS, L. D. Paraguay. **The American Foreign Service Journal**. Baltimore, Novembro, 1956, p. 36.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WILLIAM, Wagner. O **Soldado Absoluto: uma biografia do Marechal Henrique Lott**. São Paulo: Record, 2020.

WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: Delta, 1962.

WRIGHT, Richard. **The Colour Curtain: a report on the Bandung Conference**. London: Denis Dobson, 1956.